



FACEG
Faculdade Evangélica de Goianésia
ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA EVANGÉLICA



FAPEG
Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado de Goiás

IV CONGRESSO INTERDISCIPLINAR

Responsabilidade, Ciência e Ética

V Congresso de Iniciação Científica
II Fórum de Educação Básica do Vale do São Patrício
1st International Week
1st Agroecology workshop

Livro de
Resumos Expandidos

6^a a 11
NOV
2017

Sumário

A (IN) EFICÁCIA DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO ESTABELECIDADA PELO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	1
Anna Paulla Souza e Silva	1
Maxilene Soares Corrêa	1
Cristiane Ingrid de Souza Bonfim	1
A IMPORTÂNCIA DO MELHORAMENTO GENÉTICO E DA GESTÃO NO PROCESSO DE MANEJO DE VARIEDADES PARA O AGRONEGÓCIO DA CANA-DE-AÇÚCAR.....	8
MAIARA GENIFFER DOS SANTOS.....	8
Juares Aparecido Domingos	8
A INCLUSÃO SOCIAL DO DEFICIENTE NA ESFERA TRABALHISTA.....	15
JUCILÉIA DA SILVA SOUZA	15
MYRIAM CHRISTINA ALVES RODRIGUES	15
Lanna Gleyce Mota Luz	15
Jéssica Vitória Pedroso dos Santos.....	15
A inserção das políticas institucionais no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Faculdade Evangélica de Goianésia	20
Marcos Antônio de Carvalho Rosa	20
Myriam Christina Alves Rodrigues	20
Roberto Fernandes de Melo	20
Aquila Raimundo Pinheiro Lima	20
Wesley de Freitas	20
Luana Bispo de Assis	20
A INTERFERÊNCIA DO SEDENTARISMO EM IDOSOS COM DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS	24
Raissa Silva Frota	24
Adelmo Martins Rodrigues.....	24
Karynne Milhomem Sousa Holme Machado.....	24
Lucas Felipe Moraes Malheiros.....	24
A INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO NOS ATOS ADMINISTRATIVOS DISCRICIONÁRIOS	32
INGRIDY KAUANY BOMFIM	32
Myriam Christina Alves Rodrigues	32

Marcos Antônio de Carvalho Rosa	32
Lanna Gleyce Mota Luz	32
Jéssica Vitória Pedroso dos Santos.....	32
A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS RECEBIMENTOS DE ALVARÁS DECORRENTES DA IMPLANTAÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PELA VIA JUDICIAL: UMA INTERVENÇÃO NECESSÁRIA OU DISPENSÁVEL?	36
Nedson Ferreira Alves Júnior	36
Heloísa Arantes Barbosa	36
A Medida de Segurança: progressos e desafios	44
Gleidcy Helle dos Reis Rocha.....	44
Cristiane Ingrid de Souza Bonfim	44
Maxilene Soares Corrêa	44
A POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL.....	48
HÍBIA MIRELLA CALAÇA BORGES GALIZA	48
Áquila Raimundo Pinheiro Lima	48
Híbia Mirella Calaça Borges Galiza	48
A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO COMO FATOR DE COMPETITIVIDADE: ESTUDO DE CASO NO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA EMPRESA JALLES MACHADO S/A. 53	53
Glória Rosânia Pereira de Santana Carvalho.....	53
Wesley de Freitas	53
Bárbara Rafaela de Souza Nunes	53
João Vitor Cardoso Pereira.....	53
Maise França Teixeira.....	53
Fábio Viana de Oliveira.....	53
Wesley de Freitas	53
A questão da escolaridade dos adolescentes no município de Anápolis.	64
Marcos Antônio de Carvalho Rosa	64
Wesley de Freitas	64
Roberto Fernandes de Melo	64
Myriam Christina Alves Rodrigues	64
Agnês Raquel Camisão	64
Luana Bispo Assis	64
A RELEVÂNCIA DA PSIQUIATRIA FORENSE NO ÂMBITO DO DIREITO PENAL BRASILEIRO.....	69
BETHÂNIA DOS SANTOS FREITAS BARRETO	69

MYRIAM CHRISTINA ALVES RODRIGUES	69
A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EM GOIANÉSIA-GO O CASO DO PROJETO AMBIENTE ESPORTE E VIDA	73
Letícia Sousa Silva.....	73
Wesley de Freitas	73
Roberto Fernandes de Melo	73
Maisa França Teixeira.....	73
Elitânia Gomes Xavier.....	73
Vanderlei Luiz Weber	73
Matildes José de Oliviera	73
A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EM GOIANÉSIA-GO O CASO DO PROJETO AMBIENTE ESPORTE E VIDA	79
Letícia Sousa Silva.....	79
Wesley de Freitas	79
Fernandes de Melo	79
Maisa França Teixeira.....	79
Elitânia Gomes Xavier.....	79
Vanderlei Luiz Weber	79
Me Camila Cardoso	79
Ação de organismos diazotróficos sob fungos micorrízicos arbusculares em rizosfera de mucuna preta.....	87
Leidiane dos Santos lucas.....	87
Jadson Belem de Moura.....	87
Wagner Gonçalves Vieira Junior	87
Diogo Jânio de Carvalho Matos.....	87
Dailton da Costa Leite	87
Julio Cesar Silva	87
Elivan Cesar Vieira Rocha	87
ADEJETIVAÇÕES COMUNS DIFERENTES: PROVÁVEIS INTERFACES ENTRE BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (TERCEIRO/QUARTO CICLO).....	91
Rafael Alves Oliveira.....	91
Prof. Dra. Edna Silva Faria	91
Rafael Alves Oliveira.....	91

Prof. Dra. Edna Silva Faria	91
ADMINISTRAÇÃO SEGURA DE MEDICAMENTO EM UM HOSPITAL MUNICIPAL DO INTERIOR DE GOIÁS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO DISCENTE DE ENFERMAGEM	98
Wélida Rodrigues de Souza Campos	98
Camila Cardoso.....	98
Maria da Glória Dutra.....	98
Ione Augusto da Silva Sales	98
Agnês Raquel Camisão	98
Karynne Milhomem Souza Home Machado	98
Kelly Cristina Rodrigues Belmondes.....	98
Affordance em Big Data: abordagem mcluhaniana	102
Vinícius Vargas Vieira dos Santos.....	102
Vinícius Vargas Vieira dos Santos.....	102
ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTO ENTRE ESTACAS ESCAVADAS A TRADO E TUBULÃO A CÉU ABERTO EM EDIFICAÇÃO DE MÉDIO PORTE	111
Robson de Oliveira Félix.....	111
Igor Cezar Silva Braga	111
ANÁLISE DA PORTARIA 1129/17 À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL E INTERNO	116
Sara Moraes Vieira	116
Maxilene Soares Corrêa	116
Análise do Diagnóstico (2014) da situação do adolescente em Anápolis.	120
Marcos Antônio de Carvalho Rosa	120
Eder Mendes de Paula	120
Agnês Raquel Camisão	120
Maísa França Teixeira.....	120
Myriam Christina Alves Rodrigues	120
Aquila Raimundo Pinheiro Lima	120
Análise do Ministério Público como quarto poder no cenário constituinte brasileiro	125
Luana Santos Ferreira.....	125
Áquila Raimundo Pinheiro.....	125
Paulo Ricardo Figueredo Lima.....	125
Keren Moraes de Brito	125
Larissa Dantas Cunha	125

ANÁLISE ESPECÍFICA DO INSTITUTO AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	131
Bruna Camila da Silva	131
Maxilene Soares Corrêa	131
Cristiane Ingrid de Souza Bonfim	131
Fernanda Heloisa Macedo Soares	131
ANÁLISE MULTIVARIADA DAS CARACTERÍSTICAS AGRONÔMICAS DE GENÓTIPOS DE ARROZ PARA COMPOSIÇÃO DE MISTURA VARIETAL EM CONDIÇÕES DE VÁRZEAS.	136
Jaíza Francisca Ribeiro Chagas	136
Gil Rodrigues dos Santos.....	136
André, Crime e Loucura no Conto de Bernardo Élis.	141
Éder Mendes de Paula	141
Marcos Antônio de Carvalho Rosa	141
Camila Cardoso.....	141
Maria da Glória Dutra.....	141
Ione Augusto da Silva Sales	141
APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA: ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER NA CIDADE DE URUAÇU-GO	148
GLAUCINEIDE APARECIDA GANZAROLI	148
Áquila Raimundo Pinheiro Lima	148
GLAUCINEIDE APARECIDA GANZAROLI	148
Áquila Raimundo Pinheiro Lima	148
APONTAMENTOS SOBRE PERMANÊNCIA (?) DA TEORIA DA INDIVIDUAÇÃO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM PELO PRINCÍPIO DA ABSTRAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO E DAS AÇÕES CAMBIÁRIAS.	155
NEDSON FERREIRA ALVES JÚNIOR	155
As Conseqüências da Portaria 1129/2017 e o Princípio Basilar da Dignidade da Pessoa Humana.....	163
Marielle Cristina Oliveira.....	163
Ivan Clementino de Souza	163
ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS.....	167
Claudia Rodrigues Coimbra	167
Myriam Christina Alves Rodrigues	167
Lanna Gleyce Mota Luz	167
Jéssica Vitória Pedrosa dos Santos.....	167

ASSOCIAÇÃO ENTRE FUNGOS MICORRIZICOS ARBUSCULARES E BACTÉRIAS DIAZOTRÓFICAS NA PROPAGAÇÃO DE MANDIOCA	173
Diogo Jânio de Carvalho Matos.....	173
Anderli Divina Ferreira Rios.....	173
Victor Alves Ribeiro	173
Leidiane dos Santos Lucas	173
Wagner Gonçalves vieira Júnior	173
Dailton da costa leite.....	173
Atuação da Defensoria Pública Brasileira na Proteção do Direito Humano ao Meio Ambiente	177
Lucas Ferreira Costa	177
Fernanda Heloisa Macedo Soares	177
Luana Santos Ferreira.....	177
Jean Carlos Moura Mota	177
Carlos Alberto da Costa.....	177
Auxílio Reclusão: a perplexidade e desinformação da população acerca desse benefício ...	182
Abenilda Loures Ferreira	182
Maisa França Teixeira.....	182
BREVE ANÁLISE DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS ÀS UNIÕES HOMOAFETIVAS PARA A CARACTERIZAÇÃO COMO ENTIDADE FAMILIAR NO DIREITO BRASILEIRO	191
Igor Nathan Valdivino Vieira	191
Fernanda Heloisa Macedo Soares	191
Kênia Rodrigues de Oliveira	191
BREVE ESTUDO SOBRE O PAPEL DAS DISCIPLINAS TEÓRICO-FILOSÓFICAS NA FORMAÇÃO DO ACADÊMICO DE DIREITO E SUA DINÂMICA NA FACULDADE EVANGÉLICA DE GOIANÉSIA ...	197
Layane Aparecida Ferreira Chaves	197
Fernanda Heloisa Macedo Soares	197
CALCULO DA ÁREA DE AÇO LONGITUDINAL E DA ARMAÇÃO TRANSVERSAL DE PILARES DE CONCRETO ARMADO DO TIPO INTERMEDIÁRIO.....	203
Déborah de Sousa Pereira.....	203
Ivandro José de Freitas Rocha.....	203
Déborah de Sousa Pereira.....	203
Ana Luiza José Venâncio.....	203
Rayann Pereira Barbosa	203

Andrielly Lauane Gonçalves	203
Guilherme de Oliveira Lima.....	203
CISI - Software para Cálculo de Sapatas Isoladas	207
Víctor Hugo Tavares Silva	207
Ivandro José de Freitas Rocha	207
Isabella Vitória Tavares Silva	207
Carolina Ribeiro da Silva.....	207
José Bento de Sousa Filho	207
Raquel Carolina Campos	207
Luiz Tomaz de Aquino Neto	207
CLÁUSULAS ABUSIVAS NO CONTRATO DE ADESÃO: controvérsias e princípios regentes no Código de Defesa do Consumidor, Código Civil e na Constituição Federal	210
Áquila Raimundo Pinheiro Lima	210
FABIANA CAMARGO.....	210
COLONIZAÇÃO MICORRÍZICA EM TRÊS VARIEDADES DE CANA-DE-AÇÚCAR COM CULTIVO CONVENCIONAL E ORGÂNICO.....	215
Denise Rodrigues Conceição	215
Jadson Belem de Moura.....	215
Wagner Gonçalves Vieira Júnior	215
Daílton da Costa Leite	215
Julio César Silva	215
CONSIDERAÇÕES QUANTO A MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO COMO MECANISMOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO CONTEXTO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	217
Keren Moraes de Brito	217
Fernanda Heloisa Macedo Soares.....	217
Carlos Alberto da Costa.....	217
Crimes Virtuais: Pirataria online, crime ou meio para propagar a cultura?.....	222
Sabrina Carvalho Faria.....	222
Maisa França Teixeira.....	222
Maisa França Teixeira.....	222
DESENVOLVIMENTO DE MUDAS DE CANA DE-AÇÚCAR EM DIFERENTES SUBSTRATOS.....	231
ALESSANDRA PAIXÃO AIRES LIMA.....	231
ANDERLI DIVINA FERREIRA RIOS	231

FERNANDA AUGUSTINHO FERREIRA LIMA.....	231
DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE MILHO VERDE SOB DOSES DE UREIA EM COBERTURA	234
Diogo Jânio de Carvalho Matos.....	234
RODRIGO FERNANDES DE SOUZA	234
ANA PAULA CIPRIANO BORGES.....	234
DIREITO PENAL DO INIMIGO: Uma teoria ou uma prática?	244
Bárbara Geovanna Pinheiro Silva	244
Ivan Clementino de Souza	244
Fernanda Naves Jesus Teodoro.....	244
DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE DIREITO: ALTERAÇÕES QUANTO A AUTORIZAÇÃO, RECONHECIMENTO E RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO PELO MEC	247
Helena Beatriz de Moura Belle.....	247
Helena Beatriz de Moura Belle.....	247
EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: UMA ANÁLISE DA LEI 13.455/2017	256
Gleudson Henrique Antunes de Andrade	256
Kênia Rodrigues de Oliveira	256
Kátia Regina Rodrigues de Oliveira Gouveia	256
EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL NA CIDADE DE URUAÇU – GO	261
Thais Jhulia dos Santos Pereira	261
Fernanda Heloisa Macedo Soares	261
Thiago Brito Steckelberg	261
ELEMENTOS CAUSADORES DA CRIMINALIZAÇÃO DA JUVENTUDE BRASILEIRA	264
Rafaela Gonzaga Sousa	264
Maxilene Soares Corrêa	264
Cristiane Ribeiro e Silva.....	264
ENTRAVES NO ATENDIMENTO GINECOLÓGICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA	269
Raissa Silva Frotra.....	269
Adelmo Martins Rodrigues.....	269
Leandro Urzeda Menezes.....	269
João Lucas Moraes Do Nascimento.....	269

FRANQUIA E SUAS VANTAGENS E DESVANTAGENS: ESTUDO DE CASO - CACAU SHOW DE GOIANÉSIA - GOIÁS	272
Érica Rodrigues Batista	272
Juares Aparecido Domingos	272
Fábio Viana de Oliveira	272
WESLEY DE FREITAS	272
FUNGOS MICORRÍZICOS ARBUSCULARES EM RIZOSFERA DE CROTALARIA SPECTABILIS E BACTÉRIAS FIXADORAS DE NITROGÊNIO	277
Gabriella Ferreira Neves	277
Jadson Belem de Moura	277
Gabriella Ferreira Neves	277
Leidiane dos Santos Lucas	277
Júlio César Silva	277
Wagner Gonçalves Vieira Junior ¹	277
FUNGOS MICORRÍZICOS ARBUSCULARES EM RIZOSFERA DE CROTALARIA SPECTABILIS E BACTÉRIAS FIXADORAS DE NITROGÊNIO	281
Gabriella Ferreira	281
Jadson Belem de Moura	281
HANNAH ARENDT: PODER, LIBERDADE E DIREITOS HUMANOS	285
Alynne Eduarda Vieira da Silva	285
Ivan Clementino de Souza	285
Ana Paula Ferreira e Silva	285
Anna Clara Honorato Freitas	285
Larissa Matias Barbosa	285
Simony da Silva Bezerra	285
Thayná Similla Barbosa Portilho	285
HERANÇA DIGITAL E O DIREITO À PRIVACIDADE: CONFLITOS DE INTERESSES FUNDAMENTAIS	287
Sara Moraes Vieira	287
Fernanda Heloisa Macedo Soares	287
IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO SETOR INDUSTRIAL DE CONFECÇÕES DE JARAGUÁ - GOIÁS	293
Robson de Oliveira Félix	293
Igor Cezar Silva Braga	293

Influência de organismos diazotróficos sob fungos micorrízicos arbusculares em rizosfera de cajanus cajan..... 297

Dailton da Costa Leite 297

Jadson Belem de Moura..... 297

Wagner Gonçalves Vieira Junior 297

Elivan Cesar Vieira Rocha 297

Julio Cesar Silva 297

Diogo Jânio de Carvalho Matos..... 297

Leidiane dos Santos Lucas 297

INFLUÊNCIA DE ORGANISMOS DIAZOTRÓFICOS SOB FUNGOS MICORRIZICOS ARBUSCULARES EM RIZOSFERA DE Canavalia ensiformis..... 302

Ana Paula Maciel Braga..... 302

Jadson Belem de Moura..... 302

Dailton da Costa Leite 302

Diogo Janio de Carvalho Matos..... 302

Elivan Cesar Vieira Rocha 302

Carlos Henrique Souza Silva 302

Influência de organismos diazotróficos sob fungos micorrízicos arbusculares em rizosfera de guandu anão 305

Elivan Cesar Vieira Rocha 305

Jadson Belem de Moura..... 305

Wagner Gonçalves Vieira Junior 305

Dailton da Costa Leite 305

Julio Cesar Silva 305

Diogo Jânio de Carvalho Matos..... 305

Leidiane dos Santos Lucas 305

Influência de organismos diazotróficos sob fungos micorrízicos arbusculares em rizosfera de Mucuna cinerium..... 309

Wagner Gonçalves Vieira Junior 309

Jadson Belem de Moura..... 309

Diogo Jânio de Carvalho Matos..... 309

Júlio Cesar Silva 309

Elivan Cesar Vieira Rocha 309

Dailton da Costa Leite 309

Leidiane dos Santos Lucas	309
Influência de organismos fixadores de nitrogênio sob fungos micorrízicos arbusculares em rizosfera de crotalaria juncea	313
Julio Cesar Silva	313
Jadson Belem de Moura	313
Wagner Gonçalves Vieira Junior	313
Diogo Jânio de Carvalho Matos	313
Dailton da Costa Leite	313
Elivan Cesar Vieira Rocha	313
Leidiane dos Santos Lucas	313
INFLUÊNCIA DO TAMANHO DE ESTACAS NA PROPAGAÇÃO VEGETATIVA DE JABUTICABEIRA (PLINIA CAULIFLORA)	317
Carolina Aparecida Straioto Cordeiro	317
Anderli Divina Ferreira Rios	317
INIMPUTABILIDADE POR INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO	320
LORENA DAMACENO PEREIRA	320
Myriam Christina Alves Rodrigues	320
Marcos Antônio de Carvalho Rosa	320
Jéssica Vitória Pedroso dos Santos	320
Lanna Gleyce Mota Luz	320
Jusnaturalismo e Juspositivismo: As duas correntes do Direito	326
Brenda Almeida	326
Ivan Clementino de Souza	326
Isadora Shamara	326
Tatiely Bueno	326
KALUNGAS: ASPECTOS HISTÓRICOS, CULTURA, TRADIÇÃO E INSURBODINAÇÃO NEGRA	328
ISABEL CHRISTINA GONÇALVES OLIVEIRA	328
MAÍSA TEIXEIRA FRANÇA	328
LIBERALISMO CLÁSSICO COMO MARCO DO SURGIMENTO DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS	333
Thiago José	333
Ivan Clementino de Souza	333
Carmem Lúcia	333
Eloízio Oliveira	333

MERCADOS ESTRUTURADOS E REGULADOS: ATUAÇÃO DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO	336
.....	336
Alexandra Fernandes Costa.....	336
Helena Beatriz de Moura Belle.....	336
Mobilidade Urbana na Cidade de Anápolis-GO.....	344
Cristiane Ribeiro e Silva	344
Cristiane Ingrid de Souza Bonfim	344
Maxilene Soares Corrêa	344
O CONVENCIMENTO DAS PARTES E O VEREDITO DO TRIBUNAL DO JÚRI	353
TIAGO DOS SANTOS PEREIRA.....	353
Áquila Raimundo Pinheiro Lima	353
O DIREITO DOS POVOS SEM ESCRITA: UMA REFLEXÃO POSSÍVEL	358
CARLOS ALBERTO DA COSTA.....	358
CARLOS ALBERTO DA COSTA.....	358
O GERENCIAMENTO, PELOS FEIRANTES, DAS BANCAS DE VERDURAS DA CIDADE DE GOIANÉSIA, COMO SÃO ADQUIRIDOS E VENDIDOS OS PRODUTOS NAS FEIRAS LIVRES	361
LUCIANO RENATO DA SILVA.....	361
Juares Aparecido Domingos.....	361
O Julgamento em Nuremberg	367
AMANDA NASCIMENTO PEIXOTO	367
Ivan Clementino de Souza.....	367
O Louco Infrator: Narrativas em Processo Criminal	370
Éder Mendes de Paula	370
Áquila Raimundo Pinheiro Lima	370
Marcos Antônio de Carvalho Rosa	370
Lucas Ferreira Costa	370
O Louco Infrator: Narrativas em Processo Criminal	377
Lucas Ferreira Costa	377
Éder Mendes de Paula	377
Áquila Raimundo Pinheiro Lima	377
Marcos Antônio de Carvalho Rosa	377
O MERCADO DE TRABALHO PARA O EGRESSO EM ADMINISTRAÇÃO EM GOIANÉSIA.....	384
Vivian Cristine Marques Silva Cavalcante	384

Juares Aparecido Domingos	384
O MITO DE ER E A LEI DA FICHA LIMPA: UMA PERSPECTIVA DA POLÍTICA BRASILEIRA	389
CARLOS ALBERTO DA COSTA	389
CARLOS ALBERTO DA COSTA	389
O Programa 5s como forma de auxílio à Gestão no Setor Administrativo: um estudo de caso na Empresa Jalles Machado em Goianésia/GO	395
Valdir dos Santos Souza	395
Wesley de Freitas	395
Maisa França Teixeira.....	395
Marcos Antônio de Carvalho Rosa	395
Roberto Fernandes de Melo	395
Raoni Luis Olmos Lotti.....	395
Camila Cardoso.....	395
O PROJETO "AMBIENTE, ESPORTE E VIDA" E O PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO DO CÓRREGO CALÇÃO DE COURO NO MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA-GOIÁS	404
Heloisa Arantes Barbosa	404
Vanderlei Luiz Weber	404
Heloisa Arantes Barbosa	404
Vanderlei Luiz Weber	404
O TRAFICO DE ANIMAIS SILVESTRES NO BRASIL: COMERCIO ILEGAL, CONSEQUENCIAS E PENALIDADES.....	409
Thayane Leal de Sousa Santos	409
Roberto Fernandes de Melo	409
Marcos Antônio de Carvalho.....	409
Wesley de Freitas	409
Maisa França Teixeira.....	409
OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS EM GOIANÉSIA E O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO SETOR EMPRESARIAL LOCAL: UM ESTUDO DE CASO DA PROPOSTA JALLES MACHADO S/A	419
Flávio Lima da Silva	419
Wesley de Freitas	419
Nágila Leite de Bessa.....	419
Fernanda Aparecida de O. Tavares	419
Wesley de Freitas	419
Maisa França Teixeira.....	419

Matildes José de Oliveira	419
Orientação Sexual e Espiritualidade: A dogmática religiosa em um mundo líquido	428
Kleber Torres de Moura	428
Prof.Dr. Paulo Rogério Rodrigues Passos	428
OS POVOS INDÍGENAS DO CERRADO GOIANO E A LUTA PELA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À DIFERENÇA A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988	430
Carlos Alberto da Costa	430
Carlos Alberto da Costa	430
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: SUGESTÃO DO BSC EM UMA EMPRESA FAMILIAR	437
Igor de Moraes Soares	437
Raoni Lotti	437
Ponerologia e o estudo da psicopatia no âmbito político	444
Myriam Christina Alves Rodrigues	444
POSSIBILIDADES DE ALTERAÇÃO DO NOME CIVIL PARA OS TRANSEXUAIS	448
JOÃO PEDRO ALMEIDA RIBEIRO	448
MYRIAM CHRISTINA ALVES RODRIGUES	448
Marcos Antônio de Carvalho Rosa	448
Jéssica Vitória Pedroso dos Santos	448
Lanna Gleyce Mota Luz	448
Prevalência da distribuição do sistema ABO entre possíveis doadores de sangue do Município de Goianésia, GO.....	454
Pabline de Souza Pessoa	454
Camila Cardoso.....	454
Clara Lusía Sousa	454
Elias Emanuel Silva Mota	454
Adelmo Martins Rodrigues.....	454
Maria da Glória Dutra.....	454
Ione Augusto da Silva Sales	454
PROGRAMA PARA CALCULAR A ILUMINAÇÃO NECESSÁRIA PARA CADA AMBIENTE ESCOLHIDO PELO USUÁRIO	459
Gabriel Moura Coelho	459
Ivandro José de Freitas Rocha	459
Raissa Barbosa Tavares	459
Pedro Henrique Freitas Guimelhães	459

Neliana Rezende Peixoto Ribeiro Carmo	459
Pedro Antônio Sena Moura.....	459
Gabriela Moura Silva.....	459
Projeto Educar Consciente: o Ministério Público em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e do meio ambiente em Goianésia.....	462
Jordânia Patrícia Ribeiro da Silva Jesus.....	462
Maisa França Teixeira.....	462
Proposta da utilização econômica de fundações com blocos e estacas em um edifício de três pavimentos em concreto armado.....	470
Igor Cezar Silva Braga.....	470
Igor Cezar Silva Braga.....	470
Robson de Oliveira Félix.....	470
QUANTIDADE DE AZULEJOS (m²) NECESSÁRIA PARA REVESTIR UMA PISCINA QUADRADA, REDONDA OU RETANGULAR.....	474
Araujo Dias da Silva Filho	474
Ivandro José de Freitas Rocha.....	474
Dyovana Pereira Lôbo	474
Iasmim Augusta da Silva.....	474
Kauanhy Naomhy Moerira Lopes.....	474
Renato Bonfim de Moura.....	474
Cléber Jean Lacerda	474
QUILOMBO, UMA SOBRA DA ESCRAVIDÃO E SUA INVISIBILIDADE COMO FORMA DE PROTEÇÃO	477
ISABEL CHRISTINA GONÇALVES OLIVEIRA.....	477
MAÍSA TEIXEIRA FRANÇA	477
REDIMENSIONAMENTO DE MOTORES ELÉTRICOS DE INDUÇÃO.....	484
Raniell Mazzily Izidoro.....	484
Adelmo Martins Rodrigues.....	484
Tércio Domingos Alves	484
Fernando Cardoso de Oliveira.....	484
Roberto Cezar Martins Júnior	484
REFLEXÕES FEMINISTAS POR UM DIREITO MENOS PATRIARCAL.....	490
RAFAELA GONZAGA.....	490
Ivan Clementino de Souza.....	490



THALIA ROSA	490
LUCAS VINICIUS OLIVEIRA	490
RELACIONAMENTO INTERPESSOAL NO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO DA CDL DE GOIANÉSIA/GO	495
Rayane de Oliveira Silva	495
Wesley de Freitas	495
Roberto Fernandes de Melo	495
Maisa França Teixeira.....	495
Matildes José de Oliveira	495
Camila Cardoso.....	495
Juares Aparecido Domingos	495
Relato de experiência de discentes do curso de enfermagem na administração de medicamentos em ambiente hospitalar.....	503
Jéssica Catrine Vieira Nascimento.....	503
Camila Cardoso.....	503
Sarah Lorrane Ramos de Oliveira	503
Maria da Glória Dutra.....	503
Ione Augusto da Silva Sales	503
Agnês Raquel Camisão	503
Karynne Milhomem Souza Home Machado	503
RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS ESTÉTICOS NA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS PLÁSTICAS	510
PRISCILLA ROSA DE AQUINO	510
MYRIAM CHRISTINA ALVES RODRIGUES	510
SOFTWARE DESENVOLVIDO A FIM DE CALCULAR A QUANTIDADE DE CERÂMICA A SER UTILIZADA PARA COBRIR UMA ÁREA, O SEU CUSTO E A QUANTIDADE DE ARGAMASSA À SER UTILIZADA	514
Jean Lucas Dias Cantuário	514
Ivandro José de Freitas Rocha.....	514
Matheus Dos Santos Biângulo.....	514
Jean Lucas Dias Cantuário	514
Filipe Ottoni Rosa Oliveira.....	514
Murillo Do Vale Souza	514
Rafael De Aquino Silva	514

SOFTWARE DESENVOLVIDO PARA AJUDAR NO CÁLCULO DO CONCRETO ARMADO	517
Nery Darc Costa Silva	517
Ivandro Rocha	517
Daniel Leal	517
Danielle da Silva Conceição	517
Murilo de Jesus Oliveira	517
SOFTWARE DESENVOLVIDO PARA CÁLCULO DA QUANTIDADE DE TELHAS USADAS EM UMA CONSTRUÇÃO CIVIL	521
Joyce Silva Rosa	521
Ivandro Rocha	521
Stéfanny Balbino Silva Rosa	521
Gesley Balbino Souza	521
Ivandro Rocha	521
Software para cálculo do dimensionamento de caixa d'água	524
Thulio Lima Barros.....	524
Robson Felix	524
THULIO LIMA BARROS.....	524
RAIANE DUARTE DE OLIVEIRA	524
MURILO DE OLIVEIRA GOMES.....	524
MARIA CLARA CESAR.....	524
LEONCIO CRISOSTOMO DE ALMEIDA LIMA	524
SOFTWARE PARA RESOLVER QUESTÕES DA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL	527
Sílvia Cristina Pereira Gonçalves	527
Ivandro Rocha	527
Sílvia Cristina Pereira Gonçalves	527
Gabriel Bernardes Pinheiro	527
Lucas Bernardes Pinheiro	527
Naum Rafael da Silva Barros	527
Rhacson Wendel Vila Morais	527
Topografia: Cálculo de Área através da Triangulação	531
Letícia de Lima Braz.....	531
Ivandro José de Freitas Rocha	531
Letícia de Lima Braz.....	531

Luís Eduardo Rodrigues de Sousa	531
Gabriel Tavares Gonçalves de Oliveira.....	531
Larissa Marília de Azevedo.....	531
Isabela Cristina Bernardes de Oliveira	531
TRATAMENTO DE FERIDA COM PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA	533
Wérica de Andrade Moreno.....	533
Maria da Glória Dutra.....	533
Adelmo Martins Rodrigues.....	533
UM OLHAR JURÍDICO SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	539
Helena Beatriz de Moura Belle.....	539
Joilson José da Silva.....	539
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO CERRADO VERSUS RECURSOS NATURAIS HÍDRICOS	546
CLÁUDIA DE PAULA ALVES RODRIGUES	546
Juares Aparecido Domingos.....	546
Uso da palhada da cana-de-açúcar na geração de etanol 2º geração versus sua contribuição nutricional para o solo no ambiente cerrado	551
Manoel Henrique Reis de Oliveira	551
Rodrigo Fernandes de Souza.....	551
Rodrigo Fernandes de Souza.....	551
Rafaela Santos Oliveira.....	551
Aline Barbosa Arruda	551
Evaldo Alves dos Santos	551
Rafael Matias da Silva	551
UTILIZAÇÃO DE LINGUAGEM C++ NO DIMENSIONAMENTO DE SAPATA ISOLADA	562
Luis Paulo Silva	562
Ivandro Rocha	562
João Marcelino de Oliveira Neto.....	562
Thaise Ribeiro da Silva.....	562
Luiz Tomaz de Aquino	562
VALORES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DA MISOGÍNIA	568
Emmanuel Matheus Silva da Mata.....	568
Fernanda Heloisa Macedo Soares.....	568



IV CONGRESSO INTERDISCIPLINAR

Responsabilidade, Ciência e Ética

V Congresso de Iniciação Científica II Fórum de Educação Básica do Vale do São Patrício
1st International Week 1st Agroecology workshop



FAPEG

Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado de Goiás

A (IN) EFICÁCIA DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO ESTABELECIDADA PELO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Anna Paulla Souza e Silva
Maxilene Soares Corrêa
Cristiane Ingrid de Souza Bonfim

INTRODUÇÃO

A taxa de criminalidade entre as crianças e os adolescentes vem crescendo progressivamente no Brasil. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, no ano de 2015, cerca de 95 mil adolescentes cumpriram medida socioeducativa, já no ano de 2016, este número aumentou para 192 mil. Em que pese a existência de normas voltadas à recuperação do menor em conflito com a lei, verifica-se, na prática, índices elevados de reincidência, colocando em dúvida a efetividade da medida socioeducativa de internação.

Observa-se que a finalidade traçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente referente à ressocialização do menor em conflito com a lei, esbarra em questões estruturais que dificultam sua implementação em todo o país. A maneira como a medida socioeducativa de internação tem sido executada se difere da proposta legal e por isso não consegue adimplir aquilo que objetiva.

Verifica-se que a questão da delinquência juvenil não será resolvida, ou pelo menos, amenizada, enquanto não se efetivar os direitos e garantias fundamentais, dentro e fora das unidades de internação. A solução não reside em simplesmente internar o adolescente em conflito com a lei ou propor a redução da maioria penal para que o mesmo seja punido, sem levar em consideração o nível de desenvolvimento físico e mental dos menores e a sua capacidade de autonomia e discernimento.

Isto significa dizer também que independentemente do tempo em que o adolescente for submetido ao cumprimento da medida de internação, não ocorrerá a sua real recuperação, se submetido a um método ressocializador de baixa qualidade, o qual não proporciona o mínimo de condições para a sua recuperação.

Logo, a efetividade da medida socioeducativa de internação está condicionada à melhoria das estruturas físicas das unidades de internação, assim como na implementação de medidas preventivas e de políticas públicas voltadas para este fim. Ao contrário, estaremos diante de um sistema falido, de um modelo de proteção integral utópico, onde a família, a sociedade e o jovem em conflito com a lei são vitimados em detrimento desta irregularidade.

Assim, levando em consideração a relevância deste tema, o presente trabalho tem por objetivo verificar a (in) eficácia da medida socioeducativa de internação, bem como

o abismo que existe entre a Lei (Estatuto da Criança e do Adolescente) e sua aplicação na realidade fática.

Como foco principal, o presente estudo visa salientar a pertinência em se garantir a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária à criança e ao adolescente, como forma de prevenir a (re) inserção dos mesmos na prática do ato infracional.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a consecução do objetivo deste trabalho foi utilizado o método dedutivo, para que se possa analisar a situação do jovem infrator frente às unidades de internação presentes no Brasil, buscando evidenciar a necessidade de se reavaliar os métodos de recuperação aplicados ao adolescente privado de sua liberdade.

No que diz respeito ao procedimento, este trabalho foi realizado através de uma abordagem indireta, pois que pautado em fontes secundárias e índices extraídos de bancos de dados analisados a partir de pesquisa bibliográfica. Já em relação ao objetivo, foi de caráter descritivo, uma vez que buscou-se ordenar, classificar e compreender a realidade da medida socioeducativa de internação, suas características e irregularidades.

Para tanto, foi realizada uma análise dos dados estatísticos extraídos do Relatório da Resolução nº 67/2011: “Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes”, elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público no ano de 2015. Esses números foram confrontados com as previsões legais de modo a demonstrar o seu adimplemento ou não. Ou seja, os números relativos à medida socioeducativa de internação foram contrapostos ao texto normativo em que se insere o modelo “ressocializador”, buscando-se uma análise da realidade prática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos neste trabalho se fundam na análise do relatório supramencionado, por fazer menção aos dados mais atualizados com relação ao que se pretende analisar, o qual será enfatizado nos parágrafos seguintes.

Segundo o relatório, funcionam no Brasil 369 unidades de internação. Foram inspecionadas pelo órgão ministerial 317 delas, sendo 158 unidades na região Sudeste, 48 no Nordeste, 45 no Sul, 41 no Norte e 25 no Centro-Oeste. Nestas unidades foram constatadas que a capacidade de atendimento é de em média 40 adolescentes, todavia, este número foi ultrapassado em vários centros de internação. Assim vejamos:

Foram eles Bahia e Roraima, ambos com todas as unidades de internação (100%) que atendem a mais de 40 internos; São Paulo, onde se concentra o maior número de

internos no país, 94% das unidades atendiam a mais de 40 internos, cujos índices de 2013 praticamente se mantiveram iguais em 2014; Ceará, 78%; Sergipe, 67%; Paraíba, 60%; Pernambuco, 58%; Minas Gerais, 52%; Amazonas, 50%; Acre, 33%; Mato Grosso do Sul, 25%; Alguns Estados pioraram os índices em relação aos parâmetros do SINASE para o atendimento do número de até 40 adolescentes por unidade. Os Estados foram: Goiás, que do índice de 37% em 2013, subiu para 71% em 2014; Rio Grande do Sul que do índice de 50% em 2013, subiu para 63% em 2014; Paraná teve uma pequena piora, de 50% em 2013 foi para 53% em 2014. (Conselho Nacional do Ministério Público, 2015, p. 31)

As informações levantadas nos mostram a urgência e relevância do Estado em possibilitar a construção de novos centros de internação, considerando que o número de adolescentes privados de sua liberdade deve acompanhar a quantidade de centros de internação. Ao contrário, estaremos diante de unidades superlotadas, passíveis de comprometerem a ressocialização/recuperação do menor e propícias a provocarem possíveis rebeliões.

O ECA, em seu art. 124, VI, preceitua que é direito do adolescente privado de sua liberdade, permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável. Neste ponto, verificou-se que houve um agravamento no quadro geral das regiões, pois os índices de 2014 foram ainda piores do que aqueles levantados no ano de 2013. Em pelo menos 20% das unidades de internação inspecionadas constatou-se que o interno cumpre sua medida em local distante da residência dos pais e/ou responsáveis, o que corresponde à 6.609 adolescentes e jovens que se encontram em tal situação (Conselho Nacional do Ministério Público, 2015).

Neste sentido, evidencia-se a improbabilidade do jovem em conflito com a lei em ter o apoio familiar no cumprimento de sua medida socioeducativa, posto que para grande parte das famílias dos internos deslocar-se até a unidade de internação trata-se de algo impossível, considerando os gastos com transportes e outras despesas. O resultado disto é a objeção da preservação do vínculo familiar e a inviabilidade da família participar do processo de recuperação do menor, tornando este fim ainda mais dificultoso. Outro ponto a se destacar se refere à estrutura física das unidades de internação, que engloba as seguintes questões: salubridade, salas de aula, espaço para profissionalização, prática de esportes, cultura e lazer, bem como a separação dos internos em relação a idade, compleição física e modalidade de internação.

Consoante os termos do artigo 94, inciso VII, do ECA, é dever das unidades que desenvolvem os programas de internação, oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal. No entanto, neste quesito, verifica-se que a situação é bastante comprometedoras em todo o país, considerando que em várias regiões do Brasil, constata-se condições insalubres em mais da metade de suas unidades. Neste sentido, é o que o Conselho Nacional do Ministério Público verificou que (2015, p. 44):

Em 2014, a situação mais crítica, com comprometimento das unidades por falta de higiene, conservação, iluminação e ventilação adequadas, foi verificada nos Estados do Amapá, Mato Grosso, Pará e Roraima, onde a totalidade das unidades de internação visitadas foram consideradas insalubres. A situação é muito crítica em vários outros Estados, com a maioria das unidades consideradas insalubres. Vejamos: Goiás, 86%; Tocantins, 75%; Sergipe, 67%; Rio de Janeiro, 64%; Espírito Santo, 64%; Rondônia, 60%; Rio Grande do Norte, 60%; Paraíba, 60%; Pernambuco, 58%; Rio Grande do Sul, 55%; Santa Catarina, 53%; Acre, Bahia, Alagoas e Mato Grosso do Sul com 50% cada.

A situação aqui demonstrada revela unidades de internação em condições desumanas, longe dos padrões estabelecidos pelo ECA. A realidade é que, diante da falta de investimento por parte do Estado na construção de unidades de internação, os adolescentes são obrigados a cumprir sua medida socioeducativa em locais que, na maioria das vezes, mais se assemelha a uma prisão, considerando a superlotação, a facilidade de proliferação de doenças, a falta de higiene e ventilação.

No que se refere a educação, o mencionado artigo, em seu inciso X, dispõe a obrigatoriedade dos centros de internação de fornecê-la aos adolescentes. Porém, pode-se afirmar que a situação calamitosa não é diferente, pois em todas as regiões do Brasil verificou-se que nas unidades de internação as salas de aula não comportam todos os internos, e, além disso, são inadequadas, levando a efeito seus equipamentos, iluminação e suporte de biblioteca (Conselho Nacional do Ministério Público, 2015).

Neste íterim, cumpre salientar a primordial importância da educação na recuperação do jovem em conflito com a lei, pois, após o cumprimento da medida socioeducativa de internação, a educação poderia ser um instrumento preventivo, contribuindo para a inclusão social e a consequente redução do número de reincidência do adolescente na criminalidade. Todavia, o que se vê é a ocorrência de situações envolvendo agressões físicas e morais, todos os tipos de discriminações e ofensas em face do adolescente, os quais não veem motivos para a permanecerem no ambiente escolar (ZANELLA, 2010).

O artigo 94 do ECA, também faz menção ao dever das unidades em fomentar a profissionalização em favor dos internos. Todavia, apura-se um número ainda pior que o da educação. De acordo com o relatório, com exceção da região Sudeste, onde 80,4% das unidades detém o espaço adequado para a profissionalização dos internos, nas demais regiões, o percentual é desanimador: 48,0% no Centro-Oeste; 39,6% no Nordeste, 41,5% no Norte e 44,4% no Sul.

Cumpre salientar que em conjunto com a educação, a profissionalização pode ser considerada um dos pontos mais relevantes para alcançar a finalidade que o ECA almeja. Profissionalizar o adolescente e jovem em conflito com a lei significa conceder a ele a oportunidade de emprego e, por via de consequência a forma de saída da marginalidade. Do contrário, sem perspectiva de trabalho e renda, o menor se vê atraído pelas “facilidades” do mundo do crime, e acaba reincidindo na prática do ato infracional.

Ainda segundo o artigo 94 do ECA, em seu inciso XI, é obrigação da entidade que desenvolve o programa de internação propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer. No entanto, neste íterim, os índices são também baixos na maioria das regiões do Brasil. De acordo com os dados do ano de 2014, salvo a região Sudeste, onde o espaço foi verificado em 89,2% das unidades inspecionadas, no Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sul, verificou-se a existência desses importantes espaços em apenas 52,0%, 54,2%, 48,8% e 60,0% das unidades visitadas, respectivamente (Conselho Nacional do Ministério Público, 2015).

Percebe-se que o Estado não confere a atenção devida ao adolescente privado de sua liberdade, pois este acaba tendo a mesma tratativa de um presidiário. O ócio toma conta de sua rotina no lugar de atividades que contribuiriam para seu desenvolvimento físico e mental, assim como a revolta e a insatisfação são características precípua dos internos, dando ensejo a rebeliões e insubordinação.

Verifica-se que, apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente primar pela ressocialização do adolescente não há na prática políticas públicas voltadas para a sua efetividade. Assim, por trás de um discurso universal apregoado pelo Estatuto, há uma sociedade desigual, dotada de estigmatização, seletividade e criminalização (MARTINS, 2011).

Apesar de haver a resposta “punitiva” do Estado em face da conduta delituosa do menor em conflito com a lei através da imposição da medida socioeducativa de internação, esta não tem sido aplicada de forma eficiente, tendo em vista o atual cenário das unidades de internação. Assim, independentemente do tempo em que o adolescente for submetido ao cumprimento da medida de internação, não ocorrerá a sua real recuperação, considerando a baixa qualidade deste método ressocializador.

O caminho para alcançar a efetiva recuperação do menor em conflito com a lei está na junção e cooperação entre o Estado, a família e a sociedade, os quais, não só podem como devem conferir a integral proteção ao menor, agindo, cada um, de acordo com as suas possibilidades e segundo o que a lei determina, garantindo e desenvolvendo políticas públicas através de um modelo protetivo e socioeducativo com objetivos pedagógicos e ressocializadores (BERRO, 2013).

Imediatamente, deve ser implementando medidas para alcançar uma sociedade mais igualitária e justa, bem como superar os obstáculos que impedem a efetivação dos objetivos almejados pelo modelo da proteção integral da criança e do adolescente na aplicação da medida socioeducativa de internação, levando em consideração que períodos mais longos de internação não é sinônimo de redução da taxa de atos infracionais ou que isto contribuirá para a ressocialização do menor em conflito com a lei de forma mais efetiva (AZEVEDO, 2013).

CONCLUSÕES

Muito embora tenha ocorrido um enorme avanço com relação ao tratamento conferido à criança e ao adolescente por meio da instituição de leis protetoras e garantidoras de direitos inerentes aos menores, vê-se na realidade prática uma imensa dificuldade na implementação de suas normas, que se dá em razão da falta de investimentos suficientes para a construção de unidades de internação segundo os parâmetros instituídos pelo ECA e Lei Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012 (Lei do Sistema Nacional do Sistema Socioeducativo – Sinase), assim como pela desestrutura familiar e social existente, condicionando a reincidência do adolescente na marginalidade.

A pretensão da medida socioeducativa de internação de conciliar a privação de liberdade com o oferecimento de atividades que propiciam a recuperação e ressocialização do menor em conflito com a lei, na prática não é alcançada, falta-lhe uma aplicação digna e correta, e principalmente condizente com os direitos e garantias inerentes à condição de indivíduo em desenvolvimento, sendo este o caminho provável para a ocorrência do progresso que tanto é almejado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Nayara Aline Schmitt. ENTRE O MODELO MENORISTA E O MODELO PROTETIVO: a identidade da atuação jurisdicional na aplicação de medidas socioeducativas no Brasil contemporâneo. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/117177/tcc_vers%C3%A3o_final_biblioteca.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 01 de abril de 2017.

BERRO, Maria Priscila. Adolescente em conflito com a lei e o direito à reinserção. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=5a1106fcb6c23317>. Acesso em: 21 de maio de 2017.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase, regulamenta a execução da medida socioeducativa e altera algumas leis. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

Conselho Nacional de Justiça. Tráfico de drogas é o crime mais cometido pelos menores infratores. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84034- trafico-de-drogas-e-o-crime-mais-cometido-pelos-menores-infratores>>. Acesso em: 25 de novembro de 2017.

Conselho Nacional do Ministério Público. Relatório da Infância e Juventude - Resolução nº 67/2011: um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: CNMP, 2015.

MARTINS, Carla Benitez. O (DES)CONTROLE SOCIAL DO CAPITAL: contribuições para uma análise dialética da criminalização da juventude popular brasileira. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/95764/297910.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 de março de 2017.

ZANELLA, Maria Nilvane. Adolescente em conflito com a lei e a escola: uma relação possível? Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 2010 (3): 4-22.

A IMPORTÂNCIA DO MELHORAMENTO GENÉTICO E DA GESTÃO NO PROCESSO DE MANEJO DE VARIEDADES PARA O AGRONEGÓCIO DA CANA-DE-AÇÚCAR

MAIARA GENIFFER DOS SANTOS

Juares Aparecido Domingos

INTRODUÇÃO

Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2016) apontam o Brasil, como o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, exercendo grande importância no agronegócio brasileiro. Segundo perspectivas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2017), até o ano de 2024, o Brasil continua e seguirá sendo o maior produtor e exportador mundial de açúcar, com aumento anual de 2,9% da área cultivada, podendo chegar à 11,5 milhões de hectares. O Estado de Goiás, que era considerando marginal no cultivo de cana-de-açúcar, acompanha este crescimento e assume forte posição no Brasil em termos de área plantada (REIS, 2009), sendo responsável por 10,4% da área total de cana de açúcar existente hoje na região centro-oeste (CONAB, 2016).

O Melhoramento genético é uma grande ferramenta para garantir a sustentabilidade da cultura da cana-de-açúcar, atuando na redução de custos, na eficiência da cultura e no aumento da produtividade³ (GOES E MARRA, 2017). A base para a expansão da cultura em diversas regiões do Brasil tem sido a utilização de variedades⁴ altamente produtivas, com valor agregado e que apresentam adaptabilidade à diversos ambientes de produção⁵ (MORAIS et al. 2015). A orientação quanto à essa adaptabilidade de variedades de cana às condições de clima e solo de determinada região é feita pelo Programa Cana, do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), através do projeto denominado Ambicana. Adotando os conceitos deste projeto, é possível aumentar em cerca de 20% a produtividade dos canaviais (JORNAL DO CAMPO, 2017).

Hoje, existem quatro programas de melhoramento de cana-de-açúcar no Brasil (GOES E MARRA, 2017). O Objetivo maior desses programas é buscar o desenvolvimento de variedades geneticamente superiores, que contribuam de forma positiva para o setor sucroenergético (MORAIS et al. 2015). Atualmente são cultivadas mais de 500 variedades de cana no Brasil, sendo que 51 delas, foram liberadas nos últimos 10 anos (MACEDO, 2007 apud GOES E MARRA, 2017). Nos últimos 50 anos, a cultura teve um crescimento de aproximadamente 40% na sua produtividade, o que comprova que a execução dos programas de melhoramento genético e a busca pelo manejo⁶ correto dessas variedades tem sido feita com sucesso (MORAIS, et al. 2015).

De acordo com Landell (2016), é muito importante conhecer o Censo Varietal⁷ da usina e manejar de forma correta, pois a diversidade de variedades é estratégica para

garantir que, em casos de ataque de pragas ou doença severa, a segurança biológica seja mantida, e evite que grande parte do canavial seja atingida, para isso o IAC recomenda, que em uma área de produção, cada variedade de cana-de-açúcar não supere 15% do total.

Diante deste cenário, o objetivo geral deste artigo é destacar a importância do melhoramento genético e do manejo varietal para o setor sucroalcooleiro. Os objetivos específicos se resumem em: Demonstrar a relevância da manutenção do Censo Varietal em padrões aceitáveis; exemplificar, através de dados, ganhos com incremento de produtividade, obtidos pela INTRODUÇÃO de variedades modernas e pela correta alocação de acordo com diferentes ambientes de produção (Ambicana); frisar a importância da sanidade de viveiros e da atividade de Roguing e Tratamento térmico para o sucesso do manejo varietal; destacar a importância do desenvolvimento de variedades, através de polos regionais provindos de parcerias entre os centros de pesquisa e as usinas.

Visto que o melhoramento genético da cana-de-açúcar necessita de mais investimentos, e que o manejo de variedades é bastante complexo, e muitas usinas ainda o fazem de forma simples ou incorreta, optando pela adoção de variedades ultrapassadas, ao invés de investir em variedades modernas, e que nem sempre o manejo delas é feito de forma adequada, a fim de conciliar características regionais de clima e solo, e de manter a sanidade dos viveiros de multiplicação dessas variedades, este trabalho se torna essencial para mostrar o quanto o melhoramento de variedades e o manejo correto delas, pode ser vantajoso, para as usinas.

Este trabalho foi realizado nas usinas Jalles Machado S/A e Unidade Otávio Lage S/A, com base em Pesquisa bibliográfica, documental e estudo de campo, onde buscou-se, a partir dos dados coletados e de observações feitas em campo, uma melhor compreensão dos fatores que envolvem o processo de melhoramento genético de variedades de cana-de-açúcar em ambas as unidades produtoras, assim como também buscou-se identificar as vantagens obtidas à longo prazo, quando colocada em prática, a gestão correta das variedades cultivadas. A partir dos dados, foram gerados gráficos e tabelas para uma melhor compreensão e análise dos dados. Os resultados foram discutidos conciliando as informações observadas em campo.

MATERIAL E MÉTODOS

Constituiu-se de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, e estudo de campo. Para o levantamento bibliográfico, foram utilizados artigos, livros, documentos e sites oficiais de diversos autores e instituições, direcionados para o tema proposto no trabalho; a pesquisa documental foi feita através do banco de dados da usina, utilizando relatórios, tabelas, planilhas e gráficos de resultados históricos; o estudo de campo foi feito com base em observações em campo das atividades realizadas.

Parte dos dados foram coletados através de um sistema de gerenciamento, planejamento e controle agroindustrial chamado GATEC utilizado pela empresa desde

2005. O sistema possui módulos específicos para diversas atividades realizadas na usina, onde são feitos os inputs de dados e a geração de relatórios ou gráficos de resultados. As demais informações utilizadas para compor o trabalho foram obtidas através do sistema interno de armazenamento de dados da usina.

Foi feita uma análise descritiva quali quantitativa. Buscou-se conciliar as informações obtidas a partir de observações das feitas em campo, com os dados coletados no sistema GATEC e no sistema interno de armazenamento de dados da usina, em prol de buscar explicações e interpretações e de justificar a importância proposta pelo trabalho. Os dados foram tabulados em Excel, compondo tabelas e gráficos para a melhor compreensão e análise das informações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O manejo de variedades está ancorado no chamado Censo Varietal. Ele está representado pelas variedades que são cultivadas dentro da usina e suas respectivas porcentagens de área plantada. Na Tabela 1, estão listadas as variedades que compõem o censo varietal de cana-de-açúcar da Unidade Otávio Lage, incluindo a área plantada em hectares, e as porcentagens de área plantada em 2017 para cada uma delas.

Uns dos fatores que chama a atenção na tabela 1 é a quantidade e a diversificação das variedades utilizadas pela usina. São vinte e seis variedades cultivadas atualmente e que foram inseridas a partir da parceria entre a usina e três dos quatro centros de pesquisa e desenvolvimento com foco em melhoramento genético de cana-de-açúcar existentes no Brasil, o IAC, o CTC/SP e a RIDESA (RB), já mencionados no item 2.1. A partir disso, percebe-se a importância dessas parcerias para as usinas produtoras de cana na inserção dessas variedades e o quanto a Unidade Otávio Lage se preocupa em manter este vínculo. O CTC (2017), afirma que a produção sucroenergética do Brasil, está fortemente ancorada na diversificação no uso de variedades de cana, que apresentem desempenho favorável em condições diversas do país, e o fato de a usina adotar essa estratégia de diversificação das variedades cultivadas, mostra que ela está seguindo o caminho certo.

Quanto à área cultivada por variedade, Landell (2016) diz que o IAC recomenda que em uma área de produção, uma única variedade não ultrapasse mais de 15% do total das variedades plantadas. A partir deste conceito, observa-se na tabela 1, que quase todas as variedades estão enquadradas nessa recomendação, com porcentagens inferiores à 15%, sendo que do total, apenas duas ultrapassam esse limite: a CTC4 e a IAC91-1099, com 16,78% e 16,71% respectivamente. Considerando as dificuldades encontradas no processo de alocação dessas variedades, acredita-se que estes são valores aceitáveis, mas que ainda sim, precisam ser trabalhados nos anos seguintes.

No Gráfico 1 estão representadas as dez principais variedades citadas na tabela 1, e que compõem o Censo Varietal da usina, as demais estão classificadas como “Outras”. As porcentagens referem-se à área de cultivo de cada variedade com relação à área total cultivada

considerando a safra 2017/18.

Observa-se que a maioria da área plantada corresponde à cinco variedades, consideradas

como variedades em destaque na usina, somando 70,7% da área total cultivada, enquanto as

outras cinco seguem com 15,3% da área total cultivada, e as demais variedades, chamadas

“Outras” representam 14,0%.

Na Figura 1, está o resultado do primeiro relatório mensal do Censo Varietal da safra

2017/18 divulgado pelo IAC, para a região Centro-Sul do Brasil, onde os dados foram

consolidados por região/estado, sendo elas Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato

Grosso/ Tocantins, Paraná e São Paulo, com informações de 82 unidades produtoras de canade-

açúcar, totalizando 2,26 milhões de hectares cultivados.

Comparando os resultados da usina (Gráfico 1) com os resultados do estado de Goiás (Figura 1), percebe-se que, seis das dez variedades mais cultivadas no estado de Goiás, aparecem também no censo da usina, o que mostra que a empresa está seguindo as tendências voltadas para o estado. Se fizermos essa comparação para os demais estados, vemos que algumas variedades, não estão entre as dez mais plantadas na usina e nem no estado de Goiás, como por exemplo a variedade SP80-1842, que ocupa o quarto lugar em Minas Gerais e o nono lugar no Mato Grosso do Sul, ou a RB855453 que ocupa o sétimo lugar em Minas Gerais e Mato Grosso do Sul; o nono lugar em Mato Grosso e Tocantins; e o quinto lugar em São Paulo e Paraná, entre outras. Isto se justifica pelo fato de que algumas variedades são adaptadas às condições específicas de determinada região e não teriam bons resultados se cultivadas em outras condições.

A partir destes resultados, verifica-se que o manejo correto das variedades inclui a técnica em saber qual variedade deve ser inserida no censo varietal da usina, e o quanto de área pode ser cultivada com essa variedade, considerando as limitações, a capacidade de adaptação à essas regiões onde serão inseridas e os benefícios que possam trazer para a usina.

Quanto às porcentagens de área cultivada por variedade, pensando na recomendação do IAC, observando a figura 1, verifica-se que todos os estados possuem variedades que ultrapassam o limite dos 15%, os estados que mais se aproximam da recomendação são os estados do Paraná, com 16,7% da variedade RB966928 e de São Paulo, com 18% da variedade RB867515. Os demais estados, Minas Gerais, Mato grosso do Sul e Mato grosso/Tocantins possuem variedades com 25,8%, 33,1% e 24,7% de área cultivada respectivamente. O cenário da usina, inclusive, é melhor do que a média do

próprio estado de Goiás, do qual está inserida, pois o resultado do estado mostra a variedade RB867515 com 20,4% de área cultivada, enquanto que na usina, o valor máximo é percebido para a variedade CTC4, com 16,8%. Isto indica que a usina Unidade Otávio Lage, está manejando muito bem seu censo varietal, a partir da distribuição da área cultivada por variedade.

É importante destacar que quando há no censo varietal, variedades que ultrapassam muito o limite dos 15% de área cultivada, isto significa que a usina está centralizando uma única variedade, ao relevar que historicamente, ela tem trazido resultados positivos, e com isso, deixa de dar oportunidade à inserção de variedades modernas, que possam contribuir para a elevação da produtividade média da usina, e isto pode trazer impactos futuros.

A tabela 2 traz de forma detalhada, as quinze variedades cultivadas na Unidade Otávio Lage com maior volume de área plantada em 2016 e a evolução dessa área, em hectares, nos anos de 2008 a 2016.

Esses ganhos em TCH são resultados principalmente dos trabalhos de melhoramento genético promovido pelos centros de pesquisa em parceria com as usinas produtoras, que proporcionam o desenvolvimento de novas variedades. É resultado também do correto manejo dessas variedades, incluindo a escolha dos materiais a serem introduzidos nas áreas de plantio, e a sua correta alocação nos ambientes de produção adequados.

CONCLUSÕES

A parceria estabelecida entre os centros de pesquisa e as unidades produtoras de cana-de-açúcar é fundamental para o surgimento de novas variedades, mais produtivas e adaptadas, que possam agregar positivamente aos resultados de performance das usinas. É importante diversificar, evitando a centralização da área cultivada à poucas variedades.

O processo de gestão de variedades no Centro-sul ainda é falho, na média, todas as regiões contempladas no censo varietal do IAC, em 2017, possuem variedades que ultrapassam o limite máximo exigido de 15% do total de área cultivada. Observa-se que há oportunidades de inserção de variedades modernas nessas regiões, muitas das variedades cultivadas ainda são variedades antigas, que tem trazido resultados bons, porém que já foram equiparadas ou superadas por outras mais recentes. Percebe-se um certo receio por parte das unidades produtoras em substituir variedades antigas, quando elas ainda se mostram positivas, e isto impede o crescimento que seria alcançado pelo incremento de produtividade proporcionado pelas variedades modernas.

O planejamento das variedades a serem utilizadas no momento da reforma é fundamental, daí torna-se importante conhecer as variedades disponíveis, que tenham os melhores resultados e que se adaptam ao ambiente de produção que serão inseridas, para então definir quais delas devem ser plantadas e o quanto de área deve ser investido no plantio. Para isto, é importante que a tomada de decisão seja a mais correta e coerente

possível e neste quesito, torna-se vantajoso consultorias de profissionais renomados, como é feito pela Unidade Otávio Lage, que conta com a consultoria do coordenador do IAC, Marcos Landell, que possui amplo conhecimento e experiência.

É importante a definição de variedades prioridades a serem cultivadas na usina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, J. Ambientes de Produção como ferramenta de produtividade para cana-de-açúcar. Disponível em: <http://www.nutricaoodesafras.com.br/ambientes-de-producao-como-ferramenta-de-produtividade-para-cana-de-acucar-ambicana#?7258dda8-3796-4e4a-aa05-5362a445b6ab=0>. Acesso em: 17 abr. 2017

BEAUCLAIR, E. Manejo Varietal da Cana: Importante Ferramenta no Canavial. *Jornal dia de Campo*: 2010. Entrevista concedida à Zuazo, P. e Royo, J.

CESNIK, R. Melhoramento da Cana-de-açúcar: Marco Sucro-alcooleiro no Brasil. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/catalogo/RE_C000fjii7oro02_wyiv80sq98yqv37xy4p.html. Acesso em: 16 abr. 2017

CHERUBIM, N. A Cana do Futuro. *REVISTA RPA NEWS CANA E INDÚSTRIA*. Disponível em: <http://revista.rpanews.com.br/index.php/publi/item/332-especial-ed178>. Acesso em: 16 Abr. 2017.

COLETI, J. T. O Peso da Variedade entre os Componentes de um Manejo Racional da Lavoura Canavieira. III Encontro de Usuários de Variedades de Cana-de-açúcar. Disponível em: http://www.stab.org.br/palestra_iii_encontro_de_variedades/jose_tadeu_coleti.pdf. Acesso em: 13 Maio 2017.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento da Safra Brasileira. V.2. N.3. Terceiro levantamento. Brasília, 2015.

CTC. CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA. Variedades CTC. Disponível em: <http://www.ctcanavieira.com.br/melhoramentogenetico.html>. Acesso em: 14 abr. 2017.

CTC. CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA. Boletim técnico: Viveiros. Disponível em: <http://www.ctcanavieira.com.br/downloads/viveiros.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2014.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Doenças da Cana-de-açúcar e seu Controle. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/InformacoesAgronomicas_67ID-fdwBc3usO9.pdf. Acesso em: 17 abr. 2017.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. Perspectivas Agrícolas no Brasil: desafios da agricultura brasileira 2015-2024. Disponível em: <http://www.fao.org.br/download/PA20142015CB.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2017.

GOES, T; MARRA, R. A Expansão da Cana-de-açúcar e sua Sustentabilidade. Disponível

em:https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Expansao_cana_Goes_000fjd7bwaq2wyiv809gkz51l17qf66.pdf. Acesso em: 07 nov. 2017.

JORNAL DO CAMPO. Artigos Especiais. Acesso em: <http://www.diadecampo.com.br/zpubl>

isher/materias/Materia.asp?id=33507&secao=Artigos%20Especiais&c2=Manejo.

Disponível em: 06 abr. 2017.

LANDELL, et al. Seleção de Novas Variedades de Cana-de-açúcar e seu Manejo de Produção. Encarte do Informações Agrônomicas Nº 110. Ribeirão Preto, 2005.

LANDELL, M. G. A. Censo Varietal IAC. Instituto Agrônomico de Campinas: 2016. Entrevista concedida à C. Gomes.

LANDELL, M. G. A. Censo Varietal Ajuda na Produtividade nas Lavouras de Cana. Instituto Agrônomico de Campinas: 2017. Entrevista concedida à Jornal Canal Bioenergia.

MELO, G. W. B. Árvore do Conhecimento: Solo e Água. Embrapa. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/uva_para_processamento/arvore/CONT000g5f8cou902wx5ok0bb4szwxd0uzh8.html. Acesso em: 17 abr. 2017.

MORAIS, et al. Melhoramento Genético da Cana-de-açúcar. EMBRAPA Tabuleiros Costeiros, Aracaju, 2015.

PRADO, H.; VITTI, A. C. Solos e Ambientes de Produção para Cana-de-açúcar na Região Centro-Sul do Brasil. Ribeirão Preto. 2013. Disponível em: http://www.infobibos.com/cursocana/alunos/aulas/aula2/aula2_cana_helio_2013.pdf. Acesso em: 14 abr. 2017.

REIS, A. J. S. O Melhoramento Genético e a Expansão da Cana-de-açúcar no Bioma Cerrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG. Goiânia, 2009.

REVISTA POLÍMEROS. A atividade de P&D na empresa: o caso da indústria petroquímica. São Carlos, v.11, n.2, p.E4-E9, June 2001. Disponível em: <http://www.scielo>

.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010414282001000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 Fev. 2017.

RIDESA. REDE INTERUNIVERSITÁRIA DO SETOR SUCROALCOOLEIRO. Para Conquistar o Cerrado a Cana Precisa ser personalizada. Disponível em: <https://ridesa.agro.ufg.br/n/43811-para-conquistar-o-cerrado-a-cana-precisa-ser-personalizada> Acesso em: 13 abr. 2017.

A INCLUSÃO SOCIAL DO DEFICIENTE NA ESFERA TRABALHISTA

JUCILÉIA DA SILVA SOUZA

MYRIAM CHRISTINA ALVES RODRIGUES

Lanna Gleyce Mota Luz

Jéssica Vitória Pedroso dos Santos

INTRODUÇÃO

No Brasil a Constituição de 1988 foi a primeira Carta Constitucional que enfatizou, sobremaneira, a tutela da pessoa com deficiência no trabalho. O art. 7º. inciso XXXI da Constituição Federal (CF) (BRASIL, 1988), preceitua: “proibição de qualquer discriminação no tocante a salário ou critérios de admissão do trabalhador pessoa com deficiência” (BRASIL, 1988). Este dispositivo é de vital importância, como se vê, pois a nação brasileira assume o compromisso de admitir a pessoa com deficiência como trabalhador, desde que sua limitação física não seja incompatível com as atividades profissionais disponíveis.

Entretanto, como asseveram Diniz, Squinca e Medeiros (2007), no tocante a definição de políticas públicas, verifica-se que a deficiência trás a concepção da presença de variações de certas habilidades que configurem como restrições ou lesões físicas.

Urge salientar que, a inserção do portador de necessidades físicas no mercado de trabalho ainda se constitui um grande desafio no Brasil, muito embora a Constituição Federal propague no art. 1º, inciso III, (BRASIL, 1988), a questão da “dignidade da pessoa humana” como princípio de extrema importância dentro desta temática e, já explicitado no capítulo anterior. Assim, esse princípio deve ser bem digerido quando se tratar de pessoas que possuam alguma espécie de deficiência e sua ativa participação no âmbito laboral.

No Brasil, a Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978 (BRASIL, 1978) já estabelecia em seu único artigo, inciso III, que os deficientes não poderiam em hipótese alguma sofrer discriminação, inclusive quanto à admissão ao mercado de trabalho ou ao serviço público e a salários. (MARTINS, 2008). Assim, podemos dizer que a questão evoluiu, porém, há muito que se fazer para equacionar o grande déficit social envolvendo os portadores de deficiência.

Além disso, a Recomendação nº 99, de 1955 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), trouxe a previsão de que havia a necessidade de adaptação e readaptação profissional de inválidos, com a pretensão de que fossem assegurados a esses trabalhadores os meios de ingresso no mercado de trabalho, além de orientação na obtenção e mudança de emprego. (MARTINS, 2008).

A tutela das Pessoas com deficiência, físicas ou mentais é matéria de enaltecido e esplendoroso destaque nas declarações de direito e convenções internacionais. A Declaração dos Direitos das Pessoas com deficiência, aprovada pela Assembleia Geral

das Organizações Unidas (ONU), no ano de 1975, trouxe a previsão do direito da pessoa com deficiência à segurança econômica e social, além de um nível de vida decente. Na mesma linha de raciocínio temos a Convenção Internacional para Eliminação de todas as formas de discriminação contra as Pessoas com Deficiência, celebrada no âmbito da OEA – Organização dos Estados Americanos e ratificada pelo Brasil em 14 de setembro de 2000 e promulgada pelo Decreto nº 3.956/01. (BRASIL, 2001).

A Constituição Federal atual consagra os direitos individuais relacionados aos direitos diretamente vinculados ao conceito da pessoa humana e de sua própria personalidade, dentre os quais o direito à vida, à dignidade, à liberdade, previstos no art. 5º da Carta Magna de 1988, que alberga, especialmente, os direitos fundamentais de primeira geração. (PAULO; ALEXANDRINO, 2012).

A inclusão do trabalhador pessoa com deficiência é tutelada por meio do artigo 7º, inciso XXXI, da Constituição da República, no qual se proíbe qualquer tipo de discriminação, com relação a salários ou critérios de admissão. (BRASIL, 1988).

Contudo, a fim de que haja adesão generalizada por parte dos que detém a condição de empregabilidade, é direitos humanos necessários, à força coercitiva da lei sobre “os direitos às garantias instrumentais”, os quais são poderes de mobilizar a atuação do Estado, em especial do Judiciário, em defesa do direito da pessoa humana. (FERREIRA FILHO, 2008, p.104).

Nesse vértice, Melo (2007) ressalta que o princípio da dignidade humana, funciona e destaca-se como uma espécie de fonte jurídico positiva para os demais direitos fundamentais, o que lhes possibilita harmonia e unidade trazendo uma real concepção de sistema. Desse modo, Silva (2000) arguiu que a dignidade da pessoa humana se constitui uma espécie de valor soberano que chama para si, o conteúdo de todos os direitos basilares do ser humano, a partir do direito à vida. Este princípio coloca o ser humano como o fim derradeiro da sociedade.

O princípio da igualdade está consagrado no art. 5º caput, da Constituição Federal (Brasil, 1988) que dispõe que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. Essa igualdade no que diz respeito ao deficiente físico se estende ao campo da inclusão laboral. Desse modo, esse princípio, elencado na Constituição Federal, trabalha com o propósito propiciar maior acesso aos cargos, empregos e funções (inclusive públicas) ao portador de necessidades combatendo, assim, qualquer espécie de discriminação contra este. (BISPO, 2008).

A Lei nº. 8.213/1991 (Lei de Cotas) pode ser vista como uma das principais conquistas formais que garantem aos deficientes o direito de inclusão no mercado de trabalho quer na órbita pública quer na privada. (OLIVEIRA, 2009).

Mas, na prática não é o que se observa, em que pese à referida norma determinar às organizações públicas e privadas que destinem uma porcentagem de seus postos de

trabalho às pessoas com deficiências. Ainda que tenham sido abertas as possibilidades de inserções no mercado laboral aos integrantes desse grupo da sociedade, porém, ainda estão abaixo, se comparadas com os países desenvolvidos. (OLIVEIRA, 2009).

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada para a elaboração da monografia foi o de compilação ou o bibliográfico, que consiste na exposição do pensamento de vários autores que escreveram sobre o tema escolhido. Salienta-se, ainda, que todos os procedimentos utilizados foram caracterizados pela precisão de ideias, clareza e concisão dos argumentos.

Destarte, buscou-se pesquisar o maior número possível de obras publicadas acerca do assunto, com o objetivo de se organizar às várias opiniões, antepondo-as, logicamente, quando se apresentarem antagônicas, com a finalidade da harmonização dos pontos de vistas existentes, para uma mesma direção.

Enfim, tal metodologia propõe-se apresentar, de forma nítida e didática, um panorama das posições adotadas pela doutrina pátria em vasto acervo de livros, em artigos publicados na internet e pela legislação brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objeto principal de estudo do presente trabalho foi a inclusão social do deficiente na esfera trabalhista. Teve como finalidade analisar a realidade da pessoa com deficiência no mercado de trabalho brasileiro e, as inúmeras implicações atribuídas pelo ordenamento jurídico pátrio no tocante ao tratamento que deve ser dispensado a esse grupo de pessoas.

A escolha do tema ocorreu particularmente ao fato do mesmo provocar discussão nos meios doutrinários e jurisprudenciais e, por atingir um contingente de elevada importância na sociedade que são os dos deficientes.

A temática mereceu a devida atenção em razão de envolver consequências sociais que acabam por contribuir para uma reflexão pessoal mais consistente e aprofundada e para uma formação profissional que não ignore os fenômenos sociológicos.

Para o meio acadêmico este trabalho apresentou um referencial teórico possível de futuras pesquisas, uma vez que apresentou uma natureza interdisciplinar unindo as leis infraconstitucionais e a Constituição Federal, bem como Ciências Políticas e Sociais que são conteúdos integrantes do Curso de Direito.

Para a esfera social, especificamente, a sua importância se deveu ao fato de discutir um tema com influência direta na sociedade brasileira e mundial, propondo maior efetividade da lei específica contra a discriminação e vedação a inclusão social do deficiente.

As medidas a serem adotadas no sentido de consolidar a inclusão social do deficiente servem para o bem estar humano. Com isso, pretende-se incentivar uma reflexão social sobre a questão, além de buscar o debate e a participação da sociedade em

geral que também se recente com o problema da discriminação a pessoa com deficiência, uma vez que não é tão raro encontrar uma família que não tenha uma pessoa com algum tipo de limitação física ou mental.

Para tanto, o estudo abordou como ocorre a inclusão do deficiente no mercado de trabalho. Nesse sentido, discorreu acerca dos aspectos evolutivos e sociais relacionados ao deficiente; da realidade brasileira acerca da questão; da aplicação da legislação infraconstitucional pertinente à temática e; da responsabilidade social da empresa e do empregador nesse contexto.

O estudo revelou um melhor entendimento da temática, induzindo a apresentar os princípios elementares, também inerentes a pessoa com deficiência e que são consagrados pela Constituição Federal de 1988. Quais sejam: o princípio da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da não discriminação.

Finalmente, tratou acerca da aplicação da Lei de Cotas no âmbito das empresas com ênfase à sua efetivação, os principais desafios para a contratação de pessoa com deficiência e o posicionamento das empresas.

Ademais, a presente atividade encerra-se com a conclusão, na qual são expostos os pontos finais, seguidos da estimulação à continuação das análises e das reflexões acerca da inclusão social da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

CONCLUSÕES

Em que pese o avanço no tocante a inserção social da pessoa com deficiência, há muito que ser feito por Estado, sociedade e empresas a fim de que as oportunidades sejam criadas e, minorada toda forma de discriminação contra essa classe de pessoas, principalmente, no que diz respeito ao seu ingresso no mercado de trabalho.

Com esse intento, inicialmente, o estudo deixou demonstrado as diferentes nuances acerca da inclusão do pessoa com deficiência no mercado laboral tratando dos aspectos evolutivos e sociais do deficiente, a realidade brasileira, a lei infraconstitucional específica e a responsabilidade social da empresa bem como do empregador.

Assim, no sentido de evidenciar o valor do deficiente é que surgiram as legislações para tutelar o direito dessa classe da população. Agora, para que a lei se concretize, deve existir por parte das empresas e empregadores a decisão de incluir os deficientes no âmbito trabalhista.

Intermediariamente, a presente atividade levou a efeito uma análise acerca da importância dos princípios constitucionais colaboradores para a inclusão do deficiente. Por esses princípios entende-se que o deficiente não pode ser tratado como escória da sociedade e como gente sem condição de exercer qualquer atividade na sociedade e na esfera trabalhista.

É sabido que a contratação de uma pessoa deficiente, ainda é questão que gera polêmica, mas, a realidade tem sido atingida por uma grande modificação com o passar

dos anos, e em um tempo futuro as empresas estarão mais aptas à contratação, e consecutivamente crescerão a inserção no mercado de trabalho, auxiliando a noção de que o diferente pode sim ser igual diante dos considerados normais, no tão concorrido mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BISPO, Jane Gleisy Rodrigues. Necessidades especiais e trabalho. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1822, 27 jun. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11439>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Vade Mecum RT. 5ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. Emenda constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc12-78.htm>. Acesso em: 13 de set. 2014.

DINIZ, Debora; SQUINCA, Flávia; MEDEIROS, Marcelo. Deficiência, Cuidado e Justiça Distributiva. Série Anis (Brasília), 2007.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2008.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 24 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, Nehemias Domingos de. O princípio da dignidade humana e a interpretação dos direitos humanos. (2007). Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1779>>. Acesso em: 26 de mai. 2014.

OLIVEIRA, Thiago Fernandes de. Lei de cotas para pessoas com necessidades especiais: as dificuldades de inclusão ao mercado de trabalho (2009). Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/lei-de-cotas-para-pessoas-com-necessidades-especiais-as-dificuldades-de-inclusao-ao-mercado-de-trabalho/35536>>. Acesso em: 26 de ago. 2014.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito constitucional descomplicado. 9ª. ed. São Paulo: Método, 2012.

SILVA, Roberta Pappen. O princípio da igualdade no direito do trabalho. Disponível em:

<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5962>. Acesso em: 14 de jul. 2014.

A inserção das políticas institucionais no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Faculdade Evangélica de Goianésia

Marcos Antônio de Carvalho Rosa

Myriam Christina Alves Rodrigues

Roberto Fernandes de Melo

Aquila Raimundo Pinheiro Lima

Wesley de Freitas

Luana Bispo de Assis

INTRODUÇÃO

O projeto pedagógico institucional é um documento de fundamental importância para a instituição de ensino superior, pois apresenta os propósitos próprios obedecendo as questões propostas nos princípios estatutários em questão.

A implementação e consolidação de uma instituição de ensino superior perpassa a consolidação de um projeto pedagógico institucional que possa nortear ações enquanto instrumento político, teórico e metodológico, apontando o rumo dos programas, projetos e ações. É ainda tarefa do PPI a reflexão sobre a função social da IES e sua atuação na sociedade, capacidade de diálogo e articulação com a comunidade externa em geral.

Para tanto o INEP tem apresentado novos desafios às IES para sua consolidação permanência no cenário brasileiro relacionadas à inserção de políticas institucionais que visem garantir direitos humanos, inclusão e acessibilidade.

Qual o nível de inserção das políticas institucionais nos documentos institucionais das instituições de ensino superior? Essa presença e efetivação é que garante a consolidação dessas políticas? Essa é a problemática em questão.

O recorte temporal é o semestre de 2017/1 quando os documentos foram reformados, exigência cotidiana para adaptações e inserções de novas temáticas, ações e reflexões oriundas da trajetória e caminhos da educação superior no Brasil. O artigo se justifica pela relevância da discussão sobre as políticas de inclusão, direitos humanos e acessibilidade serem trabalhadas na educação superior, e para tanto, sua inserção nos documentos institucionais.

O objetivo geral se constitui na identificação das políticas institucionais no projeto pedagógico institucional da Faculdade Evangélica de Goianésia, tendo como objetivos específicos apontar quais políticas são indicadas e refletir sobre a construção desses contextos na IES. O texto se constitui numa perspectiva que reflete a Psicologia Histórico Cultural, trazendo conceitos como circulação de sentidos, mediação intencional e desenvolvimento humano como norteadores das transformações institucionais que geram modificações na sociedade e nos sujeitos.

MATERIAL E MÉTODOS

Pesquisa científica padrão utilizando método documental, tendo como documento o projeto pedagógico institucional da Faculdade Evangélica de Goianésia, analisando os dados encontrados à luz da literatura vigente relacionada ao tema. Parte-se de uma epistemologia qualitativa onde os elementos apontados no PPI passam por análise seguindo os nortes da política pública estabelecida e fazendo reflexão teórico-metodológica amparada na perspectiva da psicologia Histórico Cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Faculdade Evangélica de Goianésia apresenta em sua estrutura de o Núcleo de Acessibilidade e Políticas Institucionais – NAPI, administrado por uma assessoria, tendo como meta criar e expandir programas relacionados às temáticas que envolvam acessibilidade plena e inclusão.

As políticas institucionais tem como foco atender a missão institucional da FACEG promovendo a adequação e criação de ações que contemplem o alcance e sucesso de seu projeto pedagógico no que tange aos critérios elencados para promoção do processo de ensino aprendizagem.

Entre as atribuições do NAPI estão o acompanhamento do desenvolvimento das tarefas de gestão acadêmica em consonância com a identidade institucional inserindo e garantindo a valorização da diversidade da comunidade acadêmica e sua realidade sociocultural, necessidades especiais e processos de inclusão escolar.

As políticas institucionais da FACEG presentes no PPI apontam para a proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, a inserção da educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, a construção de saberes e práticas relacionadas às políticas de educação ambiental e desenvolvimento nacional sustentável, a promoção da educação em direitos humanos, o respeito a diversidade de gênero, a combate à violência contra mulher, a política do ingresso, a política de egressos e as políticas de incentivo cultural.

As políticas são compostas também por questões de acessibilidade plena, compostas por implantação de um acervo virtual, acesso e consulta a outros acervos, promoção da comunicação digital, adaptação das questões arquitetônicas, físicas e atitudinais, incentivando a consolidação de um ambiente respeitoso, criativo e que valorize a diversidade.

Assim, o projeto pedagógico institucional da Faculdade Evangélica de Goianésia contempla as políticas institucionais exigidas pelo INEP/MEC atendendo as exigências de uma nova conjuntura globalizada e abrangente, apontando sua contribuição o desenvolvimento social e inclusão por meio da educação. Segundo Goergen (2000) a sociedade recebe as ações como compromisso da instituição, por meio de sua identidade

institucional, explicitando sua linha filosófico-pedagógica, fundamentando suas propostas em sua organicidade. Já Lima aponta que:

“Constitui-se numa identidade Institucional delineando o fazer científico e o projeto político pedagógico.” (LIMA, 2005).

A consolidação das políticas institucionais de inclusão, direitos humanos e acessibilidade passam a compor ações que desenharão a inserção de novas camadas sociais no ensino superior, tendo como reflexo impactos no mundo do trabalho e articulação entre educação e trabalho. Segundo Simoniato (1998):

“Ao capacitar pessoas para exercerem cargos e funções em uma organização, além de obter vantagem competitiva, a IES está colaborando para o desenvolvimento econômico da região onde está inserida. Essa asseguradamente é a maior missão das IES no Brasil.” (SIMIONATTO, 1998).

Assim, o PPI tem relevância para construção e consolidação da missão institucional e definindo as dimensões, condições e valores a serem colocados. Pode-se perceber a que Faculdade Evangélica de Goianésia valoriza as políticas de inclusão, direitos humanos e acessibilidade, em conformidade com as exigências do INEP/MEC e em concordância com as aspirações da comunidade local e regional, visto que a instituição atende não só a população de Goianésia, mas também de dezenas de municípios vizinhos.

Para Buarque (2003) o Projeto Pedagógico Institucional – PPI definirá em sua dimensão metodológica estratégias planejadas de forma a integrar o ensino, pesquisa e extensão à gestão administrativa, assegurando desta maneira condições necessária à consecução da missão, dos princípios, das políticas, das metas institucionais e, conseqüentemente, o cumprimento do compromisso social, que é a "produção, desenvolvimento e difusão do conhecimento

CONCLUSÕES

Pode-se concluir que a Faculdade Evangélica de Goianésia atendendo a sua missão institucional, bem como aos princípios que norteiam seu trabalho e em concordância com as exigências do INEP/MEC para implantação e funcionamento de cursos superiores no país, possui e atua de forma efetiva para consolidação das políticas institucionais de direitos humanos, inclusão e acessibilidade, estando estas presentes de forma incisiva e destacada em seu projeto pedagógico institucional.

Estas ações estão consolidadas em um núcleo específico denominado Núcleo de Acessibilidade e Políticas Institucionais, responsável por criar, implantar e gerir as políticas em nível local. A consolidação dessas ações além do projeto pedagógico institucional é tarefa de toda a comunidade acadêmica, que tem por desafio a construção de uma instituição de ensino superior cada vez mais comprometida com ações de ensino, pesquisa e extensão que possam contribuir para construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUARQUE, Cristovam. A universidade na encruzilhada. Educação Superior: reforma, mudança e internacionalização, UNESCO, 2003, p. 69

GOERGEN, P. A Avaliação universitária na perspectiva da pós-modernidade. Sobrinho e Ristoff. Universidade desconstruída. Florianópolis, Insular, 2000, p.16 e 17

LIMA, Paulo Gomes. Unha de gato em novelo de lã ou do financiamento da pesquisa científica & tecnológica no Brasil no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002): o dito e o feito no “plano real”. (Tese de Doutorado). Araraquara/SP: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – FCLAR/UNESP, 2005.

A INTERFERÊNCIA DO SEDENTARISMO EM IDOSOS COM DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

Raissa Silva Frota

Adelmo Martins Rodrigues

Karynne Milhomem Sousa Holme Machado

Lucas Felipe Moraes Malheiros

INTRODUÇÃO

A mudança do processo de envelhecimento a nível mundial instituiu a necessidade da realização de levantamentos da quantificação da população idosa no país, a fim de entender como o processo de envelhecimento se dá e de estimar como a população se comportará dentro de determinadas projeções. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), portanto, estima que em 2020 cerca de 30 milhões de pessoas serão idosas, o que corresponderá a 13% da população brasileira (BORGES; MOREIRA, 2009).

As modificações morfofuncionais no organismo passam a constituir uma das maiores preocupações entre os pacientes que vivenciam o processo de envelhecimento, fazendo-os procurar profissionais capacitados na tentativa de prevenir complicações e contornar algumas doenças já instaladas e que apresentam algumas de suas manifestações patológicas.

A atividade física vem, portanto, para contribuir com os diferentes níveis de intervenção, desde a probabilidade de reduzir a ocorrência de diversas doenças até na contribuição na eficácia dos tratamentos implementados.

É inegável a evolução das tecnologias empregadas na medicina para o diagnóstico e tratamento de diversas patologias, como a exemplo das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT).

Atualmente, elas são consideradas um sério problema de saúde pública, e já eram responsáveis por 63% das mortes no mundo, em 2008, segundo estimativas da Organização Mundial de Saúde.

Seguindo essa tendência mundial, no Brasil, em 2013, as DCNT foram a causa de aproximadamente 72,6% das mortes, configurando, assim, uma mudança nas cargas de doenças, e se apresenta como um novo desafio para os gestores de saúde. Ainda mais pelo forte impacto das DCNT na morbimortalidade e na qualidade de vida dos indivíduos afetados, a maior possibilidade de morte prematura e os efeitos econômicos adversos para as famílias, comunidades e sociedade em geral.

As DCNT são resultado de diversos fatores, determinantes sociais e condicionantes, além de fatores de risco individuais como tabagismo, consumo nocivo de álcool, inatividade física e alimentação não saudável (Ministério da Saúde, 2011).

Os fatores de risco modificáveis citados acima em associação com fatores de risco intermediários como: hipertensão, dislipidemia, sobrepeso, obesidade e intolerância à glicose unidos, podem gerar desfechos que são característicos pelos altos níveis de morbimortalidade no país, como: doença coronariana, doença cerebrovascular, doença vascular periférica, doença renal crônica, doença pulmonar obstrutiva crônica, enfisema, diabetes e cânceres.

A magnitude das DCNT não afeta apenas o Brasil, mas sim a população mundial. Tanto que em 2011, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a Reunião de Alto Nível sobre DCNT, com a presença dos Chefes de Estado sobre o tema em comento. A reunião resultou em uma declaração, na qual os países-membros comprometeram-se a trabalhar para deter o crescimento desse grupo de doenças, e a OMS a elaborar um conjunto de metas e indicadores para monitorar o alcance desses objetivos (MALTA e SILVA, 2013).

No país, o sistema de Vigilância em Saúde refere recursos federais destinados às ações de vigilância, prevenção e controle de doenças e agravos e dos seus fatores de risco e promoção, tentando, dessa forma, obter as metas estipuladas e diminuir os impactos que as DCNT provocam no sistema de saúde.

O sedentarismo traz consequências relevantes ao organismo humano, apresentando efeitos deletérios em praticamente todos os processos. Pode-se destacar a aterogênese, capacidade ventilatória, captação de oxigênio pelos tecidos, coagulação sanguínea, composição dos lípedes plasmáticos, equilíbrio emocional, estabilidade articular e óssea, hemodinâmica, imunidade humoral e celular, massa e qualidade muscular, metabolismo, motilidade intestinal, angiogênese, obesidade, sociabilização entre outros.

Além da população estar envelhecendo, ocorre também o aumento da expectativa de vida. Em contrapartida, o estilo de vida da população mundial é cada vez mais sedentário, não permitindo a instalação de hábitos que incorporem ao dia-a-dia do indivíduo práticas preventivas ou até mesmo capazes de evitar a progressão ou corrigir as disfunções instituídas por doenças, principalmente as DCNT, as quais possuem capacidade de ter a história natural modificada pela incorporação de hábitos saudáveis como a atividade física.

O objetivo desse trabalho foi analisar as consequências no âmbito físico e mental do sedentarismo em idosos portadores de DCNT, em especial diabetes mellitus (DM) e hipertensão arterial sistêmica (HAS), que são as DCNT mais prevalentes no município de Goianésia.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho foi realizado no município de Goianésia em instituições de internação para idosos: o Lar do Idoso Francisco Quagliato e o Asilo São Vicente de Paulo. As visitas

e coletas de dados foram realizadas dentro do período de 26 de outubro de 2016 a 23 de novembro de 2016.

A visita ao Lar do Idoso Francisco Quagliato aconteceu no dia 26 de outubro de 2016 e teve duração de três horas. Já a visita ao Asilo São Vicente de Paulo aconteceu no dia 16 de novembro de 2016 e também teve duração de três horas. Ao total foram entrevistados 40 idosos, alguns tiveram que ser retirados da lista de entrevistas devido a incapacidade de comunicação.

A coleta de dados foi realizada através de Atividades Instrumentais de Vida Diária de Lawton (AIVD) e Atividades de Vida Diária de Katz (AVD), usadas por profissionais da área de saúde para avaliar o grau de dependência, com relação as atividades diárias e atividades instrumentais diárias, dos idosos.

As escalas possuem critérios simples de avaliação, com perguntas básicas e de fácil compreensão, sendo necessário como resposta sim ou não e possuem perguntas como: consegue se vestir sozinho?, alimentar-se sozinho?, cuidar das próprias finanças?, mexer no telefone?, dentre outras e a partir das respostas do entrevistado é calculada a sua pontuação e, então, o grau de dependência é obtido. Apesar das perguntas serem muitas vezes semelhantes nas AIVD e AVD, estas escalas adotam critérios distintos.

Na Avaliação das atividades básicas da vida diária contempla as seguintes instruções para cada área de funcionamento:

- 1 – Banhar-se;
- 2 - Vestir-se;
- 3 - Uso do vaso sanitário;
- 4 - Transferência;
- 5 - Continência;
- 6 - Alimentação;

Nesta via cuja a interpretação é:

- 0 - Independente em todas funções;
- 1 - Independente em cinco funções e dependente em uma função;
- 2 - Independente em quatro funções e dependente em duas funções;
- 3 - Independente em três funções e dependente em três funções;
- 4 - Independente em duas funções e dependente em quatro funções;
- 5 - Independente em uma função e dependente em cinco funções;
- 6 - Dependente em todas as seis funções.

Já a Escala de Lawton (AIVD), define as atividades instrumentais da vida diária que são as necessárias para uma vida independente e ativa na comunidade, que por sua vez estão relacionadas com as atividades mais complexas, portanto com esta escala pode-se determinar se o indivíduo tem a capacidade de viver sozinho de acordo com suas atividades diárias. Assim as atividades instrumentais da vida diária são definidas dentro de casa e fora de casa, definindo assim a atividade e em seguida a pontuação de cada item da escala:

- 1 - É capaz de preparar as refeições;
- 2 - Tarefas domésticas;
- 3 - Trabalhos manuais e pequenos reparos na casa;
- 4 - Lavar e passar a roupa;
- 5 - Manuseio de medicação;
- 6 - Capacidade para usar o telefone;
- 7 - Manuseio de dinheiro;
- 8 - Compras;
- 9 - Uso de meios de transporte.

Portanto após a somatória de todos os itens da Escala de Lawton, define-se o grau de dependência, sendo elas: 9 Totalmente dependente; 10 a 15 dependência grave; 16 a 20 dependência moderada; 21 a 25 dependência leve e 25 a 27 independente. 1 - É capaz de preparar as refeições;

- 2 - Tarefas domésticas;
- 3 - Trabalhos manuais e pequenos reparos na casa;
- 4 - Lavar e passar a roupa;
- 5 - Manuseio de medicação;
- 6 - Capacidade para usar o telefone;
- 7 - Manuseio de dinheiro;
- 8 - Compras;
- 9 - Uso de meios de transporte.

Portanto após a somatória de todos os itens da Escala de Lawton, define-se o grau de dependência, sendo elas: 9 Totalmente dependente; 10 a 15 dependência grave; 16 a 20 dependência moderada; 21 a 25 dependência leve e 25 a 27 independente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para avaliação dos idosos utilizou-se duas escalas de atividade: a escala de Katz e a de Lawton. As quais são capazes de quantificar e qualificar a capacidade funcional do indivíduo. A associação de informações importantes acerca das doenças prévias ou adquiridas após a internação e de suas evoluções proporcionam uma visão holística sobre e entre o processo de envelhecimento e as DCNT.

O quadro 1 representa a escala de Katz, a qual serve para analisar as Atividades da Vida Diária. Como resultados da coleta de dados obteve-se:

De acordo com o quadro 1, caso a somatória seja igual a 6 pontos o indivíduo é considerado independente, se a somatória for igual 4 pontos considera-se uma dependência moderada e se a somatória for igual a 2 ou menor o indivíduo é bastante dependente (THE HARTFORD INSTITUTE FOR GERIATRIC NURSING, 1998).

Tomando o quadro 1 como base para uma das partes da entrevista, 22 idosos participaram ao total e no quadro 2 dividiu-se a pontuação alcançada relacionando-a com

a quantidade de idosos que atingiram determina pontuação. Portanto, tem-se que 15 indivíduos são dependentes, 6 indivíduos são moderadamente dependentes e 1 indivíduo é bastante dependente.

Já no quadro 2 apresenta-se a quantificação de indivíduos entrevistados, relacionando com a pontuação.

A seguir, no quadro 3, um exemplo de como se estabelece o questionário das Atividades Instrumentais da Vida Diária, a escala de Lawton.

No caso da escala de Katz, a pontuação máxima é igual a 27 pontos e a mínima igual a 9 pontos. A informação extraída é relativamente mais subjetiva, dependendo da análise do entrevistador.

A partir da análise de 18 idosos, 1 alcançou a pontuação mínima, que é a de 9 pontos, 4 alcançaram pontuações dentro do intervalo de 10 e 15, 2 alcançaram pontuações entre 16 e 20, 5 alcançaram pontuações entre 21 e 25 e 6 pontuaram entre 25 e 27 pontos. Como o quadro 4 demonstra a seguir.

De acordo com o contato estabelecido por meio das visitas, aponta-se que os idosos institucionalizados entrevistados não são incentivados a realizar qualquer tipo de atividade física, além de não terem um período de tempo diário reservado para tal. Tendo isso em vista, pode-se, em parte, associar a pontuação obtida pelos institucionalizados com o estilo de vida sedentário que levam, já que a cronificação e piora das principais DCNT dependem diretamente do sedentarismo e conseqüentemente podem levar a um estado de dependência elevado ou em andamento.

Em estudo realizado em Aracaju (SE) sobre a avaliação comparativa da capacidade funcional entre idosos institucionalizados e não-institucionalizados, onde também foram avaliados 40 idosos, sendo 20 institucionalizados e 20 não institucionalizados, obteve-se como resultado um valor não significativo entre os grupos quanto à realização das AVD, salvo para a atividade de vestir-se, a qual obteve-se o $\chi^2 = 8,316$ com $p = 0,016$ (ARAGAO JUNIOR et. al., 2015). Esses resultados entram em contradição com a hipótese estipulada nos dados da pesquisa, mesmo que a comparação entre idosos institucionalizados e não institucionalizados não tenha sido realizada, em experiências prévias o contato com a população idosa da região que os acadêmicos obtiveram mostrou que os idosos praticantes de atividade física tinham resultados melhores no que diz respeito às AVD.

Já no estudo “Análise comparativa do equilíbrio nos idosos sedentários e idosos praticantes de atividades físicas” tem-se um grupo de 13 idosos praticantes de atividade física e 11 idosos sedentários. Apesar do objetivo principal ser a avaliação do equilíbrio nos grupos distintos, foi realizado um quadro descritivo onde é possível discriminar algumas características com as patologias encontradas, sendo elas 60% DCNT. Como resultado o estudo obteve a possibilidade de verificar a importância da prática regular de atividades físicas para o melhor equilíbrio dos idosos. Notou-se, portanto, a maior segurança ao realizar suas AVD e melhor qualidade de vida. Uma vez que o grupo praticante de atividades físicas apresentou melhores escores em todos os domínios da

Escala de Berg em relação ao grupo sedentário. Confirmando dados atuais indicadores de que quando as atividades físicas são realizadas na adolescência e idade adulta, as chances de ocorrência de quedas, osteoporose e outras doenças crônicas diminuem na terceira idade. A prática de qualquer atividade física se torna importante para um envelhecimento saudável e independente (MARTINS et. al., 2016)

Dados que corroboram com o achados demonstrados e hipótese elaborada.

Através das respostas obtidas foi possível analisar entre os entrevistados, o impacto do sedentarismo na história natural nas DCNT, deixando evidente que a prática de atividade física, principalmente nesses casos, possui um grande potencial de alterar a qualidade de vida e o desenvolvimento da patologia.

Notou-se que os idosos eram sedentários e de acordo com os dados obtidos verificou-se uma piora significativa associada à não inserção em atividades ocupacionais e físicas. Diante do exposto percebemos uma perda significativa da capacidade física e mental na execução de atividades cotidianas. Durante as entrevistas, pode-se perceber a frustração e repetidos comportamentos depressivos em virtude da perda da independência pelo conjunto fisiopatológico das DCNT.

CONCLUSÕES

Após análise das escalas de Katz e Lawton, constatou-se que dos idosos entrevistamos grande parte é dependente segundo as pontuações da escala de atividades da vida diária (Katz) e das atividades instrumentais da vida diária (Lawton). Observou-se também que nas instituições existem idosos que são aptos a realizar atividades, mas que perdem progressivamente essa capacidade por estarem em um ambiente que os leva a não executar as atividades necessárias, ou atividades físicas, pois não cuidam de suas finanças individuais, não saem para fazer compras, não preparam suas próprias refeições e outras tarefas que os manteriam mais ativos. O quadro em que se encontram, portanto, é altamente propício para o desenvolvimento ou constante piora das DCNT.

A importância do achado se dá justamente pela necessidade de vigilância na área, tanto para as DCNT quanto para a gerontologia.

Ademais, a saúde do idoso está intrinsecamente ligada com os processos psicológicos, visto que o decaimento do campo cognitivo e físico podem estar diretamente relacionados ao abandono e esquecimento por parte de familiares e amigos. Essa situação foi claramente notada nas instituições e demonstra a realidade vivida por pessoas que agora dependem ou se fazem depender de ajuda para realização de suas atividades pela instalação ou piora de determinadas doenças.

Ficou claro após a realização das visitas domiciliares e aplicação dos questionários, que o público abordado vem sofrendo as consequências decorrentes dessa problemática, onde em grande parte das complicações poderia ser prevenida com a inserção de simples de atividades físicas rotineiras. É notório, portanto, a necessidade de estratégias de

intervenção que visem a implementação de atividades físicas para essa faixa etária e classe, possibilitando a detecção precoce das patologias apresentadas e consequentemente uma melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

World Health Organization (WHO). Noncommunicable diseases prematurely take 16 million lives annually, WHO urges more action. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/news/releases/2015/noncommunicable-diseases/en/>>. Acesso em: 28 junho 2017.

Duncan BB, Chor D, Aquino EMLD, Benseñor IJM, Mill JG, Schmidt MI, et al. Doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: prioridade para enfrentamento e investigação. Rev

Saúde Pública. 2012;46(supl. 1):126-34

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional de Saúde 2016.

Percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas. Rio de Janeiro: IBGE; 2016.

IBGE. Este é o nosso país. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/revista8.pdf>>, Acesso em: 28 outubro 2017.

Organização Mundial da Saúde (OMS). Promoção da Saúde do Idoso. Disponível em: <<http://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/>>. Acesso em: 28 outubro 2017.

Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022. Brasília: Ministério da Saúde; 2011.

Malta DC, Silva JB. O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil e a definição das metas globais para o enfrentamento dessas doenças até 2025: uma revisão. Epidemiol Serv Saude. 2013 jan-mar;22(1):151-64.

ARAGAO JUNIOR, Genildo; GARÇÃO, Diogo Costa; NUNES, Paula Santos; FONTES, Patricia Almeida; OLIVEIRA, Tássia Virginia de Carvalho. AVALIAÇÃO COMPARATIVA DA CAPACIDADE FUNCIONAL ENTRE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS E NÃO-INSTITUCIONALIZADOS. Disponível em: <<http://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/handle/set/874>> Acesso em: 28 outubro 2017.

MARTINS, Francielli de Oliveira; ALVES, Aleandro Geraldo; DE SOUZA, Eduardo Lino; VALENTE, Pedro Henrique de Faria; NOGUEIRA, Mariane Santos; ARAÚJO, Thayza de Paula ; DA CUNHA, Renata Pereira; MENDONÇA, Rafael Martins Custódio; MONTEIRO, Ana Paula Freire; COSTA, Alana Parreira; DE BRITO

E ALVES, Fernanda A. Vargas. ANÁLISE COMPARATIVA DO EQUILÍBRIO NOS IDOSOS SEDENTÁRIOS E IDOSOS PRATICANTES DE ATIVIDADES FÍSICAS. Revista Faculdade Montes Belos (FMB), v. 9, n° 1, p (55-173). 2016.

BORGES, Milene Ribeiro Dias; MOREIRA, Ângela Kunzler. Influências da prática de atividades físicas na terceira idade: estudo comparativo dos níveis de autonomia para o desempenho nas AVDs e AIVDs entre idosos ativos fisicamente e idosos sedentários. Revista Motriz, Rio Claro, v.15 n.3 p.562-573, jul./set. 2009.

The Hartford Institute for Geriatric Nursing. Katz Index of Independence in Activities of Daily Living (ADL). New York; 1998. Disponível em: <<http://www.hartfordign.org/>>. Acesso em: 4 novembro 2017.

A INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO NOS ATOS ADMINISTRATIVOS DISCRICIONÁRIOS

INGRIDY KAUANY BOMFIM

Myriam Christina Alves Rodrigues

Marcos Antônio de Carvalho Rosa

Lanna Gleyce Mota Luz

Jéssica Vitória Pedroso dos Santos

INTRODUÇÃO

Esta primeira parte do presente estudo tem como objeto a Administração Pública e sua vinculação ao princípio da legalidade. Com efeito, a Administração Pública, que deve partir do próprio conceito de Estado, possui sua concepção na organização e funcionamento dos serviços públicos prestados aos administrados (MEIRELLES, 2014, p. 61), de modo que possui limitações na ordem normativa. Logo, este tópico da pesquisa, além de buscar esclarecer a ideia que consubstancia a Administração Pública, também cuida de demonstrar a relevância do princípio da legalidade no seu âmbito de atuação e as situações que permitem certa discricionariedade aos administradores públicos.

Ressalta-se o seguinte conceito de Estado apresentado por Alexandre e Deus (2015, p. 47) que o considera como “a pessoa jurídica de direito público externa constituída por três elementos indissociáveis: povo, território e governo soberano”. Sob o prisma desses autores, o povo é considerado como o elemento humano do Estado; o território, por sua vez, é a base física; e por último, governo soberano, vem a ser “aquele que não se submete a nenhum outro governo, que exerce o poder (emanado do povo) de autodeterminação e auto-organização” (ALEXANDRE; DEUS, 2015, p. 47).

Em consonância a esse entendimento, cumpre salientar que a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, não apenas instituiu o Estado de Direito, mas o Estado Democrático de Direito (BRASIL, 2016, online), o qual é esclarecido por Silva (2013, p. 123), sobretudo, com relação ao princípio da legalidade: O princípio da legalidade é também um princípio basilar do Estado Democrático de Direito.

Sendo assim, Alexandrino e Paulo (2016, p. 11) afiançam que a Administração Pública encontra-se sob a égide do Direito Público, e explicam:

Esse regime de direito público confere poderes especiais à administração pública, os quais são, por sua vez, contrabalanceados pela imposição de restrições especiais à atuação dela. O rol de prerrogativas e o conjunto de limitações – não existentes nas relações típicas entre particulares – que caracterizam o regime jurídico administrativo derivam, respectivamente, do princípio da supremacia do interesse público e do postulado da indisponibilidade do interesse público. [...] O Estado, atualmente, tem obrigação de

atingir uma série de finalidade, que a Constituição e as leis lhe indicam. Para atingir esses objetivos, muitas vezes é necessário que o Estado disponha de poderes não cogitados para os particulares em geral [...]. a administração atua estritamente subordinada à lei, como simples gestora da coisa pública, e possui poderes especiais unicamente como meios, como instrumentos para atingir os objetivos que juridicamente é obrigada a perseguir.

Entretanto, cumpre ressaltar que há situações em que a discricionariedade na Administração Pública é imprescindível para que a mesma possa atuar de modo a buscar a materialização das finalidades que lhes são impostas. Nesse aspecto, destacam-se as colocações de Di Pietro (2014, p. 31): A discricionariedade costuma ser definida como a faculdade que a lei confere à Administração para apreciar o caso concreto, segundo critérios de oportunidade e conveniência, e escolher uma dentre duas ou mais soluções, todas válidas perante o Direito.

Já no que tange ao Direito Administrativo é adotada outra perspectiva, a qual Carvalho Filho (2014, p. 98) esclarece da seguinte forma:

Em síntese, podemos constatar que os fatos administrativos podem ser voluntários e naturais. Os fatos administrativos voluntários se materializam de duas maneiras: (1ª) por atos administrativos, que formalizam a providência desejada pelo administrador através da manifestação da vontade; (2ª) por condutas administrativas, que refletem os comportamentos e as ações administrativas, sejam ou não precedidas de ato administrativo formal. Já os fatos administrativos naturais são aqueles que se originam de fenômenos da natureza, cujos efeitos se refletem na órbita administrativa.

Não obstante, o ato administrativo representa uma manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, para Moreira Neto (2014, p. 221), sua realização “tem por objeto constituir, declarar, confirmar, alterar ou desconstituir uma relação jurídica, entre ela e os administrados ou entre seus próprios entes, órgãos e agentes”. Ressalta-se que o que peculiariza os atos administrativo no âmbito dos atos jurídicos, de acordo com Alexandrino e Paulo (2016), é o fato de serem manifestações ou declarações da Administração Pública, pois, agentes públicos ou particulares que assim agem por terem sido em funções públicas, sob o regime do Direito Público.

Di Pietro (2014, p. 53) esclarece que quando a Constituição Federal de 1988 determina o princípio da separação dos Poderes, também define as “respectivas atribuições, confere predominantemente a cada um dos Poderes uma das três funções básicas, prevendo algumas interferências, de modo a assegurar um sistema de freios e contrapesos”. Diante disso, não há uma separação absoluta de Poderes, mas sim uma separação que se dá em harmonia e independência dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, conforme estabelece o art. 2º, da Constituição Federal de 1988.

Por fim, ressaltam-se o seguinte entendimento de Carvalho Filho (2014, p. 54):

Assim, embora louvável a moderna inclinação doutrinária de ampliar o controle judicial dos atos discricionários, não se poderá chegar ao extremo de permitir que o juiz examine a própria valoração administrativa, legítima em si e atribuída ao administrador.

Insista-se, pois, no exame do âmbito dentro do qual pode ser viável a atuação do administrador - situação que se configura como a reserva do possível, vale dizer, o conjunto de elementos a serem sopesados pela Administração necessários à conclusão da possibilidade ou não do cumprimento de certo objetivo.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada é pesquisa bibliográfica, com linha dedutiva e abordagens descritiva, analítica e explicativa, proporcionando a concatenação de fundamentos que proporcionaram a resposta para a indagação apresentada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificou-se no primeiro capítulo que a evolução histórica de Estado insere o princípio da legalidade à Administração Pública, em prol satisfação dos interesses da coletividade, tendo isso como dever inescusável, a par da ordem jurídica vigente. Isso demonstrou que os poderes atribuídos à Administração Pública, no Estado de Direito, são essencialmente previstos para que seja possível a realização dos fins que o Estado busca, em especial, a satisfação dos interesses públicos, em estrita observância aos comandos e rigores da lei.

Já na segunda parte da pesquisa, foi destinada ao exame dos atos administrativos, incluindo o entendimento doutrinário e a possibilidade de discricionariedade dos atos administrativos, donde foi constatado que o poder e a força que são atribuídos ao Estado para a realização de seus atos, em nome da sociedade, não são ilimitados, e, nem mesmo pode ser exercido por qualquer autoridade, sem motivos, objeto e finalidade apropriada ou de qualquer forma, elementos do ato administrativo. Ademais, o exercício dos poderes e forças do Estado, de forma geral, só pode ocorrer dentro da limitação que a lei impõe, mesmo quando se trata de atos administrativos discricionários. Lei essa produzida não apenas no contexto do Estado de Direito, mas do Estado Democrático de Direito, em consonância com o princípio da supremacia do interesse público, com o bem comum.

A terceira parte do trabalho, por fim, voltou-se para a compreensão do controle, pelo Poder Judiciário, dos atos administrativos discricionários. A concatenação de fundamentos apresentados, oriundos da doutrina e da jurisprudência, levou ao entendimento de que a liberdade conferida aos atos discricionários não extingue o dever da Administração em obedecer aos comandos da lei, de modo que é plenamente possível o controle judicial dos mesmos, desde que não interfira no mérito da decisão que motivou o respectivo ato sob os critérios da oportunidade e conveniência e o interesse dos envolvidos, em destaque, o interesse público.

Depreende-se que ao mesmo tempo em que a doutrina corrobora com a ampliação do controle dos atos administrativos discricionários pelo Poder Judiciário, tal controle não pode adentrar no poder de valoração atribuído à Administração Pública quanto aos

critérios de oportunidade e conveniência, isto é, quanto ao mérito dos atos. Esse poder conferido à Administração leva em consideração, inclusive, a ideia de reserva do possível, na qual o administrador, em face ao caso concreto, deve ponderar sobre as possibilidades de conclusão da situação, sobretudo, visando à satisfação dos interesses da coletividade.

CONCLUSÕES

A discricionariedade que é atribuída a certos atos administrativos, portanto, se mostrou essencial para que, em determinadas situações, a Administração Pública possa optar pela melhor solução ao caso concreto que a ela cumpre decidir. Entretanto, essa liberdade atribuída ao administrador não é absoluta, pois deve, impreterivelmente, estar compatível com todas as determinações impostas por lei, como a forma, a competência, a finalidade, o objeto, o motivo e os limites da discricionariedade, sob pena de incorrer em ilegalidade que pode ser objeto de controle judicial, à luz do princípio da legalidade. Ressalta-se que o controle dos atos discricionários não fere o princípio da separação dos Poderes, previsto constitucionalmente, mas sim, o assegura em face à possibilidade de interferências apregoada pelo sistema de freios e contrapesos, porém, desde que não envolva o mérito da questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Ricardo; Deus, João de. Direito Administrativo Esquemático. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. 24. ed., rev. e atual.. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2016.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 05 de Outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 09 de Setembro de 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 27. ed. rev., ampl. e atual. até 31.12.2013. São Paulo: Atlas, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 40. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2014.

MOREIRA NETO. Curso de Direito Administrativo: Parte Introdutória, Parte Geral e Parte Especial. 16. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 36. ed., rev. e atual. (até a Emenda Constitucional nº 71, de 29.11.2012). São Paulo: Malheiros, 2013.

A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS RECEBIMENTOS DE ALVARÁS DECORRENTES DA IMPLANTAÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PELA VIA JUDICIAL: UMA INTERVENÇÃO NECESSÁRIA OU DISPENSÁVEL?

Nedson Ferreira Alves Júnior

Heloísa Arantes Barbosa

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é desenvolver um raciocínio acerca do seja possível o Ministério Público fiscalizar no processo judicial previdenciário, considerando as atribuições legais do órgão ministerial. O processo atual de judicialização leva inúmeras lides referentes aos benefícios previdenciários à análise do judiciário, o que exige, quando necessário, a intervenção do Ministério Público tendo em vista as incongruências referentes ao recebimento do benefício implantado decorrente de demanda judicial. Para que fosse possível responder o problema da pesquisa, foram abordados institutos inerentes ao Ministério Público; os benefícios previdenciários em espécie e uma breve análise sobre o processo judicial previdenciário um apanhado histórico e todos os dados importantes sobre o processo previdenciário. O método de pesquisa foi o bibliográfico, com a utilização de doutrinas, artigos, Leis e posicionamentos jurisprudenciais acerca do porque da limitação da intervenção do Ministério Público no recebimento dos benefícios previdenciários. O trabalho propôs uma saída moderada e não radical para tornar os acordos previdenciários mais justos e efetivos.

MATERIAL E MÉTODOS

Como a Constituição Federal brasileira garante a todos a inafastabilidade da jurisdição, o que confirma que em determinados casos concretos deve haver a reapreciação dos benefícios negados em parte ou ao todo no INSS, evitando a lesão ou ameaça de lesão aos direitos sociais. Os acordos judiciais previdenciários são recorrentes no Brasil, uma vez que o sistema administrativo do Regime Geral de Previdência Social, como todos os órgãos, possui falhas que tornam incapazes de suprir as necessidades dos segurados e os leva a pedir amparo jurisdicional.

Desta maneira, a pesquisa visa analisar o problema acerca da intervenção do Ministério Público (MP) no recebimento dos alvarás judiciais de benefícios implantados na esfera judicial. A preocupação desse estudo é com o caráter alimentício dos benefícios previdenciários e sendo assim, se eles são ou não capazes de justificar a intervenção do Ministério Público.

Para buscar uma solução ao problema, o trabalho foi dividido em tópicos para que fossem abordados os principais temas concernentes ao assunto, sendo equivalentes ao objetivo geral e específicos do projeto de pesquisa.

Desta maneira, estudou-se o histórico do Ministério Público no ordenamento jurídico brasileiro para que fosse possível identificar as causas que deve esse órgão intervir e a sua razão de fazê-lo.

Ato contínuo foi preciso analisar, ainda que de forma breve, a previdência social no Brasil; o seu modelo com os benefícios postos à disposição do segurado. Para entender o modelo previdenciário brasileiro realizou-se uma comparação da previdência brasileira com três outros países, sendo-os: Japão, Portugal e Chile. O objetivo dessa comparação não foi outro senão analisar as semelhanças e diferenças entre os modelos adotados no Brasil, Japão, Chile e Portugal.

Essa pesquisa sintetizou em um dos tópicos o processo judicial previdenciário e, a partir desse ponto, foi possível dialogar com a doutrina e jurisprudência sobre a intervenção do Ministério Público no recebimento dos alvarás de recebimento dos benefícios previdenciários.

A metodologia de pesquisa foi a de compilação, compreendendo a utilização de doutrinas de diversos ramos do Direito. Igualmente, foram utilizados artigos científicos, Leis e jurisprudência sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Ministério Público no Brasil teve sua forma embrionária no Brasil Colônia, onde os seus representantes eram nomeados pelo Poder Executivo dos três Poderes e eram conhecidos como Promotores Públicos (expressão utilizada no meio social e político) já que não havia personalidade da instituição. A eles não foram outorgados autonomia ou qualquer garantia para exercer sua função, por isso regras de zelar pelo meio social eram ditadas pela realeza.

“O Ministério Público Brasileiro, a exemplo de outros países, legaliza-se na planície infraconstitucional, antes de subir aos locais privilegiados em que ora se situa no constitucionalismo contemporâneo, de modo que a primeira Constituição da República de 1891, não lhe fez qualquer alusão”. (PORTO, p. 03, online)

Com o decorrer do tempo, na Constituição de 1934 ocorreu um marco histórico no Brasil nos aspectos sociais e trabalhistas e então o Ministério Público recebeu regramento formal na Constituição e passou a ser descrito no Capítulo VI.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é possível vislumbrar que a Carta de 1988 consagrou o resultado de um conjunto de fatos históricos que ocorreram durante muitos anos. Visivelmente a instituição do Ministério Público e a sociedade lutaram para ocupar o espaço de guardião da lei que exerce atualmente.

“Isto significa que os seus membros, no desempenho de seus deveres profissionais, não estão subordinados a nenhum órgão ou poder — nem ao Poder Executivo, nem ao Poder Judiciário, nem ao Poder Legislativo — submetendo-se apenas à sua consciência e aos limites imperativos da lei”. (MAZZILI, 1991, p. 54).

A Constituição Federal tratou também de fazer a delimitação da atuação ministerial, de forma que este não poderá atuar em qualquer que seja a situação. A ele foi conferida a autonomia de intervir a fim de alcançar o bem comum, porém dentro de requisitos abordados em seu capítulo próprio. O exercício de seus membros vai muito além da atuação do servidor Público, já que trata de questões constitucionais altamente complexas.

“Isso implica, necessariamente, a avaliação crítica do conteúdo da norma jurídica. Desse modo, às vezes se apresenta necessário invalidar as leis que contrariam os princípios constitucionais; para tanto, o Procurador-Geral da República e legitimado pela própria Constituição para ingressar com as ações diretas previstas no controle concentrado de constitucionalidade: ação direta de inconstitucionalidade, representação interventiva, ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental (art. 103 da CF/88)”. (MEYER-PFLUG, p. 188, 2012)

No que diz respeito a intervenção do Ministério Público como parte em casos particulares, o critério usado para definir a necessidade de intervir é baseado na qualidade da parte, ou seja, características de necessidade inerentes a própria pessoa ou se versa sobre direitos indisponíveis independentes de sua titularidade (ex: interesse do incapaz). Contudo, sua legitimidade é total e poderá arguir prescrição, contestar, produzir provas, embargar, recorrer etc.

Nas palavras de Melo (2016), não obstante funcione junto ao poder Judiciário, O Ministério Público não faz parte deste, sendo uma instituição autônoma, característica essencial à prestação de serviços que lhe são atribuídos.

No ano de 1960 foi promulgada a primeira Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), Lei 3.807/60, que unificou o sistema de seguridade brasileiro, contemplando plano de benefício e serviços, seu ponto crucial foi à unificação do regime, sendo que neste mesmo sentido, em 1966 o Decreto Lei nº 72/1966 determinou a centralização dos IAPS em um único órgão chamado INPS (Instituto Nacional de Previdência Social).

Até esse momento histórico, o Ministério do Trabalho e o Ministério da Previdência Social eram unificados, mas a Lei nº 6.036, de 1 de maio de 1974 os desmembrou e por conseguinte, no ano de 1977 ocorreu a criação do SINPAS (Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social) que consolidou três âmbitos de atuação da Seguridade Social: a previdência, a assistência e a saúde, hoje disposto no art. 194 da CF/88.

Em 1990 surgiu o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) criado com base no Decreto nº 99.350 de 27 de junho de 1990, e é o atual órgão previdenciário. Trata-se de autarquia federal sediada em Brasília, que é responsável pela cobrança de contribuições previdenciárias e administração de benefícios.

Os benefícios previdenciários no Brasil configuram um rol de seguros abarcados pela Previdência Social que estão previstos em lei, para as situações nas quais, o até então trabalhador contribuinte do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), fique impossibilitado de alguma forma de exercer sua atividade laborativa. Esses benefícios são prestados aos próprios segurados ou a seus dependentes, dependendo do caso concreto.

“O enquadramento legal é condição essencial para a existência do sistema e do respectivo regime de prestações. Significa que somente são devidas aquelas que se encontrem legalmente determinadas para cada eventualidade, segundo as condições e regras previstas na lei.[...] É evidente que esse princípio da legalidade também deve ser imposto aos beneficiários do sistema, que igualmente estão sujeitos e submetidos à relação jurídica prestacional, que vincula o segurado/ dependente e o segurador – o INSS”. (SANTORO, p.49, 2001)

Os processos administrativos e judiciais previdenciários são independentes entre si, existindo inclusive, entendimentos jurisprudenciais de que não é necessário o prévio requerimento administrativo na autarquia do INSS como pré-requisito para ingresso da ação judicial.

O art. 109 da CF/88 concede aos julgamentos das ações previdenciárias o foro privilegiado, além dos benefícios concedidos a Fazenda Pública no tocante a recursos e outros aspectos processuais. Em decorrência de um ente Público Federal figurar em um dos polos processuais, a competência para julgar as demandas previdenciárias é da Justiça Federal. Todavia nos municípios onde se pretende ajuizar a lide não houver Varas da Justiça Federal, o processo previdenciário poderá ser processado na Justiça Estadual.

Salienta-se ainda, que a os benefícios previdenciários por serem, em sua maioria, benefícios substitutos do salário, são considerados de caráter alimentar, tendo em vista que a grande maioria dos filiados ao RGPS são pessoas de classe média ou baixa que trabalham para subsistência própria e de sua família.

O art. 127 da CF/88 conceitua o Ministério Público como a instituição responsável por proteger e zelar pela lei e os interesses sociais, no entanto, é cediço que a expressão “interesse social” abrange infinitos direitos, impossibilitando a delimitação destes. Nas ações previdenciárias, sua intervenção depende da capacidade do possível beneficiário, se este for capaz e não pleiteia algum benefício acidentário, sua intervenção é dada pelo atual entendimento jurídico brasileiro como desnecessária, principalmente por se tratar de polo passivo pertencente à administração pública direta e autárquica, conforme REsp 852307 julgado pela 2ª turma do STJ.

No entanto, o ordenamento jurídico brasileiro considera que por se tratar de interesse intrinsecamente patrimonial não há que se falar de intervenção como fiscal da lei ou da sociedade. Contudo, há que se falar sobre a hipossuficiência processual do filiado ao RGPS, que, como parte mais fraca necessitaria de uma proteção para que não seja prejudicado patrimonialmente.

Ato contínuo é relevante o questionamento sobre a intervenção do Ministério Público no processo previdenciário e a fiscalização do recebimento dos benefícios retroativos quando implantados judicialmente. Isso porque, é de ser reconhecido o interesse social da previdência, já que o modelo brasileiro é contributivo e o benefício tem caráter alimentar, ou seja, direito indisponível.

“No ponto, note-se que, em face do caráter alimentar da verba relativa ao benefício previdenciário, o STJ já tem farta jurisprudência no sentido de que não há necessidade de devolução dos valores efetivamente recebidos de boa-fé, na hipótese de ocorrência de erro administrativo, consoante se aquilata do julgamento do AgRg no Resp 1.084.292: “Em face do caráter social das demandas de natureza previdenciária, associada à presença da boa-fé do beneficiário, afasta-se a devolução de parcelas pagas a maior, mormente na hipótese de erro administrativo”. (AGUIAR, online)

E com essa característica alimentar do benefício aliado ao princípio do in dubio pro misero, a não intervenção ministerial no ato processual de emissão dos alvarás de recebimento de benefícios retroativos é questionável. Mesmo que o recebimento dos valores retroativos ganhem contornos meramente patrimoniais, no seu âmago é guardada a essência previdenciária daquele valor.

CONCLUSÕES

Muito antes de suscitar questões éticas, o que é levantado nessa pesquisa é a prevalência do interesse patrimonial (que é privado) sob o interesse social, no caso a eficácia social da implantação do benefício previdenciário.

No estado de Goiás, o Ministério Público Federal entrevistou, no ano de 2013, na questão dos honorários cobrados em ações previdenciárias pelo fato de serem cobrados 50% ou mais nos contratos de honorários.

O Código de Ética e Disciplina da OAB traz regras sobre os honorários que devem ser respeitadas, como por exemplo, os tipos de honorários existentes e a vedação a cobrança dos extremos, ou seja, tanto de valores aviltantes como exorbitantes. Os advogados devem se basear pelo critério da moderação.

Um dos principais motivos que podem levar a ocorrer abusos e falta de transparência por partes dos advogados no momento do levantamento de alvarás decorrentes dos acordos judiciais previdenciários se dá pelo fato de que os advogados são – não só autorizados – mas legítimos para receber os valores ali concedidos. Como sustenta a jurisprudência, não há necessidade sequer de uma nova procuração atualizada para tal levantamento, já que foi juntada ao processo no início de seu tramite.

Em resposta ao problema da pesquisa foi observado que não existe unanimidade se o interesse social representado no recebimento dos benefícios previdenciários retroativos deve ser fiscalizado pelo Ministério Público.

Pelo que foi percebido, é tendência da doutrina e da maior parte da jurisprudência ponderar pela não participação do Ministério Público nesse ato, pois o considera ato referente a direito patrimonial, tratando-se de direito disponível, portanto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, L. Livro de Direito Previdenciário. Disponível em <https://livrodireitoprevidenciario.com/author/leonardoaaaguiar/>. Online. Acesso em 27 mai 2017;

BRASIL. Decreto nº 848 de 11 de outubro de 1890:

Organiza a Justiça Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d848.htm Acesso em: 29 mai 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 72, de 21 de novembro de 1966 . Unifica os Institutos de Aposentadoria e Pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0072.htm. Acesso em: 04 jun 2017.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 04 jun 2017

BRASIL. Lei no 6.036, de 1º de maio de 1974. Dispõe sobre a criação, na Presidência da República, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e da Secretaria de Planejamento, sobre o desdobramento do Ministério do Trabalho e Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6036.htm. Acesso em: 04 jun 2017.

BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm. Acesso em: 04 jun 2017.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em: 04 jun 2017.

BRASIL. Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990. Cria o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) define sua estrutura básica e o Quadro Distributivo de Cargos e Funções do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores de suas Unidades Centrais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99350.htm. Acesso em: 04 jun 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3807.htm. Acesso em: 04 jun 2017.

CARLOS, S. A; JACQUES, M. da G. C; LARRATÉA, S. V. HREDIA; O. C. Identidade, Aposentadoria e Terceira idade. Est. Interdiscipl. Envelhec., Porto Alegre, v. 78 1, p. 77-89, 1999.

CAMARANO, A. A. KANSO, S. FERNANDES. D. Saída do Mercado de Trabalho: qual é a idade? Revista: Mercado de Trabalho. 51. Maio de 2012.

GOMES, M. M. F., FÍGOLI, M. G. B. e RIBEIRO, A. J. F. Da atividade à invalidez permanente: um estudo utilizando dados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) do Brasil no período 1999-2002. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v27n2/05.pdf> . Acesso em: 04 jun 2017

HAYASHI, M. O Bem Estar do Idoso do Japão: primeiras aproximações Do trabalho realizado pelo assistente social na atenção ao idoso. 2009. 97 fl.. Dissertação (Graduação em Ciência Social)- Centro Socioeconômico – Departamento de Ciências Sociais, Universidade de Santa Catarina.

KERCHE, F. Autonomia e Discricionariedade do Ministério Público no Brasil. Revista Ciências Sociais, ISSN 0011-5258, Rio de Janeiro, ano 2007, vol.50 n. 2, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582007000200002>. Acesso em: 29 mai 2017.

KERTZMAN, I. Curso prático de direito previdenciário. Salvador, Editora: JusPODIVM, 2014.

MAUSS, A. Princípio da cooperação no novo CPC — novas perspectivas para a solução dos litígios previdenciários. Disponível em : <http://www.ltr.com.br/loja/folheie/5474.pdf>. Acesso em: 04 jun 2017

MAZZILLI, H. N. Manual do promotor de justiça / Hugo Nigro Mazzilli. 2. ed., ampl. e atual. São Paulo : Saraiva, 1991.

MELO, M. M. A. de. Manual de Direito Processual Civil. 2ª Ed. CL EDIJUR-Leme/SP. 2016.

MUNHÓS, J. L. Previdência Social: um estudo comparado do modelo brasileiro de previdência social pública e do modelo chileno de previdência. 2007. 212 fl.. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.)

MEYER-PFLUG. S. R. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988. Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público, v. 02, 24/10/2012.

NOLASCO. L. Evolução histórica da previdência social no Brasil e no mundo. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 98, mar 2012. Disponível em:

<http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11335&revista_caderno=20>. Acesso em 25 mai 2017.

Assessoria de Comunicação Integrada da OAB-GO. OAB. 2013. MPF Reconhece Honorários da Advocacia Previdenciária da tabela da OAB. Disponível em: <http://www.oabgo.org.br/oab/noticias/decisao/06-02-2013-mpf-reconhece-honorarios-da-advocacia-previdenciaria-da-tabela-da-oab-go/>. Acesso em: 26 de maio de 2017.

PASTORE, D. E. O Ministério Público na ordem constitucional brasileira e sua atuação no Processo Civil. Universidade de São Paulo. 2014.

PECI, A.; CAVALCANTI, B. S. Reflexões sobre a autonomia do órgão regulador: análise das agências reguladoras estaduais. Revista de Administração Pública, v. 34, n. 5, p. 99-118, 2000.

PORTO, P. R. da F. Ministério Público brasileiro: história de uma luta institucional. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3532, 3 mar. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/23849>>. Acesso em: 29 mai 2017.

ROJO, T.T.C. Principais Reformas dos Sistemas de Previdência Social: análise de direito comparado Chile- Brasil. Disponível em: http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalStfInternacional/portalStfCooperacao_pt_br/anexo/Taha.pdf. Acesso em: 04 jun 2017

SANTORO, J. J. de S. Manual de Direito Previdenciário. 2ª Ed. Freitas Bastos Editora. Rio de Janeiro. 2001.

SOEIRO, M. dos A. S. Envelhecimento Português: Desafios Contemporâneos – políticas e programas sociais. 2010. 125fl.. Estudo de Caso (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa- UNL, Lisboa.

SOUZA, N. L. R. A Aposentadoria por Tempo de Contribuição: o caso do acordo Brasil-Portugal de previdência social. 2010. 260 fl.. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica de Brasília – UCB, Brasília.

TAVARES, M. L. O Devido Processo Legal Previdenciário e as Presunções de Prova. Disponível em: <https://www.impetus.com.br/artigo/download/20/o-devido-processo-legal-previdenciario-e-as-presuncoes-de-prova>. Acesso em: 04 de jun de 2017.

TSENG, M. C. Y. Estudo Comparado dos Sistemas de Seguridade Social do Japão e do Brasil: A proteção aos trabalhadores de ambos os países. 2014. 229f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A Medida de Segurança: progressos e desafios

Gleidcy Helle dos Reis Rocha
Cristiane Ingrid de Souza Bonfim
Maxilene Soares Corrêa

INTRODUÇÃO

Desde a implantação das medidas de segurança, um novo panorama sobre o tratamento dos doentes mentais no Brasil. Aqueles que antes eram marginalizados, adquirem uma nova conotação diante da sociedade, e ganham tratamento específico.

A loucura sempre foi motivo de segregação social. Mesmo antes do seu conhecimento de fato, já se localizava “num espaço moral de exclusão”. Em condição pior ainda, se encontram os “loucos infratores”, isso porque além de isolamento social enfrentado em virtude da doença, também sofrem punições disfarçadas de tratamento (FOCAULT, 2004).

O primeiro código de leis penais brasileiro, já destinava uma pequena parte, aos intelectualmente desfavorecidos. Conforme aduz o artigo 10, II do Código Criminal de 1830, “Art. 10. Também não se julgarão criminosos: II Os loucos de todo o gênero, salvo se tiverem lúcidos intervalos, e neles cometerem o crime.” Em suma, os loucos não eram considerados criminosos de fato, conforme aduz Michel Foucault (2004, p.23):

A possibilidade de invocar a loucura excluía, pois, a qualificação de um ato como crime: na alegação de o autor ter ficado louco, não era a gravidade de seu gesto que se modificava, nem a sua pena que devia ser atenuada: mas o próprio crime desaparecia. Impossível, pois, declarar alguém ao mesmo tempo culpado e louco; o diagnóstico de loucura uma vez declarado não podia ser integrado no juízo; ele interrompia o processo e retirava o poder da justiça sobre o autor do ato.

Embora não fossem tratados como criminosos, havia indicação de tratamento específico para os loucos infratores, elencado no artigo 12 do Código Criminal (1830): “Os loucos que tiverem cometido crimes, serão recolhidos às casas para eles destinadas, ou entregues às suas famílias, como ao Juiz parecer mais conveniente”. Tal medida consistia em um método segregacionista, que mais visava isolar, que tratar da doença.

Com a evolução social ocorrida ao longo do tempo, muitas modificações ocorreram quanto ao tratamento dos doentes mentais delituosos. O Código penal vigente (1940), instituiu a medida de segurança, que objetiva tratar a doença do delinquente.

Diante disso, o presente trabalho tem por escopo analisar as atuais condições da aplicação da medida de segurança no Brasil e a sua eficiência.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada através de elementos bibliográficos comportando tanto a análise de obras como de produções legislativas. De forma analítica, observou-se os principais elementos de aplicação da medida de segurança de modo a chegar em uma conclusão crítica acerca de sua eficiência e da adequação dessas medidas aos direitos e garantias das pessoas a elas submetidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme expressam os artigos 98 e 97 do Código Penal (1940), aos inimputáveis sempre será determinada a internação, e para o semimputável, será determinada a internação à medida que o juiz julgue necessário. Tal condição se relaciona diretamente com Michel Foucault (2004), quando este afirma que “se podia modular a sentença segundo os graus supostos de uma doença ou as formas de uma semiloucura”.

Apesar de teoricamente ser positiva, a medida de segurança gera conflitos quanto à sua perpetuação no tempo. O artigo 97 § 1º do código penal (1940) prevê que: “A internação, ou tratamento ambulatorial, será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade. O prazo mínimo deverá ser de 1 (um) a 3 (três) anos. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)”.

No entanto, a Constituição alude no rol dos Direitos Individuais, que não se pode haver penas de caráter perpétuo (Art. 5º, XLVII, b). Sobre tal questionamento, existem decisões da Suprema Corte, a destacar:

o festejado Ministro Sepúlveda Pertence endossou a doutrina segundo a qual, embora a medida de segurança não seja pena, tem caráter de pena, razão por que não poderia durar mais de trinta anos, que é o máximo permitido pela legislação brasileira para qualquer sanção penal). Certamente, essa limitação temporal representou o começo de uma caminhada rumo à humanização da odiosa medida de segurança, esquecida pelos doutrinadores de escol que consomem milhares de resmas de papel teorizando sobre a culpabilidade e os fins e objetivos da pena, mas furtam-se a problematizar a desumanidade e a ilegitimidade das medidas de segurança, por tempo indeterminado, cuja natureza não discrepa da pena, bem como de sua finalidade principal, que é, inconfessadamente, a de garantir a ordem e a segurança públicas. (BITTENCOURT, 2012, p. 317).

Mesmo não tendo caráter punitivo, não se pode permitir a violação constitucional de perpetuação da medida de segurança, por período indeterminado, pois “não pode ultrapassar o limite máximo de pena abstratamente cominada ao delito (v . g., crime de furto, quatro anos; roubo, dez anos etc.), pois esse seria o limite da intervenção estatal, seja a título de pena, seja a título de medida” (BITTENCOURT, 2012, p 317)

Ademais, é preciso analisar a real eficácia da medida de segurança, principalmente dado o alto grau de subjetivismo, conforme denomina Lopes Junior (2012), tal

subjetivismo pode ofender a princípios processuais penais, sobre isso declara Santos (2005, p 193),

O problema começa com a falta de credibilidade do prognóstico de periculosidade criminal: se a medida de segurança pressupõe pregnose de comportamento criminoso futuro, então em confiáveis prognósticos psiquiátricos produzem consequências destruidoras, porque podem determinar internções perpétuas- em condições ainda piores que as de execução penal. Na verdade parece comprovada a tendência de supervalorização da periculosidade criminal no exame psiquiátrico, com inevitável prognose negativa do inimputável – assim como, por outro lado, parece óbvia a confiança igênuia dos operadores jurídicos na capacidade de psiquiatra de prever comportamentos futuros de pessoas considerados inimputáveis, ou de determinar e quantificar a periculosidade de seres humanos.

Além do subjetivismo, as condições dos estabelecimentos também é crucial para a eficiência do real escopo da medida de segurança. Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN (2014), existem apenas vinte hospitais de custódia e internação no país, sendo que alguns estados nem sequer possuem instituições do gênero (PIMENTEL, 2016), o que resulta em uma má aplicação.

CONCLUSÕES

Com base no apanhado bibliográfico e legal, chegamos a 4 principais conclusões. A primeira delas, de que as medidas de segurança, se comparadas à normatividade anterior, podem ser consideradas um avanço quanto aos direitos dos indivíduos a elas submetidos, isto porque, para tais foram designados tratamentos específicos, ao menos em teoria voltados à cura.

Em segundo lugar, concluiu-se também que não se pode permitir a aplicação perpétua da Medida de Segurança, pois isso violaria norma constitucional. Além disso, pôde-se perceber que o alto índice de subjetivismo no prognóstico de periculosidade realizado pelo psiquiatra é um fator que prejudica a aplicação objetiva do Direito, pois não há como esses profissionais determinarem com a máxima certeza os comportamentos futuros do indivíduo, mas tão somente um risco. Isso nos afasta do Direito Penal do fato para um Direito Penal do indivíduo.

Por fim, ao analisarmos os dados do INFOPEN, concluimos que as condições dos estabelecimentos destinados ao cumprimento de Medidas de Segurança no País são precárias, além de poucas, diminuindo assim a eficácia do instituto na prática penal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1999.



FOCAULT, Michel. A história da loucura na idade clássica. São Paulo — Brasil, editora perspectiva s. A, 1978.

BITENCOURT, César Roberto. Tratado de Direito penal. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

LOPES, Aury Júnior. Crítica à execução penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

A POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

HÍBIA MIRELLA CALAÇA BORGES GALIZA

Áquila Raimundo Pinheiro Lima

Híbia Mirella Calaça Borges Galiza

INTRODUÇÃO

Na atualidade a sociedade brasileira vivencia um problema sério e complexo: o envolvimento de menores com a criminalidade. Assunto revestido de polêmica, o tratamento estatal destinado aos menores em conflito com a lei não tem se demonstrado capaz de diminuir os índices de violência e tampouco assegurar a efetividade dos direitos das crianças e adolescentes no Estado brasileiro.

Nessa seara, a Constituição Federal de 1988 representa um grande marco no que se refere aos direitos das crianças e adolescentes. Considera-se que até o advento da referida norma as crianças e adolescentes não eram considerados sujeitos de direitos. A Carta Política vigente preceitua a doutrina da proteção integral, pela qual se considera, com absoluta prioridade, o dever em assegurar os direitos dessas pessoas em condição especial de desenvolvimento ao Estado, à família e a sociedade.

A fim de regulamentar tais previsões constitucionais, surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, que, inclusive, é norma que determina o tratamento a ser aplicado aos adolescentes infratores. Contudo, esse instrumento tem sido alvo de inúmeras críticas, como também, a própria inimizabilidade penal dos menores de dezoito anos.

Diante disso, o problema que se busca responder na pesquisa é: A redução da maioridade penal é medida indispensável para a punição do menor? Para tanto, o estudo se utiliza da pesquisa bibliográfica, com linha dedutiva e abordagens descritiva, analítica e explicativa. Assim, a pesquisa apresenta conceitos concernentes e também busca apontar as implicações constitucionais acerca da possibilidade de uma redução da idade mínima para o cumprimento de penas.

O objetivo geral da pesquisa é verificar se a redução da maioridade penal é medida plausível a ser aplicada como solução para o envolvimento com a criminalidade dos menores de dezoito anos. Os objetivos específicos são: investigar contexto jurídico da punibilidade penal e, especificamente, o que se refere à da maioridade penal, especialmente no Brasil; analisar a maioridade penal no âmbito da Constituição Federal de 1988, no que tange ao entendimento de que isso se trata de um direito fundamental e apontar as perspectivas atuais sobre a possibilidade de redução da maioridade penal.

Vale ressaltar que as contribuições para realização deste artigo se baseiam em autores como René Ariel Dotti (2003) e Júlio Fabbrini Mirabete (2004), entre outros, que defendem ser a inimimizabilidade penal uma cláusula pétrea.

Ademais, destacam-se autores que defendem ser possível à redução da maioridade penal, visto que não se trata de direito fundamental, como, Guilherme de Souza Nucci

(2014) e Pedro Lenza (2014). Outro autor é o Luiz Flavio Gomes (2014), que sustenta que deve permanecer a inimputabilidade penal dos menores de dezoito anos, todavia, com mudanças significativas ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Portanto, neste artigo o primeiro assunto a ser abordado são as questões de ordem jurídica, referentes à imputabilidade penal, a partir dos dezoito anos, conforme determinação do Código Penal brasileiro; no segundo tópico abordar-se-á as questões dos menores infratores na perspectiva da Constituição Federal de 1988 e por fim analisar os efeitos que poderão ocorrer caso ocorra à redução da maioria penal.

MATERIAL E MÉTODOS

O desenvolvimento do presente trabalho se baseia na construção textual formulada através da pesquisa bibliográfica. Esta será feita por meio de um levantamento bibliográfico onde será selecionado material relacionado ao tema em questão.

O método de pesquisa bibliográfica envolve um conjunto de atividades que são destinadas e orientadas ao planejamento da busca do conhecimento. Sendo assim, esse tipo de pesquisa engloba a reunião de material disponível na literatura, sua análise e interpretação.

Visto que a pesquisa será orientada ao desfecho conclusivo, buscando a resolução de problemas propostos e a conclusão do assunto abordado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

: A presente pesquisa tem por objeto a análise da inimputabilidade penal dos menores de dezoito anos num contexto que abrange a imputabilidade penal, a doutrina da proteção integral apregoada pela Constituição Federal de 1988, e, a polêmica doutrinária a respeito da possibilidade de redução da idade limite dessa inimputabilidade. O problema que se buscou responder neste estudo foi: A redução da maioria penal é medida indispensável para a punição do menor? O objetivo geral foi verificar se a redução da maioria penal é medida plausível a ser aplicada como solução para o envolvimento com a criminalidade dos menores de dezoito anos. Utilizando-se de uma metodologia por meio da pesquisa bibliográfica, com linha dedutiva e abordagens descritiva, analítica e explicativa. A análise realizada sobre a polêmica no entorno da possibilidade da redução da maioria penal revelou que essa alternativa não é plausível tanto por se tratar de um direito fundamental que não pode sofrer restrições, como também, porque não seria capaz de solucionar o problema dos menores infratores no Brasil. Ou seja, a redução da maioria penal não é medida indispensável para a punição do menor. Na verdade, há necessidade de uma mudança na perspectiva do Estado e da sociedade sobre o assunto, a fim de que se materialize a doutrina da proteção integral, especialmente incluindo

medidas de prevenção, que são essenciais no processo de redução da violência por parte dos menores.

CONCLUSÕES

O presente estudo demonstrou que a imputabilidade penal dos maiores de dezoito anos é a regra adotada pelo Código Penal brasileiro para o exercício da punibilidade quando da realização de condutas tipificadas. Contudo, essa imputabilidade pode ser afastada total ou parcialmente, conforme determina o próprio Código. Dentre as exceções da imputabilidade penal está a que se refere aos menores de dezoito anos, que passam a ter a responsabilização por suas condutas mediante o Estatuto da Criança e do Adolescente. Tal determinação legal se pauta no reconhecimento da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento dos menores de dezoito anos.

Dessa forma, pôde-se perceber que o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente representa um significativo avanço na busca pela materialização dos direitos dos sujeitos por ele tutelados, em conformidade com a doutrina da proteção integral. Isso porque, o referido Estatuto apresenta sistema processual que se dirige aos menores infratores com as mesmas garantias que teriam se fossem julgados como imputáveis, ainda que exista incompletudes, falhas e lacunas nesse sistema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de Direito Constitucional. 18. ed. rev. e atual. até a EC 76 de 28 de novembro de 2013. São Paulo: Editora Verbatim, 2014.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Celso Bastos Editora, 2002.

BECCARIA, Cessare. Dos Delitos e das Penas. 2. ed. Leme: CL EDIJUR, 2012.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: Parte Geral. Vol. I. 20. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 05 de Outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 10 de Março de 2016.

_____. Decreto nº 99.710, de 21 de Novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em 21 de Maio de 2016.

_____. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de Dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em 09 de Março de 2016.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em 10 de Março de 2016.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em 21 de Maio de 2016.

_____. Portal da Transparência. In: Controladoria Geral da União: Portal da Transparência: Governo Federal: Despesas: Função Orçamentária: Subfunção (Finalidade). Disponível em: <<http://transparencia.gov.br/PortalSubFuncoes.asp?Exercicio=2015&Pagina=6>>. Acesso em 23 de Maio de 2016.

_____. Projeto de Lei nº 120/2007. Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao;jsessionid=FEC6B69655CFDFF427A0496B1BBCEFB3.proposicoesWeb1?idProposicao=340587&ord=0>>. Acesso em 23 de Maio de 2016.

_____. Projeto de Lei nº 114/2007. Altera o art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1.990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para ampliar o prazo de internação de adolescente infrator e o limite de idade de liberação compulsória, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=340525>>. Acesso em 22 de Maio de 2016.

_____. Projeto de Lei nº 2215/07. Altera o inciso I do art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=372101>>. Acesso em 22 de Maio de 2016.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: Parte Geral. Vol 1. 18. ed.. São Paulo: Saraiva, 2014.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição; Direito Constitucional Positivo. 19. ed., rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

CAVAGNINI, José Alberto. Somos Todos Inimputáveis: O Problema da Redução da Maioridade Penal no Brasil. São Paulo: Baraúna, 2013.

COSTA, Fernando José da. Direito Penal: Parte Geral: arts. 1º a 120. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DOTTI, René Ariel. Curso de Direito Penal: Parte Geral. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

FIGLIOLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. *Psicologia Jurídica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FIRMO, Maria de Fátima Carrada. *A Criança e o Adolescente no Ordenamento Jurídico Brasileiro*. 2. ed., atual. de acordo com o novo Código Civil (Lei nº 10.406/02). Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

GOMES, Luiz Flávio. Senado Rejeita a Redução da Maioridade Penal. In: Instituto Avante Brasil: Artigos: Senado rejeita a redução da maioridade penal. Data da Publicação: 21 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://institutoavantebrasil.com.br/senado-rejeita-a-reducao-da-maioridade-penal/>>. Acesso em 22 de Maio de 2016.

GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. Vol I. 16. ed.. Rio de Janeiro: Impetus, 2014.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquemático*. 18. ed. rev. e atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2014.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de Direito Penal: Parte Geral: arts. 1º a 120 do CP*. Vol I. 21. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2004.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 30. ed. rev. e atual. até a Emenda Constitucional nº 76/2013. São Paulo: Atlas, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Direito Penal*. 10. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente: em busca da Constituição Federal das Crianças e dos Adolescentes*. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

PADILHA, Rodrigo. *Direito Constitucional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014.

RAMIDOFF, Mário Luiz. *Lições de Direito da Criança e do Adolescente: Ato Infracional e Medidas Socioeducativas*. 2. ed. rev. e atual. 2. reimpr. Curitiba: Juruá, 2010.

SARAIVA, João Batista Costa. *Adolescente em Conflito com a Lei: da indiferença à proteção: Uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil*. 3 ed., rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

_____. *Compêndio de Direito Penal Juvenil: Adolescente e Ato Infracional*. 4 ed., rev. e atual. Incluindo o projeto do SINASE e Lei 12.010/2009. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 36. ed., rev. e atual. (até a Emenda Constitucional nº 71, de 29.11.2012). São Paulo: Malheiros, 2013.

A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO COMO FATOR DE COMPETITIVIDADE: ESTUDO DE CASO NO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA EMPRESA JALLES MACHADO S/A.

Glória Rosânia Pereira de Santana Carvalho

Wesley de Freitas

Bárbara Rafaela de Souza Nunes

João Vitor Cardoso Pereira

Maisa França Teixeira

Fábio Viana de Oliveira

Wesley de Freitas

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo as organizações têm percebido o valor dos seus profissionais, afinal o desenvolvimento dela, depende do desempenho de seus trabalhadores, sendo assim identifica-se em toda a organização a necessidade de conhecimento sobre os colaboradores e como proporcionar a estes condições para que suas atividades sejam desenvolvidas com qualidade, possibilitando aumento da produtividade.

A qualidade de Vida no Trabalho, tem grande impacto nos resultados, o bem estar dos funcionários tanto dentro, quanto fora da empresa influencia na qualidade do trabalho desenvolvido por estes, ou seja, quanto maior for a qualidade de vida das pessoas, maior seu bem estar e também sua produtividade no trabalho. (FRANÇA, 1995)

Assim o tema Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) tem ganhado espaço nas organizações, é cada vez maior o número de empresas que investem na qualidade de vida no trabalho. Essas questões tornam se fundamentais para o desenvolvimento e a sobrevivência das empresas, colaboradores devem gerar resultados.

Por isso é de grande importância o tema, deste trabalho. Busca compreender o que vem a ser a qualidade de vida no trabalho e sua influência na vida profissional e pessoal dos colaboradores.

É necessário maior conhecimento sobre o tema, uma vez que sua abrangência aumenta devida a importância. Conforme esclarece França e Assis (1995, apud. Vasconcelos, 2001) Qualidade de Vida no Trabalho representa o último elo da cadeia Qualidade Total, porque só se pode falar em Qualidade Total se houver Qualidade de Vida.

A Qualidade Total anteriormente abrangia a qualidade desenvolvida nos processos e nos produtos e no atendimento ao cliente, não se voltava para o trabalhador. Ou seja, não havia preocupação em melhorar as condições para a realização do trabalho nem como este trabalhador se encontrava em relação a atividade desenvolvida. Porém com as novas

exigências do mercado e os problemas de saúde, cansaço e estresse cada vez maiores dentro das organizações, estas começam a repensar as condições oferecidas aos seus trabalhadores.

Empresas e trabalhadores devem ter a consciência de que a qualidade de vida no trabalho é de suma importância em suas atividades, pois elas garantem melhores resultados, segurança e sucesso para as organizações e seus profissionais, como dito acima, é uma evolução da qualidade total que antes se preocupava apenas com a produção e as relações com clientes e agora a vida no trabalho também ganha destaque.

Essa conscientização deve se tornar parte da rotina tanto da gestão da organização quanto dos funcionários para que se possa haver uma ação coletiva dentro da organização para beneficiar a vida profissional e até mesmo a vida social e familiar deste trabalhador.

Entende-se que se há boas condições de trabalho, comunicação e amizade adequadas dentro deste espaço, reconhecimento do trabalho, remuneração adequada a satisfação do trabalhador se torna maior e conseqüentemente esse fator influência em todas as áreas de sua vida, a começar pelo próprio trabalho.

O presente trabalho visa analisar como acontece o desenvolvimento da Qualidade de Vida e sua influência na eficiência dos colaboradores no Departamento de Recursos Humanos da empresa Jalles Machado S/A. Para isso foi preciso identificar fatores que favoreçam melhores ambientes de trabalho para os funcionários, analisar como a empresa pode incentivar os colaboradores, e detectar se a qualidade de vida no trabalho tem sido uma preocupação da organização.

Para o desenvolvimento desse trabalho fomos a campo, pois se trata de um estudo de caso da empresa Jalles Machado, desta forma utilizamos como amostra o setor de RH para coleta de dados.

A administração de uma organização tem papel fundamental quando se trata da Qualidade de Vida no Trabalho, pois é ela quem oferece as devidas condições de planejamento e de trabalho para que haja qualidade no que se faz e conseqüentemente na vida dos trabalhadores. Os trabalhadores por sua vez, são aqueles que desenvolvem a organização, pois sem eles a empresa não produz, seu papel essencial para a existência e desenvolvimento da mesma, porém se este não possui condições adequadas que atendam as necessidades da função e as necessidades pessoais, seu rendimento reduz além de correr riscos na função.

O ser humano precisa trabalhar, pois é da sua atividade diária que normalmente ganha seu sustento e da sua família, porém até algum tempo atrás o que importava era ter um emprego, mas atualmente isso não mais basta, as pessoas buscam no trabalho sua realização pessoal, melhores condições de vida, e estão cada vez mais oferecendo qualidade no que faz, se aperfeiçoando com cursos e estudos, visando retorno desse investimento.

Os trabalhadores buscam a Qualidade de Vida, e quando não encontram em uma organização, vão em busca de outras que possam satisfazê-los. Quando isso ocorre a

empresa muitas das vezes que não oferece a Qualidade de Vida suficiente em suas condições de trabalho por acreditarem que é um gasto desnecessário, acabam gerando gastos maiores com novas seleções, contratações e treinamento.

Oferecer Qualidade de Vida no Trabalho deve ser compreendido pela empresa como um investimento em si mesma, pois quanto melhor o trabalhador estiver, maior será sua produtividade, faltas injustificadas deixam de ocorrer, a imagem da empresa melhora e assim consegue se posicionar no mercado competitivo com um diferencial que é a qualidade ofertada à vida dos trabalhadores.

Para isso é preciso implantar um Programa de Qualidade de Vida, que é a base para estimular e dar suporte tanto para o trabalhador quanto para empresa, na conscientização de como a saúde está diretamente relacionada com a qualidade e a produtividade da empresa, o que exige planejamento e estratégias. (CARMELLO, 2007)

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizada a pesquisa bibliográfica, que é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma. O material publicado pode ser fonte primária ou secundária afirma (VERGARA, 2009).

Foi utilizado, ainda, o modo de pesquisa de campo que é uma investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Assim, pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não. (VERGARA, 2009).

O universo da pesquisa é a empresa Jalles Machado S/A, e a amostra o departamento de Recursos Humanos – RH da empresa Jalles Machado S/A totalizando 5 colaboradores.

Os sujeitos selecionados foram os funcionários que atuam no setor de recursos humanos, da empresa, que no total são 5 funcionários ou seja a seleção foi de 100%.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário com perguntas fechadas.

Por meio de questionários apresentados foram apresentados de forma qualitativa e quantitativa através de gráficos de setores para facilitar a compreensão dos dados obtidos e sua relação com o estudo bibliográfico.

O pequeno número de participantes na pesquisa. E necessário considerar que há por parte dos entrevistados a possibilidade de limitação uma vez que nem sempre fornecem respostas verdadeiras, isto é, o que realmente pensam ou que reflitam suas opiniões reais.

A Jalles Machado S/A é uma empresa de grande porte, localizada no Vale de São Patrício, município de Goianésia, estado de Goiás, comercializa os seus produtos a nível nacional e internacional, utilizando como matéria prima a cana-de-açúcar.

Atua na produção de etanol anidro e hidratado, açúcar, produtos de higiene e limpeza, energia elétrica, levedura e látex crescente a cada ano.

Em 2007, a Jalles Machado resolveu expandir os seus negócios e investiu na construção da Unidade Otávio Lage e da Codora Energia Ltda., localizadas também no município de Goianésia. Os empreendimentos, entraram em operação em julho de 2011 e foram inaugurados em setembro do mesmo ano.

4.1.1 Missão da empresa

Sua missão é: "Ser referência pela excelência em atendimento, tecnologia e qualidade em seus produtos."

Para isso apresenta a seguinte carta magna e visão do negócio:

- Oferecer qualidade e segurança em seus produtos, com responsabilidade sócio-ambiental;
- Assegurar a satisfação dos acionistas e dos nossos clientes;
- Valorizar as pessoas, promovendo-as e integrando-as;
- Respeitar o meio ambiente, prevenir a poluição, atender a legislação vigente e os requisitos regulamentares aplicáveis;
- Buscar a melhoria contínua de desempenho.

4.1.2 Políticas da Jalles Machado S/A

A Jalles Machado tem a sua Política de Gestão Integrada, no que diz respeito à Qualidade, Meio Ambiente, Segurança e Saúde Ocupacional, norteadas pela Carta Magna.

4.1.3 Jalles Machado social

Em relação a educação a empresa possui a Fundação Jalles Machado, com sede na cidade de Goianésia, é uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é implementar ações educacionais e culturais. Foi declarada como entidade de utilidade pública através da Lei Estadual Nº 12.883, de 17/06/1996.

Na saúde é prestada assistência odontológica aos colaboradores da Jalles Machado nas áreas de clínica, endodontia, cirurgia, prevenção e urgência. Coloca ainda a disposição de seus colaboradores e dependentes uma farmácia em que os remédios são repassados a preço de custo. E ainda oferece, gratuitamente, transporte para colaboradores e dependentes que necessitam de tratamentos especializados.

A empresa oferece plano de saúde aos seus colaboradores e dependentes nos serviços médico-hospitalares, ambulatoriais e laboratoriais para exames de alta complexidade.

Em relação a nutrição a empresa possui o Projeto Horta Escolar Jalles Machado que tem por objetivo produzir verduras e legumes para a alimentação dos alunos. O excedente da produção é doado para entidades filantrópicas, como creches, asilos e casas de apoio.

Quanto ao lazer e recreação a empresa mantém um clube recreativo para seus colaboradores: a Associação Esportiva Jalles Machado. Por meio de uma contribuição mensal simbólica, funcionários e dependentes podem usufruir das piscinas, saunas, salão

de festas, quadras poliesportivas, bosques para passeios e campos de futebol, além de participar de eventos culturais e torneios esportivos. Além das atividades de recreação e lazer, a infra-estrutura do clube serve como base para a realização de projetos educativos como a escolinha de futebol e aulas de natação.

A empresa ainda possui o Programa de Participação nos Resultados – PPR que foi implantado em 1991, como gratificação de safra, e em 1998 passou a se chamar Programa de Participação nos Resultados.

Quanto a segurança do trabalho a empresa mantém Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT, de acordo com a portaria 3.214 do Ministério do Trabalho. A empresa mantém um amplo almoxarifado de trabalho, que contém todos os equipamentos de proteção individual – EPI'S - necessários ao desempenho das atividades dos colaboradores. Os treinamentos são rotineiros, iniciam-se na integração do colaborador e se diversificam de acordo com o local e serviço executado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O termo Administração, (do latim administratione), significa: I. Ação de administrar. II. Gestão de negócios públicos ou particulares. III. Governo, regência. IV. Conjunto de princípios, normas e funções que vêm ordenar os fatores de produção e controlar sua produtividade e eficiência, para se obter determinado resultado. V. Prática desses princípios, normas e funções. VI. Função de administrador; gestão, gerência. VII. Pessoal que administra; direção. (FERREIRA, 1986)

De um modo geral, administração existe em todo lugar, seja dentro da empresa ou até mesmo dentro de casa, pois é ela que faz com que as coisas aconteçam e também que os objetivos sejam alcançados. Para enfatizar isso, Drucker (2002. p. 02) define a administração da seguinte forma:

A administração constitui-se na mais importante inovação deste século – e aquela que maior influencia, exerce diretamente sobre os jovens que estudam nas faculdades e universidades. É necessária em qualquer entidade, constitui-se no órgão específico de qualquer entidade. Nenhuma empresa poderia funcionar sem o concurso dos administradores.

A administração também se trata de todo planejamento da empresa que é feito por administradores, responsáveis, portanto, solucionar problemas, dimensionar recursos, planejar sua aplicação, desenvolver estratégias, efetuar diagnósticos, etc. Para comprovar isso, Chiavenato (2000. p. 01,02) afirma que:

Administração é o planejamento de toda a organização (seja ela lucrativa ou não lucrativa), estruturação, direção e controle de todas as atividades diferenciadas pela divisão de trabalho que ocorrem dentro de uma organização. Assim, a Administração é

imprescindível para a existência, sobrevivência e sucesso das organizações. Sem a Administração as organizações jamais teriam condições de existir e crescer.

A administração pode ter vários conceitos, um dos mais importantes deles na argumentação de Maximiano (2004, p. 26) é que:

Objetivos e recursos são as palavras-chaves na definição de administração e também de organização. Onde a mesma é um sistema de recursos que procura realizar algum tipo de objetivo. Além de objetivos e recursos, as organizações têm outros dois componentes importantes: processo de transformação e divisão do trabalho.

Para Oliveira (2012, p. 4) é definida como:

o sistema estruturado e intuitivo que consolida um conjunto de princípios, processos e funções para alavancar, harmoniosamente, o processo de planejamento de situações futuras desejadas e seu posterior controle e avaliação de eficiência, eficácia e efetividade, bem como a organização a estruturação – e a direção dos recursos alocados nas áreas das empresas, orientados para os resultados esperados, com a minimização dos conflitos interpessoais.

Nota-se que em todas essas definições a administração é percebida como um fator decisivo para o desenvolvimento das organizações, e como partes interligadas e não como uma parte estagnada.

Para Arruda e Piletti (2007, p. 14):

Durante muitos anos, o trabalho servia para a manutenção e a reprodução biológica do ser humano e se desempenhou sob forma de coleta, de trabalho extrativo, quando veio surgir, mais tarde, a pesca, a caça e o pastoreio. Com a agricultura, veio a ideia de que, se produzindo um excedente do que se poderia utilizar, seria possível escravizar pessoas. No mundo grego e romano, só no trabalho desenvolvido nas atividades agrícolas se reconhecia dignidade e importância social, totalmente negada ao comércio, artesanato e atividades manuais. [...]

De acordo com a citação dos autores Arruda e Piletti (2007), desde os primórdios das civilizações há a divisão entre os tipos de trabalho sendo alguns mais valorizados que outros e ainda a existência da exploração de mão de obras, o que revela não ser um problema atual, mas tão antigo quanto a civilização. Nota-se em jornais e revistas, trabalhadores em precárias situações de trabalho, como por exemplo, o trabalho nas carvoarias. Afirma-se que, até mesmo nos países de economia avançada se encontram trabalhadores sendo explorados, mesmo sabendo que os alicerces da produção social deslocaram-se da agricultura para a indústria, quando o comércio se sobrepôs ao trabalho agrícola, ampliando suas atividades.

Segundo Arruda e Piletti (2007), na Revolução Industrial, que iniciou no século XVIII, as fábricas juntaram-se num só espaço, trabalhadores e máquinas configurando os novos meios de produção, ou seja, o modo de produção social da época industrial aumentou a especialização das tarefas e a divisão do trabalho, contribuindo para o afastamento das pessoas do conteúdo de suas próprias atividades.

Nesse novo contexto trabalhista começa haver a necessidade de conhecimentos para desenvolver a organização desses espaços de modo que o trabalho acontecesse, visando os objetivos daquela época, que era produzir cada vez mais, e obter lucros.

De acordo com Maximiano (2005, p. 48)

em meados do século XVIII, o terreno estava pronto para a consolidação dos conhecimentos e práticas administrativas em uma disciplina independente. A expansão da Revolução Industrial pelo mundo todo, especialmente nos Estados Unidos, criou uma grande demanda por conceitos e técnicas que pudessem ser utilizados por um contingente de pessoas que se tornavam necessárias, e precisavam de treinamento especializado: os administradores profissionais de organizações.

O desenvolvimento de estudos da administração só aconteceu no início do século XX, como explica Oliveira (2012, p. 3) “até o final do século XIX sob o contexto específico dos ensinamentos básicos da administração [...] até esse período, os assuntos das empresas [...] não eram abordados como tal, pois o estudo estruturado da administração só se iniciou no século XX.”

De acordo com Carvalho (2008, p. 161) é em consequência da Revolução Industrial que surge a abordagem clássica da administração: “como o crescimento acelerado e desorganizado das empresas, seu aumento de dimensão e a necessidade de elevar a eficiência e a competência das organizações, originou-se a Abordagem Clássica da Administração.” Que foi a primeira linha de estudo estruturada da administração.

É na primeira metade do século XX que a administração como algo estruturado, começa a surgir e se efetivar. É quando começam a surgir as teorias da administração, que de acordo com Oliveira (2012) em ordem cronológica são: Escola Clássica, Escola Burocrática, Escola Humanista, Escola Sistêmica, Escola Quantitativa, Escola Contingencial e Escola Moderna.

No desenvolvimento de cada escola houve uma teoria predominante assim como estudiosos que marcaram o período, mas isso não significa que as teorias de uma escola não contribuíssem para as demais, mas sim uma influenciou a outra.

A Escola Moderna, que se vive até os dias atuais, segundo Oliveira (2012, p. 176) é constituída de duas teorias da administração:

Teoria da Administração por Processos, que se iniciou em meados da década de 1920 e se consolidou em 1951, com os estudos de William Deming quanto a qualidade total nas empresas; e

Teoria da Excelência das Empresas – ou Excelência Administrativa -, que começou a se desenvolver na década de 1960, mas se consolidou na década de 1990, e que tem proporcionado instrumentos administrativos sofisticados – quanto à exigência de níveis adequados de inteligência administrativa – e de elevado impacto nas empresas em geral.

Pode-se observar que a grande preocupação da administração atualmente está voltada para a qualidade total nas empresas que engloba condições de trabalho, processo, produto final e o meio ambiente e social, o que não deixa de exigir uma inteligência

administrativa cada vez mais capacitada para conseguir atender as novas condições que o próprio meio empresarial criou.

Observa-se que atualmente o foco da administração está nas pessoas, reconhece-se a importância dos recursos humanos para o pleno desenvolvimento das organizações e passa a perceber a influência que estes exercem sobre os resultados da mesma, o que muda também os tipos de empresas e formas de trabalho, pois não se busca mais somente mão de obra resistente para o trabalho, mas que seja criativa, tenha capacidade de se adaptar às novas formas de trabalho.

Portanto, verifica-se que nos dias atuais com a era da tecnologia e globalização, o trabalhador necessita de um desenvolvimento mais amplo, para saber realmente lidar com um mundo extremamente complexo, incerto e instável, principalmente dentro das organizações que é onde constantemente se passa por profundas mudanças, para conseguir sobreviver no mercado competitivo.

O assunto Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), ainda é recente, porém seu princípio tem origem junto a Revolução Industrial, quando as condições de trabalho não eram favoráveis ao bem estar dos trabalhadores, e estes começam a se organizar em busca de mudanças que pudessem lhes dar uma melhor condição de trabalho e de vida.

Neste sentido Maximiano (2005, p. 216) afirma que:

A corrente dos autores que enfatizam as pessoas e seu bem estar tem antecedentes muito antigos. Para o estudo da administração, é importante considerar que essa corrente ganhou grande força durante a Revolução Industrial. As condições de trabalho nesse período eram tão difíceis que motivaram algumas pessoas e instituições a tentar melhorá-las. Isso foi feito tanto no campo das idéias quanto no da ação-prática.

CONCLUSÕES

Oferecer as adequadas condições de trabalho, segurança, saúde, benefícios, planos de carreira, entre tantas outras opções que podem fazer com que o trabalhador se sinta satisfeito e realizado com o trabalho, traz inúmeros benefícios tanto para a vida pessoal e profissional do trabalhador, quanto resultados para a empresa. Por isso é grande importância para as empresas que façam investimentos em Programas de Qualidade de Vida e realmente ofereçam condições para seus trabalhadores, pois isso se torna cada vez mais um diferencial competitivo entre empresas que querem ter sua imagem cada vez mais no topo das mais reconhecidas.

A pesquisa foi realizada no Departamento de Recursos Humanos da empresa Jalles Machado S/A, onde foi aplicado o questionário contendo 17 (dezessete) perguntas fechadas em relação a qualidade de vida.

Diante dos questionários analisados pode-se constatar que os funcionários do RH, encontram bastante satisfeitos com seu trabalho e reconhecem que a empresa oferece

qualidade de vida. O que são pontos fundamentais para a efetivação da qualidade de vida no trabalho dentro do ambiente.

As respostas dos participantes vieram de encontro com o estudo bibliográfico realizado em que afirma que entre as práticas da empresa para que a qualidade de vida no trabalho exista é preciso que haja planos de carreira e salários, participação nos resultados, plano de saúde, instalações adequadas, oferta de estudos entre outros. Estes itens foram os principais apontados pelos participantes da pesquisa como sendo essenciais para a qualidade de vida.

Portanto o objetivo do presente estudo era analisar como acontece o desenvolvimento da Qualidade de Vida e sua influência na eficiência dos colaboradores no Departamento de Recursos Humanos da empresa Jalles Machado S/A. e pode se concluir que de fato a qualidade de vida tem grande influência sobre a vida profissional dos trabalhadores, assim como na vida pessoal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, L. G. e FRANÇA, A.C.L. Estratégias de recursos humanos e gestão da qualidade de vida no trabalho: o stress e a expansão do conceito de qualidade total. Revista de Administração. São Paulo, abr./jun. 1998, vol. 33, n. 2.

ARRUDA, Carlos; ARAÚJO, Marina. (Org.). Competitividade. 2008. Disponível em:

<http://www.fdc.org.br/pt/pesquisa/inovacao/competitividade/Documents/05_17_carlos_arruda_01.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2013.

ARRUDA, José Jobson; PELETTI, Nelson. Toda a história. São Paulo: Ática, 2007.

BOUDREAU, J. W.; MILKOVICH, G. T. Administração de recursos humanos. São Paulo: Atlas, 2006.

CARMELLO, Eduardo. Qualidade de vida no trabalho. In: IV Congresso Norte Paranaense de Recursos Humanos. Londrina: Anais Londrina, abr. 2007.

CHIAVENATO. Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

CHIAVENATO. Idalberto. INTRODUÇÃO à teoria geral da administração. 6. ed. São Paulo: Campus, 2000.

CARPINETTI, L. C. R. (et. al). Gestão da qualidade: ISO 9001:9002. São Paulo: Atlas, 2008.

CARVALHO, Valter Rodrigues de. Qualidade de vida no trabalho. In: OLIVEIRA, Otávio J. (org.). Gestão da qualidade: tópicos avançados. São Paulo: Cengage Learning, 2008, p. 159-168.

DRUCKER, Peter Ferdinand. O melhor de Peter Drucker: obra completa. São Paulo: Nobel, 2002.

FARRELL, Gilda; THIRION, Samuel. (Org.). A Competitividade Social. 2000. Disponível em: <<http://www.fao.org/sard/static/leader/pt/biblio/social.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi. Qualidade de vida no trabalho: conceitos, abordagens, inovações e desafios nas empresas brasileiras. Revista Brasileira de Medicina Psicossomática. Rio de Janeiro, vol. 1, n 2, abr./mai./jun. 1997.

_____. A qualidade de vida no trabalho é um bom investimento, Revista Inova: Gestão e Tecnologia. São Paulo, v. 2, nº. 8, p. 5, maio/agosto 1995. In: VASCONCELOS. Anselmo Ferreira. Qualidade de Vida no Trabalho: Origem, Evolução e Perspectiva. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, vol.8, n. 1, jan/mar. 2001 p. 24-35. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/v08-1art03.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2013

_____. Qualidade de vida no trabalho: conceitos, abordagens, inovações e desafios nas empresas brasileiras. Revista Brasileira de Medicina Psicossomática. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 79-83, abr./maio/jun. 1997. In: VASCONCELOS. Anselmo Ferreira. Qualidade de Vida no Trabalho: Origem, Evolução e Perspectiva. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, vol.8, n. 1, jan/mar. 2001 p. 24-35. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/v08-1art03.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2013

_____. ASSIS, M. P. de Projetos de Qualidade de Vida no Trabalho: caminhos percorridos e desafios. ERA Light. São Paulo, v. 2, nº. 2, p. 26-32, mar./abr. 1995. In: VASCONCELOS. Anselmo Ferreira. Qualidade de Vida no Trabalho: Origem, Evolução e Perspectiva. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, vol.8, n. 1, jan/mar. 2001 p. 24-35. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/v08-1art03.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2013

JALLES MACHADO. Institucional. Disponível em: <www.jallesmachado.com.br> Acesso em: 28 de maio de 2013.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. Administração de Marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de serviços. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAXIMIANO, Antonio Carlos Amaru. INTRODUÇÃO à administração. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. História da administração: como entender as origens, as aplicações e as evoluções da administração. São Paulo: Atlas, 2012.



ROBBINS, Stephen P. Comportamento organizacional. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

VASCONCELOS. Anselmo Ferreira. Qualidade de Vida no Trabalho: Origem, Evolução e Perspectiva. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, vol.8, n. 1, jan/mar. 2001 p. 24-35. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/v08-1art03.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2013

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009

A questão da escolaridade dos adolescentes no município de Anápolis.

Marcos Antônio de Carvalho Rosa

Wesley de Freitas

Roberto Fernandes de Melo

Myriam Christina Alves Rodrigues

Agnês Raquel Camisão

Luana Bispo Assis

INTRODUÇÃO

No Brasil existem aproximadamente 80 milhões de crianças e adolescentes, fatia considerável da população, o que desperta o interesse em discussões e construção de políticas públicas específicas. No município de Anápolis-Go essa realidade não é diferente. Para tanto, é preciso uma articulação de políticas públicas para atendimento e proteção integral do adolescente, tendo como eixo fundamental a educação.

Esta pesquisa tem como objetivo discutir sobre os dados relativos à escolaridade encontrados no documento denominado Diagnóstico (2014) construído pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Anápolis em parceria com a UniEvangélica- Centro Universitário de Anápolis. São objetivos específicos debater sobre taxas de escolaridade e apontar dados nacionais referentes ao tema.

A metodologia se valerá de análise documental e a perspectiva epistemológica baseia-se em análises qualitativas e quantitativas sobre o tema, partindo de reflexões teóricas clássicas e contemporâneas.

MATERIAL E MÉTODOS

Pesquisa científica padrão utilizando método documental, tendo como documento o Diagnóstico gerado pelo convênio entre Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Anápolis e UniEvangélica- Centro Universitário de Anápolis no ano de 2014, analisando os dados relativos à escolaridade dos adolescentes do município de Anápolis no recorte de tempo estabelecido pelo Diagnóstico(2014). Os dados serão comparados com estudos e dados estatísticos nacionais construindo um paralelo que tem como objetivo fornecer subsídios para construção de políticas públicas de intervenção sociais e educacionais. A análise segue os nortes da política pública estabelecida e faz reflexão teórico-metodológica amparada na perspectiva da Psicologia Histórico Cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A defasagem de escolaridade entre os adolescentes com 15 anos de idade a é apontada visto que sendo que 90% dos destes ainda não haviam concluído o ensino fundamental em 2013. Habitualmente deveriam estar cursando o primeiro ano do Ensino Médio.

Já a escolaridade de jovens entre 16 e 17 anos de idade era de 69,40% sem conclusão do Ensino Fundamental dado alarmante apontando defasagem. Os programas do poder público municipal contribuíram para a conclusão do ensino médio entre jovens de 18 a 20 anos em Anápolis-GO. Houve um aumento elevado de conclusão entre 2000 e 2010, partindo de 23,26% dos jovens para 49,53% dos jovens. Esse dado pode ser relacionado com programas como Projovem Urbano e Projovem Trabalhador que foram desenvolvidos na última década.

Quanto ao percentual de adolescentes matriculados no Ensino Médio em Anápolis em 2010, sendo que 63,03% dos adolescentes, ou seja, 6 em cada 10 estavam cursando com defasagem de série. 37,97% estavam cursando em série adequada à sua faixa etária. Percebe-se ainda que em 2013 quase 80% dos alunos de Ensino Médio do município estudavam na rede estadual. Esse ponto fornece subsídios para o trabalho planejado de políticas públicas, por meio de programas e ações que atinjam esse público-alvo já concentrado.

As escolas de Anápolis-GO tem sua localização concentrada no espaço urbano, com taxa de 96,32%. Sabe-se que 3,68% das escolas estavam localizadas no espaço rural em 2013. O espaço urbano é o espaço das trocas sociais, onde a maioria da população reside, é nas cidades que a maioria dos recursos precisa ser distribuída, entre moradia, cultura, educação, lazer, saúde entre outros direitos.

Em Anápolis, 40% dos adolescentes ainda não chegaram ao Ensino Médio. São aproximadamente 15 mil cursando o Ensino Médio e 10 mil cursando outras etapas ou não cursando.

A falta de acesso à escola, bem como de garantias de permanência, de necessidades básicas como saúde e alimentação terminam por expulsar os alunos das classes mais empobrecidas, onde os processos sócio espaciais refletem a concentração da riqueza e a ampliação das injustiças sociais. Percebe-se essa análise no fato de que 15,73% dos adolescentes anapolinos não estarem freqüentando a escola em 2014.

Um dado alarmante nacional deve ser observado: a condição social dos jovens entre 15 e 17 anos no Brasil que trabalham. Os dados de 2013 indicaram que 99% dos jovens brasileiros entre 15 e 17 anos atuando no mercado de trabalho pertenciam a famílias de classes muito empobrecidas.

Quanto à escolaridade que 51% dos adolescentes em privação de liberdade em 2003 não freqüentavam a escola. Dos 23,1 mil adolescentes privados de liberdade no Brasil em 2013, 64% se encontravam em regime de internação, 23% de internação provisória, 9,60% em regime de semi liberdade e 3,4% privados de liberdade em situação indefinida. Os principais delitos cometidos por adolescentes em 2011 no Brasil foram roubo com

38,12% dos casos, tráfico de drogas com 26,56% e homicídios com 8,39%. Os dados de Anápolis entre os anos de 2003 e 2010 apontam porte de drogas ocupa 16,55% dos casos, seguido de ameaças com 11,01% e lesões corporais com 10,48%.

A falta de expectativas apontada nas questões sobre futuro, profissão e felicidade apontam que o estigma da periferia, onde pobre nasceu para morrer pobre, termina por violentar os direitos políticos individuais. Sem a mobilidade social que é gerada por oportunidades de educação e trabalho digno os adolescentes caem nos empregos para sobrevivência. Esse dado é influenciado também pelo desejo de acesso aos bens de consumo, despejado pela cultura de massa que impregna o indivíduo com o pensamento de cada pessoa vale o que possui. Para Milton Santos (1987) esse lugar é condição para existir.

Para existir é preciso lutar? A trajetória dos direitos do adolescente no Brasil é longa e algumas conquistas foram fruto de intensas lutas sociais. Este estudo possibilitou remontar uma base de dados sobre as políticas públicas ofertadas pelo poder público municipal e perpassar fatos sobre a história social do adolescente no Brasil, e mais especificamente em alguns momentos, do adolescente em conflito com a lei.

O contexto do adolescente enquanto indivíduo, as demarcações temporais, emocionais, sociais e culturais que cercam essa etapa da vida também foram tópicos de discussão e pesquisa, discutindo a caracterização do adolescente, sua linguagem e o processo de identificação com grupos, os aspectos biopsicossociais, os rituais de mudanças, os riscos sociais e suas relações com as condições sócio econômicas.

Pautou-se ainda a identidade sexual do adolescente, o surgimento da autonomia, os modelos de identificação, a emancipação emocional, o pape primordial da família, a dinâmica familiar, as regras sociais, as vulnerabilidades, processos de criminalização e ausência parental.

A compreensão de como surge o processo de criminalização do adolescente e toda sua trajetória enquanto sujeito com direitos negados, cidadania retida e possibilidades sociais remotas é importante para desvendar a questão do adolescente em conflito com a lei.

A prática punitiva e repressora em nada coaduna com a defesa dos aspectos democráticos e socializadores defendidos no ECA. Os princípios de direitos humanos, equidade e democracia são fruto de um processo histórico que deságua na legitimidade do Estatuto perante as movimentações da sociedade civil. O poder político sempre esteve atrelado ao poder econômico, e esse aos desejos de ordem e controle social, impingindo um caráter regulador e menos participativo às leis. Isso demonstra a necessidade de vigilância e discussão permanente do alcance e possibilidades do ECA, em defesa de seu caráter garantista e de avanços sociais para a criança e o adolescente.

O espaço torna-se palco para a distribuição espacial da pobreza, onde a ausência da ordem pública, quando o poder público se omite ou se desvia para a privatização do público, termina por suprimir direitos e negar ao cidadão sua existência plena. Para tanto

resgatou-se parte do processo histórico do município de Anápolis-GO para compreender sua trajetória e assim deixar mapeada estruturação econômica e organização do seu espaço periférico.

Pode-se afirmar que as políticas públicas municipais têm cumprido um papel importante, principalmente no que se refere à educação e cultura, porém os dados sobre adolescentes em conflito com a lei no município mostram que ainda há muito a ser feito, pois a total eficácia e eficiência dessas políticas garantiria um município com taxas menores de delitos cometidos por adolescentes.

As políticas precisam estar alinhadas, garantindo que os direitos fundamentais do cidadão sejam preservados e possibilitados, elas precisam agora ser incorporadas enquanto políticas de Estado e não de governos. O ziguezague das políticas prejudica sempre a classe menos favorecida, que depende de seu funcionamento para sobreviver com o mínimo de dignidade e acesso aos direitos e evite que o adolescente entre em conflito com a lei.

CONCLUSÕES

Pode-se concluir que é preciso ampliar as políticas educacionais no município de Anápolis, tendo como objetivo cobrir toda a demanda. É tarefa fundamental do poder público estabelecer políticas que visem atuar de forma sistêmica entre educação, cultura, saúde e desenvolvimento social para que os adolescentes possam ter o que se chama de proteção integral. Sem política não há modificação das estruturas.

Toda a lógica que circunda esse tratamento termina por construir na sociedade brasileira a imagem de que o adolescente está terminantemente fadado a criminalidade na idade adulta, que ofertará sempre perigo à população. E mais, os direitos e garantias passarão a ser pensados dentro da ótica da criminalização, por exemplo: a educação deixará de ser pensada para atender o adolescente considerando o conflito com a lei como episódio, e passará a ser pensada como parte dos acessos e direitos do adolescente em conflito com a lei enquanto categoria. A educação que deveria ser central passa a ser alegórica no processo de desenho das políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico de 2010: Aglomerados subnormais. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Aglomerados_subnormais/Agglomerados_subnormais_informacoes_territoriais.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Aglomerados_subnormais/Agglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais.pdf). Acesso em janeiro 2015.



IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Divulga os Resultados da Coleta do Censo 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/n>. Acesso em 19 dezembro 2010.

SANTOS, M. A. C. Por uma nova Geografia. Nova São Paulo, HUCITEC.1978

A RELEVÂNCIA DA PSIQUIATRIA FORENSE NO ÂMBITO DO DIREITO PENAL BRASILEIRO

BETHÂNIA DOS SANTOS FREITAS BARRETO

MYRIAM CHRISTINA ALVES RODRIGUES

INTRODUÇÃO

1. História da psiquiatria forense

Vale a pena recordar que a história se inicia no Código de Hamurabi, o primeiro registro psiquiátrico-forense de que se tem notícia, passa por toda a idade antiga, entra em Roma, chega à Igreja, espalha-se por todos os códigos civis e penais do ocidente e a doutrina da especialidade vai sendo confeccionada por homens vocacionados ao mister, a produzir os tratados clássicos (EÇA, 2010).

Paulo Zacchia (1584-1659) é considerado o pai dos peritos psiquiátricos, visto que, este atuava como médicos em tribunais eclesiásticos, no período denominado Sacra Rota Romana (nome criado pelo papa em 1422 – para julgar processos eclesiásticos – mantido até hoje). Tal caracterização ocorreu devido este ter escrito *Quaestionum medico-legalium*, a primeira grande e completa obra de medicina legal de variadas áreas da medicina, entre elas aquela que mais tarde se chamaria psiquiatria forense.

1.2 Psiquiatria forense e Direito Penal

A psiquiatria forense separou-se da medicina legal cerca de duzentos anos depois da obra de Paulo Zacchia (1584-1659), *Quaestionum medico-legalium*. Nesses dois séculos, à medida que a psiquiatria crescia como ciência, a psiquiatria forense ia desenvolvendo a sua própria doutrina (EÇA, 2010).

Com isso, destacou-se na evolução histórica Richard Von Krafft – Ebing considerado o pai moderno da psiquiatria forense. Este colaborou para uma conotação mais jurídica da psiquiatria, dividindo-se da medicina legal. Assim elevou-se a psiquiatria forense a um saber autônomo, reivindicando, a bom direito, papel distinto da medicina legal e da psiquiatria, em cujas disciplinas deita as suas raízes (PALOMBA, 2016).

No Brasil, a psiquiatria forense desenvolveu-se rápida e solidamente. O mérito de ter publicado o primeiro livro de psiquiatria forense no Brasil é de Francisco Franco da Rocha, chamado *Esboço de psiquiatria forense* (1904). Porém, atualmente a situação atual da psiquiatria forense no Brasil é de decadência, a reboque da psiquiatria que se pratica no mundo ocidental, dominada pelas doutrinas e pelos métodos norte-americanos (PALOMBA, 2016).

1.3 Transtornos mentais e implicações forenses.

São vários os transtornos mentais que apresentam implicações forenses, podendo citar como os principais esquizofrenia, psicose sintomática, paranoia, epilepsia, transtorno bipolar, encefalopatia, oligofrenia, alcoolismo, toxicomania, psicopatia, neuroses (síndrome do pânico, transtorno obsessivo-compulsivo, histeria, transtorno do

estresse pós-traumático e psicossomático), traumatismos de crânio, doença de Parkinson, acidentes vasculares cerebrais etc., sendo necessário, mesmo que brevemente mostrar quais são as suas características clínicas, seus sinais e sintomas e quais as implicações. (PALOMBA, 2016)

2 IMPUTABILIDADE PENAL

O capítulo trata da questão da imputabilidade penal, de maneira ampla, quais as suas bases, os seus princípios, trazendo um esquema estático a relacionar transtornos mentais e imputabilidade penal. Primeiramente é fundamental caracterizar o crime no Direito Penal Brasileiro.

2.1 Tipos de capacidade de imputação jurídica

Existem três tipos de capacidade de imputação jurídica: total, parcial e nula. Na total é quando o agente entende totalmente o caráter criminoso do fato e é totalmente capaz de determinar-se de acordo com esse entendimento. Nesse caso o delito que praticou lhe é imputável. Na parcial é quando o agente, a época do fato, era parcialmente capaz de entender o caráter criminoso da ação e/ou parcialmente capaz de determinar-se de acordo com esse entendimento. Nesse caso o delito que praticou lhe é semi-imputável. E nula, quando à época do fato, o indivíduo era totalmente incapaz de entender o caráter criminoso do fato e/ou total mente incapaz de determinar-se de acordo com esse entendimento. Nesse caso o crime que praticou lhe é inimputável (NUCCI, 2016).

3 UTILIZAÇÃO DE LAUDOS PSIQUIÁTRICOS EM FACE DE INIMPUTABILIDADE POR DOENÇA MENTAL ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

3.1 Penalização utilizados laudos psiquiátricos

O diagnóstico de distúrbios mentais ou de psicopatia somente são possíveis por meio de laudos psiquiátricos, onde são observados graus diferentes. Somente sendo caracterizado inimputabilidade no perfil mais grave, ou seja, que a pessoa não tenha capacidade de responder por determinado ato que possa ter cometido (RIBEIRO, 2015).

3.1.1 Medidas de segurança

Sansão penal imposta pelo juiz nos casos de inimputabilidade, que implica o reconhecimento de que o agente é portador de periculosidade social. Em outras palavras, indivíduos cujos atos delituosos não lhes foram imputados, por serem portadores de transtornos mentais, presume-se que sejam portadores de periculosidade, e o juiz aplica medida de segurança, em vez de pena restritiva de liberdade (PALOMBA, 2016, p.149)

3.2 Inimputabilidade por doença mental no ordenamento jurídico brasileiro

A dificuldade maior no Sistema Jurídico Brasileiro é a inexistência de legislação mais clara e ampla para atuação do Direito Penal e utilização de laudos na caracterização do grau de imputabilidade do réu. Para isso seria necessário maior utilização da psicologia e psiquiatria forense nos tribunais, e com isso apresentar alinhamento entre a visão médica e jurídica. (COSTA, 2015)

MATERIAL E MÉTODOS

Pesquisa bibliográfica de livros e artigos on line.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo discorreu em analisar (in) eficácia do Direito Penal frente julgados utilizando laudos psicológicos e psiquiátricos na prestação jurisdicional. O que pode notar que várias situações podem caracterizar como omissão ou descaso do Poder Público, para com infratores portadores de insanidades mentais. Através do presente estudo pode-se analisar que o Código Penal não apresenta tratamento específico frente a inimputabilidade por insanidades mentais, não apresentando conceituação em termos jurídicos do que seria denominado por doença mental, e a falha de tal amparo muitas vezes dificulta a interpretação nas decisões e estipulação de pena de acordo com a necessidade do indivíduo infrator, ou seja, não adianta manter em prisão, pessoas que não apresentem sanidade mental, visto que, o caráter de ressocialização e reinserção deste na sociedade não se cumprirá.

Referente a escolha de penalização nos julgados sendo verificado laudos de insanidade mental, a maioria das decisões são por medidas de segurança. Porém, o ponto de discussão é que tal medida não apresenta estrutura, sendo até mesmo denominada como uma forma de prisão, pois, não cumpre tratamento curativo do inimputável, conforme estabelecido em lei.

Falta amparo em termos de tratamento jurídico e médico adequado ao infrator inimputável. Mas, como exigir de um instituto já em falência, que não consegue cumprir função de ressocialização junto a indivíduos infratores ditos ‘normais’, como fazer em pessoas que requerem ao invés de pena, tratamento.

Na realidade o que se observa é o contrário. Institui em infratores portadores de psicopatologias crônicas e que não tem cura, que, apresentam grau de periculosidade considerável a sociedade, condenações de penas privativas de liberdade e medidas de segurança. E, como sabe, no Brasil essa restrição é de no máximo 30 (trinta) anos, podendo ainda se reduzida, favorece para que tais indivíduos voltem de novo a sociedade sem resolver ou diminuir os seus distúrbios, se tornando ainda mais perigosos à sociedade.

O grande contingente de presos com transtorno mental tem levado também ao questionamento sobre a adequação do sistema prisional para atender a necessidades específicas desses indivíduos, tendo em vista sobretudo situações alarmantes em termos de insalubridade, violação de direitos humanos e precariedade no acesso a serviços de saúde nos presídios. Independentemente da natureza da relação entre transtorno mental e comportamento criminal, o alarmante número de presos com transtornos mentais gera a necessidade de discussão sobre as implicações psicológicas, clínicas e sociais do encarceramento e as possibilidades terapêuticas para lidar com essa demanda.

CONCLUSÕES

Conclui-se que a dificuldade de penalização de indivíduos portadores de insanidade mental é a falta de profissionais psicológicos e psiquiatras forenses nos tribunais brasileiros, isso tem contribuído para aplicar a doentes mentais infratores o mesmo tratamento jurídico dispensado a indivíduos imputáveis.

Com isso, desvela a importância de tais estudos. Que é demonstrar a sociedade, ao Estado e aos profissionais de direito, a importância de buscar tratamento adequado a infratores portadores por insanidade mental, e, com isso, garantir correta aplicação da lei, e, principalmente que cumpra a função de segurança à sociedade bem como se torne eficaz a prestação jurisdicional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <http://c026204.cdn.sapo.io/1/c026204/cld-file/1426522730/6d77c9965e17b15/b37dfc58aad8cd477904b9bb2ba8a75b/obaudoeeducador/2015/DSM%20V.pdf>. Acessado em: 01/12/2016

COSTA, Anderson Pinheiro da. A ineficácia do direito penal brasileiro em face do psicopata delinquente. Conteúdo Jurídico. 2014. Disponível em: http://www.conteudojuridico.com.br/?colunas&colunista=55692_&ver=1952. Acesso em 25 nov 2016.

EÇA, Antônio José. Roteiro de psiquiatria forense. São Paulo : Saraiva, 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. Prática Forense Penal. 9. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro : Forense, 2016.

PALOMBA, Guido Arturo. Perícia na psiquiatria forense. São Paulo : Saraiva, 2016.

RIBEIRO, Lane. Efeitos jurídico-penais: portadores de psicopatia. JusBrasil. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/38351/efeitos-juridico-penais-portadores-de-psicopatia>. Acesso em 25 nov 2016.

A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EM GOIANÉSIA-GO O CASO DO PROJETO AMBIENTE ESPORTE E VIDA

Letícia Sousa Silva

Wesley de Freitas

Roberto Fernandes de Melo

Maisa França Teixeira

Elitânia Gomes Xavier

Vanderlei Luiz Weber

Matildes José de Oliviera

INTRODUÇÃO

Nota-se que o planeta apresenta sua fragilidade diante do consumismo que depende exclusivamente dos recursos naturais escassos. Na tentativa de aliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental, a sustentabilidade ganhou espaço nos mais diversos meios, principalmente em empresas que objetivam ter uma imagem positiva mediante tal situação:

[...] o compromisso com as questões ambientais, sociais e de governança tornou-se significativo: 93% dos CEOs vêem a sustentabilidade como fundamental para o sucesso da sua empresa, [...] atualmente, é prioridade estratégica para os executivos de todo o mundo. (BACHA; SANTOS; SCHAUN; 2010 p.1).

Desta forma, as organizações desenvolvem estratégias que integram a lucratividade e respeito ao meio ambiente.. Não é possível deixar de utilizar os recursos naturais, mas é possível utilizá-los de maneira consciente que permita a preservação a longo prazo.

Uma pesquisa realizada pela UniEthos em 2012 com 250 companhias nacionais, aponta que 69% das empresas brasileiras reconhecem que a inserção da sustentabilidade no planejamento estratégico é uma necessidade. Por outro lado em meio aos desafios com relação à utilização de recursos naturais, temos uma notória consciência por partes de consumidores com o consumo consciente. Verifica-se que algumas pessoas já não consomem produtos industrializados ou pelo menos diminuem o consumo. É uma reflexão cujas pessoas valorizam o consumo de produtos naturais, em uma proposta sustentável e de subsistência.

Empresas de terceiro setor também valorizam a projeção de ações que vislumbrem preservação e sustentabilidade. O que se percebe é que estas tem uma vocação direcionada à finalidade específica, Segundo Drucker (1996), as Organizações Sem Fins lucrativos devem transformar o mundo. Pretende-se que os homens e a sociedade em geral tenham nos processos de deficiência em que se encontram, assistências por parte de uma instituição sem fins lucrativos, seja por produtos ou serviços. Assim se caracterizam as

Organizações não Governamentais como instituições que atendem a sociedade naquilo que ela necessita e que não se tem ou não se consegue por parte do Estado e iniciativa privada é o que conclui Rezende (206).

Com a sustentabilidade cada vez mais presente no Brasil, foram surgindo as cidades sustentáveis, que adotam práticas eficientes voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente, nelas são adotadas ações voltadas à diminuição da emissão de gases do efeito estufa, o planejamento e melhoria na qualidade dos serviços de transporte público e a criação de sistemas eficientes voltados para a reciclagem de lixo.

A sociedade demonstra cada vez mais interesse no que diz respeito às causas ecológicas, o que faz com que as empresas direcionem ações acerca do desenvolvimento sustentável. Nosso país possui a maior floresta e a maior reserva de água doce do mundo e tem sido cobrado pela preservação de tudo isso. Uma tarefa não muito fácil uma vez que é necessário aliar crescimento econômico com desenvolvimento.

No município de Goianésia houve e há alguns projetos de responsabilidade socioambiental como: Ame a Ema; Nascentes Vivas; Recuperação de Nascentes e Matas Ciliares; Ambiente, Esporte e Vida; normalmente estes estão ligados à empresas locais bem como empresas do terceiro setor. Algumas empresas exploram a responsabilidade socioambiental de forma exaustiva pela mídia, com o intuito de somente chamar atenção do público passando credibilidade. Por outro lado, há também as há empresas que reconhecem a importância da atuação ética e responsável em todas as frentes, que “reconhecem” a importância do desenvolvimento econômico, mas que sabem o quanto é importante também o equilíbrio ecológico, o bem estar da sociedade, sociedade o qual se justifica sua finalidade, que é como afirma Souza

Souza (1995:22) também acredita que as empresas devam atender ao interesse público:

Toda grande empresa é por definição, social. Ou é social ou é absolutamente antissocial e, portanto, Algo a ser extirpado da sociedade. Uma empresa que não leve em conta as necessidades do país, que não leve em conta a crise econômica, que seja absolutamente indiferente à miséria e ao meio ambiente, não é uma empresa, é um tipo de câncer.

Desta forma faz-se necessário uma melhor análise acerca do que é divulgado e do que de fato é realizado, como também da percepção da população e se a mesma se engaja em prol da sustentabilidade do ambiente em que vivem.

Dentre os projetos citados anteriormente, estudar-se-á o “Ambiente, Esporte e Vida” desenvolvido pela Faculdade Evangélica de Goianésia que é do terceiro setor em parceria com a Prefeitura Municipal de Goianésia. Será feito um estudo das propostas que o mesmo oferece e análise da percepção da população de Goianésia quanto à importância da continuidade e efetivação do projeto para o bem estar da comunidade. Sendo uma etapa neste trabalho e outra etapa em um trabalho posterior.

A revolução constante do mundo Globalizado evidencia a necessidade de mudança contínua das Organizações, para poderem acompanhar e se adequar a esse processo. Desta forma o presente trabalho objetiva analisar as motivações dos agentes envolvidos no projeto Ambiente, Esporte e Vida com relação à implementação do projeto. Sendo objetivos específicos identificar propostas destes agentes e suas relações com a comunidade Goianesiense. Sendo o problema deste a seguinte pergunta : Há uma relação entre a motivação dos membros do projeto Ambiente, Esporte e Vida e a real necessidade de implementação do mesmo?

MATERIAL E MÉTODOS

Sendo primeira etapa que é a finalidade deste trabalho, identificar a intensão de membros envolvidos no projeto socioambiental e a revitalização do córrego Calção de Couro. O segundo momento será realizado com a população local.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A geração atual teme em relação a vigente situação do meio ambiente, uma vez que, em uma sociedade globalizada onde se produz mais que o necessário, conseqüentemente surge a preocupação do esgotamento dos recursos naturais como também de que forma isso retorna a natureza. Nas palavras de Santos (2013 apud EMIDIO, 2006 p.127) temos a seguinte definição para Meio ambiente:

O meio ambiente concebido, inicialmente, como as condições físicas e químicas, juntamente com os ecossistemas do mundo natural, e que constitui o habitat do homem, também é, por outro lado, uma realidade com dimensão do tempo e espaço. Essa realidade pode ser tanto histórica (do ponto de vista do processo de transformação dos aspectos estruturais e naturais desse meio pelo próprio homem, por causa de suas atividades) como social (na medida em que o homem vive e se organiza em sociedade, produzindo bens e serviços destinados a atender “as necessidades e sobrevivência de sua espécie.

Sabe-se que a preocupação ambiental não é recente, mas, nos últimos anos tem ganhado destaque principalmente pela mídia e nos diversos meios de comunicação:

A preocupação ambiental não é nova, porém atualmente, nota-se que essa preocupação alcançou todos os setores da sociedade, e que a mídia contribui para isso, tudo referente ao uso do recursos naturais e as questões ambientais é midicamente manipulado para conseguir ibope(SANTOS, 2013, p.07).

A empresa que deseja entrar ou manter-se no mercado, precisa atenção as causas ambientais, uma vez que a sociedade tem se tornado mais consciente e analisa ele comportamento as empresas antes de adquiriu o produto ou serviço:

(...) os impactos gerados pelas atividades organizacionais força que a gestão socialmente e ambientalmente responsável seja o objetivo principal de qualquer empresa que deseja se perpetuar no mercado e conseguir pleno desenvolvimento organizacional, tanto no aspecto de vencer barreiras que impõe limitações ao progresso de suas atividades, quanto no aspecto de obter espaço em novos mercados (SANTOS, 2013, p.07).

O “Ambiente, Esporte e Vida” é um projeto socioambiental que vem sendo desenvolvido pela Faculdade Evangélica de Goianésia em parceria com a Prefeitura Municipal de Goianésia.

O projeto tem por objetivo a conscientização do valor de preservação do meio ambiente e na provocação da participação coletivo-comunitária para a execução da revitalização do Parque Fundo de Vale (Calção de Couro).

Quanto acreditar no envolvimento e participação e no reflexo desse projeto em relação ao população local, eu sou um dos que colocam a seguinte reflexão ao longo do desenvolvimento do projeto: vai conseguir conscientizar a população não com esse ou qualquer outro projeto na área ambiental, você vai conseguir ter uma adesão massiva em relação a essa questão do envolvimento da população em relação ao projeto, esse trabalho que está sendo feito com certeza vai conseguir algum nível de sensibilização, é muito cedo e ainda não temos mecanismos para atestar, para medir o quanto a população local vai ser sensibilizada por este trabalho, este projeto. Todavia tenho insistido de não realizar esse projeto apenas com o envolvimento da sociedade, dos participantes que hoje tem ajudado envolvido nesse projeto, tenho insistido com a questão de tornar, de incentivar o poder publico a criar uma política publica a este respeito, e se existe coloca-la em ação coloca-la em funcionamento, para não ficar dependente da questão de governo , de mudança governamental de mudança de gestor, porque políticas publicas funcionam independe da desta questão de agenda política, porque acaba se tornando algo que vai perpassar essa questão política, vai permanecer e ser mais duradouro, trazendo mais resultados (2017).

Em entrevista cedida por membros do grupo, foram questionados os seguintes pontos: 1. Do que se trata o projeto? 2. Explique o porquê de sua participação. 3. Você acredita que a população possa conscientizar acerca das questões ambientais ao longo do projeto? E obtivemos as seguintes informações a cerca do projeto:

É um projeto maior, desenvolvido pela faceg, por iniciativa do professor Vanderlei, Matheus e outros. Começou semestre passado. O projeto é dividido em etapas menores, como por exemplo a que está tendo agora de revitalização do córrego Calção de Couro, tentado parceria com o pessoal do bicicross, pessoal do esporte para utilizar a praça, articular mais. O objetivo maior do projeto é conscientizar a população e resgatar hábitos de utilização espaços públicos nas praças, e cuidar e conscientizar novas ações, lembrando da situação que estamos vivendo de crise hídrica, mudança climática. Novas ações mais sustentáveis como não jogar lixo, não fazer uso indevido da água, não desmatar, plantar (2017)

Para o entrevistado,

resolvi participar do projeto por sempre ter tido interesse nessa área, tanto que minha formação em ciências ambientais o mestrado, sempre tive interesse em coisas quem envolvem natureza, sustentabilidade. Já participei de outros projetos como o grupo florescer, quem em 1999 tivemos a ação de plantar arvores na nascente do Calção de Couro, vi o projeto AEV como uma maneira de resgatar tudo isso (2017).

Ainda assim, expõe que,

Acredito que as etapas do projeto estão fluindo relativamente bem, melhor que de projetos anteriores os quais participei. Há alguns porem, acabamos perdendo um pouco o ritmo, embora já estejamos retomando-o, o que atrapalha as vezes é conciliar o calendário da prefeitura com o da Faceg, o que faz com que acabe diminuindo o ritmo, mas o importante é não abandonar, ao deixar acabar. Mas acredito que o projeto esteja fluindo bem (2017).

Em relação ao processo de conscientização,

eu acredito na conscientização porem o projeto precisa sem uma coisa continua e chamativa, diferente. Fazer diferentes tipos de divulgação. Até o momento estamos muito concentrados em campo, limpar... eu acredito que agora seja importante revezar estes momentos, tendo maior divulgação por parte da imprensa, eventos como palestras envolvendo escolas, a comunidade em geral, palestras dinâmicas que provoquem interação, eventos participativos (2017).

CONCLUSÕES

Conforme visto anteriormente as atividades propostas em torno do projeto objetivam a recuperação, revitalização e conscientização relacionadas ao Parque, à diversidade de espécies que compõe sua mata nativa, bem como à nascente que o mesmo protege. Tais ações estão e serão alcançadas por meio da participação coletiva e da transformação da consciência social, as quais implicam o envolvimento e comprometimento dos distintos atores imersos no processo.

Percebe-se que, os envolvidos no projeto acreditam na viabilidade do mesmo e estão motivados quanto a continuidade do AEV, não por uma questão de estratégia de marketing como muitas organizações utilizam, mas pelos resultados que a efetivação e continuidade podem proporcionar, como um ambiente mais limpo e saudável, recuperando o parque e tornando-o novamente referência de lazer porém não deixam de notar e destacar que é um caminho longo e dificultoso, levando em consideração as variáveis que surgem no percurso, como a conciliação de agenda, a própria questão climática que faz repensar etapas, entre outros fatores.

Embora o objetivo maior seja a conscientização à participação comunitária e transformação da consciência social, por meio do envolvimento e comprometimento com o projeto, destacam também a importância de criar uma política pública a este respeito, e

se existe coloca-la em ação, para não ficar dependente da questão de governo , porque política publica funcionam, trazendo mais resultados.

Deste modo, “conclui-se” que o objetivo inicial permanece e tem norteado todo projeto, os atores de fato estão envolvidos e acreditam na causa e tem se doado em prol da efetivação do projeto efetivamente e não estrategicamente. As etapas propostas foram cumpridas conforme proposto conforme mostram as fotos em anexo, disponíveis na rede social do projeto

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANCO, A. M; MARTINS, M. H. B. Desenvolvimento Sustentável na Gestão de Serviços Públicos. São Paulo: 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Relatório Final do VI Congresso Interno da Fiocruz. 2010.

CHAVES, Manoel Rodrigues. Políticas de Desenvolvimento Regional: Discriminação, (Inter) Nacionalização e (In) Sustentabilidade do Bioma Cerrado; Editora da PUC, 2008. In: GOMES Horiestes, Universo do Cerrado – Vol II – Capítulo VII, páginas 309 a 351.

DRUCKER, Peter Ferdinand. Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos Princípios e Práticas. São Paulo: Thomson Learning, 1992.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Metodologia Científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011

RESENDE, Tomaz Aquino. Roteiro do Terceiro Setor. 3. ed. São Paulo: Prax, 2006.

SANTOS, R. G dos. Gestão Ambiental como Estratégia de Negócio Um Estudo de Caso na Empresa Jalles Machado SA. Goianésia: 2013.

SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.

VERGARA, S.C. Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA, A. M. G. Responsabilidade Socioambiental: Um estudo de caso sobre a percepção dos consumidores da Natura. Betim: 2010.

A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EM GOIANÉSIA-GO O CASO DO PROJETO AMBIENTE ESPORTE E VIDA

Letícia Sousa Silva
Wesley de Freitas
Fernandes de Melo
Maisa França Teixeira
Elitânia Gomes Xavier
Vanderlei Luiz Weber
Me Camila Cardoso

INTRODUÇÃO

Nota-se que o planeta apresenta sua fragilidade diante do consumismo que depende exclusivamente dos recursos naturais escassos. Na tentativa de aliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental, a sustentabilidade ganhou espaço nos mais diversos meios, principalmente em empresas que objetivam ter uma imagem positiva mediante tal situação:

[...] o compromisso com as questões ambientais, sociais e de governança tornou-se significativo: 93% dos CEOs vêem a sustentabilidade como fundamental para o sucesso da sua empresa, [...] atualmente, é prioridade estratégica para os executivos de todo o mundo. (BACHA; SANTOS; SCHAUN; 2010 p.1).

Desta forma, as organizações desenvolvem estratégias que integram a lucratividade e respeito ao meio ambiente.. Não é possível deixar de utilizar os recursos naturais, mas é possível utilizá-los de maneira consciente que permita a preservação a longo prazo.

Uma pesquisa realizada pela UniEthos em 2012 com 250 companhias nacionais, aponta que 69% das empresas brasileiras reconhecem que a inserção da sustentabilidade no planejamento estratégico é uma necessidade. Por outro lado em meio aos desafios com relação à utilização de recursos naturais, temos uma notória consciência por partes de consumidores com o consumo consciente. Verifica-se que algumas pessoas já não consomem produtos industrializados ou pelo menos diminuem o consumo. É uma reflexão cujas pessoas valorizam o consumo de produtos naturais, em uma proposta sustentável e de subsistência.

Empresas de terceiro setor também valorizam a projeção de ações que vislumbrem preservação e sustentabilidade. O que se percebe é que estas tem uma vocação direcionada à finalidade específica, Segundo Drucker (1996), as Organizações Sem Fins lucrativos devem transformar o mundo. Pretende-se que os homens e a sociedade em geral tenham nos processos de deficiência em que se encontram, assistências por parte de uma instituição sem fins lucrativos, seja por produtos ou serviços. Assim se caracterizam as

Organizações não Governamentais como instituições que atendem a sociedade naquilo que ela necessita e que não se tem ou não se consegue por parte do Estado e iniciativa privada é o que conclui Rezende (206).

Com a sustentabilidade cada vez mais presente no Brasil, foram surgindo as cidades sustentáveis, que adotam práticas eficientes voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente, nelas são adotadas ações voltadas à diminuição da emissão de gases do efeito estufa, o planejamento e melhoria na qualidade dos serviços de transporte público e a criação de sistemas eficientes voltados para a reciclagem de lixo.

A sociedade demonstra cada vez mais interesse no que diz respeito às causas ecológicas, o que faz com que as empresas direcionem ações acerca do desenvolvimento sustentável. Nosso país possui a maior floresta e a maior reserva de água doce do mundo e tem sido cobrado pela preservação de tudo isso. Uma tarefa não muito fácil uma vez que é necessário aliar crescimento econômico com desenvolvimento.

No município de Goianésia houve e há alguns projetos de responsabilidade socioambiental como: Ame a Ema; Nascentes Vivas; Recuperação de Nascentes e Matas Ciliares; Ambiente, Esporte e Vida; normalmente estes estão ligados à empresas locais bem como empresas do terceiro setor. Algumas empresas exploram a responsabilidade socioambiental de forma exaustiva pela mídia, com o intuito de somente chamar atenção do público passando credibilidade. Por outro lado, há também as há empresas que reconhecem a importância da atuação ética e responsável em todas as frentes, que “reconhecem” a importância do desenvolvimento econômico, mas que sabem o quanto é importante também o equilíbrio ecológico, o bem estar da sociedade, sociedade o qual se justifica sua finalidade, que é como afirma Souza

Souza (1995:22) também acredita que as empresas devam atender ao interesse público:

Toda grande empresa é por definição, social. Ou é social ou é absolutamente antissocial e, portanto, Algo a ser extirpado da sociedade. Uma empresa que não leve em conta as necessidades do país, que não leve em conta a crise econômica, que seja absolutamente indiferente à miséria e ao meio ambiente, não é uma empresa, é um tipo de câncer.

Desta forma faz-se necessário uma melhor análise acerca do que é divulgado e do que de fato é realizado, como também da percepção da população e se a mesma se engaja em prol da sustentabilidade do ambiente em que vivem.

Dentre os projetos citados anteriormente, estudar-se-á o “Ambiente, Esporte e Vida” desenvolvido pela Faculdade Evangélica de Goianésia que é do terceiro setor em parceria com a Prefeitura Municipal de Goianésia. Será feito um estudo das propostas que o mesmo oferece e análise da percepção da população de Goianésia quanto à importância da continuidade e efetivação do projeto para o bem estar da comunidade. Sendo uma etapa neste trabalho e outra etapa em um trabalho posterior.

A revolução constante do mundo Globalizado evidencia a necessidade de mudança contínua das Organizações, para poderem acompanhar e se adequar a esse processo. Desta forma o presente trabalho objetiva analisar as motivações dos agentes envolvidos no projeto Ambiente, Esporte e Vida com relação à implementação do projeto. Sendo objetivos específicos identificar propostas destes agentes e suas relações com a comunidade Goianesiense. Sendo o problema deste a seguinte pergunta : Há uma relação entre a motivação dos membros do projeto Ambiente, Esporte e Vida e a real necessidade de implementação do mesmo?

MATERIAL E MÉTODOS

A sustentabilidade “não se constitui num problema técnico, mas social e político.” (GUIMARÃES apud DIAS, 2006, p. 19). Para os autores, o mesmo surgiu na Europa, durante os séculos dezoito e dezenove, resultado do intenso desflorestamento causado devido à crescente procura por madeira e produtos derivados [...] Um sistema sustentável pode ser definido como aquele que perdurará indefinidamente, caso não haja interferência externa que prejudique a dinâmica de seu funcionamento. Respeita-se os limites e as restrições de tal sistema, alguma alteração em seu funcionamento não será suficiente para prejudicá-lo, podendo ser absorvida.

Ainda assim, reforça-se o desenvolvimento sustentável como sendo aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem a suas necessidades e aspirações (ONU, 1987).

A preocupação com o meio ambiente tem se tornado maior nos últimos tempos, uma vez que gradualmente o homem tem utilizado de maneira irresponsável e exploratória os recursos naturais para obtenção de insumos para a produção de bens e serviços.

Diante dessa necessidade, discussões em torno dos temas ambientais emergiram na década de 50 nos Estados Unidos. Reflexões e debates foram tomando forma em outros países e o movimento se manifestou de modo mais efetivo com o evento da Conferência de Estocolmo de 1972, assistido pelas nações Unidas. (Parente et.al., 2005 apud VIEIRA, 2010, p.17)

Há diversas definições, enfoques e visões de sustentabilidade. Este termo tem constituído pesquisas e debates no meio acadêmico, empresarial e governamental. De acordo com Santos (apud Sgarbi et al, 2008, p.35), “os primeiros estudos teóricos sobre a sustentabilidade iniciaram-se no campo das ciências ambientais e ecológicas”, trazendo à discussão “contribuições de diferentes disciplinas, tais como Economia, Sociologia, Filosofia, Política e Direito”. (BACHA, SANTOS, SCHAUN, 2010 p.5).

Segundo Cabestré et al (2008) a sustentabilidade é a relação entre os sistemas econômicos e ecológicos na qual a vida humana continuaria indefinidamente e os efeitos das suas atividades

permaneceriam dentro de limites sem destruir a diversidade, complexidade e funções do sistema de suporte da vida. Esse termo é remetido ao vocábulo sustentar no qual a dimensão “em longo prazo” está contemplada e deve ser incorporada à sua definição, uma vez que são analisados os interesses das futuras gerações (FIOCRUZ, 2010 p.1)

Pensar a sustentabilidade em relação ao bioma Cerrado é de extrema importância, pois o Cerrado é o maior bioma brasileiro depois da Amazônia e nele encontramos 1/3 da biodiversidade nacional e 5% da fauna e flora mundiais (CHAVES, 2008). E, sobre a importância da preservação da água e dos rios é importante salientar que a água acumulada nos lençóis freáticos do Cerrado do Centro-Oeste brasileiro abastece nascentes que dão origem a seis das oito maiores bacias hidrográficas brasileiras, ficando fora apenas as bacias do Rio Uruguai e do Atlântico Sudoeste (CHAVES, 2008).

Essa riqueza hídrica, extremamente ameaçada, é importante para a vegetação e permite o intercâmbio de sementes, pólen e até mesmo a dispersão da fauna por meio das matas de galeria que acompanham córregos e rios, possibilitando que indivíduos do Cerrado se acasalem com representantes da Amazônia, da Mata Atlântica, e da Caatinga, o que contribui para o aumento da variabilidade genética das espécies (CHAVES, 2008).

Um estudo feito pela UniEthos, como mencionado anteriormente aponta que 69% das empresas brasileiras reconhecem que a inserção da sustentabilidade no planejamento estratégico é uma necessidade. A pesquisa foi realizada com 250 companhias nacionais.

Com a sustentabilidade cada vez mais presente no Brasil, foram surgindo as cidades sustentáveis, que adotam práticas eficientes voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente, nelas são adotadas ações voltadas à diminuição da emissão de gases do efeito estufa, o planejamento e melhoria na qualidade dos serviços de transporte público e a criação de sistemas eficientes voltados para a reciclagem de lixo.

O Brasil é o país com a maior floresta e com a maior reserva de água doce do mundo e tem sido cobrado pela preservação de tudo isso. Uma tarefa não muito fácil uma vez que é necessário aliar crescimento econômico com desenvolvimento. Sendo a Faculdade Evangélica de Goianésia uma instituição do terceiro Setor, uma ação como esta deve ser sempre uma ação voltada à promoção socioambiental. Percebe-se que não é possível gerar projetos de tamanha envergadura como é o caso do AEV sem uma instituição imparcial que visa apenas a atuação por meio de extensão na sociedade.

Quanto à metodologia, trata-se de um estudo descritivo de campo com técnicas utilizadas de pesquisa qualitativa conforme Lakatos, Marconi (2011) e Vergara (2009). Sendo interpretação das inter-relações que acontecem entre a intensão dos membros de aplicar o projeto a ser estudado nesta etapa deste trabalho. Com relação à percepção da população, será estudada posteriormente em outro trabalho.

Quanto aos dados foram apresentadas entrevistas com membros do projeto Ambiente Esporte e Vida. A análise das informações por meio do vasto arcabouço disponível em livros, revistas, websites e artigos bem como reportagens acerca da

temática Responsabilidade Socioambiental e os projetos realizados na cidade de Goianésia. Observou-se a oportunidade de levantamento de dados para análise.

Sendo primeira etapa que é a finalidade deste trabalho, identificar a intensão de membros envolvidos no projeto socioambiental e a revitalização do córrego Calção de Couro. O segundo momento será realizado com a população local

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A geração atual teme em relação a vigente situação do meio ambiente, uma vez que, em uma sociedade globalizada onde se produz mais que o necessário, conseqüentemente surge a preocupação do esgotamento dos recursos naturais como também de que forma isso retorna a natureza. Nas palavras de Santos (2013 apud EMIDIO, 2006 p.127) temos a seguinte definição para Meio ambiente:

O meio ambiente concebido, inicialmente, como as condições físicas e químicas, juntamente com os ecossistemas do mundo natural, e que constitui o habitat do homem, também é, por outro lado, uma realidade com dimensão do tempo e espaço. Essa realidade pode ser tanto histórica (do ponto de vista do processo de transformação dos aspectos estruturais e naturais desse meio pelo próprio homem, por causa de suas atividades) como social (na medida em que o homem vive e se organiza em sociedade, produzindo bens e serviços destinados a atender “as necessidades e sobrevivência de sua espécie.

Sabe-se que a preocupação ambiental não é recente, mas, nos últimos anos tem ganhado destaque principalmente pela mídia e nos diversos meios de comunicação:

A preocupação ambiental não é nova, porém atualmente, nota-se que essa preocupação alcançou todos os setores da sociedade, e que a mídia contribui para isso, tudo referente ao uso do recursos naturais e as questões ambientais é midicamente manipulado para conseguir ibope(SANTOS, 2013, p.07).

A empresa que deseja entrar ou manter-se no mercado, precisa atenção as causas ambientais, uma vez que a sociedade tem se tornado mais consciente e analisa ele comportamento as empresas antes de adquirir o produto ou serviço:

(...) os impactos gerados pelas atividades organizacionais força que a gestão socialmente e ambientalmente responsável seja o objetivo principal de qualquer empresa que deseja se perpetuar no mercado e conseguir pleno desenvolvimento organizacional, tanto no aspecto de vencer barreiras que impõe limitações ao progresso de suas atividades, quanto no aspecto de obter espaço em novos mercados (SANTOS, 2013, p.07).

O “Ambiente, Esporte e Vida” é um projeto socioambiental que vem sido desenvolvido pela Faculdade Evangélica de Goianésia em parceria com a Prefeitura Municipal de Goianésia.

O projeto tem por objetivo a conscientização do valor de preservação do meio ambiente e na provocação da participação coletivo-comunitária para a execução da revitalização do Parque Fundo de Vale (Calção de Couro).

Quanto acreditar no envolvimento e participação e no reflexo desse projeto em relação ao população local, eu sou um dos que colocam a seguinte reflexão ao longo do desenvolvimento do projeto: vai conseguir conscientizar a população não com esse ou qualquer outro projeto na área ambiental, você vai conseguir ter uma adesão massiva em relação a essa questão do envolvimento da população em relação ao projeto, esse trabalho que esta sendo feito com certeza vai conseguir algum nível de sensibilização, é muito cedo e ainda não temos mecanismos para atestar, para medir o quanto a população local vai ser sensibilizada por este trabalho, este projeto. Todavia tenho insistido de não realizar esse projeto apenas com o envolvimento da sociedade, dos participantes que hoje tem ajudado envolvido nesse projeto, tenho insistido com a questão de tornar, de incentivar o poder publico a criar uma política publica a este respeito, e se existe coloca-la em ação coloca-la em funcionamento, para não ficar dependente da questão de governo , de mudança governamental de mudança de gestor, porque políticas publicas funcionam independe da desta questão de agenda política, porque acaba se tornando algo que vai perpassar essa questão política, vai permanecer e ser mais duradouro, trazendo mais resultados (2017).

Em entrevista cedida por membros do grupo, foram questionados os seguintes pontos: 1. Do que se trata o projeto? 2. Explique o porquê de sua participação. 3. Você acredita que a população possa conscientizar acerca das questões ambientais ao longo do projeto? E obtivemos as seguintes informações a cerca do projeto:

É um projeto maior, desenvolvido pela faceg, por iniciativa do professor Vanderlei, Matheus e outros. Começou semestre passado. O projeto é dividido em etapas menores, como por exemplo a que está tendo agora de revitalização do córrego Calção de Couro, tentado parceria com o pessoal do bicicross, pessoal do esporte para utilizar a praça, articular mais. O objetivo maior do projeto é conscientizar a população e resgatar hábitos de utilização espaços públicos nas praças, e cuidar e conscientizar novas ações, lembrando da situação que estamos vivendo de crise hídrica, mudança climática. Novas ações mais sustentáveis como não jogar lixo, não fazer uso indevido da água, não desmatar, plantar (2017)

Para o entrevistado,

resolvi participar do projeto por sempre ter tido interesse nessa área, tanto que minha formação em ciências ambientais o mestrado, sempre tive interesse em coisas quem envolvem natureza, sustentabilidade. Já participei de outros projetos como o grupo florescer, quem em 1999 tivemos a ação de plantar arvores na nascente do Calção de Couro, vi o projeto AEV como uma maneira de resgatar tudo isso (2017).

Ainda assim, expõe que,

Acredito que as etapas do projeto estão fluindo relativamente bem, melhor que de projetos anteriores os quais participei. Há alguns porém, acabamos perdendo um pouco o ritmo, embora já estejamos retomando-o, o que atrapalha as vezes é conciliar o calendário da prefeitura com o da Faceg, o que faz com que acabe diminuindo o ritmo, mas o importante é não abandonar, ao deixar acabar. Mas acredito que o projeto esteja fluindo bem (2017).

Em relação ao processo de conscientização, eu acredito na conscientização porém o projeto precisa sem uma coisa continua e chamativa, diferente. Fazer diferentes tipos de divulgação. Até o momento estamos muito concentrados em campo, limpar... eu acredito que agora seja importante revezar estes momentos, tendo maior divulgação por parte da imprensa, eventos como palestras envolvendo escolas, a comunidade em geral, palestras dinâmicas que provoquem interação, eventos participativos (2017).

CONCLUSÕES

Conforme visto anteriormente as atividades propostas em torno do projeto objetivam a recuperação, revitalização e conscientização relacionadas ao Parque, à diversidade de espécies que compõe sua mata nativa, bem como à nascente que o mesmo protege. Tais ações estão e serão alcançadas por meio da participação coletiva e da transformação da consciência social, as quais implicam o envolvimento e comprometimento dos distintos atores imersos no processo.

Percebe-se que, os envolvidos no projeto acreditam na viabilidade do mesmo e estão motivados quanto a continuidade do AEV, não por uma questão de estratégia de marketing como muitas organizações utilizam, mas pelos resultados que a efetivação e continuidade podem proporcionar, como um ambiente mais limpo e saudável, recuperando o parque e tornando-o novamente referência de lazer porém não deixam de notar e destacar que é um caminho longo e dificultoso, levando em consideração as variáveis que surgem no percurso, como a conciliação de agenda, a própria questão climática que faz repensar etapas, entre outros fatores.

Embora o objetivo maior seja a conscientização à participação comunitária e transformação da consciência social, por meio do envolvimento e comprometimento com o projeto, destacam também a importância de criar uma política pública a este respeito, e se existe coloca-la em ação, para não ficar dependente da questão de governo, porque política pública funciona, trazendo mais resultados.

Deste modo, “conclui-se” que o objetivo inicial permanece e tem norteado todo projeto, os atores de fato estão envolvidos e acreditam na causa e tem se doado em prol da efetivação do projeto efetivamente e não estrategicamente. As etapas propostas foram cumpridas conforme proposto conforme mostram as fotos em anexo, disponíveis na rede social do projeto

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANCO, A. M; MARTINS, M. H. B. Desenvolvimento Sustentável na Gestão de Serviços Públicos. São Paulo: 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Relatório Final do VI Congresso Interno da Fiocruz. 2010.

CHAVES, Manoel Rodrigues. Políticas de Desenvolvimento Regional: Discriminação, (Inter) Nacionalização e (In) Sustentabilidade do Bioma Cerrado; Editora da PUC, 2008. In: GOMES Horiestes, Universo do Cerrado – Vol II – Capítulo VII, páginas 309 a 351.

DRUCKER, Peter Ferdinand. Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos Princípios e Práticas. São Paulo: Thomson Learning, 1992.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Metodologia Científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011

RESENDE, Tomaz Aquino. Roteiro do Terceiro Setor. 3. ed. São Paulo: Prax, 2006.

SANTOS, R. G dos. Gestão Ambiental como Estratégia de Negócio Um Estudo de Caso na Empresa Jalles Machado SA. Goianésia: 2013.

SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.

VERGARA, S.C. Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA, A. M. G. Responsabilidade Socioambiental: Um estudo de caso sobre a percepção dos consumidores da Natura. Betim: 2010.

Ação de organismos diazotróficos sob fungos micorrízicos arbusculares em rizosfera de mucuna preta.

Leidiane dos Santos Lucas

Jadson Belem de Moura

Wagner Gonçalves Vieira Junior

Diogo Jânio de Carvalho Matos

Dailton da Costa Leite

Julio Cesar Silva

Elivan Cesar Vieira Rocha

INTRODUÇÃO

As leguminosas são plantas muito utilizadas para a fixação biológica de nitrogênio no solo, além de promover quantidades significativas de matéria orgânica cobrindo o solo e, conseqüentemente, evitando problemas físicos como erosões, enxurradas. Dentre todas as leguminosas, a mais encontrada no bioma cerrado é a mucuna preta (CARVALHO, 2006), devido a facilidade na aquisição de sementes, grande tolerância a solos ácidos, tolerância a estresse hídricos e etc. A mucuna preta é utilizada para consórcio de plantio, como sucessão de cultura e em alguns casos para rotação de cultura, pois possui a capacidade de enriquecer o solo nutricionalmente, melhorar sua estrutura física e potencializar os microrganismos presentes no solo (CARVALHO, 2006).

Para que haja a fixação biológica de nitrogênio, as leguminosas dependem de microrganismos que são fundamentais nesse processo, os quais são conhecidos como diazotróficos, ou seja, tem a capacidade de transformar o nitrogênio da atmosfera em amônia (NH₃). Esse processo é justificado devido a planta não ter capacidade de absorção de nitrogênio atmosférico, nesse caso, as bactérias utilizam esse nitrogênio e transferem-no para a planta na forma de NH₃, possibilitando a assimilação pela planta. As bactérias se alojam nas raízes das plantas onde geram pequenos nódulos, através desses nódulos é realizada a “troca”, onde planta recebe NH₃ e as bactérias recebem fotoassimilados da planta (EMBRAPA, 2014).

Os fungos micorrízicos arbusculares (FMA's) também são microrganismos que ajudam na nutrição da planta. Eles se alojam no sistema radicular quando ocorre a germinação dos esporos, colonizam a raiz e emitem hifas, as quais agem com extensão do sistema radicular, aumentando assim a superfície de contato da planta, sendo possível maior absorção de nutrientes e água pela planta. Esse caso de fungo-planta e também uma simbiose onde o fungo recebe em troca, fotoassimilados produzidos pela planta (QUEREJETA et al., 2009; MOURA, 2015)

MATERIAL E MÉTODOS

O delineamento experimental utilizado foi inteiramente casualizado com quatro repetições disposto em dois tratamentos sendo um a aplicação de bactérias diazotróficas (*Rhizobium tropici* e *Azospirillum brasilense*) e um tratamento sem aplicação, ambos em semeadura de *Mucuna preta*, onde cada repetição possuía uma área de 1,5m². A semeadura foi realizada em solo já colonizado com fungos micorrízicos arbusculares (FMA's). O experimento foi realizado na área experimental da Faculdade Evangélica de Goianésia, no município de Goianésia – GO.

Para determinação da densidade de esporos no solo, foi coletado amostras contendo 50cm³ do solo. Os esporos foram extraídos através da técnica de peneiramento úmido (GERDEMANN & NICOLSON, 1963) seguida pela centrifugação em água e solução de sacarose a 50%. Os esporos foram separados de acordo com suas características fenotípicas como cor, tamanho e forma, compondo os diferentes morfotipos, sob lupa binocular estereoscópica.

Para a determinação da porcentagem de colonização, as raízes foram clarificadas e coradas com 0,05% de Azul-de-Trypan em lactoglicerol (PHILLIPS & HAYMAN, 1970), e as avaliações de colonização foram realizadas em microscópio estereoscópio, seguindo a técnica de interseção dos quadrantes (GIOVANNETTI & MOSSE, 1980). Os dados receberam tratamento estatístico por meio do programa Assistat.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os valores de densidade de esporos (que é definido pelo número de esporos a cada de 50g de solo) não obtiveram diferença estatísticas com os tratamentos com e sem a inoculação de bactérias fixadoras de nitrogênio (Figura 1).

Os valores de densidade são diretamente afetados pelos fatores externos de ambiente. Os fungos micorrízicos apresentam grande tolerância a estresse, porem de fatores para sua sobrevivência na rizosfera, dentre eles: cobertura vegetal (que impede a radiação solar direta), pH, e etc. Então, a densidade não sendo afetada pelo tratamento com bactérias, tais valores podem ter sido afetados por intempéries do ambiente (KABIR, 2005) corrija a citação.

As taxas de colonização (que está definida pela quantidade de infecção das raízes das plantas) não foram significativas estatisticamente, sendo assim os tratamentos não surtiram efeitos na proliferação dos fungos (Figura 2).

Smith e Read (1997) afirmam que a colonização de fungos micorrízicos está ligado a assimilaridade entre planta e hospedeiro, onde espécies de fungos terão maior taxa de colonização em determinado tipo de planta. Daft e Nicolson (1966) ressaltam que um dos principais pontos de partidas para a colonização são sinais que a planta emite quimicamente (exsudatos), essas reações químicas promovem a convocação de ajuda externa. Os exsudatos são emitidos pelas plantas em situação de estresse hídrico ou

nutricional e, em alguns casos, por injúrias. Resumidamente, para que haja a colonização, a planta deve estar passando por períodos de estresse, dessa forma, libera exsudatos que atraem os fungos micorrízicos.

A simbiose de ambos indivíduos (FBN e FMA's) trazem a planta maiores chances de produtividade elevada, aumenta o vigor e tem maior benefício que a nutrição mineral. A simbiose dos dois microrganismos leva ao produtor menores gastos com fertilizantes químicos além de promover a ecologia ambiental, que é a utilização de recursos que não degradam o ambiente (BERBARA, 2006).

CONCLUSÕES

Os tratamentos com e sem a inoculação de bactérias fixadoras de nitrogênio não interferiram na quantidade de esporos na rizosfera, nem na taxa de colonização de fungos micorrízicos arbusculares nas raízes. Valores que foram obtidos podem ter sido influenciados pelo ambiente e tratamento das parcelas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAREA JM, POZO MJ, AZCÓN-AGUILAR. Microbial cooperation in the rhizosphere. *J Exp Bot.* 2005;56(417):1761-1776.

BERBARA, R. L. L.; SOUZA, F. A. de; FONSECA, H. M. A. C. Fungos Micorrízicos arbusculares: muito além da nutrição. In: FERNANDES, M. S. (Ed.). *Nutrição mineral de plantas.* Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, p. 53-88. 2006.

CARVALHO, A.M.de; Amabile, R. F. *Cerrado Adubação Verde.* 1. ed. Brasília: Embrapa, 2006. v. 1000. 369p.

CARVALHO, D. T. Q; GOMES, D. F.; MORAIS, T. A. F.; MELO, N. F.; MELO, A. M. Y. Resposta de plantas forrageiras a inoculação de fungos micorrízicos arbusculares (FMA) e bactérias fixadoras de nitrogênio (FBN): simbiose e eficiência no crescimento vegetal sob condições semi-áridas. III Jornada de iniciação científica da UNIVASF – Juazeiro – BA - 2008

DAFT, M.J., NICOLSON, T.H. Effect of Endogone mycorrhiza on plant growth. *The New Phytologist*, Cambridge, v.65, n.3, p.343-350, 1966.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Fixação biológica de Nitrogênio.* Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-fixacao-biologica-de-nitrogenio/nota-tecnica> ; acessado 31/10/2017.

Faria, Clementino Marcos Batista de. *Comportamento de leguminosas para adubação verde no Submédio São Francisco / Clementino Marcos Batista de Faria.* --- Petrolina, PE : Embrapa Semi-Árido, 2003. 22 p. : il ; 21,5 cm. --- (Embrapa Semi-Árido. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento ; 63)

GERDEMANN, J.; NICOLSON, T. H. Spores of mycorrhizal *Endogone* species extracted from soil by wet sieving and decanting. *Transactions of the British Mycological society*, v. 46, n. 2, p. 235-244, 1963.

GIOVANNETTI, M.; MOSSE, B. An evaluation of techniques for measuring vesicular arbuscular mycorrhizal infection in roots. *New phytologist*, v. 84, n. 3, p. 489-500, 1980.

HOUNGNANDAN, P.; SANGINGA, N.; WOOMER, P.; VANLAUWE, B. & van CLEEMPUT, O. Response of *Mucuna pruriens* symbiotic nitrogen fixation by rhizobia following inoculation in farmers fields in the derived savanna of Benin. *Biol. Fert. Soil.*, 30:558-565, 2000.

INVAM. International Culture Collection of Arbuscular Mycorrhizal Fungi. 2014. Disponível em: <<http://invam.caf.wvu.edu/fungi/taxonomy/classification.htm>>.

KABIR, Z. Tillage or no-tillage: impact on mycorrhizae. *Canadian Journal of Plant Science*, Ottawa, v. 85, n. 1, p. 23-29, 2005.

MOURA, J. B. Diversidade e colonização micorrízica em diferentes usos do solo no cerrado. – Brasília, 2015. 124 p. : il. Tese de Doutorado (D) – Universidade de Brasília/Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2015.

OKITO, A.; ALVES, B.J.R.; URQUIAGA, S. & BODDEY, R.M. Nitrogen fixation by groundnut and velvet bean residual benefit to a subsequent maize crop. *Pesq. Agropec. Bras.*, 39:1183-1190, 2004.

PHILLIPS, J.; HAYMAN, D. Improved procedures for clearing roots and staining parasitic and vesicular-arbuscular mycorrhizal fungi for rapid assessment of infection. *Transactions of the British Mycological society*, v. 55, n. 1, p. 158-IN18, 1970.

QUEREJETA, J.; EGERTON-WARBURTON, L. M.; ALLEN, M. F. Topographic position modulates the mycorrhizal response of oak trees to interannual rainfall variability. *Ecology*, v. 90, n. 3, p. 649-662, 2009.

SMITH, S.E. and READ, D.J. *Mycorrhizal symbiosis*. 2ed Academic Press, London, 605 p., 1997.

ADEJETIVAÇÕES COMUNS DIFERENTES: PROVÁVEIS INTERFACES ENTRE BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (TERCEIRO/QUARTO CICLO)

Rafael Alves Oliveira

Prof. Dra. Edna Silva Faria

Rafael Alves Oliveira

Prof. Dra. Edna Silva Faria

INTRODUÇÃO

Inicialmente, compete pontuar os elementos constitutivos que estabelecem intersecções entre a superfície discursiva presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e sua contrapartida glosada na problematização de uma pretensa Base Nacional Comum Curricular. É salutar, o amplo questionamento no que concerne à necessidade de uma BNCC, na medida em que se pondera a efetiva contrariedade por parte dos estudiosos que dinamizam a preponderância do currículo no âmbito escolar. No Brasil, mediante algumas justificativas oriundas do Ministério da Educação, tal movimento se daria concomitantemente ao que se dá no plano internacional, onde se emana um perfil de “currículo nacional” justaposto a importação, menosprezando os ambientes em que serão inseridos. Em síntese, os dispositivos expressos na BNCC dizem respeito ao alcance de determinadas competências, a saber: A1 – Gramatical ou Linguística (capacidade que tem todo usuário da língua de gerar seqüências lingüísticas gramaticais (o que é próprio ou não da LP); A2 – Competência textual (produzir e compreender textos considerados bem formados). Quanto aos PCNs, é possível apreender a seguinte proposição: edificaram-se tentando, por um lado, manter indelével a diversificação cultural, regional, política em vigência no país e, de outro lado, resguardar a proeminência de referenciais que sejam comuns ao processo de ensino aprendizagem nas regiões brasileiras. Tendo em vista, a ampla profusão com que os PCNs se mostraram para a academia, especificamente no matriz curricular, é insustentável manter o enunciado de que não haja interposição de demandas por nivelamento de centralidade curricular. Nesse interposto, chega-se ao resumo que coordena instâncias de que a educação está indubitavelmente adjetivada como política pública social de maneira a delinear as dicotomias em relação aos agentes públicos/privados que estão ativos neste debate. A defesa de uma base comum se atrela as muitas falácias de conferir relevância à educação para os mais distintos agrupamentos sociais. Resposta para a multiplicidade de encargos, denotando para a capacidade de manter, ou seja, propor uma distribuição equânime da renda e o tangível recolhimento das diferenças.

Entretanto, a personificação do quão errôneo está à afirmativa do governo, quando se postula sobre a criação de uma BNCC vem circunscrita do ideário de que todos os percalços serão solucionados para a Educação básica. O MEC induz a vitalidade de concretizar o que está contido no Plano Nacional de Educação, assim sendo, assinalo para o trecho que expressamente atribui verossimilhança aos rompantes da Meta 2, tenho recebido a numeração 2.2 e que divaga: “pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o inciso 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental”. Posicionamentos contrários, o primeiro deles é refutar a razão de a BNCC ser destacada apenas no item “estratégia”, tratando de forma pormenorizada do ensino fundamental se há o respaldo do artigo 26º tão lembrado pela Lei de Diretrizes e Bases, *ipsis litteris*: “os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

A teoria do discurso consubstancia a disposição de sujeitos em preexistirem aos gargalos educacionais, de modo que, ao delegar autonomia para empreendimentos socialmente reconhecidos, procurei depreendê-los à luz do processo constituído (Fundação Lemann; Banco Itaú; Instituto Natura, Instituto Península; Price Waterhouse Coppers; Telefônica/Vivo). As redes são compostas mediante trâmites específicos e destoantes que se revelam equidistantes e congregam, no movimento em questão, estruturas políticas afeitas ao compartilhamento contingencial das lacunas palpáveis. A faceta pública da educação, bem como sua inabilidade, caracteriza a exterioridade que dá forma as intercomunicações mediadas pelo ordenamento mercadológico. O caráter hegemônico promove tênue repulsa dos métodos retrógrados de administração da educação como finalidade pública. Considerando as inúmeras redes que se voltam em torno de si, uma vez a idéia de qualidade sendo interseccionada ao fluido contingenciamento de interconexões. No contexto da BNCC, como seria possível identificar os desdobramentos (deslizes) entre os eixos públicos, privados, filantrópicos que se percebe claramente nos termos cômicos de uma educação de qualidade. Há um profícuo desajuste entre objetivos e metas de aquisição cognitiva: os objetivos se tornam em paradigmas.

MATERIAL E MÉTODOS

METODOLÓGICA: ESTIMATIVAS EDUCACIONAIS: A BNCC E SUAS
ASPIRAÇÕES NA HEGEMONIA ESCOLAR

BNCC x PCNs

Magistério – Formação/Iniciação à docência

1. Área de Linguagens (LP; Arte; Educação Física); Concatenação de conhecimentos oriundos da prática dos sujeitos em situação de linguagem, em variadas estruturas de comunicação interpessoal, partindo de um contexto cotidiano para superfícies formais e elaboradas. Saberes que introduzem mobilidade e asseverada ampliação de recursos significativos, para esquematizar sentido com o interlocutor (...) aprimoramento na medida em que o ser humano se consolida como sujeito e perpetram na constância social interfaces embebidas por palavras, imagens, sons, gestos e movimentos (BRASIL, 2015, p. 29); 1. Língua – sustentáculo da mediação; O processo de ensino de Língua Portuguesa tem sido desde os anos setenta, o cerne dos eixos debatidos quanto da prioridade de conferir pertinência para a qualidade do ensino em território nacional. Em meados da década de sessenta, as plataformas de reconfiguração do ensino de Língua Portuguesa reivindicavam, estrategicamente, modificações conscientes no modelo de ensino, estigmatizando temáticas docentes. Pontuava-se que empenhar na criatividade poderia resultar em condições satisfatórias para um profícuo desenvolvimento da comunicação e verbalização do aluno (BRASIL, 1998, p. 39);

2. Formação Professor e Docência; Língua como mediador da interação: O indivíduo concebido por realizações, em que age, atua sobre o interlocutor (ouvinte/leitor). A linguagem é o entre – lugar da interação humana, de compartilhamento comunicativo pela emissão de produtos efetivos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicabilidade e em um contexto sócio-histórico e ideológico (...) o diálogo é o que centraliza e atribui característica para a linguagem (TRAVAGLIA, 2003);

2. Aquisição – Funcionamento ortográfico; A possibilidade de edificar um trabalho que possibilite ao aluno desvencilhar o funcionamento do método grafo - fonêmico da língua e as convenções ortográficas, problematizando as relações entre a fala e a escrita, assegurando restrições que o contexto engendra a partir das letras, os aspectos morfossintáticos, equiparado a ortografia como porta de acesso para uma reflexão a despeito da língua, restritamente, da modalidade escrita;

3. Objetivo/Intercâmbio; Os blocos econômicos que se desenhavam em regiões da América Latina (e que já davam resultados na Europa) também produziam demandas por padronizações curriculares com vistas à facilitação do trânsito entre os diferentes países; O plano trienal para o setor educação do Mercosul, datado de 1992, explicitava, entre seus objetivos, “a compatibilização e harmonização dos sistemas educativos” dos países participantes; Nos planos posteriores, as ações se concentraram nos níveis técnicos, de graduação e pós-graduação – de modo a criar mecanismos para facilitar o exercício profissional nos diferentes países; 3. Concepções de Currículo; Teorias Tradicionais: (professor transmissor de conteúdos). Ensino, Aprendizagem, Avaliação, Metodologia, Didática, Planejamento, Eficiência. Momento histórico fordismo; Escolanovismo – Estado do Bem estar social – experiência e pragmatismo – se aprende o que se necessita; Teorias Críticas: (professor facilitador),

Ideologia, Reprodução Cultural e social, Poder/Capitalismo, Relações de Trabalho, Emancipação. Base no Marxismo (luta de classes); Teoria Pós-Moderna: contra teorias totalizantes (professor mediador de conteúdos), Indivíduo e movimentos sociais, Identidade (Empatia), Diferenças, Subjetividade, Cultura (Valores/Patrimônio), Gênero/Raça, Multiculturalismo, heterotopia, Saber/Poder (Era de informação); A retirada das teorias totalizantes, não existe verdade, não existe conhecimento científico; Toyotismo;

4. Proposta; Alfabetizar (compreensão do sistema de escrita alfabético-ortográfico: domínio progressivo das convenções da escrita, ler e produzir textos em diferentes situações de comunicação – consolidadas ao final dos três anos do fundamental – SAEB, PROVA BRASIL, PISA, IDEB...). Letramento: sujeitos leitores e produtores de textos (construir saberes múltiplos, atuarem nas modernas sociedades tecnológicas, autonomia de leitura nos diversos suportes (SOARES, 2004); 4. Proposta; A ortografia ainda vem sendo tratada, na maioria das escolas do ensino fundamental, por meio de atividades de identificação, correção de palavra errada, seguidas de cópia e de enfadonhos exercícios de preenchimento de lacunas (a escola corrige?);

5. Súmula; A leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem etc. Não se trata de extrair informação, decodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência; 5. Súmula; Nas situações de ensino de língua, a mediação do professor é fundamental: cabe a ele mostrar ao aluno a importância que, no processo de interlocução, a consideração real da palavra do outro assume, concorde-se com ela ou não. Por um lado, porque as opiniões do outro apresentam possibilidades de análise e reflexão sobre as suas próprias; por outro lado, porque, ao ter consideração pelo dizer do outro, o que o aluno demonstra é consideração pelo outro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O pressuposto sob o qual nos debruçamos, procura refletir de maneira contundente o traçado curricular na esfera educacional, denotando o espaço de constantes negociações entre os inúmeros segmentos sociais que desempenham papel preponderante, no sentido de desconsiderar que uma BNCC assumira posição de objeto (utilitarismo). Relativizando a partir do arsenal teórico, afere-se o destacamento da cognição como princípio mercadológico, uma vez a transitoriedade em que se potencializam as informações, podendo se comprada como qualquer bem de consumo (matéria prima). É salutar, o teor descritivo exposto na Lei n. 11.738/2008, em que pese o piso salarial, mas que, no entanto, persiste em não se fazer presente na maior parcela territorial do país e promove dicotomicamente sistemas que estejam centralizados em uma redoma discursiva no que tange à aplicabilidade da meta 18 do PNE, concatenando o litígio que se estabeleceu à

BNCC. Para tanto, privilegiar uma intrincada participação entre os artífices do referido âmbito, problematizando o que são os currículos, para depreender a insurgência, bem como a necessidade de uma BNCC, em se tratando da instância política educacional brasileira.

A explanação em torno da gramática necessita considerar as práticas de linguagem. Por isso, a gramática escolar, apreciada a partir de uma dissociação (metalinguagem/técnica), mostra-se opaca quando se posiciona no ambiente (ensino/aprendizagem), pormenorizando a falácia do desempenho satisfatório é aquele que se restringe à prova e propriamente a transição de ano letivo – metodologia que compreende a metalíngua próxima da língua, tida pela contumaz elucidação, atividades de semelhança e captura de terminologias. Divagando em torno do eixo da Língua Portuguesa, fala-se de uma característica que assegura muitas oscilações. O emprego de determinadas nuance mantêm, solidamente, espectros geográficos, da ordem econômica, de restrição etária, marcação de gênero (sexo), da relação biunívoca entre os falantes e do âmbito de comunicação. A plasticidade de uma língua unívoca, ligeiramente correlata ao corpus escrito da linguagem, adiciona os construtos normativos inerentes à gramática, dos paradigmas e das unidades que bifurcam a mídia resvalando sobre o que precisa ser mantido e posturas tacanhas que não se deve atrelar a fala e a escrita. Enfim, é inverossímil uma reflexão empírica sobre os atos da língua.

CONCLUSÕES

Paulatinamente os profissionais da educação, especificamente professores, ocupam um entrave no que concerne às políticas de arregimentação do ensino, e nesse sentido há uma justaposição com o dito de (PINAR, 2012, p.39), expondo o conceito: “concebidos pelos outros”. As grades curriculares quando lacunares, estigmatizam a experiência, muito em função da desistoricização, uma vez sua tradição monocultora e anularem outros aprendizados em função de um comum diferente (SANTOS, 2010) por primarem por camadas de vozes (AOKI, 2005), sendo aglutinadas nas salas de aula. Um currículo lacunar ridiculariza por não se identificar com a premissa de subalterna do homem: o ineditismo do cotidiano. Construído no decorrer do resumo expandido, o princípio da abissalidade, os currículos designam espaçotempo de edificação do trâmite de emancipação do indivíduo social. Por intermédio das proposições de Santos, o perfil abissal pode se mostrar invisível, no entanto sua presença é irrevogável quando se atém a organização social, os mecanismos de certificação dos conteúdos e, por conseguinte, das práticas comumente adotadas nas escolas cotidianamente. As matrizes curriculares mediadas por experimentação consistente glosados por distintos professores podem ser definidas como base comum e o cerne da função do professor, a saber: o porquê de existirmos como professores e reconhecem de modo profundo o ineditismo de cada situação de sala de aula (AOKI, 2005, p. 65). Dessa forma, assinala-se para o quão redutor seria erigir plataformas de ensino homogeneizadores, postas sob análise do quadro atual

de desterritorialização (PARASKEVA, 2011) acanhada frente ao crédulo na educação como ferramenta de ascensão social. Em contrapartida, identifica perspectivas destoantes pela desarticulação de redes de aprendizado ligadas à subjetividade que articula um profícuo enredamento entre o conhecimento de uns e outros, alcançado uma temática que pontue o comum e a diferença plural dos saberes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AOKI, T. Curriculum in a New Key. The collected work of Ted Aoki. (Editado por William F. Pinar e Rita Irwin) NY: Rutledge, 2004/2005.

BRASIL. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: Plano Nacional da Educação, 2014.

BRASIL. (1995). Lei 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da lei 4024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Edição extra. Brasília, 25 nov.

BRASIL. (1996). Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 134(248), p. 27833-841, 23 dez.

BRASIL. (2010). Resolução MEC/CNE 04/2010. Brasília, Diário Oficial da União, Brasília, 9 de jul.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, p. 106, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Área de Linguagens/Língua Portuguesa. – Brasília: SEF, p. 29-67, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas PNE. Disponível em http://pne.mec.gov.br/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acessado em 06 de fevereiro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais específicas da educação básica. Brasília, 2009.

PARASKEVA, J. Conflicts in Curriculum Theory: Challenging Hegemonic Epistemologies. New York: Palgrave/MacMillan, 2011.

PINAR, W. A equivocada educação do público nos Estados Unidos, In; GARCIA, R. L. e MOREIRA, A. F. B. (orgs) Currículo na Contemporaneidade: incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2008.

PINAR, W. What is curriculum theory? New Jersey, Laurence Erlbaum, 2005/2012.

SANTOS, B. S. e MENESES, M. P. (orgs) Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

SOARES, Magda. Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1986.



TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática. São Paulo: Cortez, 2003.

ADMINISTRAÇÃO SEGURA DE MEDICAMENTO EM UM HOSPITAL MUNICIPAL DO INTERIOR DE GOIÁS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO DISCENTE DE ENFERMAGEM

Wélida Rodrigues de Souza Campos

Camila Cardoso

Maria da Glória Dutra

Ione Augusto da Silva Sales

Agnês Raquel Camisão

Karynne Milhomem Souza Home Machado

Kelly Cristina Rodrigues Belmondes

INTRODUÇÃO

O exercício de administração medicamentosa em uma unidade hospitalar é um procedimento complexo e pluridisciplinar, na qual os profissionais possuem um objetivo em comum, que é oferecer assistência de qualidade, com segurança e eficácia ao cliente. A segurança, a efetividade e a eficiência prestadas aos clientes, em uma unidade hospitalar, dependem da organização dos processos envolvidos e da gestão do plano terapêutico. O processo se inicia no momento da prescrição médica, continua com a provisão do medicamento pela farmácia e termina com o preparo e administração aos clientes.

A segurança, frequentemente definida como estar livre de lesão psicológica e física, é uma necessidade humana básica que deve ser satisfeita. O cuidado de saúde, fornecido de maneira consciente, e um ambiente comunitário seguro são essenciais para a sobrevivência e bem-estar do cliente e também contribuem para a redução de atos não seguros dentro do sistema de assistência à saúde, assim como para a utilização de boas práticas visando a alcançar ótimos resultados para o paciente (NETO, A.Q; 2006).

Uma das responsabilidades da equipe de enfermagem inclui a administração de medicamentos em qualquer entidade de saúde. As ações de preparo e administração de medicações são atribuídas a todos os membros da equipe de enfermagem, porém, o enfermeiro é o profissional responsável pelo planejamento, orientação e supervisão dos procedimentos relacionados à terapia medicamentosa. É imprescindível ter conhecimento acerca do fármaco a ser administrado a fim de evitar um erro de medicação.

O erro de medicação é qualquer evento evitável que possa causar dano ao paciente ou levar a uma utilização inapropriada dos medicamentos, quando estes estão sob o controle dos profissionais de saúde ou dos pacientes. Isto significa que o erro pode ou não causar dano ao paciente. Estes problemas podem estar relacionados com a prática profissional, com procedimentos ou sistemas de atenção à saúde, incluindo falhas na

prescrição, nomenclatura, preparação, dispensação, distribuição, administração, educação, seguimento e utilização (ANVISA, 2007).

O termo “segurança do paciente” envolve, em geral, a prevenção de erros no cuidado e a eliminação de danos causados aos pacientes por tais erros (LOPES, D.M.A. et al., 2012). Com isso o objetivo deste trabalho é relatar a experiência e apontar a importância da administração segura de medicamentos durante a prática do discente de enfermagem na administração de medicamentos no ambiente hospitalar.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho apresenta uma experiência vivenciada pelo discente de enfermagem na administração medicamentosa em um hospital municipal localizado em uma cidade do interior do estado de Goiás.

Trata-se de um estudo observacional e descritivo de natureza qualitativa. Escolheu-se como modalidade de pesquisa o relato de experiência, pois revela as ações do acadêmico como promotor de conhecimento, no qual o pesquisador pode descobrir os aspectos subjetivos de cada paciente internado nas instituições de saúde.

Foi escolhido para desenvolvimento das atividades práticas um Hospital Municipal localizado no interior do estado de Goiás, que realiza atendimento de pronto socorro, clínica médica, clínica cirúrgica e pediátrico. O hospital conta ainda com 3 postos de enfermagem, sendo um no pronto socorro, um na clínica médica que faz parte da clínica cirúrgica e outro na pediatria.

Os dados coletados durante a observação dos prontuários de pacientes internados e o desenvolvimento das atividades de administração de medicamentos foram relatados primeiramente em um portfólio para que pudessem ser analisados descritivamente em momento posterior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O plano de fundo da disciplina Farmacologia Aplicada à Enfermagem II ministrada no 5º período do curso de enfermagem é a busca de conhecimentos e o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas à administração segura de medicamentos como uma atividade de assistência de enfermagem.

Para isso, após aulas teóricas e práticas, foi disponibilizado o campo hospitalar para observar o cotidiano do enfermeiro na administração de medicamentos e para que os discentes praticassem o ato de medicar, já que é uma das atividades mais desenvolvidas por estes profissionais.

Após o reconhecimento das dependências, sob supervisão das professoras, foi orientado que os discentes realizassem a administração de medicamentos sempre observando previamente os Procedimentos Operacionais Padrão (POP) e os Protocolos

de atendimento. No entanto, não se encontravam a disposição para que o profissional pudesse acessar em caso de dúvidas. Este é um fato preocupante visto que a primeira ferramenta de segurança na realização de uma atividade que oferece riscos à saúde dentro de uma unidade de saúde é o estabelecimento de um padrão validado para o desenvolvimento de qualquer atividade desde a recepção do paciente até à limpeza do ambiente.

Para o desenvolvimento das técnicas corretas na administração de medicamentos todo posto de enfermagem deve dispor de POPs que primeiramente sirvam de instrumentos de treinamento da equipe e para que seja um documento que possa orientar o desenvolvimento das práticas cotidianas de forma metodologicamente correta.

Diante deste fato, a seguinte atividade foi realizar o estudo do prontuário do paciente para que se pudesse conhecer o caso clínico, prognóstico, o tratamento farmacológico e sua evolução durante o período de tratamento dentro do hospital. Todos prontuários estavam organizados de forma adequada em compartimentos específicos que evitavam uma possível confusão e troca de documentos, no entanto, as informações são inseridas manualmente o que dificultou a compreensão do medicamento certo e da respectiva posologia correta a ser administrado. Inclusive o nome do paciente estava escrito de forma ilegível o que atrapalhava a identificação do paciente certo.

De acordo com Ferreira et al. (2014) um modelo estratégico que pode ser utilizado para evitar erros de medicação é a observação criteriosa dos certos da enfermagem. São descritos na literatura 5, 9 e até 12 certos a serem seguidos, no entanto, no mínimo 5 devem ser observados, são eles, o paciente certo, o medicamento certo, na dose certa, pela via de administração certa e no horário certo.

Contudo a prática observada no ambiente hospitalar estudado, leva à identificação errônea tanto do paciente quanto do medicamento, dose, via e horário certos de administração.

Estes pontos de checagem devem ser seguidos antes, durante e depois da administração a fim de minimizar os erros na conduta medicamentosa. Ferreira et al. (2014) trata essa atividade como uma das ações que deveriam ser seguidos pelas unidades de saúde e pelos profissionais envolvidos no ato de medicar.

As dificuldades de identificação do medicamento e da dose a ser administrada eram sanadas pelo corpo de enfermagem que estavam acostumados a interpretar a caligrafia dos profissionais prescritores. E então se tornava possível separar os medicamentos e os materiais a serem utilizados no preparo da medicação. As orientações para essa atividade dadas pelas supervisoras eram as mesmas sugeridas por Ferreira et al. (2014), são elas, a utilização de etiquetas para identificar o medicamento, o leito, o nome do paciente, a via e o horário de administração. A mesma etiqueta utilizada a fim de identificar, após a medicação passará a ser útil também para que se possa dar baixa, ou realizar a checagem e confirmação no prontuário. Evitando assim que outro profissional realize a mesma

administração devido a ausência de informação e cometa um erro de medicação que possa levar o paciente à super dosagem ou à intoxicação farmacológica.

Portanto observa-se a necessidade de se estabelecer em todas as etapas que envolvem a administração da terapia medicamentosa, estratégias e ações de gestão de riscos a fim de se garantir a segurança do paciente dentro dos serviços de saúde.

CONCLUSÕES

Como a responsabilidade, o agir do enfermeiro no processo de administração de medicamentos não é solitário. Faz-se necessário uma integração entre os multiprofissionais que podem interferir de forma direta ou indireta na administração segura de medicamentos objetivando a potencialização dos benefícios aos clientes.

No que tange a enfermagem nesse processo de administração de medicamentos, a compreensão e um viver com responsabilidade traduz uma prática integral, valorizando o indivíduo com a diminuição de possibilidades de erros e com uma qualidade digna de assistência à saúde.

A partir desta atividade prática, foi possível compreender com maior clareza a aplicação e a necessidade da observação dos certos da enfermagem; uma ferramenta que, sem dúvidas, evita erros durante a administração medicamentosa promovendo assim maior segurança ao cliente.

É necessário que se façam relatos dessa magnitude haja vista que o presente assunto, segurança do paciente, vem sendo bastante debatido. Assim, para os acadêmicos tem sido um desafio transformar o que aparentemente é um exercício acadêmico de sala de aula em uma atividade prática que tenha aderência com a realidade, com o trabalho cotidiano do enfermeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Informe SNVS/Anvisa/GFARM nº 2, 2007. Disponível em: <<http://s.anvisa.gov.br/wps/s/r/>>. Acessado em: 30 de outubro de 2017.

FERREIRA, M. M. M.; JACOBINA, F. M. B.; ALVES, F. S. O profissional de enfermagem e a administração segura de medicamentos. Revista Enfermagem Contemporânea, v.3, n.1, 2014.

LOPES, D. M. A. et al. Análise da rotulagem de medicamentos semelhantes: potenciais erros de medicação. AMB Revista Associação Médica Brasileira, 58 (1): 95-103, 2012.

NETO, A. Q. Segurança dos pacientes, profissionais e organizações: um novo padrão de assistência à saúde. Revista de Atenção à Saúde, 8 (33): 153-8, 2006.

Affordance em Big Data: abordagem mcluhaniana

Vinícius Vargas Vieira dos Santos

Vinícius Vargas Vieira dos Santos

INTRODUÇÃO

Big data é o termo que se refere ao acúmulo de dados digitais que caracterizou, dentre outros, as mídias de comunicação em massa nas duas últimas décadas e está diretamente relacionado à atual configuração da plataforma de serviços de tecnologia Web 2.0. A presente pesquisa trata das características das novas mídias como elementos importantes para compreendermos a produção e os efeitos da linguagem mediada por interfaces digitais, considerando premissas apontadas pelo filósofo da comunicação Marshall McLuhan sobre meio e mensagem.

Para Roman Jakobson (1960/2007), o conceito de “canal” é visto como elemento físico de propagação da mensagem, que se limita à capacidade de funcionar ou não, possibilitando assim a prática comunicativa. “Para ser eficaz, a mensagem requer (...) finalmente um CONTACTO, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação.” (JAKOBSON, 1960/2007, p.121). Salvo exceções, “canal” se manteve para os estudos linguísticos como apenas mais um dos elementos formadores do contexto, superficialmente explorado frente a outros aspectos contextuais (mais profundamente investigados) como o lugar social ocupado pelo usuário, o próprio usuário (enunciador) ou ainda o momento histórico da enunciação.

Nas sociedades midiaticizadas por tecnologias digitais, o “canal físico” cede, em inúmeras e relevantes ocasiões, a meios eletrônicos de dados, que para além da simples “capacidade de funcionar ou não” é significativa e complexo em variados níveis escalares e previamente programado por corporações do setor computacional. Ao interferir em escalas de tempo, espaço e alcance social da enunciação, a partir de designs computacionais previamente configurados, o canal ou meio por onde se realiza a mensagem faz-se elemento contextual básico para compreendermos a produção e efeitos da linguagem mediada por tecnologia.

Marshall McLuhan anunciou em 1964 que “o meio é a mensagem, porque é o meio que configura e controla a escala e a forma das ações e associações humanas” (MCLUHAN, 1964, p.9). A proposição de McLuhan (1964/2005) considera as consequências psíquicas e sociais do que ele chama de modelos computacionais, que seriam hoje de fato as interfaces (hardwares e softwares). Segundo a autor, “a ‘mensagem’ de qualquer meio ou tecnologia é a mudança de escala, cadência ou padrão que esse meio ou tecnologia introduz nas coisas humanas” (MCLUHAN, 1964/2005, p. 22). Atualmente, tabletes, celulares e computadores tornaram-se extensões para milhares de

peçoas, acumulando ao menos duas importantes funções da mente humana, a comunicação e o armazenamento de informações.

Ao afirmar que o meio é própria mensagem, McLuhan (1964/2005) propõe uma distinção entre mensagem e conteúdo da mensagem. O tema da linguagem cubista na pintura é exemplar a esse respeito:

"O cubismo substitui o "ponto de vista", ou faceta da ilusão perspectivista, por todas as facetas do objeto apresentadas simultaneamente (...). O cubismo, exibindo o dentro e o fora, o acima e o abaixo, a frente, as costas e tudo o mais, em duas dimensões, desfaz a ilusão da perspectiva em favor da apreensão sensória instantânea do todo. Ao propiciar a apreensão total instantânea, o cubismo como que de repente anunciou que o meio é a mensagem." (MCLUHAN, 1964/2005, p 27)

A temática metalinguística do cubismo, que se difere neste aspecto de referencialidades não metalinguísticas (a exemplo da temática surrealista, onde os referentes estão localizados no universo onírico), operando sobre a própria estrutura, deflagra e transforma a gramática precedente da pintura em planos. Assim, a mídia (meio ou suporte) determina a gramática, o sentido e conseqüentemente seu efeito social. Seguindo a lógica de McLuhan, mensagem e conteúdo se contrastam porque o conteúdo seria, por exemplo, uma mulher que chora em *Mulher Chorando* ou as mazelas da Guerra Civil Espanhola e o bombardeio de aviões alemães em *Guernica* (obras de Picasso), mas a mensagem seria o próprio desfazer da ilusão perspectiva "em favor da apreensão sensória instantânea do todo" (MCLUHAN, 2005, p.27).

Tomando a máxima de McLuhan para um exemplo atual, a diferença entre uma postagem em rede social que defende determinado posicionamento político de outra que aparentemente reforça um posicionamento contrário não é algo tão relevante quanto sua semelhança. Afinal, estão ambos operando a partir de estruturas e padrões de linguagem similares (a partir de um mesmo design computacional) . Elas expressam, em alguma medida, a mesma mensagem, a mensagem do próprio meio em que se vinculam.

MATERIAL E MÉTODOS

Objetos contemporâneos complexos, como big data, nos remetem à conseqüente necessidade de conceber metodologias que correspondam a suas naturezas superdiversas. Por conseqüente, teve-se em vista, na presente pesquisa, a necessidade de se expandir fronteiras disciplinares, buscando em estudiosos das tecnologias subsídios teóricos para compreensão da natureza dos novos suportes midiáticos. Aparelhos como computadores e celulares com acesso à World Wide Web estão aceleradamente transformando o panorama das trocas linguísticas, possibilitando que práticas comunicacionais, a cada dia mais, realizem-se através dos mesmos.

Assim, tais objetos nos levam a reavaliar não apenas as formas de se realizar a pesquisa linguística, mas conseqüentemente as estruturas disciplinares sobre as quais

pesquisadores orientam suas linhas de investigação. O cenário de disciplinas compartimentadas faz-se cada vez mais inadequado à pesquisa de temas contemporâneos. Os processos de globalização das últimas décadas têm revelado fenômenos que exigem do pesquisador a capacidade de operar para além das fronteiras tradicionais que delimitam os campos de uma área específica do conhecimento. Segundo Edgar Morin,

"há inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas, e, por outro lado, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários". (MORIN, 2003, p. 13)

Aprender o processo de significação de um suposto sistema linguístico big data, ancorado em relações de valor entre signos e contextos de situação, nos leva à necessidade de reportarmos a uma metodologia que busque antes uma ampliação do objeto do que um reducionismo passível de análise. Uma possível ampliação do olhar sobre o objeto não se refere obviamente a gerar uma quantidade cada vez maior de dados, mas sim ao alargamento dos campos de conhecimento aplicados à pesquisa. É de suma importância compreender o que nos tem a dizer tecnólogos sobre dados digitais, quando se propõem a analisar, por exemplo, espaços na web. A pesquisa de caráter interdisciplinar está voltada para a investigação de temas contemporâneos de maior complexidade, objetos que não mais se limitam às estruturas de uma disciplina específica. O mesmo ocorre com a delimitação de um corpus afunilado para objetos que são absolutamente plurais e que se desfazem ao se analisar apenas uma parte do mesmo.

O desafio de compreensão do objeto big data coloca em cheque nossos tradicionais modelos de investigação, onde a experimentação metodológica, sua livre construção ao longo do processo, parece a saída mais pertinente. Afinal, como 43 Cluster é o termo utilizado para se referir a agrupamento de computadores com finalidade de processar dados em grande quantidade. 78 insiste em afirmar Feyerabend (1977), o princípio que não inibe o avanço científico é: "tudo vale" (FEYERABEND, 1977, p. 27). A posição radical de Feyerabend (1977) é relevante para a pesquisa de objetos que estão no centro da recente implosão das mídias digitais, apenas porque ainda não sabemos como lidar com sua natureza complexa. A análise dos objetos das sociedades marcadas pela superdiversidade e acelerada transformação tecnológica exige assim a atualização de modelos de pesquisa. A intensidade do referido fenômeno social, no breve percorrer de duas décadas, estimula alternativas experimentais para o empreendimento da investigação. A partir de então, a aproximação de características apresentadas por teóricos das novas mídias a conceitos próprios dos estudos da linguagem pareceu um procedimento sensato para avançarmos na compreensão dos efeitos da recente digitalização das práticas de linguagem. Ainda foram utilizados autores que afinam a relação das duas instâncias, como Blommaert (2012/2013), Rajagopalan (2013), Varis e Wang (2011), dentre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A crítica de McLuhan (1964/2005) está ancorada sobre a perspectiva de que o meio não é um elemento “neutro, um mero instrumento, nem somente o transmissor” (SOUSA, CURVELLO, RUSSI, 2012) da prática comunicacional, ele guarda padrões de uma nova estrutura, de um novo ambiente.

Na última década, a comunicação humana passou a se realizar por intermédios midiáticos de modo sem precedentes, suscitando mesmo atos públicos em ambientes off-line, mobilizados em rede, ou a utilização de mídias que frequentemente compartilham o foco com interações sociais off-line. A informação foi gerada e replicada, formando agrupamentos de textos relacionáveis, que se hibridizam em hipertextos frente aos usuários, interlocutores de uma massa digital em constante expansão, que estão a todo instante também colaborando para o acúmulo e replicagem de dados.

O agrupamento de dados digitais em grandes escalas (big data) pode ser assimilado a partir de conceitos de velocidade, volume e variedade (Zikopoulos et al. 2012), conjuntamente referidos por 3Vs. Conteúdos e formatos diversos têm sido acumulados em grande quantidade, com uma rapidez crescente.

O desafio atual para a utilização de dados digitais em larga escala compreende a distinção de “dados estruturados” e “dados não estruturados” (ZIKOPOULOS et al, 2012). O primeiro se refere a uma determinada quantidade de informação que já se encontra organizada em um banco de dados específico, já eficiente para análise. O segundo, e aqui se compreende a maior parte do conteúdo lançado em rede, se refere à informação que não obedece a um padrão organizacional. Atualmente, existem empresas especializadas na estruturação de dados para clientes que pretendem, por motivos diversos, ter acesso a dados digitais estruturados. Muitos são os exemplos que podemos listar sobre a utilização do big data por diferentes organizações e intenções. Um dos mais comentados casos foi a utilização de dados em massa pelos estrategistas na campanha de reeleição do presidente americano Barack Obama. Um extenso banco de dados foi estruturado com a intenção de angariar não apenas votos, mas também apoio financeiro à campanha, levando em conta aspectos individuais de cada possível apoiador.

"Imagine uma mãe de duas crianças que vive em uma cidadezinha no estado de Ohio, no centro-oeste dos Estados Unidos [...]. Seus filhos estudam em escola pública. Ela costuma tuitar sobre o meio ambiente e ainda mantém uma página no Facebook sobre comida orgânica. Tudo isso ficaria registrado no banco de dados da equipe de Obama. “A campanha mandaria para ela e-mails de Michelle Obama sobre as políticas ambientais planejadas pelo presidente e sobre educação pública”, afirma o consultor Andrew Rasiej" (MORAES, 2005).

Em caminho divergente dos otimistas da nova realidade virtual de dados acumulados e suas possibilidades de aplicação extra-humanas, o cientista da computação

Jaron Lanier (2010) tece uma crítica à ideologia da Singularidade, ao atual modelo da Web 2.0 e conseqüentemente à sua natureza de big data, alegando que estamos lidando com um design computacional previamente configurado para a alienação do sujeito, tornando-o cada vez mais parte do sistema de informação ao invés de autônomo frente à tecnologia. O autor defende que a opção por softwares já programados tornam as pessoas limitadas frente às possibilidades que poderiam se abrir para estruturas pré-programáveis pelo próprio usuário. Os atuais modelos de interface são anteriormente elaborados levando em conta estratégias para obtenção de lucro para as próprias empresas de tecnologia como o Google.

Segundo o autor, softwares estão sujeitos a “aprisionamento tecnológico” na medida em que programas e seus conseqüentes designs tornam-se um padrão para uma série de outros softwares que dele se desdobram, em outras palavras, quando programas são projetados a partir de um outro já existente.

Forma-se com isso uma massa de estruturas padronizadas, que conseqüentemente têm efeitos sobre a vida social. A ideologia de acesso livre a dados, segundo Lanier (2010), guarda uma ironia, pois a liberdade na web estaria promovendo maior liberdade às máquinas do que às próprias pessoas, à medida que indivíduos passam a atuar anonimamente na formação de uma inteligência artificial comum e limitadora. A partir de então, práticas de comunicação impessoal estariam rebaixando a interação pessoal em um processo de desumanização acarretado por opções de design computacional previamente determinados.

De acordo com Lanier, o design da web atual não foi proposto ao acaso, pois no início da década de noventa (1990) havia dezenas de formatos viáveis para a troca de informações digitalizadas em rede. Como conseqüência, a produtividade voluntária e anônima tornou-se uma commodity lucrativa para empresas do ramo. Lanier (2010) esclarece que pequenas diferenças no design de determinado software podem se desdobrar em mudanças significativas na relação do sujeito com a interface e conseqüentemente nas relações interpessoais, sendo que o trabalho da criação em tecnologia da computação deve estar aliado a um compromisso social. O autor enxerga que existe uma identidade entre o usuário de uma interface digital e a própria máquina, pois ao se relacionar com o computador o usuário passa a fazer parte, em alguma medida, da própria desenvoltura tecnológica, pois características de design estimulam diferentes possibilidades de interação.

Para Lanier (2010), assim, o design computacional, vinculado a aprisionamentos tecnológicos dos próprios designs precedentes, está diretamente relacionado às capacidades de se expressar em ambientes digitais; enquanto o aprisionamento tecnológico torna-se um empecilho para que se vislumbre novas propostas de configuração desses mesmos ambientes. Analisando a Web 2.0, sua natureza de livre compartilhamento de dados, Lanier (2010) aponta para o fato de que enquanto usuários transferem livremente dados em larga escala, a partir de modelos pré projetados para esse



mesmo fim, conglomerados empresariais, com domínio sobre o fluxo da informação, a transforma em commodities. O usuário de redes sociais como Facebook, Twitter, Youtube, dentre outros centros digitais para compartilhamento de dados, operando livremente a partir de designs pré-concebidos para fluxo de dados em larga escala, torna-se o próprio produto ou o livre fornecedor da mercadoria que será comercializada: seus gostos estéticos, padrões de comportamento etc. Enquanto os grandes conglomerados empresariais lucram com a livre transferência de dados, usuários trocam informações em volume e velocidade crescentes.

Portanto, para Lanier (2010), o design da Web 2.0, previamente determinado por empresas computacionais, tem efeitos causais sobre o modo como usuários passam a se relacionar com as demais esferas da vida. O termo “affordance”, originalmente utilizado por Gibson (1986), nos remete exatamente à influência que o design de determinado ambiente tem sobre o sujeito. “Affordance” advém do verbo em inglês “to afford”, ou seja, “permitir”, e está relacionado, segundo esse autor, à capacidade de um meio, em função de sua natureza física, orientar ou permitir específicas relações com o mesmo. Podemos dizer, em outras palavras, que “affordance” é o termo que designa de que modo características de um meio ou objeto influenciam, por si só, formas de interação. Como exemplo, Gibson (1986) nos remete à mais básica das estruturas, o solo: se uma superfície terrestre é quase horizontal (em vez de inclinada), quase plana (em vez de convexa ou côncava), suficientemente ampla (em relação ao tamanho do sujeito), e se o seu conteúdo é rígido (em relação ao peso do sujeito), conseqüentemente proporciona a ação de estar de pé. No entanto, se uma superfície de apoio, também com as quatro propriedades acima mencionadas, encontra-se à altura dos joelhos e acima do solo, proporciona ao sujeito a possibilidade de se sentar. Desse modo, segundo o autor, “diferentes layouts proporcionam comportamentos diferentes” (GIBSON, 1986, p. 128). Gibson (1986) aborda a questão exemplificando ações no mundo animal. Ecologistas se referem ao meio em que determinado animal se encontra como “nicho”. Para Gibson, nichos são conjuntos de affordances orientando diferentes modos de ação para cada animal. “Em ecologia um nicho é uma configuração de características ambientais que são adequadas para um animal, no qual ele se encaixa, metaforicamente” (GIBSON, 1986, p. 129). De acordo com o autor, faz-se importante compreender que affordances estão relacionados a sentidos físicos, ao contrário de valores e significados, os quais se supõe ser dados mentais e subjetivos.

"Nos últimos mil anos, como todo mundo agora percebe, a própria face da terra foi modificada pelo ser humano. O layout das superfícies foi alterado, cortando, limpando, a partir de nivelamento, pavimentação e construção. Desertos naturais e montanhas, pântanos e rios, florestas e planícies ainda existem, mas estão sendo invadidas e remodeladas por layouts feitos pelo ser humano. Além disso, as substâncias do ambiente foram parcialmente convertidas, a partir dos materiais naturais da terra, em vários tipos de materiais artificiais, como (...) o concreto". (GIBSON, 1986, p. 129)

Assim como houve transformação no meio ambiente natural, modificando os níveis de relação do sujeito com o espaço e mesmo entre os próprios indivíduos, muitas vezes nos levando a desconsiderar de que modo o espaço é desenvolvido a determinar ações específicas, assistimos nas últimas décadas a uma transformação dos meios através dos quais se dão as mais básicas relações da linguagem. Assim como paisagens naturais foram gradualmente substituídas por nivelamentos e concretos, a fala, elemento da comunicação humana, tem sido substituída (em muitos e consideráveis momentos) por meios artificiais (tecnológicos) por onde se materializa a linguagem.

CONCLUSÕES

Se McLuhan (1963/2005) estiver certo, ao transcorrer por meios de volume, variedade e velocidade massivos e sincronicamente fendidos, a linguagem poderá corresponder apresentando intenções semelhantes. Afinal, se o meio é a mensagem, porque é ele que controla e configura as escalas das associações e ações, ancoragem semântica e performatividade online refletem de modo escalar os próprios meios artificiais: affordances que modulam, como consequência, as associações (elemento básico para o processo semântico) e ações via linguagem.

O big data, ao alterar toda a perspectiva contextual, nos coloca frente a um desafio: medir seus efeitos sobre a linguagem, dada a natureza desmedida e superdiversa dos novos meios. As escalas de tempo, espaço e amplitude social estão em níveis amplos e inacessíveis ao usuário comum, no entanto, torna-se indispensável indagar a respeito de suas dinâmicas e consequentes efeitos sobre a linguagem. A alteração de escalas de contexto, decorrentes das próprias características e padrões dos meios, deflagram atualizações no modo como compreendemos a natureza da linguagem. No que compete à ancoragem do significado, o usuário tende a preencher as ausências de marcadores contextuais de modo experimental, e no que diz respeito à performatividade linguística em ambientes virtuais, o meio, enquanto suporte para a produção da linguagem, está diretamente relacionado ao “o que se faz ao dizer on-line”. Afinal, o que são hackers senão sujeitos que ao dominarem as ferramentas dos meios tornam-se capazes de ações que extrapolam os níveis ordinários de interação no ambiente virtual?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Chris. The End of Theory: The Data Deluge Makes the Scientific Method Obsolete, 2008. Disponível em: http://archive.wired.com/science/discoveries/magazine/16-07/pb_theory. Acesso em: 12 jun. 2015.

BLOMMAERT, Jan; RAMPTON, Ben. Language and Superdiversity. UNESCO. Vol. 13, No. 1, 2011.

- BLOMMAERT, Jan; BACKUS, Ad. Superdiverse Repertoires and the Individual. Tilburg
Tilburg
Papers in Culture Studies, paper 24. Tilburg University, 2012.
- BLOMMAERT, Jan. Citizenship, Language, and Superdiversity: Towards Complexity.
Journal of Language, Identity & Education, 12:3, 193-196, 2013
- CUKIER, Kenneth. Data, data everywhere. The Economist, 2010. Disponível em:
<http://www.economist.com/node/15557443>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- FEYERABEND, Paul. Contra o método. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves Editora S.A. 1977.
- GIBSON, J.J. The ecological approach to visual perception. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1986.
- HILBERT, Martin; LOPEZ, Priscila. The World's Technological Capacity to Store, Communicate, and Compute Information. Science. 2011.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. Tradução: Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. Editora Cultrix. 2007.
- LANIER, Jaron. Você não é um aplicativo. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo. Saraiva, 2010.
- MCLUHAN, Marshall. Understanding Media: The Extensions of Man. New York: McGraw-Hill Book Company, 1964.
- MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensões do homem (understanding media). Tradução: Décio Pignatari. São Paulo. Ed. Cultrix. 2005.
- MORAES, Mauricio. Big Data Ajudou Obama a ganhar as eleições, 2005. Disponível em: <<http://info.abril.com.br/noticias/ti/big-data-ajudou-obama-a-ganhar-eleicoes-15012013-25.shl>>. Acesso em 12 mai. 2015.
- MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução: Eloá Jacobina. 8a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- POE, Edgar. The Complete Works of Edgar Allan Poe: a descent into the maelstrom. Disponível em:
<http://www.unilibrary.com/ebooks/Poe,%20Edgar%20Allan%20-%20Complete%20Works.pdf>. Acesso em 10 nov. 2015.
- PORTER, David. 1996a. Introduction. In Porter (ed.), xi–xviii. Internet culture. New York and London: Routledge. 1997.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Como o internetês desafia a linguística. In: SHEPHERD, Tania G.; SALIÉS, Tânia G. (Orgs.). Linguística da internet. São Paulo: Contexto, 2013. p. 37-53.
- SAUSSURE, Ferdinand. Curso de Linguística Geral. São Paulo. Cultrix, 1995.
- SOUSA, Janara; CURVELLO, João; RUSSI, Pedro. 100 anos de McLuhan. Organizadores: Janara Sousa, João Curvello, Pedro Russi. Casa das Musas, Brasília, 2012.

SZALAY, Alexander. Data-intensive discovery in science: the fourth paradigm. 2012. Disponível em: <http://www.cra.org/ccs-old/nitrdsymposium-szalay.php>. Acesso em 08 ago. 2015

THAKARE, Girish; DESHMUKH, Shilpa. Big Data: An Analysis of large data. International Journal of Innovative Research in Science & Engineering, 2012.

VARIS, Piia, WANG, Xuan. Superdiversity on the Internet: A Case from China. Diversities. Vol. 13, No. 2. University of Tilburg, 2011.

ZIKOPOULOS, Paul. Understanding Big Data: Analytics for Enterprise Class Hadoop and Streaming Data. McGraw-Hill: Aspen Institute, 2012

ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTO ENTRE ESTACAS ESCAVADAS A TRADO E TUBULÃO A CÉU ABERTO EM EDIFICAÇÃO DE MÉDIO PORTE

Robson de Oliveira Félix
Igor Cezar Silva Braga

INTRODUÇÃO

A fundação sem dúvida é um dos aspectos mais importantes para a estabilidade de uma construção, encarregada de suportar e transferir os carregamentos resultantes da edificação para o solo, de forma a evitar colapso ou movimentação na estrutura. A correta escolha do tipo de fundação é fundamental para a obtenção dos melhores resultados quanto à estabilidade estrutural, minimizando os recalques mencionados, bem como, maior equilíbrio financeiro e econômico, proporcionando, entre outros fatores, uma maior agilidade de execução. O conceito de fundação e estabilidade de solos é perceptível no decorrer da história do homem na Terra, sendo que desde a pré-história, existem relações do entendimento desses conceitos no ser humano.

Ao longo dos séculos, estudos e técnicas foram se desenvolvendo, fazendo com que as construções ganhassem volumes e amplitudes, necessitando cada vez mais de um estudo do solo, bem como de fundações que suportassem tais avanços, despertando a necessidade de aperfeiçoamentos que ganharam força a partir de pesquisas de estudiosos como Leonardo da Vinci, Charles Coulomb, William Rankine, Alexandre Collin, Henri Darcy, Christian Otto Mohr e por fim, Karl Terzaghi, considerado o pai da Mecânica dos Solos (NÁPOLES, 1998).

A necessidade de aprimorar as técnicas de fundações eram, na época, essenciais para o desenvolvimento e construção de novos tipos de edifícios, substancialmente maiores, sendo que, segundo Vargas (1998), com o advento do concreto armado no início do século XX, essa evolução permitiu construções de edifícios altos, caracterizados por cargas concentradas.

Com os atuais avanços tecnológicos referente às construções civis, busca-se cada vez mais minimizar os problemas futuros das edificações, ou seja, reduzir ao máximo, possíveis deformidades ou patologias, normalmente decorrentes de alterações no comportamento mecânico, resultando em transtornos não previstos em análise estrutural. Quando tratamos esse assunto, percebemos a fundamental importância da fundação, sendo o primeiro passo para contornar problemas, principalmente relacionados aos recalques.

A escolha da fundação proposta a uma obra específica é o ponto chave para um projetista de fundações. Algumas características do solo, bem como da obra a ser executada, podem influenciar decisivamente em certo tipo de fundação. Esse estudo das

alternativas, segundo Velloso e Lopes (2011), é interessante para que possamos escolher um tipo de fundação com base em menores custo e prazos de execução. Quaresma (1998) considera o conhecimento das propriedades do solo o fator essencial para a elaboração de um projeto de fundações, identificando e classificando as diversas camadas que compõem o solo estudado.

Diante dessa atenção às fundações, surge o questionamento quanto ao melhor tipo de fundação para cada situação de edificação existente, bem como o tipo de solo ideal a ser executada tal fundação. Assim, através desta pesquisa, pretende-se esclarecer e responder essa questão, direcionada para edificações de médio porte com solos propícios a fundações profundas, com cargas axiais admissíveis de fundações inferiores a 700 KN (70 tn), referentes a uma planta de cargas de edificação de três pavimentos analisada, proporcionando um parâmetro comparativo entre fundação por estaca escavada e tubulão a céu aberto no que diz respeito a economia na execução.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia desenvolvida para a elaboração desta pesquisa pauta-se em em meios técnico-literários como livros da área de mecânica dos solos, fundação, materiais de construção, bem como, por meio eletrônicos, como sites relacionados à construção e execução de diversos tipos de fundação.

Para a obtenção de resultados comparativos, foi apresentado uma pesquisa voltada para um projeto em específico, elaborado exclusivamente para tal, através de software de cálculo estrutural, definido por 3 pavimentos destinados para fins comerciais, com área total de 1038,48m², compostos por 29 pilares com cargas verticais variando entre 230 a 700 KN.

O terreno escolhido para o cálculo e comparação das fundações possui características que possibilite o emprego de fundação profunda, com cota de percussão impenetrável a profundidades próximas a 10 metros, sugestivo ao uso de estacas ou tubulões, com cargas admissíveis calculadas por métodos empíricos, que conforme Castro (2008), são um dos métodos mais rápidos com cargas médias entre diversos tipos de solo.

Foram realizados cálculos dos possíveis tipos de fundações compatíveis com o tipo de solo escolhido, apresentados por sondagem a percussão do tipo Standard Penetration Test (SPT), proporcionando comparações técnicas entre esses tipos, e gerando resultados finais através da planta de carga apresentada pela edificação de médio porte proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após todos os procedimentos de cálculo e dimensionamento das fundações, parte-se para a contabilização dos custos de execução em ambas as fundações, afim de obtenção de comparativo final entre a utilização de fundação em tubulões e em estaca escavada a trado, buscando identificar qual dessas fundações seria mais adequado para edificações

de médio porte com características semelhantes ao modelo de projeto calculado com cargas oscilantes entre 230 e 700KN.

Após o dimensionamento segundo Campos (2012), os custos referentes à execução dos tubulões seguiram as seguintes etapas: armaduras dos fustes, concretagem dos fustes e da base, perfuração do fuste e alargamento da base. Quanto aos custos das estacas escavadas, temos os mesmos procedimentos: armaduras de ligação, concretagem e perfuração das estacas, porém, além dessas etapas, temos também os que se referem aos blocos de coroamento que englobam também armaduras, concretagem e escavação, sendo um custo acrescido ao das estacas a fim de obter um custo total para execução correta das fundações por estacas escavadas a trado. O custo total referente aos tubulões se dá pela soma de cada etapa mencionada, comparando tal valor com o referente à execução das estacas escavadas.

O custo total calculado para a execução da fundação de tubulões foi de R\$47.381,08. Tais valores são expressos através da contabilização quantitativa de cada material e serviço necessário para a execução correta de tal fundação, sendo ligados aos custos unitários da Tabela de preços 112, referente aos custos de obras civis, proposta pela Agência Goiana de Transportes e Obras (AGETOP, 2014)

Nota-se que devido à existência de blocos de coroamento, se torna necessária a execução da etapa de concretagem dos mesmos com utilização de formas com tábua de pinho que conseqüentemente aumentam os custos totais das estacas.

O custo total calculado para a execução da fundação de estacas escavadas e blocos de coroamento é de R\$49.033,99. Tais valores, como nos de tubulões, também são contabilizados quantitativamente quanto aos materiais e serviços necessários para a execução, ligados aos valores unitários da Tabela de custos da AGETOP.

Comparando os custos totais, para a edificação de médio porte utilizada como referência, os custos de execução de fundação por tubulões são menores, com economia de R\$1.652,91, que corresponde a uma redução de custos de 3,37% quando comparado com a fundação por estacas.

Vale ressaltar a importância dos estudos da escolha do tipo de fundação para cada caso em específico, pois uma boa escolha pode acarretar em uma fundação eficiente e conseqüentemente mais econômica. Um exemplo que explica essa questão de particularidade de cada edificação é o simples caso da utilização ou não de fôrma para os blocos de coroamento, sendo em casos onde o próprio solo possa servir de fôrma para a concretagem dos blocos, fazendo com que haja uma economia de R\$5.259,05, referente ao custo total das estacas, passando a mesma a apresentar um custo menor que o dos tubulões.

Outra análise importante que pode ser feita através dos resultados encontrados é que quanto maior forem as cargas aplicadas nos pilares, mais caros são as estacas quando comparadas aos tubulões, isso considerando esta pesquisa como exemplo. O ocorrido deve-se ao fato de que os blocos de coroamento sobre várias estacas acabam

inviabilizando o orçamento, levando tais pilares a serem executados sobre fundações mais caras, enquanto que no caso do tubulão, tais valores não se alteram de forma tão expressiva entre cargas menores e maiores.

Considerando essa análise, se este mesmo projeto possuísse menores cargas, e adotando o mesmo solo e as mesmas profundidades das fundações, iria ocorrer uma redução considerável nos custos das estacas, principalmente pelo fato da redução na quantidade das mesmas e nas dimensões dos blocos, enquanto que nos tubulões esta redução não iria ser tão expressiva assim, podendo as estacas nessa situação serem mais viáveis.

Tomando como parâmetro um pilar com carga do projeto correspondente a 700KN, o custo total referente à execução de fundação em tubulão chega a R\$1.754,81, enquanto que o custo das estacas para esse mesmo pilar chega a R\$2.787,84. Nota-se a grande diferença de orçamento entre tais fundações para um pilar com esse carregamento. Agora analisando o pilar com carga bastante inferior, correspondente a 398KN, possui custo de R\$1.569,49 para os tubulões e R\$1.211,85 para as estacas, colocando a estaca nessa situação em uma posição mais econômica, exemplificando o mencionado anteriormente.

Além das análises de custos, vale ressaltar vários outros fatores para a escolha da fundação correta, tais como disponibilidade na região de profissionais especializados na execução, bem como equipamentos necessários para execução como perfuração e concretagem.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos através do estudo realizado podem ser de grande importância para o setor de engenharia de fundações, principalmente pelo fato de existirem poucos materiais que expressam exemplos práticos comparando custo de tipos de fundações. Percebe-se a grande importância de um estudo detalhado antes da escolha e execução da fundação de uma edificação, analisando e avaliando a viabilidade de execução de certo tipo de fundação, em vários aspectos como econômico, de segurança, entre outros relacionados à necessidade de equipamentos para sua execução.

Através dos resultados, nota-se a proximidade com relação ao custo de execução das fundações escolhidas, com uma leve economia para a fundação em tubulões a céu aberto, caracterizado por aproximadamente 3,4% de economia quando comparado ao executado em estaca escavada. Deve-se notar que a escolha da fundação depende de vários fatores, logo essa análise deve tomar uma proporção maior, analisando os fatores de uma maneira generalizada, observando cada situação como um todo. Para exemplificar melhor essa situação, podemos perceber a necessidade de analisarmos outros casos, como a possível exclusão de utilização das fôrmas para os blocos de coroamento utilizados nas estacas, levando em consideração casos onde o próprio terreno sirva de fôrma para tal situação, reduzindo consideravelmente o custo de execução de estacas.

Existem várias situações que podem ou não influenciar na escolha da fundação, alterando assim valores de custos, bem como afetando na segurança estrutural, como no caso de solos de diversas características. No geral temos um exemplo de edificação de médio porte em um determinado terreno propício a execução de estaca ou tubulão, porém deve-se tomar como importante esse estudo prévio para que possa haver esse entendimento de cada situação e conseqüentemente um bom gerenciamento de projeto a fim de possuir conclusões satisfatórias e exclusivas para tais situações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTES E OBRAS – AGETOP. Tabela de Preços: Tabela 112 – Custos de Obras Civis – Setembro/2014 – Onerada. Goiás, 2014. Disponível em: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-09/tabela-112-custos-de-obras-civis-setembro_2014---onerada.pdf Acesso em: 03/10/2014.

CAMPOS, Marco Túlio Pereira de. Fundações. Notas de aula (Departamento de Engenharia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC-GO, Goiânia, 2012.

CASTRO, Gledson Diórgenes Santos. Estudo comparativo entre métodos de cálculo de tensões admissíveis para sapatas apoiadas em solo superficial da cidade de Feira de Santana. 2008. 95 f. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008. Disponível em: <http://civil.uefs.br/DOCUMENTOS/GLEDSON%20DI%20C3%93RGENES%20SANTOS%20CASTRO.pdf>. > Acesso em: 12/05/2014.

NÁPOLES NETO, A.D.F. História das fundações: uma breve história das fundações. In: HACHICH, W. et al. (Org.). Fundações: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Pini, 1998. p. 17-33.

QUARESMA, A.R. et al. Investigações geotécnicas. In: HACHICH, W. et al. (Org.). Fundações: teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Pini, 1998. p. 119-162.

VARGAS, M. História das fundações: história da engenharia de fundações no Brasil. In: HACHICH, W. et al. (Org.). Fundações: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Pini, 1998. p. 34-50.

VELLOSO, D. A.; LOPES, F. R.. Fundações: critérios de projeto, investigação do subsolo, fundações superficiais. 2. ed. São Paulo: Oficina de textos, 2011.

ANÁLISE DA PORTARIA 1129/17 À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL E INTERNO

Sara Moraes Vieira
Maxilene Soares Corrêa

INTRODUÇÃO

A história da humanidade é marcada por torturas, abusos e escravidão. No entanto, essa história ainda se alastra no presente em muitos momentos. Principalmente quando se refere à escravidão. Ou seja, a abolição da escravatura ocorreu há mais de um século, mas, sua prática persiste ainda hoje.

No mês de outubro de 2017, o Ministério do Trabalho divulgou a portaria 1129/17. Mas, o Brasil já possuía leis internas e documentos assinados internacionalmente que disciplinam sobre o trabalho escravo.

Assim, a nova portaria colidiu com as normas preexistentes, pois, a mesma reduziu drasticamente o sentido de trabalho escravo, antes caracterizado de maneira mais ampla.

Neste viés, o estudo da portaria é importante para que seja demonstrado como ela é contraditória em relação a mecanismos já adotados. Ou seja, sua efetivação seria uma ameaça a conquistas alcançadas junto deste tema.

Portanto, este trabalho tem o objetivo de analisar a colisão entre a portaria mencionada e as normas já existentes. Além, de demonstrar como ela limitará as funções dos fiscais do trabalho e ainda como poderá beneficiar os empregadores que cometem a escravidão.

MATERIAL E MÉTODOS

O método comparativo (da portaria com a legislação nacional e internacional) pautou esse escrito. Para sua realização foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Serviram ainda como importantes fontes de pesquisa os Decretos, Declarações, Convenções e notícias. O uso da ADPF 489, que teve como relatora a Ministra Rosa Weber, foi importante para reforçar a racionalidade dos argumentos utilizados. Logo, o presente trabalho aplicou bases legislativas e convenções internacionais de modo a realizar uma análise crítica do nosso objeto de estudo, qual seja, a portaria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho escravo é uma afronta à dignidade da pessoa humana, pois, na maioria dos casos, sujeita o trabalhador a alojamentos precários, à falta de assistência médica, péssima alimentação, maus-tratos, violência, falta de saneamento básico e água potável.

Existindo também a retenção do salário, com a promessa que o trabalhador receberá apenas no final da empreita, isolando-o geograficamente e retendo seus documentos pessoais. Todos esses elementos fazem o trabalhador submisso as vozes do patrão. Além do mínimo que é pago, o trabalhador, quase sempre, tem que pagar pelo uso das ferramentas e pela “alimentação”, restando, apenas dívidas e não se adquirindo nada.

Antagonicamente ao intuito de melhorar a fiscalização, no dia 13 de outubro de 2017 o Ministério do Trabalho Brasileiro publicou uma portaria acerca do trabalho escravo. Tal procedimento veio a limitar e restringir o que é trabalho escravo, além de modificar as formas de fiscalizar e divulgar a lista dos empregadores que cometem esse crime contra a dignidade humana, chamada de “lista suja”.

Percebe-se que tal mecanismo foi elaborado sem as devidas consonâncias legais, tanto no âmbito do direito interno e internacional. Não se levou em consideração, as convenções internacionais que o país é signatário, tão pouco o Código Penal.

A portaria foi alvo de muitas críticas, sendo que até a (OIT) ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO pronunciou que ela é uma afronta a uma trajetória de combate a escravidão brasileira. Sendo que, limitaria a atuação da fiscalização do trabalho, tornando mais fácil o crime e sua ocultação.

Atualmente, o Art. 149 do CP considera como trabalho escravo a sujeição dos trabalhadores a condições degradantes que tragam perigos a saúde ou a vida. Além, de elencar como caracterização da escravidão, as jornadas exaustivas, o trabalho forçado e a servidão por dívida.

Contraditoriamente com diversos dispositivos legais, a portaria veio a reduzir o trabalho escravo apenas a situações que cerceiem a liberdade do trabalhador de ir ou vir. Ou seja, simplesmente considerando como crime, a “vigília e guarda feita por seguranças armados” ou reter indevidamente os documentos pessoais dos trabalhadores.

Porém, contraditoriamente ao novo dispositivo analisado, deve ser levado em consideração que submeter alguém à escravidão não é apenas cercear a sua liberdade, mas também, submeter à condições de trabalho degradantes que, acabam dizimando a dignidade da pessoa humana.

Paradoxalmente, passado 130 anos da promulgação da Lei Áurea, o Brasil ainda continua tendo o trabalho escravo. Ou seja, os escravos deveriam ter sido livres de seus senhores, dos castigos, das chibatadas e dos troncos. Mas, ainda hoje continuam aprisionados em fazendas, empresas e até em matas. Caracterizada pela chamada escravidão moderna que é uma adaptação às necessidades de produção atual.

Cumprindo salientar que nesse meio tempo, após a Lei Áurea, surgiram diversos tratados e leis que disciplinam internacionalmente o assunto. Pode-se destacar a promulgação da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 que proibiu expressamente a escravidão em seus artigos:

Art. 4 Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.

Art. 5 Ninguém será submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

O Brasil adotou ainda as Convenções da OIT n. 29 e 105 respectivamente em 1957 e 1966. A convenção de número 29 tem por nome Convenção sobre o trabalho forçado ou obrigatório. E designa:

Art. 1. Todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho que ratificam a presente convenção se obrigam a suprimir o emprego do trabalho forçado ou obrigatório sob todas as suas formas no mais curto prazo possível. (Grifo nosso).

Já a 105 é a Convenção sobre abolição do trabalho forçado. Sucintamente, elas disciplinam a obrigatoriedade de acabar com o trabalho escravo entre os Países aderentes, no menor lapso de tempo. Elas ainda alegam que os Países deverão impor sanções penais aos transgressores e deverão assegurar a aplicação da norma.

Em 1992 o Brasil também ratificou o Pacto de São José da Costa Rica e em 1999 suplementou com o Protocolo de São Salvador. De modo conciso, disciplinam que a Dignidade da Pessoa Humana é um valor supremo, tendo o Estado à obrigação de assegurá-la, além de incentivar o trabalho digno e justo.

Assim, as políticas contrárias ao trabalho escravo estão sendo inviabilizadas com esta portaria. Pois, este ato normativo restringe o conceito de redução à condição análoga a de escravo. Podendo ainda, gerar confusão burocrática em relação à fiscalização e os meios de reprimir o trabalho escravo, dificultando a missão dos auditores fiscais. Além, da possível concessão de anistia aos empregadores por ato já irrecorrível.

O sentido e as restrições que a portaria aponta, atrapalharão as formas de prevenção e combate ao trabalho escravo das seguintes formas: repressiva (ao dificultar a punição) e pedagógico-preventiva (ao trazer mecanismos que incentivarão os empregadores a achar que o trabalho escravo é vantajoso para eles).

Ou seja, a portaria é uma afronta à base legal internacional e interna e também contraria a dignidade da pessoa humana. Tanto é, que a Ministra do STF Rosa Weber, foi a Relatora ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) de n. 489. Deferindo o pedido de liminar para a suspensão da Portaria do Ministério do Trabalho de n. 1129, de 13.10.2017. Afim de, preservar a higidez da ordem constitucional.

Logo, o trabalho escravo pode gerar o sofrimento e a desumanidade na vida de muitas pessoas, por outro lado, causa o enriquecimento ilícito de alguns. Pensando nisso, restringir o sentido de trabalho escravo, objetivo da portaria supramencionada, não seria um avanço social e político, mas, um grande retrocesso histórico.

CONCLUSÕES

Percebe-se que a portaria 1129/17 veio a reduzir drasticamente o sentido de trabalho escravo, limitando a forma de fiscalizar e punir os empregadores que subordinam os trabalhadores a tal condição.

Logo, o Brasil é signatário de diversos tratados internacionais que versam sobre trabalho escravo e ainda no Código Penal em seu artigo 149, disciplina de forma mais ampla as formas desse crime.

Houve a preferência aos interesses dos empregadores que se beneficiam com tal prática em detrimentos dos direitos históricos dos trabalhadores, alcançados com muita luta, dor e sofrimento.

Portanto, retirar essa garantia do trabalhador é o mesmo que retroceder. Pois, o trabalho escravo ainda continua existindo e a restrição de sentido em sua significação, favoreceria ainda mais a impunidade e a coisificação de humanos em prol do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Código Penal. Vade Mecum Saraiva. Ed. Saraiva, 2017.

BRASIL. Decreto n. 678, de 6 de novembro de 1992. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm>. Acesso em 26/10/2017.

BRASIL. Decreto n. 3.321, de 30 de dezembro de 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3321.htm>. Acesso em 26/10/2017.

Carta Capital, Rosa Weber, do STF, suspende portaria do trabalho escravo. Disponível em:< <https://www.cartacapital.com.br/politica/rosa-weber-do-stf-suspende-portaria-do-trabalho-escravo>>. Acesso em: 26/10/2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração universal dos direitos humanos. Disponível em <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. acesso em: 26/10/2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção n. 29.<<http://www.gddc.pt/direitoshumanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/etfps-conv-29.html>>. Acesso em 26/10/2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção n. 105. Disponível em <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/etfps-conv-105.html>>. Acesso em 26/10/2017.

RODRIGUES, Alex. OIT: mudança de regra do combate do trabalho escravo pode provocar retrocessos. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-10/oit-mudanca-de-regra-no-combate-ao-trabalho-escravo-pode-provocar>>. Acesso em: 25/10/2017.

Análise do Diagnóstico (2014) da situação do adolescente em Anápolis.

Marcos Antônio de Carvalho Rosa

Eder Mendes de Paula

Agnês Raquel Camisão

Maísa França Teixeira

Myriam Christina Alves Rodrigues

Aquila Raimundo Pinheiro Lima

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo apresentar uma análise do documento denominado Diagnóstico (2014) elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do município de Anápolis (SMDS) em parceria com Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes do município de Anápolis (CMDCA), Fundação Evangélica (FUNEV) e Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente (PPSTMA) – Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA. Este documento apresenta –se como um diagnóstico sobre a situação de adolescentes e crianças residentes no município de Anápolis, com o propósito de, posteriormente, embasar políticas públicas municipais para os mesmos. Este será doravante denominado Diagnóstico (2014).

A relevância deste estudo se comprova pelos índices alarmantes que serão apresentados envolvendo infrações, utilização de armas de fogo, tráfico de drogas, temas que assombram a sociedade brasileira e em particular anapolina na atualidade. Outros pontos relevantes pesquisados dizem respeito a conhecidas mazelas sociais, como a evasão escolar, a ausência ou ineficácia de políticas públicas e o direito à cidadania sendo usurpado por processos sociais perversos.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa consistiu-se discutir a situação do adolescente em Anápolis-GO, realizando uma análise sobre a eficácia das políticas públicas de atendimento e atenção ao adolescente no município, a negação do espaço enquanto palco da cidadania, a comparação de dados dos cenários nacional e local, relacionados ao adolescente em geral.

Os objetivos específicos consistiram em apontar pontos relevantes sobre a adolescência e suas principais características e comparar dados de agências nacionais sobre adolescência no Brasil e em Anápolis-GO, analisando tópicos sobre questões do cotidiano.

MATERIAL E MÉTODOS

Pesquisa científica padrão utilizando método documental, tendo como documento o Diagnóstico gerado pelo convênio entre Secretaria de Desenvolvimento Social do

município de Anápolis e UniEvangélica- Centro Universitário de Anápolis no ano de 2014, analisando os dados encontrados à luz da literatura vigente relacionada ao tema. Parte-se de uma epistemologia quantitativa e qualitativa onde os elementos apontados no Diagnóstico passam por análise seguindo os nortes da política pública estabelecida e fazendo reflexão teórico-metodológica amparada na perspectiva da Psicologia Histórico Cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabe-se que a Organização Mundial de Saúde considera adolescente o ser humano pertencente a faixa etária entre 10 e 19 anos e juventude entre 15 e 24 anos. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, considera adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos.

As iniciativas de intervenção para este público-alvo precisam ser apontadas, pois refletem ações que tendem a evitar o crescimento de adolescentes em conflito com a lei. Essa reflexão é possível quando é percebido que a maioria dos adolescentes em privação de liberdade no Brasil, pertence às classes empobrecidas.

As políticas públicas de atenção ao adolescente no município de Anápolis-GO estão distribuídas pelo espaço do município, atendendo regiões e bairros periféricos, espaços de moradia popular, centro urbano, aglomerados de bairros populosos, nestes locais encontram-se os adolescentes das classes empobrecidas. Se estes acessam os direitos fundamentais através da consolidação de políticas públicas tenderão a evitar entrar em conflito com a lei.

As ações governamentais precisam acontecer no domínio social de forma a transformar o espaço, esse que se coloca como lócus de reprodução das relações sociais. O espaço mostra-se palco das transformações, dos avanços, das liberdades, mas também das negações, desigualdades, da alienação e distribuição espacial da pobreza.

Os jovens entre 12 e 18 anos incompletos representando 11% da população no Brasil. Os dados do IPEA 2015 apontam que no Brasil existem aproximadamente 21,1 milhões de jovens nesta faixa etária específica. Em comparação, os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil afirmam que Anápolis possui 8,73% de adolescentes, totalizando aproximadamente 25 mil habitantes.

Quando se apresenta o número de jovens brasileiros que sofreram algum tipo de agressão no ano de 2009, sendo que 2% da população compreendida entre a faixa etária de 12 a 17 anos pertence a essa estatística, refere-se o dado a milhares de brasileiros. Se a composição deste grupo é de 60% de negros e 40% de brancos, pode-se inferir que fatos históricos do Brasil tem parte desse resultado em seu bojo, como a vulnerabilidade de negros estar ligada a situação de pobreza que se iniciou no Brasil com a chegada dos escravos e se estendeu após a Lei Áurea, que os tornou livres, porém sem acesso à qualquer direito. Os pretos e pardos, auto declarados formavam 60% dos jovens brasileiros com idade entre 12 e 18 anos incompletos em 2013.

Há que se questionar por que os negros são a maioria dos jovens agredidos. No Brasil, as mortes por arma de fogo no Brasil em 2013, atingiram negros numa taxa 133% maior que dos brancos. Pode-se apontar investimentos em políticas públicas como o Juventude Viva e outros programas que tem como foco reduzir a violência contra jovens negros principalmente nas periferias urbanas dos grandes centros.

As ações derivadas de políticas públicas municipais voltadas para desenvolvimento social tem atendido grande parte do público residente nos espaços periféricos no município através dos programas CRAS, CREAS, CAPSI, entre outros conforme dados levantados, atendido vítimas e agressores.

Um fator que sempre está presente nos estudos sobre agressores e vítimas é vínculo parental, os dados nacionais tem apontado que quase 57% das agressões são cometidas por pessoas conhecidas das vítimas, podendo ser parentes, vizinhos, amigos, geralmente pessoas que freqüentam sua residência.

A quantidade de jovens agredidos que procura a polícia tem como variável a confiança ou não nas autoridades policiais. O estigma da periferia e a chamada discriminação por endereço terminam confundir vítimas e autores num grande emaranhado de vulnerabilidades sociais.

Quando se analisa a evolução de matrículas de jovens no ensino superior público entre os anos de 2001 e 2013, pode-se identificar um acréscimo no acesso, porém ainda se precisa consolidar meios que garantam permanência, moradia e condições de frequência aos alunos. As políticas públicas federais que culminaram no REUNI nas universidades federais foram as principais responsáveis por esse aumento nas matrículas.

Os dados da Nota Técnica do IPEA afirmam que os jovens na faixa etária entre 12 e 18 anos incompletos do sexo masculino são maioria da população. Indicam ainda que 80% dos jovens brasileiros da faixa etária pesquisada em 2013 habitavam o espaço urbano. O geógrafo Milton Santos (1987) afirma que a cidade cria condições de empobrecimento através da negação da cidadania. Esse grupo populacional preenche essa colocação.

Quando se discute escolaridade percebe-se que a maior parte dos jovens estava cursando o ensino médio regular em 2013, porém 33%, ou seja, um terço dessa faixa etária ainda não terminou o ensino fundamental. Esses dados podem ser cruzados com a inserção no mercado de trabalho informal e do subemprego apontados nos dados do IPEA, nas entrevistas com os adolescentes e nas políticas públicas de qualificação profissional buscando o resgate e inserção destes jovens no mercado formal.

Na relação deste mesmo público na questão da permanência na escola e do trabalho pode-se aferir que a maioria estuda e trabalha, porém o número de jovens fora dos bancos escolares é grande, cerca de um milhão, sem freqüentar trabalho ou escola. O número de jovens que não estudam e não trabalham é maior entre os negros que entre brancos, em mulheres que entre homens e entre pobres que entre ricos.

Os jovens que somente trabalham tem percentual do sexo masculino maior que o feminino, ao contrário dos jovens que não estudam e não trabalham. O índice de negros é alto, alcançando 61,46% e de pobres se encontrava em 63,68%. Quando se discute o valor médio salarial dos adolescentes com 15 de idade que trabalhavam em 2013 pode-se concluir que grande parte recebia até um salário mínimo, ou seja, a maioria trabalhava em subempregos, mercado informal ou até em situações de exploração de mão-de-obra, sem direitos trabalhistas ou garantias legais.

CONCLUSÕES

Pode-se concluir que o adolescente no município de Anápolis ainda carece de políticas públicas efetivas, que possam garantir direitos humanos, saúde, educação e proteção integral. Assim, desponta a necessidade iminente de indicar estratégias e possibilidades de diálogo para a crescente margem de adolescentes em conflito com a lei (JORGE, GOTLIEB & LAURENTI, 2002). O dado inclui crianças, pois estas à curto prazo serão adolescentes, e o resultado do impacto das políticas públicas as alcança.

A realização desta pesquisa permite a compreensão das políticas públicas de atenção ao adolescente em situação de conflito com a lei e responde ao questionamento inicial sobre sua situação: O adolescente em conflito com a lei no município de Anápolis vem de famílias empobrecidas, em sua maioria com ausência de figura parental paterna, sofreram algum tipo de violência durante a infância ou adolescência. Foram submetidos ao trabalho para complementar o orçamento doméstico. Aparentemente são religiosas e possuem poucos conhecimentos sobre percepção de política partidária, enfrentam defasagem de série escolar, tem como delitos mais comuns furto, tráfico de drogas e roubo. A percepção da maioria dos entrevistados foi de que o mundo é perigoso e desejam ser felizes no futuro, segundo seus depoimentos. Esta é a situação do adolescente em conflito com a lei no município de Anápolis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico de 2010: Aglomerados subnormais. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Aglomerados_subnormais/Agglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais.pdf. Acesso em janeiro 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Divulga os Resultados da Coleta do Censo 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/n>. Acesso em 19 dezembro 2010.



JORGE, M. H. P. M. GOTLIED, S. L. D. LAURENTI, R. Crianças, adolescentes e jovens do Brasil no fim do século XX. In: WESTPHAL, M.F. (org.), Violência e criança. São Paulo. Edusp, 2002. p. 47–72.

SANTOS, M. A. C. Por uma nova Geografia. Nova São Paulo, HUCITEC.1978

Análise do Ministério Público como quarto poder no cenário constituente brasileiro

Luana Santos Ferreira

Áquila Raimundo Pinheiro

Paulo Ricardo Figueredo Lima

Keren Morais de Brito

Larissa Dantas Cunha

INTRODUÇÃO

A realização deste trabalho pauta-se na análise da figura do Ministério Público (MP) na esfera constitucional brasileira, de modo a observar se sua unidade, competência, indivisibilidade e independência funcional são capazes de lhe conferir o título de quarto poder brasileiro.

A partir de um exame pormenorizado da atual conjuntura constitucional brasileira, observa-se que, atrelado aos três poderes já devidamente consolidados no texto constitucional (Executivo, Legislativo e Judiciário) encontra-se um quarto poder exercido pelo Ministério Público, que teve início muito antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88).

No Brasil, no ano de 1824, o quarto poder, denominado poder moderador, foi instituído no seio da Constituição daquela época, derivado dos interesses pessoais de Dom Pedro I, que através disso, legitimava seu controle absoluto sobre os demais poderes e o novo modelo de Estado, originando um “indisfarçável absolutismo.” (LOPES, 2012)

A origem do Ministério Público brasileiro remonta desde o período do Império, quando em 1824, foi declarada a sua primeira Constituição, que fazia referência aos procuradores da coroa, cujo papel desempenhado era similar ao do Promotor ou Procurador, todavia, este defendia exclusivamente o interesse do monarca. Diante disso, não havia qualquer tipo de independência entre os procuradores, uma vez que era vedado contrariar os interesses do monarca.

No decorrer da história, o MP foi paulatinamente ganhando forças, ao passo que a Constituição de 1934 trouxe um capítulo específico para a instituição, trazendo garantias aos seus membros. Apesar de ter sofrido um enorme retrocesso durante a vigência da Constituição de 1937, a Carta magna de 1946 foi um marco para a instituição como aponta (SAUWEN FILHO, 1999, p. 148) “O advento da Constituição Federal de 1946 viria a consolidar a independência do parquet, em relação aos demais órgãos governamentais, apartando-o da esfera de abrangência de qualquer dos poderes do Estado”.

Apesar das Cartas Constitucionais dos anos de 1967 e 1969 trazerem conquistas ao órgão ministerial, o momento histórico era conturbado. Para Rangel (2001), a situação jurídica na época era repleta de insegurança de modo que a sociedade não tinha garantia

de uma atuação imparcial, funcionalmente independente e protetora dos interesses da sociedade. O Estado estava sob regime ditatorial, o que impossibilitava o Ministério Público ou qualquer outra instituição de agir livremente durante os 21 anos de ditadura militar.

Com a queda do governo comandado pelas forças armadas, a nação respirava novos ares, ansiosos por liberdade e independência, e o parquet não poderia deixar de ganhar um local de destaque nessa nova nação, uma vez que, por tradição, o Ministério Público atua como Ombudsman defendendo os direitos dos cidadãos. Na Constituição promulgada em 1988 a instituição ganhou posição de destaque, como demonstra Garcia:

A Constituição de 1988 ampliou sensivelmente as funções do Ministério Público. O Brasil respirava finalmente os ares de democracia, após duas décadas de ditadura militar, e o constituinte brasileiro concebeu um Ministério Público que aglutinava em si toda a aspiração das novas ordens jurídicas e sociais. Com efeito, nota-se a intenção do constituinte de consagrar o Ministério Público como um órgão independente e aliado da sociedade brasileira. (GARCIA, 2012, p. 140)

A Lex Mater de 1988 trouxe uma transformação nas funções da instituição, fazendo dela uma garantia geral da ordem jurídica, incumbindo-lhe defesa do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, gozando de total independência orgânica, administrativa e funcional dos três poderes. Todas essas inovações transformaram o Parquet em um verdadeiro defensor da sociedade, no campo penal sendo exclusiva sua titularidade da ação penal pública tanto quanto no campo civil fiscalizando os três poderes, acima de tudo.

Na constituição de 1967, o MP era parte integrante do poder judiciário, sendo movido à composição do poder executivo no ano de 1969. A partir da CF/88, o MP teve sua independência e autonomia garantidas para que possa atuar como fiscal da ordem jurídica, assegurando a defesa do interesse público e os sociais indisponíveis. (LEMOS, 2015, online)

Passados quase trinta anos da promulgação da atual carta constituinte brasileira, muito se discute sobre o papel que esta atribuiu ao Ministério Público, no que tange a sua configuração como um quarto poder ou apenas um órgão dotado de autonomia, mas subordinado aos demais poderes. Neste sentido se dará a reflexão objeto desta pesquisa.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente resumo tem como tema o Ministério Público e como título Análise do Ministério Público como quarto poder, envolvendo como base de pesquisa, disciplinas como Direito Constitucional, Direito Penal, Processual Penal, Direito Civil, Direito Processual Civil e PEC 37/2011.

O resumo adotou a pesquisa qualitativa, tendo em vista que o principal foco são os fatos, não requerendo uso de métodos ou estatísticas. O baluarte da pesquisa é composto por estudos em doutrina, artigos, leis e códigos, tendo caráter exploratório, objetivando

como finalidade um debate mais amplo sobre o tema, uma vez que esta em evidência devido as recentes polêmicas envolvendo o órgão.

O método deste trabalho foi baseado em pesquisa bibliográfica, pautada em materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses, pesquisa histórica, além da utilização do método dedutivo, notadamente na análise da questão apresentada a partir de leis gerais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Montesquieu, ao desenvolver a tripartição dos poderes, traçou a existência de três poderes independentes e iguais, mas com a possibilidade de um poder frear a atuação do outro, de modo a evitar abusos, consolidando o sistema de checks and balances. Nesse sentido, têm-se os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que, obrigatoriamente, devem ser independentes e exercidos por pessoas diferentes, de modo a assegurar seu efetivo funcionamento. (DINIZ, 2007, online)

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, observa-se uma crescente abrangência nas áreas de competência para atuação do Ministério Público. As denominadas cláusulas pétreas estão elencadas no artigo 60, § 4º da CF/88, trazendo expressa vedação a qualquer tipo de emenda que tenha como finalidade abolir a “forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais.”

Não obstante, cabe ao órgão ministerial a defesa do regime democrático, da ordem jurídica e dos direitos sócias e individuais indisponíveis. Nesse sentido, fazendo uso de uma hermenêutica baseada na analogia, infere-se que qualquer ato atentatório à modificação dessa competência, fere diretamente ao instituído no artigo supramencionado, elevando o MP ao nível de cláusula pétrea da CF/88. Nesse sentido afirma Diniz, 2007, online

É indiscutível que o papel do Ministério Público resta diretamente umbicado às novas diretrizes postas do Direito Social, na proporção em que o fundamento lógico da intervenção do parquet no ordenamento jurídico é o de que ele é defensor precípua e inexpugnável dos interesses transindividuais ou metaindividuais (difusos, coletivos, ou individuais homogêneos). Age ele como fiscalizador da observância de um equilíbrio material, fático, concreto entre os cidadãos, pressuposto informador das normas jurídicas do Direito Social.

Um dos princípios norteadores da atuação do MP é o da independência funcional, o qual garante que o órgão ministerial seja independente no exercício de suas atribuições, não se sujeitando às ordens de nenhum dos demais poderes. A hierarquia na qual se concebe o MP na CF/88 só se restringe ao sentido administrativo, pela chefia do Procurador-Geral da instituição, não abrangendo o âmbito funcional. (AMARAL, 2005)

É importante ressaltar que por se tratar de guardião da lei e da ordem jurídica, defensor dos direitos sociais e individuais indisponíveis, e, ainda, possuir qualidade de

instituição permanente, o MP é protegido à sofrer injunções de qualquer natureza, independente se estas são de ordem política, econômica ou processual. Desta maneira, o poder constituinte originário atribuiu à este órgão as garantias hábeis a lhe proporcionar o pleno e independente exercício de suas atribuições, de tal forma que tipificou-se como crime de responsabilidade, segundo o artigo 85, II, CF/88, a prática de atos atentatórios ao livre exercício do Ministério Público.

Parte da doutrina jurídica não concebe a ideia de que o Ministério Público seja um dos poderes do Estado, mormente por sua ausência no artigo 2º da CF/88 que trata especificamente sobre os poderes da União, citando apenas o Legislativo, Executivo e o Judiciário. Soma-se a isso o fato de este órgão não possuir autoridade decisória, característica inerente aos demais poderes. (SILVA, 2017, online)

É cediço que o Capítulo III do Texto Constitucional é dedicado ao Poder Judiciário. Todavia, apesar de estar presente neste dispositivo, o MP não integra a estrutura organizacional deste poder, assumindo sua independência e autonomia.

O artigo 129 da CF/88 elenca as funções institucionais do Ministério Público, estando entre elas, a promoção da ação penal pública; promover inquérito civil e ação civil pública; defender os direitos e interesses das populações indígenas, dentre outras. Em apartada análise, nota-se que a autonomia conferida a esta instituição lhe garante uma abrangência cada vez maior para sua atuação, que não mais se restringe apenas à propositura de ação penal, mas abarca as fases pré-processuais de investigação e fiscalização dos poderes do Estado democrático de Direito.

Levando em consideração o crescimento exponencial do parquet, surge uma nova preocupação entre os juristas, baseada na delimitação de até que ponto tamanha independência deste órgão pode ser benéfica para sociedade, notadamente por se tratar de uma instituição completamente independente, com alto poder, mas que carece de fiscalização, uma vez que goza de independência funcional.

A principal crítica, segundo Kerche (2016), está em contar-se com um corpo de promotores com alta institucionalidade e autonomia atuando de maneira pouco previsível e não uniforme. Isso causa conflitos, uma vez que o procurador geral tem poucos instrumentos para incentivar comportamentos compatíveis.

Analisando a realidade fática, nota-se que dada a ampla liberdade de atuação concedida ao MP, tem-se promotores extremamente engajados em uma determinada área, como a ambiental, por exemplo, e em outro município há promotores mais burocráticos, não combativos e atuantes na área. O que se percebe é que nem sempre a área que o representante ministerial se engaja é a aquela de anseio da sociedade, o que leva a um entrave, mormente no que tange ao fato de se instituir um modelo institucional baseado ao acaso. (KERCHE, 2016)

Nosso sistema de parquet é inegavelmente único, e atua com características de um quarto poder. É importante observar um meio de regular esse poder, se for o caso, regulamentar em forma de emenda constitucional, por mais que o MP como instituição

haja de forma bem intencionada. Todo poder precisa de restrições, como cita Montesquieu (1748) até a virtude precisa de limites.

Diante de todo o exposto, observa-se que

O Ministério Público se apresenta como uma figura de um verdadeiro Poder do Estado. Se Montesquieu tivesse escrito hoje o “Espírito das Leis”, com segurança não havia sido tríplice se não quádrupla a divisão dos Poderes. Um órgão que legisla, um que executa, um que julga, devendo existir, também, um que defenda a sociedade e a lei ante a Justiça parta a ofensa de onde partir, é dizer, dos indivíduos ou dos próprios Poderes do Estado”. (VALLADÃO, 1973, p. 25 apud LEMOS, 2015, online)

CONCLUSÕES

A partir do exame da evolução histórica, observa-se a inenarrável importância do órgão ministerial na contemporaneidade e, os estudos, apontam indubitavelmente, a carta de 1988 como aquela que mais se preocupou em definir minuciosamente esta instituição, fixando suas garantias e vedações (artigos 127 e 128), sua organização nos patamares federal e estadual, além de delimitar especificamente as funções do parquet (artigo 129).

Da análise do status assumido atualmente pela instituição denominada Ministério Público, infere-se que este pode ser considerado um quarto poder que, por se tratar de uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, não pode ser extinto pelo poder constituinte derivado, notadamente por se tratar de um dos órgãos indispensáveis à manifestação da soberania do Estado e incumbido de defender a ordem jurídica. (AMARAL, 2005)

Por se tratar de um órgão independente dos outros poderes do Estado brasileiro e por seu caráter fiscalizador, é vedada a extinção ou o repasse das funções do MP para qualquer outro tipo de instituição. A Carta Magna, em seu artigo 127, § 1º e 2º, assevera expressamente que este órgão seja indivisível, tenha autonomia institucional e para exercer suas funções, além de independência financeira e administrativa.

É indiscutível que o Ministério Público é imprescindível para organização e funcionamento do Estado, notadamente por se tratar de uma instituição oficial, autônoma e independente cuja função é defender a ordem jurídica, o regime democrático, os direitos sociais, os interesses individuais indisponíveis, bem como assegurar a observância das leis e da Constituição. (POLI, online)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Luiza Lima Loureiro do. O poder de investigação do Ministério Público: a atuação do Ministério Público do Trabalho no Pará. Dissertação de Mestrado. Universidade da Amazônia. 146 p. 2005. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp104431.pdf>>. Acesso em: 20/10/2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 24/10/2017.

DINIZ, Janguê. Ministério Público: quarto poder? Folha de Pernambuco. Artigo de opinião, 2007. Disponível em: <<http://www.blogdojanguie.com.br/ministerio-publico-quarto-poder/>>. Acesso em: 27/10/2017.

LEMOS, Marcelle. O quarto poder: o Ministério Público e o Poder Moderador do Imperador. Jusbrasil. 2015. Disponível em: <<https://marcellelemos.jusbrasil.com.br/artigos/296255802/o-quarto-poder-o-ministerio-publico-e-o-poder-moderador-do-imperador>>. Acesso em: 25/10/2017.

LOPES, João. O Ministério Público e o Quarto Poder. Conteúdo Jurídico, Brasília/DF. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.41455&seo=1>>. Acesso em: 28/10/2017.

MILENA, Lilian. Existe quarto poder no Brasil, e se chama Ministério Público. Jornal GGN. 2016. Disponível em: <<https://jornalgnn.com.br/noticia/existe-quarto-poder-no-brasil-e-se-chama-ministerio-publico>>. Acesso em: 24/10/2017.

POLI, Mariana dos Reis André Cruz. A evolução histórica do Ministério Público e as Constituições Brasileiras: aspectos relevantes. Revista Âmbito Jurídico. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7977>. Acesso em: 28/10/2017.

RANGEL, Paulo. Investigação criminal direta pelo Ministério Público. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009

SECONDAT, Charles-Louis de. O espírito das leis. ed.1993. São Paulo: Martins Fontes. 1758.

SILVA, Darlan Andrade da. O Ministério Público é o quarto poder? Jusbrasil. 2017. Disponível em: <<https://darlanandradesilva.jusbrasil.com.br/noticias/447303245/o-ministerio-publico-e-um-quarto-poder>>. Acesso em: 20/10/2017.

ANÁLISE ESPECÍFICA DO INSTITUTO AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Bruna Camila da Silva

Maxilene Soares Corrêa

Cristiane Ingrid de Souza Bonfim

Fernanda Heloisa Macedo Soares

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por finalidade justificar a empregabilidade da audiência de custódia no processo penal brasileiro. Tal instituto, previsto na convenção americana de direitos humanos (Pacto São Jose da Costa Rica) estipula em seu artigo 7.5 que todo preso deve ser encaminhado a autoridade judicial em tempo hábil após sua prisão. Ou seja, após a prisão de qualquer cidadão este tem direito de ser apresentado a um juiz sem demora.

No Brasil, tal instituto não fora utilizado durante longos anos e só em 2015 é que começou a ser empregado nos tribunais de São Paulo. A CADH fora ratificada pelo nosso país em 1992, entretanto sua empregabilidade não se efetivou de imediato, neste interim, o sistema judiciário se encarregou de encarcerar pessoas em uma quantidade alarmante “607.731, segundo o último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen” publicado pelo Ministério da Justiça em junho de 2015.

Alcançamos a quarta posição entre os países com maior número de pessoas presas, mesmo com a ideia de que o Brasil é o país da impunidade, esses números não param de se elevar. Ocorre que, com essa demanda o sistema prisional se encontra a beira da falência, não há lugar para os que já estão presos e a acomodação de novos detidos se tornou praticamente impossível.

Com esta deficiência estrutural o nosso Estado se vê obrigado a buscar meios de soltar presidiários, pois construir novos edifícios capazes de atender a demanda custa muito aos cofres públicos, eis que surge a audiência de custódia que a princípio pode ser considerada apenas como medida de contenção do fluxo prisional, mas com a empregabilidade adequada pode se tornar a ferramenta fundamental de uma transformação cultural dos nossos tribunais, qual seja a cultura do encarceramento.

A audiência de custódia garante ao agente detido inúmeros preceitos humanistas e constitucionais, que serão elevados já no início dos atos processuais se o instituto em análise for instaurado de maneira eficiente pelos tribunais do país. Ademais, o contato entre magistrado e acusado tornará o processo mais humano, retirando dos atos jurisdicionais o ranço mecânico onde todas as algumas decisões são tomadas tendo como base documentos e não relatos.

A curto prazo podemos resolver, em parte, o problema da superlotação nos presídios, mas acredita-se que com o passar de alguns anos poderemos nos valer de outras maneiras de punição diversas da prisão.

O trabalho em questão tratará de assuntos relacionados as penalidades impostas pelas sociedades no decorrer do tempo, ou seja, a evolução histórica das penas. Tratará do tema da prisão, qual seja, o cerceamento da liberdade individual, imposta pelo Estado ao agente que comete atos contrários a lei, como objetivo de evidenciar as deficiências que tal instituto apresenta no contexto social e econômico na atualidade.

E aprofundará pormenorizadamente o estudo da audiência de custódia no nosso sistema processual e prisional, as vantagens oferecidas pela ferramenta, as dificuldades da sua empregabilidade nos tribunais, dos direitos fundamentais que serão elevados com a audiência de custódia, a necessidade do objeto para resolver mesmo que de forma parcial a questão da superlotação e a mudança cultural que tal mecanismo pode trazer aos tribunais brasileiros.

A presente pesquisa objetiva abarcar autores clássicos do direito processual e penal mesclando com doutrinadores atuais do mesmo campo de pesquisa, para se obter análise minuciosa e enriquecedora. Por fim, o projeto em tela tem por finalidade primária o conhecimento das matérias propostas para estudo, no intento de esclarecer e otimizar.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa a ser realizada neste trabalho pode ser classificada como aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática do conteúdo alvo de pesquisa ao passo que envolve a realidade de uma localidade específica, qual seja, o Brasil. Não é possível analisar o todo, mas as regras norteadoras, os conceitos e a evolução histórica será tratado, buscando justificar a necessidade da aplicação na região em epígrafe.

Pelo objeto, a análise se baseará por meio de pesquisas bibliográficas, de livros, artigos ou websites que tratam do tema de forma respeitosa. A investigação sobre o conteúdo se respaldará por meio de estudos anteriores já publicados e reconhecidos, ademais o uso de matérias legais também comporá a base do trabalho.

O método de pesquisa, será o dedutivo. Por esse método, somente a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro. O referente estudo busca a explicação do conteúdo em geral tirando assim conclusões particulares, baseia-se em conhecimentos já existentes para alcançar uma conclusão sobre o tema. Busca-se a clarificação acerca do conteúdo proposto, desvendando a generalidade e após chegar em uma conclusão específica.

Trata-se de pesquisa qualitativa que se preocupa em analisar e interpretar a pesquisa de maneira mais profunda as amostras são analisadas em seu conteúdo antropológico e não existe estruturação nos instrumentos de coletas, segundo Marconi e Lakatos (2011). Como dito a pesquisa será baseada em conteúdos já publicados desta forma a coleta se dá por dados secundários, que são informações já existentes que funcionaram como ponto de partida da pesquisa.

A abordagem se dará de maneira exploratória que busca o conhecimento do problema expondo o mesmo, envolvendo levantamento bibliográfico. É também pesquisa descritiva pois se atentará em descrever o instituto e os meios para alcançá-lo. Por fim

tem abordagem explicativa, pois identificará os fatores que envolvem o objeto de estudo adotando-se nesse aspecto o método observacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o informativo rede justiça criminal de janeiro de 2016 o Brasil ocupa a quarta posição no vergonhoso ranking dos países que mais encarceram no mundo. Entretanto, no Brasil, esse auto índice de encarceramento não surte os efeitos pretendidos, que seriam a redução da criminalidade. Segundo o último levantamento de informações penitenciárias –INFOPEN- o número de pessoas presas no Brasil no ano de 2015 era de 607.731, considerando que já se passou quase um ano do levantamento desses dados, a probabilidade de esse número ser maior não pode ser afastada.

Dentro desse contexto, o senado apresentou PLS 554/2011, que visa alterar o artigo 306, § 1º do Código de Processo Penal, determinando a apresentação do preso à autoridade judicial no prazo de 24 horas após a sua prisão em flagrante. A denominada audiência de custódia já constava como garantia prevista na Convenção Americana de Direitos Humanos. No entanto, sua utilização no Brasil não ocorria, pois, tratava-se tal audiência, equivocadamente, como ato sob a égide da reserva absoluta da jurisdição.

Sabendo que o Brasil é um país que encarcera exacerbadamente, encontramos em nossa atual conjuntura uma necessidade grandiosa de encontrar meios alternativos que venham a coibir as prisões desnecessárias. Sendo assim, a audiência de custódia seria esse mecanismo?

Tendo como conhecimento que em certas situações o acusado não oferece perigo à sociedade, por se tratar de um agente incidente em crimes simples, o emprego da audiência de custódia coíbe de forma relevante as prisões de agentes que podem aguardar o processo em liberdade?

A Constituição Federal elenca os direitos básicos de qualquer agente acusado por crimes, esses direitos devem ser respeitados e enaltecidos desde os primeiros atos processuais. Mesmo se tratando de prisões em flagrante com a realização de tal audiência estaria o Estado garantindo o princípio da legalidade e da ampla defesa de forma mais abrangente?

Desta feita, a audiência de custódia, que já poderia estar sendo empregada há vários anos, foi a maneira encontrada por nossos legisladores para frear o quantitativo de agentes encarcerados, levando em consideração que muitos presos sequer foram sentenciados. Os defensores da alteração do artigo 306, § 1º, CPP, argumentam que seria essa uma maneira, eficiente, de combater a superlotação carcerária, evitando concomitantemente a disseminação da tortura.

Almejam os países signatários dos tratados e convenções de direitos humanos e a própria ONU, que o preso seja levado perante alguém que tenha conhecimento jurídico, que possa conferir a legalidade da prisão em flagrante, bem como, resguardar a garantia fundamental da presunção de inocência e a possibilidade de responder o processo criminal

em liberdade. Este é justamente o intuito do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos em seus artigos 5º, § 2, e 9º, §§ 1º e 3º, em concordância com o artigo 7º item 5, da Convenção Americana de Direitos Humanos.

Através desses questionamentos seria possível, mesmo que de forma superficial, analisar a capacidade estrutural do Brasil em empregar a audiência de custódia de forma eficaz, agindo de maneira transformadora, inovando e melhorando a situação do sistema carcerário brasileiro, bem como, garantir de maneira mais forte os direitos individuais e humanos dos presos.

CONCLUSÕES

O presente trabalho demonstrou a importância da audiência de custódia para um efetivo controle jurisdicional, visto que tal instituto foi tratado no pacto de São José da Costa Rica, acordo este que o Brasil é signatário, porém não foi aplicado durante muitos anos e agora vem despontando em nossos tribunais.

Diante disso, é necessário fazer um estudo sobre a audiência de custódia apresentando sua efetiva utilidade para o processo penal brasileiro, além de abarcar o problema de superlotação dos presídios, visto que muitos encarcerados presos em flagrantes, estão à espera da audiência de instrução e julgamento que determina, por meio da sentença se o cárcere é o meio adequado para punição do crime cometido.

Ademais, muitos são os casos em que a prisão não se faz necessária, posto que, o acusado não oferece risco a sociedade e sua prisão, que ocorre de forma mecânica, poderia ser evitada destituindo o Estado das obrigações que o encarceramento traz.

O primeiro contato pessoal entre juiz e acusado ocorre meses após a prisão, ou seja, no dia da audiência de instrução e julgamento. O que se pode perceber é que a audiência de custódia vem surgindo de forma tímida em nosso Judiciário, porém doutrinadores e juristas já visualizam sua efetiva utilização como um benefício para o ordenamento jurídico brasileiro.

A análise desse instituto pode demonstrar que se está diante de uma ferramenta de transformação, pois com todos os avanços alcançados não se deve admitir o encarceramento de pessoas sem a devida apreciação jurisdicional, a cultura do cárcere precisa ser derrubada para que se possa construir uma cultura harmônica e civilizada.

Posto isto, é claro que esse instituto merece estudo para que sua efetivação aconteça de forma a beneficiar tanto o acusado quanto o sistema prisional brasileiro. Dessa forma podendo garantir os princípios constitucionais da legalidade e da ampla defesa, bem como, as garantias individuais dispostas na Convenção Americana de Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. Edijur. São Paulo. 3ª Edição. 2015
BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da Pena de Prisão: Causas/Alternativas. Editora Saraiva: São Paulo. 4ª Ed. 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

BRASIL. Código de Processo Penal Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm. Acesso em: 05 de maio de 2016.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 554/2011. Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=102115. Acesso em: 12 de maio de 2016.

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. Editora Saraiva. São Paulo. 22ª Ed. 2015.

CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.Convencao_Americana.htm. Acesso em: 14.Set.2016.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. Editora Juspodivm: Salvador. 4ª Ed. 2016.

LOPES JR, Aury e PAIVA, Caio. Audiência de Custódia e a Imediata Apresentação do Preso ao Juiz: Rumo a Evolução Civilizatória do Processo Penal. Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul [on line] / Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul – Ano 5, V.9 (maio/agosto.2014). – Porto Alegre: DPE, 2014, p. 161-182. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/1161156-Revista-ano-V-ed-09/>. Acesso em: 15.Nov.2016.

MARQUES, Mateus. Sobre a Implantação da Audiência de Custódia e a Proteção de Direitos Fundamentais no Âmbito do Sistema Multinível. Audiência de Custódia: Da Boa Intenção à Boa Técnica. Mauro Fonseca Andrade, Pablo Rodrigo Alflen, (org.) Porto Alegre: FMP, 2016. Disponível em: http://www.fmp.edu.br/downloads/e-books/e-Book-AUDIENCIA_DE_CUSTODIA.pdf. Acesso em: 16. Nov. 2016.

MESQUITA, Ivonaldo da Silva. PEREIRA, Natália Ila Veras. A Audiência de Custódia como Direito Humano Fundamental à Luz das Garantias Constitucionais e Internacionais. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/04430h54/c8k7R9ODahN99DIG.pdf>. Acesso em: 12.Out.2016

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. Editora Atlas: São Paulo. 27ª Ed. 2011.

ANÁLISE MULTIVARIADA DAS CARACTERÍSTICAS AGRONÔMICAS DE GENÓTIPOS DE ARROZ PARA COMPOSIÇÃO DE MISTURA VARIETAL EM CONDIÇÕES DE VÁRZEAS.

Jaíza Francisca Ribeiro Chagas

Gil Rodrigues dos Santos

INTRODUÇÃO

Um dos graves problemas para a manutenção da produtividade do arroz está na suscetibilidade dos genótipos à doença brusone, causada pelo fungo *Magnaporthe oryzae*. Diversas técnicas são constantemente testadas com o objetivo de reduzir o avanço da doença, entre elas o uso de mistura varietal. De acordo com Zhu et al. (2000), o uso da mistura varietal ou variedades compostas poderá ser uma das estratégias utilizadas para a obtenção de resistência estável à brusone. Consiste no plantio de uma mistura de sementes de duas ou mais cultivares com características agronômicas compatíveis, principalmente para o ciclo, altura de plantas e arquitetura da planta, mas cada uma portando um alelo diferente que condiciona resistência a uma determinada raça do patógeno prevalecente na região. Observações feitas demonstram que a heterogeneidade genética pode reduzir satisfatoriamente a ocorrência de doenças em grandes áreas de cultivo.

A mistura varietal é mais rápida e mais barata para se formular e modificar do que as multilinhas, que são definidas como mistura de linhas geneticamente e fenotipicamente uniformes de uma mesma espécie, que diferem apenas no nível de resistência para a doença (CASTRO, 2001). Quando a mistura varietal é destinada à agricultura mecanizada, algum grau de uniformidade fenotípica é desejado, para facilitar as práticas de colheita. No entanto, quando é para a agricultura de subsistência os genótipos poderiam ser fenotipicamente diferentes, já que o pequeno produtor geralmente realiza a sua colheita manualmente.

Segundo Zhu et al. (2005), a utilização de genótipos com fenótipos diferentes ajuda a circulação do ar, a penetração mais direta da luz solar, reduzindo então a umidade das panículas dos materiais suscetíveis e como consequência à redução dos níveis de severidade da brusone das panículas.

No Tocantins, há uma rápida quebra da resistência dos genótipos lançados, isso ocorre devido à grande quantidade de raças do patógeno existentes, fazendo com que, medidas de controle tradicionais como o uso do controle químico se torne ineficaz ao longo do tempo.

Considerando a importância econômica do arroz no Estado do Tocantins e a dificuldade de manter o controle da brusone nas lavouras de arroz, objetivou-se agrupar genótipos semelhantes quanto à característica agronômica e fenológica para a formação de mistura varietal.

MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi conduzido em casa de vegetação no Campus de Gurupi, na Universidade Federal do Tocantins, no período compreendido entre janeiro a maio de 2009. O plantio das sementes foi feito em vaso com capacidade para cinco litros de substrato. O substrato utilizado foi uma mistura do substrato comercial PLANTMAX, solo, terra preta e esterco bovino numa proporção 1:1:1:1. A adubação foi de 50 g por vaso de NPK da fórmula 5-25-15. O delineamento experimental utilizado foi o inteiramente ao acaso (DIC) com três repetições, sendo semeadas 12 sementes por vaso. Foram utilizados os genótipos comerciais de arroz irrigado Mutante; BRS Formoso; BRS Diamante; CNA 8502; Javaé; Metica 1; BRS Alvorada; BRS Guará; BRS Jaçanã, BRS Fronteira; BRS Ouro Minas; BRS Jaburu; BRS Biguá; BRS Taim; BRS Pelotas; CNAI 9930; Epagri 109; Irga 409; Irga 417; Cica 8; Bg 90-2; Ir 36; Irri 344; Oryzica 1; Oryzica Lhanos 4; Oryzica Lhanos 5; BRS Colômbia; Basmati; Eloni; Ir 34; Tetep; Cica 7; Cica 9; Epagri 114; Best; CNAI 9022 e CNAI 5287. A irrigação foi feita manualmente, durante todo o ciclo da cultura de modo a deixar uma lâmina constante de água. A colheita foi realizada manualmente, cortando-se as panículas abaixo do nó do pescoço e acondicionando-as em saquinhos de papel. A secagem das sementes foi realizada ao sol. As características foram descritas de acordo com os descritores mínimos estabelecidos pelo SNPC (Sistema Nacional de Proteção a Cultivar) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL, 1997). As características avaliadas foram: altura de plantas (distância em centímetros medida da superfície do solo até a extremidade da folha mais alta); floração: (dias transcorridos da germinação até a emissão de 50% de panículas) e classe do grão: 1 - longo – fino (comprimento maior ou igual a 6 mm, espessura menor ou igual a 1,9 mm e C/l maior ou igual a 2,75 mm); 2 - longo (comprimento maior ou igual a 6 mm); 3 - médio (comprimento entre 5 e 6 mm) e 4 - curto (comprimento menor que 5 mm). Foi aplicado a análise de componentes principais e o método de agrupamento hierárquico utilizando a distância generalizada de Mahalanobis com o auxílio do software MATLAB 7,0.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o dendrograma (Figura 1), observou-se a formação de sete grupos distintos. O ciclo ou floração foi à característica que mais influenciou na definição dos grupos, exceto para o primeiro grupo que foi influenciado também pela altura. A classe dos grãos é igual para 34 genótipos, exceto para os genótipos CNAI 5287, CNAI 9930 e Irri 344. De cima para baixo o grupo 1 foi formado pelos genótipos Tetep e Basmati, se diferenciando dos demais devido os genótipos apresentarem as maiores alturas e floração semelhante. O grupo 2 foi formado pelos genótipos Oryzica Lhanos 5, Ir 34, Epagri 109, Epagri 114, Metica-1 e Oryzica 1 com a floração entre 92 – 93 dias. O grupo 3 foi formado

pelos genótipos BRS Javaé e Irga 417 com floração de 79 dias e CNA 8502 e Pelotas com floração de 81 dias.

O grupo 4 foi formado pelos genótipos BRS Guará e Cica 8. O grupo 5 foi formado pelos genótipos Best, CNAI 9022, BRS Fronteira, Cica, Irga 409, Cica 9, BRS Formoso e BRS Jaçanã. Este grupo apresenta os genótipos com dados de alturas intermediários dentre os demais grupos, no entanto a floração está abaixo da média, sendo que os genótipos BRS Fronteira e Cica 7 foram os que tiveram a menor dissimilaridade. O grupo 6 formado pelos genótipos Ouro minas, Bg-90-2, BRS Jaburu, Oryzica Lhanos 4, BRS Alvorada, BRS Diamante e Taim. Este grupo apresenta os genótipos com alturas um pouco superiores à média geral de todos os genótipos, no entanto a floração apresenta valores intermediários em relação aos demais genótipos.

O grupo 7 foi formado pelos genótipos Mutante e Eloni, apresentando dissimilaridade baixa, provavelmente o que definiu este grupo foi a floração mais tardia em relação aos demais genótipos. Ambos necessitaram de 100 dias para que emitissem 50% de panículas. Os genótipos Ir 36, Biguá, Colômbia, CNAI 5287, CNAI 9930 e Irri 344 não se inseriram em nenhum dos grupos. O genótipo Ir 36 teve uma floração baixa entre os demais genótipos, de 80 dias. O genótipo Biguá poderia integrar o grupo 6, mas a altura de 124,6 cm não condiz com as alturas dos genótipos que compõem este grupo. O genótipo Colômbia não foi inserido no grupo 1 devido a sua altura.

Os genótipos CNAI 5287 e CNAI 9930 pertencem à classe de grão longo. Enquanto que a maior amplitude de diversidade genética entre o genótipo Irri 344 em relação aos demais foi exclusivamente por este material pertencer à classe de grão médio e ser o mais precoce em relação à floração com 74 dias. Estas características impedem que este genótipo possa constituir uma mistura de cultivares, onde as semelhanças para as características agrônômicas são requeridas. Cargnin e Souza (2007), analisando a diversidade genética de 25 genótipos de arroz de terras altas por meio da análise multivariada obtiveram a formação de nove grupos baseado em características agrônômicas.

Figura 1 – Dendrograma representativo da dissimilaridade genética entre 37 genótipos de arroz irrigado, em Gurupi-TO, 2009, obtidos pela técnica do vizinho mais próximo, utilizando a distância generalizada de Mahalanobis como medida de dissimilaridade.

A mistura varietal define-se basicamente em uma mistura de diferentes genótipos de arroz. Torna-se necessário que os componentes de uma mistura sejam semelhantes para algumas características fenológicas, sendo as principais: altura da planta, floração e qualidade do grão (ZHU et al., 2000; CASTRO, 2001). Estes requisitos mínimos são necessários para uniformizar a lavoura e evitar diferenças muito contrastantes na hora da maturação e a colheita, facilitando dessa forma o trabalho dos produtores, sejam eles de pequena tecnologia ou não.

A dispersão gráfica dos escores revelou que os genótipos mais distanciados em relação aos demais para a classe dos grãos foram os genótipos Irri 344, CNAI 5287 e o CNAI 9930 (Figura 2). Estes resultados concordam com os obtidos no dendrograma, portanto, confiáveis na identificação de grupos de genótipos de arroz, no sentido de orientar a formação de uma mistura de cultivares levando-se em consideração a altura, floração e classe de grãos. Vários trabalhos com análise de agrupamento foram realizados com intuito de verificar a diversidade genética em genótipos, tais como: Bertan et al. (2006), em trigo, Rodrigues et al. (2002) e Moreira et al. (2009), em feijão e Pelúzio et al. (2009), em soja.

Figura 2- Dispersão gráfica dos escores de 37 genótipos de arroz, em relação às variáveis: classe do grão, floração e altura, 2009. Genótipos: 1 - Mutante da Embrapa; 2 - BRS Formoso; 3 - Diamante; 4 - CNA 8502; 5 - Javaé; 6 - Metica 1; 7 - BRS Alvorada; 8 - BRS Guará; 9 - BRS Jaçanã; 10 - BRS Fronteira; 11 - BRS Ouro minas; 12 - BRS Jaburu; 13 - BRS Biguá; 14 - BRS Taim; 15 - BRS Pelotas; 16 - CNAI 9930; 17 - Epagri 109; 18 - Irga 409; 19 - Irga 417; 20 - Cica 8; 21 - Bg 90-2; 22 - Ir 36; 23 - Irri 344; 24 - Oryzica 1; 25 - Oryzica Lyanos 4; 26 - Oryzica Lhanos 5; 27 - Colômbia; 28 - Basmati; 29 - Eloni; 30 - Ir 34; 31 - Tetep; 32 - Cica 7; 33 - Cica 9; 34 - Epagri 114; 35 - Best; 36 - CNAI 9022; 37 - CNA 5287.

De acordo com os resultados obtidos da análise multivariada, pode-se inferir através dos grupos formados a composição de uma mistura varietal. Entretanto, para que o sucesso dessa mistura seja efetivo, é necessário testar os componentes escolhidos em diferentes proporções e combinações nas condições de campo, em vários locais e anos para que se observe a interação.

Como citado anteriormente, a escolha dos genótipos não deve ser baseada somente nas características agrônômicas, mas, deve-se também levar em consideração a resposta de resistência diferencial dos genótipos às principais raças do fungo *M. oryzae*.

CONCLUSÕES

Os genótipos foram divergentes quanto aos caracteres altura de plantas e floração. Houve a formação de sete grupos, sendo a floração a característica que mais influenciou na formação dos grupos. Podem-se utilizar todos os componentes para compor uma mistura, desde que estes pertençam ao mesmo grupo. No entanto, é necessário que a escolha dos genótipos para compor a mistura de cultivares tenha além de características agrônômicas semelhantes, resistência diferencial às raças do fungo *M. oryzae*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTAN, I.; CARVALHO, F. I. F.; OLIVEIRA, A. C.; SILVA, J. A. G.; et al. Dissimilaridade genética entre genótipos de trigo avaliados em cultivo hidropônico sob estresse por alumínio. *Revista Bragantia*. 2006; 65:55-63.

BRASIL. Decreto nº 2.366, de 5 de novembro de 1997. Regulamenta a lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a proteção de cultivares, dispõe sobre o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares – SNPC, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7. Seção 1, p. 25342– 25343, nov. 1997.

CARGNIN, A.; SOUZA, M. A. Diversidade genética em cultivares de arroz. Planaltina: Distrito Federal. Embrapa Cerrados. 2007. (Documentos 196).

CASTRO, A. Cultivar Mixtures. The Plant Health Instructor. DOI: 10.1094/PHI-A-2001-1230-01.), 2001. [Acesso em: 15 nov 2009]. Disponível em: http://www.apsnet.org/Education/AdvancedPlantPath/Topics/cultivarmixtures/what_is_pg1.htm.

RODRIGUES, L. S.; ANTUNES, I. F.; TEIXEIRA, M. G.; et al. Divergência genética entre cultivares locais e cultivares melhoradas de feijão. Pesquisa Agropecuária Brasileira. 2002; 37: 1275-1284.

PELUZIO, J. M.; VAZ-DE-MELO, A.; AFFÉRI, F. S.; et al. Variabilidade genética entre cultivares de soja, sob diferentes variações edafoclimáticas, na região centro-sul do estado do Tocantins. Pesquisa Aplicada e Agrotecnologia. 2009; 2:1.

VAUGHAN, D. A.; KADOWAKI, K.; KAGA, A.; et al. On the phylogeny and biogeography of the genus *Oryza*. Breeding Science. 2005; 55:113-122.

ZHU, Y.; CHEN, H.; FAN, J. WANG, Y.; et al. Genetic diversity and disease control in rice. Nature. 2000, 406:718-722.

ZHU, Y. Y.; FANG, H.; WANG, Y. Y.; et al. Panicle blast and canopy moisture in rice cultivar mixtures. Phytopathology. 2005; 95:433-438.

André, Crime e Loucura no Conto de Bernardo Élis.

Éder Mendes de Paula

Marcos Antônio de Carvalho Rosa

Camila Cardoso

Maria da Glória Dutra

Ione Augusto da Silva Sales

INTRODUÇÃO

As obras literárias são produzidas em determinados contextos, seja qual for a trama ou o enredo construído pelo autor, elas não escapam do momento vivenciado por este. Os autores sempre estão imersos em um contexto em que suas sensibilidades se refletem em seus textos. Neste cruzamento entre História e Literatura compreende-se as sensações, as traduções do vivido, como sendo sensibilidades que,

se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído. Falam, por sua vez, do real e do não real, do sabido e do desconhecido, do intuído ou pressentido ou do inventado. Sensibilidades remetem ao mundo do imaginário, da cultura e seu conjunto de significações construído sobre o mundo. Mesmo que tais representações sensíveis se refiram a algo que não tenha existência real ou comprovada, o que se coloca na pauta de análise é a realidade do sentimento, a experiência sensível de viver e enfrentar aquela representação. Sonhos, e medos, por exemplo, são realidades enquanto sentimento, mesmo que suas razões ou motivações, no caso, não tenham consistência real. (PESAVENTO Apud SANTOS, 2008, p. 43)

Desta maneira as construções da literatura fazem parte do imaginário social inserido em um contexto cultural. Os temas e as abordagens trazem muitos aspectos desse tempo que se quer representar, é do presente do autor que, através das experiências de suas personagens, discute a tradução do mundo através desses sentimentos que trazem o real mesmo através de sensações.

No conto André Louco de Bernardo Élis, publicado pela primeira vez no livro Ermos e Gerais, a figura do anormal não aparece apenas para discutir o que é doença mental, mas para demonstrar as relações, os medos e anseios que toda uma comunidade faz em torno da loucura.

Assim, André não corresponde apenas à figura do louco que deve ser excluído, mas demonstra como essa exclusão acontece a partir dos causos e histórias que surgem no limiar das relações sociais. Da liberdade à prisão, Bernardo Élis traduz um determinado costume em Goiás: o aprisionamento de seus doentes mentais. A eliminação da figura da esfera pública tornou-se uma prática comum desde cedo no estado, o cárcere aparece como única saída para a conturbada relação entre o louco e a sociedade tida como normal.

[...] Não sei de quando data o uso de se remover para a cadeia pública, os loucos que aparecem no Estado transformando aquela prisão em hospital de alienados; mas o que é certo é que vem de longe este hábito e o número de loucos cresce dia-a-dia, não se devendo manter esse manicômio provisório, dentro de uma cidade, em lugar cercado de habitações de família. (O Democrata, 16/04/1926)

As cadeias públicas, não apenas em Goiás, muitas vezes fizeram às vezes dos hospitais psiquiátricos, pela falta dos mesmos como também pela dificuldade de analisar os criminosos e definir o que é loucura e o que não é. Muitos loucos tiveram sua liberdade cerceada por conta das narrativas de crime em torno de sua loucura.

Portanto, é através das representações construídas no conto de Bernardo Élis, que se pretende aqui analisar a relação entre narrativas de crime, loucura e o sertão. Desta intrincada trama, que se pretende perceber particularidades deste dito anormal em espaços onde a medicina ainda não estava institucionalizada.

Definir o que é loucura e o que é normalidade exerce de certa forma um fascínio, pois a fronteira entre um e outro torna-se muito tênue visto que a loucura e o louco são narrativas, são construções sociais e são termos cambiantes. Neste sentido, o tema surge não apenas como possibilidade de se realizar crítica, mas também um grande objeto de pesquisa para a História.

Neste caso em particular, observando o conto de Bernardo Élis, é interessante acrescentar que essa configuração do sujeito louco, muitas vezes vem acompanhada de mitos, de ritos, de história de crimes. Esses crimes auxiliam no processo de consolidação de um estereótipo do louco, produzem um impacto no imaginário social e cria tipos marcando, por exemplo, imagens da infância.

Assim como monstros em um quarto escuro, Élis trabalha as imagens da loucura naquilo que fica para a criança. O conto trata-se das memórias de como um garoto fica fascinado e ao mesmo tempo teme aquele André, que andava pela cidade arrastando correntes.

Neste sentido, Bernardo Élis realiza uma discussão em torno do louco e da loucura em relação à sociedade tida como normal. Como este sujeito é interpretado, como ele é construído através das narrativas, qual a forma de atuação dos normais em relação ao anormal, está descrito nas páginas de André Louco.

André é um personagem sem rosto, no decorrer do conto não é dada a ele uma descrição de forma que se possa imaginar sua fisionomia, aparece como uma mancha escura. Porém, ao mesmo tempo, o fato de não ser descrito, de não ter definido um rosto, possibilita que vários outros indivíduos, sujeitos sociais e históricos possam ser considerados ‘André’.

O local onde se desenvolve a trama do enredo escolhido é um local distante, uma cidade pequena, quase isolada, ao mesmo tempo também é caracterizada como decadente, sem atrativos. É neste sertão, assim colocado na obra, que se desenvolve as lembranças

do narrador que recorre aos tempos de menino para contar todos os acontecimentos da cidade em torno da loucura de André.

O narrador já adulto recorda das conversas, as narrativas e seus medos que eram construídos, na maioria das vezes, pelos adultos. Da maneira como descreve as impressões que teve quando pequeno não deveria ser totalmente invenção, o que viveu a partir do medo de André, faz parte do que ele é e como representa o mundo.

MATERIAL E MÉTODOS

No limite do que é ou não humano André também passa pelas mesmas mazelas físicas equivalentes as que durante muito tempo foram utilizadas como tratamento psiquiátrico. O fato de ser amarrado, de sofrer privações de comida e água, entre outros maus tratos serve como base para dividir as opiniões das pessoas em torno do louco. A sensibilidade do autor está no conseguir não apenas sentir e vivenciar, mas ser capaz de, no conto, realizar uma crítica ferrenha à sociedade construída nos padrões da normalidade.

Os mesmos personagens que falam, que desprezam, que criticam a existência de André, passam ao longo do conto a sentirem a necessidade de sua presença. Naquele sertão, a figura do louco toma uma proporção ainda maior. A grande questão talvez esteja na forma de como o sertão compreende o louco e também o utiliza. Em Goiás, por exemplo, a capital Goiânia é construída em padrões de uma modernidade que visava cunhar um novo comportamento social que pudesse deixar para trás o mundo velho e antigo de Vila Boa.

É nítido como a intencionalidade da dicotomia entre novo/velho, moderno/atrasado, ainda perdurou na forma de se tratar e lidar com o louco em Goiás no século XX:

as pequenas localidades goianas contemporâneas, embora com menos zelo e excesso, também não deram muito espaço à exibição da personalidade. Porém há algumas pessoas com um modo de agir diferente das demais: sua ação não é normatizada pelo costume, mas pela moralidade. Essas pessoas (os loucos, os bobos, os alcoólatras, os homossexuais, etc.) não são exclusivas das pequenas cidades. Todavia, nas grandes cidades, o fato das relações serem impessoais (mais individualizadas) faz com que suas marcas distintivas passem mais despercebidas – elas não se cristalizam na memória. Elas são conhecidas pela categoria que os representa – mendigos, alcoólatras, doentes mentais, menor abandonado – ; nunca pelos seus nomes. (OLIVEIRA, 1999, p. 51)

André se encontra neste local pequeno e distante, onde os moradores sabem seu nome, conhecem sua origem. Por mais que a categoria Louco esteja ali representada, a nomenclatura vem antes dela, possibilitando uma maior intimidade entre os moradores e este sujeito.

Neste sentido, obedecendo à lógica da Marcha para o Oeste implementada pelo governo de Getúlio Vargas, Goiânia se torna no imaginário social goiano a joia que

salvaria a população do fracasso total, de sucumbir em si mesmo. Nesta mesma política varguista, está a proliferação dos hospitais psiquiátricos a cargo do Serviço Nacional de Doenças Mentais, cujo diretor era Aduino Botelho. Goiânia é uma das primeiras capitais a inaugurar seu sanatório em 1954, a categorizar seus tipos urbanos, a apagar seus nomes, não dar-lhes mais um rosto.

Por mais que de fato a ideia de dicotomia do atraso não consiga contemplar a amplitude do que de fato é o sertão, Goiás vivencia, pelo menos no plano político, narrativas que desde os anos de 1930 até meados de 1950 tentam modernizar o sertão. Genialmente Bernardo Élis dá para seu cenário as duas coisas: André é íntimo, mas não tem rosto, é louco. Ao mesmo tempo em que o caracteriza também o categoriza colocando-o no limiar entre o sertão que reconhece o louco e a cidade moderna que lhe retira a identidade.

André antes de tudo é um tipo urbano, muito comum nas cidades onde as crianças são controladas a partir de histórias em torno de um homem que carrega um saco, ou rouba crianças. Geralmente recebem apelidos e são conhecidos por histórias que muitas vezes amedrontam meninos e meninas através do que era contado pelos mais velhos. No conto de Bernardo Élis essa responsabilidade cabe à criada da casa, a negra Joana, que não apenas dá os traços de sua loucura como também complementa suas narrativas vinculando a loucura ao crime. Assim, o adulto que narra, rememora sua infância e ao mesmo tempo diz sobre o medo construído em torno de André Louco:

Ela costurava, a cabeça inclinada, sua sombra vacilante projetada disforme na parede, no teto sem forro, e conversava sobre André Louco; que ele matava todo mundo; que ele fizera bramura; que ele ia fugir e estrangular habitante por habitante da cidade. (ÉLIS, 1978, p. 37)

O adulto que narra não esquece a figura que o atormentava, que povoava seus medos juntamente com outros mitos do sertão que criam imagens que se cristalizam no imaginário social. O sujeito histórico que através de suas lembranças narra os acontecimentos é construído desde o momento que se inculca na criança determinadas criações mentais. Assim, a negra Joana aparecia como aquela que contava as histórias, os causos, como o de Maragã:

Eu conhecia João Manuel. Tinha uma oficina de ourives mesmo na cadeia. Ia a nossa casa, às sextas-feiras da paixão, vender anéis de prata, muito eficazes contra quebrantos. Era muito bom, delicado. Joana contava que João Manuel morava com a irmã e por isso tinha parte com o demônio. A irmã dele era Maragã, habitava uma biboca perto da fonte do funil. [...] Maragã começô a morá mais o irmão e foi a mãe dela pegô a censurá essa falta de preceito. Bradava cum ela todo dia, todo dia. Prendia a moça para ela não drumi cum o irmão. Um dia Maragã tava fervendo um tacho de sabão e a mãe foi bradá cum ela; cuja Maragã impurrô lá dentro e matô. Daí passô a morá mais João Mané. Por isso até hoje, se Maragã visse um tacho de sabão, podia ele estar já no ponto de secar, a massa dessorava, virava um godó fedorento. Chegava até a criar bichos. Na quaresma

virava assombração. Virava um cachorrão peludo que percorria os quintais, depois da meia-noite, comento cueiros sujos de obra de menino novo. (ÉLIS, 1978, p. 08)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Bernardo Élis demonstra como as atitudes de um sujeito tido como anormal dividem as opiniões no meio social. Ao passo que pareciam ter pena e não se incomodavam com sua presença, era a razão das criações de mitos e histórias, atrelando a si todo o complexo social da pequena cidade.

No entanto, o autor não se limita a demonstrar as relações pessoais que geralmente ocorrem no sertão. A trajetória de André vai além do fato de ser conhecido na cidade pelo nome, de uma relação mais próxima do que em um local tido como moderno. Seu nome categorizado: André Louco, no título do conto traduz a dicotomia existente nas diferentes formas de se interpretar o sujeito no contexto da loucura.

Ao passo que nas pequenas comunidades, a tendência é que haja uma relação mais íntima com a loucura, ao contrário das grandes em que a necessidade é a categorização na perspectiva da modernidade. No conto se fala do sertão, porém, demonstra com maestria todo o processo a que o louco é levado quando em locais em que o saber médico se ocupa do mesmo.

Diante da responsabilidade de dar ao meio social uma visão moderna, Goiânia, por exemplo, logo que é projetada tem uma relação direta e íntima com a tentativa de dar ao estado de Goiás uma nova perspectiva fundamentada em um passado velho e atrasado. Ali as relações passam a se dar de forma menos íntima, desaparecem os nomes, pois a ciência médica toma conta de seus males, a partir daquele momento seus corpos, pensamentos e falas são estruturados pela psiquiatria.

O sanatório surge como o símbolo da legitimidade dos psiquiatras em relação ao tratamento dado aos tidos como anormais, neste sentido, André deixa de ser ele mesmo, deixa de ser aquele que povoava o imaginário do narrador do conto, que alimentava as histórias da negra Joana, para ser simplesmente louco. O mais interessante é compreender como Bernardo Élis possibilita as duas formas num único texto, dá um aspecto de intimidade no conhecimento do louco [quando dá a ele um nome], mas termina o conto demonstrando como ocorre a exclusão, a inserção do sujeito em uma categoria.

CONCLUSÕES

Bernardo Élis realiza um conto em que o foco está presente na relação entre dois lados da sociedade: normalidade e anormalidade. André é estigmatizado como louco desde o título, leva ao leitor a não se preocupar desde quando o personagem é assim

tratado, mas a preocupar-se com a forma que se relacionam com o mesmo e sua possível doença mental.

A literatura cumpre um papel essencial de possibilitar através de personagens fictícios narrar vivências que estão no plano do real, que fazem da parte da realidade sobre a loucura no Brasil. A diferença na forma de manter vivo o louco que se tem no sertão, a perspectiva da criação do mito, é possivelmente perceptível no processo criminal de Milanês Barbosa da Silva, quando o mesmo mata um padre no interior de Goiás. Uma das testemunhas em seu depoimento diz: Precisamos sair dessa cidade; cidade que mata padre acaba.

Ali como na cidade de André, todos conheciam Milanês, a relação era mais íntima e, conseqüentemente, narrativas em torno da loucura também começam a surgir diante do crime, diante da presença do infrator, mas sem cogitar a sua ausência perpétua. Dessa forma a construção de si a partir do outro se torna mais clara e evidente quando essa disputa de territórios de fala e de direitos de representação caem no processo de anulação do outro pela falta de raciocínio lógico, por uma espécie de inimizabilidade.

Bernardo Élis narra o sertão, descreve as relações do mesmo com a loucura, sem com isso deixar de demonstrar que as formas de exclusão são as mesmas em qualquer lugar. Enfatiza ainda nas entrelinhas do texto sobre a necessidade da presença do louco para que o normal possa de fato se ver, para que sua existência de fato tenha sentido. Seja com ou sem os hospitais psiquiátricos, as sociedades criam suas zonas patológicas, procuram seus loucos, estabelecem territórios e narram sobre os mesmos, construindo a si através da fricção fronteira entre o normal e o patológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Maria Amélia Garcia A (RE)Descoberta do Sertão. Ed. UCG, 1973.
- AMADO, Janaína. Construindo Mitos: A Conquista do Oeste no Brasil e nos EUA. Ed. UFG 1995.
- ARQUIVO PÚBLICO DE GOIÁS, Goiânia. Revista Oeste Julho de 1942.
- _____ O Democrata Abril de 1926.
- _____ Jornal O Popular, 04/04/1954
- ARRUDA, Gilmar. A Invenção da Paisagem In: Cidades e Sertões: Entre a história e a memória Ed. EDUSC 2000.
- BOCK, Ana Indivíduo Sociedade: uma relação importante na psicologia social In: A Perspectiva Sócio-Histórica na Formação em Psicologia Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.
- FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de Saúde e Doenças em Goiás – A medicina possível Goiânia: Ed. UFG, 1999
- CANGUILHEM, Georges. O Normal e o Patológico: Ed. Forense 6ª Ed. 1995 Rio de Janeiro – RJ.

- COSTA, Jurandir F. História da psiquiatria no Brasil Rio de Janeiro Ed. Campus – 1981.
- CUNHA, Euclides Os Sertões Ed. Victor Civita 1979
- ÉLIS, Bernardo. André Louco Ed. Livraria José Olympio S.A. 1978
- ENGEL, Magali Gouveia Delírios da razão: médicos, loucos e hospícios Col. Loucura e Civilização. Rio de Janeiro Ed. FioCruz .
- FÓRUM DE MONTES CLAROS DE GOIÁS Processo Criminal nº 038/93
- FOUCAULT, Michel. História da Loucura São Paulo Ed. Perspectiva 1972^a ed.
_____ Os Anormais Ed. Martins Fontes, 1^a ed. 2001, São Paulo – SP
_____ O Poder Psiquiátrico Ed. Martins Fontes, 1^a ed. 2006, São Paulo – SP
- OLIVEIRA, Eliézer Cardoso Imagens e Mudança Cultural em Goiânia 1999. Dissertação de Mestrado, Goiânia: Departamento de História, Universidade Federal de Goiás.
- PAULA, Éder Mendes Os Sons do Silêncio: O Louco e a Loucura em Goiás 2011. Dissertação de Mestrado, Goiânia: Departamento de História, Universidade Federal de Goiás.
- PERLBART, Peter Pál Manicômio Mental – A outra face da clausura In: Saúde Loucura nº 02 São Paulo: Ed. HUCITEC, 1990.
- SANTOS, Nádia Maria Weber. Narrativas da loucura & Histórias de sensibilidades. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2008.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.
- TENÓRIO, Fernando Política de Saúde Mental Rio de Janeiro Instituto Franco Basaglia: 2001. Disponível em: http://www.ifb.org.br/biblio_art.htm Acesso em: 20 Out. 2005.

APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA: ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER NA CIDADE DE URUAÇU-GO

GLAUCINEIDE APARECIDA GANZAROLI

Áquila Raimundo Pinheiro Lima

GLAUCINEIDE APARECIDA GANZAROLI

Áquila Raimundo Pinheiro Lima

INTRODUÇÃO

Para um entendimento da importância da Lei Maria da Penha e sua importância na proteção da mulher que sofre agressão é preciso uma reflexão histórica sobre como era e está sendo nos dias atuais o tratamento dispensado às mulheres. A partir desta compreensão do contexto histórico será possível a análise da aplicabilidade da Lei Maria da Penha na proteção das mulheres na cidade de Uruaçu-GO.

Desde um tempo bem remoto as mulheres são discriminadas e sofrem violência doméstica. As pesquisas de Damásio (2010) sobre a sociedade grega e romana mostraram que a participação social, político e profissional da mulher era restrito, resultado da discriminação e do legado de que a mulher deveria exercer um papel subalterno naquelas sociedades.

Na Grécia, mais precisamente em Atenas, a mulher ocupava um espaço análogo ao do escravo, com seu trabalho desvalorizado pelo homem livre. Sua função era a reprodução, amamentar e criar os filhos, além de exercer trabalhos pesados como o trabalho agrícola. Havia também uma exclusão da mulher da educação intelectual, com exceção das hetairas, ou seja, artesãs que tinham como objetivo servir de companheiras aos homens em seus momentos de lazer (DAMÁSIO, 2010).

A situação da mulher na sociedade romana diferia pouco da condição da mulher na sociedade grega, pois na primeira, havia uma situação de estado mais flexível, inclusive com as mulheres romanas gozando de maior liberdade. As esposas romanas podiam circular nas ruas e participar dos banquetes, por outro lado, a prostituição era ainda mais acentuada e visível nas ruas e nos banquetes romanos.

É preciso destacar que tanto na Grécia quanto em Roma, o nascimento de uma menina significava apenas mais uma pessoa para ser alimentada, sendo comum o abandono e a prostituição precoce. Portanto, as mulheres nessas sociedades, pobres ou ricas, bonitas ou feias, determinava seu destino imediato, mas não a longo prazo, pois todas coexistiam com a ameaça constante da miséria absoluta (DAMÁSIO, 2010).

Já nos primeiros séculos da Idade Média, a sociedade feudal foi sem dúvida patriarcal. Nesse período histórico as mulheres eram obrigadas a circular exclusivamente na esfera privada e assim mesmo, nos limites da casa paterna, da casa marital ou convento.



Ao longo da história sempre houve mulheres que desafiaram o poder dominante e que lutavam por sua liberdade, muitas vezes pagando com suas próprias vidas. A inquisição da Igreja Católica foi implacável com qualquer mulher que desafiasse os princípios por ela pregados como dogmas incontestáveis. A sentença era quase sempre a morte pela fogueira.

No período Renascentista, as mulheres foram ainda mais excluídas do processo de produção. Até mesmo em relação à formação educacional da mulher houve a proibição de frequentar as universidades, pois não se tem registro de mulheres frequentando universidades até meados do século XIX. Nesse período, a violência contra a mulher também era constante e não são raros os registros de mulheres que eram alijadas de todos os seus direitos e até mesmo poderia perder sua cidadania, caso desafiasse o marido ou o traísse (SOUZA; BALDWIN, 2012).

Em se tratando do Brasil, desde o período colonial há registros na historiografia de mulheres que além da violência, também sofrem preconceito e discriminação. A sociedade patriarcal brasileira delegava à mulher um papel subalterno em relação ao homem. As mulheres deviam obediência, primeiro, aos pais e depois do casamento, ao marido.

Há registros da difícil vivência na colônia e a sua total submissão aos homens. Sua condição somente era para ser de dedicada esposa, mãe e cuidadora do lar. Junto com essa imposição, as mulheres estavam sujeitas a todo tipo de abuso por parte dos seus maridos e muitas mulheres preferiam ficar em silêncio para não perderem seu título de boas esposas.

Essa pequena reflexão a partir da leitura das obras de Alves e Pitaguy (2013); Nascimento (2016) e Salles (1987) foi completada com as obras de Del Priore (2000); Arendt (2013); a Constituição de 1988 e a Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006 que visa coibir a violência doméstica contra a mulher. A Lei Maria da Penha representa o marco que garante à mulher a proteção e tipifica os tipos de violência sofridos por ela e que constitui o foco principal de estudo deste projeto de pesquisa.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza como sendo do tipo bibliográfica com abordagem qualitativa, pois permite visualizar o objeto a ser investigado como um dado possuído de significados originados pelos sujeitos em suas ações, de forma que haja constante integração entre o objeto pesquisado e o pesquisador (BAPTISTA, 1999).

A pesquisa qualitativa caracteriza-se por coletar os dados no ambiente natural por meio do contato direto do pesquisador com a situação estudada, apresentá-los de maneira descritiva e desvendar a perspectiva dos participantes” (BOGDAN; BLIKEN, 1994, p. 47).

Compreende-se que este tipo de pesquisa permite analisar narrativas ricas por meio de interpretações individuais, a partir da análise de um mesmo documento sob diferentes perspectivas com comparação com outras pesquisas de características diferentes, mas sobre o mesmo assunto.

Ainda de acordo com Richardson (2000) a abordagem quantitativa é responsável pelo emprego de quantificação e tratamento de dados por meios estatísticos, desde os mais simples aos mais complexos. Relata ainda, ser a escolha por esse método diz que a intenção do pesquisador está em garantir a precisão dos resultados, evitarem distorções e interpretação, possibilitando, uma boa imagem de aproximação da situação real.

Além disso, as metodologias qualitativas trazem uma contribuição significativa para a investigação de campo, pois se revelam particularmente eficazes, especialmente em campos temáticos, onde inexistem fontes de informações acessíveis e organizadas, como é o caso das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM).

Como objeto de pesquisa foram escolhidas 100 fichas de cadastramento de mulheres que sofreram algum tipo de violência e que fizeram notificação na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher na cidade de Uruaçu-GO. Para tipificar e analisar a violência contra a mulher foi escolhido este município em face da facilidade para coleta de dados. O recorte temporal para a pesquisa foi de dez anos (2006-2015), quando foi criada a Lei Maria da Penha. Os dados serão analisados à luz do referencial teórico utilizado para construção desta pesquisa e por meio eletrônico de cálculo de dados (Excel). A análise final foi apresentada em forma de tabelas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para chegar a um resultado consistente na pesquisa e em resposta ao problema levantado, fez-se uma análise das 100 fichas de Notificação de Agravos. É preciso esclarecer que as fichas foram cedidas pelo profissional, mas de forma limitada, ou seja, as fichas foram escolhidas de forma aleatória e corresponde às denúncias realizadas e registradas no período de 2006-2015.

Foi firmado o compromisso de que não haveria publicidade dos nomes das mulheres ou qualquer outra identificação que colocassem em risco a integridade das mulheres constantes nas fichas pesquisadas.

A partir da leitura das fichas de notificação foi possível detectar 6 tipos principais de violência: 1-Ameaça; 2-Lesão corporal; 3-Maus tratos; 4-Estupro; 5-Tentativa de homicídio e 6-Homicídio.

Artigo publicado pelo Jornal Diário da Manhã (2015) mostrou o ranking com as cidades que mais praticam a violência contra a mulher no Estado de Goiás. É preciso destacar que em praticamente todas as cidades goianas foi registrado algum tipo de violência contra a mulher, seja violência física ou psicológica. No entanto, a tabela abaixo

descreve o nome das cidades goianas nas quais houveram um número maior de casos de violência e a posição comparada com o Estado de Goiás e a cidade de Uruaçu-GO.

Através do artigo foi possível detectar que três cidades da região metropolitana de Goiânia estão entre as 15 cidades mais violentas para mulheres em Goiás. Grande parte dessas cidades são assistidas por delegacias especializadas de proteção à mulher ou são assistidas por programas especiais de proteção e conscientização contra a violência feminina. O maior número de assassinatos entre a população feminina foi registrado na cidade de Senador Canedo, com taxa 7,1 para cada grupo de 100 mil habitantes (DIÁRIO DA MANHÃ, 2015, p.6).

A tipificação de violência contra a mulher nas principais cidades de Goiás, o destaque fica para a cidade de Formosa, Goiânia e Aparecida de Goiânia, cujos índices são altos se comparados ao índice nacional (26 assassinatos) a cada 100 mil habitantes. Estes casos tipificados se referem apenas aos casos notificados, levando-se em conta que a Ficha de ocorrências é padronizada para o estado de Goiás e serve como referência para outras instituições públicas ou privadas que desenvolvem programas de combate à violência contra a mulher.

Outros tipos de violência foram registrados, como por exemplo, abandono pelo marido, que é considerado um tipo de violência psicológica, abandono da idosa pelos filhos em hospitais ou instituições de saúde, trabalhos forçados, prostituição, trabalho infantil, humilhação e xingamentos. Sobretudo, a mulher em Goiás ainda continua desprotegida e mesmo com a criação da Lei Maria da Penha, ainda são altos os índices de violência doméstica cometidos em nosso estado. Percebe-se que a mulher ainda continua afligida e seus direitos desrespeitados (GOIÁS, 2013).

No entanto, em alguns pontos, tanto a Lei Maria da Penha, quanto outras Leis que garantem a segurança da mulher não têm surtido o efeito desejado e para que isso aconteça, o poder público precisa desenvolver políticas mais efetivas de proteção a mulher e também a conscientização da sociedade sobre a gravidade da violência, que atinge não só a mulher, mas a sociedade num sentido geral. Os reflexos da violência contra a mulher são sentidos, tanto pela sociedade quanto nos próprios lares das mulheres. (GUIMARÃES, 2010).

A partir dos dados constatou-se que o número de violência cometida contra a mulher na cidade de Uruaçu-GO distancia-se da média de violência se comparado com a de outras cidades do Estado de Goiás. No entanto, essa percepção da violência na cidade de Uruaçu-GO serve também de parâmetro para a constatação de que a violência mesmo em proporções menores, não diminui a gravidade do problema a qual as mulheres estão expostas no seu cotidiano.

CONCLUSÕES

Conclui-se esta pesquisa com a constatação de por muito tempo, as mulheres brasileiras ficaram desamparadas pelo ordenamento jurídico, quando o tema era violência doméstica. Todo o processo de regulamentação do direito à proteção as mulheres, se deu por conta das constantes lutas por parte do sexo feminino.

Desta forma, foram demonstrados os avanços que já ocorreram, tendo como o principal deles, a criação da Lei Maria da Penha, mas sem deixar de lado as dificuldades e as discriminações que até hoje sofrem as mulheres, o que comprova que apesar de tamanha evolução, ainda tem muito a ser modificado, inclusive com a conscientização da população, grande parte dela machista e preconceituosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. 12.ed. São Paulo: Melhoramentos, 2013.

ARENDT, Hanna. O poder e a crítica da tradição. In: PERISSINOTO, Renato M. Revista Lua Nova, São Paulo, nº 61, jan./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>> Acesso em 20 nov. 2016.

BAPTISTA, Maria da Paz. Métodos e técnicas de pesquisa. São Paulo: Nova Fronteira, 1998.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Gráfica do Senado, 1988.

_____. Lei 11.340/2006. Lei Maria da Penha. Brasília: Gráfica do Senado, 2006.

_____. Lei 9.099/95. Dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais e dá outras providências. Brasília: Gráfica do Senado, 1995.

BOGDAN, Arnaldo Xavier; BLEKEN, Maria Cecília. Pesquisa quantitativa para o curso de direito. São Paulo: Makrom Books, 1994.

CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo de. Violência doméstica e juizados especiais criminais: análise a partir do feminismo e do garantismo. Rev. Est. Fem., Florianópolis, v.14, nº 2, 2008.

CARVALHO, Eduardo A. Carvalho; RIBEIRO, Rakys Ângela Fernandes. Uma análise histórico-jurídica da violência contra a mulher na região do Cariri. Anais do XXI Encontro Regional de Estudantes de Direito e Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária. 2013. Disponível em: <<http://www.urca.br/ered2012/anais.pdf>> Acesso em 20 nov. 2016.

DAY, Vivian Peres et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. Relatório da Revista de Psiquiatria, São Paulo, nº 25, suplemento 1, jan./fev. 2013.

DAMÁSIO, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.5, nº2, 2010.

DEL PRIORE, Mary. História da mulher brasileira. 12.ed. Campinas: Papyrus, 2000.

DIÁRIO DA MANHÃ. Violência Contra a Mulher nos Municípios Goianos. Seção Cotidiano, Goiânia, p.4, 2015.

DICIONÁRIO DE LATIM FORENSE. Vis. Violência. Disponível em:<<http://www.centraljuridica.com/dicionario.html>> Acesso em 13 abr. 2016.

FERREIRA, Paulo Marco. Violência contra a mulher. São Paulo: Atlas Editora, 2013.

FONTOURA, Pedro Rui de. Violência doméstica e familiar contra a mulher. 3.ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2014.

FONSECA, Maria Helena; RIBEIRO, João Paulo; LEAL, Nuno. História da violência contra a mulher. Campinas: Papyrus, 2012.

FORUM GOIANO DE MULHERES. Dossiê de mulheres de Goiás para a comissão parlamentar mista de inquérito sobre a violência contra as mulheres. Fórum Goiano de Mulheres. Goiânia, 2012.

FRAGOSO, Antônio. Violência urbana e seus indicadores sociais. Relatório de pesquisa sobre a violência no Brasil publicado pela USP, São Paulo, v.1, dez./2004.

FROTINHA, Rodrigo. Violência. Novo dicionário etimológico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

GOIÁS. Lei 18.052. Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher –DEAM–, nas áreas de jurisdição das Delegacias Regionais de Polícia que menciona e dá outras providências. 2013. Disponível em:<<http://www.gabinetecivil.go.gov.br>> Acesso em 27 maio de 2016.

GUIMARÃES, Isaac Sabba. Lei Maria da Penha: aspectos criminológicos. São Paulo: Juruá Editora, 2010.

HOBBSAWN, Eric. A era dos impérios. São Paulo: Saraiva, 2007.

LIMA, Joelma Varão. Jornal das senhoras: as mulheres e a urbanização da corte. Disponível em:<<http://www.revistausp.br/scielo.php?pid>> acesso em 25 mar. 2016.

LOBO, Ariana. Femicídio: amor que mata. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, p.3, 14 mar. 2016.

MENDONÇA, Juliana Pina Mendonça; BRITO, Diego Alvarino. A importância da lei Maria da Penha como mecanismo de proteção às mulheres no direito brasileiro. Revista dos Tribunais, v.2, nº 5, 2010.

NASCIMENTO, Maria Lucidalva. Violência doméstica e sexual contra as mulheres. Revista de Antropologia, v.1, nº2, São Paulo, 2012.

OLGA, Think. Meu corpo não é seu: desvendando a violência contra a mulher. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PEREIRA, Alexandre Rosa; SANTOS, Maria Madalena; CÂMARA, Elias; GODOI, Mariana. Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminina. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2002.

PINTO, Virgínia Cavalcanti. Identidade feminina, família e profissão: a experiência de ser mulher na contemporaneidade. 2005. 169 f. dissertação (Mestrado em Psicologia) – Recife.

RICHARDSON, Sílvio Abedias. Pesquisa-ação. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2000.

SALLES, Rogério Dias. A mulher no contexto patriarcal brasileiro. Revista Brasileira de Sociologia, v. 15, nº 3, 1987, p.423-431.

SANTOS, Pablo. TJ-GO analisa novos juizados da mulher. O Popular. Goiânia, 28 jul. 2016. p. 12-13. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/cidade/direito-justica-1.145046/tj-go-analisa-novos-juizados-da-mulher-1.1123433>>. Acesso em: 02 maio 2017.

SEMIRA. Lei 18.052. Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher –DEAM–, nas áreas de jurisdição das Delegacias Regionais de Polícia que menciona e dá outras providências. 2013. Disponível em:<<http://www.gabinetecivil.go.gov.br>> Acesso em 27 maio de 2016.

SOARES, Marcelo. Violência e saúde no Brasil. Campinas: Papirus, 2005.

SOUZA, Eros; BALDWIN, John. A construção dos papéis sexuais femininos. Revista de Psicologia, Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v.13, nº 3, 2012. Disponível em:<<http://www.scielo.com.br/scielo.php>> Acesso em: 02 maio 2017.

SOUZA, Mário de Sá. O papel da Lei Maria da Penha: avanços e retrocessos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

APONTAMENTOS SOBRE PERMANÊNCIA (?) DA TEORIA DA INDIVIDUAÇÃO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM PELO PRINCÍPIO DA ABSTRAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO E DAS AÇÕES CAMBIÁRIAS.

NEDSON FERREIRA ALVES JÚNIOR

INTRODUÇÃO

Quando se trata sobre o Direito de Ação no Processo Civil atual, é inerente a menção a respeito da teoria que paira sobre a Ação. É preciso, portanto, ponderar sobre o direito virtual à Ação, enquanto simples garantia constitucional de pleitear uma resposta jurisdicional.

O Código de Processo Civil de 2015 traz no seu artigo 319, inciso III a exigência de o autor demonstrar os fatos e fundamentos da demanda. Esse inciso reflete a Teoria da Substanciação, que pode ser entendida, em breves palavras, como aquilo que dá sustentação à demanda do autor.

Lado contrário, também é relacionado ao Direito de Ação a Teoria da Individuação, a qual exige que o autor demonstre unicamente a violação jurídica que funda a sua Ação. A diferença jurídica e prática entre as duas teorias serão discutidas ao longo deste trabalho, ante a disponibilidade de melhor explicação e aplicação sobre as teorias em comento.

A pesquisa tem como problema verificar se o princípio da Abstração dos Títulos Crédito e as Ações Cambiárias fomentam a permanência da Teoria da Individuação no Direito brasileiro, considerando que a Teoria da Individuação foi adotada pelo Código de Processo Civil de 1939. Para isso, foi desenvolvido um estudo com base em doutrinas, artigos jurídicos, além da interpretação da legislação pertinente a cada tema.

Igualmente, é importante destacar que o objetivo geral é identificar a existência ou não da Teoria da Individuação com base no Direito Cambiário. Como consequência, os objetivos específicos de definir a amplitude e características dos Títulos de Crédito, das Ações Cambiárias; conceituar os elementos das Teorias da Substanciação e Individuação e; concluir se a segunda teoria persiste em razão das características do Direito Cambiário.

Cumprir destacar que o primeiro tópico, onde se estuda os elementos dos Títulos de Crédito, trará elementos capazes de discutir sobre a autonomia do ramo do Direito Cambiário, o qual tem aplicação material e processual próprias.

Ato contínuo será estabelecido um estudo sobre as Teorias da Substanciação e Teoria da Individuação, compreendendo uma análise histórica e doutrinária sobre estas teorias. O Código de Processo Civil, tanto o de 1973, quanto o de 2015, caminham em consonância a primeira das Teorias, ao contrário do que fez o Código de Processo Civil

de 1939. Mas uma pergunta ressalta: essa adoção clara pela Substanciação exclui do ordenamento jurídico processual a Individualização?

Inspirado nessa inquietude é que se fará a análise interdisciplinar entre o Direito Processual Civil e o Direito Cambiário, para que a partir desse ponto seja possível conhecer as influências desse último no Direito de Ação. "é interessante observar, no entanto, que, até que se consolidasse a concepção dessa autonomia, a ação era tida como simples manifestação do direito subjetivo quando ameaçado ou violado. A ideia de ação não se dissociava, pois, da ideia de direito subjetivo. Quando muito, representava a face dinâmica do direito subjetivo". (MEDINA, 2016, pág. 152). "Por isso, ENRICO TULLIO LIEBMAN procurou estabelecer limites ao exercício do direito de ação, lembrando que esta não assiste a qualquer um, senão a quem seja o titular do interesse na sua propositura, o qual, portanto, somente poderá. exerce-la demonstrando possuir tal interesse na prestação jurisdicional e fazendo-o pelo meio processual idôneo ou adequado. Duas condições se exigiriam, pois, para o exercício regular do direito de ação: o interesse de agir e a legitimidade". (MEDINA, 2016, pág. 154)

MATERIAL E MÉTODOS

A discussão sobre a teoria que envolve o Direito de Ação tem ocorrido de forma meramente didática na maioria das doutrinas, fato este justificado pela adoção da Teoria da Substanciação no Código de Processo Civil de 2015. Apesar disso, é necessário abordar o tema para questionar sobre a Teoria da Individualização ou Individualização no Processo Civil hodierno. Por isso, tem-se como problema de pesquisa a permanência ou não da Teoria da Individualização no Processo Civil em decorrência da abstração dos Títulos de Crédito e, conseqüentemente, das Ações Cambiárias. "O crédito representa, em uma ideia geral, a confiança no cumprimento das obrigações, o que facilita extremamente as transações comerciais, que nem sempre representam trocas imediatas de valores. Sem o crédito, a atividade empresarial não teria chegado ao nível atual de desenvolvimento. Foi ele que permitiu a expansão e o desenvolvimento das principais atividades econômicas existentes no mundo moderno". (TOMAZETTE, 2017, pág. 25). TEIXEIRA (online) "com o desenvolvimento do comércio internacional, em especial no século XX, tornou-se urgente a adoção de medidas extraterritoriais e a exigência de documentos para efetivação de pagamento de bens e serviços levou a várias tentativas, inicialmente sem sucesso, para uniformização dos títulos de crédito existentes. A Primeira Grande Guerra foi um dos fatores que desencadearam um estaque nas negociações de criação de uma Lei Uniforme Internacional aos títulos de crédito, entretentes, após a guerra, em 1930, as iniciativas diplomáticas tiveram sucesso, culminando na assinatura da Convenção de Genebra por diversos países, inclusive o Brasil, os quais assumiram compromisso de elaborar leis que integrassem o quanto disposto em tal convenção em seus ordenamentos jurídicos". A primeira das características que deve ser elencada, com análise na

Legislação própria, em conjunto com o art. 887 do Código Civil, é a cartularidade. Esse princípio exige que o Título de Crédito seja materializado em uma cártula, um papel contendo os requisitos caracterizadores do instituto. Salienta-se que poderá ser elemento da cartularidade o formato do título, inclusive. Pelo princípio da cartularidade, o exercício dos direitos representados por um título de crédito pressupõe a sua posse, pois somente quem exhibe a cártula (o papel, que representa o título) pode exigir a satisfação do direito que está documentado no título. Assim, em geral, quem não tem a posse do título não pode ser presumido credor. (TARCISIO, 2016, pag. 167). Para sintetizar a doutrina retro, sem papel/documento não há que se cogitar a existência de Título de Crédito, da mesma forma que um eventual credor não poderá exigir direito creditício fundamentado em Título de Crédito, uma vez que a posse e apresentação do Título é condição para a relação cambiária. Corolário da posse do Título, outro princípio é o da literalidade. O próprio artigo 887 do Código Civil faz referência expressa à esse princípio, consoante a expressão “documento único e literal”, contido na referida norma. “literal é aquilo dito sem condições ou interpretações extensivas. A literalidade indica o direito contido no Título de Crédito. “O direito emergente do título é o direito tal qual escrito no documento na seguinte expressão”. (FAZZIO JÚNIOR, 2016, pág. 309). O princípio da autonomia é o fundamento básico que desvincula o Título de Crédito do negócio jurídico que lhe deu emissão. Uma vez emitido, o Título terá existência própria e é por isso a autonomia em relação ao seu fato gerador. A obrigação contida no Título é desconexa da obrigação que ocasionou a sua emissão. O princípio tratado acima é bipartido nos seguintes subprincípios: a) abstração e, b) inoponibilidade de exceções pessoais aos terceiros de boa-fé. Essa inoponibilidade significa que o devedor deverá opor como matéria de defesa tema relacionado à relação cambiária, tal como a complementação de má-fé do Título. “É a impossibilidade em que se encontra o devedor de opor ao portador, endossatário de boa-fé, as exceções que teria em relação ao endossante”. (FAZZIO JÚNIOR, 2016, pág. 311)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Título de Crédito é um tema tratado como sub-ramo do Direito Empresarial, ainda que contenha capítulo próprio no Código Civil, compreendendo os artigos 887 a 926. O crédito é elemento importante nas relações econômicas mercantis e civis, e para representá-lo em um documento formal, fixou os Títulos de Crédito. Esses Títulos surgiram como uma necessidade de facilitar a circulação e transferência de crédito em uma época histórica onde o sistema de compensação bancária dava os seus primeiros sinais de existência. “Exteriorizam-se sob a forma de documentos que, observadas determinadas características legais, representam e mobilizam esse direito, conferindo-lhe concreção, densificando-o”. (FAZZIO JÚNIOR, 2016, pág. 307). O conjunto legal que trata sobre os Títulos de Crédito inicia-se com o a Lei Uniforme de Genebra de 1930, internalizada pelo Decreto 57.663 de 24 de janeiro de 1966, que trouxe no Anexo I “a lei

uniforme relativa as letras de câmbio e notas promissórias”. Referindo-se de forma específica, o Código Civil de 2002 trouxe no artigo 887 que os Títulos de Crédito constituem documento único e necessário para exercer o direito literal e autônomo à propriedade do crédito nele descrito. No que tange a aplicação das lições do Direito Cambiário ao Processo Civil, é lição comezinha do Direito Processual Civil que o Direito de Ação é autônomo em relação ao Direito Material. Mas para conceber essa autonomia, a ciência processual passou por algumas etapas que devem ser pontuadas Partiu-se da Teoria Inamentista, também conhecida como Teoria Civilista. Para essa teoria, o agir era consequência do direito material violado, o que excluiu a possibilidade da ameaça ao direito. A evolução da teoria retro levou Adolph Wach a conceber o Direito de Ação como autônomo em relação ao direito material. Liebman classificou o Direito de Ação como eclético, criando assim a teoria eclética, segundo a qual o direito de agir mantinha-se ligado ao direito material com base em três condições (da ação): legitimidade das partes; interesse processual e; a possibilidade jurídica do pedido. A teoria eclética foi plenamente adotada pelo Código de Processo Civil de 1973. Entretanto, o Código de Processo Civil de 2015 relativizou à teoria eclética, mantendo-a no seu texto normativo com a retirada da condição “possibilidade jurídica do pedido”, como se extrai dos artigos 17 e 485, inciso. Se considerarmos o conceito de Ação de acordo com Mouzalas et al. (2016, pág. 90) é possível concluir, de acordo com os doutrinadores citados, que o Código de Processo Civil 2015 (Novo CPC) adotou a teoria autônoma e abstrata para o Direito de Ação. Apesar do Novo CPC ter mantido a teoria da Substanciação como a fomentadora da sua causa de pedir, percebe-se que o Direito Cambiário (nos temas que foram tratados nesta pesquisa) mantém elementos da Teoria da Individuação. Nesse ponto é que a pesquisa relacionará a autonomia, especificamente a Abstração dos Títulos de Crédito, as Ações Cambiárias com a Teoria da Individuação no Processo Civil. As ações tipicamente cambiárias, como a Ação Cambial descrita no artigo 49 do Decreto nº 2.044 de 31 de dezembro de 2018 (que dispõe sobre a letra de câmbio e a nota promissória) estabelece que “a ação cambial é a executiva”. Com disposição semelhante, na Lei nº 5.474 de 18 de julho de 1968, que dispõe sobre a duplicata, o artigo 15 estabelece que a cobrança da duplicata ocorra pelo processo aplicado aos títulos executivos extrajudiciais. O rito de execução pode ser entendido como a intervenção jurisdicional capaz de satisfazer o direito contido em um título executivo judicial ou extrajudicial - no qual os Títulos de Crédito se classificam. Com o estudo dos princípios e características gerais dos Títulos de Crédito, a Abstração induz à conclusão que o credor exerce o seu direito pela simples existência do Título. Ocorrendo a data de vencimento, cobra-se independente do negócio que deu emissão a cártula ter sido anulado ou não. E essa exigência mínima de requisitos materiais transfere-se, indubitavelmente, para o processo. Tanto é que as Ações Cambiárias exigem que o credor (autor da demanda) indique apenas que o devedor não cumpriu com a sua obrigação literal contida no Título de Crédito, o qual é classificado como título executivo extrajudicial pelo Código de Processo Civil. Ora, se não há

necessidade de fundamentar juridicamente o direito ao crédito, o que ocorreria por exigência de norma estritamente processual (art. 319, inciso III do Código de Processo Civil de 2015), o Direito brasileiro mantém a Teoria da Individuação/Individualização vigente, mesmo com a ab-rogação do Código de Processo de 1939. Neste talante, a doutrina de Donizetti (2017, pág. 1209) é salutar para esclarecer que “a tutela executiva busca a satisfação ou realização de um direito já acertado ou definido em título judicial ou extrajudicial, com vistas à eliminação de uma crise jurídica de adimplemento”. Fica demonstrado, portanto, a permanência da Teoria da Individuação no Direito de Ação. Para sustentar essa afirmação Hoffman e Matresol (online), ao tratarem sobre a Teoria da Individuação ponderaram: “O que importa para a causa de pedir é a própria relação entre o direito e a situação fática como fundamento da ação ou defesa, sendo que essa teoria possui aplicação restrita no Processo Civil sendo aplicada apenas nas ações reais, executiva strictu sensu e cautelares”. A partir do momento em que o credor, no uso do seu Direito de Agir, necessita de demonstrar unicamente o fato da inadimplência, a Teoria da Individuação ganha forma nestas situações. “No entanto, por opção jurídico-social, crê-se que a adoção da teoria da individualização da causa petendi, como regra no sistema processual brasileiro, em consonância com outras reformulações, bem atenderia aos fins da jurisdição, conferindo-lhe efetividade e celeridade. Várias são as vantagens de se aplicar a teoria da individualização da causa de pedir. A sua adoção atenuaria o rigorismo do princípio da eventualidade e do sistema de preclusão. As demandas seriam mais flexíveis, permitindo uma demonstração mais maleável dos direitos das partes, bem como na prestação da tutela jurisdicional”. (SANTOS apud ALCARÁ e GARABINI, online). A facilidade permitida pela Teoria da Individuação no exercício do Direito de Ação é comprovada pela abstração dos Títulos de Crédito e reforçada nas Ações Cambiárias. Isso porque, demonstrar apenas a ocorrência com a qual o autor insurge na tutela jurisdicional garante uma celeridade processual, pois quando se veda que a parte resistente ao cumprimento da obrigação cambiária maneje matérias de defesa que destoem da relação cambiária, as etapas procedimentais são mais restritas e em menor quantidade. Destarte, é possível dizer que o ordenamento processual civil mantém a Teoria da Individuação no seu bojo, em virtude da aplicação dos institutos do Direito Cambiário pontuados nesta pesquisa, os quais facilitam o exercício do Direito de Ação.

CONCLUSÕES

Por toda a demonstração doutrinária das vantagens e aplicação processual no Processo Civil hodierno, é possível concluir que as Ações Cambiárias mantém a Teoria da Individuação, mesmo porque a legislação que dá base à Letra de Câmbio e Nota Promissória são anteriores ao Código de Processo Civil de 1919, o que justifica a adesão da referida teoria pelos processualistas da década de XX. Ainda que não seja objetivo desse trabalho propor uma mudança na teoria que envolve a causa de pedir no Código de Processo Civil de 2015, é proposta desse estudo indicar que a Teoria da Individuação

permanece existente no nosso ordenamento jurídico e deve ser discorrida nas cátedras de Processo Civil. Pela atual formatação do Processo Civil, que priva pela celeridade e economia processual desde o ajuizamento da Ação, deve ser repensadas a teoria que diz respeito a causa de pedir. Talvez o Código de Processo Civil atual não seja adepto da Teoria da Substanciação na sua integralidade. Também não adotou expressamente a Teoria da Individuação, por expressa disposição legal, mas não a proibiu. Em face disto, as discussões teóricas a respeito do Direito de Ação que guardam sentido e conduzem à uma melhoria da ciência Processual. Pelo que foi estudado neste trabalho, o Código de Processo Civil atual é tendencioso a uma Teoria Mista da causa de pedir. E para finalizar, é possível concluir pela permanência da Teoria da Individuação da causa de pedir no ramo do Direito Processual Civil, consoante os apontamentos realizados sobre a abstração dos Títulos de Crédito e nos aspectos gerais das Ações Cambiárias. Por ser um tema vasto e de aplicação prática, outros estudos devem ser realizados para que seja possível aprimorar a concepção teórica do Direito de Ação. Espera-se com esse estudo introduzir uma contribuição, ainda que superficial, para as discussões e estudos na Ciência Jurídica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCARÁ, Marcos e GARABINI, Vania Maria Basílio. Elementos da ação no atual e no projeto do novo código de processo civil. Revista Jurídica UNIGRAN / Centro Universitário da Grande Dourados. v.14, n.28. Dourados: UNIGRAN, 2012. Disponível em <http://www.unigran.br/revista_juridica/ed_anteriores/28/artigos/artigo11.php> Acesso: 18 jul 17.

BRASIL. Decreto 2.044 de 31 de janeiro de 1908. Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as Operações Cambiais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DPL/DPL2044.htm> Acesso em 06 jul 17.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 1.608 de 18 de setembro de 1939. Código de Processo Civil. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1608.htm> Acesso em 08 jul 17.

BRASIL. Decreto nº. 57.663 de 24 de janeiro de 1966. Promulga as Convenções para adoção de uma lei uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d57663.htm> Acesso em 06 jul 17.

BRASIL. Decreto nº 57.595 de 04 de janeiro de 1966. Promulga as Convenções para adoção de uma Lei uniforme em matéria de cheques. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D57595.htm> Acesso em 06 jul 17.

BRASIL. Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869impressao.htm> Acesso em 06 jul 17.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1998. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 01 jul 17

BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm> Acesso em 05 jul 17.

BRASIL. Lei nº. 13.105 de 16 de março de 2015. Código Civil. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm>. Acesso em 05 jul 17.

BUENO, Cassio Scarpinella. Novo Código de Processo Civil anotado. 3. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrinni; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. 24 ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil: INTRODUÇÃO ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento.- 19. ed. • Salvador: Ed. Jus Podivm, 2017.

DONIZETTI, Elpídio. Curso didático de direito processual civil. 20. ed. rev., atual.e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. – 17. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2016.

MEDINA, Paulo Roberto de Gouvea. Teoria Geral do Processo I. 2. ed. rev., ampl. e atual.

-Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.

MOUZALAS, Rinaldo et al. Processo Civil volume único. 8. ed. rev., am pl. e atual.- Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.

NEGRÃO, Theotonio et al. Código de Processo Civil e legislação processual em vigor. 47. ed. atual. e reform. – São Paulo : Saraiva, 2016.

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. V 2. 23ªed. atual. São Paulo: Saraiva, 2003.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. V. 1. 20 ed.São Paulo: Saraiva, 1998

TEIXEIRA, Daniela Rocha. A Lei Uniforme de Genebra e a legislação de títulos de crédito brasileira. Disponível em < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6548> Acesso em: 07 jul 17



THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum – vol. I. 58. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial: Teoria geral e direito societário, v. 1 – 8. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2017.

As Conseqüências da Portaria 1129/2017 e o Princípio Basilar da Dignidade da Pessoa Humana

Marielle Cristina Oliveira
Ivan Clementino de Souza

INTRODUÇÃO

No último dia 16/10/2017, foi publicada uma portaria, aprovada pelo então Presidente da República Michel Temer, que muda a forma de caracterização do trabalho escravo, causando indignação e revolta em grande parte no Brasil e no mundo, sendo esse um dos assuntos mais comentados nos últimos dias.

Para que possamos entender esse assunto um tanto quanto polêmico, precisamos “voltar” de forma breve aos primórdios da escravidão no Brasil e suas estatísticas.

MATERIAL E MÉTODOS

Análise Bibliográfica

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante 3 séculos, o trabalho escravo foi a principal mão de obra do Brasil e quase 5 milhões de pessoas foram trazidas “a força” para o Brasil. As lutas contra a escravidão existem desde o início de sua exploração. Em 1835, Dom Pedro II, oficializou a proibição do tráfico de escravos, inclusive sob pressão de outros países. A guerra do Paraguai também foi fundamental para a abolição da escravatura no Brasil. Dentre tantas lutas e leis que foram diminuindo o trabalho escravo, a Lei Áurea finalmente foi assinada pela Princesa Isabel em 13/05/1888, estabelecendo assim, o fim da escravidão no Brasil.

Em 1995 o Brasil ratificou, se comprometendo a respeitar as regras internacionais que regem o trabalho escravo, dentre essas regras estão: A Convenção das Nações Unidas sobre a Escravatura de 1926 e suas atualizações; A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; As Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT); A Convenção Americana sobre os Direitos Humanos;

Mesmo diante de tudo isso (lutas em longo prazo, acordos, leis), existem hoje no Brasil, inúmeras pessoas vivendo em condição análoga à de escravo, submetendo-se portanto a trabalho forçados e jornada exaustiva, em condições de trabalho degradantes, muitos trabalham apenas em troca do alimento, ou por dívidas e muitos ainda não tem “meios” de locomoção/transporte.

Tudo isso fere os princípios basilares e fundamentais da Constituição Federal Brasileira. A Dignidade da Pessoa Humana, A Liberdade, dentre tantos outros que se constituem e edificam o Estado Democrático de Direito.

Atualmente (ou antes, do início de vigência da portaria em questão), o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), através de seus fiscais do trabalho, tinha autonomia

para fiscalizar, constatar e autuar, empregadores que submetiam seus empregados a condições análogas do trabalho escravo, inclusive esses empregadores tinham o seu nome incluso na “Lista Suja de Trabalho Escravo”, disponível no site do MTE, essa lista é atualizada a cada seis meses, e esses empregadores são monitorados por até dois anos, caso o MTE não constate que houve reincidência na prática do trabalho escravo e efetuou os devidos pagamentos das infrações, esse empregador tem o seu nome excluído da “Lista Suja”.

O trabalho escravo é definido pelo artigo 149 do Código Penal, conforme segue:

Art.149 - Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena- reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º. Nas mesmas penas incorre quem:

I- cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º. A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra a criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor etnia, religião ou origem.

Podemos então constatar que o trabalho escravo não é caracterizado, por meras infrações trabalhistas, e sim um crime contra a Dignidade da Pessoa Humana.

Atualmente a mera constatação pelos fiscais do MTE de qualquer um dos elementos abaixo citado, é (ou era, vai depender do desfecho da Portaria) o suficiente para configurar a exploração do trabalho escravo:

Trabalho Forçado;

Jornada Exaustiva;

Servidão por Dívida;

Condições Degradantes;

Infelizmente, há registros de trabalho escravo em todos os estados brasileiros (principalmente para empregadores da Zona Rural). Diante de tudo o que já foi dito, o governo exonerou o servidor André Esposito (nesse mês de outubro), o então Chefe da Divisão de Fiscalização para a Erradicação do Trabalho Escravo, alegando falta de verba e causando assim, forte revolta e reação de entidades ligadas a Defesa dos Direitos Humanos, como se não bastasse, logo em seguida no dia 16/10/2017, a Portaria 1129/2017 do MTE, foi alterada, sendo tal alteração permitida pelo Presidente da República Michel Temer, tais alterações estão relacionadas a forma de caracterização de conceito do trabalho escravo. Essas mesmas alterações veio para flexibilizar a prática de

exploração de mão de obra escrava, pois com o texto dessa nova portaria, determina-se que a partir de agora, somente o Ministro do Trabalho poderá incluir empregadores na “Lista Suja do Trabalho Escravo”, determina-se também que os grupos de fiscais do trabalho, terão de atuar sempre na companhia da polícia, e deverá sempre ser lavrado um boletim de ocorrência, além do mais as inspeções para ser válidas deverão constar assinatura do empregador autuado no relatório de fiscalização.

A nova portaria cria um novo conceito de Trabalho Análogo a Escravidão, pois além de “tirar” a autonomia dos fiscais do trabalho, como mencionado no parágrafo anterior, deve ter no processo:

Fotos que comprove;

O fiscal terá que constatar e comprovar submissão do trabalhador ao trabalho exigido e sob ameaça de punição;

O cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com fim de reter o mesmo no local de trabalho;

Retenção de documentação pessoal do trabalhador;

De acordo com o texto da portaria em questão, se pelo menos uma dessas condições não for constatada e comprovada/documentada, não será considerado trabalho análogo a escravidão.

A publicação dessa portaria que altera as regras citadas trouxe grande alegria para a bancada ruralista, porém trouxe também grande indignação para a Procuradora Geral da República, para a Organização Internacional do Trabalho, para a Ministra do STF, partidos políticos e tantas outras “pessoas” de todo o mundo.

No dia 24/10, a Ministra do STF Rosa Weber, suspendeu em decisão liminar (provisória), a portaria em questão, e tem efeito até o julgamento do mérito da ação pelo plenário do tribunal, e inclusive não tem data marcada.

Para a Procuradora Geral da República Raquel Dodge, a portaria significa um “retrocesso para o país”.

A Ministra do STF Rosa Weber, também se pronunciou, justificando assim a sua decisão de suspender a portaria:

“o ato de privar alguém de sua liberdade e de sua dignidade, tratando-a como coisa e não como pessoa humana, é repudiado pela ordem constitucional, quer se faça mediante coação, quer se faça pela violação intensa e persistente de seus direitos básicos, inclusive do direito ao trabalho digno. A portaria aparentemente afasta, de forma indevida, do conjunto de condutas equiparadas a trabalho realizado em condição análoga à de escravo, as figuras jurídicas da submissão a trabalho forçado, da submissão a jornada exaustiva e da sujeição a condição degradante de trabalho, atenuando fortemente o alcance das políticas de repressão, de prevenção e de reparação às vítimas do trabalho em condições análogas à de escravo”.

CONCLUSÕES

Para finalizar, é bom que nos façamos algumas perguntas para reflexão, até que seja julgado o mérito da ação.

Você concorda com a Procuradora Raquel Dodge, quando ela diz que isso é um retrocesso para o país?

Essa Portaria pode ser considerada Constitucional, uma vez que ela fere os princípios fundamentais da Constituição Federal do Brasil?

Em sua opinião, essa Portaria pode ter sido regulamentada para atender a Banca Ruralista e por interesses políticos?

Pode Haver alguma relação entre a exoneração do Chefe da Divisão de Fiscalização para a Erradicação do Trabalho Escravo e a regulamentação dessa Portaria?

Seria justo que essa ação fosse julgada procedente, mesmo depois de tantos anos de luta?

É justo que os Fiscais do MTE percam a sua autonomia para fiscalizar e atualizar, enquanto o empregador ganha mais força na flexibilidade exposta na Portaria?

Depois de tomar conhecimento da Portaria exposta nesse resumo, você opina que essa Portaria seja julgada procedente ou não?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fonte: Portaria MTB 1129 de 13/10/2017

www.planalto.gov.br

www.mte.gov.br

ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

Claudia Rodrigues Coimbra

Myriam Christina Alves Rodrigues

Lanna Gleyce Mota Luz

Jéssica Vitória Pedroso dos Santos

INTRODUÇÃO

Segundo Marie-France Hirigoyen (2002, apud FERREIRA, 2004, p. 43), o assédio moral no trabalho tem a seguinte conceituação:

Toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se, sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradando o ambiente de trabalho.

Esse tipo de conduta é reprovável, fere a todos inclusive a organização, além de prejuízos financeiros, há degradação e insegurança do ambiente de trabalho, trazendo também prejuízos intelectuais e culturais. (BARRETO, 2009)

É importante enfatizar que o assédio moral viola a dignidade da pessoa humana do trabalhador e por isso deve ser coibido. Acarretando o sofrimento, refletindo-se na perda de sua saúde física e psicológica. (FERREIRA, 2004)

O agressor não é necessariamente o chefe, o assédio poder ser de nível vertical, ou seja, entre chefe e subordinado, pode ser horizontal, colegas da mesma função, pode haver omissão do chefe diante da agressão ocorrida, sendo esse nível descendente, ou em caso que dificilmente acontece, o assédio ascendente, subordinado comanda o superior hierárquico. É fácil notar que geralmente as pessoas usam do poder para se promover. (HIRIGOYEN, 2002 apud FERREIRA, 2004)

O assédio moral surge na relação laboral entre empresas homogêneas e conservadoras, que não estão abertas às discussões e nem sempre aceitam diversidades. (LIMA FILHO, 2009)

A relação descendente entre hierarquia e subordinado, pode haver um objetivo de eliminar a vítima e valorizar seu poder, forçando a vítima a pedir demissão e eliminando às custas adicionais. Para muitas empresas essa é uma forma de administrar seus empregados, impondo-lhes medo. (FERREIRA, 2004)

Essa conduta é representada por atos de agressão e hostilidade, ou de comunicação hostil, sem ética e de caráter abusivo que por isso mesmo deve ser repreendido em termos morais, na medida em que supõe, sob a perspectiva individual, uma perda de respeito à pessoa agredida. (LIMA FILHO, 2009)

A Constituição Federal (CF) de 1988 destaca em seu artigo I os fundamentos da República, nos quais:

Artigo 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento:

[...]

III. A dignidade da pessoa humana;

IV. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (BRASIL, 2003).

Luiz Salvador (2003 apud FERREIRA, 2004 p. 97) chama a atenção para a própria Constituição, é necessário ressaltar o fato de que a nossa Carta Política elegeu o meio ambiente (art.225) à categoria de bem de uso comum do povo. Impõe ao empregador a obrigação de assegurar ao trabalhador um ambiente de trabalho sadio.

A empresa deve prover e proporcionar aos seus empregados um ambiente de trabalho sadio, em condições físicas e materiais satisfatórios, capaz de proporcionar integração e o bom desenvolvimento das atividades laborais. (FERREIRA, 2004)

Conforme Alkimin (2006) a CLT também tem como dever de cuidar e resguardar um ambiente sadio, assegurando ao trabalhador melhorias e preservando assim sua segurança, tomando medidas que possam estabelecer regras e que visem melhorar o ambiente de trabalho.

É necessário cuidado especial aos trabalhadores vítimas de assédio moral, analisar as consequências causadas e dimensionar o dano moral, uma vez que as consequências patrimoniais deverão ser ressarcidas em danos materiais. O trabalhador vítima do assédio moral, pode além do dano moral indenizável tomar outras providências prevista na Consolidação das Leis do Trabalho. (FERREIRA, 2004)

Maria Aparecida Alkimin (2006) classifica o dano moral como puro ou direto, onde o empregador agindo de forma sistemática agride a honra do empregador, humilhando- e rebaixando-o, gerando de forma indireta o prejuízo patrimonial, conseqüentemente o prejuízo econômico e gerando o dano moral.

No novo ordenamento jurídico, como responsabilidade civil do Empregador por ato causado por empregado, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele, deixou de ser uma hipótese de responsabilidade civil subjetiva, com presunção de culpa (Súmula 341 do Supremo Tribunal Federal), para se transformar em uma hipótese legal de responsabilidade civil objetiva. (PAMPLONA FILHO, 2003, on line)

O Código Civil de 2002 manteve a responsabilidade subjetiva no art. 186, no qual o fundamento é a culpa, empregada em sentido amplo, para indicar não só a culpa stricto sensu, como também o dolo, optou pela responsabilidade civil objetiva, eis que extensas e profundas são as cláusulas que a consagram, daí conclui-se que muito pouco sobrou para a responsabilidade subjetiva. (CAVALIERI FILHO, 2005)

O art.944 do Código Civil estabelece que a indenização, deve ser mensurada, com base na extensão do dano, possibilitando ao juiz fixar a indenização com equidade. (FERREIRA, 2004)

Menezes (2002, apud FERREIRA, 2004, p. 103) comenta:

No Brasil, o assédio, além da nulidade e da reitengração no emprego, pode dar nascimento à pretensão de resolução do contrato do empregado por descumprimento de deveres legais e contratuais, rigor excessivo ou exigência de serviços além das forças do trabalhador.

O artigo 483 da Consolidação das Leis de Trabalho caracteriza a rescisão indireta, quando o empregador ou seus praticarem contra o empregado ou a pessoas de sua família ato lesivos da honra e boa fama do empregado, assim como a ofensa física. (BRASIL, 2005)

O artigo 482 da CLT, não deixa dúvidas que o assédio moral cometido por empregado em relação ao colega de trabalho ou ao superior hierárquico, preenche os requisitos para rescisão por justa causa. (BRASIL, 2005)

MATERIAL E MÉTODOS

Quanto à metodologia empregada, registra-se que o método utilizado para a elaboração da monografia foi o de compilação ou o bibliográfico e pesquisa de campo. Salienta-se, ainda, que todos os procedimentos utilizados foram caracterizados pela precisão de ideias, clareza e concisão dos argumentos.

Para a coleta de informações sobre a ocorrência de assédio moral no trabalho foi aplicado um questionário adaptado do modelo do site Assédio Moral no Trabalho (ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO, 2012 on line) e posteriormente a coleta dos resultados foi realizado a análise e plotagem dos dados e criação dos gráficos demonstrativos no programa Microsoft Office Excel 2007.

Após a leitura dos dados os participantes foram distribuídos em dois Grupos: Grupo Assédio Moral no Trabalho (AMT) e Grupo Controle (CT). O Grupo AMT corresponde aos participantes que apresentaram vivência em situações que indicaram assédio moral no trabalho, preconizado pelo questionário. O Grupo CT corresponde aos participantes que não assinalaram no questionário os requisitos que indicavam situações de assédio moral no trabalho.

Os dados mais relevantes foram registrados em gráficos e analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicaram no Gráfico 1 um maior número de participantes dos 20 a 30 anos que sofreram assédio moral no trabalho. Essa pontuação alta pode ser decorrente da amostra coletada em um contexto universitário, onde se espera uma maior população de estudantes com essa faixa etária. Desta forma não há como afirmar que a população mais jovem possa ser suscetível a maior intensidade aos assédios morais no trabalho.

Os resultados do Gráfico 1 ainda indicaram tanto na amostra total dos participantes como nas categorias (masculino e feminino) uma pontuação alta de participantes que sofreram assédio moral no trabalho em comparação ao grupo de

participantes que declararam não estarem atualmente sendo vítimas de assédio moral. Esses dados sugerem uma frequência alta de assédio moral no meio trabalhista.

No Gráfico 2 os dados apresentaram em todos os setores de atividade (Privado, Público e ONG) uma representação superior de participantes que compõem aos critérios de classificação do Grupo AMT em comparação ao Grupo CT que não sinalizaram assédio moral no trabalho. Os resultados dessa amostra indicaram ocorrência de assédio moral no trabalho em todos os setores de atividade.

As situações de assédio moral que os participantes do Grupo AMT sinalizaram no questionário foram registrados no Gráfico 3. Os dados mostraram a ocorrência de maior intensidade de determinadas situações em detrimento de outras de menor fluência. No entanto, o que o questionário, também, ressalta é a frequência e duração do assédio moral. Os participantes do Grupo AMT declararam uma duração do assédio entre 2 meses a 6 anos e de uma frequência diária, semanal e mensal. As situações registradas pelos participantes indicaram possibilidades de dano moral, físico e psicológico para os indivíduos do Grupo AMT.

O Gráfico 4 apresentou informações sobre o posto de trabalho e a organização do trabalho sinalizados pelos participantes do Grupo AMT. Os participantes marcaram no questionário as afirmações (SIM ou NÃO) indicando os itens que respondiam melhor as questões. Foi avaliado se o setor de atuação havia organização no trabalho e se ocorriam algumas das dificuldades apontadas pelo questionário. Os itens de 2 a 6 indicaram uma pontuação alta de SIM, sugerindo uma vertente negativa quanto as dificuldades encontradas na empresa. Nos itens 8 e 11 indicaram uma pontuação alta de SIM, nessa perspectiva, a pontuação indicou pontos positivos quanto a organização das empresas. No entanto, os itens 9 e 10 apresentaram sinalização negativa quanto a organização do trabalho.

Entretanto, não há como afirmar se as condições de organização de trabalho e as dificuldades trabalhistas citadas no questionário possam contribuir para a ocorrência de assédio moral no trabalho, ou que boas condições no trabalho possam impedir ou diminuir o índice de assédio moral. Pois o questionário mostrou que não houve condições de trabalho específicas para cada grupo e sim diversidade entre eles.

O estilo do chefe e como esse toma as decisões dentro da empresa foi registrado no Gráfico 5. Os resultados mostraram maior pontuação para os comportamentos em dar maior importância a produção e demonstrar pouco interesse pelo empregado (item 5) e em decidir sem consultar os subordinados (item 10). Esses dados indicam a possibilidade de o chefe apresentar um perfil autoritário e com probabilidade de apresentar, também, baixa habilidade de relacionamento com os funcionários. No entanto, alguns participantes do Grupo AMT marcaram itens que indicaram um perfil de chefe com características democráticas no trabalho e de um bom perfil de relacionamento social na empresa. Veja os itens 2, 4, 6, 7 e 8 do Gráfico 5, os quais indicam um chefe que apresenta boa habilidade nas tomadas de decisões com os empregados na empresa e de boa habilidade social.

Os resultados mostraram que os itens 1, 2 e 3 indicam problemas de comunicação na empresa quanto aos grupos e equipes, em destaque estão as seguintes situações: (1) não se ajudam mutuamente; (2) existem pessoas que impedem o encaminhamento das ideias e sugestões para a diretoria; (3) há pessoas que guardam as informações que recebem e não passam adiante e (4) ocorrem boatos que impedem o acesso a verdade das informações. Esses eventos sugerem que o clima organizacional é de alta competitividade aversiva e coercitiva, com probabilidade de ocorrência de conflitos e de baixa habilidade nos relacionamentos interpessoais.

Em suma, os dados registrados pelo questionário sugerem uma alta ocorrência de assédio moral no trabalho em detrimento de vários motivos, desde as questões pessoais entre o trabalhador e empregado, como também situações de ordem de abuso de autoridade, a problemas pessoais do patrão que refletem no seu desempenho como trabalhador da empresa, transtornos psicológicos que comprometem a personalidade, dentre outros.

CONCLUSÕES

Pode-se afirmar que o assédio moral, é, antes de tudo, uma agressão à dignidade moral do trabalhador, podendo afetar não somente o direito fundamental, mas a outros direitos como a saúde, a privacidade, a liberdade de expressão, etc.

É uma conduta que merece ser combatida, na medida em que não é apenas o trabalhador é vítima de assédio, mas também a sua família, empresa e toda sociedade que termina por ele pagando e com isso fazendo com que ela peça demissão, podendo gerar depressão ou até mesmo levando ao suicídio.

É preciso uma medida preventiva por intermédio de políticas esclarecedoras e transparentes de recursos humanos e relacionamento socioambiental.

É necessário que se tenha mais pesquisa, buscando levar ao conhecimento de todos o que é assédio, o que ele provoca que seja avaliado o comportamento da vítima e do agressor, traçando em linhas gerais o seu perfil, que tenha como proposta à aplicação de um questionário para avaliar o ambiente de trabalho. A CIPA (Comissão Interna Prevenção Acidente) pode fazer o papel de intermediação entre empresa, sindicato e colaboradores nessa proposta.

Pode-se observar na aplicação do questionário durante a produção desse trabalho, que uma grande maioria dos entrevistados não “sabia que sofriam” assédio moral, muitas pessoas acreditam que ser humilhada, passar por constrangimentos, receber insultos, ser isolada, não passa de uma forma de administração, por medo se calam, é preciso que mais pessoas sejam conscientizadas e que lutem por um ambiente sadio.

Como objetivo principal e antes de tudo contribuir para uma discussão mais abrangente e que os operadores do Direito busquem medidas capazes de garantir a

violação à dignidade humana do trabalhador, resguardando assim a vida que é o bem maior que cada ser humano possui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKIMIM, Maria Aparecida. Assédio moral na relação de emprego. 2005, 2ª tir. Curitiba: Juruá, 2006.

BARRETO, Marco Aurélio Aguiar. Assédio moral no trabalho: Responsabilidade do empregador: perguntas e respostas. 2. ed. São Paulo: LTr, 2009.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Coleção RT mini códigos. Constituição Federal. Consolidação das leis do trabalho. Legislação trabalhista e previdenciária. Organizador Nelson Mannrich. 6ª ed. rev. Atual. São Paulo: RT, 2005.

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Coleção RT Mini Códigos. 6. ed. rv., atual. São Paulo: Edirora Revista dos Tribunais, 2003

CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de responsabilidade civil. 6ª ed. rev. aum. atual. 2ª tir. Rio de Janeiro: Malheiros Editores, 2005.

FERREIRA, Hádassa Dolores Bonilha. Assédio moral nas relações de trabalho. Campinas: Russell. Editores, 2004.

LIMA FILHO, Francisco das Chagas. O assédio moral nas relações laborais e a tutela da dignidade humano do trabalhador. São Paulo. LTr, 2009.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Responsabilidade civil nas relações de trabalho e o novo Código Civil brasileiro, 2003 disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/6723/responsabilidade-civil-nas-relacoes-de-trabalho-e-o-novo-codigo-civil-brasileiro>. Acessado em 05 de maio de 2012.

ASSOCIAÇÃO ENTRE FUNGOS MICORRIZICOS ARBUSCULARES E BACTÉRIAS DIAZOTRÓFICAS NA PROPAGAÇÃO DE MANDIOCA

Diogo Jânio de Carvalho Matos

Anderli Divina Ferreira Rios

Victor Alves Ribeiro

Leidiane dos Santos Lucas

Wagner Gonçalves vieira Júnior

Dailton da costa leite

INTRODUÇÃO

A mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) conhecida como macaxeira ou aipim, dependendo da região, é uma espécie nativa do Brasil e tem suas lavouras espalhadas por todo território nacional. (VALLE, 2005). O Brasil ocupa a segunda posição na produção mundial de mandioca, com cerca de 15 % da produção mundial, considerando toda a cadeia produtiva, o cultivo da mandioca emprega cerca de dois milhões de pessoas, sendo a agricultura familiar responsável por 84% da produção no país. (DEVIDE et al, 2017)

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) a área plantada de mandioca em 2016 foi de 2,1 milhões de hectares, a região norte é a região com maior área plantada, 860 mil hectares, seguida pela região nordeste com 800 mil hectares, região sudeste com 148 mil hectares, região sul com 260 mil hectares e a região centro-oeste com 66 mil hectares. (IBGE, 2017)

A produtividade de mandioca no Brasil em 2016 foi de 23 mil toneladas, a produção por região foi a seguinte: a região norte produziu 8,5 mil toneladas, a região nordeste: 5,7 mil toneladas, a região sudeste: 2,2 mil toneladas, a região sul: 6 mil toneladas e a região centro-oeste: 1,2 mil toneladas. (IBGE, 2017)

Balota et al, (1999) observaram que em condições naturais a cultura da mandioca tem-se associado com um grande número de espécies de fungos micorrizos, porém apenas algumas espécies se mostram eficientes. Outros estudos corroboram com esses resultados, em culturas da região do Sul de Minas Gerais observaram-se 181 esporos por 100 g de solo, com predominância de *A. scrobiculata* e *Gigaspora* sp. (SIQUEIRA et al, 1989)

Estudos realizados com grupos de microrganismos de solo para avaliar seus efeitos na nutrição de plantas, particularmente com bactérias diazotróficas, constataram a ocorrência de bactérias pertencentes ao gênero *Azospirillum* e *Klebsiella* na rizosfera da cultura da mandioca. (BALOTA et al, 1995)

Observa-se que a presença de algumas espécies de bactérias diazotróficas aumentam a colonização micorrízica já a partir do 30º dia, e que o crescimento micelial do fungo micorrízico é estimulado por exsudatos liberados da planta da mandioca e de exsudatos das bactérias diazotróficas. (BALOTA et al, 1995)

Objetivou-se com este trabalho avaliar a ação de bactéria diazotróficas do gênero *Azospirillum* associadas com fungos micorrízicos arbusculares no desenvolvimento da cultura da mandioca.

MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi conduzido no município de Goianésia, Go, sob as coordenadas: -15° 19' 03" S, -49° 07' 03" W com altitude média de 640m. As manivas foram plantadas no dia 13 de abril de 2017, o trabalho foi instalado em um ambiente sombreado a 80%. A cultivar utilizada foi a Vassourinha, catalogada como BGM-06 no Banco de Germoplasma da Embrapa – CNPMF, Cruz das Almas, BA. Cultivar de porte ereto, que tem como principal característica a precocidade, altamente usada na região como produto de mesa.

O delineamento adotado no trabalho foi o DBC (Delineamento em blocos casualizados), com cinco repetições. Foram quatro tratamentos. Tratamento 01: controle; tratamento 02: inoculação com bactéria diazotróficas; tratamento 03: inoculação com fungos micorrízicos arbusculares (FMA); tratamento 04: inoculação com bactéria diazotrófica e fungos micorrízicos.

Adotou-se o uso de sacos de polietileno com capacidade de 1 kg de substrato. O substrato foi esterilizado em uma autoclave por 90 minutos a uma temperatura de 120° C, para eliminar a presença de microrganismos presentes no solo.

As manivas foram cortadas e selecionadas observando tamanho e peso padrão, para não interferirem nos dados, 12 cm e 40 g.

Foram realizadas extrações de fungos micorrízicos utilizando o método de extração úmido. Para a inoculação com os fungos micorrízicos, para cada 1 kg de substrato esterilizado foram colocados esporos extraídos de 1 kg de solo.

Os tratamentos inoculados com a bactéria *Azospirillum* as manivas ficaram embebidas em uma solução de 50 ml de bactéria com 1 litro d'água por 20 minutos.

A irrigação foi realizada sempre que necessária, por aspersão, para manter as plantas em crescimento e desenvolvimento sem deficiência hídrica.

Para avaliar o dia da brotação o experimento foi observado diariamente, aos 30 dias após o plantio foram avaliadas as outras classes, a altura da planta foi medida a partir da raiz até a última folha, para o comprimento das raízes foi considerada a raiz mais comprida de cada planta, para avaliar o volume da planta usou-se uma proveta de 1000 ml onde completava-se de água até 800 ml adicionava-se a planta com as raízes e observava-se o volume que aumentava na proveta, Os dados foram submetidos a análise de variância, seguido pelo teste de Tukey a 5% de probabilidade para comparação de médias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O tratamento inoculado com as bactérias diazotróficas e com FMA apresentaram o menor tempo para brotação, em média 09 dias após o plantio. O tratamento que foi inoculado com as bactérias e o tratamento que foi inoculado com FMA não se diferiram estatisticamente, apresentaram 13 e 14 dias para a brotação após o plantio, respectivamente. O tratamento com a presença do FMA não se diferiu estatisticamente do tratamento controle, este apresentou brotação aos 16 dias após o plantio. (Tabela 01).

Na altura da planta observa-se que não houve diferença estatística entre o tratamento onde foi inoculado bactérias diazotróficas e FMA e o tratamento onde foi inoculado apenas bactérias diazotróficas, apresentando 40,2 e 34,8 cm respectivamente, mas se diferiram estatisticamente do tratamento inoculado com FMA 28,8 cm e do tratamento controle 28 cm. No comprimento das raízes o tratamento inoculado com bactérias e FMA apresenta média de 31,6 cm não se diferenciando estatisticamente do tratamento inoculado com bactérias, 30,2 cm, este não se difere estatisticamente dos demais tratamentos, onde apresentam médias de 28,8 cm o tratamento com FMA e 28 cm o tratamento testemunha. No volume da planta o tratamento com bactérias e FMA apresenta 0,112 dm³, o tratamento com as bactérias apresenta 0,092 dm³, não se diferenciando estatisticamente uma da outra, mas diferem dos demais tratamentos, tratamento com FMA apresenta 0,064 dm³ e o tratamento testemunha apresenta 0,066 dm³. Vários autores (BALOTA et al, 1995; BALOTA et al, 1999; SIQUEIRA et al, 1989) encontraram resultados em que os fungos micorrízicos se associam com a mandioca. Balota et al (1995) encontraram resultados da associação das bactérias diazotróficas na rizosfera da mandioca.

CONCLUSÕES

A inoculação da mandioca com a bactéria diazotrófica na presença dos fungos micorrízicos influenciaram no dia da brotação.

A altura da planta foi maior quando inoculada com bactérias diazotróficas e dos FMA.

As raízes se desenvolveram mais na presença das bactérias diazotróficas.

Houve um ganho no volume das plantas inoculadas com bactérias diazotróficas e FMA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALOTA, É. L., LOPES, E. S., HUNGRIA, M., & DOBEREINER, J. (1995). INTERAÇÕES E EFEITOS FISIOLÓGICOS DE BACTÉRIAS DIAZOTRÓFICAS E FUNGOS MICORRÍZICOS ARBUSCULARES NA MANDIOCA. Pesquisa Agropecuária Brasileira, 1335-1345.

BALOTA, E. L., LOPES, E. S., HUNGRIA, M., & DÖBEREINER, J. (1999). OCORRÊNCIA DE BACTÉRIAS DIAZOTRÓFICAS E FUNGOS MICORRÍZICOS ARBUSCULARES NA CULTURA DA MANDIOCA. Pesquisa agropecuária Brasileira, 1265-1276.

DEVIDE, A. C., CASTRO, C. M., RIBEIRO, R. D., & VALLE, T. L. (09 de 05 de 2017). EXPERIÊNCIAS COM PRODUÇÃO ORGÂNICA DE MANDIOCA E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA. Fonte: Centro de Raízes e Amidos Tropicais : <http://www.cerat.unesp.br/Home/compendio/palestras/palestra6.pdf>

IBGE. (09 de 05 de 2017). Levantamento Sistemático da Produção Agrícola . Fonte: IBGE - Instituto Nacional de Geografia e Estatística: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/>

SANTOS, J. R. (09 de 05 de 2017). CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento . Fonte: www.conab.gov.br

SIQUEIRA, J. O., COLOZZI-FILHO, A., & OLIVEIRA, E. D. (1989). Ocorrência de Micorrizas vesicular-arbusculares em agro e ecossistemas do estado de Minas Gerais. Pesquisa Agropecuária Brasileira, 1499-1506.

VALLE, T. L. (julho-setembro de 2005). Mandioca: dos índios à agroindústria. ABAM - Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca, 24-25.

Atuação da Defensoria Pública Brasileira na Proteção do Direito Humano ao Meio Ambiente

Lucas Ferreira Costa

Fernanda Heloisa Macedo Soares

Luana Santos Ferreira

Jean Carlos Moura Mota

Carlos Alberto da Costa

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o marco de uma nova era jurídica na República Federativa do Brasil, abrangendo em seu texto novos direitos e novos deveres, trazendo em si, uma nova concepção jurídica do meio ambiente, que passa a ser tutelado constitucionalmente e a estar vinculado as garantias fundamentais. Tornando-se, inclusive, uma das constituições mais avançadas em matéria ambiental.

A Lei fundamental traz em seu escopo o artigo 225 que trata do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Mencionado artigo impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de proteger e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Portanto, entende-se aqui como um direito fundamental indisponível do homem. Ademais, percebe-se pelo texto constitucional que se propõe a solidariedade e cooperação entre o Poder Público e a coletividade na defesa e conservação do meio ambiente.

Neste sentido, o Poder Público deve assegurar e garantir que todos tenham acesso ao meio ambiente sadio. Inclusive, se necessário, por meio judicial. Esta última questão traz à luz outra preocupação, qual seja: o acesso dos cidadãos socialmente vulneráveis em busca de seu direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado ou de seu direito à saúde e vida digna, por estarem intimamente relacionados ao meio ambiente sadio.

A solução para essa situação é dada pela Defensoria Pública, que é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma da lei.

A Defensoria Pública, portanto, encarregada constitucional e institucionalmente do atendimento, orientação e defesa de todos aqueles sem condições financeiras de custear um processo ou um advogado garantirá o acesso à justiça a estes cidadãos.

Dito isto, os cidadãos que tiverem seu direito ao meio ambiente equilibrado restrito ou mesmo violado e que sejam socialmente vulneráveis poderão recorrer à Defensoria Pública em busca de uma prestação jurisdicional.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa tem como finalidade compreender de que formas a Defensoria Pública atua na proteção do meio ambiente, visto que o meio ambiente ecologicamente saudável é um direito fundamental do homem. Para tanto utilizou-se o método dedutivo e a pesquisa bibliográfica, pautada em materiais publicados em livros e artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Constituição Federal de 1988 preconiza que todos têm direito ao meio ambiente e, assim, todos devem protegê-lo. Portanto, é dever compartilhado do Estado e da sociedade. Ademais, o meio ambiente é essencial à sadia qualidade de vida, é bem de fruição coletiva, direito difuso e intergeracional

Nesse sentido, a par dos direitos e deveres individuais e coletivos elencados no título de abertura da Constituição, acrescentou o legislador constituinte, no caput do art. 225, um novo direito humano fundamental, direcionado ao desfrute de adequadas condições de vida em um ambiente saudável ou, na dição da lei, “ecologicamente equilibrado”. (MILARÉ, 2013, p. 119)

Assim, tem-se o princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental que, tal como o próprio nome diz, preceitua o meio ambiente ecologicamente equilibrado à figura de direito fundamental e, desse modo, atrelado ao princípio da dignidade da pessoa humana.

O meio ambiente equilibrado pertence aos direitos de terceira geração. Nas palavras de Bobbio (2004, p. 6), “os direitos de terceira geração, como o de viver num ambiente não poluído, não poderiam ter sido sequer imaginados quando propostos os de segunda geração”.

Os direitos de terceira geração consagram os princípios da fraternidade e da solidariedade; são relacionados ao meio ambiente, patrimônio comum da humanidade, progresso, etc. Sempre relacionado às formações sociais e interesses de titularidade coletiva ou difusa.

[...] os direitos da terceira geração tendem a cristalizar-se no fim do século XX enquanto direitos que não se destinam especificamente à proteção dos interesses de um indivíduo, de um grupo ou de um determinado Estado. Têm primeiro por destinatário o gênero humano mesmo, num momento expressivo de sua afirmação como valor supremo em termos de existencialidade concreta. (BONAVIDES, 2010, p. 569)

Tendo em vista essa mudança, a Constituição Federal de 1988 é a principal fonte formal do Direito Ambiental. Aliás, o próprio artigo 225 e demais menções ao meio ambiente demonstram que o Direito Ambiental é essencialmente um direito constitucional. (ANTUNES, 2014, p. 61)

Vislumbra-se a importância dada ao meio ambiente, a partir da carta de 88, portanto, todos devem ter direito à ele. Aqui encontra-se outro direito fundamental que recebeu atenção especial do constituinte originário, o acesso à justiça.

A evolução histórica do modelo de assistência judiciária gratuita oferecida pelo Estado aos hipossuficientes está diretamente relacionada à criação da Defensoria Pública. A partir desse momento, o Estado assume um múnus público que objetiva a garantia de orientação e defesa técnica no âmbito do poder judiciário à população socialmente vulnerável, mormente pela concessão de isenção de taxas e custas judiciárias.

No transcorrer da história republicana do Brasil, foi-se necessária a estruturação de um órgão estatal cuja função seria a prestação de um serviço público e gratuito aos pobres que constituem a maioria da população brasileira.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 trouxe na Sessão IV, artigos 134 e 135, a organização de uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, denominada Defensoria Pública, cujas atribuições pautam-se na “orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.”

Nesse sentido afirma Ré (2005, online):

A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados. [17] Ela representa a forma pela qual o Estado Democrático de Direito promove a ação afirmativa, ou discriminação positiva, visando à inclusão jurídica daqueles econômica e culturalmente hipossuficientes, em observância ao disposto no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, que prevê o direito fundamental à assistência jurídica, cujos titulares são aqueles que comprovarem insuficiência de recursos, na forma prevista na Lei nº 1060/50, que estabelece o conceito jurídico de "necessitado".

Não obstante, a Defensoria Pública não deve se restringir a apenas um instrumento patrocinador de causas judiciais, tendo em vista tratar-se de uma instituição democrática cuja função também é promover a inclusão social, jurídica e cultural dos grupos sociais segregados, visando a concretização universal dos direitos humanos, tanto no âmbito nacional como internacional.

Os tribunais, por entendimento majoritário, reconhecem a Defensoria Pública como legítima para a propositura da Ação Civil Pública.

(...) 2. Este Superior Tribunal de Justiça vem-se posicionando no sentido de que, nos termos do art. 5º, II, da Lei nº 7.347/85 (com a redação dada pela Lei nº 11.448/07), a Defensoria Pública tem legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar em ações civis coletivas que buscam auferir responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. (...) (STJ. 1ª Turma. REsp 912849/RS)

Neste sentido, através do julgamento da Ação de Inconstitucionalidade 3.943, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, que a Defensoria Pública é legítima para propositura de Ação Civil Pública, visto que, esta não se limita à atuação exclusiva do Ministério Público.

A Lei Complementar nº 80 de 12 de janeiro de 1994, traz expressamente em seu artigo 4º, inciso VII, que é função inerente à defensoria pública:

(...) Promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes.

Todavia, apesar de já se reconhecer a legitimidade dessa instituição para propositura da ação civil pública, a Lei 11.448/2007 trouxe uma importante inovação ao acrescentar a Defensoria Pública ao rol de legitimados - previsto no artigo 5º, inciso II da Lei 7.347/85 - para ajuizar mencionada ação.

Percebe-se, portanto, que a Defensoria Pública é legítima para a propositura da Ação Civil Pública. Logo, essa instituição tem legitimidade para defender em matéria ambiental os socialmente vulneráveis, pois, trata-se de direito fundamental difuso.

CONCLUSÕES

O meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, consagrado como direito fundamental, é elemento indispensável à qualidade de vida; sendo um bem de uso comum do povo, devendo ser preservado pelas presentes e paras as futuras gerações. Portanto, é um direito indispensável.

O meio ambiente e as mudanças nele provocadas pelo homem estão diretamente relacionados com os direitos à vida e à saúde, visto que um meio ambiente equilibrado e sadio oferece as condições ambientais necessárias para a propagação da fauna e flora e, conseqüentemente, propício para a sobrevivência humana. De tal forma, o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito humano.

Assim, a proteção e preservação do meio ambiente são deveres de todos, a responsabilidade é compartilhada entre o Poder Público e os cidadãos. Isto é, todos os indivíduos têm deveres e direitos relacionados ao meio ambiente; não importando, pois, sua condição financeira. Para tanto, a Defensoria Pública, instituição responsável pelo acesso à justiça daqueles cidadãos, deve defender e promover os direitos humanos. Ou seja, deve buscar o provimento jurisdicional em matéria ambiental, pois trata-se de direito fundamental e reconhecidamente humano.

Nesse sentido, a Defensoria pode propor Ação Civil Pública, com texto dado pela Lei nº 7.347 de 1985 e pelo entendimento do STF, tratando-se de matéria ambiental. Isto é, a Defensoria Pública possui legitimidade ativa para propor Ação Civil Pública em casos de conflitos de interesses difusos.

Percebe-se, portanto, o cumprimento de preceitos fundamentais: acesso à justiça, direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, defesa do meio ambiente por intermédio da Defensoria Pública, alcançando assim as presentes e futuras gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 24ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

BORGE, Felipe Dezorzi. Defensoria Pública: Uma Breve História. Revista Jus Navigandi. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/14699/defensoria-publica-uma-breve-historia>>. Acesso em: 03/11/2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

BRASIL. Lei nº 11.448, de 15 de Janeiro De 2007. Altera o art. 5o da Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública, legitimando para sua propositura a Defensoria Pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111448.htm. Acesso em: 31/10/2017

BRASIL. Lei Complementar nº 80, de 12 de Janeiro de 1994. Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp80.htm. Acesso em: 31/10/2017

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 1ª Turma. REsp 912849/RS, Rel. Min. José Delgado, julgado em 26/02/2008. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:superior.tribunal.justica:turma.1:acordao;resp:2008-02-26;912849-828398>. Acesso em: 31/out/2017

MARTINES, Fernando. Defensoria só pode propor ação civil pública em casos específicos, diz Streck. Consultor Jurídico. 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-nov-03/defensoria-propor-acao-publica-certos-casos-streck>>. Acesso em: 03/11/2017.

MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 8ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 37ª ed. rev. e atual., São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

RÉ, Aluísio Iunes Monti Ruggeri. A Legitimidade Ativa da Defensoria Pública na Tutela Coletiva do Meio Ambiente. Revista Jus Navigandi, Teresinha, ano 13, nº 1823, 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11409/a-legitimidade-ativa-da-defensoria-publica-na-tutela-coletiva-do-meio-ambiente>>. Acesso em: 03/11/2017.

Auxílio Reclusão: a perplexidade e desinformação da população acerca desse benefício

Abenilda Loures Ferreira

Maisa França Teixeira

INTRODUÇÃO

Por se tratar de um tema complexo aos olhos da sociedade, o auxílio-reclusão será abordado de modo a diminuir a perplexidade que permeia as mentes de grande parte da população brasileira.

Esse benefício é devido apenas aos dependentes do segurado do INSS, que contribui regularmente, até o momento em que, por circunstâncias diversas, for preso em regime fechado ou semiaberto. Serão observadas as mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado de baixa renda, que não receber remuneração da empresa e nem estiver em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria.

Criado com o intuito de amenizar a situação precária em que, provavelmente, os dependentes do recluso viverão, vez que, perderão o apoio econômico advindo do segurado. A pessoa recolhida à prisão fica sob a responsabilidade do Estado, terá um teto, alimentação e cuidados básicos necessários à sua sobrevivência. Ao passo que, seus dependentes, notadamente, pagarão uma condenação injusta, como se culpados fossem.

O auxílio-reclusão será mantido enquanto o segurado permanecer detido ou recluso. Em caso de fuga, será suspenso, voltando a ser pago quando o segurado for recapturado. Caso isso aconteça após o período de graça, o benefício não voltará a ser pago.

Criticando a suspensão do auxílio-reclusão em razão de fuga, Alves (2007, p. 112), questiona:

O segurado está preso, logo, está sob a guarda do Estado. Portanto, se há fuga, que culpa a família tem? Nenhuma, pois não podemos presumir que a família tem conhecimento. Quando ocorre a fuga, tanto o Estado quanto a família não sabem onde o preso/segurado encontra-se, nem mesmo se está vivo. Mas se houve a fuga, esse fato é notório, sendo notório, não necessita de declaração de ausente, basta apresentar a prova de que houve a fuga e transformar o auxílio-reclusão e pensão por morte por desaparecimento e não pela ausência. Por amor à argumentação ressaltamos: se o segurado está desaparecido em virtude de ter empreendido fuga, o Estado, como seu guardião, não tem conhecimento se ele está vivo ou morto. O que é notório e incontestável é que o segurado desapareceu ao fugir.

Como o conceito de baixa renda não tem uma definição legal, para que a família tenha direito de receber o referido auxílio, é necessário que o segurado, que está sendo preso, não esteja percebendo um salário superior a R\$ 1.212,64, estatística atualizada. O

valor desse benefício é atualizado sempre no começo de cada ano por uma portaria, que, no ano em curso, foi a Portaria MF n.º 8 de 13 de janeiro de 2017.

Ante ao exposto, questiona-se: Por que a população faz tantas críticas a esse benefício? O que pode ser feito para se mobilizar em massa, no sentido de acabar com interpretações equivocadas? Onde o auxílio-reclusão encontra amparo legal? De onde vem o dinheiro pago aos dependentes do prisioneiro? Vem dos impostos pagos pela sociedade? Seu valor é firmado conforme a quantidade de filhos do recluso? Como é feita a divisão desse salário entre seus dependentes?

A presente pesquisa fundamenta-se em razão de algumas reflexões acerca do auxílio reclusão. Partindo-se do pressuposto de que pouca é a informação que se tem a respeito desse benefício, mister se faz sua desmistificação mediante a uma população que se encontra sujeita aos desmandos de uma mídia sensacionalista e manipuladora.

Com o objetivo de expor pontos importantes, a fim de possibilitar maiores esclarecimentos à sociedade, dirimindo dúvidas e asseverando as peculiaridades desse benefício em relação à concessão; a seus beneficiários; à sua constitucionalidade e aos princípios que lhes são inerentes, mas acima de tudo, o papel da previdência social brasileira.

A Previdência Social é o instituto da seguridade social que se diferencia da saúde pública e da assistência social por seu caráter contributivo compulsório, daí a origem do Auxílio-Acidente, Pensão por Morte e Auxílio Reclusão, benefícios estes devidos somente aos indivíduos que contribuem para com o regime.

O auxílio reclusão está previsto no art. 80 da Lei 8.213/1999, que consiste em beneficiar exclusivamente os dependentes do segurado, neste caso, o preso. Vez que, faz-se mister, reconhecer a dignidade da pessoa humana, um princípio constitucional basilar do ordenamento jurídico. Tal benefício contribui na mitigação da desigualdade socioeconômica do País, além de implementar distribuição de renda.

A dignidade da pessoa humana é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se em um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que apenas excepcionalmente possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos.

Parece bem justo que apenas tenha esse direito as famílias oriundas de um genitor contribuinte da Seguridade Social. Iníquo seria um cidadão contribuir para beneficiar familiares de alguém que, supostamente, feriu a dignidade humana de outrem, enquanto famílias sem máculas caíam no esquecimento, e ficam à mercê da sorte.

MATERIAL E MÉTODOS

O auxílio-reclusão é um tema por vezes discutido pelos meios de comunicação social, como também pela sociedade em geral, e esta, por vezes, exterioriza manifestações contrárias a este benefício, que, por sua vez, é fundamentado e garantido pela Lei Maior.

Embora sendo uma “benesse” garantida por lei, as pessoas desprovidas de informações legais, costumam fazer questionamentos do tipo: “Nós temos que trabalhar de sol a sol para ganharmos um salário mínimo e esses bandidos além de ganharem comida, sem trabalhar, ainda recebem salários”; “Como é que pode uma coisa dessas...?”; “isso só acontece no Brasil mesmo”; “o governo deveria aumentar o salário mínimo, e não dar dinheiro a esses bandidos”...

Considerando-se que boa parte da população brasileira é leiga no que tange direitos do trabalhador segurado pela Previdência social, e mais ainda, do segurado recluso, sujeita está aos desmandos de uma mídia manipuladora e sensacionalista.

No intento de reduzir as diversas interpelações equivocadas, mister se faz uma pesquisa ao direito penal e ao previdenciário, no sentido de revelar a tônica da realidade brasileira no tocante ao auxílio-reclusão. Conhecer sua evolução histórica e legislativa, bem como sua legalidade, ajudará na compreensão deste benefício.

O estudo apresentado terá como pular de abordagem, as disciplinas de Direito Previdenciário, Direito Constitucional e Direito Civil. No intento de atingir o objetivo deste projeto, terá, o mesmo, a natureza de pesquisa básica, vez que propõe a exposição de pontos relevantes para gerar conhecimentos novos e úteis à população, e, em especial, às pessoas que estão vivenciando aquela situação. Os problemas vivenciados pelo público-alvo serão, experimentados na busca pela concessão do benefício previdenciário, especificamente o auxílio-reclusão, a que tem direito os dependentes do segurado detento.

Ademais, terá como método científico o indutivo, pois consiste em se estabelecer uma referência geral. Sendo seu objetivo de estudo de viés exploratório, a partir de levantamentos dos procedimentos técnicos, bibliográficos, proporcionando conhecimentos relevantes acerca do direito previdenciário, de cunho pecuniário.

Para isso, sua abordagem será feita de forma qualitativa numa relação dinâmica entre o sujeito de direito e sua realizada. Sendo entretanto, o alvo de estudos, os direitos e deveres dentro do ordenamento jurídico, a que tem direito o segurado e seus dependentes.

Acerca do método científico utilizado temos:

Referente ao aspecto do método indutivo, de necessitar de muitos casos ou de um só, Cohen e Nagel (1971:11-104 e 106) registram uma indagação de Mill acerca de por que, muitas vezes, um número elevado de casos verificados (observados, analisados) se apresenta insuficiente para estabelecer uma adequada generalização (por exemplo, que todos os corvos são negros), quando em outras ocasiões, poucos casos (e até um) são suficientes para assegurar uma convicção (por exemplo, que certos tipos de fungos são venenosos)? “Por que em alguns casos é suficiente um só exemplo para realizar uma indução perfeita, enquanto em outros, milhares de exemplos coincidentes, acerca dos

quais não se conhece ou se presume uma só exceção, contribuem muito pouco para estabelecer uma proposição universal?” Os autores respondem a esta indagação assinalando que, “se bem que nunca podemos estar completamente seguros de que um caso verificado seja uma amostra imparcial de todos os casos possíveis, em algumas circunstâncias a probabilidade de que isto seja verdade é muito alta. Tal acontece quando o objeto de investigação é homogêneo em certos aspectos importantes. Porém, em tais ocasiões, torna-se desnecessário repetir um grande número de vezes o experimento confirmatório de generalização, pois, se o caso verificado é representativo de todos os casos possíveis, todos eles são igualmente bons. Dois casos que não diferem em sua natureza representativa contam simplesmente como um só caso”. (Marconi e Lakatos, 2010 p.71)

Conquanto, é necessário lembrar que o método científico é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais utilizadas para se chegar a um fim. Ele não é exclusivo da ciência, mas se faz mister à ciência.

A respeito do método científico indutivo Marconi e Lakatos, 2010 p. 68, preceituam

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

Se imprescindível for, para a efetivação deste projeto, realizar-se-á entrevistas, ou até mesmo, pesquisas de campo in loco, para melhor fundamentar as informações bibliográficas contidas no interior do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os objetivos da seguridade social são vinculados mediante princípios que expressam seus efeitos pelas três áreas de concentração da seguridade, informando as condutas estatais, normativas ou administrativas de previdência, assistência e saúde, conforme prevê a Constituição Federal em seu artigo 194.

Seguramente, a Seguridade Social não será custeada, como se fosse um empréstimo bancário, em que deveria devolver o valor com juros e correção monetária. Trata-se de custeio, o que é feito por intermédio da contribuição social.

Conforme prevê o artigo 195 da Lei Maior, a seguridade social é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras contribuições sociais previstas neste mesmo artigo.

Além dos artigos acima mencionados, o auxílio-reclusão é tratado na Lei n.º 8.213/91 em seu artigo 80, regulamentado pelo Decreto n.º 3.048 de 1999, com particularidades na Lei n.º 10.666/03 e no RPS, artigos 116 a 119 e art.201, IV da CF/88.

A Previdência Social tem como escopo a coletividade, por se tratar de um direito público, conjuntura evidenciada no artigo 1.º da Lei n.º 8.213/91.

Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Devido à evolução nos Direitos Humano e Social, tem-se a configuração do auxílio-reclusão. Com o Decreto 22.872 de 1933 manifestaram-se os seus primeiros prenúncios. Conquanto, tal benefício só terá eficácia constitucional em 1988, mediante à nova constituição federal, a qual trouxe a garantia expressa em seu artigo 201, IV.

O auxílio-reclusão é exclusivo dos segurados de baixa renda. Assim sendo, somente dará direito à sua família de obter o benefício. Como não se tem um conceito legal de baixa renda, prevalece o valor de R\$ 1.292,43 (Um mil duzentos e noventa e dois reais e quarenta e três centavos), valor definido anualmente pelo Poder Executivo, para se enquadrar em trabalhador como sendo de baixa renda.

Neste contexto, insere-se a situação do preso que, embora possua o último salário de contribuição dentro do teto legal, no momento da prisão, estava desempregado. nesta conjuntura, o trabalhador ainda mantém a qualidade de segurado da Previdência Social por um determinado período. É o chamado período de graça, previsto do art. 15 da Lei 8.213/91:

Art. 15. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:

II - até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração;

III - até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória;

IV - até 12 (doze) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso;

[...]

§ 1º O prazo do inciso II será prorrogado para até 24 (vinte e quatro) meses se o segurado já tiver pago mais de 120 (cento e vinte) contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado.

§ 2º Os prazos do inciso II ou do § 1º serão acrescidos de 12 (doze) meses para o segurado desempregado, desde que comprovada essa situação pelo registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

§ 3º Durante os prazos deste artigo, o segurado conserva todos os seus direitos perante a Previdência Social.

Conforme o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n.º 3.048/99 em seu, artigo 116 §1.º, é devido o auxílio-reclusão aos dependentes do segurado quando não houver salário de contribuição na data de seu recolhimento à prisão, desde que mantida a qualidade do segurado.

Somente em 1960, por meio do art. 43 da Lei Orgânica da Previdência Social que o benefício auxílio-reclusão passou a ser direito de todos os segurados da Previdência Social. Destarte, teve sua primeira previsão constitucional no art. 201, inciso IV da Constituição Federal de 1988, sendo limitada a sua concessão apenas aos dependentes do segurado de baixa renda. Esse mesmo artigo corrobora que a baixa renda a ser considerada para a acedência do benefício em questão é relativa à remuneração do segurado, atualmente corresponde a R\$=1.292,43. Vale lembrar que este valor é reajustado todo ano, em face do reajuste do valor dos benefícios de Previdência Social, conforme Portarias do MPS/MF.

O STJ tem entendido ser possível a concessão de auxílio-reclusão aos dependentes do segurado que recebia salário de contribuição pouco superior ao limite estabelecido como critério de baixa renda pela legislação da época de seu encarceramento. Nesse sentido confira o seguinte julgado:

Contudo, sua regulamentação específica está prevista no artigo 80 e parágrafo único da Lei n.º 8.213/91:

Art. 80. O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.

Parágrafo único. O requerimento do auxílio-reclusão deverá ser instruído com certidão do efetivo recolhimento à prisão, sendo obrigatória, para a manutenção do benefício, a apresentação de declaração de permanência na condição de presidiário.

De acordo com o art. 80 da Lei 8.213/91, o auxílio-reclusão será devido nas mesmas condições da pensão por morte. Por isso, o Regulamento da Previdência Social determina que os dependentes do segurado recluso, também encontram amparo legal no Decreto 3.048/99, artigos 116-119, conforme redação abaixo:

Art 116. O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão [...]

Art. 117. O auxílio-reclusão será mantido enquanto o segurado permanecer detento ou recluso.

Art. 118. Falecendo o segurado detido ou recluso, o auxílio-reclusão que estiver sendo pago será automaticamente convertido em pensão por morte.

Art. 119. É vedada a concessão do auxílio-reclusão após a soltura do segurado.

Ao ponderar os artigos em comento, fica evidente que o termo “baixa renda” se refere aos dependentes do segurado, e não a ele próprio. É louvável que assim o seja, mesmo porque, como antes afirmado, a proteção é destinada à família do preso.

Outro fundamento legal que ampara o dependente do segurado recluso é o art. 2.º da Lei n.º 10.666/03

Art. 2.º O exercício de atividade remunerada do segurado recluso em cumprimento de pena em regime fechado ou semi-aberto que contribuir na condição de contribuinte individual ou facultativo não acarreta a perda do direito ao recebimento do auxílio-reclusão para seus dependentes.

Por mais que se defenda quanto à extinção do auxílio-reclusão, ainda assim, parece algo bastante utópico, vez que trata-se de um benefício que tem por base princípios constitucionais que primam pela dignidade da pessoa humana.

Prova disso, temos o artigo 5.º, XLV da CF/88, que preceitua que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, logo, seus dependentes não poderão ser penalizados por um evento que não tiveram participação. O presente instituto deve ser interpretado em consonância com os princípios regulamentadores da Constituição Federal.

Em consonância com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana nos preceitua Alves, (2008, p. 118):

[...] a igualdade é um direito fundamental; mais ainda, é um princípio universal estampado na Declaração Universal e em inúmeros tratados, com o principal objetivo de igualar os privilegiados com os desprivilegiados para estes terem os mesmos direitos, deveres e garantias fundamentais, não podendo uma norma (Emenda 20/98) adentrar a Carta Magna por meio de Emenda, para desestruturar o alicerce dos direitos fundamentais.

O benefício de auxílio-reclusão encontra amparo nos princípios da proteção à família, da individualização da pena, da solidariedade social, da dignidade humana e da erradicação da pobreza. Visa atender ao risco social da perda da fonte de renda familiar, em virtude da prisão do segurado, e tem por destinatários os seus dependentes.

A sociedade em sua grande maioria, por vezes, em meio ao calor social trazido pela notícia de alguma ocorrência criminal, se pergunta por que o “criminoso” faz jus a algumas benesses.

Muitas vezes, essa questão social é encorajada por programas de grandes audiências que mostram a realidade criminal e fomentam a ideia de que o recluso recebe do Estado certos benefícios sociais.

Tais concepções podem formar conceitos enganosos, fazendo com que a sociedade considere o auxílio-reclusão uma afronta à dignidade social. Sem contar que boa parte da população brasileira já tem em mente de que quem sustenta a “estadia” do preso somos todos nós.

Vale mencionar que os membros da sociedade têm direito à proteção social (princípio da universalidade de cobertura e atendimento), desde que, em se tratando da previdência social, tenham contribuído para o sistema.

É sabido que a televisão e a internet são mídias de grande circulação, que influencia no pensamento e no comportamento da sociedade. Seus efeitos refletem simultaneamente,

de forma positiva ou negativa. Muito embora, o auxílio-reclusão seja um benefício garantido por lei, as opiniões divergentes causam um certo desconforto. Quando as informações, acerca desse benefício, são transmitidas com a intenção de deturpar o entendimento do público que, o mais das vezes, é “leigo”, tem-se um resultado negativo.

CONCLUSÕES

Necessário se faz manter a garantia constitucional de concessão do benefício previdenciário do auxílio-reclusão, como forma jurídica de assegurar direitos, os quais, tão fundamentais à diminuição das diferenças sociais, como também no sustento de quem, de forma abrupta, perde seu provedor familiar. Na seara prisional encontramos graves problemas, vez que o cidadão fica sujeito ao cárcere, lugar este, onde se tem uma situação de vulnerabilidade. Assim sendo, observa-se uma controvérsia entre os direitos fundamentais do indivíduo e o plano da realidade. Sabendo-se que os detentos já contam com parte de seus direitos tolhidos pelo Estado, é natural que, constitucionalmente, direitos e/ou princípios que possam dar garantias às primeiras necessidades vitais, tão primordiais à sobrevivência humana.

Num ideal de progressividade, destaca-se o Princípio da Vedação ao Retrocesso Social, o qual objetiva obstar medidas que restrinjam ou transgridam direitos fundamentais.

Já o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana é bastante utilizado para defesa do benefício auxílio-reclusão e está fundamentado no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal de 1988. O mesmo, traz como alegação o respeito aos direitos da pessoa humana, pois carece de um mínimo de dignidade e preservação da qualidade de vida.

Outro princípio que justifica a previsão legal do auxílio-reclusão é o da Erradicação da Pobreza, catalogado no artigo 3º da Constituição Federal. É sabido que cabe ao Estado, concomitantemente com a sociedade, cuidar para que os familiares dos detentos tenham acesso à aquiescência dos seus direitos.

E ainda, o Princípio da Equidade, inserido no artigo 6º da Lei 9.099 de 1995, com anuência atribuída ao julgador para praticar a justiça, sem se subordinar de forma cabal ao texto expresso em lei, em que, muitas vezes, é aplicada de forma injusta. Nesse sentido, a interpretação do juiz deve ir além da mera letra da lei, é mister uma distinção entre a teoria e a prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, H. E. Auxílio Reclusão. Direitos dos presos e de seus familiares. 1.^a ed. São Paulo: LTr 2007.

BRASÍLIA, DF. Decreto n.º 3.048, de 06 de Maio de 1999. Regulamento da Previdência Social, Brasília, 1999.

CARVALHO, L. G. Grandinetti Castanho de. Processo penal e constituição. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Auxílio Reclusão. Curso de Direito Previdenciário. 19. Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014, p.685 – 689.

MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BREVE ANÁLISE DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS ÀS UNIÕES HOMOAFETIVAS PARA A CARACTERIZAÇÃO COMO ENTIDADE FAMILIAR NO DIREITO BRASILEIRO

Igor Nathan Valdivino Vieira

Fernanda Heloisa Macedo Soares

Kênia Rodrigues de Oliveira

INTRODUÇÃO

A incessante transformação da sociedade ao que se concerne a família e as transmutações no núcleo familiar engendra a necessidade de novos parâmetros de normas que norteiem os fatos de uma sociedade moderna.

O Direito tem como função regular os fatos sociais, e esses mesmos fatos estão em constante evolução, uma vez que a sociedade não se encontra estática, mas mudando e se reciclando constantemente. Sendo assim, o Estado não pode se negar a dar através de sua parcela jurisdicional, a tutela do indivíduo fundamentado em normas ultrapassadas que não mais conseguem regulamentar a sociedade atual. Logo, as normas devem ser atuais para que consigam acompanhar a sociedade, estando em face aos fatos sociais geradores de direitos.

Silvio Venosa, (2010, p.3) diz que “Entre os vários organismos sociais e jurídicos, o conceito, a compreensão e a extensão de família são os que mais se alteraram no curso dos tempos”. Nessa citação, Silvio Venosa prova a necessidade de um acompanhamento cuidadoso do Estado para com esse instituto que tanto se modificou com o virar do século. Para Venosa, as sociedades urbanizadas e globalizadas através dos meios de comunicação, distanciam uma modalidade conceitual de família, totalmente distante das civilizações passadas.

Ao falar de família deve-se analisar a longa trajetória histórica da entidade familiar através das civilizações passadas, instituto esse que se fez mais antigo que o próprio Direito.

Na Roma antiga, família se instituiu como uma associação religiosa cujo cunho seria para adoração de deuses e a procriação de outras famílias, para assim a renovação do ciclo de adoração aos Deuses. Fustel De Coulanges, (2014, p.53) cita que: “A família antiga é uma associação religiosa, mais ainda do que uma associação natural”. Nessa passagem, Coulanges famoso historiador francês explica em seu livro “A Cidade Antiga”, que a família era construída e constituída ferrenhamente pelas correntes religiosas, e o fator natural social que geralmente é o fator de associação de pessoas, inclusive para a formação familiar fica invisível perante a sociedade familiar romana devida a essa forte marca religiosa.

Continuando o contexto histórico, analisando a transfiguração historiográfica das constituições brasileiras, nota-se que as primeiras constituições se passaram no contexto histórico da emancipação do Brasil em relação a Portugal e na instauração da República, onde se conceituava a família na visão da igreja católica onde teria total poder matrimonial. O primeiro grande impulso ao casamento houve quando foram legalizados matrimônios para pessoas de religiões distintas ao catolicismo.

A promulgação da Constituição de 1988 apresentou grandes mudanças para o sistema jurídico brasileiro, através de um manto de princípios ligados a valorização dos cidadãos e da democracia que cobrem o ordenamento em todo o seu viés. Objetivando a igualdade entre todos, a dignidade da pessoa humana e a expurgar todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação, seja ela no âmbito familiar, religioso, por nacionalidade ou sexualidade.

Para o Direito de família, houve grande evolução quanto ao conceito, onde foi assegurada à união estável aos casais heterossexuais; as famílias formadas por qualquer dos pais e descendentes a caracterização como entidade familiar; a igualdade entre mulher e o homem dentro da sociedade conjugal; a dissolução do casamento pelo divórcio; o Direito para o casal decidir o planejamento familiar e a criminalização da violência familiar.

Somente depois da Constituição de 1988 com a INTRODUÇÃO dos princípios normatizados podemos falar em um possível reconhecimento as famílias homoafetivas. Em que pese à família da sociedade atual, por entendimento doutrinário e jurisprudencial ser interpretada no princípio da dignidade da pessoa humana, no princípio da igualdade e o princípio da afetividade derivado do princípio macro da dignidade da pessoa humana.

O objetivo do presente trabalho é abarcar o conceito familiar brasileiro em sua constante mutação social. Bem como analisar as garantias que a constituição brasileira de 1988 trás para com os novos modelos familiares que se formam no século XXI. Entre elas, destacando e objetivando a proteção e garantia do Direito as uniões homoafetivas, além de enfatizar os princípios destacados para o livre exercício democrático à todos.

MATERIAL E MÉTODOS

O exposto trabalho se faz conforme método dedutivo que se conceitua em utilizar-se de várias formas de pensamento, analisando informações para uma conclusão. Usado também o método quantitativo que consiste em investigar por base a linguística e a semiologia. Através de pesquisas bibliográficas buscou-se suprir as indagações e comprovar informações apresentadas no presente trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar a Constituição de 1988 nota-se que há uma valorização do ser humano, igualando todos perante a lei e valorando a dignidade de cada individuo. Tomando por

base essas características constitucionais, assim como todo ordenamento jurídico pode-se perceber que o direito familiar é detentor de todos esses princípios e garantias.

O caput do artigo 5º da Constituição introduz os princípios fundamentais, afirmando todos são iguais perante a lei, dando enfoque que essa igualdade se faz sem distinção alguma e rogando a proteção aos que residem no país, assegurando o direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e à propriedade.

Ainda com toda essa segurança teórica que a nova Constituição trouxe consigo, nota-se que os direitos dos homossexuais são constantemente feridos partindo do pressuposto de que somente as famílias heteroafetivas dispõem da proteção legislativa. Tal afirmativa é comprovada quando o Código Civil constata em seu artigo 1723 a seguinte norma: “É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”. Aqui o legislador evidencia que a união que detém da proteção estatal são as uniões formada entre homem e a mulher.

Quando o legislador reserva a caracterização de união estável somente para os casais formados entre homem e mulher atenta-se a um ferimento ao artigo descrito acima, uma vez que o indivíduo detentor de seus direitos constitucionais não pode constituir família com pessoa do mesmo sexo, escolhido livremente. Logo pode-se perceber, então, que não há proteção à liberdade, nem a isonomia do mesmo perante a sociedade.

Diante dessa colocação, destaca-se que não somente o princípio da igualdade e liberdade deve se fazer presente no instituto familiar, mas também outros diversos.

O princípio da pluralidade das Entidades Familiares, por exemplo, é de suma importância, pois hoje a família está atada perante a afetividade e não mais pelo elo religioso. Tal princípio se consolida quando dentro do núcleo familiar há afetividade, então esse afeto ganha valor jurídico. Não sendo mais possível analisar a entidade familiar sem levar em consideração a afetividade, assim, percebe-se que esses princípios estão sendo levados em consideração pelo Estado nas atuais decisões judiciais.

Para a concretização de todos os princípios citados acima, diante da mutação ocorrida no núcleo familiar nos tempos atuais e o descuido legislativo perante as famílias homoafetivas, em maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal em decisão inédita e unânime através do julgamento da ADI 4722/DF expurgou qualquer sentido preconceituoso em relação a redação do artigo 1723 do Código Civil. A presente manifestação pelo Pretório Excelso foi em garantir o direito a união estável entre as pessoas do mesmo sexo.

Então para a preservação dos direitos dos cidadãos homossexuais e o não ferimento dos princípios constitucionais o STF usou para interpretação do artigo 1723 a técnica constitucional, e acordou que:

6. INTERPRETAÇÃO DO ART. 1.723 DO CÓDIGO CIVIL EM CONFORMIDADE COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (TÉCNICA DA INTERPRETAÇÃO CONFORME). RECONHECIMENTO DA UNIÃO

HOMOAFETIVA COMO FAMÍLIA. PROCEDÊNCIA DAS AÇÕES. Ante a possibilidade de interpretação em sentido preconceituoso ou discriminatório do art. 1.723 do Código Civil, não resolúvel à luz dele próprio, faz-se necessária a utilização da técnica de interpretação conforme à Constituição. Isso para excluir do dispositivo em causa qualquer significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família. Reconhecimento que é de ser feito segundo as mesmas regras e com as mesmas consequências da união estável heteroafetiva. (STF - ADI: 4277 DF, Relator: Min. AYRES BRITTO, Data de Julgamento: 05/05/2011, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-198 DIVULG 13-10-2011 PUBLIC 14-10-2011 EMENT VOL-02607-03 PP-00341)

Perante a decisão pelo órgão maior do Poder Judiciário, órgão este responsável pela interpretação da Constituição Federal, fica claro o dissabor que os casais do mesmo sexo viveram até a primeira vitória para o seu reconhecimento como família, e para a efetivação do seu direito em um Estado Democrático Direito, uma vez que cidadãos que tem com o seus deveres de pagar seus impostos perante o Estado não poderiam ficar sem a proteção estatal em diversas áreas de suas vidas pelo não reconhecimento familiar, como benefícios no âmbito do Direito do Trabalho, a previdência e qualquer auxílio estatal que se das às uniões estáveis, independente se formado por pessoas do mesmo sexo.

Em 2008 o Governo do Rio de Janeiro apresentou uma ADP na intenção de que seus funcionários estaduais que estavam em união homoafetivas estáveis tivessem seus direitos garantidos. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal acordou em reconhecer o pedido da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de nº 132, também reconhecendo a união estável para pessoas do mesmo sexo.

Durante o julgamento do Supremo pela ADI 4722 e ADPF de nº 132/RJ, os ministros da casa se manifestaram objetivando a dignidade e a igualdade de todos perante a lei.

Logo após o reconhecimento do Supremo, o Superior Tribunal De Justiça em outubro de 2015 em decisão de vanguarda deliberou sobre o direito ao casamento civil para casais formados por pessoas do mesmo sexo. Se guiando pela decisão do órgão supremo na ADI 4277 e ADPF nº 132/RJ, o STJ reconheceu às pessoas do mesmo sexo o direito ao casamento civil.

DIREITO DE FAMÍLIA. CASAMENTO CIVIL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO (HOMOAFETIVO). INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 1.514, 1.521, 1.523, 1.535 e 1.565 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO EXPRESSA A QUE SE HABILITEM PARA O CASAMENTO PESSOAS DO MESMO SEXO. VEDAÇÃO IMPLÍCITA CONSTITUCIONALMENTE INACEITÁVEL. ORIENTAÇÃO PRINCÍPIOLÓGICA CONFERIDA PELO STF NO JULGAMENTO DA ADPF N. 132/RJ E DA ADI N. 4.277/DF.

Como demonstrado, o STJ em sua decisão demonstrou que não há preceitos normativos que vedem o reconhecimento a entidade familiar para pessoas do mesmo

sexo. Pelo contrário, como já mostrado no presente trabalho se faz existente um extenso rol de princípios que garantem e resguardem direitos a esse tipo de união familiar.

Com a evolução da jurisprudência pelo reconhecimento familiar para pessoas do mesmo sexo, vem se criando grande burburinho pela sociedade patriarcal, que representa grande maioria da população brasileira, cujo conceito familiar está fundamentado em princípios religiosos e ultrapassado perante a visão constitucional. O Poder Legislativo eleito por essa maioria, mesmo sendo omissa em relação ao tema, não pode promulgar contra minoria qualquer direito conquistado nessas cortes pelo simples fato de sustentar asco a diferença à orientação sexual do outro.

O Poder Judiciário através dos tribunais tem como dever efetuar o papel contramajoritário, em que pese não atuar para a opinião e vontades da maioria sufragista, mas sim em garantir as normas e os princípios constitucionais seja para garantir os direitos da minoria ou maioria, logo então o papel do Poder Judiciário seria o de assegurar o Direito de todos, tornando todos iguais perante a lei. Vale ressaltar que a grande maioria contrária, como demonstrado, não perde pelo reconhecimento desse direito aos homossexuais, e só assim então se perfaz a democracia.

CONCLUSÕES

Conclui-se que ao observar os direitos reconhecidos aos homossexuais, nota-se que esses estão sendo conquistados vagarosamente por meio dos princípios constitucionais inerentes ao ser humano instituídos ferrenhamente pela Constituição Federal.

Analisada a atitude omissa do Poder Legislativo em não citar esse modelo familiar na norma, acaba por deixar essas associações familiares fora da devida proteção estatal.

O Poder Judiciário desempenhou então o papel de garantir as pessoas homoafetivas o direito a união e o casamento civil, efetivando todos os princípios e fundamentos constitucionais. Nesse ritmo evolutivo em que a jurisprudência caminha, observando e asseverando o fito constitucional têm-se então uma sociedade livre da dissimilitude que tanto rodeia a sociedade brasileira, buscando a construção de uma sociedade fixada em bases afetivas, livre de distinções e dando ao cidadão sua dignidade legitimada na Carta Magna.

Se faz necessário então, não somente a garantia em que o movimento jurisprudencial está trazendo acerca dos direitos ao homossexuais para formação familiar protegida pelo Estado, mas também um engajamento legislativo para suprir os pontos em que há lacuna na norma e, assim, acaba em frustrar os direitos desses cidadãos, para então o livre cumprimento constitucional de isonomia de todos perante a lei e o Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Simone Coêlho; HISSA, Carolina Soares; POMPEU, Gina Vidal Marcílio; União entre Pessoas do mesmo Sexo: Repensando o Instituto do Casamento.

In: Encontro Anual da ANDHEP – Direitos Humanos, Democracia e Diversidade, 7. 2012, Curitiba;

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Direito de Família. São Paulo: Atlas, 2013

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11/SET/2017

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp nº 1183378 RS. Disponível em <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/178710354/recurso-especial-resp-1428849-rj-2013-0419860-0/decisao-monocratica-178710364>>. Acesso em: 24 de out. 2017;

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADIN nº 4277. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>>. Acesso em: 24 de out. 2017;

COULANGES, Numa Denis Fustel de, 1830-1889. A Cidade Antiga: Estudo sobre o Culto, o Direito e as Instituições da Grécia/ tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martin Claret, 2009;

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil, Volume 5: Direito de Família. 25. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2010;

MARTA, Taís Nader; MUNHOZ, Iriana Maria. A Primeira Grande Vitória do Direito Homoafetivo: Um Respeito à Diversidade Sexual e à Dignidade Humana. Revista de Direito, São Paulo, v. 13, n. 18, junho, 2011. Disponível em <http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/rdire/article/view/1878/1791>. Acesso em: 22 ut. 2017;

SILVA, Regina Beatriz Tavares da; MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil, 2: direito de família. 42. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012;

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: Direito de Família. 10. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010 – (Coleção Direito Civil; v.6);

BREVE ESTUDO SOBRE O PAPEL DAS DISCIPLINAS TEÓRICO-FILOSÓFICAS NA FORMAÇÃO DO ACADÊMICO DE DIREITO E SUA DINÂMICA NA FACULDADE EVANGÉLICA DE GOIANÉSIA

Layane Aparecida Ferreira Chaves

Fernanda Heloisa Macedo Soares

INTRODUÇÃO

O ensino do Direito, no Brasil, teve seu início em 1827. Desde então muito tem se discutido acerca de seus métodos e necessidades de mudança, tanto pela natural evolução social quanto no objetivo de torná-lo cada vez mais eficiente na formação profissional do egresso. A principal discussão gira em torno da metodologia tecnicista adotada até meados dos anos 80 e amplamente criticada desde então. A transição para o Estado Democrático de Direito teve profunda importância na abertura do debate acerca da necessidade de inserção de disciplinas que buscassem despertar no aluno a capacidade de pensamento crítico, resultando em ações, por parte do MEC, que adotou postura imperativa na resolução dessa dificuldade.

Nota-se que, embora as universidades tenham a obrigação de inserirem em seus currículos as disciplinas teóricas, a dificuldade está longe de ser resolvida. Isso acontece principalmente, segundo o estudo realizado, pela dificuldade dos professores em desenvolverem estratégias no objetivo de conectar o conteúdo ministrado com a prática profissional.

O objetivo deste trabalho é analisar a necessidade destas disciplinas e compreender a realidade da Faculdade Evangélica de Goianésia com relação aos métodos de aplicação destas matérias e perspectiva acadêmica, por meio de pesquisa realizada com os alunos matriculados na instituição.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho é de natureza aplicada, com abordagem quali-quantitativa e tem o objetivo de explorar o assunto por intermédio de pesquisas bibliográficas e levantamento de dados obtidos a partir de pesquisa com alunos do curso de Direito da Faculdade Evangélica de Goianésia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A crise no ensino de Direito, no Brasil teve seu pico entre os anos 1980 e 1990. A primeira dificuldade enfrentada foi a crescente proporção de egressos, não condizentes à quantidade de vagas no mercado. O despreparo dos acadêmicos resultou no desprestígio do profissional, que passou a ocupar apenas os papéis estritamente técnicos. A

metodologia altamente positivada em desconexão com a nova realidade social, exigidora de um pensamento mais crítico e analítico, aprofundou ainda mais a necessidade de um aprimoramento do ensino, tornando emergente a inserção de uma educação voltada à humanização da disciplina (RIVAS, 2004, online).

A limitação do ensino jurídico a uma metodologia estritamente técnica é uma abordagem defasada que resulta no afastamento do profissional com a o fato social, seu principal objeto. Assim, torna-se indispensável que o profissional seja preparado para ser agente do Direito e não meramente um operador técnico-normativo (FARIA, 1995).

A problemática resultou em normativas e resoluções políticas a respeito. Em 14 de dezembro de 1992 foi instituída a Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da OAB, responsável, principalmente, por reconhecer e autorizar os cursos jurídicos.

Hoje, os Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino jurídico compreendem como obrigatório e fundamental a inserção de disciplinas teóricas e filosóficas na matriz curricular do curso de Direito.

O perfil acadêmico estabelecido pela Lei nº 9.394/1996, na Lei das Diretrizes e Base na Educação Nacional, está para além da simples profissionalização técnica:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração.

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas

pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

Destarte, destaca-se a necessidade de que as universidades consigam formar indivíduos capazes de agirem positivamente na sociedade, por meio do raciocínio crítico e reflexivo e da ação profissional responsável.

No curso de Direito, o conhecimento puramente técnico está intimamente ligado a problemas sociais graves:

A interpretação rígida e lógico-formal do fenômeno jurídico, apegada a critérios normativos ideias, sem considerar as dimensões socioeconômico-culturais e até antropológicas desse fenômeno, pode trazer como consequência uma utilização abstrata e equivocada do Direito, com decisões que produzem flagrantes injustiças nos termos da lei (SANCHES E SOARES, 2014, p.43)

Ocorre que a simples obrigatoriedade e inserção das disciplinas não são capazes de, por si só, resolverem os problemas do direito mecanicista. Há a necessidade de preparação do docente para a eficaz aplicação dos conteúdos. Outra necessidade é a participação protagonista do discente, realidade esta que só se dará com a consciência da importância das matérias em sua formação profissional.

Conforme Bittar (2001), o professor de Direito em seu perfil geral não possui uma preparação didática de ensino, já que, em sua maioria, são bacharéis e as pós-graduações *stricto sensu* não são comprometidas em aplicações de estudos didáticos e metodológicos específicos dos cursos de licenciatura. Outro problema é o baixo compromisso educacional, já que a maioria dos docentes alia a atividade acadêmica com outra área profissional devido à desvalorização salarial da prática docente.

Desta forma, compreende-se que a falta de formação andragógica impossibilita o professor de aplicar de forma eficiente os conteúdos. Destaca-se a deficiência no ensino das disciplinas teóricas que exigem maiores análises metodológicas que objetivem despertar no aluno a produção de pensamento crítico.

Este despreparo tanto resulta na não eficácia do projeto de se preparar profissionais mais críticos e menos técnicos quanto é responsável pela falta de compreensão da utilização do conteúdo aprendido, na prática profissional.

Para compreender melhor como se dá essa dinâmica, foi realizada uma pesquisa com 347 alunos, do primeiro ao décimo período, do curso de Direito da Faculdade Evangélica de Goianésia.

A primeira pergunta buscou compreender quais são as matérias preferidas do corpo discente. Dentre estas, Direito Civil e Direito Penal, ficaram entre as mais escolhidas, eleitas por 184 dos 347 alunos. Apenas 78 alunos indicaram as, matérias teórico-filosóficas, como pode ser verificado no gráfico 1:

Perguntados sobre a relevância destas matérias na formação profissional, 268 dos acadêmicos entrevistados, reconheceram a importância, outros 23 não souberam

responder à pergunta, restando apenas 56, que não reconhecem a necessidade das disciplinas: (Gráfico 2)

No entanto, quando perguntados diretamente acerca da opinião sobre as matérias teóricas, apenas 28% admitiram não gostar destas disciplinas: (Gráfico 3)

Foi perguntado aos alunos, também, sobre suas percepções acerca da preparação de seus professores em ministrar as aulas teórico-filosóficas. Destes, 178 admitiram que alguns professores não estão preparados para dar as aulas, outros 55, consideram quem nenhum professor ministra estas disciplinas de maneira eficiente. Apenas 32,9% consideram todos os professores aptos para o ensino: (Gráfico 4)

Ao final da pesquisa, os alunos foram indagados sobre o que seria necessário para tornar o ensino das disciplinas mais eficiente. Destes, 67,7% reclamaram das didáticas e metodologias aplicadas pelos professores, demonstrando um real descontentamento dos alunos com relação à forma como estão sendo ministradas as aulas. Apenas 5,5 consideraram-se satisfeitos com as aulas, o restante apontou estratégias diversas para torná-las mais eficazes, sendo 4% destes, favoráveis à retirada das disciplinas da grade curricular. (Gráfico 5)

Ademais, dentre as críticas feitas pelos alunos, destaca-se, também, a consciência de seu próprio despreparo para tais disciplinas. Dificuldade essa que deriva, muitas vezes, da má aplicação das disciplinas durante o período da educação básica. Outra determinante é, também, a falta de disposição e comprometimento deles mesmos com relação às matérias propedêuticas.

Assim, ao observar que mesmo com 84% dos alunos reconhecendo a preparação dos professores, a insatisfação acerca das maneiras de se lecionar as disciplinas alcançam um nível de 72% dos entrevistados, demonstrando que o ensino das disciplinas teórico-filosóficas vêm sendo prejudicadas pela falta de didáticas e metodologias promotoras de maior absorção do conteúdo e estimuladoras do interesse dos alunos.

Destaca-se, entretanto, que esta demanda não é uma característica exclusiva da referida universidade. Estudos realizados por ENACHE (apud OLIVEIRA et al., 2013) acerca da relação entre professores e alunos, demonstram que alguns dos aspectos mais determinantes para que o aluno esteja satisfeito são a capacidade do professor e as condições de aprendizagem. Desta forma, entende-se tratar de um problema universal e não apenas da Instituição de Ensino Superior aqui observada.

A Faculdade Evangélica de Goianésia mantém em sua matriz curricular, atualmente, 68 matérias, mais uma optativa, entre os 10 períodos do curso de Direito. O corpo docente do curso conta com 31 professores: 5 doutores, 1 post doc., 17 mestres e 8 especialistas, graduados em cursos de Direito, História, Pedagogia, Psicologia, Filosofia, Sociologia, Letras e Linguística, Administração e outros. Destes, pôde-se observar apenas 3 professores com curso de licenciatura.

De acordo com Ferreira (2010 apud GONÇALVES; ROCHAEL, online):

a própria Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394/96, em seu artigo 65, não exige prática de ensino para o professor universitário, visto que deixa claro que a formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo trezentas horas. Essa situação facilita a não preparação pedagógica dos professores do Ensino Superior.

CONCLUSÕES

Assim, é importante destacar que não existe nenhuma norma determinando que o professor de ensino superior tenha, obrigatoriamente, que cursar licenciatura. Assim, constata-se a legalidade da faculdade aqui perscrutada no que tange a contratação de seus professores. Na verdade, o corpo docente desta instituição conta com professores cujo currículo é idôneo e que atendem ao padrão requerido pelo MEC.

No entanto, cumpre-se analisar a preparação didática e andragógica dos professores e, nos cursos de bacharelado, não há nenhuma preocupação na preparação do indivíduo em atuar no ramo educacional. Isso pode se mostrar como uma determinante para a possível deficiência metodológica e didática levantada pelos alunos na pesquisa aqui exposta.

A Didática é vista como ciência e a arte de ensinar. Assim, pode se inferir que, quando aplicada com padrões metodológicos contextualizados e eficientes, pode conseguir, através da difusão do conhecimento, contribuir para a construção de seres humanos realmente inteligentes, integralizados e socialmente bem definidos (GONÇALVES; ROCHAEL, online).

Apesar do destaque na atuação em sala de aula do professor não é possível que toda a responsabilidade quanto a preferência dos acadêmicos para com essas disciplinas sejam depositadas nesses profissionais, visto que há outros fatores que influenciam nessa questão.

Desta forma, verifica-se como é de suma importância que os professores atentem-se para as formas mais eficientes de aplicarem suas disciplinas, no objetivo de melhorar ainda mais a formação crítico-reflexiva dos futuros profissionais do Direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 30/OUT/2017.

SANCHES, Raquel Cristina Ferroni; SOARES, Fernanda Heloisa Macedo Soares. Construção da Identidade Docente do Professor de Direito. São Paulo: Letras Jurídicas, 2014.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Direito e Ensino jurídico. Legislação Educacional. São Paulo: Atlas, 2001.

FARIA, José Eduardo. O Ensino Jurídico. São Paulo: Cabral, 1995.

RIVAS, Leonardo José Pádua. O Ensino Jurídico Brasileiro e Propostas para a Melhoria da Qualidade do Ensino. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1666/O-ensino-juridico-brasileiro-e-propostas-para-a-melhoria-da-qualidade-do-ensino>. Acesso em: 30/OUT/2017

GONÇALVES, Rita Maria Grilo; ROCHAEL, Magda Cristina Nascimento. A Importância Da Didática Para A Formação Do Docente Do Ensino Superior. Disponível em: <http://www.fepi.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/253/142>. Acesso em: 30/OUT/2017

OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo-de; OLIVEIRA JR, Antonio Benedito de; MORANO Rogerio Scabim; CALÁBRIA, Paulo Cesa;, DIAS, Omar Magalhães. Por que e como os Alunos Reclamam: um Estudo sobre as Intenções e Implicações das Reclamações de Universitários. Disponível em: http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo_-_why_and_how_do_the_students_complai.pdf. Acesso em: 31/OUT/2017.

CÁLCULO DA ÁREA DE AÇO LONGITUDINAL E DA ARMAÇÃO TRANSVERSAL DE PILARES DE CONCRETO ARMADO DO TIPO INTERMEDIÁRIO

Déborah de Sousa Pereira
Ivandro José de Freitas Rocha
Déborah de Sousa Pereira
Ana Luiza José Venâncio
Rayann Pereira Barbosa
Andrielly Lauane Gonçalves
Guilherme de Oliveira Lima

INTRODUÇÃO

Ao longo da trajetória acadêmica do curso de Engenharia Civil, é imprescindível adotar os estudos sobre Estruturação, sendo este um dos assuntos mais importantes para uma obra (DERKIAN, 2010). A partir de tal conhecimento adquirido, processos posteriores vão se aliando e trazendo solidez para a estabilidade da edificação. Deve-se ter intenso cuidado na realização do projeto e no processo construtivo, pois pode ser que haja hesitação na falha de materiais, manutenção (quando necessário), ou sobrecarregamentos (SPERANZAENGENHARIA, 2009).

As estruturas podem ser de diversos tipos de materiais, como: madeira, metais ou aço e concreto armado (EDIFIQUE). Os elementos que consistem a base de uma estrutura são: fundações, pilares, vigas e laje. (MELO, 2004). As fundações são destinadas a receber o peso da obra e reparti-lo no solo do terreno, garantindo a estabilidade (MELO, 2004). Em geral, é construída abaixo do terreno e é a primeira parte do prédio a ser construída. Os pilares são parte da estrutura em posição vertical, que sustenta as construções, podendo possuir forma retangular ou cilíndrica. Transmite às fundações as cargas das vigas e lajes. Diferentemente dos pilares, as vigas são posicionadas sobre eles em posição horizontal. Por fim, as lajes são usadas como revestimento de superfície plana que constitui um pavimento ou teto do edifício (MELO, 2004).

Em explicação específica, vale ressaltar os três tipos de pilares existentes: pilares intermediários, pilares de extremidade e pilares de canto. Serão considerados pilares intermediários (ou internos) aqueles submetidos à compressão simples, ou seja, que não apresentam excentricidades iniciais. Estes pilares localizam-se no interior do edifício, de modo que as lajes e as vigas que neles se apoiam têm continuidade nas duas direções. Nos pilares de extremidade (ou de borda), há uma excentricidade inicial na direção perpendicular à borda (SCADELAI; PINHEIRO, 2003). Este fato ocorre porque as lajes e a viga perpendicular a esta borda são interrompidas no pilar. Os pilares de canto,

possuem excentricidades iniciais que ocorrem nas direções das bordas. As vigas e a laje são interrompidas no pilar nas duas direções, nas quais são gerados momentos fletores, além da força normal de compressão, conduzindo à uma situação inicial de flexão composta oblíqua.

Dessa forma, objetivou-se desenvolver um software com capacidade para calcular a área de aço longitudinal e a armação transversal de pilares em concreto armado do tipo intermediário.

MATERIAL E MÉTODOS

Escolheu-se para estudo um pilar que é bi-engastado (engaste nas duas extremidades), engaste na parte inferior por viga ou bloco e na sua parte superior engaste por vigas. Assim, dimensionou-se o pilar seguindo as especificações da NBR 6118:2003 e os demais valores como altura, carga e resistência do concreto (fck) foram adotados baseando-se em valores reais encontrado em projetos estruturais.

Com os dados necessários, seguiu-se para o processo de cálculo onde foi estabelecido seis etapas, sendo elas:

1. Esforço solicitante – processo onde se atribui fatores adicionais relacionados a segura;
2. Índice de Esbeltez – O índice de esbeltez é uma medida utilizada para estimar com que facilidade um pilar irá encurvar. Pode-se afirmar um pilar é esbelto quando suas dimensões não satisfazem o seu modelo estrutural. Os valores encontrados para o índice de esbeltez para os cálculos precisa ser necessariamente, menor ou igual a 90. Sendo calculado nas direções Y e X.
3. Área de Aço – é área de aço necessária para satisfazer as condições estruturais do pilar;
4. Área de Aço Mínima – é a área de aço mínima que um pilar deve conter em relação a sua área de seção transversal.
5. Detalhamento – no detalhamento é possível saber a quantidade de barras de aço CA-50 necessárias para satisfazer a área de aço estabelecida e o diâmetro das mesmas.
6. Armadura Transversal – é calculado a quantidade e o diâmetro dos estribos que serão dispostos ao longo do pilar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Usou-se conhecimentos em programação C++ para criar um algoritmo e, logo em seguida, um software simples, como ferramenta de auxílio, para facilitar os cálculos de dimensionamento e detalhamento de pilares do tipo intermediário. Para melhor

compreensão, explicou-se por meio de tabelas as variáveis necessárias para entrada e saída de dados, expondo o resultado adquirido no final.

O software, é bem interativo com seus usuários, possibilitando opções para se obter informações ou saída quando quiser. Os dados necessários para utilização do software são informados na Tabela 1.

Tabela 1 Dados a serem informados para utilização do software.

Dimensões do pilar	Unidades de medida
Largura	cm
Comprimento	cm
Altura	cm
Resistência do Concreto	Mpa
Carga	KN

Para a saída dos dados apresentados na imagem abaixo foram utilizados: 20 cm de largura; 50 cm de comprimento; 300 cm de altura; 20 Mpa para resistência do concreto; e 500 KN de carga.

(Figura 1)

Nota-se que a importância da estruturação das construções nos projetos civis, não consiste apenas na projeção necessária de uma base projetista, mas se faz de grande necessidade para se construir de forma econômica e sustentável. É comum construir casas sem um projeto estrutural, alegando que o empreiteiro sabe dimensionar a estrutura. Porém, o que mais se vê nos projetos de base que segue as etapas de direcionamento, vigas pilares e fundações que são superdimensionados, como casas de pavimentos que exige uma melhor e maior perfeição e exatidão.

Nos projetos de estruturas para prevenção de danificações e possíveis patologias, como por exemplo: fissura, trincas, infiltrações e danos por umidade. Todos os danos de prejuízo ao bom estado e boa duração de uma construção podem ser prevenidos. O meio mais coerente é seguir à risca as exigências de construção. Se executado de forma correta, dificilmente obtém-se danos e prejuízos, porque uma patologia requer um resultado satisfatório, do contrário uma sucessão de erros resultará no aumento de complicações, afetando e acarretando problemas físicos e financeiros em seu projeto estrutural.

CONCLUSÕES

Nota-se que a importância da estruturação das construções nos projetos civis, não consiste apenas na projeção necessária de uma base projetista, mas se faz de grande necessidade para se construir de forma econômica e sustentável. É comum construir casas sem um projeto estrutural, alegando que o empreiteiro sabe dimensionar a estrutura. Porém, o que mais se vê nos projetos de base que segue as etapas de direcionamento,

vigas pilares e fundações que são superdimensionados, como casas de pavimentos que exige uma melhor e maior perfeição e exatidão.

Nos projetos de estruturas para prevenção de danificações e possíveis patologias, como por exemplo: fissura, trincas, infiltrações e danos por umidade. Todos os danos de prejuízo ao bom estado e boa duração de uma construção podem ser prevenidos. O meio mais coerente é seguir à risca as exigências de construção. Se executado de forma correta, dificilmente obtém-se danos e prejuízos, porque uma patologia requer um resultado satisfatório, do contrário uma sucessão de erros resultará no aumento de complicações, afetando e acarretando problemas físicos e financeiros em seu projeto estrutural.

Foi possível desenvolver um software para o cálculo da área de aço longitudinal e a armação transversal de pilares em concreto armado do tipo intermediário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6122: Projeto e execução de fundações. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6118: Projeto de estrutura de concreto - Procedimento. Rio de Janeiro, 2014.

AZEREDO, Hélio Alves de. O edifício até sua cobertura – Prática da construção civil. 2.ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1977. 182 p. il. Inclui bibliografias.

Prof. Dr. Paulo Sérgio dos Santos Bastos. Pilares de concreto armado. Bauru/São Paulo: Junho/2005.

DERKIAN. Estruturas, 2010. Disponível em: <<http://vidacivil.blogspot.com.br/2010/07/estruturas.html>>. Acesso em: Julho de 2010.

MELO, Juliana Tusholska Vaz de. Estruturação de uma edificação, 2004. Disponível em: <<https://www.zemoleza.com.br/trabalho-academico/humanas/arquitetura/estrutura-de-uma-edificacao/>>. Acesso em: 15 dez. 2004.

SCADELAI, Murilo A; PINHEIRO Libânio M. Estruturas de Concreto. 2003. Disponível em: <<http://www.gdace.uem.br/romel/MDidatico/EstruturasConcretoII/16%20Pilares.pdf>>. Acesso em: 17 de nov. 2003.

EDIFIQUE. Estruturas. Disponível em: <http://www.edifique.arq.br/nova_pagina_8.htm>.

SPERANZAENGENHARIA. Patologias das Edificações. 2009.

Disponível em: <<http://speranzaengenharia.ning.com/page/patologias-das-edificacoes>>.

CISI - Software para Cálculo de Sapatas Isoladas

Víctor Hugo Tavares Silva

Ivandro José de Freitas Rocha

Isabella Vitória Tavares Silva

Carolina Ribeiro da Silva

José Bento de Sousa Filho

Raquel Carolina Campos

Luiz Tomaz de Aquino Neto

INTRODUÇÃO

É indiscutível que os projetos – arquitetônicos, estruturais, de fundação, hidráulicos e elétricos – são de suma importância para as construções, visto que afeta diretamente no resultado almejado, prevendo problemas e antecipando soluções. Entretanto, o pouco tempo que a maioria dos profissionais disponibiliza para essa etapa aliado à complexidade, é frequente planejamentos falhos e incompletos, gerando imprevistos que precisam ser resolvidos durante o andamento da obra, atrasando de forma significativa o prazo de entrega da edificação.

No que diz respeito aos projetos de fundação, é inegável que se trata de uma etapa imprescindível, visto que os elementos estruturais de fundações devem apresentar resistência adequada para suportar as tensões geradas pelos esforços solicitantes. Além disso, deve transferir e distribuir seguramente as ações da superestrutura ao solo, de modo que não cause recalques diferenciais prejudiciais ao sistema estrutural nem à própria ruptura do solo (ALVA,2007).

Em geral, existem diversos tipos de fundações, as quais variam em função do tipo de solo e da grandeza da carga recebida. Dentre as várias ferramentas usadas no planejamento da fundação, destaca-se as sapatas. De acordo com Faria (2016), a sapata é um bloco de concreto armado construído diretamente sobre o solo dentro de uma escavação. A mais comum é de seis ou oito ferros, dependendo da resistência requerida, sendo uma solução mais viável financeiramente do que o uso de estacas. Ela distribui o peso da obra por uma área maior e sustenta a coluna com base na pressão distribuída sobre uma maior superfície para conferir estabilidade à obra. São usadas em terrenos que apresentam uma boa taxa de trabalho e quando a carga a ser distribuída é relativamente pequena. Para a elaboração do programa, foi estudada as sapatas isoladas que, segundo Bastos (2016), é a mais comum nas edificações, sendo aquela que transmite ao solo as ações de um único pilar.

Nessas perspectivas, considerando a importância dessa ferramenta e levando em conta a frequência de planejamentos falhos, fez-se necessário buscar alternativas a fim de garantir um processo mais eficaz. Sendo assim, visando minimizar a ocorrência de erros,

o retrabalho e o tempo gasto, o presente trabalho objetivou desenvolver um software capaz de realizar o complexo projeto das sapatas isoladas, incluindo o seu dimensionamento, bem como sua otimização e detalhamento.

MATERIAL E MÉTODOS

No que diz respeito aos procedimentos, a pesquisa realizada classifica-se como sendo bibliográfica, pois teve como fontes livros, artigos e outros textos, de caráter científico, os quais permitiram o acesso às informações necessárias ao desenvolvimento do software.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas acerca das etapas do processo de projetos das sapatas isoladas, bem como dos dados necessários para a realização dos cálculos. Além disso, foi consultado o professor e engenheiro civil Luiz Tomaz Aquino Neto, a fim de tirar as dúvidas pertinentes e adquirir mais informações. O mesmo nos disponibilizou arquivos que continham todas as fórmulas, além de uma apostila bem detalhada sobre o assunto. Além disso, a NBR 6122-1996 foi estudada, para que o software trabalhasse dentro das normas.

Seguidamente, realizou-se o levantamento das diretrizes do dimensionamento geométrico e de armadura, verificação da pressão no solo e de tensão no concreto, espaçamento e detalhamento das sapatas, a fim de determinar os dados de entrada, de saída e o processamento do programa.

Desse modo, foram definidos como sendo dados de entrada: carga aplicada, tensão do solo, resistência do concreto, resistência do aço, lados do pilar, diâmetro da barra, cobrimento e diâmetro do agregado. O processamento se baseou nos cálculos, e os dados de saída consiste no detalhamento.

Posteriormente, estes meios foram traduzidos para a linguagem de programação C++ e lançados no programa DEV C++, contando com a orientação do professor de Informática Ivandro José de Freitas Rocha e livros referentes ao assunto.

Vale ressaltar que, a fim de atender as vontades do usuário, o programa conta com uma interação em que é possível escolher o que visualizar, e até mesmo corrigir dados digitados errados, promovendo maior comodidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a programação do algoritmo em linguagem C++, baseado em cálculos necessários para o projeto de uma sapata isolada, o objetivo geral de desenvolver um software capaz de realizar esses cálculos de maneira mais simples foi alcançado.

O software, intitulado CISI pelos integrantes do grupo, recebe os primeiros dados a cerca da sapata a ser projetada e logo inicia os cálculos iniciais e os exibe os valores na tela, em forma de tabela, com valores do peso estimado, área de sessão, comprimento de

ancoragem, resistência do concreto, carga aplicada do projeto e resistência do Aço. Esses dados são calculados em cima dos dados de entrada citados no tópico anterior. O mesmo acontece com os cálculos referentes à geometria, pressão do solo, tensão do concreto e área de aço. Vale ressaltar que o programa também informará se a pressão que será aplicada no solo e a tensão que será aplicada no concreto estão de acordo com as especificações necessárias ou estão superiores ao adequado.

Posteriormente, é feita a otimização, ou seja, verificar quais tipos de bitola poderão ser utilizadas e informar a quantidade necessária e a distância de uma para a outra, dando as opções de escolha ao usuário.

Após a decisão do usuário, o programa se encarrega de fornecer o detalhamento, ou seja, o projeto final, pronto para a execução.

A exemplificação da execução do software segue em anexo.

CONCLUSÕES

Habitualmente, encontra-se obras que não possuem um projeto estrutural, alegando que o empreiteiro sabe dimensionar a estrutura. O que mais se vê em projetos sem esse tipo básico de fundamentação são danificações e possíveis patologias como fissuras, trincas, infiltrações e danos por umidade, além de acarretar problemas com obras superdimensionadas. Sendo assim, as construções demandam exatidão no que diz respeito ao cálculo de vigas, pilares e fundação. Nesse interim, dá-se a importância de softwares que possam ser utilizados por profissionais da construção civil para auxiliar em cálculos estruturais complexos que ocupam muito tempo e atenção se feitos de forma manual. Acredita-se que o resultado obtido, levando em consideração sua significância para o meio da construção civil, possa representar uma forma de auxiliar no projeto das sapatas isoladas no que diz respeito às suas dimensões, detalhamento, otimização e geometria. Além de diminuir a margem de erro, o programa CISI foi criado com o intuito de agilizar o trabalho do profissional, reduzindo o tempo de serviço e, conseqüentemente, aumentando a satisfação do cliente, visto a competitividade no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVA, G.M.S. Projeto Estrutural De Sapatas. Estrutura e Construção Civil, Santa Maria. p.1. 2007.

BASTOS, P.S.S. Sapatas De Fundação. Estruturas de Concreto III. Campos de Bauru, São Paulo. 2016.

BOLONHA, R.O. Sapatas – O que são e qual suprirá cada necessidade?. Disponível em http://blog.construir.arq.br/fundacao_sapata/. Acesso em: 04.Nov.2017.

SCHILDT, H.C. C Completo E Total. 3 ed. São Paulo. 2014.

CLÁUSULAS ABUSIVAS NO CONTRATO DE ADESÃO: controvérsias e princípios regentes no Código de Defesa do Consumidor, Código Civil e na Constituição Federal

Áquila Raimundo Pinheiro Lima

FABIANA CAMARGO

INTRODUÇÃO

O trabalho monográfico procurou mostrar a sociedade consumerista que existem meios e formas legislativas e regulamentadoras com base em princípios e fundamentos na Constituição Federal, que tratam sobre as cláusulas abusivas nos contratos de adesão. Tendo visto que também foram abordadas de uma maneira enfática as características deste contrato e suas perspectivas na vida do consumidor.

O interesse em escrever sobre este assunto se deu em virtude, de que existem leis, normas, jurisprudências, consentimentos de tribunais por todo o Brasil a respeito do título, e mesmo assim, os consumidores são levados à responsabilidade de assumir um contrato que não deixa escolha, que tem como característica principal à unilateralidade.

O objetivo genérico levantado diz respeito acerca das cláusulas abusivas na perspectiva dos contratos adesivos, ressaltando os princípios constitucionais e infraconstitucionais que dirimem a discussão. Enquanto que os objetivos específicos foram voltados para a conceituação do que seja comerciante, fornecedor e consumidor nas relações de consumo. Além de conceituar o que são contratos de adesão, bem assim conceituar cláusulas abusivas. Esclarecer o sentido de cláusulas ambíguas e contraditórias, demonstrarem os efeitos produzidos no contrato de em virtude da presença da cláusula abusiva. E, por fim, pesquisar os requisitos para caracterização da cláusula abusiva nos contratos de adesão em um paralelo com a Constituição Federal.

O trabalho foi estruturado em 03 capítulos, onde o primeiro abordou assuntos relacionados a noções embrionárias e evolutivas a respeito do tema, deixando bem claro a cerca da conceituação do que venha ser consumidor, contrato de adesão, fornecedor e cláusulas abusivas, o sistema normativo brasileiro de proteção ao consumidor, como esse sistema foi construído e introduzido no Brasil. O capítulo segundo deu ênfase às questões controvertidas, como por exemplo, o que leva ser cláusulas ambíguas e contraditórias, a questão hipossuficiente do consumidor, os princípios que são aplicados em uma relação de consumo na visão constitucional, material e processual. O terceiro capítulo e último ressaltou sobre os procedimentos e processualização, quais os meios que poderá recorrer para a extinção, modificação ou anulação das cláusulas abusivas e ressaltando a súmula 318 do Superior Tribunal de Justiça.

Questões e assuntos envolvendo relações de consumo de fornecedor e consumidor foram analisados durante o trabalho científico, com ênfase de demonstrar a importância deste tema em relação à sociedade em que vivemos.

O presente trabalho monográfico foi um estudo qualitativo, no qual foi desenvolvida primeiramente revisão literária sobre o tema, usando para isto o levantamento bibliográfico em livros e artigos recolhidos durante a visita em bibliotecas e na rede mundial de computadores. Tendo também a utilização de compilação ou referências bibliográficas, do pensamento dos doutrinadores acerca do tema.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho monográfico é um estudo qualitativo no qual foi desenvolvido primeiramente revisão literária sobre o tema, usando para isto o levantamento bibliográfico em livros e artigos recolhidos durante a visita em bibliotecas e na rede mundial de computadores.

Segundo o dicionário Aurélio “metodologia: conjunto de métodos, regras e postulados utilizados em determinada disciplina e aplicação”. A palavra metodologia tem sua origem do grego, *methodo*, e quer significar caminho, e *logia*, que significa estudo. Pautado nesse contexto de procedimento organizado que conduz ao acerto do resultado, com coerência de ações, traçaram-se os caminhos a serem seguidos na elaboração desse trabalho de cunho científico.

Através de regras lógicas, ou etapas de procedimento procurou-se empregar técnicas para tornar compreensível a qualquer um que venha manusear esse referido trabalho.

Feitas às considerações gerais acerca da origem etimológica da palavra metodologia, prosseguiremos na intenção de apresentar as técnicas de elaboração e formatação da pesquisa científica, dando início à explanação acerca das técnicas empregadas neste trabalho, como forma de elucidar os conceitos, aplicação e fundamentação do tema.

Como acadêmicos utilizamos todos os meios de pesquisas disponíveis, tais como o de compilação ou bibliográfico, do pensamento dos doutrinadores acerca do tema. Procuramos o universo dos livros publicados e artigos veiculados na rede mundial de computadores, internet, tudo, tentando extrair do tema, de forma simples, mas acadêmica e didática como meio de explicitar os conceitos e pretendendo expor uma reflexão mais aprofundada acerca do contexto em que se insere o tema.

Não há uma pretensão de usar de métodos lógico ou sistemático, o processo de desenvolvimento deste trabalho científico, será o da compilação de textos dos autores existentes com a clareza necessária ao entendimento, e interpretação do público alvo, leitores, para que os mesmos possam interagir com a exposição de idéias e também de forma concisa de molde a facilitar a compreensão do texto.

O acervo a ser pesquisado é parco, não se encontrando grandes literaturas no mundo científico nem no mundo jurídicos. Porém há uma vasta gama de artigos na rede mundial de computadores que merecem ser alvo de pesquisa, pois grandes estudiosos tentam despertar a consciência da nossa população sobre a importância de tão grandioso tema para nossa sociedade em geral. Porquanto, objetivando expor a necessidade de ampliar o universo do conhecimento, sem, contudo, prender-se a fórmulas e metodologias, expõe-se um panorama de várias idéias e posições adotadas pela doutrina, jurisprudência e artigos de divulgação na rede mundial de computadores, a maneira mais didática de exposição acerca do assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho procurou mostrar a sociedade consumidora, acadêmicos de direito, estudiosos do assunto à importância de estarmos estudando o que venha a ser cláusulas abusivas no contrato de adesão e os princípios que regem no âmbito Constitucional, Civilista e Consumerista. O maior interesse em escrever sobre o tema embora seja amplo e complexo, venha ser a maneira, e a visão que os tribunais, normas, leis tem sobre o assunto, deixando o consumidor às vezes responsável em assumir o ônus do contrato, que possui como característica principal a unilateralidade. O problema abordado durante a realização do trabalho e o que leva o consumidor hipossuficiente a aceitar essas cláusulas abusivas?. Mostrando também como objetivo genérico a sociedade consumerista o estudo acerca das cláusulas abusivas na perspectiva dos contratos adesivos, ressaltando os princípios que dirimem a discussão, analisando também os objetivos específicos como: Caracterizar a diferença entre fornecedor, comerciante e consumidor nas relações de consumo, explicar o que são contratos de adesão, bem assim conceituar cláusulas abusivas, destacando os seus efeitos no contexto! O trabalho também chega a mostrar quais procedimentos o consumidor deverá tomar em juízo perante o judiciário ou órgãos competentes, os princípios que serão utilizados, os efeitos que essas cláusulas poderão gerar neste contrato de adesão, os mecanismos que serão empregados seja ele a modificação, extinção ou a nulidade do contrato, e os requisitos que levam ser as cláusulas abusivas no contrato de adesão.

CONCLUSÕES

Por tudo exposto, evidenciou-se que existem cláusulas abusivas ou obscuras impostas aos consumidores, no intuito de induzir o aderente ao erro sem notar. Em decorrência do contrato de adesão ser o tipo de contrato mais habitual no meio consumerista, demos maior ênfase ao mesmo durante este esboço e a importância de uma Constituição Democrática e progressista para o direito.

A questão primordial, entretanto, foi deixar claro ao consumidor a conscientização do que se tratam cláusulas abusivas nos contratos de adesão, mostrar o que ela pode trazer

como malefício à vida cotidiana deste consumidor. Quais são suas perspectivas na Constituição Federal, no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor. Quais suas conseqüências futuras e os meios cabíveis de solucionar os abusos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Antônio Herman V; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de Direito do Consumidor. 2. ed. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2008.

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2005.

BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de Direito Constitucional, São Paulo: Editora Saraiva, 6 Edição revisada e atualizada. 2011.

PFEIFFER, Roberto Augusto Castellanos; PASQUALOTTO, Adalberto. Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil de 2002: convergências e assimetrias. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005. v. 26.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro, teoria das obrigações contratuais – 23 ed. V.3. Editora Saraiva, São Paulo, 2007.

FELLOUS, Beyla Esther. Proteção do consumidor no mercosul e na união européia. São Paulo: RT, 2003.

FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual de direitos do consumidor. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FRISO, Gisele de Lourdes. Código de Defesa do Consumidor Comentado. Editora Primeira Impressão, São Paulo, 2007.

GOMES, Orlando. Contratos. Editora Forense. Rio de Janeiro, 1983.

KHOURI, Paulo Roberto Roque Antonio. Direito do consumidor, contratos, responsabilidade civil e defesa do consumidor em juízo. 3 .ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 13 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

LUCCA, Newton de. Direito do Consumidor. Editora Quartier Latin do Brasil, São Paulo, 2003.

NOVAIS, Alinne Arquette Leite. A teoria contratual e o Código de defesa do consumidor. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. Curso de Direito do Consumidor. 2 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, José Carlos de. Código de defesa do consumidor: doutrina, jurisprudência e legislação complementar. 3 ed. São Paulo: Lemos e Cruz, 2002

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. ed. Rio de janeiro: Forense, 2007. v. 3



RODRIGUES, Silvio. Direito civil: dos contratos e das declarações unilaterais da vontade. 30 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2001. v. 3

SCHMITT, Cristiano Heineck. Cláusulas abusivas nas relações de consumo; prefácio à 1^a edição Cláudia Lima Marques. – 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. v. 27

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Direitos do Consumidor: a busca de um ponto de equilíbrio entre as garantias do Código de Defesa do Consumidor e os princípios gerais do direito civil e do direito processual civil. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2008.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007. v. 2

COLONIZAÇÃO MICORRÍZICA EM TRÊS VARIEDADES DE CANA-DE-AÇÚCAR COM CULTIVO CONVENCIONAL E ORGÂNICO.

Denise Rodrigues Conceição
Jadson Belem de Moura
Wagner Gonçalves Vieira Júnior
Dailton da Costa Leite
Julio César Silva

INTRODUÇÃO

O Brasil é o maior produtor de cana-de-açúcar (*Saccharum sp.*) do mundo tendo a região Centro-Oeste como a segunda maior região produtora de cana de açúcar, representando 10% da área plantada no país. Para o estado é estimada uma produção de mais de 136,17 milhões de toneladas de cana-de-açúcar nesta safra. E é considerada uma das grandes alternativas para o setor de biocombustíveis devido o interesse mundial em reduzir a dependência de combustíveis fósseis. (Conab, 2017).

MATERIAL E MÉTODOS

As amostras foram obtidas em condições de campo da área comercial da Usina Jalles Machado, no município de Goianésia, Goiás. O delineamento experimental foi o inteiramente casualizado, com esquema de subparcelas, tendo cinco repetições. Os tratamentos foram compostos pelos dois sistemas de produção: convencional e orgânico e as variedades de cana-de-açúcar do terceiro ano (CTC 4, IACSP 91-1099 e IACSP 95-5000) compuseram as subparcelas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após as análises pode observar que houve diferenças significativas entre os tratamentos, e comparando os resultados obtidos verificou-se que todas as variedades de cana-de-açúcar cultivadas com sistema orgânico teve uma maior taxa de colonização micorrízica. Os valores de colonização foram influenciados pela quantidade de açúcares exsudados na rizosfera, e a quantidade em que são liberados são influenciados por diversos fatores, como espécie da planta, estágio de desenvolvimento da planta e sistemas de cultivo mais conservacionistas, como orgânicos, proporcionam um ambiente mais favorável para exsudar substâncias radiculares.

CONCLUSÕES

Nas amostras com cultivo em sistema convencional a taxa de colonização micorrízica foi inferior do que as coletadas em cultivo de sistema orgânico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELINI, G. A. R.; LOSS, A.; PEREIRA, M. G.; TORRES, J. L. R.; JÚNIOR, O. J. S. Colonização micorrízica, densidade de esporos e diversidade de fungos micorrízicos arbusculares em solo de Cerrado sob plantio direto e convencional. *Semina: Ciências Agrárias*, v. 33, n. 1, p. 115-130, 2012

CONSIDERAÇÕES QUANTO A MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO COMO MECANISMOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO CONTEXTO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Keren Morais de Brito

Fernanda Heloisa Macedo Soares

Carlos Alberto da Costa

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é fazer algumas reflexões sobre mediação e conciliação como formas alternativas de resolução de conflito, que estão se consolidando no cenário jurídico brasileiro nas últimas décadas. Nessa reflexão abordou-se os seguintes aspectos: a nova revolução processual, e os meios alternativos de resolução de conflito, a conciliação e a mediação.

A sociedade brasileira e o Poder Judiciário, atualmente, caminham ao encontro de formas alternativas de resolução das demandas, por meio de instrumentos de ação social participativa.

Com o surgimento do novo Código de Processo Civil houve um marco no cenário jurídico, pois veio com o intuito de corresponder as necessidades da realidade enfrentada pelo Poder Judiciário e, além disso, traz os preceitos expressos na Carta Magna, gerando, assim, a perspectiva de um processo civil constitucionalizado.

Dentre as inúmeras novidades trazidas pelo Novo Código, uma das mais importantes e capazes de ampliar o acesso à justiça, é o incentivo às medidas alternativas de resolução de conflito, sendo este considerado um dever dos magistrados, juízes e auxiliares da justiça. Em meio aos principais instrumentos estão à mediação e a conciliação, cada um com uma finalidade e procedimento diversos. Institutos pelos quais as próprias partes, com o auxílio de um terceiro, poderão buscar uma solução mutuamente aceitável, dando assim, maior celeridade aos processos judiciais e permitindo a solução dos conflitos que originaram a demanda, o que contribuirá significativamente para o restabelecimento do diálogo entre os contendores.

As utilizações dessas medidas alternativas, também chamadas de autocompositivas, possuem uma grande importância no cenário jurídico atual e devem ser estudadas, promovidas e incentivadas.

MATERIAL E MÉTODOS

Para atingir os objetivos desse trabalho, recorreu-se às pesquisas bibliográficas, fundamentalmente com análises em livros, artigos científicos, além da legislação brasileira, acerca dos meios alternativos para resolução de conflitos, especificamente

mediação e conciliação. O método utilizado foi o dedutivo, tendo como finalidade apresentar os principais aspectos da temática abordada, discorrendo acerca da mediação e conciliação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Promulgado no dia 16 de março de 2015, o Código de Processo Civil trouxe inovações quanto às medidas alternativas para resolução de conflitos, dando evidência a mediação e conciliação, com o intuito de efetivar a prestação jurisdicional de forma célere.

Abordar-se-á as diferenças entre os supracitados institutos, vez que estes não se confundem.

Bacellar explica que a “conciliação é o acordo de vontades, em que as pessoas fazem concessões mútuas a fim de solucionar o conflito”. Sendo assim, um terceiro imparcial, orienta as partes, de forma ativa, como chegar a um acordo.

A conciliação é um mecanismo autocompositivo de solução de conflitos, que pode ser extrajudicial ou judicial e que conta com a participação de um terceiro imparcial e capacitado, que orientado pelo diálogo entre as partes envolvidas escuta ativamente, conduz a discussão, a partir do apresentado passa, se for o caso, a sugerir soluções compatíveis com o interesse das partes ou, uma vez apresentada a solução pelas próprias pessoas, a conduzir essa solução para que ela realmente reflita o interesse das partes em conflito. (DESCONCI apud SALES e CARVALHO, 2014, p. 261)

Sendo assim, o conciliador tem atuação ativa na resolução do mérito, tendo como objetivo facilitar, orientar e sugerir soluções. Já na mediação, o principal objetivo do mediador é apenas um auxiliador das partes, uma vez que estas devem buscar a resolução do litígio.

A mediação é um mecanismo de solução de conflitos, no qual um terceiro imparcial e com capacitação adequada facilita a comunicação entre as partes, sem propor ou sugerir quanto ao mérito, possibilitando o diálogo participativo, efetivo e pacífico, permitindo-se a construção de uma solução satisfatória pelas próprias partes. A mediação possibilita, por meio de técnicas próprias, utilizadas pelo mediador, a identificação do conflito real vivenciado, suas possíveis soluções. (DESCONCI apud SALES e CARVALHO 2014, p. 263).

O próprio texto do Código de Processo Civil de 2015, em seu artigo 165, §§ 2º e 3º, respectivamente, traz as diferenças essenciais entre o conciliador e o mediador. O conciliador atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, em oposição, o mediador atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes.

Conforme aduz o artigo 166, do CPC/15, tanto a conciliação quanto a mediação são regidas pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada.

O Código de Processo Civil de 2015 deve ser interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Desse modo, princípios como o da boa-fé, razoável duração do processo e acesso à justiça devem ser analisados quando da aplicação do Código em estudo.

Pode-se denotar que o artigo 3º, § 2º, que o CPC/15 incentiva e dá ênfase às soluções consensuais, porquanto estabelece que “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Logo se pode destacar o §3º, do respectivo artigo mencionado, que evidencia a mediação e conciliação, e chama a atenção de juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público para que esses estimulem a solução consensual.

Esses dois meios alternativos para resolução de conflitos, mediação e conciliação, podem ocorrer extrajudicialmente ou judicialmente, quando já existe um processo jurisdicional. No caso se existir um processo, “o mediador e conciliador são auxiliares da justiça” (DIDIER, 2016, p.274). Conforme artigo 168 do Código de Processo Civil de 2015, as partes podem escolher, livremente, um mediador e conciliador, o qual não precisa estar cadastrado nos órgãos competentes.

Art. 168. As partes podem escolher, de comum acordo, o conciliador, o mediador ou a câmara privada de conciliação e de mediação. § 1º O conciliador ou mediador escolhido pelas partes poderá ou não estar cadastrado no tribunal. § 2º Inexistindo acordo quanto à escolha do mediador ou conciliador, haverá distribuição entre aqueles cadastrados no registro do tribunal, observada a respectiva formação.

Em consonância com princípio da autonomia da vontade das partes, as partes possuem a faculdade de recusarem a audiência de conciliação ou de mediação, que será cancelada se o autor manifestar desinteresse na realização do ato e o réu manifestarem expressamente a sua anuência à recusa do autor, no prazo legal. Se uma das partes manifestar o interesse pela audiência de conciliação ou mediação, a audiência será mantida, devendo o autor e réu comparecer ao ato, sendo a ausência ser considerado ato atentatório à dignidade da justiça, com a aplicação de multa, conforme previsto no retromencionado art. 334, §§ 4º e 8º- CPC/15.

Fica claro que a conciliação e a mediação têm um destaque especial no Código de Processo Civil de 2015, que disciplina a aplicação das referidas formas de solução consensual de conflitos em várias oportunidades ao longo de seu texto.

CONCLUSÕES

A autonomia que é dada as partes, contribui para um processo de democratização e justiça cidadã, além de ter resultados mais rápidos para os litígios. Pode-se compreender do trabalho que o Código de Processo Civil, publicado em 16 de março de 2015, instituiu medidas que impulsionam a conciliação e a mediação ao longo de seu texto.

A resolução consensual de conflitos possibilita que as partes ultrapassem a questão referente ao conflito em si, pacificando as relações entre elas. Por este motivo o legislador,

ao elaborar o Novo Código de Processo Civil, possibilitou a solução consensual de conflitos em vários momentos durante o curso do processo, de modo a reforçar e encorajar a autocomposição.

Vale ressaltar que a utilização das formas alternativas de resolução de conflito, não fere o princípio da inafastabilidade da jurisdição, que tem como base o artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal de 1988, uma vez que as partes não entrem em um acordo em relação ao conflito, podem recorrer ao Poder Judiciário.

Para que tenha obtenha o êxito do CPC/2015 depende do fortalecimento de uma cultura de conciliação e mediação, na sociedade atual, de que a esses métodos são técnicas eficazes de solução de conflitos. Fortalecendo assim a confiança, não só pela celeridade com que resolve a demanda, mas também, pelo estado psicológico de paz que envolve os litigantes.

É preciso acreditar numa mudança de paradigmas, numa mudança de mentalidade, é preciso superar a cultura do litígio e é preciso valorizar a conciliação e a mediação, que efetivamente representam alternativas eficazes para a solução de conflitos para a realização da justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11/SET/2017

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 de mar. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 26 out. 2017.

DESCONCI, Raphaela Regina. Conciliação e Mediação: uma análise à luz do Código de Processo Civil de 2015. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/accdp/article/view/10188>. Acesso em: 11/SET/2017

DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil: INTRODUÇÃO ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo de Conhecimento – Reescrito com base no Novo CPC – Vol. 1 – 18ª Ed., Editora JusPodivm.

FARIA, Kamila Cardoso; DIAS, Luciano Souto. A Mediação e a Conciliação como Mecanismos para a Solução de Conflitos no Contexto do Novo Código de Processo Civil Disponível em: periodicos.ufes.br/ppgdir-semanajuridica/article/download/12790/8881. Acesso: 11/SET/2017

PISKE, Oriana. Formas Alternativas de Resolução de Conflito. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/49739/formas_alternativas_resolucao_piske.pdf. Acesso em: 11/SET/2017.



SALES, Lilia Maia de Moraes; CARVALHO, Emmanuela Cipriano Chaves.
Mediação e Conciliação Judicial – A Importância da Capacitação e de seus Desafios.
Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos. Disponível:
<http://www.scielo.br/pdf/seq/n69/11.pdf>. Acesso em: 11/SET/2017

Crimes Virtuais: Pirataria online, crime ou meio para propagar a cultura?

Sabrina Carvalho Faria

Maisa França Teixeira

Maisa França Teixeira

INTRODUÇÃO

No presente artigo, será tratado a pirataria online no Brasil e como ela é inserida em nosso meio cotidiano, analisar se a mesma é um crime ou serve para beneficiar os menos favorecidos, traçar um contexto histórico da internet, para se chegar ao cerne do tipo ilícito virtual.

Atualmente observa-se um aumento da violação dos direitos autorais na internet, tal fato é vulgarmente chamado de “pirataria”, o que dificulta a vida dos autores, visto que encontrar o responsável é muitas vezes impossível devido a grandiosidade e as possibilidades da rede, desta forma durante o projeto, será discuta a responsabilidade civil pela violação dos direitos autorais no Brasil.

O preço é um dos elementos chaves para a propagação da mesma, mas como diminui-la? Seria então necessário toda uma reforma de mercado para que o produto se tornasse acessível a todos? Uma reforma na lei dos direitos autorais seria necessária? Vejamos a lei é de 1998, época esta que a internet estava começando a se devolver no Brasil, comparar aquele ano com os dias atuais é inimaginável, vivemos em uma grande globalização, envolta de tecnologia, a internet sendo o principal que move tais conectividades, abre portas para coisas boas e coisas ruins. Nota-se que a internet nos trouxe facilidades, tais como a proximidade com pessoas que estão do outro lado do mundo, o acesso a informações de forma rápida, até mesmo o acesso a compras sem sair de casa, porém salienta-se que adveio vários malefícios em contrapartida, a violação constante dos direitos autorais é uma dela, furto de dados, fraudes contra o consumidor e etc.

O projeto será baseado em pesquisas bibliográficas, tais como Santos (2009), Afonso (2009), Francez (2013) e Nader (2016), e artigos encontrados na internet, terá como principal objetivo o questionamento acerca da propagação da pirataria no Brasil, trazendo exemplos e o que leva a pessoa a violar os direitos autorais.

O protocolo TCP/IP foi criado em 1978 por três cientistas Cerf, Postel e Cohen, que tornou-se o padrão de comunicação entre os computadores na década de 80, este foi um dos principais impulsionadores que fizeram da internet o que ela é hoje. Na década de 90 surge então o World Wide Web o famoso WWW, criado pelo físico inglês Tim Bernes-Lee, que facilitava a localização de informações na web e apresentava uma linguagem audiovisual agradável e compreensível (SANTOS, 2009).

Em 1999, um jovem de 18 anos, chamado Shawn Fanning, um universitário, criou um programa chamado Napster, nele havia milhares de músicas que eram disponibilizadas de forma gratuita, criando assim um prejuízo aos autores e gravadoras. Várias gravadoras ingressaram com uma ação contra o mesmo, ele foi obrigado a remover as propriedades de tais gravadoras e cantores que assim o desejassem (SANTOS, 2009).

Hoje o Napster trabalha com uma versão paga e por meio de assinaturas, porém sua tecnologia foi reaproveitada e continuam disponível, compartilhando milhares de arquivos gratuitamente tais quais: músicas, livros, filmes, programas de TV, até mesmo softwares, as principais ferramentas de compartilhamento são o Torrent e o Emule, que distribuem sem um servidor único, várias máquinas que já baixaram aquele arquivo continuam compartilhando para muitas outras obterem tais arquivos. Muitos se utilizam desses meios para lucrar, fazendo download de filmes e os gravando em DVD's e vendendo por um preço muito mais acessível em comparação ao produto original, a partir daí que a pirataria se espalha.

Não podemos, por outro lado, nos esquecermos de que o principal motivo que leva uma pessoa a adquirir um suporte material que contém uma obra por violação de direito autoral é o preço a ela conferido. A questão do preço deveria ser um elemento, entre outras medidas a serem tomadas, a ser apreciada pelos produtores de suportes, ou seja, os editores, os produtores de fonogramas e produtores de audiovisuais (AFONSO, 2009, p.127).

Cabe salientar que as obras originais custam valores exorbitantes que a maioria da população não teria condição de comprar sem prejuízo a sua própria subsistência, por meio desses empecilhos procura-se então uma solução mais barata e muitas vezes gratuita.

Dessa forma questiona-se: Pirataria online, crime ou meio para propagar a cultura? Quais meios os detentores dos direitos autorais poderiam dispor para diminuir a pirataria?

MATERIAL E MÉTODOS

Confunde-se nos dias atuais o que é ou não ilegal na internet, visto que com o poder de circulação da rede, são compartilhados objetos que por ventura são protegidos pelos direitos autorais, tais como: download de filmes, livros, músicas e até softwares que são práticas antiéticas e ilegais, que infringem diretamente no ordenamento jurídico.

É um tema bem controverso, pois a pirataria tem se tornando um assunto bastante discutido nas redes e na sociedade. Há de salientar que a mesma leva cultura para muitas pessoas, ainda que de forma ilícita, visto que diversas vezes elas contam com o conteúdo gratuito para acessar determinado objeto, pois não contam com os recursos financeiros para obtê-lo, mas não se pode deixar de lado os malefícios que traz, visto que supracitado

anteriormente o autor não se lucra em nada com ela, restando ao Estado agir de maneira opressiva a este delito.

Neste sentido traz Afonso (2009, p. 135):

Finalmente, há que se observar igualmente, a capacidade do Estado em responder por meio de seus aparelhos repressivos esse delito, levando em conta sempre que estamos falando de direitos privados e que o principal interessado nesta tarefa são os detentores dos direitos de propriedade intelectual.

Reflete-se então, será que estamos vivendo uma era que os compartilhamentos são mais importantes que os direitos de terceiros? Com a crescente rede digital os detentores dos direitos autorais devem criar sistemas para a repressão dos mesmos, Ascensão, Santos e Jabur (2014, p. 276), trazem:

Contudo, a Internet não é um espaço onde os conteúdos postados tornam-se de domínio público ou onde criações de terceiros podem ser usadas livremente. Assim como em outros pretensos paradoxos, parece existir nesta área um falso dilema: ou se mantém a sistemática do Direito de Autor e se inviabiliza o desejado acesso pleno aos recursos da Internet, ou se elimina o direito de exclusividade que caracteriza o Direito de Autor.

Não há dúvidas que esse é um problema recorrente que vem cada vez mais se agravando, se tornando algo que as forças policiais sozinhas, não são capazes de deter, deve-se haver um esforço tanto do Estado, da sociedade e da iniciativa privada.

Justifica-se o desenvolvimento desse projeto por ser um tema atual, pouco debatido no meio acadêmico, possuindo uma grande repercussão social e diversas controvérsias a seu respeito. Portanto tal pesquisa poderá contribuir para explanação dos direitos autorais e propriedades intelectuais e como elas estão compostas em nosso ordenamento jurídico brasileiro.

No presente artigo é utilizado o método indutivo visto que se visa observar como a pirataria se propaga na rede, e tem como objetivo entender as causas de sua manifestação. Será utilizado também o método histórico, trazido pela história da internet para conseguir dialogar sobre a pirataria na rede, neste sentido traz Marconi e Lakatos (2010, p. 88-89)

Partindo do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função. Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual por meio de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações.

Do ponto de vista da natureza, o projeto em tela é aplicada, visto que envolve a pirataria, como ela se desenvolve nas redes, como isso afeta os autores, como reflete ao consumidores da mesma, buscando uma resposta para como a diminuir.

Será uma pesquisa qualitativa, pois não será trazido à baila números, será algo subjetivo, uma observação de como a pirataria está inserida em nosso meio cultural, o principal método de pesquisa será o bibliográfico, e textos na internet, nota-se quem em diversas vezes foram utilizadas citações de autores para fundamentar o raciocínio durante o trabalho, neste sentido traz Marconi (2001, p. 56):

Toda pesquisa implica o levantamento de dados de várias fontes. A pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia tornada pública. Tem como objetivo colocar o pesquisador a par de tudo o que foi escrito sobre determinado assunto.

Enfim, espera-se que com os métodos acima descritos possa se desenvolver este projeto, buscando descobrir o que leva a violação dos direitos autorais ser tão grande na internet, como a responsabilidade civil se aplica a essa questão, e como se caracteriza o crime da pirataria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Questiona-se sobre a liberdade na rede, seria a internet um território sem leis, devido as gigantescas possibilidades que ela nos traz? A resposta é simples e clara, as leis abrangem também o mundo virtual, nem sempre de modo eficaz, visto a dificuldade em achar o responsável pelo ato ilícito, a falta de normativa específica para ela é uma das diversas dificuldades encontradas, são leis antigas que necessitam de atualização.

A internet é uma rede que interliga computadores e também smartphones pelo mundo todo, facilitando a pesquisa de vários assuntos, a comunicação e o compartilhamento de arquivos. Teve sua origem durante a guerra fria (1945 – 1991), quando EUA e União Soviética discutiam pelo socialismo e o capitalismo, traz Santos (2009, apud Destouzos, 1997, p. 102):

Em 1969, após muitos estudos e bilhões de dólares investidos pela ARPA na pesquisa da computação, surgiu a Arpanet, avó da atual Internet. Dois fatores impulsionaram a criação da Arpanet. O primeiro, de cunho militar: no auge da guerra fria pensou-se na criação de uma rede de computadores de uso exclusivamente militar. Tratava-se de importante estratégia americana cujo objetivo era a preservação de grandes bancos de dados e do próprio conhecimento científico e tecnológico armazenado nas maiores universidades, laboratórios e centros de pesquisa dos Estados Unidos, ameaçados de destruição total em caso de conflito nuclear com a extinta União Soviética. O segundo fator foi de caráter econômico: cada grupo de pesquisa financiado pela agência exigia mais computadores, mais caros e maiores. A ARPA então passou a estimular os grupos a dividir máquinas distantes entre si, e as questões técnicas apontavam para a possibilidade sensacional de conectar as máquinas.

A primeira conexão se deu em 1969, com as primeiras interligações na Universidade da Califórnia, em Los Angeles e a Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, na Universidade de Utah e no Stanford Research Institute, logo após diversos

outros computadores vieram a se interligar também por meio de ondas de rádio e satélites, tal rede desde então não parou de crescer (FILIPPO; SZTAJNBERG, 1997).

Durante décadas foram se desenvolvendo protocolos que permitiam que os computadores se conectassem, no início era utilizado o protocolo NCP (Network Control Protocol), que posteriormente veio a ser substituído pelo TCP/IP (FILIPPO; SZTAJNBERG, 1997).

Na década de 90, surgiu então o World Wide Web, comumente conhecido como “www”, ele veio para melhorar a capacidade de transmissão das imagens, já que a versão anterior era bastante limitada, vindo a apresentar uma linguagem visual mais agradável e compreensível (SANTOS, 2009).

A partir de então, desde que ela saiu dos monopólios militares, a internet se desenvolveu cada vez mais, devido a sua expansão, indivíduos criativos foram capazes de modifica-la a modernizando, transformando no que conhecemos hoje, esse grande espaço que parece infinito que abre tantas portas que em minutos pode compartilhar dados e notícias de forma rápida e eficaz.

Como supracitado anteriormente, a internet se desenvolveu de tal modo, que jamais se imaginavam. Com isso adveio diversos malefícios, tais como violação a privacidade, dos direitos autorais, fraudes e furtos online, e etc. Tem também seus benefícios, tais como a facilidade em se comunicar, em obter notícias e pesquisar sobre determinado assunto e etc.

O termo pirataria que comumente era utilizado para ladrões dos mares há muito tempo atrás, hoje traz um significado para violação dos direitos autorais e intelectuais, sendo um termo usado vulgarmente. Foi algo que se engrandeceu com a internet, muitos meios para se violar os direitos autorais foram criados, o Napster surgiu em 1999 e disponibilizava inúmeras músicas para download gratuitamente, posteriormente a ele surgiram outros programas para download de músicas, tais como limewere e ares.

Sites de hospedagem eram utilizados diretamente violando os direitos autorais, visto que hospedavam arquivos protegidos, como filmes e músicas. Em 2012, um dos maiores sites de hospedagem do mundo caiu, conhecido como Megaploud, seus fundadores foram presos, e condenados a pagar mais de 500 milhões de dólares pela violação de direitos autorais, atualmente seu fundador, retornou com outro site de hospedagem semelhante chamado Mega.

Em constante utilização estão os arquivos armazenados para os usuários poderem assistir por streaming, o mais conhecido no Brasil era chamado de MegafilmesHD, oferecia diversos filmes recém lançados e séries em seu catálogo, em 2015 o site foi tirado do ar, após uma operação chamada de “Barba Negra” da polícia federal de Sorocaba-SP, os responsáveis foram detidos, gerando uma grande comoção nas redes sociais, as pessoas declararam “luto” pelo fim do MegafilmesHD.

Outras alternativas utilizadas para obterem arquivos na internet foi o torrent, que compartilha arquivos não utilizando um só servidor, visto que ao enviar o arquivo, cada

pessoa que o acessa, continua compartilhando “pedaços” para demais indivíduos, fazendo assim com que o objeto em questão seja praticamente impossível de se retirar de circulação.

Frequentemente um dos maiores sites que disponibilizam o torrent sai do ar, o popular The Pirate Bay, que conta com diversos arquivos, já foi alvo de diversas investigações, sendo os fundadores inclusive condenados à prisão e a pagar multas milionárias, depois desses ocorridos o site muda de servidores repetidamente, em repressão a tal site, o Google passou a bloquear os resultados de pesquisa para o mesmo.

O Brasil tem uma a cultura do compartilhamento ilegal de obras protegida pelos direitos autorais, comumente se encontra em feiras, vendas e em diversos outros locais utilizados para comércio, a venda de produtos falsificados, DVD's, CD's são os mais comuns, gravados de forma informal, que na maioria das vezes possui qualidade idêntica e tão boa quanto a obra original.

O Código Penal Brasileiro, traz na redação de seu artigo 184 “Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.” Comumente ouve-se falar em apreensão de mercadorias piratas, em penalização dos cometedores de tal infração penal.

Observa-se que os parágrafos do artigo supracitado penalizam aqueles em que tem por objetivo obter lucro direto ou indireto proveniente daquela obra não autorizada. O simples fato de fazer o download de um filme, livro ou música na internet, sem intuito de lucro, não caracteriza o crime. O Código Penal em seu artigo 1º traz, “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.”

Almeida (2007, p. 2) reforça: “A cópia adquirida por meios erroneamente considerados ilícitos para uso privado e sem intuito de lucro não pode ser considerada pirataria; sendo pirataria, então esta não é crime.” O que se observa em diversos casos as grandes produtoras tentando alienar os consumidores, fazendo-os acreditar que ao adquirir, baixar aquela obra estará cometendo um ilícito penal.

Há de se observar também que o autor de determinada obra merece o reconhecimento e os frutos que ela pode trazer, sendo tudo subjetivo, nesse sentido traz Francez, Netto e D'antino (2013, p. 160):

Não sobeja lembrar que apenas o autor (ou o titular da obra) possui o privilégio de utilizá-lá da maneira que melhor lhe aprouver, dentro, evidentemente, de padrões que não criem um monopólio, já que o legislador conferiu-lhe o uso exclusivo apenas por determinado período. Não nos esqueçamos de que a Constituição Federal garante aos cidadãos o acesso aos bens da cultura nacional, prerrogativa que complementa a compreensão de que os direitos autorais não são absolutos, mas relativos segundo as formas de sua utilização.

Questiona-se o porquê de a pirataria estar tão popularizada, pois bem, um dos principais motivos é o valor exorbitante da obra original, não possuindo recursos para

obtê-lo, recorre então ao download e a compra de produtos falsificados com preço mais acessível, neste sentido Francez, Netto e D'antino (2013, p. 162) salienta:

A Internet está criando uma situação completamente nova à medida que rompe qualquer barreira, pois dificulta a proteção aos direitos autorais. Sob esse aspecto, mostra-se inimiga dos direitos autorais. Por outro lado, pode ser uma grande aliada de artistas em geral. Exemplo disso é que recém- temente a banda inglesa Arctic Monkeys decidiu lançar as musicas de seu novo CD na Internet. A divulgação no mundo virtual foi tão eficiente que, quando o CD foi lançado nas lojas, a venda chegou a quase 120 mil cópias em um único dia (SANTOS, 2009, p. 110).

Sendo um assunto tão controverso, a pirataria online, traz tanto malefícios quanto benefícios, do poder de fazer uma banda mais divulgada conseqüentemente mais comercializada a violação de autores que visavam lucro com determinada obra não desejando que ela caísse nos meios digitais de forma gratuita. Almeida (2007, p. 04) neste sentido traz a luz:

A verdadeira pirataria moderna, enfim, precisa mesmo ser combatida. Mas que o seja dentro dos limites éticos e legais. O download gratuito de livros virtuais nada mais é que uma nova versão do sagrado, universal — e lícito — empréstimo de livros e revistas, de forma mais rápida, econômica e segura, multiplicando exponencial e democraticamente o acesso à cultura e a difusão do conhecimento.

Seria necessária uma modificação na Lei de Direitos Autorais (9.610/98) visando a primazia de um equilíbrio entre autor e o direito de acesso da sociedade, em que um não prejudicasse o outro, salientando que a lei é de 1998, momento este em que a internet estava começando a se encaminhar. O crescimento tecnológico é tão gigante que não se consegue mais se viver sem as facilidades do Google, a ferramenta de pesquisa para encontrar determinado assunto, local, arquivos.

CONCLUSÕES

Atualmente observa-se na web, um grande fluxo de compartilhamentos, não somente de publicações nas redes sociais, e sim o de obras protegidas pelos direitos autorais. Sendo a internet algo extremamente amplo, o usuário durante sua navegação parece se esquecer de que existem leis que limitam o poder da mídia.

A razão desse amplo crescimento se dá pelo fato de as obras originais custarem valores exorbitantes e o consumidor não ter como arcar com o preço da mesma, procurando assim algo mais viável, barato e muitas vezes gratuito. Há de se ressaltar também que este é um meio para se acessar a cultura, baixando filmes, livros, músicas e até mesmo programas de TV.

Trata-se então de um assunto subjetivo, pois ao mesmo tempo em que possui o seu lado maléfico prejudicando os direitos autorais, traz também benefícios para o usuário daquela obra ilegal. Com a crescente onda de pirataria na rede e os detentores dos direitos

autorais tendo ciência que o principal problema era o valor abusivo dos produtos originais surgiram meios para tornar tais obras acessíveis ao público.

Presentemente existem aplicativos e programas que não violam direitos autorais, levando acesso a músicas, filmes e séries de TV por um preço acessível, um exemplo é a Netflix, seus serviços tendo o preço de 19,90 mensais, traz em seu catálogo inúmeros filmes, séries e documentários, tudo isso por serviço de streaming. Para músicas há o Spotify, que oferece diversas músicas em seu catálogo por preço compreensível.

Enfim, apesar de a violação dos direitos autorais serem frequentes e as forças policiais reagirem a isso, há de se haver primeiramente uma reeducação da sociedade em ter ciência que aquela obra que está utilizando foi criada por uma pessoa, que custou algo para este indivíduo e que, portanto, ela tem o direito de receber proventos, que há opções baratas para se obter acesso a tais itens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Otávio. Direito autoral: conceito essenciais. São Paulo: Manole, 2009.
- ALMEIDA, Manoel. Download de filmes e livros para uso privado não é crime. Consultor Jurídico. ago. 2007. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2007-ago-20/download_filmes_livros_uso_privado_nao_crime>. Acesso em 30 de mai. 2017.
- BRASIL. Código Civil, 10 de janeiro de 2002.
- BRASIL. Código Penal Brasileiro, 07 de dezembro de 1940.
- COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Civil: direitos das coisas e direitos autorais. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CORRÊA, Gustavo Testa. Aspectos jurídicos da internet. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- DERTOUZOS, Michael L. O que será: como o novo mundo da informação transformará nossas vidas. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FRANCEZ, Andrea; NETTO, José Carlos Costa; D'ANTINO, Sergio Fama. Direito do entretenimento na internet. São Paulo: Saraiva, 2013.
- MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica, para o curso de direito. São Paulo: Atlas, 2001.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2010.
- NADER, Paulo. Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- SANTOS, Manuela. Direito autoral na Era Digital: impactos, controvérsias e possíveis soluções. São Paulo: Saraiva, 2009.



SILVA, Regina Beatriz da; SANTOS, Manoel J. dos. Série Gvlaw - Responsabilidade Civil na Internet e nos demais meios de comunicação, São Paulo, Saraiva: 2012.

FILLIPO, Denise Del re; SZTAJNBERG, Alexandre. Bem vindo a Internet, Rio de Janeiro, Brasport: 1996.

SANTIAGO, Emerson. Common Law. InfoEscola, fev. 2012. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/direito/common-law/>>. Acesso em 30 de mar 2017.

DESENVOLVIMENTO DE MUDAS DE CANA DE-AÇÚCAR EM DIFERENTES SUBSTRATOS

ALESSANDRA PAIXÃO AIRES LIMA

ANDERLI DIVINA FERREIRA RIOS

FERNANDA AUGUSTINHO FERREIRA LIMA

INTRODUÇÃO

A produção nacional de cana-de-açúcar (*Saccharum spp.*) alcançou 632 milhões de toneladas na safra 2014/2015 (UNICA, 2016). Além do bioetanol, os subprodutos da cana-de-açúcar, tais como a palha, o bagaço e a vinhaça, tornaram-se recursos de grande potencial para a geração de energia elétrica no país. O plantio convencional mecanizado da cana-de-açúcar tem resultado em alta incidência de danos às gemas, exigindo uma quantidade de colmos-semente superior a 20 t ha⁻¹ para evitar prejuízos na produtividade. Essa prática implica em gasto excessivo de colmos que poderiam ser destinados à indústria (LANDELL et al., 2012). O sistema de mudas brotadas, desenvolvido pelo Programa Cana do Instituto Agrônômico (IAC), permite reduzir a quantidade de mudas, o número de falhas e os riscos de propagação de pragas e doenças. Além disso, a distribuição espacial das MPB nas áreas de produção minimiza a competição intraespecífica comum em canaviais plantados com excesso de gemas por metro linear (LANDELL et al., 2012; XAVIER et al., 2014). O substrato pode incidir diretamente em vários fatores que determinam o desempenho bem sucedido da brotação das mudas. A grande maioria dos substratos disponíveis no mercado nacional, além de apresentarem qualidade limitada quanto a importantes características físico-químicas, são recomendados de forma indistinta para diferentes culturas (TRANI et al., 2007). Pelo fato de o sistema de produção de MPB de cana-de-açúcar ser uma prática recente e inovadora, a quantidade de informações a respeito da influência dos substratos na brotação das gemas e no desenvolvimento inicial das mudas ainda é incipiente.

MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi conduzido no município de Goianésia é um município brasileiro do estado de Goiás, situa-se na região do Vale do São Patrício GO 230, foi utilizado o delineamento em três blocos casualizados (DBC) com cinco repetições em diferentes tipos de substratos, com o plantio no dia 14 de março de 2017. As parcelas foram compostas em cinco repetições, em recipientes plásticos, conforme figura 2. No primeiro tratamento foram utilizados conforme figura 1: 1 kg TORTA DE FILTRO 50% + SOLO PURO 50%, conforme. No segundo tratamento foram utilizados: 1 kg de SUBSTRATO PURO 100%. No terceiro tratamento foi utilizado: 10 kg tratamento: TORTA DE FILTRO 100%.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi observado que todos os tratamentos T1, T2, T3, germinaram de forma satisfatória durante o período analisado após 30 dias de plantio, com intervalos de 5 em cinco dias. A germinação em centímetro ocorreu de forma uniforme em todos os tratamentos.

Aos 5 dias pós plantio DPP não houve germinação de nenhum dos tratamentos. Após 10 DPP analisou-se o crescimento de brotos em todos os tratamentos. No T1 o crescimento foi de 5,4cm. No T2 crescimento do broto foi de 6,8 cm. No T3 5,2cm. Após 15 DPP analisou-se o crescimento de brotos em todos os tratamentos. No T1 o crescimento foi de 7,8 cm. No T2 crescimento do broto foi de 11,4 cm. No T3 8,8 cm. Nos 20 DPP analisou-se o crescimento de brotos em todos os tratamentos. No T1 o crescimento foi de 8,9 cm. No T2 crescimento do broto foi de 10,2 cm. No T3 8,2 cm. Aos 25 DPP analisou-se o crescimento de brotos em todos os tratamentos. No T1 o crescimento foi de 9,2 cm. No T2 crescimento do broto foi de 12 cm. No T3 8,4cm. Após 30 DPP analisou-se o crescimento de brotos em todos os tratamentos. No T1 o crescimento foi de 17 cm. No T2 crescimento do broto foi de 20 cm. No T3 14 cm.

Aos 5 dias pós plantio DPP não houve germinação de nenhum dos tratamentos. Após 10 DPP analisou-se o crescimento de brotos em todos os tratamentos. No T1 o crescimento foi de 54%. No T2 crescimento do broto foi de 68%. No T3 52%, em relação à 5 DPP. Após 15 DPP analisou-se o crescimento de brotos em todos os tratamentos. No T1 o crescimento foi de 78%. No T2 crescimento do broto foi de 11,4 %. No T3 8,8 %. Após 20 DPP analisou-se o crescimento de brotos em todos os tratamentos. No T1 o crescimento foi de 8,9%. No T2 crescimento do broto foi de 10,2 %. No T3 8,2 %. Após 25 DPP analisou-se o crescimento de brotos em todos os tratamentos. No T1 o crescimento foi de 9,2 %. No T2 crescimento do broto foi de 12 %. No T3 8,4%. Após 30 DPP analisou-se o crescimento de brotos em todos os tratamentos. No T1 o crescimento foi de 17 %. No T2 crescimento do broto foi de 20 %. No T3 14%.

CONCLUSÕES

A variação dos parâmetros biométricos das MPB foi consequência da complexa interação entre a variedade e o substrato. Os substratos T1 (SUBSTRATO TORTA DE FILTRO 50% E SOLO PURO 50%), T2 (SUBSTRATO TOPSTRATO 100%) e T3 (SUBSTRATO TORTA DE FILTRO + SOLO PURO) resultaram, em maiores valores de germinação e do crescimento do broto, respectivamente, no T2 (TOPSTRATO 100%), T3 (SUBSTRATO TORTA DE FILTRO 50% E SOLO PURO 50%), T1 (SUBSTRATO TORTA DE FILTRO 50% E SOLO PURO 50%).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, M. A.; CARLIN, S. D.; PERECIN, D. Fatores que afetam a brotação inicial da cana-deaçúcar. Revista Ceres, v.51, n.296, p.457-466, 2004.

DESENVOLVIMENTO DE MUDAS PRÉ-BROTADAS (MPB) DE CANA-DE-AÇÚCAR EM DIFERENTES SUBSTRATOS. Disponível em: <http://www.infobibos.com/agroenergia/cd/Resumos/ResumoAgroenergia_2016_012.pdf> Acesso em: 21 de maio de 2017.

AValiação de brotação e posição de plantio de mini-toletes na produção de mudas de cana-de-açúcar (*Saccharum SPP.*) no sistema de mudas pré-brotadas, em pelotas-RS, safra 2012/13.

Disponível em: < <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1006090>> Acesso em: 21 de maio de 2017.

PRODUÇÃO DE MUDAS PRÉ-BROTADAS DE CANA-DEAÇÚCAR EM SUBSTRATOS COMERCIAIS E ALTERNATIVOS COM SUBPRODUTOS DA INDÚSTRIA CANAVIEIRA.

Disponível em: < https://sistemas.ifgoiano.edu.br/sgcursos/uploads/anexos_5/2017-02-03-10-39-33Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Nanda.pdf > Acesso em 21 de maio de 2017.

EMERGÊNCIA DE PLÂNTULAS DE CANA-DE-AÇÚCAR NO SISTEMA DE MUDAS PRÉ BROTADAS.

Disponível em: < <https://ifgoiano.edu.br/ceic/anais/files/papers/20620.pdf> > Acesso em: 21 de maio de 2017.

DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE MILHO VERDE SOB DOSES DE UREIA EM COBERTURA

Diogo Jânio de Carvalho Matos
RODRIGO FERNANDES DE SOUZA
ANA PAULA CIPRIANO BORGES

INTRODUÇÃO

O milho (*Zea mays* L.), pertencente à família Poaceae, originário das Américas, sendo cultivado praticamente em todo o mundo. Cereal de maior expressividade na economia do Brasil, principalmente pela diversidade em sua utilização (grãos ou verde), sendo base da alimentação humana, animal e matéria-prima para a indústria (ROCHA, 2010; RIVERA, 2006).

O Brasil, com área cultivada superior a 16 milhões de hectares, com expectativa de produção que ultrapassa 83 milhões de toneladas na safra 2016/2017, ocupando a posição de terceiro maior produtor mundial deste cereal. No mesmo período Goiás prevê produção maior que 9 milhões de toneladas, com 1,5 milhões de hectares de área plantada, chegando a produtividade média de 6 toneladas por hectare (CONAB, 2016; FORMIGONI; 2016).

Mesmo apresentando grande importância para a economia do país, a produtividade dessa cultura é considerada baixa, Assis et al. (2006) afirmam que o potencial produtivo do milho chega a ser superior a 19 t.ha⁻¹, no entanto a produtividade média brasileira foi em torno 5. t.ha⁻¹, na safra de 2016/2017.

Apesar de não se ter informações recentes sobre a produção de milho verde no país, sabe-se que é uma atividade exclusiva de pequenos e médios produtores. Passou a ter valor econômico importante para a agricultura familiar, principalmente por ter uma boa aceitação no consumo in natura e pelas indústrias de conservas alimentícias. O baixo nível tecnológico destes produtores tem sido fator de grande influência na baixa produtividade desta cultura no país (ISRAEL FILHO, 2008).

Atualmente no mercado existe elevado número de sementes, que possuem bases genéticas distintas, visando atender a necessidade do produtor e consumidor. Porém, para o cultivo de milho verde, a quantidade de cultivares disponível no mercado, ainda é baixa, 4% das 467 cultivares disponíveis. Deste total, somente 12 cultivares são indicadas para região Centro-Oeste, potencializando ainda mais o resultado da não interação genótipo e ambiente (COSTA et al., 2015; ISRAEL FILHO, 2008).

O nitrogênio é essencial para o metabolismo das plantas, sendo importante na biossíntese de proteína, enzimas e clorofila, com importância desde os estádios fenológicos iniciais da cultura, com influência direta no crescimento e desenvolvimento,

sendo o nutriente mais exigido e absorvido na cultura do milho (DEMARI, 2014; DUETE et al., 2008; SANTOS et al., 2013).

Os solos agrícolas apresentam em seu perfil grande quantidade de nitrogênio (N), sendo a matéria orgânica a principal fonte deste nutriente. Para a absorção é necessária a liberação em formas minerais, no entanto a disponibilidade deste nutriente para as plantas é determinada por diversas características edafoclimáticas (MENEZHIN et al., 2008; DEMARI, 2014; SANTOS et al., 2010).

A demanda por N aumenta quando a planta já possui de quatro a cinco folhas expandidas (estádio V6), interferindo diretamente na formação e quantidade de espigas (DEMARI, 2014; DUETE et al., 2008), sendo esta época a mais indicada para a operação de adubação de cobertura.

Nas lavouras comerciais de milho, em média as doses variam de 60 a 160Kg ha⁻¹ de N em cobertura no cultivo de milho, diferindo as doses para plantio em sequeiro e irrigado. Entretanto, sabe-se que a resposta das plantas à aplicação do N pode estar relacionada, entre outros fatores, com características genéticas dos materiais utilizados (AMARAL FILHO et al., 2005; COELHO, 2007; PAVINATO et al., 2008; SANTOS et al., 2013; TAFFAREL et al., 2012).

A utilização da ureia na superfície do solo é utilizada principalmente em cobertura como adubação nitrogenada. Considerando o custo por unidade de N, é uma das fontes mais viáveis economicamente para o cultivo. No entanto, a volatilização de N é a principal desvantagem desta fonte nitrogenada (OLIVEIRA; CAIRES, 2003; GOES et al., 2013; SEGRETTI et al., 2013).

Embora diversos trabalhos indiquem a adubação nitrogenada em cobertura como forma de incrementar a produtividade, esta prática eleva o custo da produção, pelo baixo aproveitamento do N em forma mineral aplicado no solo, ocorrendo perdas por lixiviação e desnitrificação, chegando a não suprir a demanda de N pela cultura (LUNELLI et al., 2010; SANTOS et al., 2010).

Os híbridos duplos possuem grande potencial produtivo, podendo ser pouco influenciados pelo incremento no teor de adubação. Contudo, a redução dos adubos nitrogenados na produção, tem influência direta na redução dos custos totais de produção (HANASHIRO et al., 2013).

Diante do exposto, objetivou-se com este trabalho avaliar o desenvolvimento, produção e rendimento econômico de milho verde em função de doses de nitrogênio em adubação de cobertura.

MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi conduzido na zona rural do distrito de Souzalândia – Barro Alto, Goiás, na Chácara Pouso Alegre, situada a 15°07'13.65" S e 48°56'33.03" O, com altitude de 589m. O clima da região, segundo a classificação de Koppen, é do tipo Aw,

clima tropical e com chuvas de verão, precipitação média anual da região de 1524 mm e temperatura média de 24,7°C. O solo da área experimental é classificado como Latossolo Vermelho, de textura argilosa (SANTOS et al., 2006).

Para implantação do experimento, foi realizada análise de solo onde foram coletados 20 pontos para compor a amostra composta. Os resultados da análise de solo são apresentados na Tabela 1.

Os teores obtidos nas análises de solo para os nutrientes analisados, corroboram com teores recomendados por Sousa e Lobato (2004) para a cultura do milho no cerrado. Diante dos teores presentes de Ca²⁺, Mg²⁺, Al³⁺ e saturação de base, não se fez necessário a realização de calagem para correção da área experimental.

O preparo da área foi realizado em sistema convencional, utilizando-se grade aradora, tendo sido realizadas duas gradagens. A semeadura foi realizada manualmente no dia 27 de novembro de 2016, com o uso de um híbrido duplo, variedade Truck, tecnologia da empresa Syngenta®. Aplicou-se, na ocasião da semeadura, 400 kg.ha⁻¹ da fórmula comercial 4-30-10. Aos 17 dias após a semeadura (DAS) foi realizado o desbaste, mantendo-se 6 plantas/metro linear (população de 75.000 pls.ha⁻¹).

O experimento foi alocado em delineamento de blocos casualizados, com quatro repetições. Os tratamentos utilizados foram três doses de nitrogênio (60, 120 e 180 Kg.ha⁻¹) aplicados em cobertura e uma testemunha sem adubação.

A distribuição das parcelas seguiu as orientações da EMBRAPA (2000), as quais foram constituídas por seis fileiras de plantas com cinco metros de comprimento e espaçadas por 80 centímetros, com um total de 30 plantas por fileiras.

A adubação de cobertura ocorreu aos 30 DAS, com as plantas em estágio vegetativo V6, sexta folha totalmente expandida. Utilizou-se a ureia com 46% de nitrogênio como fonte nitrogenada.

As avaliações fito-técnicas em campo ocorreram nas duas fileiras centrais, sendo considerada a área útil de 8 m² de cada parcela. As características avaliadas foram:

- Altura de plantas: determinada pela altura média de 25 plantas na área experimental, medida do nível do solo até a inserção da folha bandeira. As avaliações foram realizadas aos 45, 52 e 67 DAS.

- Diâmetro do caule: determinada no primeiro entrenó acima do colo da planta, medido com uso de paquímetro digital, após a planta atingir a maturidade fisiológica.

- Altura de inserção da espiga: determinada a partir do solo à base do pedúnculo da primeira espiga, com a planta em plena maturidade fisiológica, as medidas expressas em centímetros.

Por ocasião da colheita das espigas de milho verde foram avaliadas as seguintes características:

- Número de espigas por hectare: determinado pelo número de espigas comerciais da parcela experimental, estimado para um hectare.

- Peso médio das espigas com palha: em cada parcela foi coletada uma amostra representativa de 5 espigas, pesadas com as palhas, conferindo o peso médio das espigas.
- Peso médio das espigas sem palha: em cada parcela foi coletada uma amostra representativa de 5 espigas, pesadas sem as palhas, conferindo o peso médio das espigas.
- Diâmetro médio das espigas com palha: foi medido o diâmetro total das espigas com palha, coletadas como amostras representativas de 5 espigas por parcela, conferindo o diâmetro médio das espigas.
- Diâmetro médio das espigas sem palha: foi medido o diâmetro total das espigas sem palha, coletadas como amostras representativas de 5 espigas de cada parcela, conferindo o diâmetro médio das espigas.
- Comprimento médio das espigas com palha: foi medido o comprimento total das espigas com palha, coletadas como amostras representativas de 5 espigas de cada parcela, conferindo o comprimento médio das espigas.
- Comprimento médio das espigas sem palha: foi medido o comprimento total das espigas sem palha, coletadas como amostras representativas de 5 espigas de cada parcela, conferindo o comprimento médio das espigas.
- Massa fresca de parte aérea: foi coletada toda parte aérea de plantas de cada parcela (incluindo as espigas), cortadas e pesadas conferindo o peso de massa fresca.
- Massa seca de parte aérea: após a pesagem da massa fresca das amostras coletadas da parte aérea, as amostras foram levadas para secagem em uma estufa de ventilação forçada à 60°C à 72 horas, sendo posteriormente pesadas conferindo o peso de massa seca da parte aérea (incluindo as espigas) de cada amostra.
- Análise econômica: Os custos referentes à produção de milho verde para a Região de Barro Alto –GO foram levantados em revendas da região, bem como com prestadores de serviços para as operações de preparo do solo e plantio mecanizado. Os valores atribuídos para mão de obra, considerados neste estudo referem-se aos valores médios pagos pelas diárias de trabalhadores da área agrícola na região.

Os dados das variáveis fito-técnicas analisadas foram submetidos à análise de regressão, e para diferenciação dos tratamentos utilizou-se o Teste F, para tanto, utilizou-se o software estatístico ASSISTAT 7.7 Beta (SILVA; AZEVEDO, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dos resultados obtidos, o diâmetro do caule, altura de planta, altura de inserção da primeira espiga, o número de espigas/hectare e a produção de massa seca, não sofreram influência significativa ($p < 0,05$) com os incrementos de N em cobertura (Tabela 2). Nossos resultados corroboram com os encontrados nos trabalhos desenvolvidos por Aratini et al. (2006), Taffarel et al. (2012) e Valderrama et al. (2011).

Guareschi et al. (2013) no trabalho que desenvolveram sobre a cultura do milho em função da aplicação de fontes e doses de ureia em cobertura na cidade de Rio Verde, GO,

obtiveram resultados semelhantes aos encontrados neste estudo, em que as variáveis massa fresca e massa seca não sofreram influência significativa.

Embora não tenha apresentado diferenças significativas para as variáveis apresentadas na Tabela 2, diversos autores atribuem a aplicação de nitrogênio na cultura do milho com a qualidade da silagem para fornecimento aos animais, como incremento nos teores de proteína e nutrientes minerais (FERREIRA et al., 2001).

Além disso, como descrito no trabalho realizados por Basi et al. (2011) o nitrogênio influencia tanto na qualidade da silagem, quanto na qualidade dos grãos, o que foi explicado pela melhor nutrição da planta com nitrogênio, e, conseqüentemente, melhor valor nutricional da silagem produzida.

As doses aplicadas em cobertura não influenciaram significativamente no peso, diâmetro e comprimento da espiga (Tabela 3).

Para a produção de espiga Dantas et al. (2014) obtiveram aumento linear com o acréscimo nas doses de adubação nitrogenada em seu estudo, diferindo dos resultados encontrados neste trabalho que não apresentaram influência significativa nos tratamentos utilizados.

O peso da espiga não sofreu influência significativa das doses utilizadas em cobertura, resultados semelhantes foram encontrados por Dantas et al. (2014) quando avaliou a produtividade de espigas e grãos verde de milho adubado com fontes e doses de nitrogênio em Areia-PB.

Para diâmetro de espiga com e sem palha, os dados obtidos no presente trabalho corroboram com os encontrados por Lopes et al. (2010) ao analisarem a influência da adubação nitrogenada em cobertura na cultura do milho na região de Mauá da Serra – PR.

Resultados semelhantes para comprimento de espiga foram encontrados por Cruz et al. (2008) e Fernandes et al. (2005) que verificaram não haver efeito das doses de N em cobertura para esta variável, diferindo dos dados obtidos por Lopes et al. (2010).

A ausência de diferenças entre as doses avaliadas para as características fitotécnicas pode ser explicada, segundo Taffarel et al. (2012) pelas características dos genótipos da cultivar utilizada, pois estas informações genéticas podem influenciar nas características altura de planta, altura de inserção da espiga e diâmetro de colmo mais do que o próprio ambiente de produção, desde que este não apresente nenhuma limitação para o cultivo.

Para o presente estudo, confirma-se o sugerido por Taffarel et al. (2012) uma vez que o solo utilizado neste trabalho foi classificado como adequado para o cultivo de milho, conforme resultados obtidos na análise de solos e recomendações de Sousa e Lobato (2004).

Nota-se que, apesar de não haver significância para as características em todas as análises, o coeficiente de variação (CV) para as variáveis, aponta baixa dispersão dos dados, foram inferiores a 10%, comprovando a boa precisão experimental (Tabela 2 e Tabela 3).

Os custos de produção referentes a aquisição de insumos apresentaram valores crescentes de acordo com a dose aplicada em cobertura, uma vez que o custo da ureia é incrementado de acordo com a quantidade aplicada (Tabela 4).

As espigas ao atingirem o ponto de estágio leitoso (R3), de acordo com Costa et al. (2015) é o ponto de colheita para o consumo de milho verde in natura. As espigas avaliadas neste trabalho se apresentavam satisfatórias à esta característica.

Em serviços, os valores diferenciaram no item adubação de cobertura, nos tratamentos que receberam esta adubação em relação a testemunha, assim contribuindo para um maior custo total da produção de milho verde.

Quando se utiliza os valores relacionados a comercialização, o valor atribuído para a unidade de espiga comercializada foi de R\$0,38, valor médio praticado na região do estudo. Com isso, cada tratamento apresentou quantidade de espigas viáveis comercializáveis considerada aceitável, contribuindo para obtenção da receita bruta.

Observou-se, então, que a dose 60 kg.ha⁻¹ demonstrou ser economicamente mais viável que os demais tratamentos, com maior número de espigas viáveis (98.125) produzidas, e menor custo total (R\$2.426,80) em relação àqueles que receberam adubação em cobertura. Este menor valor pode ser explicado pois o nitrogênio é o nutriente que mais onera o custo de produção. Resultados semelhantes foram encontrados por Aratini et al. (2006), que realizaram a análise econômica da produção de milho em função da adubação nitrogenada de cobertura em Selvíra-MS.

O aumento da produtividade está ligado à altas doses de adubação nitrogenada, sendo aplicado na base e cobertura. Assim, o manejo do nitrogênio é fator limitante no que diz respeito a rendimento e produtividade (DEMARI, 2014; DUETE et al., 2008).

No trabalho sobre adubação e nutrição do milho, desenvolvido por Coelho (2007), explana sobre a influencias de doses de nitrogênio para esta cultura, onde 60 Kg.ha⁻¹ de nitrogênio obteve uma produtividade de 5,339 Kg.ha⁻¹ de espigas e com uma dose de 120 Kg.ha⁻¹ a produtividade de 7,589 Kg.ha⁻¹ de espigas.

Estudos realizados por Costa et al. (2015) explanam sobre a importância de mais pesquisas sobre a respostas das cultivares de milho à adubação nitrogenada na região Centro-Oeste, visando com tais informações esclarecimentos, possibilitando aos produtores explorar ao máximo o potencial produtivo das cultivares, tanto para o cultivo destinado a produção de grão quanto in natura.

Novos trabalhos com este tema devem ser realizados na região para esgotar as possíveis causas da ausência de influência da adubação nitrogenada em cobertura na cultura, especialmente para comercialização de milho verde.

CONCLUSÕES

As doses crescentes de adubação nitrogenada em cobertura não influenciaram no desenvolvimento das características fito-técnicas do milho verde cultivado nas condições edafoclimáticas de Barro Alto – GO.

A produtividade total de milho verde não sofreu interferência da adubação de cobertura.

Do ponto de vista econômico, a dose de 60kg.ha-1 é a mais indicada, por apresentar a maior produção de espigas por hectare em relação às demais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL FILHO, J. P. R.; FILHO, F. D.; FARINELLI, R.; BARBOSA, J. C. Espaçamento, densidade populacional e adubação nitrogenada na cultura do milho. Revista Brasileira de Ciência do Solo, Viçosa, v. 29, n. 3, 467-473 p. 2005.

ARATANI, R. G.; FERNANDES, F. M.; MELLO, L. M. M. Adubação nitrogenada de cobertura na cultura do milho irrigado, em sistema plantio direto. Revista científica eletrônica de agronomia. Ano v, n. 09, 10 p. 2006.

ASSIS J. P. D.; DOURADO NETO D.; NASS L. L.; MANFRON P. A.; BONNECARRÈRE, R. A. G.; MARTIN, T. N. Simulação estocástica de atributos do clima e da produtividade potencial de milho utilizando-se de distribuição triangular. Pesquisa Agropecuária Brasileira. 2006.

BASI, S.; NEUMANN, M.; MARAFON, F.; UENO, R.K.; SANDINI, I.E. Influência da adubação nitrogenada sobre a qualidade da silagem de milho. Pesquisa Aplicada & Agrotecnologia, v. 4, n. 3, 2011.

COELHO, A. M. Manejo da adubação nitrogenada na cultura do milho. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2007. 11 p. (Embrapa Milho e Sorgo. Circular Técnica, 96).

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. Acompanhamento da safra brasileira 2016/17 de grãos - milho. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_12_22_12_08_27_boletim_graos_dezembro_2016.pdf. Acesso em: 10 fev. 2017.

COSTA, F. R.; DAMASO, L. F.; MENDES, R. C.; MARQUES, D. D.; Fabrício RODRIGUES, F. Desempenho de híbridos de milho para consumo in natura em diferentes doses de nitrogênio. Científica. Jaboticabal. v.43, n.2, p.109–116, 2015.

CRUZ, S.C.S.; PEREIRA, F.R.S.; SANTOS, J.R.; ALBUQUERQUE, A.W.; PEREIRA, R.G. Adubação nitrogenada para o milho cultivado em sistema plantio direto, no Estado de Alagoas. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, v. 12, n. 1, p. 62-68, 2008.

DANTAS, D. F. S.; OLIVEIRA, A. P. BANDEIRA, N. V. S.; PINHEIRO, S. M. G.; DANTAS, T. A. G.; SILVA, O. P. R. S. Produtividade de espigas e grãos verde de

milho adubado com fontes e doses de nitrogênio. *Revista Agropecuária Técnica*, v. 35 n.1. 100-105 p. 2014.

DEMARI, G. H.; Fontes e parcelamento do nitrogênio na cultura do milho. 2014. 89 f. Dissertação Mestrado em Agronomia. Universidade Federal de Santa Maria, CESNORS-FW, Programa de Pós-Graduação em Agronomia – Agricultura e Meio Ambiente. Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2014.

DUETE, R.R.C.; MURAOKA, T.; SILVA, E. C.; TRIVELIN, P.C.O.; AMBROSANO, E.J. Manejo da adubação nitrogenada e utilização do nitrogênio (15n) pelo milho em latossolo vermelho. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*. São Paulo, v.32, n.1, p.161-171, 2008.

EMBRAPA, Milho – Plantio, espaçamento, densidade, quantidade de sementes. 2000. Disponível em: http://www.cnpms.embrapa.br/publicacoes/milho_1_ed/plantespaca.htm. Acesso em 06 de novembro de 2016 às 21h 15min.

FERNANDES, F.C.S.; BUZETTI, S.; ARF, O.; ANDRADE, J.A.C. Doses, eficiência e uso de nitrogênio por seis cultivares de milho. *Revista Brasileira de Milho e Sorgo*. v. 4, n. 2, p. 195-204, 2005.

FERREIRA, A. C. B.; ARAÚJO, G. A. A.; PEREIRA, P. R. G.; CARDOSO, A. A. Características agronômicas e nutricionais do milho adubado com nitrogênio, molibdênio e zinco. *Scientia Agricola*, v. 58, n. 1, p. 131-138. 2001.

FORMIGONI, I. Evolução da produção de milho no mundo e dos principais países produtores nos últimos anos, segundo dados do USDA. 2016. Disponível em: <http://www.farmnews.com.br/analises-mercado/producao-de-milho-no-mundo/>. Acesso em: 24 Mai. 2017.

GUARESCHI, R. F.; PERIN, A.; GAZOLLA, P. R. Produtividade de milho submetido à aplicação de ureia Revestida por polímeros. 2013. *Global Science and Technology*, Rio Verde, v. 6, n. 2, p.31 – 37. 2013.

GOES, R. J.; RORIGUES, R. A. F.; TAKASU, A. T.; ARF, O.; ANDRADE, J. A. C. Fertilizantes nitrogenados e densidades de semeadura para a cultura do milho irrigado no inverno. *Revista Brasileira de Milho e Sorgo*. v.12, n.2, p. 128-137, 2013.

HANASHIRO RK, MINGOTTE FLC, FORNASIERI FILHO D (2013) Desempenho fenológico, morfológico e agronômico de cultivares de milho em Jaboticabal-SP. *Científica*, Jaboticabal, V. 41, n. 2, p. 226-234, 2013.

ISRAEL FILHO, A. P. A cultura do milho verde. Brasília, DF: Embrapa informação tecnológica, 61 p.: il - (Coleção Plantar, 59) 2008.

LOPES, M. M. S.; ALVES, G. A. R. CÂNDIDO NETO, F. O.; OLIVEIRA, N. N. S.; JACKELINE A. M. SANTOS, D. G. C.; RICARDO S. OKUMURA, R. S.; LOBATO, A. K. S.; WILSON J. M.; MAIA. S. Comprimento, Diâmetro e Matéria Seca da Espiga em Milho sob Influência de Vários Níveis de Nitrogênio. XXVIII Congresso Nacional de Milho e Sorgo, Goiânia: Associação Brasileira de Milho e Sorgo. 2010.

LUNELLI, I. E.; MORATELLI, C. A.; PRIMO, M.; OLIVEIRA, R. S. O.; PRIOR, M. Avaliação de componentes da planta do milho sobre diferentes épocas de aplicação de Nitrogênio em sucessão a diferentes coberturas do solo. *Revista de Pesquisa Aplicada & Agrotecnologia*. V. 3, n.1. 2010.

MENEGHIN, M. F. S.; RAMOS, M. L. G.; OLIVEIRA, S. A. O.; JUNIOR, W. Q. R.; AMABILE, R. F. Avaliação da disponibilidade de nitrogênio no Solo para o trigo em latossolo vermelho do Distrito Federal. *Revista Brasileira Ciências do Solo*, V.32, p. 1941-1948, 2008.

OLIVEIRA, J. M. S.; CAIRES, E. F. Adubação nitrogenada em cobertura para o milho cultivado após aveia preta no sistema plantio direto. *Acta Scientiarum Agronomy*, Maringá, v. 25, n. 2 p. 351-357, 2003.

PAVINATO, P. S.; CERETTA, C. A.; GIROTTO, E.; MOREIRA, I. C. L. Nitrogênio e potássio em milho irrigado: análise técnica e econômica da fertilização. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 38, n. 2, p. 358-364, 2008.

RIVERA, A.A.C.; Análise agronômica e econômica de sistema de produção de milho. 2006. 89 f. Dissertação (Mestrado em Fitotecnia) - Universidade Federal de Lavras, Lavras – Minas Gerais, 2006.

ROCHA, R. J. S. Adubação nitrogenada em milho em semeadura direta e cultivo convencional na região meio-norte do Piauí. 2010. 89 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Jaboticabal, 2010.

SANTOS, H.G.; JACOMINE, P.K.T.; ANJOS, L.H.C. dos; OLIVEIRA, V.A. de; OLIVEIRA, J.B. de; COELHO, M.R.; LUMBRERAS, J.F.; CUNHA, T.J.F. (Ed.). Sistema brasileiro de classificação de solos. 2.ed. Rio de Janeiro: Embrapa Solos. 306p, 2006.

SANTOS, L. P.D.; AQUINO, L. A.; NUNES, P. H. M. P.; XAVIER, F.O. Doses de nitrogênio na cultura do milho para altas produtividades de grãos. *Revista Brasileira de Milho e Sorgo*, v.12, n.3, p. 270-279, 2013.

SANTOS, P. A.; SILVA, A.F.; CARVALHO, M.A.C.; CAIONE, G. Adubos verdes e adubação nitrogenada em cobertura no cultivo do milho. *Revista Brasileira de Milho e Sorgo*, v. 9, n. 2, p. 123-134, 2010.

SECRETI, L.M.; ODY, G. A.; OLIVEIRA, R. V. B.; PILETTI, L. M. M. S.; SOUZA, L. C. F.; SOARES, N. B. Produtividade de milho produzido sob diferentes adubos nitrogenados e doses incorporado em cobertura. XII Seminário Nacional – 26 a 28 de Novembro de 2013.

SILVA, F.A.S.; AZEVEDO, C.A.V. Principal components analysis in the software Assistat-Statistical Attendance. In: WORLD CONGRESS ON COMPUTERS IN AGRICULTURE, 7., 2009, Reno. Proceedings... Reno, American Society of Agricultural and Biological Engineers, 2009. 1 CD-ROM.

SILVA, F.C. Manual de análises químicas de solos, plantas e fertilizantes. Brasília-DF: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 370p.1999

SOUSA, D. M. G.; LOBATO, E. Cerrado: correção do solo e adubação. 2.ed. Brasília, DF. Embrapa informação Tecnológica, 2004, 416p.

TAFFAREL, L. E.; PIANO, J. T.; BULEGON, L. G.; CAMILA DUCATI, C.; CASTAGNARA, D. D.; OLIVEIRA, P. S. R. Manejo da Adubação Nitrogenada na Cultura do Milho. XXIX Congresso Nacional de Milho e Sorgo - Águas de Lindóia - 26 a 30 de Agosto de 2012.

VALDERRAMA, M.; BUZETTI, S.; BENETT, C. G. S.; MARCELO ANDREOTTI, M.; MARCELO FILHO, C. M. T. Fontes e doses de npk em milho irrigado sob plantio direto. Pesq. Agropec. Trop., Goiânia, v. 41, n. 2, p. 254-263. 2011.

DIREITO PENAL DO INIMIGO: Uma teoria ou uma prática?

Bárbara Geovanna Pinheiro Silva

Ivan Clementino de Souza

Fernanda Naves Jesus Teodoro

INTRODUÇÃO

Com o surgimento de novos delitos, dos ataques terroristas pós-modernos e o grande aumento na reincidência criminal, principalmente ao se tratar de crimes hediondos, surgiu uma situação em que o Direito Penal tem que acompanhar os criminosos na sua evolução, na tentativa de salvaguardar a sociedade. Diante disso, ergue-se uma intrigante questão: como deve o Estado, reagir diante de tais circunstâncias? O Direito Penal garante uma proteção eficaz contra todos os tipos de criminosos? E é nesse contexto que surge a concepção de um Direito Penal do Inimigo, inspirado nas ideias de Hobbes e Kant, alvo de numerosos debates jurídicos e filosóficos nos últimos tempos.

MATERIAL E MÉTODOS

Análise Bibliográfica

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O denominado Direito Penal do Inimigo trata-se de uma teoria desenvolvida por Gunther Jakobs, jurista e filósofo alemão, e consiste, de forma bastante pragmática, em separar os criminosos, submetendo-os a dois Direitos Penais: um Direito Penal do cidadão e um Direito Penal do inimigo. O primeiro seria aplicado aos cidadãos que, uma vez que infringissem a lei, ser-lhes-ia imposta a sanção correspondente, para realizar a manutenção da norma, conservando suas garantias fundamentais, com o fim de reinseri-los na sociedade. Já no segundo, o criminoso seria tratado como inimigo a ser eliminado, recebendo do Estado um tratamento rígido, de modo que se pode ter inclusive, suprimidos os seus direitos e garantias, em outras palavras, perdem o status de pessoa, ser social. No entanto, a grande dificuldade em delimitar claramente quem seriam os inimigos; o conflito com os princípios fundamentais e a estreita relação do Direito Penal do inimigo com o Direito Penal do Autor, incompatível com o Estado Democrático de Direito, fez com que surgissem inúmeras críticas, na grande maioria das vezes, contrárias ao tema.

Uma delas baseia-se nos pressupostos jurídicos para a aplicabilidade dessa legislação e a quem caberia delimita-la, questões até então não respondidas por Jakobs. Outro ponto é a discrepância entre o Direito Penal do inimigo, com sua possibilidade de supressão de direitos, e o respeito à dignidade da pessoa humana, princípio fundamental no Estado Democrático de Direito e na maioria das Constituições. Outros autores ainda o comparam com o Direito Penal do autor, tão criticado e finalmente superado, pois pressupõe a punição do indivíduo muito mais pelas suas características (periculosidade),

do que pelo crime praticado, o que seria incompatível com uma ordem constitucional democrática. Essas e outras críticas, assim como a própria ideia de um Direito Penal do Inimigo, acabam por refletir o caos no Direito Penal e a necessidade de se buscar uma solução para o problema. Entretanto, ao observar as críticas expostas, vemos que a teoria proposta por Jakobs não se mostra uma solução eficaz.

Michael Sandel, em seu livro *Justiça*, narra um intrigante caso, relacionado à aplicabilidade do Direito Penal do Inimigo. Acontece que uma bomba-relógio esta para explodir e você (leitor), no comando de um escritório local da CIA, prende um terrorista, suspeito deste crime. Com o dispositivo nuclear pronto para explodir e diante da resistência do suspeito em fornecer informações, o autor questiona se seria correto torturá-lo a fim de tentar localizar e desativar a bomba, podendo, como resultado, salvar um grande número de pessoas. Diante da situação colocada, o simples pensamento em razão da tortura começa com um cálculo utilitarista. Nesse sentido, ao ponderar o caso em questão sob a ótica do Direito Penal do Inimigo, encontramos a possibilidade de se punir alguém observando apenas sua periculosidade e não o fato em si, no qual seus direitos e garantias são flexibilizados ou até mesmo eliminados, em prol da garantia de segurança para a maioria, visto como um mecanismo satisfatório da vida social na tentativa de promover justiça.

CONCLUSÕES

Destarte, concluímos que o Direito Penal do Inimigo, além de uma corrente filosófica do Direito Penal, é também um reflexo dos problemas sociais, que representa, portanto o próprio enfraquecimento do sistema penal atual. Todavia, apesar desta mostrar uma proposta inaplicável, não se pode ignorar o grande aumento na criminalidade e a necessidade de se buscar uma solução, sem ferir, entretanto, os direitos e garantias individuais, como faz o Direito Penal do Inimigo, de Gunther Jakobs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JAKOBS, Günter; CANCIO MELIÁ, Manuel. *Derecho penal del enemigo*. Madrid: Civitas, 2005.

CABETTE, Eduardo Luis Santos, LOBERTO, Eduardo de Camargo. O Direito penal do inimigo. Mar/ 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11142>> Acesso em 12 jun. 2010.

PLATÒN. *Diálogos I*. Madri: Gredos, 1985.

CABETTE, Eduardo Luis Santos, LOBERTO, Eduardo de Camargo. O Direito penal do inimigo. Mar/ 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11142>> Acesso em 12 jun. 2010.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo do Direito Penal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007.



ROSSEAU, Jean Jacques. Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político.
Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2008.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE DIREITO: ALTERAÇÕES QUANTO A AUTORIZAÇÃO, RECONHECIMENTO E RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO PELO MEC

Helena Beatriz de Moura Belle

Helena Beatriz de Moura Belle

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal brasileira (CF/1988), em seu artigo 205, dispõe que todos têm direito a educação, que é um dever do Estado e da família, e, ainda, a sociedade deve colaborar, com o intuito de promover o pleno desenvolvimento da pessoa, do alcance de “seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Assim, o Estado deve garantir a educação, porém, a CF/1988, artigo 209, orienta que o ensino é livre à iniciativa privada desde que sejam cumpridas algumas condições. Uma delas é a atenção às normas legais e orientações específicas relacionadas as práticas educacionais e outras que envolvem autorização, avaliação de qualidade, credenciamento e credenciamento das Instituições de Ensino Superior (IES) e de cursos, pelo Poder Público federal.

No caso do ensino superior, desenvolvido por organizações de natureza jurídica privada, a atuação das IESs dependerá da autorização do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e, ainda, seus cursos deverão ser autorizados, reconhecidos e, se atenderem aos requisitos legais vigentes, poderá ter continuidade em sua oferta pela renovação de reconhecimento em conformidade com o ciclo avaliativo, determinado pelo MEC.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 9.394/1996, LDB), em sinergia com os dispositivos constitucionais, dispõe em seu artigo 45 que “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especializações”. O artigo 46 acrescenta que “a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação”.

No caso das IESs que oferecem o curso de graduação em Direito a exigência é maior devido ao Instrumento de Avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) destacar o cumprimento de requisitos adicionais, em dimensões, para serem avaliadas em termos quantitativos e qualitativos, além da IES e o curso terem que passar pelo crivo da avaliação de profissionais atuantes na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), conforme Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, estatuto da Ordem dos advogados do Brasil (EAOAB) – (Lei nº 8.906/1994). São muitos os indicadores, muitas

as exigências, várias alterações nos instrumentos norteadores da avaliação e pontuação das IESs, mudanças nas políticas educacionais, alternâncias na gestão do MEC, atenção a interesses conflitantes localizados que, muitas vezes, causam preocupação e estranheza nos gestores, professores e demais membros das instituições educacionais.

Estudos que possam elucidar as intenções e materialização de políticas e estratégias para vislumbrar melhorias no ensino são oportunos e, assim, este artigo pretende imprimir esforços para compreender o cenário educacional jurídico brasileiro atual, mas, antes de tudo, ressalta-se que as mudanças pretendidas devem ser alvo de intensos debates. Nesta oportunidade verificam-se diversas propostas para atualização da legislação educacional, mediante divulgação de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Direito (DCNs).

Destarte, os objetivos específicos envolvem as proposições definidas pelo MEC e suas consequências quanto a materialização dos cursos de Direito, as análises e implicações quanto ao desenvolvimento do curso, e as propostas e resultados que poderão ser alcançados quando de sua vigência, pela participação dos especialistas da OAB e outros interessados, tais como, gestores e professores de IESs atuantes em todo o Brasil.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi orientado pelo método de abordagem dialético, que, segundo Marconi (2001, p. 47), “penetra o mundo dos fenômenos por meio de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade”, caso em comento, que suscitam alterações na legislação educacional e, assim, sua pertinência deve ser considerada no cenário atual.

A pesquisa qualitativa, conforme Marconi e Lakatos (2004), foi fundamental por envolver aspectos complexos e particulares das Ciências Jurídicas, notadamente porque adotou-se a técnica de revisão bibliográfica, que nas concepções de Marinheiro, Sanches e Archanjo (2015) são apropriadas para este tipo de trabalho. A análise dos dispositivos legais e as fontes diretas e indiretas, primárias e secundárias, possibilitou conhecimento de situações e consciência dos problemas apontados.

A pesquisa qualitativa, sob a visão de Cordeiro (2001, p. 57), pretende “provocar o conhecimento de uma situação e a tomada de consciência pelos próprios pesquisadores de seus problemas e das condições que os geram, levando-os a buscar meios e estratégias para a sua solução.” Mendonça e Nunes (2003, p. 72) consideram que esse tipo de pesquisa “tem por objeto situações complexas ou estritamente particulares”, que não podem ser investigadas por metodologia quantitativa.

A pesquisa qualitativa se justifica, especialmente na área das Ciências Sociais Aplicadas, como é o caso das Ciências Jurídicas, pelo fato de as investigações terem por objetivo “ir além de um levantamento de dados estatísticos, pois se propõem estabelecer

sentido e significação que estão para além da aparência dos fatos e são impossíveis de serem captados por índices quantitativos” (MENDONÇA; NUNES, 2003, p. 72).

Na mesma direção, explicam Marconi e Lakatos (2004, p. 269), ao utilizar a pesquisa qualitativa, o pesquisador “preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano”. Portanto, “fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.”. Nesse sentido, nesta investigação a análise qualitativa foi adotada intensamente para elucidar as questões objetivas e subjetivas, emanadas do ordenamento jurídico e sua aplicabilidade.

Para Marconi (2001, p. 49), algumas técnicas devem ser adotadas, pois consistem “em processos de que serve a ciência, ou habilidades para utilizar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos”. Essa prática apresenta duas partes, uma, denominada documentação indireta, com abrangência na pesquisa documental e bibliográfica; outra, intitulada documentação direta, dividida em observação direta intensiva, pelas observações e realização de entrevistas, e observação direta extensiva, com uso de várias práticas, sendo as mais usuais: questionário, formulário, medidas de opiniões e de atitudes e análises de conteúdo, logo, com aplicabilidade apropriada ao presente estudo.

Nos estudos de Fazzio Júnior (2012, p. 13), dessa vez com foco no tecnicismo do campo jurídico, verificam-se duas fontes entendidas como meio prático de realização do direito objetivo, as fontes primárias e as secundárias – o estado democrático de direito manifesta-se, de forma obrigatória, em face de determinada situação jurídica, mediante a lei. Neste caso, foram estudadas e interpretadas as leis inerentes ao ensino jurídico no Brasil.

Deste modo, as técnicas sugeridas por Marconi (2001) foram materializadas pela análise das fontes primárias, apresentadas e defendidas por Fazzio Júnior (2012), com observância dos princípios dispostos na CF/1988 e normas específicas que regulam a atuação das IESs.

Compreende-se, pois, que os métodos e técnicas de pesquisas adotados neste estudo permitiram atingir as metas de forma satisfatória, pois, são mecanismos facilitadores que propiciaram o desempenho dos trabalhos de pesquisa para o alcance dos resultados desejados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os ditames constitucionais, embora acalentadores, determinam a análise de indicadores para conduzirem o processo de credenciamento de IESs e a autorização para funcionamento de cursos no Brasil. Todavia, os requisitos para atuação e melhoramento do desempenho das instituições, argumenta Juliatto (2005, p. 87), não são tarefas de fácil compreensão. Nesse sentido, continua o autor, “deve-se perguntar se eles prestam real

ajuda na administração universitária, ou se seriam instrumentos inapropriados, implantados com sucesso em outros ambientes, que deveriam ficar longe da academia”.

A estruturação de diretrizes unilaterais, sem qualquer manifestação daqueles que são os interessados configuram imposições do MEC, com a participação de membros da Universidade de Brasília (UNB). Consta no EAOAB, artigo 54, que compete ao Conselho Federal, inciso “XV – colaborar com o aperfeiçoamento dos cursos jurídicos, e opinar, previamente, nos pedidos apresentados aos órgãos competentes para criação, reconhecimento ou credenciamento desses cursos”, assim, entende-se que em relação as DCNs a OAB tem competência para intervir.

Diretrizes Curriculares vigentes e propostas para alterações

Em vigência está a Resolução do Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior nº 9, de 29 de setembro de 2004 (Res. CNE/CES nº 9/2004), que dispõe sobre DCNs para o Curso de Direito, alvo de discussões, desde o 1º semestre de 2017.

Isto tem provocado inquietações dos representantes de diversas categorias, notadamente, a Comissão Nacional de Educação Jurídica do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) e Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES). A divulgação da minuta da Instrução Normativa nº 1, de 23 de fevereiro de 2017 (IN nº 1/2017), com a intenção de estabelecer novos regramentos para autorização de abertura de novos cursos de Direito, bem como a anúncio de uma proposta contendo reformulações das DCNs para este curso, incitou vários manifestos.

Os principais argumentos pela insatisfação são: participação unilateral de membro da UNB, considerando que a realidade daquela localidade está muito distante das demais situações do país; não participação da OAB; ausência de diálogo; divergência quanto a oferta de cursos nas modalidades presenciais e a distância; inexistências de eixos de inovações tecnológicas e de gestão; falta de clareza quanto ao trabalho de curso; redução de tempo do curso; carência de temas para discutir habilidades sócio emocionais; lacuna nos estágios; fragilidades nos quesitos para credenciamento e autorização de cursos por IES; alterações no Projeto Pedagógico do curso de Direito (PPC).

Nesse sentido, estão acontecendo várias assembleias, com envolvimento da OAB e MEC, dentre outros, com o intuito de alcançar melhor entendimento sobre as novas DCNs e os mecanismos para avaliação e autorização de novos cursos e reconhecimento e sua renovação para o desenvolvimento de cursos nesta área.

Incontestavelmente, trata-se de assunto importantíssimo para que as futuras gerações que desejarem atuar na área das Ciências Jurídicas possam usufruir do melhor ensino. e boas condições para atuar neste campo promissor, porém, todas as movimentações das categorias são importantes para o fortalecimento das pretensões.

Todos estes fatos suscitaram a necessidade de uma tomada de consciência e, principalmente, do envolvimento de toda a comunidade acadêmica, representação do

MEC, OAB e outros para nortear os pedidos de credenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos pelas IES, pelo MEC.

Embates sobre as alterações nas DCNs para o Curso de Direito

Representantes da CEOAB, coordenadores de cursos de Direito, Diretores de IES e professores das Ciências Jurídicas de todo Brasil, ávidos para terem novas orientações do MEC, discutiram sobre a estruturação de novas Diretrizes, porém, não apresentaram uma versão que pudesse agradar todos os interessados.

A falta de diálogo foi o maior descontentamento. Dentre os pontos controversos têm se os seguintes:

a) Prazo para aprovação dos novos atos normativos

Os participantes questionam e exigem respostas sobre a necessidade de tanta urgência para a aprovação das novas DCNs, que seria a partir do segundo semestre de 2017, se a normativa vigente contempla a maioria das questões postas como prioridade na minuta apresentada. A resposta foi no sentido de acalmar os ânimos e permitir as discussões para estabelecerem o consenso. Mas, argumentou-se que a instalação do processo de mudanças foi em virtude de manifestação da OAB que, em 2013, manifestou sobre as atuais DCNs, que estavam incompatíveis com as necessidades e anseios. Diante da precariedade de representatividade, membros da OAB, e todos os participantes, mais uma vez, se sentiram desprestigiados.

b) Inclusão de conteúdos de preleção e exclusão de outros

Os participantes questionaram sobre a inclusão e exclusão de disciplinas, por não revelarem sentido apropriado, sobre os critérios que foram considerados para estas novas estruturas, como exemplo, indicação de direito eleitoral em detrimento de direito da criança, do adolescente, da mulher e do idoso. Afirmaram ser fruto de sugestões e não de avaliação apressada, mas, que as novas sugestões seriam levadas em consideração para formalizar a nova resolução.

c) Inclusão de atividades extraclasse

A análise e interpretação da minuta em discussão gerou dúvidas sobre qual o limite de atividades que deverão ser praticadas no curso, que, a princípio, teria carga de 3.700 horas totais, todavia, a minuta descreve sobre tais atividades curriculares, mas, não as limitam. Não faz sentido a não limitação. Ainda que o PPC defina o montante de cada uma delas, seria temeroso. Algumas IESs poderiam utilizar desta flexibilidade para completarem as atividades do curso, a custos menores, retirando a atuação do professor e mediante utilização de assistentes, já que, também, não são definidas as formas para materialização de tais tarefas.

Argumentou-se que tais atividades foram descritas sem a limitação de carga horária, bem como a relatividades perante o total de horas do curso e, ainda, sem levar em consideração a modalidade e a forma, porque as IES devem ter autonomia e flexibilidade para estabelecerem, a partir das suas estruturas, localização, objetivos e perfil do profissional que se quer formar. A intenção é a de aprovar um documento que possa

garantir a adoção de ações com perspectiva inovadora e de colocar o estudante como o centro da discussão.

Neste sentido, críticas são inevitáveis, e, ano se justifica que há crise no ensino jurídico, é preciso debater sobre as inovações tecnológicas, a diversidade metodológica e as referências importantes para formação do profissional, para que as IES primem pela boa qualidade dos cursos. Este foi o desejo e manifestação da própria OAB. Para tanto, afirma, é preciso implantação de mecanismos de controle de ações.

Os participantes insistem que a Resolução CNE/CES nº 9/2004 já permite desenvolver todos estes procedimentos e que esta nova proposta poderá permitir a adoção de mecanismos inapropriados por grandes potências que atuam na educação superior, como é o caso de concentrar em atividades extras e sem o envolvimento de professores habilitados. Mais uma vez, enfatizam que na atual normativa se permite o desenvolvimento de atividade extraclasse. Com a atual estrutura a IES pode estruturar um PPC que permitirá aprovação do estudante, tanto no curso, quanto no Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) e no da Ordem dos Advogados do Brasil.

Próximos encaminhamentos para alteração das DCNs

Os debates se tornam tensos, devido as declarações do CNE, pelas incertezas quanto a vigência de novas diretrizes e as falácias de que a OAB estaria participando deste processo de mudanças no ensino jurídico. A saída seria a OAB promover ação judicial para melhor resolver o que chamou de incoerências e afrontamentos.

A CEOAB orientará sobre a preparação de um documento para enviar aos analistas do MEC, com o seguinte teor:

a) continuar ou não a vigência da Resolução CNE/CES nº 9/2004 até que se proceda todos os ajustes na nova proposta quanto a estruturação do curso de Direito; repensar os conteúdos com adoção de critérios para permitir o estudo de sobre direito eleitoral, autorais, direitos humanos, criança, adolescente, mulher, idoso, etc., se seriam composições da matriz plena ou como conteúdos transversais.

b) inibir a realização do curso de Direito na modalidade EaD, pois, as faculdades que estão tendo os piores resultados são aquelas que adotam esta forma de ensino.

c) sustentar o trabalho de conclusão de curso (TCC), mediante orientação de professores do quadro, com apresentação oral em banca examinadora, já que na nova proposta houve a manifestação por sua extinção, o que causou perplexidade dos presentes.

d) manter as atividades em campos de estágios obrigatórios e não obrigatórios, com a denominação de práticas jurídicas.

e) definir a quantidade de conteúdos em disciplinas de preleção, práticas, TCCs e extra classes.

f) conservar a oferta de atividades de formação continuada, com programas de extensão e pós-graduação.

Estas proposições impactariam no cumprimento da efetividade da participação da OAB, conforme sugeriu o conselheiro do CNE/MEC, com a preparação e entrega das contribuições em texto para nortear as decisões daquela unidade, pois, inadmissível é a colocação de versões diferentes para tratar de assunto que coloca a credibilidade e seriedade na realização dos cursos de Direito. Mas, a falta de publicidade sobre o que se pretende implementar, pelo MEC, inibe a preparação de um documento mais completo por parte de todos os interessados.

CONCLUSÕES

A propositura de alteração das DCNs para este curso tomou força devido as manifestações das organizações que operam nesta área do conhecimento. Sabe-se que o Direito deve acompanhar o processo evolutivo da sociedade e é fundamental que haja coerência nos mecanismos aplicáveis a formação profissional nessa área.

O estudo permitiu inferir que ações imparciais podem gerar insatisfação de toda uma categoria. Verificou-se que as entidades que atuam em defesa da categoria, como é o caso da OAB, devem motivar os demais participantes a reagirem em prol da melhoria da qualidade do curso de Direito, mas, também, há alguns que optam por fazer uso das brechas deixadas pelo ordenamento pertinente, para praticar ações não favoráveis aos propósitos da maioria.

Assim, constatou-se que qualquer alteração em atos normativos que orientem a estruturação do PPC do Curso de Direito devem ser discutidas e formalizadas, por meio da manifestação da maioria. Isto porque, os objetivos e finalidades desse curso, o perfil do profissional que se pretende formar, sua matriz curricular plena, e todas as atividades, quais sejam as disciplinas de preleção, práticas jurídicas, estruturação do trabalho de conclusão de curso, ainda, atividades interdisciplinares e transdisciplinares, tarefas extraclases e complementares, devem ser materializadas com observância aos preceitos legais, e, também, as questões locais, regionais e interesses sociais, afinal, o direito não é uma pura teoria, sofre alterações de acordos com o tempo, espaço e sociedade.

Com o estudo espera-se ter contribuído com alguns esclarecimentos, todavia, não se pretendeu esgotar o assunto. Muito há a discutir para que se apresentem novas DCNs compatíveis e em conformidade com as exigências e desejos do maior número de interessados e alcance a realidade da sociedade. Afinal, o profissional do Direito deve atuar na busca incessante da justiça, reduzir os conflitos, motivar o consenso e a harmonia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. Instrução Normativa Nº 1, de 23 de Fevereiro de 2017. Estabelece os procedimentos e o padrão decisório para os pedidos de autorização dos cursos de graduação em direito ofertados por Instituições de Educação Superior – IES integrantes

do Sistema Federal de Ensino, na modalidade presencial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/auditorias/30000-uncategorised/18975-instrucoes-normativas>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior. Resolução nº ____, de ____ 2017. Minuta Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Direito. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 11 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES). Despacho nº 44, de ____ 2017. Trata das alterações nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Direito e das orientações para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 11 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Nota Técnica nº 13/2017/CGARCES/DIREG/SERES/MEC, publicada em 14 de março de 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 11 abr. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. D.O.U. 1º out. 2004, Seção 1, p. 17. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09_04.pdf. Acesso em: 11 mai. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. D.O.U. de 5 out. 1988. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. D.O.U. de 23 dez. 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 18 abr. 2017

BRASIL. Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). D.O.U. de 5 jul. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8906.htm. Acesso em: 18 dez. 2017.

CORDEIRO, Darci. Ciência, pesquisa e trabalho científico: uma abordagem metodológica. Goiânia: Grafiset, 2001.

JULIATTO, Clemente Ivo. A universidade em busca da excelência: um estudo sobre a qualidade da educação. Curitiba: Champagnat, 2005.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARINHEIRO, Carlos Alberto; SANCHES, Everton Luis; ARCHANJO, Rafael Menari. Metodologia da pesquisa científica. Batatais: Ação Educacional Claretiano, 2015. Disponível em: <https://sgasav-uploads.s3-accelerate.amazonaws.com/uploads/mdm/1/DP/>

M00014/98175.pdf? X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Date=20170419T114825Z&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Expires=28800&X-Amz-Credential=AKIAIR2QYGSIW7F3K6WA%2F20170419%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Signature=3ece8035b05189cdabdd1846ab16ad72aea9237ebd1c14af9ac97ece82502870
. Acesso em: 19 abr. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica para o curso de direito. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2004.

MENDONÇA, Alzino Furtado de; NUNES, Heliane Prudente. Elaboração do projeto de pesquisa. In.: MENDONÇA, Alzino Furtado de; ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro; NUNES, Heliane Prudente; REGINO, Sueli Maria de. Metodologia científica: guia para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Goiânia: Faculdade Alves Faria, 2003.

PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. 2 ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: UMA ANÁLISE DA LEI 13.455/2017

Gleidson Henrique Antunes de Andrade

Kênia Rodrigues de Oliveira

Kátia Regina Rodrigues de Oliveira Gouveia

INTRODUÇÃO

Existe uma tendência de estímulo, nos últimos anos, para que os consumidores utilizem o cartão de crédito como forma de pagamento de suas compras, de um modo geral. Cada vez mais estimula-se o uso deste recurso por vários motivos como praticidade, comodidade, segurança, dentre outros. Assim, as transações comerciais realizadas por meio de cartões podem ser contempladas na forma de pagamento de débito e crédito, mas, no entanto, essa prática não acarreta nenhuma vantagem para os consumidores que optam por compras com pagamento à vista em relação ao pagamento em dinheiro.

Para os fornecedores de serviços e produtos também não é tão vantajoso o recebimento das negociações à vista, por meio de cartões, pois, além das taxas que deverão ser pagas para a operadora, ainda há uma demora para o recebimento (no crédito o prazo é de aproximadamente 30 dias).

Em contrapartida, para as operadoras dos cartões, existe a maior vantagem desta negociação, uma vez que pagam para o fornecedor o valor nominal da dívida com algum atraso, retendo assim uma comissão sobre o valor das compras. Para a operação realizada com cartão de débito, há um pagamento de um percentual de aproximadamente 2% do valor da compra, e, para as compras com cartão de crédito, esse valor aproxima-se a 5%.

O ordenamento jurídico brasileiro, até recentemente, antes da entrada em vigor da Lei 13.455/2017, instituiu que os fornecedores eram proibidos de estabelecer valores diferentes para aqueles que pagassem à vista, com dinheiro ou cartão de crédito, considerando, pois que pagamento com cartão de crédito configura pagamento à vista. Ocorre que a norma acima indicada estabeleceu entendimento diverso, prevendo a possibilidade de que o fornecedor de produtos e serviços, possa diversificar a maneira de recebimento, oferecendo vantagens ou descontos, a depender de qual critério de pagamento o consumidor escolheu.

Deste modo, destaca - se a seguinte questão que foi significativa para fundamentar esta pesquisa: Quais os efeitos jurídicos e econômicos desta alteração legislativa para os consumidores de um lado, e os fornecedores, de outro?

A partir deste questionamento obteve-se o objetivo geral que norteia esta pesquisa que é: analisar os efeitos da alteração legislativa, por meio da lei nº 13.455/2017, para consumidores e fornecedores no que diz respeito a compra à vista, por meio do uso de cartões de crédito ou dinheiro.

Para tanto, a pesquisa terá como objetivos específicos: observar como os consumidores e fornecedores percebem os efeitos jurídicos e econômicos que surgiram em decorrência da previsão legislativa de se autorizar que fornecedores estabeleçam preços diferenciados, conforme o critério de pagamento; identificar qual é a prática nas relações de consumo, quanto ao pagamento à vista em dinheiro ou com o uso do cartão, na visão de consumidores e fornecedores.

Há uma discussão na doutrina a respeito da decisão do STJ que determina que o preço no pagamento à vista, em cheque ou dinheiro, deve ser igual àquele cobrado nas vendas com pagamento em cartão de crédito, sob pena de restar configurada a prática abusiva prevista no Art. 39 do CDC.

MATERIAL E MÉTODOS

A previsão normativa, antes da Lei 13.455/2017, dispunha que aos fornecedores era proibido estabelecer preços diferentes para o recebimento à vista, seja em dinheiro, cheques ou cartão de crédito. Esta prática fazia com que os consumidores pagassem um valor mais alto em suas compras. Isso porque, nas relações comerciais, as taxas destinadas ao pagamento das operadoras eram repassadas aos consumidores. Aqueles que pagavam suas compras em dinheiro, também se submetia ao pagamento das taxas, porque ele não poderia receber nenhum desconto, que era visto como prática abusiva.

Salama (2015) retrata, os efeitos econômicos em decorrência do pagamento à vista, em dinheiro ou com cartão de crédito, que foram organizados no quadro abaixo:

Quadro I: Efeitos econômicos em decorrência de pagamento à vista em dinheiro ou cartão

Formas de Pagamento	Dia do Negócio	Dia do Recebimento	Valor do Objeto	Valor Recebido
Pagamento em dinheiro	01-01	01-01	RS 1.000,00	RS 1.000,00
Pagamento com cartão de crédito				
Tarifa de 2%	01-01	01-02	RS 1.000,00	RS 980,00

Fonte: Dados de Salama (2015) organizados pelos autores.

Percebe-se que, levando-se em consideração uma tarifa de 2%, ao consumidor acarreta uma perda de R\$ 20,00, em uma compra de R\$1.000,00, e uma demora para o fornecedor, de 30 dias, para o recebimento da negociação.

Ocorre que, em dados reais, este valor, para o uso de cartão de crédito é ainda maior, pois, geralmente, as operadoras estabelecem um percentual aproximado de 5%, a depender da modalidade de negócio. Para lojas que trabalham com vendas de roupas, por exemplo, o percentual é de 3.9%. Com essa informação, a perda para o consumidor que paga em espécie é ainda maior, conforme quadro abaixo:

Quadro II: Percentual em compras realizadas com cartão de crédito

Formas de Pagamento	Dia do Negócio	Dia do Recebimento	Valor	do Objeto Valor Recebido
Pagamento em dinheiro	01-01	01-01	RS 1.000,00	RS 1.000,00
Pagamento com cartão de crédito				
Tarifa de 3.9%	01-01	01-02	RS 1.000,00	RS 961,00

Fonte: Lojista da cidade de Goianésia/Go, organizados pelos autores.

Pode se dizer que este entendimento não é eficiente do ponto de vista econômico, nem para o consumidor, muito menos para o fornecedor, pois dessa forma os beneficiários desta medida são apenas as operadoras de cartão de crédito.

No entanto foi aprovada a Lei 13.455, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado, e altera a Lei no 10.962, de 11 de outubro de 2004.

A partir de então fica autorizada a diferença de preços por aquisição de bens ou serviços disponibilizados em relação ao tipo de pagamento utilizado, quer à vista no cartão de crédito ou à vista em espécie.

É importante destacar que é obrigação do fornecedor informar, em local visível ao consumidor, os descontos oferecidos em função do meio e do prazo de pagamento. Se ele não cumprir a determinação, ficará sujeito a multas previstas no Código de Defesa do Consumidor. A lei não obriga a diferenciação nos preços, mas dá esta alternativa aos comerciantes.

A medida também evitaria a prática do chamado subsídio cruzado, quando os consumidores que não utilizam cartão pagam o mesmo preço que os consumidores que utilizam esse sistema de pagamento, sobre o qual incidem taxas.

Para a realização da pesquisa aqui apresentada foi utilizada, quanto aos meios, as pesquisas bibliográfica e de campo. A primeira baseou-se em Salama (2015) proporcionando questionamentos que problematizou esta pesquisa e na Lei 13.455 de Junho e 2017 que a fundamentou.

A pesquisa de campo contou com o questionário como instrumento de coleta de dados aplicados no período de 01 de setembro de 2017 até 20 de setembro de 2017, para consumidores e fornecedores, nas cidades de Goianésia/Go, Goiânia/Go, Anápolis/Go e Brasília/DF, com o fim de observar a influência da Lei 13.455/2017, nas relações comerciais, com a possibilidade de preços diferenciados a depender da forma de pagamento.

A amostra contou com 15 (quinze) pessoas, aqui denominadas de fornecedores de produtos ou serviços e 66 (sessenta e seis) pessoas, aqui denominadas de consumidores.

Esses entrevistados foram escolhidos aleatoriamente, sendo que, aos fornecedores, não houve a identificação da área do comércio em que eles exercem a negociação, nas cidades de Goianésia/Go, Goiânia/Go, Anápolis/Go e Brasília/DF. A

análise foi realizada por meio de três questionamentos, destinados separadamente, para consumidores e fornecedores.

Os questionários foram representados por meio de tabelas, contendo as respostas seguintes. A primeira, refere-se ao seguinte aspecto:

Efeitos de possibilidades diferenciadas em formas de pagamento em dinheiro com desconto no âmbito econômico - GO e DF - 2017

Situação	Fornecedores (%)	Consumidores (%)
Melhora a economia	40	55
Piora a economia	27	24
Indiferente para a economia	33	21
Total	100	100

Fonte: Organizada pelos autores.

A segunda questão, foi direcionada sobre:

Percepção de melhoria individual na forma de pagamento à vista em GO e DF - 2017

Situação	Fornecedores (%)	Consumidores (%)
Melhora a economia	40	64
Piora a economia	47	33
Indiferente para a economia	13	03
Total	100	100

Fonte: Organizada pelos autores.

Por fim, o último ponto retratado nas questões foi:

Oferta de preço diferenciado para pagamento à vista em dinheiro - GO e DF - 2017

Situação	Fornecedores (%)	Consumidores (%)
Sim	60	76
Não	40	24
Total	100	100

Fonte: Organizada pelos autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário aplicado levou em consideração que a Lei 13.455/2017, de junho de 2017 que prevê a possibilidade de que os fornecedores possam utilizar-se de preços diferenciados de acordo com a forma de pagamento (dinheiro, cartão de crédito, cheque ou boletos).

Ocorre que as pessoas, ainda não perceberam os efeitos que a norma trouxe. Isso pode ser percebido, por exemplo, no fato de que 27% dos fornecedores entendem que essa prática piora a economia e 33% entendem que esta prática é indiferente para a economia (para consumidores esses percentuais são de 24% e 21%, respectivamente).

Ocorre que, pelo contrário, essa nova norma traz como consequência uma circulação de valores e vantagens para os envolvidos.

Neste sentido, segundo a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, permitir a prática “tem como objetivo melhorar o ambiente de negócios, estimular a economia em meio à crise e oferecer um maior poder de barganha aos consumidores”, disse e entidade em nota. (IG/Brasil Econômico).

CONCLUSÕES

Na fluência da norma anterior, em uma situação de total estranheza, as pessoas comemoravam que a legislação, amparada por entendimento do STJ estabelecia que oferecer valores diferentes, caracterizava prática abusiva. Ocorre que, este tipo de norma, estabelecia verdadeiro “efeito bumerangue”, expressão utilizada por SALAMA, 2015.

Isso porque este poder de regulamentar do Estado, que, a primeiro olhar objetivava proteção ao consumidor, causava efeito inverso, já que, os consumidores eram os mais prejudicados. Principalmente aqueles que se propunham a pagar suas compras em dinheiro. Ademais, os próprios fornecedores, como visto nas argumentações acima, também não eram beneficiários. E toda vantagem da norma estava volvida aos empresas administradoras de cartão de crédito.

O entendimento atual, advindo pela lei 13.455/2017, dá uma autonomia aos atores envolvidos, trazendo um poder de negociação bem maior entre consumidores e fornecedores, favorecendo-os ao decidir por vantagens em pagamento em espécie, se esta for a opção do consumidor.

Assim, em que pese a necessidade de regulação, esta nem sempre, atende aos interesses daqueles que necessitam da proteção legal, neste caso, os consumidores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei 13.455, de 26 de junho de 2017. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13455-26-junho-2017-785093-publicacaooriginal-153193-pl.html>>. Acesso em: 20/09/2017.

BRASIL, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm. Acesso em 25/09/2017.

SALAMA. Direito do consumidor e decisões bumerangues (2015). Acesso em 10/09/2017.

ECONÔMICO, Brasil. Lei permite conceder desconto em compras pagas à vista. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/2017-06-26/lei-do-desconto.html>. Acesso em 19/09/2017.

EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA CIDADE DE URUAÇU – GO

Thais Jhulia dos Santos Pereira
Fernanda Heloisa Macedo Soares
Thiago Brito Steckelberg

INTRODUÇÃO

Trata-se de estudo acerca da “Efetivação do Direito à Educação das Crianças Portadoras de Deficiência Intelectual na Cidade de Uruaçu – GO”. Pretende-se analisar, tendo por fundamento a Constituição de 1988, a aplicabilidade da educação especial no município de Uruaçu-GO, principalmente no que diz respeito à inclusão das crianças portadoras de deficiência intelectual.

O objetivo geral que norteou essa investigação foi analisar se a educação especial, garantida constitucionalmente, tem sido efetivamente aplicada no município de Uruaçu-GO, principalmente no que diz respeito à inclusão das crianças portadoras de deficiência intelectual.

Pretende-se, ainda, identificar quais as dificuldades que a rede pública municipal enfrenta para garantir o direito à educação inclusiva dos portadores de deficiência intelectual e questionar se a administração pública municipal está contribuindo de forma eficaz para a efetivação e qualidade do direito à educação especial.

MATERIAL E MÉTODOS

Como metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica descritiva, análise dos instrumentos legais sobre a educação inclusiva e também pesquisa de campo para conhecer a realidade das escolas municipais que atendem a Educação Infantil.

Os dados foram coletados na Secretaria Municipal de Educação do município de Uruaçu – GO e as visitas foram realizadas em cinco instituições escolares, onde foram aplicados questionários aos coordenadores e/ou diretores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para responder à problemática levantada nesse estudo, foi realizada uma pesquisa de campo. Os dados foram coletados na Secretaria Municipal de Educação, no Departamento Pedagógico – Setor de Inclusão Educacional, junto à pedagoga responsável pelo mesmo e em seis instituições educacionais municipais, onde foram aplicados questionários aos coordenadores pedagógicos e/ou diretor.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, atualmente, o município atende 63 (sessenta e três) alunos com deficiência matriculados na Rede Municipal de Ensino e desse quantitativo, 9 (nove) crianças com deficiência intelectual estão matriculados na Educação Infantil e todas as crianças possuem professor de apoio para acompanhamento pedagógico, o que corresponde a 13% dos alunos com deficiências intelectuais, atendidos no município de Uruaçu – GO.

As crianças com deficiência intelectual são atendidas, preferencialmente, na rede regular de ensino e algumas dessas crianças também recebem Atendimento Educacional Especializado fora da rede regular de ensino, no CAEE Herbert José de Souza (Betinho), no período contrário ao da instituição de origem, conforme regra expressa no art. 208, III, da CF/88.

Quanto aos métodos e critérios adotados para que uma criança seja diagnosticada como deficiente intelectual e tenha direito ao acompanhamento do profissional de apoio, a Secretaria Municipal de Educação tem como requisito a apresentação de laudo médico, constando o CID-10 específico da deficiência, ou um parecer da Equipe Multiprofissional do município. Contudo, as entrevistas realizadas nas instituições de ensino revelaram que nem todos os alunos com Deficiência Intelectual têm um profissional de apoio na unidade escolar, pois nem todos possuem laudo médico comprovando a necessidade de acompanhamento individualizado.

O Município prepara os profissionais para trabalhar com as crianças portadoras de deficiência intelectual por meio de cursos de formação, oficinas pedagógicas e atendimento individualizado para orientações específicas ao Atendimento Educacional Especializado, em cumprimento a regra expressa no art. 26, XVII, da Lei nº 13.146/2015. Porém, os dados obtidos nas instituições de ensino revelam que os profissionais conseguem lidar apenas com os casos de deficiência leve e média, mas não possuem qualificação necessária para atender os casos mais graves.

As maiores dificuldades em garantir a aplicação dos direitos à educação da criança portadora de D.I. relatados pela Secretaria Municipal de Educação foram o fato de não contar com uma equipe multiprofissional para realizar as triagens solicitadas em tempo hábil, e a resistência de alguns profissionais com relação à educação inclusiva. Já as entrevistas realizadas nas instituições de ensino revelaram que as maiores dificuldades são a falta de apoio das famílias, bem como da administração pública e falta de infraestrutura da instituição de ensino.

CONCLUSÕES

A partir do estudo realizado, pôde-se perceber que o direito a educação especial, tem aplicabilidade na cidade de Uruaçu-GO, contudo, apesar da Secretaria de Educação Municipal desenvolver projetos para a formação e qualificação dos profissionais envolvidos, ainda há muitas barreiras e serem vencidas.

Destaca-se a dificuldade dos profissionais em lidar com os diversos graus de deficiência intelectual, bem como a necessidade de desenvolver projetos de conscientização para combater o preconceito por parte dos profissionais da educação e das famílias da comunidade envolvida. E ainda, viabilizar meios para que a equipe multiprofissional consiga realizar as triagens solicitadas, o que é requisito para que o atendimento as crianças portadoras de D.I. aconteça na prática.

Por meio deste estudo foi possível conhecer mais essa temática e compreender que os aspectos legais não são a garantia absoluta da efetivação da inclusão. Pode-se até receber o aluno na escola, porém, o que é mais relevante é oportunizar um ensino de qualidade garantindo não só a acessibilidade como também a permanência e a progressão destes alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069, de julho de 1996; Brasília, 2001.

BRASIL. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 28 abr. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, n.º 248, de 23/12/96.

BULOS, U. L. Direito Constitucional ao alcance de todos. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FARIAS, Cristiano Chaves de; CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. Estatuto da Pessoa com Deficiência Comentado artigo por artigo. Salvador: JusPodivm, 2016.

MAZZOTTA, Marcos J.S. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Saberes, Imaginários e Representações na Educação Especial: a problemática ética da diferença e da exclusão social. Petrópolis: Vozes, 2004.

SALAMANCA, Declaração e linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Corde, 1994.

ELEMENTOS CAUSADORES DA CRIMINALIZAÇÃO DA JUVENTUDE BRASILEIRA

Rafaela Gonzaga Sousa
Maxilene Soares Corrêa
Cristiane Ribeiro e Silva

INTRODUÇÃO

A violência praticada por adolescentes é atualmente, um problema social e político que nos tem desafiado enquanto sociedade a apresentar propostas eficazes para diminuí-la. O problema da criminalidade juvenil tem se mostrado bem complexo não havendo por ora soluções convincentes, razão pela qual, deve – se repensar não só as políticas públicas, como as políticas sociais, e até mesmo, a percepção atual acerca da questão. No presente artigo, discute-se quais os fatores que podem levar um adolescente a uma situação de prática de ato infracional, utilizando como base para análise a reflexão de alguns autores.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente artigo foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica, com o uso de livros, artigos, revistas, e correlação de autores que tratam deste tema, buscou-se levantar os principais fatores que tem provocado a criminalização infanto-juvenil no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência no Brasil é um dos problemas sociais mais graves que a população brasileira enfrenta atualmente. O índice de criminalidade, principalmente em casos que envolvem jovens em atos infracionais, gera na sociedade grande impacto, provocando inúmeros questionamentos em relação à responsabilidade dos adolescentes. A mídia diariamente relata fatos ocorridos com cidadãos que foram vítimas de roubos, furtos, violência física entre outros. Diante desta realidade, é evidente que o aumento da participação de adolescentes, e até de crianças, como personagens principais neste cenário tem se tornado um grave problema social.

Compreender as motivações que levam os jovens para a criminalidade parece ser um dos desafios mais urgentes para a superação da situação na qual eles se encontram (SILVA; ROSSETTI-FERREIRA, 1999). Para entendermos os elementos geradores destes atos infracionais, precisamos traçar o perfil do jovem deste século, sendo fundamental para se propor projetos de intervenção e prevenção. A adolescência é uma etapa do ser humano marcada por diversas mudanças físicas, psicológicas e comportamentais facilmente percebidos. Esta fase pode ser definida como:

A adolescência é uma fase de metamorfose. Época de grandes transformações, de descobertas, de rupturas e de aprendizados. É, por isso mesmo, uma fase da vida que envolve riscos, medos, amadurecimento e instabilidades. As mudanças orgânicas e hormonais, típicas dessa faixa etária, podem deixar os jovens agitados, agressivos, cheios de energia e de disposição em um determinado momento. Mas, no momento seguinte, eles podem acometidos de sonolência, de tédio e de uma profunda insatisfação com seu próprio corpo, com a escola, com a família, com o mundo e com a própria vida”. (PINSKY, BESSA, 2004, P.420)

A adolescência é tida como uma fase de extrema fragilidade psíquica. E em razão disto se houver alguma falha ou intervenção nesse processo pode trazer consequências não só para o indivíduo, mas para a sociedade. Para a criança crescer com saúde e se tornar um adolescente saudável física e emocionalmente, é preciso bem mais que uma educação escolar, pois isso não é apenas papel da escola, mas da sociedade em geral. Conforme TEIXEIRA: (1994, p. 29) “a negligência e a privação familiar são fatores responsáveis pelo cometimento de delitos.”

No decorrer da elaboração de sua identidade o jovem, busca referências naqueles de seu convívio. Por isso, o adolescente tem necessidade de um intenso convívio em grupos, que se aproximam de atitudes e valores bons. A família exerce um papel de enorme importância na vida do homem. A fragilidade do seio familiar pode ser apontado como um dos fatores, este seria um dos principais fatores dos jovens entrarem no mundo da criminalidade, assim estes jovens possuem família, mas está ausente, ela não tem suporte moral, financeiro e muito menos psicológico, assim, o indivíduo acaba por ter dificuldade na adimplência de normas sociais considerando a ausência de uma figura de autoridade familiar, seguidor das normas sociais, não há uma figura de autoridade, seja por meio de abandono, maus-tratos, álcool ou drogas.

A psicanálise nos permite compreender parte dos distúrbios de comportamento na adolescência vivenciados na atualidade. Winnicott (1999) apontou que durante a infância a relação com o mundo externo ainda não está fortemente integrada nem enraizada na personalidade. A criança ainda não aprendeu a tolerar e enfrentar os instintos; ela tem necessidade absoluta de viver um vínculo de amor e força para não sentir medo excessivo de seus próprios pensamentos e dos produtos de sua imaginação, a fim de progredir em seu desenvolvimento emocional.

Existe um conflito básico da adolescência, pois o jovem deixa de ser criança para passar a uma condição de maior responsabilidade, sendo o que Aberastury (1980, p. 24) definiu como: “entrar no mundo dos adultos, desejado e temido, significa para o adolescente a perda definitiva de sua condição de criança. É um momento crucial na vida do homem e constitui a etapa decisiva de um processo de desprendimento que começou com o nascimento”.

Outro fator que leva um adolescente a cometer um crime, trata-se da desigualdade social, pela falta de estrutura social. A constituição federal de 1988 dispõe em seu art. 3º

inciso I: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir a desigualdades sociais e regionais.” Mas este objetivo ainda esta longe de se realizar, a problemática da desigualdade social não se restringir só ao Brasil, e esta piorando há séculos. A situação de carência de condições básicas de sobrevivência tende a revoltar os adolescentes. Assim acabam encontrando na criminalidade uma saída para tanto preconceito e descaso. Por essa razão se sentem na obrigação de castigar a sociedade que não lhe da oportunidade. A face repressiva do Estado é quase a única que esses jovens conhecem, sendo que a violência organizada dos grupos de narcotráfico lhes possibilita realizar seus sonhos de afirmação, heroísmo e consumo, possibilitando vantagens imediatas (MENEGHEL; GIUGLIANI; FALCETO, 1998).

Os adolescentes que são de classes menos favorecidas são muitas vezes levados a pular a etapa da adolescência perdendo a fase das brincadeiras, sem preocupação, pois devem assumir responsabilidade de adultos tornando-se responsável muitas vezes pelo sustento da família. Depois da crise de identidade, tem por obrigação passar pela crise social. Sendo assim necessário observarmos, a adolescência sob aspectos, sociais, históricos, culturais e econômicos é também os direitos atribuídos aos jovens, criando condições para um desenvolvimento saudável das pessoas nesta fase da vida. Portanto a estrutura social, as políticas sociais básicas, a saúde, a escola, o lazer, o estado e a sociedade são fatores que interferem neste contexto.

Para Maria (TEIXEIRA, 1994 p.15) a prática de delitos por adolescente pode ser relacionada a aspectos sociais e psicológicos como:

a perda de uma experiência particularmente boa que o adolescente viveu no início de vida e não conseguiu manter enquanto “memória consciente”. O roubo, muitas vezes, revela a busca desse algo bom (na ou a relação com a mãe) que perdeu, a ausência ou depreciação da função paterna (não necessariamente a figura do sexo masculino), que estabelece o controle o externo, a Lei que funciona como “inibidora” dos impulsos. Internalizada, “dispensando” autoridade externa. Portanto, a ausência de um ambiente estável e seguro na infância pode estar associada à algo que nos constitui a todos que é realizada pelo adolescente das coisas, do outro e de si próprio; o adolescente repete com o ato infracional – principalmente aqueles atos associados ao não controle da destrutividade uma situação de violência física, psicológica (um trauma) que viveu como vítima. Ela atua aquilo que não elaborou (compreendeu). E, enquanto não elaborar, irá repetir.

Muitos delitos praticados por adolescentes estão associados ao uso de drogas. O mundo das drogas faz cada dia mais parte da vida das crianças e jovens, que se tornando os maiores usuários. O jovem tem necessidade de sempre estar experimentando os limites de seu comportamento, como forma de conhecer o mundo, por isso, muitos tem o desejo de experimentar drogas. Sendo que os primeiros contatos com a droga está associado à curiosidade, imitação, auto afirmação, etc. Essa curiosidade o faz buscar novas sensações e prazeres, o adolescente vive na sua busca por realizações imediatas, experiências

diferentes, que o faça ser visto o efeito das drogas vai de encontro a isto, proporcionando prazer. O a imitação e o modismo é outro fator importante relacionado ao uso de substâncias entre adolescentes, pois reflete a tendência do momento, e os adolescentes são vulneráveis a estas influências.

Há também outras causas, relacionadas a questões psicológicas de origem individual, familiar ou social, como a vontade de desrespeitar, a revolta contra todos, o abuso social ou econômico ou até mesmo deficiências mentais.

Diante desta realidade, demonstram que a maioria dos usuários de drogas já esteve em contato com a justiça penal, pois a probabilidade de que usuários de drogas pratiquem atos ilícitos é maior, e podemos destacar os principais crimes cometidos: Crimes cometidos sob influência de drogas: lesões corporais, roubo, furto, dano (vandalismo e pichação), desacato, ameaça, etc. Crimes cometidos para alimentar o vício: crimes patrimoniais (como roubo e furto), tráfico de drogas, etc. Crimes cometidos no funcionamento dos mercados ilícitos: formação de quadrilha, homicídios, lesões corporais, etc. Tendo como orientação esses referenciais sobre a criminalidade vinculada ao uso ou tráfico de drogas, é importante que o profissional esteja atento aos crimes praticados por adolescentes, pois eles podem indicar um possível envolvimento com drogas.

É importante também o papel da escola na vida do jovem. A educação além de ser fundamental para o desenvolvimento humano é um fator indispensável para evitar a criminalidade. Só através da educação esses adolescentes serão capazes de respeitar os outros. Envolvidos na criminalidade, assaltos e até mesmo homicídios esses jovens abandonam os estudos, pois não encontram quem os incentivem para estudarem. Quando já estão envolvidos torna-se difícil, pois não conseguem sair do crime por receios de amigos, pois seu círculo de amizade está ligado ao crime.

Com a saída da Escola, as crianças e adolescentes podem entrar na criminalidade e tornarem-se vítimas. A má qualidade do ensino fundamental e médio e a falta de iniciativas e programas governamentais para o atendimento de menores, são outros fatores que contribuem para o envolvimento de menores em delitos.

CONCLUSÕES

Portanto, conclui-se que este tema é bastante polêmico, complexo e não deve ser analisado isolado da sociedade, sendo necessário contextualizá-lo social, cultural, político e economicamente. Observou-se que diversos fatores são responsáveis pela formação do indivíduo na adolescência: a sua situação de ser em desenvolvimento, a ausência de estrutura familiar, a desigualdade social causadora de provações, envolvimento com entorpecentes, falta de educação escolar de qualidade, problemas psicológicos e emocionais. Assim, tais elementos interagem entre si construindo o adolescente e sua identidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY, Arminda. Adolescência. Porto Alegre: Arte Médicas, 1980.

SILVA, A. P. S.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Adolescente autor de ato infracional e medidas sócio educativas em Ribeirão Preto (SP). III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica, Resumos, 1999.

MENEGHEL, S. N., GIUGLIANI, E. J.; FALCETO, O. Relações entre violência doméstica e agressividade na adolescência. Cadernos de Saúde Pública, 14(2), 327-335. 1998.

PINSKY, Llana; BESSA, Marco Antônio. Adolescência e drogas. São Paulo: Contexto, 2004.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Liberdade Assistida: Uma polêmica em aberto. Série Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da PUC/SP, 1994.

WINNICOTT DW. Privação e delinquência. São Paulo: Editora Martins Fontes; 1999.

ENTRAVES NO ATENDIMENTO GINECOLÓGICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Raissa Silva Frotra

Adelmo Martins Rodrigues

Leandro Urzeda Menezes

João Lucas Moraes Do Nascimento

INTRODUÇÃO

Dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) o atendimento ginecológico apresenta grande demanda. A possibilidade de um convênio realizado entre universidades e o atendimento público é altamente interessante para ambas as partes, pois além de suprir a demanda existente possibilita a prática aos acadêmicos, aumentando a capacidade de raciocínio clínico e fixação do conhecimento adquirido.

Segundo dados do Ministério da Saúde, as mulheres são a maioria da população brasileira (50,77%) e as principais usuárias do SUS. Como a atenção à saúde da mulher envolve aspectos multifatoriais, ainda existem muitas mudanças necessárias que caminham para a promoção do englobamento de todos os aspectos no atendimento e nos serviços oferecidos às mulheres no país.

Em estudo realizado pelo Ministério da Saúde (2006) nas capitais do país e no Distrito Federal, verificou-se que as dez principais causas dos óbitos em mulheres de 10 a 49 anos (mulheres em idade fértil) são: acidente vascular cerebral, AIDS, homicídios, câncer de mama, acidente de transporte, neoplasia de órgãos digestivos, doença hipertensiva, doença isquêmica coronariana, diabetes e câncer de colo de útero. Ou seja, grande parte dos óbitos nessa parte da população poderia ser evitada se fossem realizadas consultas preventivas, de acompanhamento e regulares, com o intuito de diagnosticar e proporcionar o atendimento adequado em um espaço de tempo que proporcionasse a cura ou impedisse complicações, sequelas e o óbito.

É necessário cuidado na questão da mortalidade materna, pois esta é classificada como um evento relacionado à vivência da sexualidade, portanto não é doença, e segundo dados do Ministério da Saúde (2006), em 92% dos casos, as mortes maternas são evitáveis.

O objetivo desse trabalho foi explanar as dificuldades encontradas pelos acadêmicos no decorrer dos atendimentos na área de ginecologia e obstetrícia prestados durante o estágio do eixo de habilidades médicas no município de Goianésia (GO).

MATERIAL E MÉTODOS

NÃO TEM

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Decorrer das aulas práticas, que foram desenvolvidas no Posto de Saúde Doutor Noraldino Rodrigues Porto, na cidade de Goianésia-GO, os acadêmicos do 4º Período do curso de Medicina foram capazes de interligar e colocar em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula, visto que, algumas dificuldades foram levantadas.

A efetuação das consultas ginecológicas procedeu-se em diferentes mulheres, sempre às sextas-feiras durante todo semestre letivo. No entanto, algumas atividades foram suprimidas em virtude de demasiados feriados no calendário, falta e/ou desistência por parte das pacientes. O atendimento ginecológico contou com a divisão da turma de 45 alunos em 4 grupos, 3 contendo 11 e 1 contendo 12 acadêmicos e um docente (médico especialista na área) como mentor responsável, sendo que no total, a turma contava com 3 docentes. Para que o atendimento fosse efetuado, as pacientes marcavam as consultas com antecedência e eram comunicadas que seriam atendidas pelos discentes do curso de medicina, porém uma tarefa de sensibilização na abordagem não foi realizada, acarretando impedimento à consulta pelos acadêmicos ali presentes, pois muitas pacientes se sentiam constrangidas ou não queriam ser atendidas por acadêmicos, mesmo que supervisionados.

No consultório, tudo ocorreu mediante três etapas: a primeira etapa era composta pela anamnese detalhada, efetuada sempre por um acadêmico; na segunda etapa a paciente era convidada a retirar suas vestimentas e um avental era ofertado na esperança de que a mesma ficasse mais à vontade durante os procedimentos. Entretanto, isto não foi o suficiente para que o procedimento fosse realizado com sucesso, visto que eram perceptíveis os sentimentos de intimidação e vergonha demonstrados pelas pacientes que logo requisitavam a retirada dos acadêmicos, principalmente os do sexo masculino ou que ficassem apenas 3 ou 4 acadêmicos presentes no consultório. Transpassando esses obstáculos, era oferecido um exame físico geral, com o enfoque no exame clínico das mamas, da genitália externa e interna e enfoque na coleta do exame de Papanicolau (preventivo); na terceira e última etapa era ofertado, caso necessário, prescrições guiadas pela abordagem sindrômica e orientações diversas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através dos entraves apresentados, os acadêmicos foram capazes de evidenciar que antes da implantação dos estágios para o eixo de habilidades médicas, seria necessária uma conscientização da população, mostrando-a que o conhecimento e a formação do futuro profissional da saúde dependem diretamente da sua colaboração. A humanização no atendimento só é possível através das relações médico-paciente, as quais começam a serem compreendidas a partir da vivência direta com os pacientes, como os estágios possibilitam.

Notou-se, também, que por ser a primeira turma da instituição a realizar estágios práticos, a população ainda não tem a ciência de que esta é uma fase importante da formação acadêmica do profissional de saúde. Tal fato ainda apresenta um agravante

devido a área trabalhada, pois a consulta ginecológica ainda é cercada de tabus e desinformação fazendo com que a mulher geralmente se sinta bastante exposta e indefesa durante o atendimento e perpetue esse tipo de comportamento na sociedade.

CONCLUSÕES

Os contratempos encontrados na realização do atendimento ginecológico prestado durante o estágio do eixo de habilidades médicas revelaram falhas na formação profissional em aspectos voltados para as atividades práticas. Com isso, foi levantada uma reflexão acerca do papel da Universidade de Medicina em assegurar um ambiente favorável para a realização de atividades práticas não apenas na área ginecológica e obstétrica, mas em todas que necessitam de prática clínica, por todos discentes durante o período de formação, objetivando colaborar para um melhor desempenho do futuro profissional, favorecendo todo o aprendizado necessário

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, D. S. M. Prevenção do câncer do colo do útero: relato de experiência sob a ótica do estágio multidisciplinar interiorizado. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Enfermagem da Universidade Estadual da Paraíba. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria do MS libera verbas para exames de câncer. 2009. INCA. Câncer do colo do útero. 2009.

CRUZ, L. M. B. da; LOUREIRO, R. P. A comunicação na abordagem preventiva do câncer de colo de útero: importância das influências histórico-culturais e da sexualidade feminina na adesão às campanhas. Saúde Soc. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 120-131, 2008.

FREITAS, G. L.; et al. Discutindo a política de atenção à saúde da mulher no contexto de promoção da saúde. Rev. Eletr. Enf. Goiânia, v. 11, n. 2, p. 424-428, 2009.

LAURENTI, Ruy; JORGE, M. H. de M.; GOTLIEB, S. L. D. (Org.). Mortalidade de mulheres de 10 a 49 anos, com ênfase na mortalidade materna. [Brasília]: Ministério da Saúde; OPAS; USP, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção integral à saúde da mulher. Brasília, 1998.

FRANQUIA E SUAS VANTAGENS E DESVANTAGENS: ESTUDO DE CASO - CACAU SHOW DE GOIANÉSIA - GOIÁS

Érica Rodrigues Batista
Juarez Aparecido Domingos
Fábio Viana de Oliveira
WESLEY DE FREITAS

INTRODUÇÃO

O assunto abordado tem apresentado um grande crescimento nos últimos anos em nosso país. Como todo negócio, o sistema de franchising também possui vantagens e desvantagens ou limitações, tanto para os franqueadores quanto aos franqueados. O sistema de franquia apresenta oportunidades de negócios com investimentos baixos que além de apoiar, o sistema também oferece um amplo aprimoramento em cursos, treinamentos e eventos para as pessoas que desejam ingressar no Sistema.

Este trabalho tem o objetivo de demonstrar o sistema de franquia adotado no Brasil e mais precisamente, a franquia Cacau Show – Goianésia GO, seus principais produtos, procedimentos, dificuldades e facilidades, a fim de subsidiar pretendentes a aquisição de franquia na tomada de decisão.

Franquia é uma modalidade comercial que facilita a estruturação operacional do negócio. Atualmente um dos ícones de grande representatividade no comércio é a franquia, que vem se destacando principalmente no setor alimentício.

O setor de franquias contribui de forma significativa para a geração de empregos e possui grande potencial de expansão, uma vez que possibilita a estruturação de empreendimentos com poucos conhecimentos técnicos para um crescimento rápido e sustentável em mercados muito dinâmicos e competitivos. Esse sistema atrai milhares de pessoas com capital e potencial empreendedor, permitindo que elas empreendam e realizem seus anseios profissionais e pessoais.

O sistema de franquia é o responsável por viabilizar o crescimento de negócios em todos os ramos, pois para o empreendedor iniciante falta preparo, informação, planejamento e conhecimento específico do negócio, então o sistema de franquia vem facilitar “a vida” deste empreendedor.

Demonstraremos também neste trabalho, quais as vantagens e desvantagens que um empreendedor pode encontrar ao fazer seu investimento em marcas existentes e consolidadas no mercado, e ainda a franquia da Cacau Show também como objeto de estudo, por ser uma das líderes no segmento de franchising, num sistema que traz uma certa segurança com relação ao sucesso, tanto ao franqueado quanto ao franqueador, por se observar que desde sua criação até o momento a Cacau Show tem demonstrado

resultados positivos ao mercado de alimentação ao unir esta marca ao Know-How do varejo.

MATERIAL E MÉTODOS

A partir do grau de conhecimento adquirido em sala de aula sobre o assunto franquia, e também buscando um trabalho mais real com o dia-a-dia em que vivemos, a pesquisa foi focada numa franquia da Cacau show sediada na cidade de Goianésia-GO, cidade esta, que vem se destacando como um pequeno pólo franqueador nos últimos quatro anos. Procuramos descobrir quais fatores determinam a aquisição bem sucedida desta franquia específica.

Além de pesquisas em livros especializados e artigos científicos, foi realizada uma pesquisa exploratória descritiva por meio de entrevista com a franqueada, proprietária da Cacau Show de Goianésia-GO, destacando suas facilidades e dificuldades no negócio, seus principais produtos e seus procedimentos de trabalho.

Como o setor de franquias possui vários segmentos, cada um com suas próprias características, então buscou-se isolar uma área de atuação para alcançar o objetivo deste trabalho.

Nos dados referentes á pesquisa bibliográfica foram selecionados as informações mais relevantes tratando do assunto abordado.

Os dados coletados na entrevista é referente á observação do franqueado, foram observados, aprimorados e interpretados a fim de se identificar os pontos em destaques.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo a franqueada, Cacau Show Goianésia, As exigências para ser um Franqueador, o mesmo tem que ser o gestor do seu próprio negócio, ou seja após o contrato ele passa a ser um Franqueador, sendo que o tempo para a abertura da loja foi de 4 meses a partir do “sim” no contrato.

A quantidade de produtos na loja específica de Goianésia é de 180, os quais devido ao clima da cidade ser sempre quente, há de se tomar bastante cuidado pois os produtos derretem com muita facilidade, sendo este uma dificuldade para a franqueada. No entanto não se registra perdas sendo que a temperatura da loja tem que estar em constante monitoramento.

Em relações aos produtos que mais vendem foi dito as trufas, por obterem sabores diferenciados e terem preços mais acessíveis atingindo assim a diversas classes sociais. Os menos vendidos são os produtos a granel, ou seja, são os produtos vendidos de forma unitária.

Chocolate é um produto que vende o ano todo, porém há épocas de picos, como por exemplo páscoa e dia dos namorados, épocas estas quando ocorrem as maiores vendas. O mês de agosto tem se mostrado o pior mês de vendas.

Segundo a franqueada os passos necessários desde a aquisição até o fechamento do contrato e inauguração da loja são:

- Preenchimento do cadastro no site;
- Reunião Regional;
- Procura do Ponto;
- Aprovação do ponto pela franquia;
- Aprovação do perfil do franqueado;
- Reforma e adaptação do prédio;
- Treinamento da franqueada e funcionários na fábrica;
- Abertura de firma e documentações;
- Assinatura do contrato;
- Montagem da loja e Inauguração.

O treinamento oferecido tem duração de dez dias e é “completo”, com reuniões, palestras e orientações. Inicialmente há também encontros mensais para discussão dos procedimentos de implantação, etapa por etapa.

As normas para aquisição dos produtos são de que eles obrigatoriamente sejam fornecidos pela Franquia.

A franquia em questão, foi adquirida sem que a proprietária conhecesse este sistema de negócio, porém acreditou que seria um bom negócio em Goianésia por achar que a cidade carecia de uma loja de produtos e com preços acessíveis.

Sobre o investimento inicial, foi dito que os valores dependem das características do imóvel como: projetos arquitetônicos, espaço, moveis, taxa de franquia e primeira compra de produtos. Em Goianésia foi de aproximadamente R\$ 115.000,00, sendo que o tempo esperado para o retorno do investimento é de dois anos.

Sobre os Royalties trata-se de uma compensação financeira paga para franquia, os mesmos são calculados encima dos produtos que se compram e não que se vendem.

Sobre as vantagens e desvantagens, bem como as expectativas, foi respondido: “a desvantagem é que a margem de lucro é muito baixa, e que as vantagens e expectativas para o futuro são de que apesar do lucro ser baixos, vale apenas, pois é um negocio que já deu certo e que o franqueado fica amparado”. Relatou ainda “que abrirá uma nova franquia no mês de outubro/2014”.

CONCLUSÕES

Segundo a franqueada, Cacau Show Goianésia, As exigências para ser um Franqueador, o mesmo tem que ser o gestor do seu próprio negócio, ou seja após o contrato ele passa a ser um Franqueador, sendo que o tempo para a abertura da loja foi de 4 meses a partir do “sim” no contrato.

A quantidade de produtos na loja específica de Goianésia é de 180, os quais devido ao clima da cidade ser sempre quente, há de se tomar bastante cuidado pois os produtos derretem com muita facilidade, sendo este uma dificuldade para a franqueada. No entanto

não se registra perdas sendo que a temperatura da loja tem que estar em constante monitoramento.

Chocolate é um produto que vende o ano todo, porém há épocas de picos, como por exemplo páscoa e dia dos namorados, épocas estas quando ocorrem as maiores vendas. O mês de agosto tem se mostrado o pior mês de vendas.

O treinamento oferecido tem duração de dez dias e é “completo”, com reuniões, palestras e orientações. Inicialmente há também encontros mensais para discussão dos procedimentos de implantação, etapa por etapa.

Sobre as vantagens e desvantagens, bem como as expectativas, foi respondido: “a desvantagem é que a margem de lucro é muito baixa, e que as vantagens e expectativas para o futuro são de que apesar do lucro ser baixos, vale a pena, pois é um negócio que já deu certo e que o franqueado fica amparado”. Relatou ainda “que abrirá uma nova franquia no mês de outubro/2014”.

As questões não tratadas ou ainda abordadas de maneira superficial neste trabalho devem ser objeto de futuros estudos e pesquisas. A questão do município em relação ao seu tamanho, renda e faixa etária, item importantes na implantação de uma franquia, também constitui-se tema importante quando se trata desse tipo de negócio, não devendo ser deixado de lado em uma futura investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FRANQUIAS - ABF. Disponível em: <<http://www.abf.com.br>>. Acesso em 06 de Agosto de 2014.

DEGEN, Ronald Jean. O empreendedor: empreender como opção de carreira. São Paulo:

DOTTA, Gabriel Rezente. Determinantes da Remuneração do Franqueador no Brasil

DANIEL, Claudio de Moura. Tudo Sobre Franchising. 5. ed. São Paulo:Mcgraw-Hill, 2001.

GIL, Antônio Carlos. Administração de recursos humanos: um enfoque profissional – 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 1994.

PEQUENAS EMPRESAS GRANDES NEGÓCIOS. Site Revista. Disponível em: <<http://www.pegn.com.br>>. Acesso em 10 de Setembro de 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 2º. Ed. Rev. Ampl. São Paulo: Atlas, 1990.

PRESTES, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. 2º. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Associação Brasileira de Franquias - <http://www.portaldofranchising.com.br>

Acesso em: 21 mai. 2011.Cacau Show- <<http://www.Cacaushow.com.br>>. Acesso em 09 FEV 2014.

A Receita da Cacau Show. Disponível em: <<http://blog.mkt360graus.com.br>>- acesso em: 05 Março de 2014.

Cacau Show espera vender 2,3 mil toneladas de chocolate na Páscoa deste ano. Disponível em:<<http://www.administradores.com.br>> - Acesso em: 29 Abril de 2014.

Cacau Show promove Semana Disponível em: <<http://www.cidademarketing.com.br>> - Acesso em: 01 Março 2014.

MELLO B. F.; Receitas de sucesso: como a Cacau Show se tornou referência em empreendedorismo. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br>> - Acesso em: 29 Fevereiro de 2014.

METODOS DE FRANQUIA. Disponível em: <<http://www.cacaushow.com.br/sobre/historia>> - Acesso em: 05 Março de 2014.

MIUZZINI J.; GRAPEGGIA M.; Estágios de crescimento da empresa Cacau Show com base no Ciclo de Vida Organizacional. Disponível em: revistas.utfpr.edu.br – Acesso em: 19 Março de 2014.

SEBRAE - <<http://www.sebrae.com.br>> - Acesso em: 08 agosto de 2014.

Visão do Empreendedor. Franquia: Vantagens e Desvantagens. Disponível em: <<http://www.2.rj.sebrae.com.br/boletim/franquia-vantagens-e-desvantagens/>> - Acesso em: 08 de Março de 2014.

ZIARESKI A.;MARIANO D.; MAGNUM M.Grupo ADM Consultorias. Disponível em: <<http://grupoadmconsultorias.blogspot.com.br/2012/04/case-cacau-show-estudo-dos-sistema-de.html>> - Acesso em: 28 de Junho de 2014

FUNGOS MICORRÍZICOS ARBUSCULARES EM RIZOSFERA DE CROTALARIA SPECTABILIS E BACTÉRIAS FIXADORAS DE NITROGÊNIO

Gabriella Ferreira Neves

Jadson Belem de Moura

Gabriella Ferreira Neves

Leidiane dos Santos Lucas

Júlio César Silva

Wagner Gonçalves Vieira Junior¹

INTRODUÇÃO

Na maioria dos solos tropicais, a produção das culturas é severamente limitada pela deficiência de nitrogênio (N), o que as torna dependentes da aplicação de adubos nitrogenados sintéticos ou de fontes nitrogenadas alternativas, como os adubos verdes (Paulino G,M et al., 2009). A INTRODUÇÃO de espécies leguminosas arbóreas ou arbustivas em áreas cultivadas como cana-de-açúcar é uma alternativa viável. O uso das leguminosas que apresentam elevado potencial de fixação biológica de nitrogênio (FBN) e de produção de biomassa, como adubos verdes, em pomares, além de proporcionar economia com fertilizantes, contribui para o manejo ecológico do pomar (Espindola et al., 2006b).

A busca da sustentabilidade na produção agrícola utilizando-se de manejos conservacionistas, como o sistema plantio direto que se baseia na rotação de culturas e no uso de plantas de cobertura (gramíneas e leguminosas) para aumento ou manutenção da palhada sobre o solo, tem favorecido os processos bioquímicos do solo resultantes da atividade microbiana, tendo efeitos sobre as propriedades físicas e químicas do solo e reflexos sobre o desenvolvimento das plantas, produtividade agrícola e qualidade ambiental (SOUZA et al.,2006; FIGUEIREDO et al., 2007; RESCK et al., 2008; LOSS et al., 2011).

Nos solos de cerrado, a população de fma é baixa e aumenta gradativamente com o cultivo de plantas. Essas apresentam diferentes graus de dependência micorrízica e, conseqüentemente, podem alterar a quantidade de estruturas do fma no solo. As culturas anuais tais como soja, feijão e milho e adubos verdes como crotalaria é assim como as forrageiras, por exemplo, estilosantes, apresentam elevado grau de dependência micorrízica, quando utilizadas em um sistema de rotação aumentam a população do fma. (MIRANDA, J. C. C; Embrapa Cerrados, Planaltina, n. 42, p. 1-3, maio 2001)

Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi avaliar a colonização micorrízica, densidade de esporos e a diversidade de FMAs na rizosfera de Crotalaria Spectabilis.

MATERIAL E MÉTODOS

A área experimental localiza-se na Faculdade Evangélica de Goianésia (FACEG), no município de Goianésia, GO, (15° 19' 03" S. Longitude 49° 07' 03).

A precipitação média anual é de 1502 mm; a temperatura média anual é de 24,4 °C. O clima é classificado como Aw, tropical, segundo a classificação de Köppen e Geiger, apresentando um verão com mais chuvas dos que o inverno. Solo da área experimental foi classificado como latossolo.

O experimento foi realizado em abril de 2016, com o plantio da seguinte espécie de planta de cobertura a Crotalaria Spectabilis (Crotalaria Spectabilis), o delineamento experimental adotado foi blocos casualizados com 4 repetições, disposto em dois tratamentos sendo um com a aplicação de bactérias diazotróficas (Rhizobium tropici e Azospirillum brasilense) e um tratamento sem a aplicação em semeadura. O solo já possuía fungos micorrízicos.

Para as análises da colonização micorrízica e densidade de esporos de FMAs, foram coletadas 50 cm³ de solo rizosférico com raiz durante o período de floração. As raízes frescas foram lavadas em água corrente, clarificadas e coloridas com 0,05% de Azul-de-Typan em lactoglicerol segundo Koske e Gemma (1989) e Gracee Stribley (1991). Em seguida, foram levadas microscópio estereoscópico, que seu aumento de 200x para poder obter uma avaliação quanto á colonização radicular, conforme McGonigle e Fitter (1990). Para contagem do número de esporos de FMAs, amostras 50g de solo foram processadas, segundo uma associação dos métodos de decantação e peneiramento úmido (GERDEMANN; NICOLSON, 1963) e centrifugação e flutuação em sacarose 50% (JENKINS, 1964). A identificação dos gêneros de FMAs foram realizados a partir de características morfológicas de esporos em lâminas com polivinil-lactoglicerol puro e misturados com Melzer e classificados segundo as definições do Internacional Culture Collection of Arbuscular and Vesicular-Arbuscular Mycorrhizal Fungi.

Foi realizada uma análise estatística, que posteriormente, os resultados foram submetidos á análise de variância com aplicação do teste F e os valores médios comparados entre si pelo teste de Tukey 5%.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou que a inoculação de organismo diazotróficos não provocou diferenças estatísticas entre os tratamentos nos índices de densidade de esporo é taxa de colonização micorrízica.

Na figura 1 mostra a porcentagem de colonização de FMAs, que foi de 65,55% com inoculante e sem a aplicação da bactéria foi de 57,35%.

Na figura 2 mostra a densidade de esporos, com inoculante teve 322,00 sem a bactéria 320,00.

Não foram identificados gêneros exclusivos do tratamento sem inoculação com bactérias diazotróficas. Os gêneros *Acaulospora* sp., *Diversispora* sp., *Scutellospora* sp., *Sclerocystis* sp. E *Funneliformis* sp. Foram identificadas em amostras com aplicação de bactérias fixadoras de nitrogênio. Os gêneros *Claroideglomus* sp., *Glomus* sp. E *Gigaspora* sp. Estão presentes em ambas as amostras.

CONCLUSÕES

Nesse trabalho comprovou mesmo com o uso de inoculante ou sem o uso, mostrou que a crotalária é uma ótima fixadora de nitrogênio. Mostra que a comunidade FMAs têm uma grande composição é diversidade influenciada pela cultura.

Foram encontrados 8 espécies de FMAs, destacando *Claroideglomus* sp., *Glomus* sp. E

Gigaspora sp. Estão presentes em ambas as amostras

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESPINDOLA, J.A.A.; GUERRA, J.G.M.; PERIN, A.; TEIXEIRA, M.G.; ALMEIDA, D.L. de; URQUIAGA, S.; BUSQUET, R.N.B. Bananeiras consorciadas com leguminosas herbáceas perenes utilizadas como coberturas vivas. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, v.41, p.415-420, 2006b.

FIGUEIREDO, C. C.; RESCK, D. V. S.; GOMES, A. S.; FERREIRA, E. A.; RAMOS, M. L. G. Carbono e nitrogênio da biomassa microbiana em resposta a diferentes sistemas de manejo em um latossolo vermelho no Cerrado. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, Viçosa, MG, v. 31, n. 3, p. 551-562, 2007.

GERDEMANN, J. W.; NICOLSON, T. H. Spores of mycorrhizal endogone species extracted from soil by wetsieving and decanting. *Transactions of the British Mycological Society*, Londres, v. 46, n. 2, p. 235-244, 1963

JENKINS, W. R. A rapid centrifugal-Fotation technique for separating nematodes from soil. *Plant Disease*, St.Paul, v. 48, n. 1, p. 692, 1964.

KOSKE, R. E.; GEMMA, J. N. Amodified procedure for sting roots to detect VA mycorrhizas. *Mycorrhizal Research*, Cambridge, v. 92, n. 4, p. 486-488, 1989.

LOSS, A. Dinâmica da matéria orgânica, fertilidade e agregação do solo em áreas sob diferentes sistemas de uso no Cerrado goiano. 2011. Tese (Doutorado em Agronomia – Ciência do Solo) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

McGONIGLE, T. P.; MILLER, M. H. Mycorrhizal, phosphorus absorption and yield of maize in response to tillage. *Soil Science Society of America Journal*, Seattle, v. 60, n. 6, p. 1856-1861, 1996.

MIRANDA, J. C. C.; MIRANDA, L. N.; VILELA, L.; VARGAS, M. A.; CARVALHO, A. M. – Embrapa Cerrados, Planaltina, n. 42, p. 1-3, maio 2001.

PULINO, G. M.: ALVES, B. J. R.; BARROSO, D. G.; URQUIAGA, S.; ESPINDOLA, J. A. A.; *Pesq. agropec. bras.*, Brasília, v.44, n.12, p.1598-1607, dez. 2009.

RESCK, D. V. S.; FERREIRA, E. A. B.; FIGUEIREDO, C. C.; ZINN, Y. L. Dinâmica da matéria orgânica no Cerrado. In: SANTOS, G. A.; SILVA, L. S.; CANELLAS, L. P.; CAMARGO, F. O. (Ed.). *Fundamentos da matéria orgânica do solo: ecossistemas tropicais e subtropicais*. 2. ed. Porto Alegre: Metrópole, 2008. p. 359-417.

SOUZA, V.C.; SILVA, R.; CARDOSO, G.D.; BARRETO, A. F. Estudos sobre fungos micorrízicos. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, Campina Grande, v. 10, n. 3, p. 612-618, 2006.

Site :

Clima de Goianésia Disponível em: < <https://pt.climate-data.org/location/43191/> >. Acesso em: 01 de novembro de 2017.

FUNGOS MICORRÍZICOS ARBUSCULARES EM RIZOSFERA DE CROTALARIA SPECTABILIS E BACTÉRIAS FIXADORAS DE NITROGÊNIO

Gabriella Ferreira

Jadson Belem de Moura

INTRODUÇÃO

Na maioria dos solos tropicais, a produção das culturas é severamente limitada pela deficiência de nitrogênio (N), o que as torna dependentes da aplicação de adubos nitrogenados sintéticos ou de fontes nitrogenadas alternativas, como os adubos verdes (Paulino G,M et al., 2009). A INTRODUÇÃO de espécies leguminosas arbóreas ou arbustivas em áreas cultivadas como cana-de-açúcar é uma alternativa viável. O uso das leguminosas que apresentam elevado potencial de fixação biológica de nitrogênio (FBN) e de produção de biomassa, como adubos verdes, em pomares, além de proporcionar economia com fertilizantes, contribui para o manejo ecológico do pomar (Espindola et al., 2006b).

A busca da sustentabilidade na produção agrícola utilizando-se de manejos conservacionistas, como o sistema plantio direto que se baseia na rotação de culturas e no uso de plantas de cobertura (gramíneas e leguminosas) para aumento ou manutenção da palhada sobre o solo, tem favorecido os processos bioquímicos do solo resultantes da atividade microbiana, tendo efeitos sobre as propriedades físicas e químicas do solo e reflexos sobre o desenvolvimento das plantas, produtividade agrícola e qualidade ambiental (SOUZA et al., 2006; FIGUEIREDO et al., 2007; RESCK et al., 2008; LOSS et al., 2011).

Nos solos de cerrado, a população de fma é baixa e aumenta gradativamente com o cultivo de plantas. Essas apresentam diferentes graus de dependência micorrízica e, conseqüentemente, podem alterar a quantidade de estruturas do fma no solo. As culturas anuais tais como soja, feijão e milho e adubos verdes como crotalaria é assim como as forrageiras, por exemplo, estilosantes, apresentam elevado grau de dependência micorrízica, quando utilizadas em um sistema de rotação aumentam a população do fma. (MIRANDA, J. C. C; Embrapa Cerrados, Planaltina, n. 42, p. 1-3, maio 2001)

Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi avaliar a colonização micorrízica, densidade de esporos e a diversidade de FMAs na rizosfera de *Crotalaria Spectabilis*.

MATERIAL E MÉTODOS

A área experimental localiza-se na Faculdade Evangélica de Goianésia (FACEG), no município de Goianésia, GO, (15° 19' 03" S. Longitude 49° 07' 03).

A precipitação média anual é de 1502 mm; a temperatura média anual é de 24,4 °C. O clima é classificado como Aw, tropical, segundo a classificação de Köppen e Geiger, apresentando um verão com mais chuvas do que o inverno. Solo da área experimental foi classificado como latossolo.

O experimento foi realizado em abril de 2016, com o plantio da seguinte espécie de planta de cobertura a *Crotalaria Spectabilis* (*Crotalaria Spectabilis*), o delineamento experimental adotado foi blocos casualizados com 4 repetições, disposto em dois tratamentos sendo um com a aplicação de bactérias diazotróficas (*Rhizobium tropici* e *Azospirillum brasilense*) e um tratamento sem a aplicação em semeadura. O solo já possuía fungos micorrízicos.

Para as análises da colonização micorrízica e densidade de esporos de FMAs, foram coletadas 50 cm³ de solo rizosférico com raiz durante o período de floração. As raízes frescas foram lavadas em água corrente, clarificadas e coloridas com 0,05% de Azul-de-Typan em lactoglicerol segundo Koske e Gemma (1989) e Gracee Stribley (1991). Em seguida, foram levadas microscópio estereoscópico, que seu aumento de 200x para poder obter uma avaliação quanto à colonização radicular, conforme McGonigle e Fitter (1990). Para contagem do número de esporos de FMAs, amostras 50g de solo foram processadas, segundo uma associação dos métodos de decantação e peneiramento úmido (GERDEMANN; NICOLSON, 1963) e centrifugação e flutuação em sacarose 50% (JENKINS, 1964). A identificação dos gêneros de FMAs foram realizados a partir de características morfológicas de esporos em lâminas com polivinil-lactoglicerol puro e misturados com Melzer e classificados segundo as definições do Internacional Culture Collection of Arbuscular and Vesicular-Arbuscular Mycorrhizal Fungi.

Foi realizada uma análise estatística, que posteriormente, os resultados foram submetidos à análise de variância com aplicação do teste F e os valores médios comparados entre si pelo teste de Tukey 5%.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou que a inoculação de organismo diazotróficos não provocou diferenças estatísticas entre os tratamentos nos índices de densidade de esporo e taxa de colonização micorrízica.

Na figura 1 mostra a porcentagem de colonização de FMAs, que foi de 65,55% com inoculante e sem a aplicação da bactéria foi de 57,35%.

Não foram identificados gêneros exclusivos do tratamento sem inoculação com bactérias diazotróficas. Os gêneros *Acaulospora* sp., *Diversispora* sp., *Scutellospora* sp., *Sclerocystis* sp. E *Funneliformis* sp. Foram identificadas em amostras com aplicação de bactérias fixadoras de nitrogênio. Os gêneros *Claroideglomus* sp., *Glomus* sp. E *Gigaspora* sp. Estão presentes em ambas as amostras.

CONCLUSÕES

Nesse trabalho comprovou mesmo com o uso de inoculante ou sem o uso, mostrou que a crotalária é uma ótima fixadora de nitrogênio. Mostra que a comunidade FMAs têm uma grande composição é diversidade influenciada pela cultura.

Foram encontrados 8 espécies de FMAs, destacando *Claroideglomus* sp., *Glomus* sp. E

Gigaspora sp. Estão presentes em ambas as amostras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESPINDOLA, J.A.A.; GUERRA, J.G.M.; PERIN, A.; TEIXEIRA, M.G.; ALMEIDA, D.L. de; URQUIAGA, S.; BUSQUET, R.N.B. Bananeiras consorciadas com leguminosas herbáceas perenes utilizadas como coberturas vivas. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, v.41, p.415-420, 2006b.

FIGUEIREDO, C. C.; RESCK, D. V. S.; GOMES, A. S.; FERREIRA, E. A.; RAMOS, M. L. G. Carbono e nitrogênio da biomassa microbiana em resposta a diferentes sistemas de manejo em um latossolo vermelho no Cerrado. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, Viçosa, MG, v. 31, n. 3, p. 551-562, 2007.

GERDEMANN, J. W.; NICOLSON, T. H. Spores of mycorrhizal endogone species extracted from soil by wetsieving and decanting. *Transactions of the British Mycological Society*, Londres, v. 46, n. 2, p. 235-244, 1963

JENKINS, W. R. A rapid centrifugal-Fotation technique for separating nematodes from soil. *Plant Disease*, St.Paul, v. 48, n. 1, p. 692, 1964.

KOSKE, R. E.; GEMMA, J. N. Amodified procedure for sting roots to detect VA mycorrhizas. *Mycorrhizal Research*, Cambridge, v. 92, n. 4, p. 486-488, 1989.

LOSS, A. Dinâmica da matéria orgânica, fertilidade e agregação do solo em áreas sob diferentes sistemas de uso no Cerrado goiano. 2011. Tese (Doutorado em Agronomia – Ciência do Solo) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

McGONIGLE, T. P.; MILLER, M. H. Mycorrhizal, phosphorus absorption and yield of maize in response to tillage. *Soil Science Society of America Journal*, Seattle, v. 60, n. 6, p. 1856-1861, 1996.

MIRANDA, J. C. C.; MIRANDA, L. N.; VILELA, L.; VARGAS, M. A.; CARVALHO, A. M. – *Embrapa Cerrados*, Planaltina, n. 42, p. 1-3, maio 2001.

PULINO, G. M.; ALVES, B. J. R.; BARROSO, D. G.; URQUIAGA, S.; ESPINDOLA, J. A. A.; *Pesq. agropec. bras.*, Brasília, v.44, n.12, p.1598-1607, dez. 2009.

RESCK, D. V. S.; FERREIRA, E. A. B.; FIGUEIREDO, C. C.; ZINN, Y. L. Dinâmica da matéria orgânica no Cerrado. In: SANTOS, G. A.; SILVA, L. S.; CANELLAS, L. P.; CAMARGO, F. O. (Ed.). *Fundamentos da matéria orgânica do solo: ecossistemas tropicais e subtropicais*. 2. ed. Porto Alegre: Metrópole, 2008. p. 359-417.



SOUZA, V.C.; SILVA, R.; CARDOSO, G.D.; BARRETO, A. F. Estudos sobre fungos micorrízicos. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, Campina Grande, v. 10, n. 3, p. 612-618, 2006.

HANNAH ARENDT: PODER, LIBERDADE E DIREITOS HUMANOS

Alynne Eduarda Vieira da Silva
Ivan Clementino de Souza
Ana Paula Ferreira e Silva
Anna Clara Honorato Freitas
Larissa Matias Barbosa
Simony da Silva Bezerra
Thayná Similla Barbosa Portilho

INTRODUÇÃO

As relações de poder estão na sociedade, ou melhor, a linha de raciocínio de Arendt apresenta que onde há sociedade, há poder. Contudo, para muitos possuir o poder é necessário utilizar a violência. O que para Hannah o poder constituído por atos violentos pode ser destruído a qualquer momento. O consentimento – aquele poder adquirido através do convencimento harmonioso terá uma durabilidade maior.

MATERIAL E MÉTODOS

Análise Bibliográfica

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A filósofa afirma que o poder deixa de existir com o uso da violência, analisando também, que os conceitos de poder e violência são diferentes, onde há um, não existe o outro.

Bittar e Almeida (2005) a partir das ideias de Hannah corrobora que o poder deixa de existir quando entra em ação um conjunto de aparatos cuja força pode representar uma aniquilação do poder de estar com, de discussão, de debate, elementos que caracterizam o estar entre homens (inter homines essere).

Diante do exposto, Hannah Arendt afirma que o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto, o poder nunca é propriedade de um indivíduo - pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Os autores Bittar e Almeida (2005) abordam a questão de Mahatma Gandhi relacionado a não-violência juntamente com os direitos resguardados pelos Direitos Humanos.

Os homens são livres – diferentemente de possuírem o dom da liberdade – enquanto agem, nem antes, nem depois: pois ser livre e agir são a mesma coisa (Arendt, 1992, p. 199). Hannah (1992) assevera ainda que a liberdade não equivale a livre arbítrio, mas está identificada a esfera da ação equivalendo a soberania e que os homens e mulheres tornam-se livres, ao exercitarem a ação e decidirem em conjunto seu futuro comum.



Interessante acrescentar que a liberdade é a manifestação do indivíduo através da ação e da linguagem (analisando que todo o processo de inclusão e exclusão sai da linguagem segundo Foucault) em determinado espaço que seja público. Hannah Arendt por ser judia, sofreu com a perseguição nazista, tanto que chegou a ser exilada nos Estados Unidos. Assim, a Filósofa nota que os direitos para exercer a cidadania foram feridos e que com isso, construiu-se um Estado Totalitário.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, observa-se que Bittar e Almeida (2005) abordam a questão de Mahatma Gandhi relacionado a não-violência juntamente com os direitos resguardados pelos Direitos Humanos em seu artigo, realizando através desta temática uma problemática acerca do conceito de poder para Hannah Arendt.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTAR, Eduardo C. B. e ALMEIDA, Guilherme Assis. Curso de Filosofia do Direito. São Paulo, 2005, ed. Atlas.

HERANÇA DIGITAL E O DIREITO À PRIVACIDADE: CONFLITOS DE INTERESSES FUNDAMENTAIS

Sara Moraes Vieira

Fernanda Heloisa Macedo Soares

INTRODUÇÃO

A propriedade faz parte da vida humana e também um Direito Constitucional de primeira geração, sendo que a sucessão desse patrimônio é algo inerente aos homens desde o direito antigo, no qual os herdeiros ficariam com o patrimônio deixado e também com o legado de continuar com o culto familiar.

Em sentido abrangente, suceder é quando uma pessoa assume a titularidade sobre determinado bem, anteriormente de titularidade de outrem. No entanto, no âmbito legal a sucessão tem o sentido de designar a morte de alguém e a transmissibilidade de bens, direitos e obrigações nos limites da legalidade ou do testamento. São clássicos a sucessão de fazendas, casas, veículos, dinheiro em espécie, ou seja, bens por essência moveis ou imóveis.

No entanto, a sociedade passou por transformações como a revolução industrial e a revolução tecnológica, conseqüentemente novas formas de herança surgiram. A evolução é grande, tanto é que passaram a existir transações bancárias à distância, contratos de compra e venda online, documentos virtuais, obras eletrônicas, blogs, sites e demais patrimônios que estão armazenados em meio virtual, afetando diretamente o plano das novas formas de recursos e transmissão por causa morte.

Por intermédio desta análise, pode-se declarar que essas novas formas de patrimônio devem ser alvo de estudo, pois, são intrínsecas a sociedade contemporânea. Desde logo, se vislumbra a importância desse tema, tendo em vista que pouco se legislou e se criou doutrinas sobre o assunto e por outro lado a vida ultramoderna está completamente relacionada com os meios digitais, tanto para lazer, trabalho ou estudo.

Sendo necessário frisar que quando se refere a meios virtuais é intrínseco que cada usuário é dotado de privacidade, por isso que existem as senhas e demais formas de confirmação de identidade, tendo a função de assegurar que realmente é o dono da conta que está adentrando naquele espaço eletrônico. Mostrando assim que esse meio também tem preocupação por zelar da vida privada do indivíduo. Em função do exposto, é importante pensar no destino desses arquivos, documentos, downloads e contas após a morte do indivíduo, ou seja, se eles devem fazer parte da herança ou se configuraria uma afronta a privacidade do falecido.

Neste diapasão, torna-se imprescindível a análise e estudo desse contexto, tendo este trabalho o objetivo de estudar a herança digital e a privacidade como fatores inerentes a atual vida humana e estabelecer formas de harmonizar o conflito existente entre esses dois direitos.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica, utilizando-se de diversos autores e posicionamentos. Empregou-se inicialmente textos generalizantes para o tema como o conceito de herança, direito digital, internet, sucessão nas civilizações antigas, além do auxílio de dados com fontes confiáveis. Adotou-se também o uso da internet para visualização de artigos com temas semelhantes e para o esclarecimento de dúvidas que surgiram. Importante fator foi o uso da doutrina, leis, a aplicação extensiva por meio da hermenêutica e princípios do Direito Constitucional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, convém estabelecer as espécies de sucessão, podendo ser legítima ou testamentária. Será legítima quando a lei dispuser expressamente os indicados por ordem de vocação hereditária, ou seja, descendentes, ascendentes ou cônjuge. Porém, a testamentária representa a vontade última, existindo a designação de uma pessoa para herdar, desde que existindo herdeiros legais não se disponha por mais da metade da herança. Mas quando inexistente o testamento, os bens serão transmitidos diretamente para os herdeiros necessários que a lei estabelece.

Realizada essa análise geral acerca dos direitos sucessórios, é cabível ressaltar a nova forma de patrimônio que surgiu principalmente advindo dos meios digitais, podendo ela ter subdivisões acerca do valor econômico: aqueles que possuem valor financeiro e os que possuem valor sentimental ao invés de aquisitivo.

Mesmo que o patrimônio digital armazenado pelo de cujus não seja de grande valor econômico, é certo que ao menos um exorbitante número de pessoas possui contas virtuais, ou seja, deixarão vínculos ao morrerem.

Nessa linha de pensamento, existem contas e a própria internet que são usadas por muitas pessoas, como é o caso Whatsapp que segundo publicação do presidente executivo Mark Zuckerberg, a ferramenta possui mais de um bilhão de usuários e conforme dados da União Internacional das Telecomunicações, matéria divulgada em 2015 a internet já contava com 3,2 bilhões de usuários.

Desta forma é preciso pensar sobre o que se deverá fazer com todas essas contas e arquivos que são armazenados na rede mundial de computadores em todo mundo. A solução consistiria em dividir esses bens com os herdeiros legais ou necessários ou estaria infringindo à privacidade daquele que já morreu.

Então, se deve pensar na reflexão: as famílias devem ter acesso ao conteúdo digital armazenado ou seria uma violação à privacidade do falecido. Danilo Denoda (online) diz sobre a privacidade:

Uma crescente preocupação em relação à tutela da privacidade é própria de nosso tempo. A idéia de privacidade em si não é recente – com os diversos sentidos que apresenta, pode ser identificada em outras épocas e em outras sociedades. Porém, com

suas características atuais, ela começou a se fazer notar pelo ordenamento jurídico somente no final do século XIX e assumiu suas feições atuais apenas nas últimas décadas.

Surgindo o seguinte questionamento: o que fazer quando não se tem a vontade expressa do falecido? Pois, poderá existir um conflito de direitos fundamentais que dizem respeito ao direito de sucessão e o direito à privacidade do indivíduo.

No entanto, pode-se observar que após a morte a herança se junta ao patrimônio do herdeiro. Assim, o direito deve caminhar junto com o desenvolvimento da sociedade para que as novas formas de interação estejam reguladas.

A tecnologia é uma inovação humana que deve ter amparo do direito, assim preceitua Marcel Leonardi (online) sobre direito e tecnologia:

O Direito e a tecnologia não existem em um vácuo, separados e independentes entre si. Ao longo da história, certos avanços tecnológicos – a invenção da roda, a água canalizada, a imprensa, o motor a vapor, a lâmpada, a linha de produção, o telégrafo, a eletricidade, a câmera fotográfica, o telefone, o automóvel, o avião, o rádio, a televisão, a pílula anticoncepcional, a energia nuclear, entre outros – forçaram o sistema jurídico a encontrar novas estruturas normativas para lidar com os riscos e com as oportunidades oferecidas por tais inovações.

Porém, apesar da tecnologia estar inerente a sociedade humana, ainda não existe uma legislação específica quando se refere ao tema da herança digital e privacidade, restando no momento à realização de uma interpretação extensiva.

Sobre a interpretação necessária ao tema de que se trata Maximiliano (2007, p. 125) disciplina:

A norma enfeixa um conjunto de providências protetoras, julgadas necessárias para satisfazer a certas exigências econômicas e sociais; será interpretada de modo que melhor corresponda àquela finalidade e assegure plenamente a tutela de interesse para a qual foi redigida.

Encontra-se também o entrave quando se observa que tudo que é digital tem uma celeridade muito grande, ou seja, por esse mesmo motivo a legislação que tratará sobre esse tema deverá ser genérica e flexível; genérica para conseguir englobar os fatos com toda a sua rapidez e flexível para os demais casos que surgirem.

Consequentemente, com as consideráveis mudanças advindas da transformação da sociedade, pode-se afirmar que os hábitos mudaram completamente e o que antes era físico, hoje está armazenado virtualmente, como livros, músicas, fotos e dentre outros, ou seja, o que antes era transmitido fisicamente no momento atual se encontra em meios digitais.

Diante do todo exposto, o valor sentimental ou econômico desses bens deixados virtualmente é vasto. Sendo sentimental, porque pode revelar lembranças, momentos e histórias deixadas por essas pessoas e econômicos, por dizerem respeito a valores que esses arquivos podem ter ou gerar, a título de exemplo, os livros, músicas, obras, sites, blogs, portais eletrônicos e etc.

Em função disto, uma importante abrangência feita pelo o Código Civil foi considerar em bens móveis as energias que tenham valor econômico, sendo que, sem via de dúvidas, os arquivos e contas digitais são energias armazenadas.

Art.82. São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômica social.

Art. 83. Consideram-se móveis para os efeitos legais:

I- as energias que tenham valor econômico.[...]

Contudo, a transmissibilidade da herança digital deverá levar também em consideração o fato do de cujus não querer que seus arquivos sejam adquiridos por seus herdeiros, tendo consonância com o artigo 5º, X da CF/88: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Então, a vontade última do de cujus deverá permanecer, pois, ainda que morto deverá ter resguardado seus atos pessoais. Já em relação à divisão propriamente dita, poderá ser adotado a partilha em bens virtuais que serão suscetíveis de valor econômico e os que possuem apenas valoração sentimental.

Assim, os bens valorativos economicamente seriam parte inerente da herança por aqueles que são herdeiros por lei ou testamentários, e os bens que dizem respeito a valores sentimentais e não trariam nenhuma rentabilidade, deveriam obedecer a manifestação de vontade do de cujus, seja por meio tácito ou expresso.

Viável também seria que as contas realizadas em meio virtual como Facebook, Instagram, Hotmail e dentre outros, tivessem formulários para serem preenchidos antes da efetivação da conta, devendo ser respondido obrigatoriamente, se existe o desejo que sua conta em caso de morte fosse acessada por outras pessoas e assim designar por meio do nome e dados pessoais quem seriam essas pessoas, podendo haver possibilidade de alterar as respostas a qualquer momento.

Desse modo, como se trata de um princípio fundamental que é a privacidade, deve-se levar em consideração a vontade do de cujus, caso ela exista, tendo em vista que era algo inerente a personalidade dele.

No entanto, quando se trata de bens virtuais que trazem rentabilidade como livros escritos, letras de músicas, sites, blogs, aplicativos que pertencem ao falecido e entre outros tantos, deve-se observar as regras da herança convencional para que todos os herdeiros legais e testamentários possam ter acesso a esse bem virtual rentável.

Contudo, se em ultima hipótese não houver nenhuma expressão ou indício de vontade do de cujus sobre o que fazer a respeito desses bens virtuais, a família deverá ter o direito de adentrar na justiça para poder ter acesso.

No caso específico de redes sociais, se indeferido o pedido de acessar a conta, a família deverá ao menos ter o direito de excluí-la para que não aumente ainda mais o sofrimento das pessoas próximas e para não transformar esse meio em cemitérios virtuais, cujas lamentações e sofrimentos estarão sempre demarcados em uma página.

CONCLUSÕES

O presente trabalho analisou como a forma de legado virtual deixado pelo falecido pode ser protegido como a herança convencional, visto que a questão da herança digital parece ser relevante visto que surgiu por intermédio da transformação social. Percebeu-se a importância de discorrer sobre o tema, tendo em vista que está inerente a forma de vida atual e ainda não se tem posicionamentos específicos da legislação e jurisprudência, restando uma interpretação abrangente e doutrinária.

Contudo, o problema não consiste apenas na mera inserção da nova forma de herança no ordenamento, mas a importância dos dados deixados pelo falecido possam ser resguardados de acordo com o princípio constitucional da privacidade. Assim verifica-se um conflito de princípios, pois os herdeiros possuem o direito de herdar os bens materiais e imateriais, no entanto, o falecido também tem o direito de ter resguardado o direito de ter sigilo de informações que armazenou durante sua vida e por motivos pessoais desejaria preservar.

Assim, pode-se perceber, também, o posicionamento de alguns estudiosos ao subdividir a herança digital em sua forma que possui valor econômico e a que detém apenas valoração sentimental.

Sendo que a herança que possui valor econômico deverá ser inerente e partilhada entre os herdeiros, da forma que vier a ser mais conveniente, nos limites da lei e de modo que não veria a contrariar a vontade daquele que morreu. Já, a herança digital que não tem valorações financeiras e por na maioria das vezes ser muito pessoal e íntima daquele que está ausente, deverá contar com a primazia de sua vontade, seja ela por meio expresso ou tácito.

Percebe-se então que, uma possível solução seria que se criasse um mecanismo eficiente de testamentos que discipline sobre o assunto. Podendo ser referente as questões virtuais ou que até mesmo as contas de rede sociais, onde poderiam utilizar de questionamentos acerca do desejo de acesso por outras pessoas em caso de falecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barreto, Alesandro; Neto, José. Herança Digital. Disponível em: <<http://direitoeti.com.br/artigos/heranca-digital/>>. Acesso em: 19 de outubro de 2017.

BRASIL. Código Civil. Vade Mecum Saraiva. Ed. Saraiva, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 out. 2017.

DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção de dados pessoais. Disponível em: <<http://renatoleitemonteiro.com.br/wp-content/uploads/2016/09/Danilo-Doneda-Da-privacidade-a-protecao-de-dados.pdf>>. Acesso em: 18 de outubro de 2017.

G1, Mundo tem 3,2 bilhões de pessoas conectadas à internet, diz UIT. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/05/mundo-tem-32-bilhoes-de-pessoas-conectadas-internet-diz-uit.html>>. Acesso em: 20 de outubro de 2017.

G1, WhatsApp alcança 1 bilhão de usuários. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/02/whatsapp-alcanca-1-bilhao-de-usuarios.html>>. Acesso em: 20 de outubro de 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito das sucessões. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

LEONARDI, MARCEL. Tutela e privacidade na internet. São Paulo: Saraiva, 2011. Disponível em: <http://leonardi.adv.br/wp-content/uploads/2012/01/mltpi.pdf>>. Acesso em: 17 de outubro de 2017.

MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e Aplicação do Direito. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO SETOR INDUSTRIAL DE CONFECÇÕES DE JARAGUÁ - GOIÁS

Robson de Oliveira Félix

Igor Cezar Silva Braga

INTRODUÇÃO

Na Antiguidade o homem retirava da natureza seu próprio sustento e os bens materiais de que necessitava para sobreviver, produzindo assim impacto ambiental irrelevante como uma necessidade inerente. Com o tempo, a necessidade do homem floresceu e junto a esse desejo surgiu novos meios de produção ao qual exigia a uma produção em larga escala, que por sua vez necessitaria de uma grande quantidade de bens naturais. No entanto o impacto ambiental pode ser classificado em varias formas sendo as duas principais o impacto positivo e o impacto negativo como resultado da intervenção do homem na natureza.

No presente trabalho avaliaremos de forma única, os impactos negativos observados em pontos específicos na cidade de Jaraguá – Goiás, demonstrando os problemas gerados e as alterações do ambiente, destacando-se a contaminação do córrego afluente do Rio das Almas em Jaraguá pelo despejo de resíduos químicos originados nas lavanderias das indústrias têxtil próximas ao córrego.

O parque industrial de Jaraguá tem como destaque principal, a indústria da confecção, setor ligado diretamente a produção de roupas jeans. No âmbito do Estado, a indústria da confecção desenvolve-se segundo Barcelos (2005), em caráter estadual, com grande força nas cidades de Goiânia, Trindade e Jaraguá.

Ainda segundo Barcelos (2005), com o aumento gradativo das indústrias de confecção nas regiões citadas, surge a necessidade de implantação de atividades ligadas diretamente ao setor, destacando-se neste contexto, o segmento das lavanderias, que prestam serviços às confecções, realizando operações de lavagem, acabamento e tingimento das peças têxtil como o caso do jeans na cidade de Jaraguá - Goiás.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização desse trabalho foram utilizadas inicialmente pesquisas bibliográficas, ou seja, o trabalho foi feito com embasamento em materiais relacionados ao assunto (livros, artigos e revistas). Após a realização da pesquisa bibliográfica, foi realizada visitas de campo para identificar o cenário a ser estudado, localizado no setor central da cidade de Jaraguá-Goiás, onde há um aglomerado de lavanderias do setor industrial têxtil, com presença da nascente de um dos córregos afluentes do Rios das Almas.

A coleta de informações sobre o tema foi dividida entre as pesquisas bibliográficas a fim de obter informações sobre as formas de contaminação existentes nesses casos em específico, bem como através da pesquisa de campo com registros fotográficos que comprovavam a existência da contaminação causadas pelas lavanderias no curso d'água observado, sendo tais registros observados ao longo dos anos, como imagens registradas desde 2012 a 2017.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alguns estudos foram realizados sobre os impactos causados pelas lavanderias instaladas no setor central do município de Jaraguá-Goiás, pelo lançamento indevido dos esgotos do sistema de tratamento das mesmas na bacia do Córrego afluente do Rio das Almas.

Conforme Barcelos (2005), os compostos orgânicos e inorgânicos que compõem os despejos líquidos produzidos pelas lavanderias em questão são os materiais característicos encontrados na produção e liberação de esgotos, afetando drasticamente as condições da água do córrego mencionado.

A maioria das lavanderias observadas não tratam seus esgotos, ou seja, seus resíduos líquidos, de forma adequada, e isso se deve principalmente pelo fato do espaço físico ser insuficiente. Grande parte dessas lavanderias estão em setores de aglomeração urbana, sem espaço para ampliações e instalações de tanques dimensionados corretamente para o tratamento dos dejetos que são descartados nos cursos d'água mais próximos, e que devido a falta de tratamento adequado, acaba gerando impactos relativos de ordem sanitárias no ambiente.

O objetivo deste estudo é demonstrar como a água do córrego afluente do Rio das Almas é comprometido pela constante contaminação causada pelo despejos líquidos gerados pelas lavanderias do setor central da cidade de Jaraguá, fator esse recorrente por anos na cidade.

O grande problema das lavanderias é a utilização de diversas substâncias tóxicas. Alguns exemplos dessas substâncias são o sabão, fostato trissódico, detergente, carbonato de sódio, além de silicatos alcalinos; sendo alguns desses processos geradores de decomposição por bactérias, além da dispersão de pequenos pedaços jeans e outras fibras de tecidos.

Além dos diversos problemas apresentados até então, o consumo exagerado de água para a extração das sujeitos dos tecidos é um fator primordial ao impacto e consumo do nosso recurso natural mais precioso, gerando ainda uma quantidade enorme de afluentes com elevado pH, bem como produtos químicos prejudiciais a saúde humana.

Através de registros fotográficos realizados no local nos últimos anos, podemos perceber a grande contaminação do córrego afluente do Rio das Almas no município de Jaraguá-Goiás, decorrente da emissão de poluentes químicos das lavanderias localizadas

próximo ao mesmo através de tubulações de PVC que deságuam diretamente na nascente do córrego.

Essa é uma situação rotineira nesse local, onde a anos existente essa constante contaminação, deixando as águas deste córrego completamente inapropriada para consumo, podendo até mesmo servir como contaminação para o homem e o meio ambiente.

De acordo com Barcelos (2005), a falta de tratamento correto nos lançamentos de efluentes podem provocar sérios danos nos cursos hídricos diretamente contaminados, levando a morte de várias espécies de plantas e animais que de alguma forma são expostos diretamente à água contaminada, dificultando também a possibilidade de tratamento para o abastecimento doméstico da população, processamento alimentícios, irrigação de hortaliças, além da poluição do ar por substâncias tóxicas, com destaque também para o odor que incomoda a população da região.

CONCLUSÕES

Os impactos ambientais devem ser entendidos com um desequilíbrio provocado por choques resultantes da ação do homem sobre o meio ambiente ou até mesmo ações denominados de acidentes naturais como poluição atmosférica, bem como explosão de um vulcão.

Quando dizemos que o homem provoca desequilíbrios, estamos citando claramente o sistema produtivo que a humanidade vem construindo ao longo da história, que pode ser caracterizado particularmente pelo capitalismo e da sua crescente necessidade da extração de bens naturais para atender as necessidades de subsistência e conforto do homem.

O setor industrial tem uma grande parcela de culpa quando se analisa os impactos ambientais negativos causados no mundo no decorrer dos anos, e este texto vem demonstrar um pequeno exemplo desse fato, que muitas vezes é passado despercebido por grande parte da população que por falta de conhecimento, tempo ou consciência, não proporciona ações que possam combater essas irregularidades que afetam o meio onde vivemos, diminuindo a qualidade de vida e os recursos naturais tão importantes para nossa existência.

A melhoria da qualidade de vida vem de pequenos gestos e ações que nós temos que tomar, e através desse fato de impacto ambiental negativo relatado podemos nos conscientizar que claramente existe um problema e que devemos trabalhar dia após dia a fim de resolvê-lo, através de uma árdua jornada que deve ser iniciada. Algumas empresas já vem trabalhando com conceitos mais modernos e conscientes, principalmente no que diz respeito a preservação da natureza e dos recursos naturais, o que acarreta além de um benefício mútuo com a população, uma vantagem financeira em muitos dos casos. Por esse motivo, acredita-se que falta divulgação para incentivar empresas de menor expressão e menos atentas a perceberem o quanto também pode ser lucrativo, tanto para

elas como para o bem comum, preservar o meio ambiente ou pelo minimizar a sua degradação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELOS, Ricardo de Toledo. FERREIRA, Osmar Mendes. Os impactos do lançamento dos efluentes das lavanderias no córrego Barro Preto do município de Trindade-Go. Goiás. PUC-GO. 2005.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/conama/>. Acessado em 01 de novembro de 2017.

MORAIS, Eliene. Impactos Ambientais. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com.br/biologia/impactos-ambientais.htm>. Acessado em 1 de novembro de 2017.

Influência de organismos diazotróficos sob fungos micorrízicos arbusculares em rizosfera de *cajanus cajan*

Dailton da Costa Leite

Jadson Belem de Moura

Wagner Gonçalves Vieira Junior

Elivan Cesar Vieira Rocha

Julio Cesar Silva

Diogo Jânio de Carvalho Matos

Leidiane dos Santos Lucas

INTRODUÇÃO

A adubação verde é um dos principais métodos hoje encontrados para promover ao solo matéria orgânica aumentando a CTC. As leguminosas são as mais indicadas para este tipo de prática por possibilitar a fixação de grandes quantidades de Nitrogênio (N) no solo, essa prática se dá pela simbiose que a planta tem com bactérias especializadas em transformar N atmosférico em compostos como o NH₃ (amônia) que são facilmente assimilados pela planta, diferente do N atmosférico que não é processado pela planta (Faria, 2003).

De vários tipos de leguminosas hoje o feijão Guandu é muito utilizado para recuperação de áreas degradadas, promover matéria orgânica ao solo, melhorando as condições físicas e biológicas, além de possuir eficácia no controle de erosões, enxurradas e etc. Produz quantidade elevada de matéria seca com rica presença de elementos minerais que são fundamentais para a planta. São plantas que resistem a intempéries do ambiente, como falta de água, frio e dentre outros fatores que podem ser vistos com limitantes para outras culturas (Azevedo, 2007).

Organismos diazotróficos, são microrganismos, que como dito, conseguem assimilar o nitrogênio da atmosfera e o transformar em NH₃ (amônia). Uma das principais características das leguminosas é apresentar a interação entre esse microrganismo, essa interação garante a planta quantidade necessária de N em troca de fotoassimilados para as bactérias. As bactérias fixadoras de nitrogênio (FBN) possuem maior interação com plantas leguminosas, mais hoje através de pesquisas foram encontradas algumas que se assemelham a outros tipos de cultura, tais como: milho, capins, cana e etc (Embrapa, 2014).

Assim como o FBN, existem outros organismos que promovem a planta trocas de fotoassimilado do lado da planta por nutrientes do solo. Os fungos micorrízicos arbusculares (FMA's) são microrganismos que se alojam na raiz da planta e formam extensões da raiz através de suas hifas, onde acontece o aumento da superfície de contato

da planta sendo possível uma maior absorção de água e nutrientes pela planta é também o aproveitamento de nutrientes que foram lixiviados e se encontram em perfis mais baixos do solo (Querejeta et al., 2009; Moura, 2015).

Sendo assim, objetivou-se nesse trabalho a avaliação de intensidade de fungos micorrízicos arbusculares com e sem a presença de bactérias fixadoras de nitrogênio na cultura de Feijão Guandu, com intuito de se saber se bactérias favorecem ou desfavorecem a presença de FMA's.

MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi realizado na área experimental da Faculdade Evangélica de Goianésia, no município de Goianésia – GO. O delineamento experimental foi inteiramente casualizado com quatro repetições disposto em dois tratamentos sendo um a aplicação de bactérias diazotróficas (*Rhizobium tropici* e *Azospirillum brasiliense*) e um tratamento sem aplicação, ambos em semeadura de Feijão guandu, onde cada repetição possuía uma área de 1,5m². A semeadura foi realizada em solo já colonizado com fungos micorrízicos arbusculares (FMA's).

Para determinação da densidade de esporos no solo, foi realizada a coleta de amostras contendo 50g do solo rizosférico. Os esporos foram extraídos através da técnica de peneiramento úmido (Gerdemann & Nicolson, 1963), seguida pela centrifugação em água e solução de sacarose a 50%. Os esporos foram separados de acordo com suas características fenotípicas como cor, tamanho e forma, compondo os diferentes morfotipos, sob lupa binocular estereoscópica.

Na determinação da porcentagem de colonização, as raízes foram clarificadas e coradas com 0,05% de Azul-de-Trypan em lactoglicerol (Phillips & Hayman, 1970), onde a avaliação de colonização foi realizada em microscópio estereoscópio, seguindo a técnica de interseção dos quadrantes (Giovannetti & Mosse, 1980).

Para a identificação dos gêneros de FMA a partir das características morfológicas, os esporos foram separados de acordo com seus morfotipos e montados em lâminas com polivinil-lacto-glicerol (PVLG) puro e PVLG misturados com Melzer (1:1 v/v). Para subsidiar o trabalho de identificação, foi utilizado artigos originais da descrição das espécies e descrições das espécies fornecidas no site da “International Culture Collection of Arbuscular and Vesicular-Arbuscular Mycorrhizal Fungi” (Invam, 2014). Os dados receberam tratamento estatístico por meio do programa Assisat.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os valores de densidade de esporos nos tratamentos com e sem inoculação com bactérias fixadoras de nitrogênio diferiram estatisticamente, onde o tratamento sem inoculação apresentou maior quantidade de esporos na rizosfera da planta (Figura 01).

Carvalho et. Al. (2008) verificou na cultura do feijão guandu que a densidade de esporos encontrados no solo sem a inoculação de FBN foram maiores em comparação ao tratamento com a inoculação. Kabir (2005) ressalta que esporos são dependente de fatores para sobreviver no solo, mesmo apresentando grande rusticidade a intemperes a cultura apresenta algumas necessidades como a cobertura vegetal e dentre outros fatores.

Os valores na taxa de colonização (%) com tratamentos com e sem inoculação, não apresentaram diferença estatística em ambos tratamentos (Figura 02).

Carvalho et. Al. (2008) constata que houve diferença nos tratamentos com e sem inoculação na cultura de feijão guandu, sendo que, o tratamento sem a inoculação apresentou maiores medias na taxa de colonização. Smith e Read (1997) infere que os dados podem variar quanto a alguns fatores, como disponibilidade de nutrientes para planta, quantidade de agua no solo, e também algumas espécies de fungos micorrízicos apresentam mais afinidade a alguns tipos de plantas do que a outras, também sendo necessário a planta estar passando por períodos de estresse para a associação em maiores quantidades. Ainda segundo Daft e Nilcolson (1966) a taxa de colonização sera influenciada por exsudados que são liberados pela planta, os quais são liberados em momentos de estresse, tais substancia propiciam a simbiose entre fungo e planta.

A presença de fungos micorrízicos podem elevar a produção das cultivares, além de aumentar o vigor da planta, isso se dá pela maior superfície de contatos que a planta terá após a simbiose. Sendo que as bactérias fixadoras de nitrogênio também possuem seu papel de suma importância na manutenção de nutrientes na planta. Com a associação desses dois microrganismos pode levar a um melhor aproveitamento de nutrientes naturais, diminuindo a utilização de insumos químicos que danificam o meio ambiente, mais para a tecnificar esse processo ainda carece de muita pesquisa (Berbara, 2006).

CONCLUSÕES

Conclui-se que os tratamentos com bactérias fixadoras de nitrogênio podem inibir a presença de fungos micorrízicos na rizosfera da cultura de feijão guandu. Porem na associação de fungos nas raízes das plantas não houver influencias dos organismos diazotróficos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, R. L.; RIBEIRO, G. T.; AZEVEDO, C. L. L. Feijão guandu: Uma Planta Mutiuso. Revista da Fapese, v.3, n.2, p. 81-86, jul./dez. 2007.

BAREA JM, POZO MJ, AZCÓN-AGUILAR. Microbial cooperation in therhizosphere. J Exp Bot. 2005;56(417):1761-1776.

BERBARA, R. L. L.; SOUZA, F. A. de; FONSECA, H. M. A. C. Fungos Micorrízicos arbusculares: muito além da nutrição. In: FERNANDES, M. S. (Ed.).

Nutrição mineral de plantas. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, p. 53-88. 2006.

CARVALHO, D. T. Q; GOMES, D. F.; MORAIS, T. A. F.; MELO, N. F.; MELO, A. M. Y. Resposta de plantas forrageiras a inoculação de fungos micorrizicos arbusculares (FMA) e bactérias fixadoras de nitrogênio (FBN): simbiose e eficiência no crescimento vegetal sob condições semi-áridas. III Jornada de iniciação científica da UNIVASF – Juazeiro – BA - 2008

DAFT, M.J., NICOLSON, T.H. Effect of Endogone mycorrhiza on plant growth. *The New Phytologist*, Cambridge, v.65, n.3, p.343-350, 1966.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Fixação biológica de Nitrogênio. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-fixacao-biologica-de-nitrogenio/nota-tecnica> ; acessado 31/10/2017.

Faria, Clementino Marcos Batista de. Comportamento de leguminosas para adubação verde no Submédio São Francisco / Clementino Marcos Batista de Faria. --- Petrolina , PE : Embrapa Semi-Árido , 2003 . 22 p. : il ; 21,5 cm. --- (Embrapa Semi-Árido. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento ; 63)

GERDEMANN, J.; NICOLSON, T. H. Spores of mycorrhizal Endogone species extracted from soil by wet sieving and decanting. *Transactions of the British Mycological society*, v. 46, n. 2, p. 235-244, 1963.

GIOVANNETTI, M.; MOSSE, B. An evaluation of techniques for measuring vesicular arbuscular mycorrhizal infection in roots. *New phytologist*, v. 84, n. 3, p. 489-500, 1980.

HOUNGNANDAN, P.; SANGINGA, N.; WOOMER, P.; VANLAUWE, B. & van CLEEMPUT, O. Response of *Mucuna pruriens* symbiotic nitrogen fixation by rhizobia following inoculation in farmers fields in the derived savanna of Benin. *Biol. Fert. Soil.*,30:558-565, 2000.

INVAM. International Culture Collection of Arbuscular Mycorrhizal Fungi. 2014. Disponível em: <<http://invam.caf.wvu.edu/fungi/taxonomy/classification.htm>>.

KABIR, Z. Tillage or no-tillage: impact on mycorrhizae. *Canadian Journal of Plant Science*, Ottawa, v. 85, n. 1, p. 23-29, 2005.

MOURA, J. B. Diversidade e colonização micorrízica em diferentes usos do solo no cerrado. – Brasília, 2015. 124 p. : il. Tese de Doutorado (D) – Universidade de Brasília/Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2015.

OKITO, A.; ALVES, B.J.R.; URQUIAGA, S. & BODDEY, R.M. Nitrogen fixation by groundnut and velvet bean residual benefit to a subsequent maize crop. *Pesq. Agropec. Bras.*, 39:1183-1190, 2004.

PHILLIPS, J.; HAYMAN, D. Improved procedures for clearing roots and staining parasitic and vesicular-arbuscular mycorrhizal fungi for rapid assessment of infection. *Transactions of the British Mycological society*, v. 55, n. 1, p. 158-IN18, 1970.



QUEREJETA, J.; EGERTON-WARBURTON, L. M.; ALLEN, M. F. Topographic position modulates the mycorrhizal response of oak trees to interannual rainfall variability. *Ecology*, v. 90, n. 3, p. 649-662, 2009.

SMITH, S.E. and READ, D.J. Mycorrhizal symbiosis. 2ed Academic Press, London, 605 p., 1997.

INFLUÊNCIA DE ORGANISMOS DIAZOTRÓFICOS SOB FUNGOS MICORRIZICOS ARBUSCULARES EM RIZOSFERA DE *Canavalia* *ensiformis*

Ana Paula Maciel Braga

Jadson Belem de Moura

Dailton da Costa Leite

Diogo Janio de Carvalho Matos

Elivan Cesar Vieira Rocha

Carlos Henrique Souza Silva

INTRODUÇÃO

As plantas e as bactérias podem fazer associações que beneficiam ambas as partes, essa associação tem como objetivo transformar o nitrogênio da atmosfera em forma que as plantas possam sintetizar, e as bactérias responsáveis por essa captação são chamadas de diazotróficas (REIS; TEIXEIRA, 2005).

A adubação verde veio para substituir fertilizantes nitrogenados, assim promovendo melhoras das propriedades físicas, químicas e biológicas do solo e visando também os aspectos de sustentabilidade e redução dos danos ao ambiente (Hungria et al., 2007).

As bactérias diazotróficas são específicas para cada vegetal, como a simbiose entre leguminosas e rizóbios. Varias leguminosas além de produzir matéria seca em quantidade elevada, fixam nitrogênio atmosférico. Dentre essas leguminosas têm-se destacado o feijão de porco (*Canavalia ensiformis*). O feijão de porco vem sendo adotado em diversos sistemas de produção. É uma leguminosa de verão de crescimento inicial e fechamento rápido, cultivada entre linhas de culturas anual ou perene e, em rotação antes ou após a cultura anual. É excelente no controle de ervas daninhas, principalmente de *Cyperus rotundus*, é cultivada em maior parte entre linhas de citros e café. (EMBRAPA, 2000).

A partir das características apresentadas objetivou-se avaliar a influência desses organismos diazotróficos sob fungos arbusculares em rizosfera de *Canavalia ensiformis*.

MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi realizado na parte experimental da Faculdade Evangélica de Goianésia, o delineamento utilizado foi o inteiramente causalizado com quatro repetições, dispostos em dois tratamentos sendo um com aplicação de bactérias diazotróficas (*Rhizobium tropici* e *Azospirillum brasilense*) e o outro tratamento sem aplicação na semeadura de *Canavalia ensiformis*.

Para as análises laboratoriais foram retiradas 50 cm³ de solo rizosférico com raiz durante o período de floração, as amostras foram colocadas em sacos plásticos e levadas ao laboratório de Microbiologia Agrícola da Faculdade Evangélica de Goianésia.

Para determinação da porcentagem de colonização, as amostras foram classificadas e coradas com 0,05% de Azul-de-Trypan e lactoglicerol (Phillips & Hayman, 1970) e a avaliação da colonização foi feita em microscópio estereoscópico, seguindo a técnica de interseção dos quadrantes (Giovannetti & Mosse, 1980). Os esporos de FMAs foram extraídos pelo método do peneiramento úmido (Gerdemann & Nicolson, 1963) seguida por centrifugação em sacarose 50%. A identificação dos gêneros de fungos micorrízicos arbusculares foram realizadas a partir das características morfológicas de esporos em laminas com polivinil-lacto-glicerol puro e misturados com Melzer e classificados segundo as definições do International Culture Collection of Arbuscular and Vesicular-Arbuscular Mycorrhizal Fungi.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inoculação de organismos diazotróficos não provocou diferenças estatísticas entre os tratamentos nos índices de densidade de esporo e taxa de colonização micorrízica. Os gêneros *Diversispora* sp. e *Scrobiculata* sp. foram identificados exclusivamente no tratamento sem inoculação com bactérias diazotróficas. O gênero *Scutellospora* sp. foi o único exclusivamente identificado em amostras com aplicação de bactérias fixadoras de nitrogênio. Os gêneros *Claroideglomus* sp., *Glomus* sp. e *Gigaspora* sp. estão presentes em ambas amostras.

Em outras culturas como na soja o sucesso da cultura se deve ao processo de FBN que mostrou uma grande eficácia, diminuindo custos e deixando viável economicamente a produção (Hungria, 1998).

CONCLUSÕES

Não houve diferença estatística entre os tratamentos no número de esporos e na taxa de colonização micorrízica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HUNGRIA, M.; CAMPO, R.J.; MENDES, I.C. A importância do processo de fixação biológica do nitrogênio para a cultura da soja: componente essencial para a competitividade do produto brasileiro. Londrina: Embrapa Soja, 2007. 80p. (Embrapa Soja. Documentos, 283). (ISSN 1516-781X; N 283

GERDEMANN, J.; NICOLSON, T. H. Spores of mycorrhizal *Endogone* species extracted from soil by wet sieving and decanting. Transactions of the British Mycological society, v. 46, n. 2, p. 235-244, 1963.

GIOVANNETTI, M.; MOSSE, B. An evaluation of techniques for measuring vesicular arbuscular mycorrhizal infection in roots. *New phytologist*, v. 84, n. 3, p. 489-500, 1980.

PHILLIPS, J.; HAYMAN, D. Improved procedures for clearing roots and staining parasitic and vesicular-arbuscular mycorrhizal fungi for rapid assessment of infection. *Transactions of the British Mycological society*, v. 55, n. 1, p. 158-IN18, 1970.

REIS, V. M. & TEIXEIRA, K. R. dos S. Fixação biológica do nitrogênio – Estado da arte. In: AQUINO, A. M. de & ASSIS, R. L. de (Ed.) *Processos biológicos no sistema solo-planta: ferramentas para uma agricultura sustentável*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 368 p.

HUNGRIA, M.%CAMPO, R.J.%VARGAS, M.A.T.%ANDRADE, D. de S. REUNIAO BRASILEIRA DE FERTILIDADE DO SOLO E NUTRICAÇÃO DE PLANTAS, 23.; REUNIAO BRASILEIRA SOBRE MICORRIZAS, 7.; SIMPOSIO BRASILEIRO DE MICROBIOLOGIA DO SOLO, 5.; REUNIAO BRASILEIRA DE BIOLOGIA DO SOLO, 2., 1998, Caxambu. *FertBio 98: interrelação fertilidade, biologia do* p.29..

Influência de organismos diazotróficos sob fungos micorrízicos arbusculares em rizosfera de guandu anão

Elivan Cesar Vieira Rocha

Jadson Belem de Moura

Wagner Gonçalves Vieira Junior

Dailton da Costa Leite

Julio Cesar Silva

Diogo Jânio de Carvalho Matos

Leidiane dos Santos Lucas

INTRODUÇÃO

A leguminosa tem encontrado espaço nas lavouras, isso se dá pela capacidade de cobertura vegetal promovendo a solo nutrientes através de sua decomposição, mais conhecido como Adubação Verde, essa pratica visa recuperar a fertilidade do solo, enriquecendo-o com matéria orgânica, também é eficaz no controle de erosões e promove maior porosidade ao solo. Tais plantas possuem a capacidade de fixação de nitrogênio atmosférico no solo, para que isso acontece, leguminosas aderem a uma simbiose com bactérias que conseguem absorver o nitrogênio atmosférico e o transferir a planta (Paulo et al., 2006).

Dentre algumas leguminosas que são cultivadas hoje, o feijão guandu anão tem se destacado pela capacidade de gerar grandes quantidade de matéria seca, promovendo maior cobertura vegetal, além de ser fundamental no controle de erosões, enxurradas e etc. A cultura também é muito tolerante a estresses hídricos e a solos com baixa fertilidade, sendo recomendados para recuperação de terras. Como suas raízes são abundantes, conseguem desagregar o solo devolvendo características físicas importantes.

Bactérias fixadoras de nitrogênio (FBN) contém a capacidade de captar o Nitrogênio atmosférico e o transformar em NH_3 (amônia) já que as plantas não conseguem assimilar o N que é encontrado na atmosfera. Essa simbiose garante as bactérias fotoassimilados para sua sobrevivência e geram as plantas quantidade necessária de N para seu crescimento e desenvolvimento.

Além das bactérias os fungos micorrízicos arbusculares (FMA's) são microrganismos que atuam como uma extensão do sistema radicular da planta, auxiliando na absorção de água e nutrientes minerais para planta, já que com a associação a área de contato da planta aumenta significativamente, podendo alcançar áreas mais profundas e absorver nutrientes lixiviados. Os FMA's possuem papel fundamental para controle de doenças patológicas de solo, já que competem por sítios na planta, impedindo assim infecções por patógenos.

Objetivou-se com esse trabalho a avaliação de intensidade de fungos micorrízicos arbusculares com a presença de bactérias fixadoras de nitrogênio e ao final das análises observar se a inoculação com bactérias influencia ou inibi a presença de FMA's.

MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi realizado na área experimental da Faculdade Evangélica de Goianésia, no município de Goianésia – GO. O delineamento experimental foi inteiramente casualizado com quatro repetições disposto em dois tratamentos sendo um a aplicação de bactérias diazotróficas (*Rhizobium tropici* e *Azospirillum brasilense*) e um tratamento sem aplicação, ambos em semeadura de Feijão guandu, onde cada repetição possuía uma área de 1,5m². A semeadura foi realizada em solo já colonizado com fungos micorrízicos arbusculares (FMA's).

Para determinação da densidade de esporos no solo, foi realizada a coleta de amostras contendo 50g do solo rizosférico. Os esporos foram extraídos através da técnica de peneiramento úmido (Gerdemann & Nicolson, 1963), seguida pela centrifugação em água e solução de sacarose a 50%. Os esporos foram separados de acordo com suas características fenotípicas como cor, tamanho e forma, compondo os diferentes morfotipos, sob lupa binocular estereoscópica.

Na determinação da porcentagem de colonização, as raízes foram clarificadas e coradas com 0,05% de Azul-de-Trypan em lactoglicerol (Phillips & Hayman, 1970), onde as avaliação de colonização foi realizada em microscópio estereoscópio, seguindo a técnica de interseção dos quadrantes (Giovannetti & Mosse, 1980).

Para a identificação dos gêneros de FMA a partir das características morfológicas, os esporos foram separados de acordo com seus morfotipos e montados em lâminas com polivinil-lacto-glicerol (PVLG) puro e PVLG misturados com Melzer (1:1 v/v). Para subsidiar o trabalho de identificação, foi utilizado artigos originais da descrição das espécies e descrições das espécies fornecidas no site da “International Culture Collection of Arbuscular and Vesicular-Arbuscular Mycorrhizal Fungi” (Invam, 2014). Os dados receberam tratamento estatístico por meio do programa Assisat.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os valores de densidade de esporos por cada 50g de solo distinguiram-se estatisticamente. O tratamento sem inoculação apresentou maiores taxas de esporos no solo rizosférico da planta (Figura 01).

Carvalho et. Al. (2008) verificou na cultura do Feijão Guandu que a densidade de esporos em solo rizosférico foram distintas em tratamentos com e sem inoculação, sendo maior no tratamento sem a inoculação com bactérias. Kabir (2005) justifica que a densidade de esporos pode estar ligada também ao ambiente onde se encontra os fungos,

mesmo sendo microrganismos rústicos, tais necessitam de fatores controlados para sua sobrevivência.

A taxa de colonização de fungos nas raízes da planta de feijão guandu anão não tiveram diferença estatística, sendo que a presença das bactérias não influenciou na colonização dos fungos. Segundo Daft e Nilcolson (1966) quando a planta se encontra em estresse nutricional ou hídrico ela sintetiza exsudados que contribuiriam para chamar os fungos para associação, então para que haja a simbiose e necessário o estresse por falta da planta, mais pode ocorrer a associação sem o estresse, porém com o mesmo a maiores chances de que aconteça.

A presença de fungos micorrízicos a bactérias fixadoras de nitrogênio trazem grandes benefícios a planta, como maior produtividade, vigor, nutrição mais adequada e dentre outros fatores. Como os dois microrganismos depende do estresse da planta e quando a presença de um organismo dificilmente a planta estará em estresse, a associação simultânea dos dois e mais difícil, mais isso dependerá da cultura e das espécies dos fungos e bactérias a serem utilizadas (Berbara, 2006).

Ainda é necessário a presença da pesquisa que realiza um papel fundamental na assimilação entre FMA's e FBN, com estudos futuros essa interação pode se tornar mais comum, reduzindo e valores no custo para produção.

CONCLUSÕES

Conclui-se com esse trabalho que a presença de bactérias fixadoras de nitrogênio pode inibir a presença de fungos micorrizos em solo rizosférico. Já quanto a colonização dos fungos nas raízes das plantas, as bactérias não mostraram interferência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, R. L.; RIBEIRO, G. T.; AZEVEDO, C. L. L. Feijão guandu: Uma Planta Mutuoso. Revista da Fapese, v.3, n.2, p. 81-86, jul./dez. 2007.

BAREA JM, POZO MJ, AZCÓN-AGUILAR. Microbial cooperation in the rhizosphere. J Exp Bot. 2005;56(417):1761-1776.

BERBARA, R. L. L.; SOUZA, F. A. de; FONSECA, H. M. A. C. Fungos Micorrízicos arbusculares: muito além da nutrição. In: FERNANDES, M. S. (Ed.). Nutrição mineral de plantas. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, p. 53-88. 2006.

CARVALHO, D. T. Q; GOMES, D. F.; MORAIS, T. A. F.; MELO, N. F.; MELO, A. M. Y. Resposta de plantas forrageiras a inoculação de fungos micorrizos arbusculares (FMA) e bactérias fixadoras de nitrogênio (FBN): simbiose e eficiência no crescimento vegetal sob condições semi-áridas. III Jornada de iniciação científica da UNIVASF – Juazeiro – BA - 2008

DAFT, M.J., NICOLSON, T.H. Effect of Endogone mycorrhiza on plant growth. *The New Phytologist*, Cambridge, v.65, n.3, p.343-350, 1966.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Fixação biológica de Nitrogênio. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-fixacao-biologica-de-nitrogenio/nota-tecnica> ; acessado 31/10/2017.

Faria, Clementino Marcos Batista de. Comportamento de leguminosas para adubação verde no Submédio São Francisco / Clementino Marcos Batista de Faria. --- Petrolina , PE : Embrapa Semi-Árido , 2003 . 22 p. : il ; 21,5 cm. --- (Embrapa Semi-Árido. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento ; 63)

GERDEMANN, J.; NICOLSON, T. H. Spores of mycorrhizal Endogone species extracted from soil by wet sieving and decanting. *Transactions of the British Mycological society*, v. 46, n. 2, p. 235-244, 1963.

GIOVANNETTI, M.; MOSSE, B. An evaluation of techniques for measuring vesicular arbuscular mycorrhizal infection in roots. *New phytologist*, v. 84, n. 3, p. 489-500, 1980.

HOUNGNANDAN, P.; SANGINGA, N.; WOOMER, P.; VANLAUWE, B. & van CLEEMPUT, O. Response of *Mucuna pruriens* symbiotic nitrogen fixation by rhizobia following inoculation in farmers fields in the derived savanna of Benin. *Biol. Fert. Soil.*,30:558-565, 2000.

INVAM. International Culture Collection of Arbuscular Mycorrhizal Fungi. 2014. Disponível em: <<http://invam.caf.wvu.edu/fungi/taxonomy/classification.htm> >.

KABIR, Z. Tillage or no-tillage: impact on mycorrhizae. *Canadian Journal of Plant Science*, Ottawa, v. 85, n. 1, p. 23-29, 2005.

MOURA, J. B. Diversidade e colonização micorrízica em diferentes usos do solo no cerrado. – Brasília, 2015. 124 p. : il. Tese de Doutorado (D) – Universidade de Brasília/Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2015.

OKITO, A.; ALVES, B.J.R.; URQUIAGA, S. & BODDEY, R.M. Nitrogen fixation by groundnut and velvet bean residual benefit to a subsequent maize crop. *Pesq. Agropec. Bras.*, 39:1183-1190, 2004.

PAULO, E.M; BERTON, R.S.; CAVICHIOLI, J.C.; KASAI, F.S. Produtividade do cafeeiro Mundo Novo enxertado e submetido à adubação verde antes e após a recepa. *Bragantia*, v. 65, n. 1, p. 115, 2006.

PHILLIPS, J.; HAYMAN, D. Improved procedures for clearing roots and staining parasitic and vesicular-arbuscular mycorrhizal fungi for rapid assessment of infection. *Transactions of the British Mycological society*, v. 55, n. 1, p. 158-IN18, 1970.

QUEREJETA, J.; EGERTON-WARBURTON, L. M.; ALLEN, M. F. Topographic position modulates the mycorrhizal response of oak trees to interannual rainfall variability. *Ecology*, v. 90, n. 3, p. 649-662, 2009.

SMITH, S.E. and READ, D.J. *Mycorrhizal symbiosis*. 2ed Academic Press, London, 605 p., 1997.

Influência de organismos diazotróficos sob fungos micorrízicos arbusculares em rizosfera de *Mucuna cinerium*.

Wagner Gonçalves Vieira Junior

Jadson Belem de Moura

Diogo Jânio de Carvalho Matos

Júlio Cesar Silva

Elivan Cesar Vieira Rocha

Dailton da Costa Leite

Leidiane dos Santos Lucas

INTRODUÇÃO

A adubação verde através das leguminosas tem sido um método utilizado com a intenção de enriquecer nutricionalmente o solo com alguns compostos fundamentais para planta, tais como: fósforo, potássio, cálcio e principalmente nitrogênio (N) que é provido através da simbiose entre planta e bactéria. Essa adubação é realizada pela biomassa disponibilizada ao solo, que além de promover melhorias nutricionais, realizam a cobertura contra a radiação solar, promove deposição de matéria orgânica desagregando o solo e conseqüentemente evitando erosões, compactação é também garante a manutenção da biota do solo. A diversos tipos de leguminosas que são utilizadas como adubação verde, dentre elas a mucuna cinza (*Mucuna cinerium*) se destaca por possuir alta capacidade de acumular N com a inoculação de organismos diazotróficos, além de possuir grande tolerância a falta de água e solos com baixa fertilidade, sendo assim viável o cultivo em terras degradadas que não são utilizadas para prática agrícolas (Faria, 2003).

Organismos diazotróficos são seres que conseguem realizar a assimilação do nitrogênio da atmosfera (o qual não é possível a absorção pela planta) transformando o em NH₃ (amônia) que através da simbiose é possível fornece a planta grande quantidade de nitrogênio, suprimindo parte da necessidade por nutrientes. Segundo a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) estima-se que tais microrganismos na safra de soja 2012/13 promoveram a fixação de 258 milhões de toneladas (N) por ano, além de ser possível de economia de até R\$ 898,00/ que seriam destinados a adubação.

Assim como a fixação biológica de nitrogênio (FBN), há outros organismos que através da simbiose entre planta-microrganismo provem melhorias no desenvolvimento da planta. Os fungos micorrízicos arbusculares atuam na extensão do sistema radicular auxiliando no processo de absorção de água e nutrientes minerais (Querejeta et al., 2009; Moura, 2015).

Desta forma, objetivou-se nesse trabalho a avaliação de intensidade de fungos micorrízicos arbusculares quanto a presença de bactérias fixadoras de nitrogênio na cultura de mucuna cinza.

MATERIAL E MÉTODOS

O delineamento experimental utilizado foi inteiramente casualizado com quatro repetições disposto em dois tratamentos sendo um a aplicação de bactérias diazotróficas (*Rhizobium tropici* e *Azospirillum brasilense*) e um tratamento sem aplicação, ambos em semeadura de *Mucuna cinereum*, onde cada repetição possuía uma área de 1,5m². A semeadura foi realizada em solo já colonizado com fungos micorrízicos arbusculares (FMA's). O experimento foi realizado na área experimental da Faculdade Evangélica de Goianésia, no município de Goianésia – GO.

Para determinação da densidade de esporos no solo, foi coletado amostras contendo 50cm³ do solo. Os esporos foram extraídos através da técnica de peneiramento úmido (Gerdemann & Nicolson, 1963), seguida pela centrifugação em água e solução de sacarose a 50%. Os esporos foram separados de acordo com suas características fenotípicas como cor, tamanho e forma, compondo os diferentes morfotipos, sob lupa binocular estereoscópica.

Para a determinação da porcentagem de colonização, as raízes foram clarificadas e coradas com 0,05% de Azul-de-Trypan em lactoglicerol (Phillips & Hayman, 1970), onde a avaliação de colonização foi realizada em microscópio estereoscópio, seguindo a técnica de interseção dos quadrantes (Giovannetti & Mosse, 1980).

Para a identificação dos gêneros de FMA a partir das características morfológicas, os esporos foram separados de acordo com seus morfotipos e montados em lâminas com polivinil-lacto-glicerol (PVLG) puro e PVLG misturados com Melzer (1:1 v/v). Para subsidiar o trabalho de identificação, foi utilizado artigos originais da descrição das espécies e descrições das espécies fornecidas no site da “International Culture Collection of Arbuscular and Vesicular-Arbuscular Mycorrhizal Fungi” (Invam, 2014). Os dados receberam tratamento estatístico por meio do programa Assisat.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados valores significativos na taxa de colonização de micorrizas nas raízes da planta, sendo que, onde não foi realizado a inoculação com bactérias obtiveram maiores taxas em comparação ao outro tratamento com inoculação (Figura 1).

Carvalho et. Al. (2008) verificou na cultura de feijão guandu que a taxa de colonização micorrízica foi mais significativa em tratamentos sem a inoculação de bactérias (FBN). Smith e Read (1997) ressalta que tais taxa podem variar dependendo do cultivar utilizado e também das espécies de FMA's, que serão utilizadas, cada espécie

pode ter mais aptidão a determinado tipos de plantas ou pode haver condições não favoreceis a simbiose.

De acordo com Daft e Nicolson (1966) a variação da presença ou ausência de FMA's nas raízes está diretamente ligado a disponibilidade de nutrientes e água no solo, sendo que, quanto maior o estresse da planta pelos mesmos, maior será a chance da simbiose.

Os valores de densidade de esporos (Nº de esporos/50g de solo) não foram significativos estatisticamente nos tratamentos com e sem inoculação (Figura 2). Sendo assim a inoculação de bactérias fixadoras de nitrogênio não afetaram na quantidade de esporos no solo.

Kabir (2005) enfatiza que a densidade de esporos está inteiramente ligada a questões físicas, químicas e biológicas do solo. Mesmo os FMA's, que possuem grande tolerância a intemperes são necessários de cobertura de solo adequada, pouca insolação e dentre outros fatores que contribuirá para sua população na rizosfera em questão.

Segundo Berbara (2006), a associação de fungos micorrízicos e planta, eleva a capacidade de produção, além de aumentar o vigor da planta. Tais fatores ocorrem pela capacidade de expansão do sistema radicular, sendo possível maior absorção de água e nutrientes além de possível recorrer a nutrientes de perfis mais baixo do solo.

CONCLUSÕES

A inoculação com bactérias fixadoras de nitrogênio pode inibir a presença de fungos micorrízicos nas raízes de mucuna cinza, não afetando na densidade de esporos no solo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAREA JM, POZO MJ, AZCÓN-AGUILAR. Microbial cooperation in the rhizosphere. *J Exp Bot.* 2005;56(417):1761-1776.

BERBARA, R. L. L.; SOUZA, F. A. de; FONSECA, H. M. A. C. Fungos Micorrízicos arbusculares: muito além da nutrição. In: FERNANDES, M. S. (Ed.). *Nutrição mineral de plantas.* Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, p. 53-88. 2006.

CARVALHO, D. T. Q; GOMES, D. F.; MORAIS, T. A. F.; MELO, N. F.; MELO, A. M. Y. Resposta de plantas forrageiras a inoculação de fungos micorrízicos arbusculares (FMA) e bactérias fixadoras de nitrogênio (FBN): simbiose e eficiência no crescimento vegetal sob condições semi-áridas. III Jornada de iniciação científica da UNIVASF – Juazeiro – BA - 2008

DAFT, M.J., NICOLSON, T.H. Effect of Endogone mycorrhiza on plant growth. *The New Phytologist*, Cambridge, v.65, n.3, p.343-350, 1966.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Fixação biológica de Nitrogênio. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-fixacao-biologica-de-nitrogenio/nota-tecnica> ; acessado 31/10/2017.

Faria, Clementino Marcos Batista de. Comportamento de leguminosas para adubação verde no Submédio São Francisco / Clementino Marcos Batista de Faria. --- Petrolina , PE : Embrapa Semi-Árido , 2003 . 22 p. : il ; 21,5 cm. --- (Embrapa Semi-Árido. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento ; 63)

GERDEMANN, J.; NICOLSON, T. H. Spores of mycorrhizal Endogone species extracted from soil by wet sieving and decanting. Transactions of the British Mycological society, v. 46, n. 2, p. 235-244, 1963.

GIOVANNETTI, M.; MOSSE, B. An evaluation of techniques for measuring vesicular arbuscular mycorrhizal infection in roots. New phytologist, v. 84, n. 3, p. 489-500, 1980.

HOUNGNANDAN, P.; SANGINGA, N.; WOOMER, P.; VANLAUWE, B. & van CLEEMPUT, O. Response of *Mucuna pruriens* symbiotic nitrogen fixation by rhizobia following inoculation in farmers fields in the derived savanna of Benin. Biol. Fert. Soil.,30:558-565, 2000.

INVAM. International Culture Collection of Arbuscular Mycorrhizal Fungi. 2014. Disponível em: <<http://invam.caf.wvu.edu/fungi/taxonomy/classification.htm> >.

KABIR, Z. Tillage or no-tillage: impact on mycorrhizae. Canadian Journal of Plant Science, Ottawa, v. 85, n. 1, p. 23-29, 2005.

MOURA, J. B. Diversidade e colonização micorrízica em diferentes usos do solo no cerrado. – Brasília, 2015. 124 p. : il. Tese de Doutorado (D) – Universidade de Brasília/Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2015.

OKITO, A.; ALVES, B.J.R.; URQUIAGA, S. & BODDEY, R.M. Nitrogen fixation by groundnut and velvet bean residual benefit to a subsequent maize crop. Pesq. Agropec. Bras., 39:1183-1190, 2004.

PHILLIPS, J.; HAYMAN, D. Improved procedures for clearing roots and staining parasitic and vesicular-arbuscular mycorrhizal fungi for rapid assessment of infection. Transactions of the British Mycological society, v. 55, n. 1, p. 158-IN18, 1970.

QUEREJETA, J.; EGERTON-WARBURTON, L. M.; ALLEN, M. F. Topographic position modulates the mycorrhizal response of oak trees to interannual rainfall variability. Ecology, v. 90, n. 3, p. 649-662, 2009.

SMITH, S.E. and READ, D.J. Mycorrhizal symbiosis. 2ed Academic Press, London, 605 p., 1997.

Influência de organismos fixadores de nitrogênio sob fungos micorrízicos arbusculares em rizosfera de *crotalaria juncea*

Julio Cesar Silva

Jadson Belem de Moura

Wagner Gonçalves Vieira Junior

Diogo Jânio de Carvalho Matos

Dailton da Costa Leite

Elivan Cesar Vieira Rocha

Leidiane dos Santos Lucas

INTRODUÇÃO

A *crotalaria juncea* é uma cultivar de verão de crescimento rápido e vigoroso, que possui a maior produção de biomassa em menor tempo, permitindo assim disponibilizar uma maior quantidade de nitrogênio no solo. Segundo Adriano Perin et al. (2004), o nitrogênio é um dos nutrientes que mais impedem o crescimento e desenvolvimento normal das plantas, por isso a utilização dos adubos verdes, capazes de realizar a fixação biológica de nitrogênio é eficientemente, e pode representar contribuições consideráveis na viabilidade econômica e sustentabilidade dos sistemas de produção. Entre as plantas que são utilizadas como adubos verdes, destacam-se as leguminosas (Fabaceae), já que são plantas que podem adquirir nitrogênio da atmosfera através da interação simbiótica com bactérias fixadoras de nitrogênio (FBN) genericamente denominadas de rizóbios. Estas bactérias formam nódulos nas raízes e em alguns casos no caule dos vegetais (MOREIRA; SIQUEIRA, 2002).

Outro aspecto relevante, é o fato dessas espécies se associarem a fungos micorrízicos arbusculares (FMA's). As FMA's são associações simbióticas entre fungos da ordem Glomales e raízes da maioria das plantas vasculares (A. COLOZZI FILHO, 2000).

A formação de micorrizas causa alterações fisiológicas que repercutem no crescimento da planta hospedeira. Os fungos FMA, favorecem uma maior exploração do solo pelas raízes que foram colonizadas, aumentando a absorção de fósforo (P) e de outros nutrientes com baixa mobilidade, reduzem a incidência de ataques patogênicos nas raízes e aumentam a resistência ao déficit hídrico (J.A.A. ESPINDOLA et al, 1998).

MATERIAL E MÉTODOS

O delineamento experimental utilizado foi inteiramente casualizado com quatro repetições disposto em dois tratamentos sendo um a aplicação de bactérias diazotróficas (*Rhizobium tropici* e *Azospirillum brasilense*) e um tratamento sem aplicação, ambos em semeadura de *Crotalaria juncea*, onde cada repetição possuía uma área de 1,5m². A

semeadura foi realizada em solo já colonizado com fungos micorrízicos arbusculares (FMA's). O experimento foi realizado na área experimental da Faculdade Evangélica de Goianésia, no município de Goianésia – GO.

Para determinação da densidade de esporos no solo, foi coletado amostras contendo 50cm³ do solo. Os esporos foram extraídos através da técnica de peneiramento úmido (Gerdemann & Nicolson, 1963), seguida pela centrifugação em água e solução de sacarose a 50%. Os esporos foram separados de acordo com suas características fenotípicas como cor, tamanho e forma, compondo os diferentes morfotipos, sob lupa binocular estereoscópica.

Para a determinação da porcentagem de colonização, as raízes foram clarificadas e coradas com 0,05% de azul-de-Trypan em lactoglicerol (Phillips & Hayman, 1970), onde as avaliações de colonização foram realizadas em microscópio estereoscópio, seguindo a técnica de interseção dos quadrantes (Giovannetti & Mosse, 1980).

Para a identificação dos gêneros de FMA a partir das características morfológicas, os esporos foram separados de acordo com seus morfotipos e montados em lâminas com polivinil-lacto-glicerol (PVLG) puro e PVLG misturados com Melzer (1:1 v/v). Para subsidiar o trabalho de identificação, foi utilizado artigos originais da descrição das espécies e descrições das espécies fornecidas no site da “International Culture Collection of Arbuscular and Vesicular-Arbuscular Mycorrhizal Fungi” (Invam, 2014). Os dados receberam tratamento estatístico por meio do programa Assisat.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A taxa de colonização micorrízica não foi significativa estatisticamente. Sendo assim os tratamentos com e sem inoculação não interferiram na simbiose entre planta e fungo (Figura 01).

Segundo Smith e Read (1997) a taxa de colonização dependerá do atributo planta-fungo, sendo que algumas espécies de fungos possuem mais afinidade com determinadas espécies de plantas. Daft e Nicolson (1966) comprovam para colonização e necessário a planta esteja em estresse hídrico ou nutricional, devido ao se passar por esse processo a planta secreta exsudados que são chamativos para os FMA's.

A densidade de esporos nos solos rizosférico também não obtiveram diferença estatísticas entre os tratamentos (Figura 02).

Kabir (2005) infere que a densidade de esporos no solo está diretamente ligada a condições físicas e químicas do solo, mesmo os fungos micorrízicos apresentarem bastante rusticidade quanto a intemperes do ambiente, os mesmos necessitam de fatores para a sobrevivência em solo, dentre esses fatores: cobertura vegetal que impede a absorção direta de radiação solar, fatores químicos em equilíbrio como pH, CTC e dentre outros.

Segundo Berbara (2006) a associação entre planta e fungo micorrizicos proporciona inúmeras vantagens as plantas podendo torná-las mais vigorosas, e consequentemente aumentar sua produção. Estes fatores ocorrem pela a capacidade que os fungos micorrizicos tem de expandir a área radicular da planta proporcionando assim uma maior área de contato no solo facilitando a absorção de água e nutrientes que possam estar em perfis mais baixos no solo, além de ajudar a combater possíveis infecções na planta causadas por patógenos do solo proporcionada pela disputa de sítios na planta.

CONCLUSÕES

Os tratamentos com e sem bactérias fixadoras de nitrogênio não interferiram no crescimento, desenvolvimento e infecção de fungos micorrizicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAREA JM, POZO MJ, AZCÓN-AGUILAR. Microbial cooperation in the rhizosphere. *J Exp Bot.* 2005;56(417):1761-1776.

BERBARA, R. L. L.; SOUZA, F. A. de; FONSECA, H. M. A. C. Fungos Micorrizicos arbusculares: muito além da nutrição. In: FERNANDES, M. S. (Ed.). Nutrição mineral de plantas. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, p. 53-88. 2006.

CARVALHO, D. T. Q; GOMES, D. F.; MORAIS, T. A. F.; MELO, N. F.; MELO, A. M. Y. Resposta de plantas forrageiras a inoculação de fungos micorrizicos arbusculares (FMA) e bactérias fixadoras de nitrogênio (FBN): simbiose e eficiência no crescimento vegetal sob condições semi-áridas. III Jornada de iniciação científica da UNIVASF – Juazeiro – BA - 2008

COLOZZI FILHO A. e CARDOSO E.J.B.N. Detecção de fungos micorrizicos arbusculares em raízes de cafeeiro e de crotalaria cultivada na entrelinha. *Pesq. agropec. bras.*, Brasília, v.35, n.10, p.2033-2042, out. 2000.

DAFT, M.J., NICOLSON, T.H. Effect of Endogone mycorrhiza on plant growth. *The New Phytologist*, Cambridge, v.65, n.3, p.343-350, 1966.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Fixação biológica de Nitrogênio. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-fixacao-biologica-de-nitrogenio/nota-tecnica> ; acessado 31/10/2017.

ESPINDOLA, J. A. A.; AMEIDA, D. L.; GUERRA, J. G. M.; SILVA, E. M. R.; e SOUZA, F. A. S. Influencia na adubação verde na colonização micorrizica e na produção de batata doce *Pesq. agropec. bras.*, Brasília, v.33, n.3, p339-347. mar, 1999

Faria, Clementino Marcos Batista de. Comportamento de leguminosas para adubação verde no Submédio São Francisco / Clementino Marcos Batista de Faria. --- Petrolina , PE : Embrapa Semi-Árido , 2003 . 22 p. : il ; 21,5 cm. --- (Embrapa Semi-Árido. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento ; 63)

FERREIRA NETO, R. A. Nitrogênio fixado em cultivo de melão sob adubação verde no município de Juazeiro, Bahia. 2013 Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Energéticas e Nucleares.

GERDEMANN, J.; NICOLSON, T. H. Spores of mycorrhizal *Endogone* species extracted from soil by wet sieving and decanting. *Transactions of the British Mycological society*, v. 46, n. 2, p. 235-244, 1963.

GIOVANNETTI, M.; MOSSE, B. An evaluation of techniques for measuring vesicular arbuscular mycorrhizal infection in roots. *New phytologist*, v. 84, n. 3, p. 489-500, 1980.

HOUNGNANDAN, P.; SANGINGA, N.; WOOMER, P.; VANLAUWE, B. & van CLEEMPUT, O. Response of *Mucuna pruriens* symbiotic nitrogen fixation by rhizobia following inoculation in farmers fields in the derived savanna of Benin. *Biol. Fert. Soil.*,30:558-565, 2000.

INVAM. International Culture Collection of Arbuscular Mycorrhizal Fungi. 2014. Disponível em: <<http://invam.caf.wvu.edu/fungi/taxonomy/classification.htm>>.

KABIR, Z. Tillage or no-tillage: impact on mycorrhizae. *Canadian Journal of Plant Science*, Ottawa, v. 85, n. 1, p. 23-29, 2005.

MOURA, J. B. Diversidade e colonização micorrízica em diferentes usos do solo no cerrado. – Brasília, 2015. 124 p. : il. Tese de Doutorado (D) – Universidade de Brasília/Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2015.

OKITO, A.; ALVES, B.J.R.; URQUIAGA, S. & BODDEY, R.M. Nitrogen fixation by groundnut and velvet bean residual benefit to a subsequent maize crop. *Pesq. Agropec. Bras.*, 39:1183-1190, 2004.

PERIN, A. (1), SANTOS, R. H. S. (1); URQUIAGA, S. (2); GUERRA, J.G.M. (2) e CECON, P.R. (3). Produção de fitomassa, acúmulo de nutrientes e fixação biológica de nitrogênio por adubos verdes em cultivo isolado e consorciado. *Pesq. agropec. bras.*, Brasília, v.39, n.1, p.35-40, jan. 2004

PHILLIPS, J.; HAYMAN, D. Improved procedures for clearing roots and staining parasitic and vesicular-arbuscular mycorrhizal fungi for rapid assessment of infection. *Transactions of the British Mycological society*, v. 55, n. 1, p. 158-IN18, 1970.

QUEREJETA, J.; EGERTON-WARBURTON, L. M.; ALLEN, M. F. Topographic position modulates the mycorrhizal response of oak trees to interannual rainfall variability. *Ecology*, v. 90, n. 3, p. 649-662, 2009.

SMITH, S.E. and READ, D.J. *Mycorrhizal symbiosis*. 2ed Academic Press, London, 605 p., 1997.

INFLUÊNCIA DO TAMANHO DE ESTACAS NA PROPAGAÇÃO VEGETATIVA DE JABUTICABEIRA (PLINIA CAULIFLORA)

Carolina Aparecida Straioto Cordeiro

Anderli Divina Ferreira Rios

INTRODUÇÃO

Pertencente à família Myrtaceae, a Jabuticabeira [*Plinia cauliflora* (DC.) kausel] tem bastante apreço comercial devido ao seu sabor marcante, sendo muito utilizada para consumo in natura e para produção de licores, geleias e demais produtos alimentícios. Também é utilizada como planta ornamental em jardins e fazendas, por ser uma árvore de aspecto vistoso. É uma planta originária da região central, sul e sudeste do Brasil, e segundo MATTOS (1983), são conhecidas nove espécies de jabuticabeira nativas no Brasil.

Contudo, devido à dificuldade de enraizamento das estacas dessa espécie, a produção de mudas em larga escala se torna um problema oneroso e que dispende muita mão de obra. Além disso, para que haja pegamento efetivo dessas estacas, vários autores (PEREIRA, M.; OLIVEIRA, A.L.; GONÇALVES, A.N.; ALMEIDA, M.; S. A. Z. SASSO et al.) citam que é necessário o uso de fito-hormônios reguladores, como o AIB (ácido indolbutírico), que são auxinas sintéticas, que atuam regulando o enraizamento de estacas. As auxinas são um grupo de fito-hormônios que possuem maior efeito sobre o enraizamento, segundo FACHINELLO et. al. (2005), esse grupo possui ação na formação de raízes adventícias, na ativação das células do câmbio e na promoção do crescimento das plantas.

Todavia, na região de Goianésia, onde o trabalho foi realizado, muitos viveiristas produzem empiricamente mudas de jabuticabeira para a comercialização local, sem o uso de devidas técnicas ou mesmo o uso de fito-hormônios enraizadores, visto que no mercado local esses fito-hormônios não são encontrados com facilidade, e quando encontrados, são vendidos apenas em grande escala e por um alto valor. Desse modo, o objetivou-se com este trabalho foi avaliar apenas a influência do tamanho de estacas no enraizamento e brotações emitidas pelas mesmas, sem o uso de fito-hormônios.

MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi realizado na cidade de Goianésia-Go (-15.317986, -49.124739), implantado no dia 19 de fevereiro de 2017, em delineamento inteiramente casualizado com quatro repetições, em sacos plásticos transparentes. Foram avaliados quatro tratamentos, sendo que os tratamentos consistiram em quatro tamanhos diferentes de estacas: 10, 15, 20 e 25 cm. Foi utilizado um substrato comercial contendo turfa, terra preta, cinza e adubo químico. Para fornecer mais aeração ao substrato, foi adicionado partes iguais de areia ao mesmo. As estacas lenhosas foram coletadas em uma

jabuticabeira já em fase reprodutiva com cerca de cinco anos de idade. Após serem coletadas no dia 19 de fevereiro de 2019, as mesmas foram preparadas então para o plantio. As folhas presentes nas estacas foram retiradas, então se realizou o corte em bisel em ambas as extremidades para assim aumentar a área de contato com o substrato. Foram realizadas duas lesões superficiais na parte basal, em lados opostos, retirando-se uma porção da casca de cerca 2,5 cm de extensão para aumentar a região cambial e retirar possíveis anéis de esclerênquima que dificultariam a saída das raízes adventícias, segundo metodologia descrita por CASSOL (2013). Foi feito então o plantio dessas estacas em sacos plásticos transparentes com capacidade de 1quilograma, cada um contendo aproximadamente 500 g de substrato. O experimento foi mantido ao ar livre, sendo regado todos os dias para manter-se a umidade do substrato e das estacas. Após 62 dias, as estacas foram colhidas para então serem avaliadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos foram submetidos à análise de variância pelo software SISVAR 5.6 e ao teste de Tukey a 5% de probabilidade.

Tabela 1: Pegamento de estacas em função do tamanho

Tratamentos	Médias	Resultados do teste
20 cm	0.250000	a1
25 cm	0.500000	a1
15 cm	0.500000	a1
10 cm	0.750000	a1

Médias seguidas de mesmas letras nas colunas são estatisticamente iguais pelo teste de Tukey a 5% de probabilidade.

Como mostrado no teste, os tratamentos não diferiram estatisticamente entre si. Algumas repetições emitiram raízes e folhas, porém, não houve enraizamento, e para tanto, considera-se que não houve pegamento de nenhuma estaca. Segundo COUVILLON (1988) as folhas são responsáveis por produzir auxinas e carboidratos, os quais continuam a ser sintetizados através da fotossíntese durante a permanência das estacas no substrato, e isso provavelmente impediu o ressecamento e morte completa das estacas.

CONCLUSÕES

Não houve enraizamento das estacas de jabuticaba nos tamanhos testados (10, 15, 20 e 25 cm respectivamente).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASSOL, D.A. Propagação de jabuticabeira [plinia cauliflora (dc.) Kausel] por enxertia, alporquia e estaquia. Dissertação de mestrado pela UFTPR. Pato Branco – PR. 2013.

COUVILLON, G.A. Rooting response to different treatments. Acta Horticulturae, Leuven, v.277, p.187-196, 1988.

FACHINELLO, J.C.; HOFFMAN, A.; NACHTIGAL, J.C. Propagação de plantas frutíferas. Embrapa Informação Tecnológica. Brasília – DF. 2005.

MATTOS, J.L.R. Fruteiras nativas do Brasil: jabo-ticabeiras. Porto Alegre: Nobel, 1983. 92p.

SASSO, S. A. Z. Propagação vegetativa de jabuticabeira. Dissertação de mestrado pela UFTPR. Pato Branco – PR. 2009

PEREIRA, M.; OLIVEIRA, A.L.; GONÇALVES, A.N.; ALMEIDA, M. Efeitos de substratos, valores de pH e concentrações de AIB no enraizamento de estacas apicais de jabuticabeira [Myrciaria jaboticaba (Vell) O. Berg.]. Scientia Florestalis, Piracicaba, n.69, p.84-92, 2005

INIMPUTABILIDADE POR INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO

LORENA DAMACENO PEREIRA

Myriam Christina Alves Rodrigues

Marcos Antônio de Carvalho Rosa

Jéssica Vitória Pedroso dos Santos

Lanna Gleyce Mota Luz

INTRODUÇÃO

Trata-se de inimputável aquele que comete algum crime fora da sua razão psíquica, sendo este incapaz de separar o lícito do ilícito, e incapaz de responder pelas condutas delituosas praticadas. A inimputabilidade por doença mental do agente exclui a sua culpabilidade mesmo diante do fato antijurídico.

Bitencourt (2014), mostra que, deve se compreender por doença mental as psicoses, incluindo os estados de alienação mental da personalidade do agente. Acrescenta Capez (2014, online):

É a perturbação mental ou psíquica de qualquer ordem, capaz de eliminar ou afetar a capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou a de comandar a vontade de acordo com esse entendimento. Compreende a infindável gama de moléstias mentais, tais como epilepsia condutopática, psicose, neurose, esquizofrenia, paranoias, psicopatia, epilepsias em geral etc.

Bitencourt (2015, online) diz respeito a inimputabilidade:

Pode-se afirmar, de uma forma genérica, que estará presente a imputabilidade, sob a ótica do Direito Penal brasileiro, toda vez que o agente apresentar condições de normalidade e maturidade psíquicas mínimas para que possa ser considerado como um sujeito capaz de ser motivado pelos mandados e proibições normativos. A falta de sanidade mental ou a falta de maturidade mental podem levar ao reconhecimento da inimputabilidade, pela incapacidade de culpabilidade. Podem levar, dizemos, porque a ausência da sanidade mental ou da maturidade mental constitui um dos aspectos caracterizadores da inimputabilidade, que ainda necessita de sua consequência, isto é, do aspecto psicológico, qual seja, a capacidade de entender ou de autodeterminar-se de acordo com esse entendimento.

O código penal (CP) em seu artigo 26 apresenta inimputabilidade da seguinte maneira:

Art. 26 CP. É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Redução de pena Parágrafo único - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento

mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

O artigo isenta o agente doente mental da pena pelo ato ilícito praticado, devido portar a doença, ou por seu desenvolvimento mental ser incompleto de tal maneira que o mesmo seja incapaz de entender o fato criminoso que praticara.

De acordo com Capez:

A este sistema somente interessa saber se o agente é portador de alguma doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado. Em caso positivo, será considerado inimputável, independentemente de qualquer verificação concreta de essa anomalia ter retirado ou não a capacidade de entendimento ou autodeterminação. (CAPEZ 2014, p.330).

Assim finaliza Capez (2014, online), a respeito dos sistemas de aferição da inimputabilidade:

Sistema biopsicológico combina os dois sistemas anteriores exigindo que a causa geradora esteja em lei e que, além disso, atue efetivamente no momento da ação delituosa, retirando do agente a capacidade de entendimento e vontade. Dessa forma, será inimputável aquele que, em razão de uma causa prevista em lei (doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado), atue no momento da prática da infração penal sem capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Velloso (2004, online) mostra que o magistrado é o único que tem competência para determinar que o exame para constatação de insanidade mental seja feito. O exame será indispensável quando houver dúvida sobre a capacidade psíquica do agente, e para que possa ser analisado se a doença já existia, ou se manifestou após o ato delituoso.

A medida de segurança é uma providência do Estado, fundamentada no jus puniendi, imposta ao agente, inimputável ou semi-imputável que pratica um fato típico e ilícito, com base no grau de periculosidade do mesmo. (FREITAS, 2014).

Segundo Noronha (2003), as medidas de segurança tem por finalidade isentar certos agentes da pena, e diminuir a pena daqueles que apresentam menor periculosidade.

Assim ressalta a Lei de execuções penais:

Art. 172, Lei nº 7.210/84 - Ninguém será internado em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, ou submetido a tratamento ambulatorial, para cumprimento de medida de segurança, sem a guia expedida pela autoridade judiciária.

Duas são as espécies de medida de segurança, que de acordo com o atual ordenamento jurídico brasileiro são: Internação em hospital de custódia e tratamento ambulatorial. A internação em hospital de custódia, é propriamente dita como medida definitiva, assim como mostra Lorenzo (2016, online):

A internação em hospital de custódia e tratamento é a chamada medida detentiva que, na falta de hospital de custódia e tratamento, pode ser cumprida em outro estabelecimento adequado (CP, art.96, I). Esta medida de segurança pode ser aplicada

tanto aos inimputáveis quanto aos semi-imputáveis que necessitem de especial tratamento curativo.

De acordo com a Lei de Execuções Penais: Art. 100, Lei nº 7.210/84 - O exame psiquiátrico e os demais exames necessários ao tratamento são obrigatórios para todos os internados.

A relação entre a psiquiatria e o Direito Penal surge quando a loucura é fator determinante para avaliar a capacidade psíquica de um agente no momento em que o mesmo pratica um fato antijurídico. De acordo com Gurgel:

Quando se faz aplicação à justiça da psiquiatria clínica, ela passa a ser designada por psiquiatria forense. Esta relaciona o estudo do enfermo mental com a lei, permitindo seu enquadramento nos dispositivos legais e regulamentares que dispõe sua situação jurídica e administrativa. São necessários outros conhecimentos no que tange a criminologia, legislação e técnica pericial. (GURGEL 2013, p. 8)

MATERIAL E MÉTODOS

Quanto à metodologia empregada, registra-se que o método utilizado para a elaboração da monografia foi o de compilação ou o bibliográfico, que consiste na exposição do pensamento de vários autores que escreveram sobre o tema escolhido. Salienta-se, ainda, que todos os procedimentos utilizados foram caracterizados pela precisão de ideias, clareza e concisão dos argumentos.

Destarte, buscou-se pesquisar o maior número possível de obras publicadas acerca do assunto, com o objetivo de se organizar às várias opiniões, antepondo-as, logicamente, quando se apresentarem antagônicas, com a finalidade da harmonização dos pontos de vistas existentes, para uma mesma direção.

Enfim, tal metodologia propõe-se apresentar, de forma nítida e didática, um panorama das posições adotadas pela doutrina pátria em vasto acervo de livros, em artigos publicados na internet e pela legislação brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho tem como tema "Inimputabilidade por Insanidade Mental do Acusado", apresentando quais os procedimentos jurídicos são usados quando se trata do acusado que possui doença mental.

Traz as seguintes problemáticas: Quais as diferenças entre inimputabilidade, semi-imputabilidade, e imputabilidade? Quais os meios usados para que se constate a presença da doença mental no indivíduo acusado de cometer um delito? Quais as medidas de segurança são aplicadas? Como se dá as medidas de Segurança?

Considerando as aplicações das leis penais ao acusado que possua a insanidade mental, o artigo 26 do Código Penal em seu parágrafo único assegura não somente a aplicabilidade ao inimputável, mas também ao semi-imputável. De acordo com esse

artigo os inimputáveis são isentos da pena por doença mental, ou que tenha desenvolvimento mental incompleto ou retardado, e que ao tempo da ação era incapaz de entender a ilicitude do ato cometido.

Sendo assim o inimputável é aquele que comete crime fora de sua razão, incapaz de separar o lícito do ilícito. Bitencourt (2014) acrescenta que, deve se compreender por doença mental as psicoses, incluindo os estados de alienação mental da personalidade do agente. Capez (2014) compreende também como doenças mentais: epilepsia condutopática, psicoses, esquizofrenia, neuroses, paranoias, epilepsias em geral.

O parágrafo único trata dos semi-imputáveis, mostrando que a pena pode ser reduzida de um a dois terços em razão à perturbação da saúde mental, ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, fazendo com que no momento da ação não era inteiramente capaz de entender tal ilicitude praticada. Nesse caso segundo Rahal (2002), entre a imputabilidade e a inimputabilidade, ou seja, entre a plena capacidade e nenhuma capacidade de entender, existe um estado intermediário que se chama putabilidade diminuída, o mesmo que a semi-imputabilidade.

Os artigos 96 ao 99 do Código Penal, asseguram as formas de punibilidade e tratamento aos doentes mentais que cometem algum tipo de delito, em consonância com a Lei 7.210 de julho de 1984 e o Código de Processo Penal.

O objetivo geral deste, é, analisar quais as leis no atual Direito brasileiro versam sobre inimputabilidade por insanidade mental.

Os objetivos específicos, são apresentar o histórico da loucura desde a idade média até os dias atuais, a conceituação de doença mental, e apresentar a importância da psicologia e da psiquiatria dentro do Direito, procedendo estudos de casos a respeito do assunto.

Para confecção deste, fora utilizado o método de pesquisa bibliográfica, com base em livros, artigos, jornais e legislação vigente.

O trabalho de conclusão de curso, divide-se em três capítulos. No primeiro, contém o histórico da loucura, definição de loucura e a reforma psiquiátrica, mostrando as grandes mudanças no âmbito jurídico, e no tratamento do doente mental até a atualidade. No segundo capítulo, busca tratar da constatação da insanidade mental do acusado, e as consequências penais no Direito brasileiro que são imputadas ao doente mental, diferenciando inimputabilidade, semi-imputabilidade e imputabilidade, e expor as medidas de segurança imposta pelo Código Penal, Código de Processo Penal e a LEP (Lei de Execuções Penais, 7.210/84). Por fim, o terceiro capítulo concretiza com a importância da psicologia e da psiquiatria no atual ordenamento jurídico brasileiro, apresentação de estudos de casos, afim de melhor entendimento a respeito do tema abordado.

CONCLUSÕES

A Reforma Psiquiátrica Ganhou grande impulso, quando no ano de 2001 houve a promulgação da lei 10.216, na qual dispõe sobre a proteção das pessoas portadoras de

doença mental. Essa lei também conhecida como lei antimanicomial, possui 13 artigos que representam uma mudança, com a finalidade de dar aos doentes mentais a dignidade que merecem.

Se tratando do contexto jurídico, os doentes mentais hoje são amparados pela lei, pelos direitos humanos, afim de fazer com que estes que cometem delitos sejam punidos de acordo com sua capacidade de entendimento sobre o lícito e ilícito, contando com tratamento psiquiátrico adequado, especialistas capacitados, e locais que favorecem a recuperação destes.

A medida de segurança se dá quando na dúvida sobre a imputabilidade, o magistrado pede o exame psiquiátrico para aferição da capacidade do agente, e constata que o mesmo é inimputável ou semi-imputável. Contudo, a justiça brasileira tem encaminhado estes ao tratamento psiquiátrico em hospitais de custódia após a aplicação da medida, assim assegurando a integridade física não só do agente, mais também dos membros da sociedade.

Se o agente for semi-imputável, de acordo com artigo 98 do Código Penal, a pena poderá ser substituída por medida de segurança, de acordo com o exame pericial e entendimento do magistrado, assegurado pelo parágrafo único do artigo 26 do Código Penal, pois apesar de parecer possuir capacidade psíquica sã, este não possui total capacidade para entender a ilicitude do fato.

A medida de segurança cessará ao fim da periculosidade do agente, comprovada através de exame médico, no final do prazo mínimo da duração da medida de segurança, ou quando o magistrado determinar a qualquer tempo.

Diante de todo estudo, e análises de casos, ainda há muito que se melhorar no tratamento e ressocialização, afim de proporcionar a estes um tratamento mais humanizado, e melhor acompanhamento para que possam ser reinseridos na sociedade sem risco algum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. Código Penal Comentado. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. Imputabilidade e inimputabilidade penal. Disponível em: <<http://blogcienciaspenais.blogspot.com.br/2015/01/imputabilidade-e-inimputabilidade-penal.html>>. Acesso em: 06, set, 2016.

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal. Vol I. Parte geral. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FREITAS, Ana Clelia. Medida de segurança: princípios e aplicação. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8536/Medida-de-seguranca-principios-e-aplicacao>>. Acesso em: 02, out, 2016.



GURGEL, Rafael Gomes Silva. Medicina Legal: a precariedade da psiquiatria forense no âmbito pena. Orientador: Colimar Dias Braga Junior. Barbacena: UNIPAC, 2012. Monografia em direito.

LORENZO, Manuela Pazos. O tratamento dos doentes mentais no HCT (Hospital de Custódia e Tratamento). Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2623/O-tratamento-dos-doentes-mentais-no-HCT-Hospital-de-Custodia-e-Tratamento>>. Acesso em: 14, jun, 2016.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. Manual de direito penal. Vol 3. Parte especial. 23ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2009.

VELLOSO, Ricardo Ribeiro. A inimizabilidade do doente mental. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3834>. Acesso: 06, abr, 2016.

TJDFT. Medidas de Segurança. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/cidadaos/execucoes-penais/vep/informacoes/medidas-de-seguranca>>. Acesso em: 19, out, 2016.

Jusnaturalismo e Juspositivismo: As duas correntes do Direito

Brenda Almeida

Ivan Clementino de Souza

Isadora Shamara

Tatiely Bueno

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetivou conhecer e mostrar superficialmente sobre a temática da disciplina filosofia do Direito, os modelos jusnaturalismo e juspositivismo. Estudando Hobbes, Locke e Rousseau, no qual se baseia o jusnaturalismo versus a palavra de Benthan, Austin e Kelsen com o conhecimento do juspositivismo jurídico.

MATERIAL E MÉTODOS

Análise Bibliográfica

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabemos que o homem sempre seguiu as regras morais, sociais e jurídicas. As duas correntes que serão apresentadas nos dão alguns conceitos sobre o direito como positivo e natural. Os juspositivistas defendem a norma posta como fonte única e primária do direito em que, o que é justo está escrito na lei concreta criada pelo Estado, desta feita seu sistema jurídico torna-se completo e autossuficiente. Para o os jusnaturalistas, o direito natural antecede as normas escritas pelo Estado, surge pela vontade divina ou ainda da razão, seu ideal de justiça nasce de um conjunto de valores e pretensões humanas legítimas e não outorgadas pelo Estado.

(REALE1996)

Jusnaturalismo X Juspositivismo

Os jusnaturalistas embora consigam compreender a necessidade da soberania do Estado com a positivação não se livram do Direito natural. Defendem que o direito é independente da vontade humana, ele existe antes mesmo do homem e acima das leis do homem, para os jusnaturalistas o direito é algo natural e tem como pressupostos os valores do ser humano, e busca sempre uma ideal de justiça. Sendo este um Direito Universal, imutável e inviolável. Um tipo de lei que é imposta pela natureza. Para Kant, a liberdade era um direito natural; para Aristóteles, a escravidão era natural; para Locke, a propriedade privada era um direito natural.

Norberto Bobbio (1999, pp. 22-23), podem ser vislumbradas duas teses básicas do movimento jusnaturalista: A primeira tese é a pressuposição de duas instâncias jurídicas: o direito positivo e o direito natural. A segunda tese do jusnaturalismo é a superioridade do direito natural em face do direito positivo. Neste sentido, o direito positivo deveria,

conforme a doutrina jusnaturalista, adequar-se aos parâmetros imutáveis e eternos de justiça. O direito natural enquanto representativo da justiça serviria como referencial valorativo e ontológico, perante pena da ordem jurídica identificar-se com a força ou o mero arbítrio. Neste sentido, o direito vale caso seja justo e, pois, legítimo, daí resultando a subordinação da validade à legitimidade da ordem jurídica.

Por outro lado existem os juspositivistas e a concepção que eles possuem é que o direito positivo é aquele que o Estado impõe à coletividade, e que deve estar adaptado aos princípios fundamentais do direito natural.

A corrente do jusnaturalismo nos mostra que o direito é independente da vontade humana, ele já existia antes mesmo do homem e acima das leis do homem.

Ao contrário temos os juspositivistas, ele acredita que só pode existir o direito e por consequência a justiça através de normas positivas, isso que dizer normas emanadas pelo Estado com o poder coercivo.

CONCLUSÕES

Enquanto os naturalistas se voltam contra o direito positivo afirmando que há um conjunto de princípios éticos que transcende a formalidade textual e que algo só é justo se corroborarem com esses princípios, os positivistas separam o valor moral e o conteúdo ideário de justiça reconhecendo como válido apenas o que é criado pelo Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto. O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1999.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo: Saraiva, 1996.

REALE, Miguel. Teoria tridimensional do direito. São Paulo: Saraiva, 1994.

KALUNGAS: ASPECTOS HISTÓRICOS, CULTURA, TRADIÇÃO E INSURBODINAÇÃO NEGRA

ISABEL CHRISTINA GONÇALVES OLIVEIRA

MAÍSA TEIXEIRA FRANÇA

INTRODUÇÃO

Até os dias atuais, existem remanescentes de escravizados africanos vivendo a margem da sociedade, martirizados com o peso do esquecimento dos poderes públicos. Nesse cenário existe uma insuficiente política pública para sanar suas necessidades. A abordagem aqui realizada diz respeito ao Sítio Histórico e Patrimônio cultural Kalunga localizado em Cavalcante-Go, onde está localizado cerca de 60% da Chapada dos Veadeiros, nessa cidade encontra-se cerca de 20 comunidades Kalunga (BRASIL, 2005).

O Brasil traz em sua história o tráfico e comércio de africanos e foi o país que por último aboliu a escravidão e o que mais importou escravos. Em cerca de trezentos anos de prática exploratórias colonialistas imbuíram na memória social brasileira traços e costumes próprios de nossa identidade (SOUZA, 2008).

A manifestação típica da insubordinação negra foi o que se convencionou chamar de Quilombo, sendo esta uma forma de sobrevivência e luta contra a escravidão diante das repressões evidenciadas. Os negros foragidos de seus senhores se organizavam em agrupamentos longes o suficiente para se protegerem e resistir ao sistema escravista, esses locais recebiam denominação de Quilombo. Eles eram a alternativa diante a escravidão: refugiar-se em local de difícil acesso e manter-se em posição defensiva, lutando para sobreviver (FREITAS, 1984).

No local citado, ainda existe uma realidade de exclusão, em especial em relação às mulheres. Tal fato vem chamando atenção de autoridades e estudiosos em amplitude nacional, pois o mesmo fere os princípios constitucionais e as garantias humanistas de igualdade e liberdade para todos.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente resumo tem como metodologia a construção bibliográfica, e segundo os critérios de Mattar (1995) é uma pesquisa aplicada, por se tratar de uma busca por conclusões acerca de um problema presente em uma comunidade específica (Comunidade Kalunga, Engenho II, Cavalcante- Go). Segundo o autor a expectativa da pesquisa de levantar informações por meio de entrevistas e registro fotográfico a classifica como estudo de campo.

Em relevância aos estudos de Zanella (2007), a pesquisa possui suas variáveis tanto qualitativas como quantitativa, pois visa construção bibliográfica acerca do tema e dados colhidos através de conversa com indivíduos locais. Buscando possíveis

justificativas e soluções para a problemática proposta por meios exploratórios e descritivos.

No desenrolar da pesquisa com o método quantitativo serão realizadas entrevistas para coleta de dados numéricos, que são indicativos dos fatores socioeconômicos da população, e o método qualitativo se preocupará em identificar e descrever de maneira minuciosa informações sobre o grupo em estudo.

Quanto ao resumo em desenvolvimento usa como fonte livros, teses, doutrinas, jurisprudência, publicações em periódicos e legislação concernente à temática do abordada. Realizará também através de comunicação feita com a população da comunidade, o que segundo Matar (1995), esse estudo de questões reais e a apuração de dados é relativo a uma pesquisa de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre esses grupos remanescentes de quilombolas existe a comunidade Kalunga, que habitam a Serra Geral do Planalto Central do Goiás e sul do Tocantins, possuindo uma população estimada em 5.000 habitantes. O território dos Kalungas abrange os municípios de Cavalcante (Figura 3), Monte Alegre e Teresina de Goiás, sendo subdivida em núcleos de moradores, sendo os principais deles: Ribeirão dos Bois, Contenda, Vão de Almas e Vão do Moleque (CHIANCA, 2010). O município de Cavalcante faz parte do território do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, o que trouxe certa visibilidade a esse antigo lugar, a cidade foi fundada em 1740 (OLIVEIRA, 1998).

Figura 1: Comunidade Kalunga – Cavalcante/GO

Fonte: OLIVEIRA, I. C. G. (2017)

No século XVIII os bandeirantes paulistas descobriram ouro em abundância nas terras dessa região, foi então que o território passou a ser ocupado por brancos. Para explorar a mina de Goyases era preciso mão de obra, por isso trouxeram um grande número de escravizados para a região, foi desta ocupação que originou vários povoados e posteriormente cidades. Os mineradores aos poucos perceberam que a quantidade de ouro era grande e que se percorressem a Serra Geral do Planalto Central, encontrariam muito mais. Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como Anhanguera, liderava essa bandeira de mineradores em 1722, por isso é atribuído a ele o reconhecimento por ter sido o primeiro a fixar moradia nas terras goianas. Palacin (2001) relata que Anhanguera encontrou ouro na cabeceira do Rio Vermelho, onde hoje é a cidade de Goiás, e nesse local estabeleceu às primeiras vilas e arraiais próximos as minas.

Como a bandeira de Anhanguera conseguiu encontrar minas de ouro, outros grupos que também percorriam o território em busca de riquezas mudaram suas rotas e vieram para a região de Goyases, onde também dedicaram a exploração de ouro com mão de obra escrava. Para Palacin (2001, p.10):

A bandeira era uma expedição organizada militarmente, e também uma espécie de sociedade comercial. Cada um dos participantes entrava com uma parcela de capital, que consistia ordinariamente em certo número de escravos (...) ao se divulgar a riqueza das minas recém-descobertas, ocorria, sem cessar, gente de todas as partes do país. Pelo registro de capitação, sabemos que dez anos depois, em 1736, já havia nas minas de Goiás, 10.263 escravos negros.

As bandeiras apesar do intuito de exploração, também realizavam a ação colonizadora do período. Além das bandeiras, havia as missões jesuítas em busca da catequização dos indígenas, e também as entradas comerciais ou de empresas particulares, para capturar índios ou em uma opção de mercado (PALACIN, 2001). Esses movimentos trouxeram importância para a região no período e acelerou o processo de crescimento.

As entradas traziam consigo um número significativo de escravos africanos Sudaneses, os quais tinham missão de trabalhar nas lavouras, minas, abrirem rotas e transporte de cargas, esses escravos aportavam no Rio de Janeiro e entre eles haviam Yorubás, Haussás e Minas, Bantus Angolas, Congos e Benguelles (CHIANCA, 2010). Esses grupos são os ancestrais da comunidade Kalunga, o povo que trazido forçadamente da África teve seus costumes embrenhados e com isso surgiu um novo povo, com uma identidade própria, formada a partir das experiências em comunidade proporcionadas pelos Quilombos.

A exploração do ouro era realizada pelos escravizados de maneira rudimentar, usando a fiação e a bateia, sendo que o ouro em Goiás era de aluvião, encontrado dentro ou nas margens dos rios. Com essas atividades o negro sofria muito, passava longas horas dentro da água, o que causava um descontentamento e gerava as fugas, e em busca de proteção e manutenção da liberdade fundavam os Quilombos. A mineração em Goiás foi intensa, porém rápida, e quando as minas esgotaram, os bandeirantes foram embora deixando para trás seus escravos, os quais tiveram que sobreviver com suas habilidades e o que a mata oferecia.

Com a decadência do ouro, e ficando a mercê de suas capacidades produtivas, os Kalungas desenvolveram uma de suas principais características, passaram a plantar e colher de forma rudimentar, desenvolvendo um processo agrícola precário. Muitos migraram para propriedades rurais mais próximas, e logo desenvolveram a pecuária e o trabalho escravo foi recolocado nas atividades pastoris em meados do século XIX (BRANDÃO, 1977). De acordo com o surgimento de cidades próximas aos Kalungas essa comunidade desenvolveu um discreto relacionamento com outras civilizações.

Em 1962, no artigo “A margem da exploração aurífera, Quilombo é a atração em Auromina”, o engenheiro Manoel Passo do Ministério da Agricultura, fez a seguinte definição acerca do povo Kalunga, em Bahiocci (2006, p.18):

Com o nome de Calungueiros ficam designados os habitantes da região do Calunga, um pequeno quilombo que se estabeleceu as margens do Rio Paranã, constituído dos

negros fugidos dos duros trabalhos da mineração das minas de ouro de Arraias, Monte Alegre e Cavalcante.

Os Kalungueiros permaneceram invisíveis por muito tempo, segregados da sociedade de forma geral, vivendo dentro de país, mas sem um sentimento de pertencimento, sem inclusão de direitos, fazendo parte dos grupos das minorias que não perpetram parte dos planos de governo da maior parte dos representantes do povo. Só passou a ser vista na década de 90 com o Movimento Negro, em busca da regularização da terra, porém despertou pouco interesse da classe dominante.

Em 1991 a lei estadual nº 11.409, regulamentada pela lei complementar nº 19 de janeiro de 1996, o estado de Goiás foi o primeiro a resguardar o dispositivo constitucional que determina o tombamento de Sítios detentores de reminiscência histórica dos antigos Quilombos. Dessa forma o território Kalunga tornou Patrimônio Cultural e sítio de valor histórico.

Mari de Nazaré Bahiucci é antropóloga e geografa e estuda os povos Kalungas a mais de duas décadas e os definem como sujeitos que nos remetem a África, Bahiucci (2006, p.14) relata que:

Metodologicamente são vistos como descendentes de escravos que, a deriva da sociedade institucional constroem uma cultura própria, tendo como parâmetro sua história de grupo “isolado”, uma vez que como quilombo, delimitam fronteiras e, coletivamente seguem uma história e uma cultura peculiares. Como especificidades, os Kalungas põe em pauta a discussão da historicidade dos quilombos enquanto luta, resistência, lugar de moradia e construção de uma vida, mas não se esgota o seu perfil de “lavrador negro” e “comunidade negra isolada do mundo rural”.

Os Kalungas possuem uma identidade que os definem como um grupo, formado por características próprias, com seu passado construído com base a um imaginário social, com relatos de vidas no quilombo. Com essa referencia sociocultural comum a todos do grupo eles possuem uma identificação étnica própria, que se reflete em suas manifestações culturais e religiosas (Figura 4).

Figura 2: Igreja – Comunidade Kalunga (Cavalcante/GO)

Fonte: OLIVEIRA, I. C. G. (2017)

CONCLUSÕES

No período da mineração realizada no Brasil Colonial, despertaram-se interesse pelo território goiano, pois havia metais valiosos. Para realizar tal exploração foram tragos escravos para a região, afim de não gerar custo com a mão de obra.

Quando a mineração chegou ao fim os bandeirantes retornaram para o sudeste do Brasil, e deixaram para traz a maioria desses escravos, pois o retorno com eles seria um fardo a mais.

Os escravos que ficaram em Goiás tornaram-se homens livres e adentraram na mata em busca de segurança e para terem certeza de que não seriam encontrados caso algum dono resolvesse voltar para busca-los. Esses indivíduos permaneceram em uma área de aproximadamente duzentos e cinquenta mil hectares. Esse território hoje é dividido entre os municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás (BARRETO, 2006).

Até os dias atuais essas comunidades vivem com os resquícios da escravidão entranhados em seu dia a dia, são vítimas de preconceito, falta de oportunidade social e profissional, julgados de maneira pejorativa por grande parte da sociedade. Mesmo tendo decorrido muito tempo, a forma de tratamento e a ausência de direitos continuam até os dias atuais; a comunidade Kalunga vive em condições socioeconômicas precárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAIOCCHI, M de N. Kalunga: povo da terra. Goiânia, UFG, 2006.

BARRETO, J. N. Implantação de infraestrutura habitacional em comunidades tradicionais: o caso da comunidade quilombola Kalunga. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

BRANDÃO, C.R. Peões, pretos e congos: trabalho e identidade étnica em Goiânia, Editora Universidade de Brasília, 1977.

BRASIL. Programa Brasil Quilombola, 2005. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília. Acesso em 16 de setembro de 2016 em: http://www.seppir.gov.br/publicacoes/relatorio_2005.pdf.

CHIANCA, P.P. Nas vias do reconhecimento: emergência étnica e territorialização Kalunga. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

FREITAS, D. Palmares – A Guerra dos Escravos. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1984.

MATTAR, N. F. Pesquisa de marketing, 2.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos índios misturados? Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais. Revista Mana, 4ed. 1998.

PALACIN, L. História de Goiás. Goiânia, Editora UCG, 2001.

SOUZA, B. O. Aquilombar-se: Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento Quilombola Brasileiro. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

ZANELLA, L. C. H. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

LIBERALISMO CLÁSSICO COMO MARCO DO SURGIMENTO DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS

Thiago José
Ivan Clementino de Souza
Carmem Lúcia
Eloízio Oliveira

INTRODUÇÃO

No “Primeiro tratado sobre o governo civil”, John Locke procura refutar os elementos que caracterizam a soberania baseada na descendência hereditária. No entanto, a obra que teoriza o liberalismo clássico é o “Segundo tratado sobre o governo civil”. Após uma análise atenta deste Segundo tratado, percebe-se um ataque a modelos de governos que tinham como característica a centralização do poder ilimitado. Apesar de ele não fazer menção com intuito de confrontar diretamente a teoria de Thomas Hobbes, é notória a relação comparativa existente entre suas teorias, que em determinados momentos se convergem e divergem.

MATERIAL E MÉTODOS

Análise Bibliográfica

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Hobbes, descrito em “O Leviatã”, “o homem é o lobo do próprio homem”, pois possui por natureza características maldosas. Era necessário, então, o abandono desse estado de natureza, cujo homem renunciaria a seus direitos e reconheceria a força da lei. Isto é, o indivíduo abandona seus direitos naturais, impulsionados pelo medo; aliena a supressão de seus direitos a uma - suposta - garantia de proteção através de uma estrutura de poder, cujos poderes são ilimitados contra os súditos que compõe a organização social, que mais à frente, será chamado por Locke de sociedade civil.

John Locke, portanto, não discorda de Hobbes em relação à existência do estado de natureza, ao contrário, reconhece que o homem vive em um estado natural. Contudo, diverge da teoria hobbesiana porque acredita que os homens são livres e iguais, podendo conviver sem que haja intervenção de um ente soberano. Deste modo, ele defende que a sociedade civil precisa de um juiz comum com autoridade para em caso de conflito, não necessariamente em caso de guerra, um governo, mas não um governo absoluto, seja capaz de solucionar os problemas, desde que não restrinja, mas que preserve e amplie a liberdade.

Locke por ser também contratualista, pressupunha que a relação da sociedade e do próprio estado deveria ser constituída através de um contrato outorgado por homens

livres, seja expressamente ou tacitamente. Em outras palavras, o contrato - reconhecido posteriormente na política moderna como uma constituição – determinava o relacionamento entre o governo e o povo. Nessa concepção, ele toma emprestado a ideia inglesa de curadoria, pois embora seja dado ao estado alguns poderes, ele não pode usá-los em seu próprio benefício, mas é obrigado a atuar em benefício da comunidade. Além disso, o pacto, precisa, ao mesmo tempo, ser capaz de criar o estado, e também, capaz de limitar seu próprio poder, restrição esta que garanta o direito de insurreição.

Na obra de Locke em comento, é colocada em discussão a razão pela qual o homem, sendo o senhor absoluto de sua própria pessoa, renuncia a sua liberdade a um império para se sujeitar ao controle de qualquer outro poder. A explicação é simples e objetiva: “ainda que no estado de natureza ele tenha tantos direitos, o gozo deles é muito precário e constantemente exposto às invasões de outros. Todos são tão reis quanto ele, todos são iguais, mas a maior parte não respeita estritamente, nem a igualdade nem a justiça, o que torna o gozo da propriedade que ele possui neste estado muito perigoso e muito inseguro. Nesse sentido, surge a vontade de abandonar essa condição, que, embora livre, não está a salvo dos medos e perigos; o desejo de se juntar a outros que já estão reunidos visa a proteção mútua de suas propriedades: a vida, a liberdade e os bens.

Destarte, Locke representa todas as liberdades em uma designação geral, a propriedade, em *latu sensu*, para tratar do direito à vida, à liberdade e à propriedade (em *stricto sensu*), autodenominado em sua obra como “bens”. Assim, nasce a concepção, para os liberais clássicos, o que se chama hoje de direitos individuais e também de direitos humanos de primeira geração.

O estado, então, passa a ter a obrigação de garantir a cada um sua propriedade, em sentido amplo; e jamais presumir que o poder da sociedade, ou o poder legislativo por ela instituído, legisle ou atue além do bem comum. Quem estiver representando a sociedade, seja quem for, tem o dever de governar com estrita obediência às leis estabelecidas, promulgadas e conhecidas pela comunidade civil. Além disso, essa nova estrutura de poder só pode empregar a força, isto é, só pode punir, aplicar sanções para assegurar o cumprimento dessas leis visando um único objetivo: preservar a paz, a segurança e o bem público do povo. Observa-se, portanto, uma inversão de polos, uma vertente oposta à do estado total, classificada como um marco fundamental para o surgimento do liberalismo clássico, o qual prevê que o estado passa a ser observado e controlado pelo - que Rousseau chama mais tarde – de cidadão.

Começa nesse período também a ideia de separação de poderes. Para John Locke, a primeira lei positiva fundamental de todas as comunidades políticas é o estabelecimento do poder legislativo. Sendo assim, a mesma lei que institui o estado também delimita o uso de seu poder. Isto é, cria-se uma primeira lei que demarca o modo de aquisição do poder público e a maneira com a qual ele exercerá o poder. Ademais, ele afirma que o poder legislativo deve ser o poder supremo e os demais poderes derivados dele e a ele

subordinados. A intenção dele, segundo Montaigne, era estabelecer uma soberania sujeita à lei moral.

CONCLUSÕES

No entanto, essa soberania do legislativo não era absoluta. Então, quem estava acima do poder legislativo? Quem de fato exercia a soberania? Locke, no “Segundo tratado sobre o governo civil” reverbera que “permanece ainda no povo um poder supremo para remover ou alterar o legislativo contrário à confiança nele depositada”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo Civil: Ensaio sobre a Origem, os Limites e os Fins Verdadeiros do Governo Civil. Traduzido por Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994.

MERCADOS ESTRUTURADOS E REGULADOS: ATUAÇÃO DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO

Alexandra Fernandes Costa

Helena Beatriz de Moura Belle

INTRODUÇÃO

A necessidade de intensificar a discussão sobre o desenvolvimento econômico e viabilizar melhores técnicas no universo dos negócios, motiva o estudo que abarca os Mercados, a Economia e o Direito, com a atuação do Estado Regulador através de agências específicas, para este fim, regular certas operações com vistas a harmonia de atuação entre agentes públicos e privados.

O inter-relacionamento nos debates que tratam de modelos jurídicos e institucionais, atentando a congruência do sistema legislativo, estabelecido pelo mercado competitivo é assunto recorrente haja vista que, nos dispositivos constitucionais, são declarados preceitos que levam a interpretações nem sempre convergentes. De um lado tem-se a livre iniciativa do setor privado, que, a princípio, tem autonomia para o exercício da atividade econômica, desde que haja objeto lícito e aplicabilidade do princípio da função social, conforme Constituição Federal de 1988 (CF/1988), artigo 170, parágrafo único. Por outro lado, com seu poder regulador, o Estado determina que em algumas áreas, somente ele – o Estado, de forma direta ou indireta, poderá atuar, conforme artigo 174 da CF/1988.

Trata-se de uma iniciativa, do setor privado, sempre fiscalizado e orientado pelo setor público, que, em virtude de suas prerrogativas, poderá intervir sempre que as diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento nacional equilibrado forem requisitados ou aviltados.

Os fatores políticos, econômicos e sociais aliados aos acontecimentos multifacetados submetem aos atuantes a uma realidade distinta, aliada a prática e aplicação de modelos funcionais, para determinado mercado, que apresenta diversidades quanto a regiões e culturas, remetendo a conflitos inevitáveis. A intervenção do Estado regulador e controlador é efetivada com intuito de assegurar a livre concorrência e a estabilidade monetária do País, tornando o mercado apto para operar e gerar preços de forma real e eficiente. Pelo menos é o que se deseja.

No Brasil a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei nº 8.987/1995), dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto na CF/1988, artigo 175, fruto das orientações contidas no artigo 5º, de forma taxativa, “o Estado promoverá a defesa do consumidor na forma da lei”.

Em virtude das relações mercadológicas, ressalta-se, importante é a aplicabilidade da Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC), artigo 22, ao dispor que “os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob

qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos”. Nota-se, portanto, a responsabilidade das pessoas físicas ou jurídicas que se envolvem na relações mercadológica e de consumo.

As negociações econômicas, de forma equidistante, se conectam com as normas jurídicas advindas de um Estado soberano as quais complementam as análises relativas a Teoria Econômica. No Brasil, desde a década de 60, tem-se observado a instalação de marcos jurídicos, como exemplo, a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 (Lei nº 12.529/2011), que dispõe sobre a estrutura do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, e, também, sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica do país.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça, unidade do Sistema Brasileiro de defesa da Concorrência no Brasil, foi instituído para cuidar da atuação de organizações econômicas, com foco na lealdade concorrencial. O Estado tem empreendido ações para manter o mercado econômico saudável mediante a atuação do CADE que tem atribuições preventiva, educacional e repressiva.

Nesse sentido o Estado, entidade administradora da sociedade e garantidora das condições de vida social sob requisitos ideológicos, lida com uma competição que não é totalmente desamarrada do contexto social, limitando a liberdade do indivíduo, por impactar, de forma implacável no rearranjo de medidas distributiva ou de políticas e práticas que efetivam, com eficiência e eficácia, na promoção do bem-estar social e econômico.

MATERIAL E MÉTODOS

Marconi (2001, p. 47), orienta que o método de abordagem dialético “penetra o mundo dos fenômenos por meio de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade”, razão pela qual, no presente ensaio, foi levado em conta este método, pois, trata-se de discussão que envolve um cenário altamente competitivo, no qual verificam-se empreendimentos vinculados aos setores públicos e privados e que não estão à margem de sua própria atuação, pois, devem seguir as orientações normativas e administrativos, determinadas pelo poder público, inerentes as declarações contida na Constituição Federal brasileira, de 1988.

O tipo de pesquisa qualitativa foi fundamental para dar início ao presente estudo, pois, conforme Marconi e Lakatos (2004), trata-se de exame que envolve aspectos complexos e particulares das Ciências Jurídicas, e permite a adoção de técnica de revisão bibliográfica, descritas por Marinheiro, Sanches e Archanjo (2015), portanto acertadas para este tipo de estudo. A análise dos dispositivos legais e as fontes diretas e indiretas, primárias e secundárias, possibilitou conhecimento de situações e consciência sobre o

vasto campo a ser pesquisado, por se tratar, ainda, de um ensaio, uma encenação para uma pesquisa robusta, aplicável a regulação de mercados pelo Estado.

A pesquisa qualitativa é imprescindível ao estudo de assuntos que envolvam as Ciências Sociais Aplicadas, como é o caso das Ciências Jurídicas, pelo fato de as investigações terem por objetivo “ir além de um levantamento de dados estatísticos, pois se propõem estabelecer sentido e significação que estão para além da aparência dos fatos e são impossíveis de serem captados por índices quantitativos” (MENDONÇA; NUNES, 2003, p. 72).

A adoção de técnicas apropriadas são importantes no sentido de facilitar a compreensão do assunto em comento. Para Marconi (2001, p. 49), tais técnicas são “processos de que serve a ciência, ou habilidades para utilizar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos”. Logo, trata-se de mecanismos que, por meio de documentação indireta, com abrangência na pesquisa documental e bibliográfica; também de documentação direta, com uso de várias práticas, sendo as mais usuais: questionário, formulário, medidas de opiniões e de atitudes e análises de conteúdo, com aplicabilidade apropriada ao presente estudo.

Fazzio Júnior (2012, p. 13), com fundamentos no tecnicismo na área jurídica, se depara com duas fontes entendidas como meio prático de realização do direito objetivo, as fontes primárias e as secundárias. Por entender que o estado democrático de direito manifesta-se, de forma obrigatória, em face de determinada situação jurídica, mediante a lei, isto é completamente aplicável ao presente estudo.

Ressalta-se que os métodos e técnicas de pesquisas aplicados no presente ensaio viabilizaram o alcance dos objetivos propostos inicialmente, pois, se constituíram em mecanismos facilitadores e que propiciaram o desempenho dos trabalhos de pesquisa para o alcance dos resultados desejados. Outras metodologias poderão facilitar a continuidade das pesquisas e certamente elucidarão as facetas que envolvem a regulação de mercados discutida neste estudo e que serão alvo de novas discussões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A instauração e regulamentação de políticas econômicas, com posituação de normas, demonstra a real necessidade de estruturação dos mercados por vias institucionais, que viabilizam o desenvolvimento de certas áreas que requeiram autorização pelo governo, com o intuito de fomentar a autonomia e a abrangência da atuação de agentes constituídos especificamente para estes fins.

O Estado, entidade administradora da sociedade e garantidora das condições e promoção do bem-estar social e na relação harmônica dos membros desta sociedade, completamente influenciado por fatores ideológicos e sociológicos, lida com uma competição que não é descolada da liberdade do indivíduo ou limitando-o em suas ações, impactando, no rearranjo de medidas distributiva ou de políticas e práticas que efetivam, com eficiência e eficácia, ou não, a promoção do bem-estar social e econômico, sem

deixar de avaliar a variante ambiental com o intuito de alcançar o desenvolvimento sustentável.

Como agentes promotores da atividade econômica organizada, prioritariamente, tem-se o envolvimento de organizações empresárias e não empresárias, pessoas físicas e jurídicas, com tendência liberal e premissas direcionadas a lucratividade, privilegiando poucos, em geral, os investidores. Em qualquer negócio procuram demonstrar a relevância do dever e efetivação no desenvolvimento por um determinado objeto lícito, em um mercado globalizado e exigente, com o fim de ultrapassar fronteiras mercadológicas, e, também, atuar com ética e performance econômica desejável.

A sociedade assume características, produtiva e de consumo, na qual os estilos de vidas, individual e coletivo, sofrem influências de paradoxos e preceitos impostos pelo mercado, regulado ou não, impactando não somente no estilo de vida de cada um, também na atividade econômica organizada. Esta relação, de produção e consumo, pode ser gerida por mecanismos que impactam na ordem econômica, pela atuação de agentes constituídos para atuação fraudulenta. Tais infrações são alvo de constante vigilância pelo poder público. Resta verificar se há efetividade, nos casos de repressão as infrações tipificadas na lei.

A este respeito, a Lei nº 12.529/2011, artigo 32, dispõe que “as diversas formas de infração da ordem econômica implicam a responsabilidade da empresa e a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores, solidariamente.”. A aplicabilidade da lei tanto poderá envolver pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, e, ainda, as associações e organizações, constituídas de fato ou de direito, mesmo que temporariamente, com ou sem personificação jurídica, incluindo aquelas que desenvolvem atividade qualificada como monopólio legal.

Importante ressaltar que os bens são produzidos para fins de utilização, com duração de longo tempo, ou de consumo imediato, e não estão relacionados, diretamente, as necessidades básicas de uma determinada categoria de clientela. Nesse sentido, quando o Estado não executa, por meio de seus órgãos e empresas públicas, ou na forma de monopólio, permite a atuação do setor privado, prioritariamente, mas regula a atividade econômica, inclusive, permitindo que outras organizações exerçam, em seu lugar, as atividades, por “concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos” (CF/1988, artigo 175).

A Lei nº 8.987/1995, artigo 2º, apresenta as conceituações dos agentes, indicando que são: “I – poder concedente: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão”. Verifica-se que não há limitação quanto a atuação das diversas esferas governamentais. No inciso “II – concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado”,

percebe-se a necessidade de vigilância quanto a atuação leal e a participação de organizações – pessoas jurídicas com capacidade para cumprimento das obrigações.

Ainda no artigo em comento, 2º, da lei 8.987/1995:

Art. 2º. [...]

III – concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;

Verifica-se a participação de pessoas jurídicas ou de consórcios específicos para contratar com o governo, obras que envolvam construção, reforma, ampliação ou melhoramentos, mediante participação em processo licitatório.

No mesmo artigo 2º, inciso tem-se que “IV - permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco”.

Verifica-se que nesta permissão há a possibilidade de participação, tanto por pessoas físicas quanto jurídicas, mediante aferição da capacidade econômico-financeira e operacional para o cumprimento do contrato. Um risco, tendo em vista que nem sempre a capacidade declarada corresponde a capacidade real, ainda que haja a aplicabilidade preponderante dos dispositivos legais.

DI PIETRO (2014) orienta que:

Concessão de obra pública é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público transfere a outrem a execução de uma obra pública, para que a execute por sua conta e risco, mediante remuneração paga pelos beneficiários da obra ou obtida em decorrência da exploração dos serviços ou utilidades que a obra proporciona (PIETRO, 2014, p. 304).

Considera-se, assim, mercado regulamentado ou mercado controlado, aquele que atua com a interveniência do poder público, para permitir e fiscalizar a operacionalização de seu objeto, por um órgão do governo, nomeado para este fim, com vistas ao fornecimento de bens ou serviços a uma comunidade específica ou abrangente. Esta concessão ou permissão poderá envolver prazos e condições de fornecimento de bens, produtos e serviços e, notadamente, os preços a serem praticados nesse mercado mantido em vigilância pelo Estado.

A Lei nº 8.666, de 13 de junho de 1993 (Lei nº 8.666/1993) dispõe sobre os princípios norteadores nesta relação contratual, contidos no artigo 1º.

Art. 1º. Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Verifica-se que, no que concerne a ordenamento, o Brasil está servido. Entende-se que há formas variadas de orientação e regulamentação em mercado regulamentado, pois, neste rol, podem se incluir questões tributárias, trabalhistas, meio ambiente, concorrência, controles, relações de consumo, segurança nacional, dentre outras questões. Também, o mercado regulador controla monopólios naturais. Assim, atividades pertinentes ao transporte coletivo, telecomunicações, abastecimento de água, energia elétrica, gás, dentre outros, estão sujeitos a constantes vigilâncias.

O Estado é responsável pelo desenvolvimento econômico e correta aplicabilidade do ordenamento, de tal modo, deve atuar diretamente se responsabilizar pelo funcionamento de mecanismos de prevenção, e de normas de repressão à práticas que por ventura possam vir a macular a harmonia social. Nesta acepção, necessária se faz a interpretação da Lei nº 8.987/1995, artigo 6º, pela atribuição do que seja serviços adequados:

Art. 6º. Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

§ 2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

I – motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações;

Percebe-se que os rastros disponibilizados pelo mercado, nos preceitos sociáveis, tornam falaciosas a liberdade individual e o caráter utilitário da causa posta, tornando profundas as desigualdades entre os indivíduos e as classes sociais.

A efetivação do desenvolvimento econômico exige do direito o desempenho de respaldar e certificar a democracia com o intuito de ensinar a autossuficiência individual e coletiva de uma sociedade como um todo. A importância da vinculação entre desenvolvimento e democracia para que os sujeitos se posicionem, para não serem triviais, com escolhas de estratégias de regulação, para fazer valer o preceito da

Constituição Federal brasileira, de 1988, em termos de representatividade e participação, suscitando dessa forma a ascensão do progresso através da aplicabilidade do Direito, melhor, da Justiça.

CONCLUSÕES

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio permitiu inferir que o desenvolvimento que se caracteriza, às vezes, de forma globalizada, é planejado e executado por grupos econômicos que possuem o desejo de obter retornos financeiros, sem cometer exorbitâncias, mas, outros, insistem em atuar em detrimento de direito individual e coletivo, que esbarram no impedimento do crescimento social.

O sentimento corporativo, bem como, patrimonialista vem cedendo espaço para um modelo conhecido como sustentável que integra questões de natureza econômica, social, ambiental e energética, com a intenção de apresentar resultados mais produtivos e equânimes pela aplicação de capital humano e financeiro, de forma mais racional, não deixando de lado o poder de intervenção do Estado, regulador, tendo como uma das finalidades o controle da concorrência.

O Estado, administrador da sociedade, garantidor das condições de vida social, ao longo do tempo, deixa evidências em relação ao descaso social. A permanência da iniciativa privada, mas também o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores, assegura o direito de propriedade, entretanto, o mesmo deve ser exercido de acordo com os interesses social e coletivo.

O Estado prioriza responsabilidades e deveres, em lugar de protagonista na execução dos serviços, suas funções passam a ser as de planejamento, regulação e fiscalização, iniciativas e imperativas relacionadas à prestação dos serviços públicos. Nessa forma de organização, a realização de variadas atividades passa à iniciativa privada, garantida a intervenção do Estado, independentemente dos seus recursos e fins.

Enfim, verifica-se a importante missão de se pesquisar sobre os pontos destacados neste ensaio. Sugere-se, deste modo, incursões mais expressivas nesta área tão importante, com o intuito de se estabelecer a paz e a harmonia social no Brasil, e esta é a tarefa das pesquisadoras signatárias desta produção científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Marcio Iorio. Manual de Direito Regulatório: Fundamentos de Direito Regulatório. 3.ed. London: Editora Laccademia Publishing, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. D.O.U. de 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.088, de 31 de outubro de 1990. Dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências. D.O.U. de 01.11.2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8088consol.htm. Acesso em: 28 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. D.O.U. de 22.06.1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em: 28 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. D.O. U. de 13 de fev.1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8987compilada.htm. Acesso em: 28 out. 2017.

BRASIL. Lei n 12.529, de 30 de novembro de 2011. Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei no 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei no 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. D.O.U. 30 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm. Acesso em: em: 28 out. 2017.

CARVALHO, Matheus. Manual de Direito Administrativo. 4. ed. Salvador: Editora JusPODIVIM, 2017.

CUNHA, Paulo César Melo Da. Regulação Jurídica da Saúde Suplementar no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2003.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2004.

MENDONÇA, Alzino Furtado de; NUNES, Heliane Prudente. Elaboração do projeto de pesquisa. In.: MENDONÇA, Alzino Furtado de; ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro; NUNES, Heliane Prudente; REGINO, Sueli Maria de. Metodologia científica: guia para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Goiânia: Faculdade Alves Faria, 2003.

PIERO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administraivo. São Paulo: Atlas, 2014.

SOUTO, Marcos Juruena Villella. A Função Regulatória. In: _____; MARSHAL, Carla C. (Coord.) Direito Empresarial Público. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2002a.

Mobilidade Urbana na Cidade de Anápolis-GO.

Cristiane Ribeiro e Silva

Cristiane Ingrid de Souza Bonfim

Maxilene Soares Corrêa

INTRODUÇÃO

A mobilidade urbana constitui-se um dos maiores desafios dos grandes centros urbanos. Abrangendo planejamento, tecnologia, políticas públicas, sustentabilidade e mudança de paradigmas, é um tema essencial a ser tratado diante do desenvolvimento e progresso que a sociedade ambiciona a cada dia.

O conceito de mobilidade vai além da utilização e disposição dos meios de transporte, e engloba também diversos fatores que se relacionam com a qualidade de vida de toda população, para quem a cidade é idealizada e deve atender-lhe as necessidades garantidas constitucionalmente. O que se observa é que o crescimento desordenado das cidades provocou a segregação socioespacial, prejudicando a dinâmica econômica e a qualidade de vida da população, que se relaciona diretamente à eficácia e eficiência da mobilidade urbana. A política de mobilidade deve então viabilizar o acesso amplo e democrático das pessoas ao espaço urbano, às oportunidades de alcançar bens, serviços, atividades e destinos, favorecendo de igual forma a construção de uma infraestrutura adequada a uma cidade sustentável, com vistas à preservação dos recursos naturais existentes no planeta para as futuras gerações. A mobilidade urbana deve ser socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável e as políticas de transporte devem sempre focar as pessoas e não os veículos.

Atendendo as exigências legais em relação à mobilidade e planejamento urbanístico, em 2001 aprovou-se no Brasil o Estatuto da Cidade, com base na Lei Federal nº. 10.257 de 10, de julho de 2001, regulamentando os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelecendo diretrizes gerais para implantação da política urbana e regulamentação do uso da propriedade urbana no Brasil. Em 2012, a Lei Federal de Mobilidade Urbana nº. 12.587 de 3 de janeiro, assegurou o pleno acesso universal à cidade através da gestão e do planejamento do sistema de mobilidade com gestão democrática e controle social no planejamento da mobilidade urbana.

Entretanto, para implementação das leis, uma das grandes barreiras é o aspecto cultural, que vê o transporte coletivo e o modal bicicleta como transportes próprios da população mais pobre, os veículos motorizados como meio mais veloz de locomoção, além de considerarem que todos os veículos tem direitos iguais ao uso das vias públicas. Os sistemas urbanos, dominados pelo transporte individual motorizado, precisam de políticas de conscientização e (re)educação da população. As Leis Federais atribuem aos estados a possibilidade de implementação através de incentivos financeiros e mecanismos de controle. Em todo caso, para que haja sucesso, os programas de mobilidade urbana

sustentável necessitam de planejamento de ações e intensa participação de todos os cidadãos, gestores e técnicos.

A cidade de Anápolis não escapa às consequências do progresso que vem vivenciando nas últimas décadas. Situada na mesorregião do Centro Goiano, com uma área de 933.156 km², sendo a terceira maior cidade do estado em número de habitantes, cresceu de forma espraiada, com aglomerações afastadas do centro urbano. Economicamente, destaca-se na cidade um polo industrial avançado, comércio, mercado de trabalho e centro de ensino universitário, tornando-a a segunda maior economia do Estado, produzindo um grande fluxo de pessoas e veículos na cidade, que também possui a terceira maior frota de veículos do Estado de Goiás.

Em Anápolis, agregando ao Plano Diretor, a prefeitura desenvolve um projeto objetivando oferecer serviço de qualidade, conforto, rapidez e segurança para todos os usuários do transporte coletivo, fazendo dele também a opção preferencial dos Anapolinos. Em parceria com o Governo Federal, assinou em 2015 um contrato com a Caixa, fruto do programa Pró Transportes - PAC2 - Mobilidade Médias Cidades do Governo Federal, através do Ministério das Cidades, com investimento de 74 milhões para melhoria em toda área urbana e mobilidade da cidade, atendendo a desafios como recálculo de linhas e rotas pela engenharia de tráfego, construção de estações de embarque mais modernas e confortáveis, pontos de integração das linhas, ciclovias, estacionamentos, prevenção de acidentes de trânsito, revitalização de calçadas ainda precisam ser considerados.

Diante do exposto, o tema escolhido apresenta-se como relevante para o sucesso da cidade, para a continuidade do progresso e para a qualidade de vida de sua população. Sendo assim, esta pesquisa objetiva analisar as condições atuais da mobilidade urbana de Anápolis, a partir de indicadores quantitativos e qualitativos referente às escalas de abrangência de condições socioeconômicas da cidade e de sua população, que se beneficiam de forma heterogênea dos meios de transportes coletivos, entretanto sofrem com as condições ambientais derivadas desse modelo.

A proposta busca implementar a pesquisa na cidade de Anápolis-GO, que conta com mais de 370.875 habitantes, conforme (IBGE, 2015), com o objetivo de analisar a mobilidade urbana, a partir de indicadores quantitativos e qualitativos referentes às escalas de abrangência de condições socioeconômicas da cidade e de sua população, que se beneficia de forma heterogênea dos meios de transportes coletivos, que entretanto, sofrem com as condições ambientais derivadas desse modelo.

O foco empírico da investigação é definido nos espaços do município de Anápolis. Cidade com alto crescimento populacional aliado à sua ocupação não planejada propiciou a ocorrência de mobilidade urbana precária, baseada principalmente na posse privada dos meios de locomoção. Os transportes coletivos e alternativos precários no tocante à demanda e na qualidade dos veículos têm influenciado negativamente na qualidade de vida de seus moradores.

MATERIAL E MÉTODOS

Para desenvolvimento da pesquisa foi utilizados levantamentos documentais para conhecimento das políticas públicas do setor abordado, e quantitativas, referentes às escalas de abrangência de serviços públicos municipais voltados para a política de mobilidade urbana, permeando condições socioeconômicas e ambientais da cidade. Pesquisas bibliográficas fundamentaram os estudos em suas concepções de mobilidade, acessibilidade urbana, sustentabilidade, preservação ambiental, transportes, como também a pesquisa analítica das estatísticas e dos dados apresentados, a partir de índices fornecidos pelo CMTT, MINISTÉRIO DAS CIDADES, ANTP, e outros órgãos e secretarias, sendo as análises operacionalizadas com fulcro no Plano Diretor de Anápolis, além de vários documentos oficiais do Brasil referentes ao tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando-se o panorama de Anápolis com 251.574 veículos, a frota de Anápolis é a terceira entre as 10 maiores do Estado de Goiás sendo um elemento importante para o agravamento de acidentes no trânsito. Estatísticas apresentadas pela Companhia Municipal de Trânsito Transportes, o número de acidentes no município de Anápolis-GO teve um considerável índice de decréscimo entre os anos de 2014 a 2017 inconclusos. De acordo com a Companhia Municipal de Trânsito de Anápolis, o ano de 2014 obteve 4.244 acidentes, sendo que em 2015 finalizou o ano com 3.410 acidentes e 2.844 acidentes no ano de 2016. Observa-se que nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril do ano de 2017, comparados aos mesmos meses dos anos de 2014, 2015, 2016, o número de acidentes foram abruptamente diminuídos.

As estatísticas apresentadas pelo CMTT- Anápolis (2017) revelam índices crescentes de acidentes de trânsito com vítimas, nas áreas urbanas da cidade envolvendo faixa de pedestres, entre o período de 2013 e 2014, e decrescentes em relação ao período que compreende 2015 e 2016 no que tange aos números de acidentes. Tais estatísticas apresentadas, em 2013, ocorreram 247 acidentes, sendo o mês de outubro o que apresentou maior número de acidentes, enquanto janeiro obteve um baixo índice de ocorrências. Em 2014, observa-se que o maior índice de acidentes também ocorreu em outubro com 28 acidentes e, totalizando em 217 acidentes que, comparados ao ano anterior teve um leve decréscimo. Em 2015, fevereiro e março foram os meses que obtiveram maior número de acidentes, totalizando 175 acidentes, que comparados ao ano anterior deve uma redução. Já em 2016, foi o período que menos ocorreu acidentes em faixa de pedestres, o índice diminuiu consideravelmente, comparado aos anos anteriores.

Mesmo com dados relativos ao ano de 2017, ainda inconclusos, pelas estatísticas dos acidentes registrados, os meses de janeiro, fevereiro e março obtiveram um decréscimo notório de acidentes, comparado aos mesmos meses de 2013 a 2016.

Considerando-se o panorama de Anápolis, tais estatísticas segundo o Relatório contendo dados sobre acidentes com vítimas e sem vítimas em decorrência de acidentes de trânsito entre 2016 e 2017 fornecidos pela Companhia Municipal de Trânsito Transportes - Diretoria de Engenharia de Tráfego (CMTT) aponta que, o ano de 2016 ocorreu 1.519 acidentes com vítimas e 1.326 sem vítimas. Fazendo comparativo mês a mês percebe-se que março foi o período que obteve o maior índice de acidentes sem vítimas (276 acidentes) e, o mês de abril o que obteve o maior índice de acidentes com vítimas (327 acidentes). Os dados fornecidos pelo CMTT não revelou o número de óbitos ocorridos nesse período. Ainda, conforme as estatísticas apresentadas observa-se que no mês de janeiro ocorreu uma diminuição considerável de acidentes sem vítimas no ano de 2017 (11 acidentes) e 2016 (252 acidentes). Ainda analisando o mês de janeiro, no que tange os acidentes com vítimas em 2016 e 2017 não teve índices discrepantes; 98 acidentes com vítimas e 88 acidentes com vítimas respectivamente. Em fevereiro e março, segundo as informações apresentadas, os acidentes com e sem vítimas no período de 2017 foram bastante inferiores aos ocorridos em 2016. Em síntese, os índices de acidentes de trânsito em 2017, sejam eles com vítimas ou não, foram bastante reduzidos comparados trimestralmente ao ano de 2016.

Usando dados do (CMTT, 2016), diagnosticou a seguinte distribuição: quanto à faixa etária, os acidentes de trânsito, entre condutores de 18 aos 80 anos, totalizaram 4.815 acidentes. Os 3 maiores índices estão compreendidos entre 18-25 anos (952 acidentes), 26-30 anos (744 acidentes), e entre 31-35 anos (725 acidentes). Esse alto índice de acidentes entre jovens atingidos é em razão do estilo de vida ao qual estão geralmente associados. Dirigir alcoolizado e o excesso de velocidade são as principais causas de acidentes entre jovens.

Em contrapartida, os 3 menores índices estão entre a faixa etária de 61 a 80 anos, sendo que, 146 acidentes foram constatados entre as idades de 61-65, 92 acidentes entre 66-70, e 113 acidentes de trânsito 71-80 anos.

Os dados estatísticos comparativos entre 2016-2017 (janeiro a abril), revelam que os acidentes de trânsito em Anápolis continuam sendo em maior número por condutores do sexo masculino. Entretanto, os índices de janeiro a abril de 2017 são bem inferiores ao ano de 2016. Observa-se que o total de acidentes realizado por condutores femininos e masculinos em 2017 perfazem 215 acidentes por quadrimestre. Muito diferente, quando comparado ao ano de 2016 que finalizou com 497 acidentes.

Conforme Companhia Municipal de Trânsito Transportes - Diretoria de Engenharia de Tráfego (CMTT, 2017), os dados estatísticos ainda inconclusos, de acidentes de trânsito quanto ao tipo de veículos, revelam que os automóveis e as motocicletas ainda continuam sendo os maiores causadores de acidentes. Nos meses de janeiro a abril, foram ocorridos 412 acidentes, sendo 207 causados por automóveis, 117 por motocicletas e 19 por camionetas.

CONCLUSÕES

Tal cenário tem mostrado que o sistema viário urbano da cidade de Anápolis, não está preparado para a expansão do transporte individual versus coletivo, agravando ainda mais o problema e contribuindo para o número de acidentes e mortes no trânsito.

Nesse sentido, nota-se que ainda há muito a se trabalhar sob o ponto de vista da mobilidade urbana da cidade. São necessários investimentos em campanhas, educação e treinamento (informação, formação e requalificação), além de fiscalização e engenharia, para que as normas e regras de trânsito sejam observadas e cumpridas. O respeito à lei desse ser visto como proteção à vida e não apenas como imposição e cumprimento de normas legais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTP 2014. Sistema de informações da mobilidade urbana: relatório comparativo 203-2012. Associação Nacional dos Transportes Públicos. Available from: <http://www.antp.org.br>. (cited 2016 out 10).

Barczak R, Duarte F 2012. Impactos ambientais da mobilidade urbana: cinco categorias de medidas mitigadoras. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), 04(01):13-32, jan./jun.

Boareto R 2008. Política municipal de mobilidade por bicicleta. Instituto de Energia e Meio Ambiente, Fórum Estadual de Dirigentes de Transporte e Trânsito, Guarulhos, SP, nov.

Boareto R 2010. A bicicleta e as cidades: como inserir a bicicleta na política de mobilidade urbana. São Paulo: TC Urbes.

Brasil 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. (cited 2017 mar 20).

Brasil 1993. Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993. Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências. Brasília, 1993. Available from: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8723.htm. (cited 2017 mar 20).

Brasil 1997. Lei nº 9.503 setembro de 1997, de 23 de. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Available from: <http://www.denatran.gov.br/ctb.h>.

Brasil 2001. Estatuto da cidade. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 189 da Constituição Federal. Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília. Available from: <http://www.planalto.gov.br>. (cited 2016 aug 24).

Brasil 2004. Ministério das Cidades. Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável: Princípios e Diretrizes. Brasília.

Brasil 2005. Resolução nº 34, de 01 de julho de 2005.

Brasil 2005. Ministério das Cidades. Mobilidade urbana é desenvolvimento urbano. Ministério das Cidades, Brasília.

Brasil 2005. Ministério das Cidades. Mobilidade urbana: subsídios para uma gestão integrada. SeMOB- Secretaria Nacional de Transportes e Mobilidade Urbana, Ministério das Cidades, Brasília.

Brasil 2006. Ministério das Cidades. Curso de gestão da mobilidade urbana. Ministério das Cidades, Brasília.

Brasil 2007. Ministério das Cidades. Planmob: construindo a cidade sustentável – caderno de referências para elaboração de planos de mobilidade urbana. Brasília.

Brasil 2007a. Ministério das Cidades. Planmob: orientações aos órgãos gestores municipais na elaboração dos Planos Diretores de Mobilidade Urbana. Brasília.

Brasil 2007b. Ministério das Cidades. Construindo uma Cidade Acessível. Caderno 2. Brasília.

Brasil 2009. Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Brasília, 2009. Available from: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm. (cited 2017 abr 20).

Brasil 2010. Decreto Federal nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010. Regulamenta os arts. 6º, 11 e 12 da Lei no 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, e dá outras providências. Brasília, 2010. Available from: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7390.htm. (cited 2017 mar 20).

Brasil 2012. Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da política nacional de mobilidade urbana. Diário oficial da União, Brasília, ano 192, n.3, p. 1-4. Available from: <http://www.planalto.gov.br>. (cited 2016 may 24).

Brasil 2014. EMBARQ. Passo a passo para a construção de um plano de mobilidade urbana. Available from: <http://embarqbrasil.org/research/publication/passopasso-para-construcao-de-um-plano-de-mobilidade-urbanasustentavel>. (cited 2016 may 03).

Brasil 2015. Emenda Constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015. Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. Brasília, 2015. Available from: www.planalto.gov.br. (cited 2016 oct 20).

Conterno RC 2013. O transporte público coletivo a partir do conceito de mobilidade urbana sustentável: um estudo de caso na cidade de Pato Branco PR. Masters dissertation, Universidade tecnológica federal do Paraná.

Costa LP, Morais IRD 2014. Espaço, iniquidade e transporte público: avaliação da acessibilidade urbana na cidade de Natal/RN por meio de indicadores de sustentabilidade/ Space, iniquity and public transportation: assessment of urban accessibility in the Natal/RN city through... Revista Sociedade & Natureza, 26(02).

Costa MS 2008. Um índice de mobilidade urbana sustentável. Tese de doutorado. Escola de engenharia de São Carlos da universidade de São Paulo.

Da Cruz Filho V, Nascimento DC 2016. Mobilidade urbana e a redução de acidentes de trânsito. Id online Revista de Psicologia, 10(30):100-114.

D' Andrea C, Júnior raia AA 2006. O estatuto da cidade e os planejamentos de transporte e de circulação. Revista dos Transportes Públicos– ANTP, ano 28, 3º trimestre.

De Araújo MRM, De Oliveira JM, De Jesus MS, De Sá NR, Dos Santos PAC, Lima TC 2012. Transporte público coletivo: discutindo acessibilidade, mobilidade e qualidade de vida. Revista Psicologia& Sociedade, 23(03).

Elias ACC 2001. Estacionamento rotativo pago em via pública: racionalização do uso da via x disposição do usuário em pagar pelo serviço. Masters dissertation, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Escola de Engenharia.

Estado de Goiás 2009, 2017. CMTT – Companhia Municipal de Trânsito e Transporte de Anápolis.

Estado de Goiás 2015. Prefeitura Municipal de Anápolis.

Estado de Goiás 2016. Lei Complementar nº 349, de 7 de julho de 2016. Plano Diretor Participativo do Município de Anápolis-GO. Ministério de Meio Ambiente. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Available from: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-anapolis-go>. (cited 2017 feb 22).

Estado de Goiás 2016. Memorial Plano Diretor Participativo de Anápolis.

Estado do Rio de Janeiro 2015. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN. O custo dos deslocamentos nas principais áreas urbanas do país. Publicações Sistema Firjan – Pesquisas e estudos socioeconômicos: Firjan.

Fernandes AM, Nogueira AF, Teixeira DCD 2016. Morte no trânsito não é acidente: análise e recomendações ao programa do governo de Goiás para reduzir as mortes no trânsito. Masters dissertation, Fundação Getúlio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

Fragomeni G 2012. Planejamento e mobilidade urbana: uma breve análise da produção científica internacional. Revista dos Transportes Públicos: ANTP.

Freitas PVN, Silveira JAR, Silva GJA, Silva DC 2015. Mobilidade urbana sustentável: problemas e soluções. Revista Científica ANAP Brasil, 8(12):01-17.

Gomide AA, Carvalho CHR, Pereira RHM, Lima Neto VC, Galindo EP 2012. A nova lei de diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Comunicado do IPEA, nº. 128. Instituto de Pesquisa Aplicada.

Gomide AA, Carvalho CHR, 2017. Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN). Sistema Nacional de Trânsito. Available from: <http://www.denatran.gov.br/snt.htm>. (cited 2017 may 25).

IBGE 2015. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Available from: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/go/anapolis/panorama>. (cited 2017 aug 08).

Kneib EC 2014. Projeto e cidade: centralidades e mobilidade urbana. Goiânia: Gráfica UFG.

Leffe 2001. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes.

Leite C, Tello R 2010. Indicadores de sustentabilidade no desenvolvimento imobiliário urbano: relatório de pesquisa. São Paulo: Fundação Dom Cabral/Secovi.

Mendonça FAF 2016. Reestruturação de redes de transporte coletivo à partir da identificação de centralidade em cidades de médio porte: procedimento metodológico e definição de diretrizes. Masters dissertation, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade, Goiânia.

Mendonça FAF, Kneib EC 2016. Centralidades e transporte coletivo em cidades de médio porte: o caso de Anápolis-GO. Available from: <http://www.fau.ufal.br/evento/pluris2016/files/Tema%203%20%20Mobilidade%20e%20Transportes/Paper708.pdf>. (cited 2017 aug 10).

Morais TC 2012. Avaliação e seleção de alternativas para a promoção da mobilidade urbana sustentável: o caso de Anápolis, Goiás. Masters dissertation, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes e Área de Concentração em Planejamento e Operação de Sistemas de Transportes – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.

Motta R A, Mendonça Brasil AC 2012. Desafios da mobilidade sustentável no Brasil. Revista dos Transportes Públicos – ANTP, ano 34, 2º quadrimestre, p. 25-48.

Pereira LAG, De Moraes SDQ, Ferreira WR 2012. A geografia dos Transportes na organização do espaço urbano: mobilidade e acidentes de trânsito. Revista Caminhos de Geografia, 13(42).

Polonial J 2000. Ensaio sobre a história de Anápolis. Associação Educativa Evangélica, Anápolis, GO.

Saboya R 2008. O surgimento do planejamento urbano. Revista Urbanidades. Available from: <http://urbanidades.arq.br/2008/03/o-surgimento-do-planejamento-urbano/>-. (cited 2016 sep 03).

Seabra LO, Taco PWG, Dominguez EM 2013. Sustentabilidade em transportes: do conceito às políticas públicas de mobilidade urbana. Revista dos Transportes Públicos – ANTP- Ano, v.35, p. 2º.

Silveira MO 2010. Mobilidade sustentável: a bicicleta como um meio de transporte integrado. Masters dissertation, Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE/ Programa de engenharia de transportes.

Siqueira GDP, Lima JP 2012. Políticas públicas de mobilidade urbana: desafios e contribuições para o desenvolvimento sustentável. Anais do III Simpósio de Desenvolvimento, Tecnologia e Sociedade.

United Nations 1987. Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future. Available from: <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>. (cited 2016 sep 08).

Vaccari LS, Fanini V 2011. Mobilidade urbana. Série de cadernos técnicos, conselho regional de engenharia, arquitetura e agronomia do Paraná (CREA-PR), Paraná.

Van Bellen HM 2006. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 256.

Vasconcellos EA 2000. Transporte urbano nos países em desenvolvimento: reflexões e propostas. 3. ed. São Paulo: Annablume.

Vasconcellos EA 2001. Transporte urbano, espaço e equidade: análise das políticas públicas. 3 ed. São Paulo: Annablume.

Vasconcellos EA 2005. A cidade, o transporte e o trânsito. São Paulo: Pro-Livros Ltda, São Paulo.

Vasconcellos EA 2006. Transporte e meio ambiente: conceitos e informações para análise de impactos. São Paulo: Annablume.

O CONVENCIMENTO DAS PARTES E O VEREDITO DO TRIBUNAL DO JÚRI

TIAGO DOS SANTOS PEREIRA
Áquila Raimundo Pinheiro Lima

INTRODUÇÃO

O Código de Processo Penal em seu artigo 485 garante o sistema da íntima convicção dos jurados, encarregando os mesmo o não dever de fundamentar suas decisões não importe quem os peça ou os obrigue de fazê-lo. O dispositivo do artigo 485 do Código de Processo Penal tem um papel de suma importância no ordenamento jurídico e penal brasileiro, pois, sua garantia é fundamental para que os jurados exerçam sua função com total liberdade e assim não se sintam pressionados por nenhum dos lados dos julgados.

Entretanto, as partes encarregadas de expor motivos de liberdade e de condenação para com os jurados em relação ao réu, isto é, os advogados e promotores, podem por muitas vezes condenar um inocente ou soltar um culpado. A retórica é a principal arma de ambos os lados, não são os fatos. Um advogado sem retórica pode condenar seu cliente mesmo que inocente e um promotor de igual porte pode levar a soltura um criminoso. Mas retórica e teatro fazem parte da exposição de ideias e argumentos.

Aqui será abordado a História do Tribunal do Júri no Brasil e as definições de Tribunal do Júri, bem como sua origem. Em seguida abordado o problema midiático em relação ao júri e a influência que a mesma pode acarretar para o veredito desse Tribunal e as consequências de todas as vezes que a mídia abraça um fato para assim ganhar audiência, muitas vezes pelo puro sensacionalismo, e como a condenação social promovida pela mídia dificulta os trabalhos dos advogados e tem manchado a imagem do advogado no Brasil. E como a mídia se tornou um “segundo juiz” e passou a ter poder de condenação não apenas social, mas também judicial, que é a pressão que a mesma exerce sobre a população e sobre os jurados para conseguirem a condenação do acusado. E problemática do artigo 5º IX da Constituição Federal de 1988 que garante a liberdade de imprensa como garantia fundamental do Estado Democrático de Direito e a atuação da imprensa em relação aos casos que Júri, falta de informação, formação e doutrinação, sensacionalismo sobre essas matérias.

E sobre tudo isso que envolve o Tribunal do Júri, o peso psicológico sobre os jurados para condenar o réu que a mídia auto intitula como criminoso reais e certo sobre o fato em questão que está ou será julgado pelos mesmos, se réu apresenta ou não fatos que o incrimine e o problema de os mesmos acreditarem que possuem o dever legal de condenar, já que essa à vontade popular que a mídia infundiu sobre a população e não o dever de julgar, podendo acarretar a absolvição do réu e assim a fúria da sociedade

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho monográfico é um estudo qualitativo no qual foi desenvolvido primeiramente revisão literária sobre o tema, usando para isto o levantamento bibliográfico em livros e artigos recolhidos durante a visitação em bibliotecas e na rede mundial de computadores.

Segundo o dicionário Aurélio “metodologia: conjunto de métodos, regras e postulados utilizados em determinada disciplina e aplicação”. A palavra metodologia tem sua origem do grego, *methodo*, e quer significar caminho, e *logia*, que significa estudo. Pautado nesse contexto de procedimento organizado que conduz ao acerto do resultado, com coerência de ações, traçaram-se os caminhos a serem seguidos na elaboração desse trabalho de cunho científico.

Através de regras lógicas, ou etapas de procedimento procurou-se empregar técnicas para tornar compreensível a qualquer um que venha manusear esse referido trabalho.

Feitas às considerações gerais acerca da origem etimológica da palavra metodologia, prosseguiremos na intenção de apresentar as técnicas de elaboração e formatação da pesquisa científica, dando início à explanação acerca das técnicas empregadas neste trabalho, como forma de elucidar os conceitos, aplicação e fundamentação do tema.

Como acadêmicos utilizamos todos os meios de pesquisas disponíveis, tais como o de compilação ou bibliográfico, do pensamento dos doutrinadores acerca do tema. Procuramos o universo dos livros publicados e artigos veiculados na rede mundial de computadores, internet, tudo, tentando extrair do tema, de forma simples, mas acadêmica e didática como meio de explicitar os conceitos e pretendendo expor uma reflexão mais aprofundada acerca do contexto em que se insere o tema.

Não há uma pretensão de usar de métodos lógico ou sistemático, o processo de desenvolvimento deste trabalho científico, será o da compilação de textos dos autores existentes com a clareza necessária ao entendimento, e interpretação do público alvo, leitores, para que os mesmo possam interagir com o a exposição de idéias e também de forma concisa de molde a facilitar a compreensão do texto.

O acervo a ser pesquisado é parco, não se encontrando grandes literaturas no mundo científico nem no mundo jurídicos. Porém há uma vasta gama de artigos na rede mundial de computadores que merecem ser alvo de pesquisa, pois grandes estudiosos tentam despertar a consciência da nossa população sobre a importância de tão grandioso tema para nossa sociedade em geral. Porquanto, objetivando expor a necessidade de ampliar o universo do conhecimento, sem, contudo, prender-se a fórmulas e metodologias, expõe se um panorama de várias idéias e posições adotadas pela doutrina, jurisprudência e artigos de divulgação na rede mundial de computadores, a maneira mais didática de exposição acerca do assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente artigo científico tem por objetivo analisar o papel das partes, advogados e promotores ante os jurados que compõe o Tribunal do Júri, com suas convicções e meios de influência, desde de status social, personalidade, qualificação profissional no Direito e em outras áreas sociais e científicas e a atuação “teatral” e, principalmente a vulnerabilidade do juiz natural no tribunal do júri em contrapartida de tudo isso peso da influência midiática sobre os casos julgados, principalmente de maior impacto social e relevância, ou mesmo os casos que por acaso caíram nas graças da imprensa.

O juiz natural está empossado dos poderes do artigo 485 do Código de Processo Penal que assegura a íntima convicção em que nenhum dos jurados, em qualquer hipótese, serão obrigados a fundamentar seu voto, o que de fato é excelente para a realidade do Tribunal do Júri. Entretanto, o mesmo dispositivo pode servir como uma máscara para esconder a intimidação dos jurados ante a exposição midiática ou grandes advogados e promotores do Tribunal do Júri.

O sistema penal brasileiro adotou o Tribunal do Júri em 1822 e ele sempre ganha destaque da mídia quando nele está envolvido algum popular que a imprensa considere grande, podendo ser em relação a uma personalidade de destaque em um município ou em nível nacional, ou mesmo quando é um caso de forte impacto para as concepções humanas ou tradicionais dos povos. Entretanto, quando o fato ocorrido não passa de apenas sensacionalismo por parte da imprensa em relação a proporção do crime ocorrido, o mesmo continua a ser esmagado pela mídia e ganhando “doutrinadores e juizes” em qual quer jornal de imprensa do país, fazendo assim com que a busca pela a verdade já não seja uma busca, mas sim uma verdade absoluta, um fato. E essa “verdade”, quase sempre é a condenação do réu.

Assim, ocorre o desligamento com o princípio da presunção de inocência, pois, a sociedade passa a se auto empossar de juiz e sentenciar o fato conforme lhe foi entregue pela imprensa e conseqüentemente os advogados ganham status popular de defensores de bandidos. Não raro, houve casos de manifestações nas portas de Fóruns de Comarcas pelo país onde iria ocorrer um julgamento pelo Tribunal do Júri e os advogados foram tratados por populares com agressões verbais. Pois, todos estavam convictos da verdade do fato a ser julgado. Com todo esse exposto, o questionamento que vem é: os jurados conseguem dar seus vereditos sem influência da mídia? Visto que a própria população não consegue.

CONCLUSÕES

Este artigo científico buscou demonstrar o problema da influência da mídia sobre os crimes de competência do Tribunal do Júri que são pronunciados e vão a júri popular e o instituto do mesmo como maior meio de se chegar a uma verdade sobre os fatos relativos ao crime ocorrido e assim se alcançar a justiça.

É imprescindível que todos se conscientizem de que a atuação desordenada e sensacionalista dos meios de comunicação com os casos que vão a júri são uma ameaça ao bom ordenamento do processo penal brasileiro e contra o Estado Democrático de Direito, tendo em vista a condenação antecipada que os mesmos realizam contra o acusado e contra seus defensores, isto é, os advogados, deixando de lado que ninguém pode ser preso sem o devido processo legal e que a todos sem distinção alguma são garantidos um juízo imparcial e os meios de prova cabíveis para provar sua inocência e assim chegar a verdade dos fatos. Levando-se em consideração esses aspectos e que o Tribunal do Júri, apesar de todas as críticas sobre a sua composição por pessoas leigas, constata-se que este é o instituto mais seguro para se alcançar a verdade e a justiça no que diz respeito aos crimes de sua competência.

Assim conclui-se que a educação e a aplicação sobre a ética nos meios de comunicação que vem sendo trabalhado nas faculdades de Jornalismo entre outras e a aplicação do Código de Ética do Jornalismo, são o meio para se evitar que os casos de supressão das garantias individuais e fundamentais do Estado Democrático de Direito ocorram e sejam negadas pelos meios midiáticos em busca de audiência. E assim, com os jurados leigos do colegiado do Tribunal do Júri se chegar a verdade dos fatos e garantir a justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Rui apud LYRA, Roberto. O Júri sob todos os aspectos. Rio de Janeiro: Editora Nacional do Rio de Janeiro, 1950.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: 1988.

DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. Disponível em: <<http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=000238019&base=baseAcordaos>>. HC 114770, Relatora Acórdão: Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 08/10/2013. Acesso em: 10 mar. 2017.

DECISÃO DE HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/848617/habeas-corpus-hc-110175-sp-2008-0145884-9>>. HC 110175, Relator: Min. MAIA FILHO, Quinta Turma, julgado em 09/09/2008. Acesso em: 12 mar. 2017.

DINIZ, Maria Helena. Dicionário Jurídico, Volumes 3 e 4, São Paulo: Editora Saraiva, 1998.

MELLO, Carla Gomes de. Mídia e Crime: Liberdade de Informação Jornalística e Presunção de Inocência. Revista de Direito Público, Londrina, v. 5, n. 2. ago. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/7381/6511>>. Acesso em: abr. 2017.

NASSIF, Aramis. O Júri objetivo. 2a. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

NUCCI, Guilherme de Souza. Júri: princípios constitucionais. Editora Revista dos Tribunais, 1999.

PRATES, Flávio Cruz; TAVARES, Neusa Felipim dos Anjos. A influência da mídia nas decisões do conselho de sentença. *Direito & Justiça*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 34, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://verum.pucrs.br/F/JSQ4PEMN6HVE7KCYJHB8GS8FUR81FEN1HCNXX41GKETDVK5L4B-37826?func=full-set-set&set_number=004325&set_entry=000002&format=999>.

Acesso em: mar. 2017.

RIBEIRO. A. Caso Escola Base: os Abusos da Imprensa. São Paulo. Editora Atica. 1995.

SCHIFINO, Ana Paula Albrecht. Comunicação e poder: uma leitura semiológica da campanha institucional RBS. Porto Alegre: PUCRS, 2009. 151. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em:

<http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2189>. Acesso em: 20 mar. 2017.

STRECK, Lênio Luiz. Tribunal do Júri: Símbolos e rituais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. 183p.

TORNAGHI, Hélio. Instituições do processo penal. São Paulo: Saraiva, 1977.

TORRINHA, Francisco. Dicionário Latino Português, 4º tiragem, 7º ed. Editora Porto, 1997.

O DIREITO DOS POVOS SEM ESCRITA: UMA REFLEXÃO POSSÍVEL

CARLOS ALBERTO DA COSTA

CARLOS ALBERTO DA COSTA

INTRODUÇÃO

A disciplina de História do Direito faz parte do conjunto de disciplinas cuja finalidade é proporcionar para o futuro bacharel em Direito uma formação humanística. É composta de apenas dois créditos semanais, o que de certa forma dificulta o aprofundamento de algumas questões pertinentes da disciplina.

Porém, toda a dificuldade estrutural não é justificativa para que a mesma não seja uma disciplina operante e realmente provocadora. O aluno ingressante no Curso de Direito espera de forma ansiosa o contato com as disciplinas que são de caráter técnico, possivelmente por serem impactados pela visão que já se tornou massificada na ceara jurídica e na sociedade de que lida com o Direito precisa saber a “LEI”.

Ocorre que essa visão que ainda é muito impregnada é ultrapassada tendo em vista que nas atuais circunstâncias apenas o domínio maciço da Lei não é mais o suficiente, isso porque a sociedade a cada dia mais tem se tornado uma esfera mais complexa. De modo, que a quebra desse paradigma é fundamental, daí entra entre outras disciplinas a História do Direito, que se coloca como um instrumento de reflexão do Direito não pela ótica da Lei, mas da sociedade e sua forma de conceber o Direito.

Pois, a medida que o operador do Direito deixa de focar no direito como sendo oriundo única e exclusivamente onde há um código de Lei escrito, passa a olhar aqueles excluídos, que ainda possuem seus direitos violados e não reconhecidos seja pelo Estado ou pela própria sociedade. Portanto, é preciso focar na visão humanitária daqueles que irão lidar com o direito, e acima de tudo, com vidas, com pessoas, com seres humanos.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente reflexão se deu na disciplina de História do Direito, com as duas turmas A e B do Curso de Direito da Faculdade Evangélica de Goianésia (FACEG), como atividade interdisciplinar, cujo objetivo era pesquisar sobre a incidência do Direito em povos ágrafos, mais especificamente os povos indígenas no Brasil.

Para tanto, as turmas foram divididas em grupos conforme escolha dos próprios alunos que sob a orientação do professor da disciplina iniciaram as pesquisas durante a primeira parte do Semestre 2017/2, como parte da avaliação. Os trabalhos foram realizados a partir de pesquisa eminentemente bibliográfica, uma vez que não havia a possibilidade de os discentes irem a loco para constatarem por si mesmos como o direito era sentido no caso dos povos indígenas., sendo portanto, uma pesquisa bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados proporcionados pela disciplina foram ainda mais surpreendentes do que o esperado, uma vez que a ampliação do olhar dos discentes para temáticas até agora ignoradas não tem preço. A partir da pesquisa e sua reflexão, os alunos puderam entender que o direito não é apenas um conjunto de normas e regras escritas, pelo contrário, ainda que ausente seja a escrita, o direito é tão coercitivo quanto.

A quebra de paradigma em relação a ideia que disciplinas que não são efetivamente técnicas é fundamental para a formação do acadêmico do Direito, pois a sensibilidade é uma qualidade que é adquirida pela visão humanística seja das Leis ou da própria sociedade. É necessário instigar os acadêmicos a buscarem novos temas para discussões contribuindo assim para o aperfeiçoamento do próprio direito.

Não se pode conceber o Direito apenas em casos que é precedido de um conjunto sistematizado e organizado por escrita. Não se pode ignorar que o direito ainda no passado, nasceu justamente no ceio das sociedades denominadas ágrafas, ou seja, sem escrita. Na concepção de Maciel (2011), não tem como negar, civilizações que, mesmo não se servindo da escrita, atingiram níveis espetaculares de desenvolvimento, inclusive superando o nível da evolução jurídica de certos povos que se servem da escrita.

A expressão “povos sem escrita” na concepção de Gilissen (2003, p.33) é equivocada, pois segundo ele, durante muito tempo deu-se o nome de direitos primitivos aos sistemas jurídicos dos povos sem escrita. Esta expressão não é de modo algum adequada, pois numerosos povos conheceram uma longa evolução da sua vida social e jurídica sem terem atingido o estado cultural da escrita. Como é o caso dos Maias e dos Incas na América.

Ainda para o autor, embora não afastando de todo, é preferível a expressão direitos dos povos sem escrita, o que acentua o que distingue mais nitidamente este sistema jurídico de outros, ou seja, a ignorância da escrita, mas não se pode perder de vista que o nível da evolução jurídica de certos povos que se servem da escrita pode ser menos desenvolvido do que o de certos povos sem escrita.

Os indígenas neste sentido são emblemáticos, pois, também não possuem um conjunto de Leis escritas apesar de serem dotados de regras que funcionam a exemplo das Leis dos não indígenas, como força coercitiva. Na concepção de Souza Filho (1994, p. 154), aos olhos da lei a realidade social é homogênea e na sociedade não convivem diferenças profundas geradas por conflitos de interesse de ordem econômica e social. O Sistema Jurídico os transforma em questões pessoais, isola o problema para tentar resolvê-lo em composição de partes, como se elas não tivessem, por sua vez, ligações profundas com outros interesses geradores e mantenedores dos mesmos conflitos.

Daí a necessidade e pertinência do estudo do direito dos povos sem escrita, mais notadamente os povos indígenas, uma vez que são postos a um pé de homogeneidade

com aqueles que não são indígenas. Assim, a sociedade começa a ver os indígenas como juridicamente iguais, obriga-os a deixarem suas diferenças para serem submetidos ao direito. Portanto, o indígena acaba por ser violado diuturnamente, pois, não se vê obrigado a não aceitar a regência da Lei que ignora suas diferenças e acima de tudo, ignora que já são regulados por um conjunto normativo, só que não escrito.

CONCLUSÕES

A percepção dos discentes de que o direito é para todos é uma importante ferramenta para que se faça justiça no Brasil, pois, não se pode fechar os olhos e acreditar que todos percebem e são alcançados pelo direito da mesma forma. Certamente, uma formação humanística perpassa pelo caminho das extremidades, dos oprimidos, dos excluídos, sobretudo quando tratamos de pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GILISSEN, John. INTRODUÇÃO histórica do direito. Tradução de António Manuel Hespanha e Manuel Luís Macaísta Malheiros. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MACIEL, José Fábio Rodrigues. História do Direito. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de, 1994, "O direito envergonhado: o direito e os índios no Brasil", em Luís Donisete Benzi Grupioni (org.), Índios no Brasil. Brasília, Ministério da Educação e do Desporto, 153-178

O GERENCIAMENTO, PELOS FEIRANTES, DAS BANCAS DE VERDURAS DA CIDADE DE GOIANÉSIA, COMO SÃO ADQUIRIDOS E VENDIDOS OS PRODUTOS NAS FEIRAS LIVRES

LUCIANO RENATO DA SILVA

Juares Aparecido Domingos

INTRODUÇÃO

Em Goianésia-GO são realizadas duas feiras em lugares diferentes, que se caracterizam como uma atração à parte para população goianesiense, o seu funcionamento acontece durante alguns dias da semana, mais precisamente: nos dias de quartas-feiras, quintas-feiras e sextas-feiras, participam os comerciantes denominados de produtores rurais que teoricamente cultivam e vendem seus produtos; já aos domingos é a vez dos feirantes natos, comerciantes que adquirem seus produtos com fornecedores que buscam os fora do município para a sua revenda.

Mas a forma que os produtos chegam nas bancas dos comerciantes até a sua saída nas feiras gerou um leque de questionamento, a dúvida está se o gerenciamento desses pequenos negócios como é feito pelos comerciantes de forma empírica, são eficazes ou se com a INTRODUÇÃO de métodos científicos de gestão levaria a uma lucratividade maior, considerando que a maior parte desses comerciantes conseguem obter lucros e se mantem vivos nesse pequeno negócio.

O presente trabalho foi elaborado utilizando fontes primárias por meio de pesquisas realizadas junto a um pequeno número de feirantes e seus fornecedores; estas fontes primárias foram colhidas por meio de entrevistas; no questionamento abordado pelo pesquisador foram expostas questões desde o tempo que o comerciante desenvolvia aquela atividade naquele nicho de mercado até o modelo de gestão adotado pelos mesmos, este questionário foi aplicado em várias sessões das feiras para verificar as mudanças de mercado e o comportamento dos comerciantes diante dessas alterações e também fontes secundárias de publicações diversas relevantes ao tema da pesquisa.

E de caráter qualitativo pois visa corroborar que ao utilizar os métodos científicos vão garantir uma solidez no comercio em decorrência ao aumento da lucratividade. Como foi percebido no princípio da administração abordada por Taylor, quando são utilizados modelos científicos de administração, o negócio garante melhor custo/benéfico elevando o nível de produtividade e lucratividade (Faria, s.d.).

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia de pesquisa utilizado neste presente artigo é de caráter qualitativo pois vem mostrar a forma empírica de administrar e a causa/efeito, observando as variações de mercado no campo de atuação dos feirantes.

A pesquisa foi realizada na cidade de Goianésia – Goiás. Os locais da pesquisa foram as duas feiras da cidade e a metodologia usada foi vista “in loco” levantando junto a um pequeno número de comerciantes e seus devidos fornecedores, por meio de um questionário conduzido pelo pesquisador que buscava dados desde o início de atuação na atividade de feirante e fornecimento de frutas e verduras até a forma utilizada para o seu gerenciamento, no período compreendido entre o mês de fevereiro a final de março de 2017.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aquisição das frutas, verduras, legumes e hortaliças pelos feirantes é feita junto a fornecedores, que adquirem esses produtos em um único local, que é a Central Estadual de Abastecimento - CEASA, os produtos a serem comprados são escolhidos de forma condicional, sendo observado a sua época de maior produção e o preço oferecido nas centrais de distribuições. Pelo fato dos comerciantes exercerem esse gerenciamento de acordo com conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, a escolha de como, o quanto comprar, o que comprar e quando comprar é feito de acordo com a sua experiência, deixando de observar o desejo do consumidor, forçando os consumidores a comprar o que é ofertado nas bancas.

O processo de compra é realizado estrategicamente de acordo com o dia de atuação de venda nas feiras, sendo os pedidos feitos normalmente nas segundas, quartas e sextas-feiras, para que as mercadorias solicitadas sejam entregues no dia seguinte em sua residência, os pedidos são realizados em forma de parceria, sendo feito pessoalmente indo até a casa do fornecedor ou mesmo pelo telefone, sem controle físico do pedido das mercadorias que foram solicitadas.

Um dos problemas enfrentados pelos feirantes e também pelos fornecedores é saber qual será o valor do pedido que foi feito, pois, os valores são colocados à venda nas centrais de distribuição por meio de cotação diárias, dificultando um controle financeiro tanto para o fornecedor, que não sabe quanto irá cobrar pela mercadoria e pelo feirante que também não saberá quanto terá que pagar quando seu pedido chegar. A forma de negociação usado para o pagamento das mercadorias também é feita por meio de parceria, sendo feito o pagamento no ato da entrega das mercadorias ou negociando prazos de pagamento por meio de emissão de cheque pré-datados por parte dos feirantes, sendo que estes cheques serão posteriormente usados para futuras compras pelo fornecedor no CEASA.

A fim de não ter prejuízo, os feirantes adotam a seguinte estratégia: logo que chegam as mercadorias solicitadas, é feito uma análise criteriosa para saber qual produto será colocado na banca primeiro para venda, pois esses produtos são altamente perecíveis, oferecendo maior probabilidade de prejuízo se não houver um controle rigoroso.

Como não existe um controle de qualidade na hora da embalagem por parte do fornecedor, dentro de uma caixa, são encontrados frutas e verduras com vários estágios

de maturação e com qualidades diversas. Após fazer essa análise é usual destes comerciantes colocar os produtos amadurados juntamente com os que tinham no estoque para a venda e estocar os demais. Esse estoque só é feito com aqueles produtos que conseguem suportar alguns dias para sua maturação, já os que tem sua maturação rápida não possui estocagem em câmaras frias ou similares. A forma de não deixar esses produtos altamente perecíveis se perderem, é colocando-os à venda com preços promocionais, provocando assim sua venda de forma mais acelerada.

No ambiente das feiras são encontradas a venda dos produtos de várias formas: venda por peso com preço específico, pacotes com um único produto, oferta de vários pacotes com preços atraentes ou o famoso sacolão onde o cliente tem que escolher no mínimo quatro tipos de produtos, tornando uma média de preço de compra para o cliente mais atraente, visto os modelos de exposição nas fotos 09 e 10 nos anexos.

CONCLUSÕES

De acordo com os resultados da pesquisa de campo, pôde-se constatar que o objeto de estudo, que é o gerenciamento dos produtos vendidos nas sessões das feiras livres em Goianésia-GO, demonstra ser funcional mesmo sendo feito de forma empírica, pois os feirantes pesquisados, em sua maioria, atuam há mais de 20 anos no ramo e da mesma maneira.

Introduzir métodos científicos, em tese, melhoraria a qualidade e a lucratividade do negócio, podendo aumentar consideravelmente estes quesitos. Um dos pontos de maior fragilidade observado, foi a logística de aquisição dos produtos, pois todos os feirantes dependem dos chamados "atravessadores" no qual denominamos de fornecedores neste artigo, onde, os mesmos só possuem um único local de aquisição dos produtos que é o CEASA. Sendo que os conceitos científicos pregonizam ter várias opções de fornecedores.

A venda é o fator predominante para a sobrevivência dos feirantes, no ambiente da feira foi percebido que os preços e a forma de exposição de seus produtos são padronizados, não gerando o desejo ascendente de consumo, fazendo com que os clientes comprem apenas o que se propuseram a comprar.

Para uma melhor eficiência de venda, é necessário que esses feirantes desenvolvam meios para atrair e induzir o cliente a comprar além do que ele se propos. Uma das formas seria criar estratégia de venda com valores diferenciados, oferecendo meios alternativos de pagamento como recebimento por meio de cartões, promover promoções a cada sessão de feira e oferecer brindes para a fidelização de clientes.

A forma com que é oferecido seus produtos faz com que os mesmos fiquem neutros aos olhos dos clientes, mas se essas mercadorias fossem oferecidas com uma forma de apresentação diferentes, isso chamaria a atenção podendo aumentar sua saída. Além de oferecer os produtos de forma tradicional, poderia-se também agregar valor ao produto, descascando-o e ou fracionando-o em porções adequadas para cada refeição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alexandre de Pádua Carrieri, Mariana Mayumi Pereira de Souza, Gabrielle Oliveira Almeida. (2008). Feirante ou barraqueiro? Identidades e estratégias na Feira do Jubileu. Fonte: site ECONOMIA & GESTÃO ISSN: 1984-6606: Disponível em: <<http://200.229.32.55/index.php/economiaegestao/article/view/310/317>>. Acesso: 02 fev. 2017.

ALMEIDA, S. P. (2009). FAZENDO A FEIRA. Fonte: Site : Disponível em: <<http://www2.fe.usp.br/~etnomat/teses/fazendo-a-feira.pdf>>. Acesso: 02 fev 2017

Ana Carolina Sgambato Cunha, Izabela de Freitas Moreira, Ana Luisa Dias Ribeiro, Ana Cristina Oliveira Rodrigues, Danilo Caixeta Gomes. (10 de 2013). MODELO DE GESTÃO DE ESTOQUES. Fonte: site abepro.org.br: Disponível em <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2013_TN_STO_177_008_22089.pdf>. Acesso: 20 fev 2017.

Andréa Rossi Scalco, Sandra Cristina de Oliveira, Amanda Corral da Fonseca, Gabriel Pereira Dermindo. (2012). Fonte: Revista on line Qualidade do serviço em feiras livres. Geografia (Londrina), 113 - 117. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/12600/13511>>. Acesso: 19 mai. 2017.

Araújo, G. (12 de 2012). ASPECTOS SOCIAIS DO COTIDIANO DAS FEIRAS LIVRES. fonte: site MARINGÁ MANAGEMENT. Disponível em <www.maringamanagement.com.br>. Acesso: 03 mar. 2017.

Brasil, P. (22 de 10 de 2014). ECONOMIA E EMPREGO. Fonte: site brasil.gov: Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/10/onu-reforca-a-importancia-da-agricultura-familiar>>. Acesso: 03 mar. 2017.

Caroline Acosta Lezcano Foschaches, Renato Luiz Sproesser, Filipe Quevedo-Silva, Dario de Oliveira Lima-Filho. (2012). LOGÍSTICA DE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS (FLV). fonte: Periodico Informações Econômicas, 38. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/IE/2012/tec4-03-04-2012.pdf>>. Acesso: 05 mar. 2017.

Cleone Sepp, Leossania Manfroi, Cleonir Paulo Theisen, Elisandra Henn Diel, Fabio José Diel. (2015). FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA. fonte. site uceff.edu.br, 105 - 120. Disponível em: <www.uceff.edu.br/revista/index.php/revista/article/download/62/57>. Acesso: 15 mar. 2017.

Coelho, J. D. (2008). Feiras livres de cascavel e Ocara. Fonte: artigo UFC: Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9105/1/2008_dis_jdcoelho.pdf>. Acesso: 15 mar. 2017.

content, r. r. (14 de 04 de 2017). marketingo de relacionamento. Fonte: blog marketing de conteúdo: Disponível em: <<http://marketingdeconteudo.com/marketing-de-relacionamento/>> Acesso: 04 abr. 2017.

Estoque, T. (24 de 12 de 2014). estoque. Fonte: blog universidadeestoque. Disponível em: <<http://universidadeestoque.com.br/blog/index.php/peps-ueps-entenda-a-importancia-dos-metodos-para-a-gestao-de-estoque/>> Acesso: 04 abr. 2017.

Faria, C. (s.d.). administração científica. Fonte: site infoescola: Disponível em: <http://www.infoescola.com/administracao_/administracao-cientifica/>. Acesso em: 06 abr. 2017.

FINANCEIROS, I. D. (s.d.). FORMAÇÃO DE PREÇOS. Fonte: site INSTITUTO DE ESTUDOS FINANCEIROS. Disponível em: <<http://www.ief.com.br/forpreco.htm>>. Acesso: 16 abr. 2017.

Hebling, I. (16 de abril de 2011). gestão de compras. Fonte: site administradores.com. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/gestao-de-compras/54294/>>. Acesso: 25 abr. 2017.

Leandro Lopez Martelli e Fernando Dandaro. (2007). Planejamento e controle de estoque nas organizações. Fonte: Revista Gestão Industrial, 177 - 178. Disponível em: <[file:///C:/Users/cliente1/Downloads/2733-8973-1-PB%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/cliente1/Downloads/2733-8973-1-PB%20(3).pdf)>. Acesso: 19 mai. 2017.

MARIA CLARA QUEIROZ MAURICIO PIERRI; ANA LUCIA E. F. VALENTE. (2015). A FEIRA LIVRE COMO CANAL DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS. Fonte: site sober.org. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/234.pdf>>. Acesso: 15 mai. 2017.

Rangel, T. L. (04 de 2013). CONCEITO DE FORNECEDOR. Fonte: site JUS.COM.BR. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/24229/a-relacao-de-consumo-em-analise-notas-inaugurais-a-caracterizacao-dos-atores-da-legislacao-consumerista/2>>. Acesso: 16 mai. 2017.

santos, J. E. (agosto de 2013). Feiras Livres. (re)apropriação do território na/da cidade. fonte: periodicos ufsm. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/viewFile/10771/pdf>>. Acesso: 17 mai. 2017.

Sebrae. (19 de 12 de 2016). A organização do estoque evita acúmulo ou falta de produto. Fonte: site sebrae. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-elaborar-o-controle-de-estoque-de-mercadorias,8e80438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso: 17 mai. 2017.

SILVA, F. V. (2008). GESTÃO DE COMPRAS. BELEM, PARA. fonte: artigo faculdade do Para. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zk4AAGgj4yoJ:www.administ>>

radores.com.br/_resources/files/_modules/academics/academics_758_20100228182530137c.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso: 18 mai.2017.

Souza, G. (21 de 11 de 2016). custo e formação de preços. Fonte: site administradores.com. Disponível em:<<http://www.administradores.com.br/artigos/academico/artigo-custos-e-formacao-de-precos/99955/>> Acesso: 18 mai. 2017.

Souza, G. (21 de 11 de 2016). Custos e formação de preços. Fonte: site administradores.com.br. Disponível em:<<http://www.administradores.com.br/artigos/academico/artigo-custos-e-formacao-de-precos/99955/>>. Acesso: 19 mai. 2017.

Souza1, C. R. (2015). Trabalho necessario. Fonte: blog trabalhonecessario. Disponível em:<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_22/06_Carolina_Rezende_de_Souza.pdf>. Acesso: 19 mai. 2017.

Monica silva de Paula, Adriana Gomes de Carvalho Alves. (2016). Avaliação de Fornecedores como Vantagem Competitiva. Fonte: site congresso adm pg. Disponível em: < www.admpg.com.br/2016/down.php?id=2463&q=1>. Acesso: 20 mai. 2017.

O Julgamento em Nuremberg

AMANDA NASCIMENTO PEIXOTO

Ivan Clementino de Souza

INTRODUÇÃO

O filme conta-nos detalhes sobre os bastidores da Alemanha pós-guerra, bem como o que ocorreu nas coxias do teatro montado em Nuremberg, para o grande ato do Tribunal Militar Internacional.

MATERIAL E MÉTODOS

Análise Bibliográfica

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história se passa logo após o fim da Segunda Guerra Mundial onde relata o ponto de vista do Juiz da Suprema Corte norte-americana Robert Jackson, chefe da promotoria responsável em realizar a acusação do alto escalão nazista, subordinado a Hitler.

O estopim da segunda guerra mundial pode ser definido como um conjunto gigantesco de situações sui generis que desencadeou uma avalanche de medos e reações de proporções até hoje surpreendentes. Mas, de todos os aspectos deste triste evento os crimes contra os direitos humanos cometidos pelo Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores, são o retrato mais fiel do poder destrutivo do ser humano contra seus iguais.

A crueldade do Holocausto, nome dado ao extermínio das milhões de pessoas que faziam parte de grupos politicamente indesejados pelo então regime nazista, é tamanha que não pode ser analisada de forma imparcial. O que se iniciou com uma repressão econômica baseada no antissemitismo transformou-se em uma cruel, covarde e nefasta limpeza étnica. A ideologia nazista encabeçada por Hitler era, do ponto de vista econômico, puramente expansionista, mas o führer ocultava ideais perversos e subversivos. Os estudos históricos e até mesmo o aprofundamento temático nunca se aproximará da experiência de quem conseguiu sobreviver à maior carnificina humana do século XX.

É angustiante pensar no sofrimento de um povo que outrora foi tratado como “ratos”, como assim os denominavam os nazistas, sendo exterminados aos montes, sentindo na pele não somente a dor física da fome, do frio e das feridas, mas, a dor imensurável e inesquecível de ver tolhidos todos os seus direitos mais básicos e fundamentais, de ver extirpadas suas honras e seus méritos, de ver ser fulminada sem piedade uma parcela de seu povo.

A teoria racial criada por Alfred Rosenberg, Ministro de Hitler, expressava ser o povo germânico um descendente superior dos povos nórdicos, e, portanto, como evento

natural deveria a raça ariana germânica sobrepujar as demais. A política racial nazista, fulcrada neste viés, constituiu-se em sua totalidade na supremacia da raça branca, no nacionalismo extremista alemão e no perverso antissemitismo. Hitler cria piamente nos seus ideais, disse ele “Onde Napoleão falhou, obterei sucesso, vou desembarcar nas praias da Inglaterra” e Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda de Hitler, é tido como o autor da frase “Este homem é perigoso - ele acredita no que diz”.

O julgamento dos líderes nazistas ocorrido em Nuremberg, na Alemanha, trouxe à tona a importância do devido processo legal na construção de uma sociedade democrática e justa (ideia abertamente expressada no filme em estudo).

Hitler disse certa vez que “Só lutamos por aquilo que amamos, só amamos aquilo que respeitamos e só respeitamos aquilo que conhecemos”, mas, nestas palavras percebemos uma paradoxal ironia, pois, o amor é um sentimento que compreende a aceitação e a solidariedade, restando impossível a um genocida amar algo ou alguém. Sun Tzu, mestre-filósofo e general chinês, eternizou-se com a máxima “O verdadeiro objetivo da guerra é a paz”, contudo para Hitler e todo sistema nazista, a guerra tinha dois objetivos inescrupulosos: alçar a Alemanha ao status de Estado superior e subjugar as demais raças em prol da ariana, nunca pensando em paz.

O nazismo conseguiu perpetuar na história, como dito por Flávia Piovesan, cenas de “destruição e descartabilidade da pessoa humana”, mas, nem por isso os seus idealizadores e realizadores foram sumariamente eliminados como suas vítimas. “O Julgamento de Nuremberg” consegue expressar bem este enfoque que, sem sombra de dúvidas, é o mais importante de toda a história, posto que o ideal de justiça ali suscitado é a expressão mais clara dos direitos humanos.

Todas as atrocidades ocorridas durante o Holocausto, e também reveladas pela obra ora em estudo, demonstram que facilmente o ser humano pode ser influenciado a cometer barbáries em nome de um ideal, de um dogma ou de um mito. Hitler sabia disso e disse “A grandeza de toda poderosa organização incorporando uma ideia neste mundo repousa no fanatismo religioso e na intolerância com a qual fanaticamente se convencem de seus direitos, impondo com intolerância contra todas as outras”.

O julgamento de Nuremberg” demonstra o quão alienados estavam os seguidores de Hitler, quando por vários momentos demonstraram uma fervorosa paixão pelo ideal nazista, mesmo sendo algo tão nefasto. A frieza com a qual alguns relatavam os horrores cometidos é de dar calafrios, e ainda assim, mesmo havendo controvérsias, a justiça foi feita como deveria ser.

CONCLUSÕES

A obra cinematográfica “O julgamento de Nuremberg” traz uma ótica “americanizada” de se analisar os acontecimentos pós-guerra. Fato que, a princípio, distrai o espectador quanto ao tema da obra, logicamente, o desenrolar do julgamento dos 21 líderes nazistas ocorrido na destruída cidade de Nuremberg. A visão romântica

introduzida no roteiro americano ameniza o impacto factual e enevoa a ótica dos que desconhecem toda história. A alternância entre história e estória pode confundir a construção intelectual dos espectadores quanto ao assunto, sendo que melhor seria uma abordagem menos dramática, o que, porém, catalogaria o filme como um documentário, o que não resultaria em lucro, objetivo da indústria cinematográfica. Contudo trata-se de uma obra-prima, que relata com precisão os tensos momentos ocorridos durante o julgamento de Hermann Göring e companhia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Filme: O Julgamento em Nuremberg, 1961.

O Louco Infrator: Narrativas em Processo Criminal

Éder Mendes de Paula

Áquila Raimundo Pinheiro Lima

Marcos Antônio de Carvalho Rosa

Lucas Ferreira Costa

INTRODUÇÃO

[Marcos] filho de migrantes nordestinos habitava o distrito de Aparecida do Rio Claro em Montes Claros de Goiás na divisa com o Mato Grosso, exercia a profissão de tratorista. A família de origem humilde não era uma das mais conhecidas da pequena cidade, no entanto, um fato específico retira do anonimato seus integrantes e principalmente [Marcos].

Em julho de 1993 Padre Pedro, como era conhecido o vigário holandês Peter Gerardus Berkens, foi assassinado na porta da igreja com uma facada quando saía de sua casa para a missa. O crime atordoou a cidade de maioria católica, muitos disseram ver um homem sentado na porta da casa do padre durante toda a tarde daquele domingo, outros descreveram seu porte físico e suas roupas por vê-lo passar correndo com uma faca na mão após o padre ser golpeado.

Estes elementos levam à prisão de [Marcos] e, um crime aparentemente sem justificativas, considerado um ato de insanidade mental, devido à representação social que cercava a vítima. Assim, este sujeito passa figurar em uma dupla categoria de exclusão, a dos loucos infratores, e a emergir seu crime e sua possível doença mental desde os depoimentos tomados pela autoridade policial à finalização do inquérito. Neste sentido, [Marcos] se diferencia da comunidade pelo assassinato que comete e, na busca pela racionalidade do fato, ele é construído a partir das narrativas das testemunhas e não mais por sua individualidade.

O Processo Criminal surge como um espaço em que narrativas sobre o louco, o crime e a loucura se entrelaçam constituindo os diferentes sujeitos e especificando o ato delituoso como fruto de uma insanidade mental. Ou seja, os crimes que ferem determinada lógica ou que versam requintes de crueldade são muitas vezes já relacionados aos distúrbios mentais e os autos mostram-se como espaços de possíveis interpretações de tais narrativas.

Os discursos produzidos são contextualizados com a mentalidade de cada época, possibilitando a emersão de características que permitem conceber as impressões e relações sociais de outros espaços de tempo.

Não obstante é a possibilidade de perceber as diferentes formas de concepção e relações que um conceito possui em um determinado momento, ou seja, a visualização de suas transformações ao longo do tempo. O louco – por exemplo – ou o significado social

a ele atribuído encontrou continuidades e rupturas e, da mesma forma, ao estar relacionado com o conceito de crime também possibilita outra gama de interpretações.

Neste sentido, os processos criminais se tornam um espaço propício para análise das relações entre a sociedade e estes indivíduos considerados loucos infratores, pois, a peça processual também está inserida em um contexto e nos auxilia a compreender de que formas a lei concebia ou silenciava estas mulheres e homens ao longo do tempo.

É preciso, no entanto, ter acuidade metodológica ao tratar a fonte, buscar elementos que permitam relacionar o processo com o contexto em que o mesmo é produzido. Assim, é possível perceber as representações constituídas socialmente referentes à vítima e ao criminoso através das narrativas das testemunhas. A primeira questão que se faz imperiosa em relação ao processo criminal é a consciência de que os personagens que o compõem não estão ali voluntariamente, fossem vítimas, querelantes, suspeitos ou delinquentes, nenhum deles se imaginava nessa situação de ter de explicar, de reclamar, justificar-se diante de uma polícia pouco afável. Suas palavras são consignadas uma vez ocorrido o fato, e ainda que, no momento, elas tenham uma estratégia, não obedecem à mesma operação intelectual do impresso. Revelam o que jamais teria sido exposto não fosse a ocorrência de um fato social perturbador. De certo modo, revelam um não dito (FARGE, 2009, p. 13).

Neste sentido, o fato jamais será alcançado novamente ou revivido, o mesmo é reconstituído a partir de representações, a partir da memória de indivíduos pressionados pelo aparato policial e imbuídos de sentimentos em relação ao crime.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho baseou-se no método indutivo e da micro-história, partindo do caso de [Marcos] para se alcançar questões mais amplas, assim, pretendeu-se observar o contexto particular e articula-lo na generalidade. Utilizou-se como fonte empírica o processo criminal e como pesquisa, a bibliográfica com o exame de livros e outros trabalhos científicos que agregaram conhecimento para a elaboração deste e auxiliaram na contextualização do problema apresentado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A narrativa dos depoimentos é de certa maneira direcionada, as perguntas estabelecem o teor e ao mesmo tempo as temáticas a serem abordadas nas respostas. Neste âmbito, as narrativas oriundas das inquirições policiais podem abrir um leque de interpretações sobre dada realidade e sobre as relações sociais ali existentes.

O processo criminal é formado por diversas vozes que se cruzam, constituído por várias partes que lhe dão uma visão do todo. Das diversas peças que constituem o Processo, os depoimentos das testemunhas e os relatórios da polícia que fecham o inquérito serão observados para a análise em questão. A escolha deste material específico

é justificada por ser a etapa que possibilita perceber, a partir do plano discursivo, como o crime vai sendo contado e narrado na multiplicidade de olhares das testemunhas.

O próprio aparato policial nos interrogatórios e a escolha das palavras para a produção do inquérito, corresponde a um texto, dentro do texto.

[...] não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro, independente: mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja (FOUCAULT, 2009, p. 112).

Em relação aos processos judiciais, essa relação entre os enunciados é bem visível. De um lado testemunhas constroem o crime de visões diferentes, o que varia de sua proximidade com vítima ou assassino, a polícia e os relatórios dos inquéritos, defesa e acusação, são enunciados que partem também de julgamentos morais do crime.

Essa teia discursiva não está isenta das relações de poder que as permeiam, que criam intermediações entre um e outro em uma disputa pelo status de verdade. Por mais técnica que seja, portanto, a formação da peça processual não escapa de influências dos locais de fala ocupados pelos agentes de sua produção.

Existe ainda outro fator que corrobora para essa criação subjetiva do processo criminal, ainda que obedecendo a uma técnica específica:

é a atribuição de valores não equivalentes a cada participante da trama processual, qualificando-se o valor dos testemunhos e o peso das evidências de acordo com critérios extra-legais. Fica evidente, ao se analisar uma série de atos criminais (processo, inquérito, portarias e termos), que a representação do papel social do ator (acusado, ofendido, queixoso, testemunha) por parte dos "manipuladores técnicos", aproveitando a expressão cunhada por Mariza Corrêa, interfere no rumo dos atos subsequentes e na própria força de suas palavras. A chancela da "acuidade" testemunhal depende de uma série de valores majorados ou mitigados em função de elementos que orbitam fora da esfera jurídica e que se juntem à cor, ao sexo, à origem, à posição social, ao passado, em suma, às virtualidades do falante (SOUZA, 2009, 167).

Não obstante às concepções supracitadas, propõe-se agora a análise dos depoimentos das testemunhas do processo de [Marcos], caso apresentado na INTRODUÇÃO.

A primeira testemunha foi assentada no dia 05 de julho de 1993, na cidade vizinha de Iporá, afinal, [Marcos] foi transferido em virtude de ameaças à sua integridade física. Salvaguardando os nomes envolvidos – utiliza-se aqui de pseudônimos – [Neide] Barbosa era sobrinha de [Marcos].

Naquele dia, seu tio havia chegado em sua residência às 12:30 horas ficando em sua companhia e de uma “menininha” até às 14:30 horas vendo televisão.

Que a depoente se encontrava deitada no chão da casa, reparou que “TATA” (apelido familiar de [Marcos]), levantou-se do sofá, onde estava deitado, e se dirigiu até

a cozinha da casa, saindo logo em seguida em direção da porta da sala [...] chegou novamente na casa da irmã da depoente, com a afeição de cansado, parecendo que estava correndo, que [Marcos] disse à depoente “SE ALGUÉM CHEGAR AQUI PERGUNTANDO POR MIM, DIGA QUE EU NÃO ESTOU E NÃO É PARA VOCÊ CONTAR A NINGUÉM QUE ESTOU AQUI (Processo Crime, p. 25, grifo nosso).

As primeiras informações acerca do crime dadas por [Neide], constroem [Marcos] como alguém que planejava o crime. Estava na casa da sobrinha, quando a mesma o viu sair em direção à cozinha, o que se faz interpretar que havia retirado dali a arma do crime.

A descrição afirma que [Marcos] chegou correndo, parecia estar escondendo algo nas mãos, ela diz em linhas abaixo, teria sido com ela o primeiro contato após atacar o vigário. Mas a intencionalidade do escrivão ao redigir em caixa alta as palavras de [Marcos], conduzem a questionar posteriormente algumas alegações como aparece ainda no depoimento de [Neide].

A depoente afirma ter ficado com medo do tio e ter ido ao encontro de sua mãe que se encontrava no hospital da cidade. [Neide] conta às pessoas que estavam presentes o que havia ocorrido em casa, logo em seguida é informada de que a polícia havia prendido um homem cujas características coincidiam com as de [Marcos].

A notícia se espalhou de maneira rápida, várias pessoas afirmavam ter visto alguém passar correndo com uma faca na mão após o assassinato cometido na praça Cristo Rei. Após estas informações, ao ser questionada sobre o contato que tinha com o tio [Neide] dá algumas características:

Que a depoente tinha pouco contato com o tio, mas sempre achou no mesmo atitudes estranhas, olhares distantes, parecendo que não se encontrava em si, dando risadas sem motivos; que inclusive no momento em que chegou com a faca nas mãos [Marcos] chegou dando risadas, apesar de meio apavorado; que a depoente não tem conhecimento se seu tio já foi submetido a internamento a manicômios ou casas de repouso (Processo Crime, p. 25).

Sua primeira intenção é deixar claro ao delegado que não havia nenhuma proximidade entre ela e o tio. [Neide], nega sua personalidade com o tio, porém, tem condições de caracterizá-lo fisicamente.

O delegado direcionou as perguntas em torno das informações recebidas, da estranheza do comportamento de [Marcos] que a mesma poderia ter observado, mas nunca comentado por ser uma conduta aparentemente naturalizada no seio familiar.

É no ato praticado que reside o fato de [Neide] falar sobre aquilo que anteriormente lhe causava estranheza, mas que não via necessidade de argumentar ou expor. Apenas no fato de retirar a vida do outro, que seu comportamento é visto como definitivamente anormal.

[Marcos] como louco infrator começa a ser construído na narrativa de [Neide], mesmo dizendo-se distante ela avisa a justiça de que há comportamentos do tio que fogem ao padrão do que se entende por normalidade.

A segunda testemunha ouvida no dia 06 de Julho, o senhor [João] Barbosa, pai do investigado, seguiu a trilha criada pelo depoimento de [Neide].

Que seu filho [Marcos] acerca de um ano e meio começou a ter mudanças em seu comportamento, clamando ao depoente dores de cabeças e dizendo sempre que ouvia vozes vindo de canto nenhum, ou dizia ao depoente que ouvia barulho de cavalos andando ao seu redor; Que o depoente chegou a levar seu filho por várias vezes em um centro “Espírita” e a “Benzedores”, mais sem resultados. Que para evitar gastos maiores levou o seu filho a uma farmácia, onde o farmacêutico receitou vários comprimidos para tomar; que o comportamento de “TATA” era muito estranho, pois o mesmo as vezes ficava com a cabeça abaixado e ao levantar dava gargalhadas (Processo Crime, p. 27).

É este o quadro de desenvolvimento de seu transtorno, das vozes que tanto passam a atormentá-lo, a acusá-lo, ofendê-lo até chegar ao ponto de matar o vigário da cidade.

Estas questões já construía o quadro da insanidade mental, pois, é revelado também pelo pai que um ano antes [Marcos] havia atentado contra a vida de um companheiro de trabalho.

A partir desta narrativa do progenitor, o delegado instantaneamente liga a possibilidade religiosa ao fato. Naquele contexto parecia fazer sentido que a relação com o espiritismo pudesse justificar o ato violento, como se as narrativas sobre magia negra pudessem trazer embasamento para a doença mental como também para o crime.

Tais elementos tomam grande proporção no contexto em que a vítima é um representante da igreja católica, em uma comunidade extremamente cristã.

Neste sentido, a construção desta narrativa do pai não escapa ao contexto da comunidade local, seus valores e preconceitos aparecem na indução das perguntas que buscam as razões do crime cometido por [Marcos]. Ou seja, a peça processual está imersa em uma teia de representações e não escapam de tais influências em sua constituição.

No entanto, o mais importante deste depoimento é que ele nos traz a linha de raciocínio do delegado, como ele aproveita o fio deixado pela testemunha anterior e tentava de alguma forma seguir estes rastros. Porém, a questão da religiosidade, sendo o cerne de sua versão, só evidencia os traços culturais ainda envoltos em preconceitos e narrativas de exclusão.

Na sequência ao depoimento do progenitor de [Marcos], constam no processo, quatro depoimentos. São falas curtas direcionadas para a descrição de [Marcos], com o objetivo de colocá-lo na cena do crime.

Diante dos dois primeiros depoimentos é clara a assertiva em relação à uma possível doença mental, mas o que se vê na inquirição do delegado é provar que, na verdade, teria sido crime ligado a questões religiosas, aproveitando-se da demonização de tais crenças.

Outra importante peça é o escrivão por ser responsável por transcrever as falas e transformar a oralidade em uma narrativa, em outra forma de enunciado que passa a construir o crime.

É impossível negar que as impressões do escritor podem transparecer nas falas por ele redigidas, as ênfases, vírgulas, letras maiúsculas correspondem ao seu envolvimento com o caso, à sua indignação ou conformação ante ao delito cometido. É preciso ter em mente, que o mesmo está mergulhado naquela sociedade, faz parte dos círculos e relações e mesmo que a neutralidade seja algo almejado, não é alcançada por completo

CONCLUSÕES

O ato de ignorar o discurso do louco, traduzido apenas como delírios, muitas vezes ao invés de buscar compreendê-lo ou contextualizá-lo, toma-se o caminho mais curto: o de deixar passar sem maior cuidado.

A loucura é relacionada com o crime na medida em que na busca por uma racionalização do fato, a própria comunidade não encontrando a explicação traz o elemento da doença mental para construir uma explicação. No entanto, o indivíduo não deixa de ser tratado como criminoso comum.

Os traços de loucura não são utilizados para que [Marcos] possa receber tratamento diferenciado. Ao contrário, passa a existir um peso dessas narrativas para criar uma justificativa para o crime, mas nada é dito sobre o direito de ser encaminhado a uma instituição própria para receber tratamento.

As indagações que podem ser previstas pelos os depoimentos, tentam reforçar a premeditação de [Marcos] ao sair da casa da sobrinha e ficar em frente à residência de sua vítima. O arco dramático se dá na descrição do abraço dado por [Marcos], que envolve o vigário e com a outra mão o atinge com a faca.

Estes elementos ressaltam frieza e crueldade no comportamento de [Marcos], algo que iria à contramão da ideia de loucura que estava sendo trabalhada nos depoimentos anteriores.

Este texto não é evidente no depoimento, porém, é na contextualização das respostas que se consegue chegar a tais possibilidades narrativas. O crime de magia negra, a loucura, a simplicidade da família, elementos necessários para que a promotoria pudesse elaborar a sua verdade sobre o crime.

Percebe-se que, o aparato policial ao elaborar esta possível versão através dos questionamentos durante os depoimentos, não pensou na possibilidade de que [Marcos] poderia ser considerado inimputável.

Em momento algum as respostas dão indicativo de se preocupar de tratar [Marcos] de forma diferenciada, o que denuncia um aspecto cotidiano de que ao louco infrator em Goiás, em pleno final de século XX, tinha como destino apenas a cadeia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARGE, A. O sabor do arquivo. São Paulo: EDUSP, 2009.

FAUSTO, B. Crime e Codiano 2ª ed. Ed. São Paulo EDUSP SP 2001.

_____ O Crime do Restaurante Chinês 3^a ed. São Paulo SP Ed. Cia. das Letras 2009.

GINZBURG, C. Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História 2^a ed. São Paulo SP Ed. Cia das Letras 1986.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso 4^a ed. São Paulo SP. Ed. Cia das Letras 1973.

_____ O Poder Psiquiátrico 1^a ed. São Paulo – SP Ed. Martins Fontes, 2006.

_____ A Arqueologia do Saber 7^aed. Rio de Janeiro – RJ Ed. Forense, 2009.

_____ Os Anormais 1^a ed. São Paulo – SP Ed. Martins Fontes, 2001.

FERRARI, P.F. Mosaicos do Filho da Luz: Febrônio Índio do Brasil entre o Crime a Redenção e o Delírio. Brasília. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. 2013.

GOFFMAN, E. Manicômios, Prisões e Conventos 2^a Ed. São Paulo SP Ed. Perspectiva 1987.

SOUZA, L.A. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica In: Revista Patrimônio de Memória – UNESP v. 5 n^o 02 p. 159-173 dez. 2009

REVEL, J. Jogos de Escalas: A Experiência da Microanálise 1^a ed Rio de Janeiro RJ Editora Fundação Getúlio Vargas.

O Louco Infrator: Narrativas em Processo Criminal

Lucas Ferreira Costa

Éder Mendes de Paula

Áquila Raimundo Pinheiro Lima

Marcos Antônio de Carvalho Rosa

INTRODUÇÃO

O presente trabalho científico procura propor reflexões acerca do uso de processos criminais como fonte para se compreender as representações construídas em torno do louco infrator em Goiás, na concepção de que mesmo uma peça técnica não escapa do contexto histórico em que está inserido. Neste sentido, o caso aqui analisado é de [Marcos], um homem que assassinou um padre na cidade de Montes Claros de Goiás na fronteira com o Mato Grosso. Um fato que permite discutir as relações entre o crime, a loucura e a comunidade levando-se em consideração sua dinâmica cultural como espaço de fronteira e caracterizada como sertão.

[Marcos] filho de migrantes nordestinos habitava o distrito de Aparecida do Rio Claro em Montes Claros de Goiás na divisa com o Mato Grosso, exercia a profissão de tratorista. A família de origem humilde não era uma das mais conhecidas da pequena cidade, no entanto, um fato específico retira do anonimato seus integrantes e principalmente [Marcos].

Em julho de 1993 Padre Pedro, como era conhecido o vigário holandês Peter Gerardus Berkens, foi assassinado na porta da igreja com uma facada quando saía de sua casa para a missa. O crime atordoou a cidade de maioria católica, muitos disseram ver um homem sentado na porta da casa do padre durante toda a tarde daquele domingo, outros descreveram seu porte físico e suas roupas por vê-lo passar correndo com uma faca na mão após o padre ser golpeado.

Estes elementos levam à prisão de [Marcos] e, um crime aparentemente sem justificativas, considerado um ato de insanidade mental, devido à representação social que cercava a vítima. Assim, este sujeito passa figurar em uma dupla categoria de exclusão, a dos loucos infratores, e a emergir seu crime e sua possível doença mental desde os depoimentos tomados pela autoridade policial à finalização do inquérito. Neste sentido, [Marcos] se diferencia da comunidade pelo assassinato que comete e, na busca pela racionalidade do fato, ele é construído a partir das narrativas das testemunhas e não mais por sua individualidade.

O Processo Criminal surge como um espaço em que narrativas sobre o louco, o crime e a loucura se entrelaçam constituindo os diferentes sujeitos e especificando o ato delituoso como fruto de uma insanidade mental. Ou seja, os crimes que ferem determinada lógica ou que versam requintes de crueldade são muitas vezes já

relacionados aos distúrbios mentais e os autos mostram-se como espaços de possíveis interpretações de tais narrativas.

Os discursos produzidos são contextualizados com a mentalidade de cada época, possibilitando a emergência de características que permitem conceber as impressões e relações sociais de outros espaços de tempo.

Não obstante é a possibilidade de perceber as diferentes formas de concepção e relações que um conceito possui em um determinado momento, ou seja, a visualização de suas transformações ao longo do tempo. O louco – por exemplo – ou o significado social a ele atribuído encontrou continuidades e rupturas e, da mesma forma, ao estar relacionado com o conceito de crime também possibilita outra gama de interpretações.

Neste sentido, os processos criminais se tornam um espaço propício para análise das relações entre a sociedade e estes indivíduos considerados loucos infratores, pois, a peça processual também está inserida em um contexto e nos auxilia a compreender de que formas a lei concebia ou silenciava estas mulheres e homens ao longo do tempo.

É preciso, no entanto, ter acuidade metodológica ao tratar a fonte, buscar elementos que permitam relacionar o processo com o contexto em que o mesmo é produzido. Assim, é possível perceber as representações constituídas socialmente referentes à vítima e ao criminoso através das narrativas das testemunhas. A primeira questão que se faz imperiosa em relação ao processo criminal é a consciência de que os personagens que o compõem não estão ali voluntariamente, fossem vítimas, querelantes, suspeitos ou delinquentes, nenhum deles se imaginava nessa situação de ter de explicar, de reclamar, justificar-se diante de uma polícia pouco afável. Suas palavras são consignadas uma vez ocorrido o fato, e ainda que, no momento, elas tenham uma estratégia, não obedecem à mesma operação intelectual do impresso. Revelam o que jamais teria sido exposto não fosse a ocorrência de um fato social perturbador. De certo modo, revelam um não dito (FARGE, 2009, p. 13).

Neste sentido, o fato jamais será alcançado novamente ou revivido, o mesmo é reconstituído a partir de representações, a partir da memória de indivíduos pressionados pelo aparato policial e imbuídos de sentimentos em relação ao crime.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho baseou-se no método indutivo e da micro-história, partindo do caso de [Marcos] para se alcançar questões mais amplas, assim, pretendeu-se observar o contexto particular e articulá-lo na generalidade. Utilizou-se como fonte empírica o processo criminal e como pesquisa, a bibliográfica com o exame de livros e outros trabalhos científicos que agregaram conhecimento para a elaboração deste e auxiliaram na contextualização do problema apresentado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A narrativa dos depoimentos é de certa maneira direcionada, as perguntas estabelecem o teor e ao mesmo tempo as temáticas a serem abordadas nas respostas. Neste âmbito, as narrativas oriundas das inquirições policiais podem abrir um leque de interpretações sobre dada realidade e sobre as relações sociais ali existentes.

O processo criminal é formado por diversas vozes que se cruzam, constituído por várias partes que lhe dão uma visão do todo. Das diversas peças que constituem o Processo, os depoimentos das testemunhas e os relatórios da polícia que fecham o inquérito serão observados para a análise em questão. A escolha deste material específico é justificada por ser a etapa que possibilita perceber, a partir do plano discursivo, como o crime vai sendo contado e narrado na multiplicidade de olhares das testemunhas.

O próprio aparato policial nos interrogatórios e a escolha das palavras para a produção do inquérito, corresponde a um texto, dentro do texto.

[...] não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro, independente: mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja (FOUCAULT, 2009, p. 112).

Em relação aos processos judiciais, essa relação entre os enunciados é bem visível. De um lado testemunhas constroem o crime de visões diferentes, o que varia de sua proximidade com vítima ou assassino, a polícia e os relatórios dos inquéritos, defesa e acusação, são enunciados que partem também de julgamentos morais do crime.

Essa teia discursiva não está isenta das relações de poder que as permeiam, que criam intermediações entre um e outro em uma disputa pelo status de verdade. Por mais técnica que seja, portanto, a formação da peça processual não escapa de influências dos locais de fala ocupados pelos agentes de sua produção.

Existe ainda outro fator que corrobora para essa criação subjetiva do processo criminal, ainda que obedecendo a uma técnica específica:

é a atribuição de valores não equivalentes a cada participante da trama processual, qualificando-se o valor dos testemunhos e o peso das evidências de acordo com critérios extra-legais. Fica evidente, ao se analisar uma série de atos criminais (processo, inquéritos, portarias e termos), que a representação do papel social do ator (acusado, ofendido, queixoso, testemunha) por parte dos "manipuladores técnicos", aproveitando a expressão cunhada por Mariza Corrêa, interfere no rumo dos atos subsequentes e na própria força de suas palavras. A chancela da "acuidade" testemunhal depende de uma série de valores majorados ou mitigados em função de elementos que orbitam fora da esfera jurídica e que se jungem à cor, ao sexo, à origem, à posição social, ao passado, em suma, às virtualidades do falante (SOUZA, 2009, 167).

Não obstante às concepções supracitadas, propõe-se agora a análise dos depoimentos das testemunhas do processo de [Marcos], caso apresentado na INTRODUÇÃO.

A primeira testemunha foi assentada no dia 05 de julho de 1993, na cidade vizinha de Iporá, afinal, [Marcos] foi transferido em virtude de ameaças à sua integridade física. Salvaguardando os nomes envolvidos – utiliza-se aqui de pseudônimos – [Neide] Barbosa era sobrinha de [Marcos].

Naquele dia, seu tio havia chegado em sua residência às 12:30 horas ficando em sua companhia e de uma “menininha” até às 14:30 horas vendo televisão.

Que a depoente se encontrava deitada no chão da casa, reparou que “TATA” (apelido familiar de [Marcos]), levantou-se do sofá, onde estava deitado, e se dirigiu até a cozinha da casa, saindo logo em seguida em direção da porta da sala [...] chegou novamente na casa da irmã da depoente, com a afeição de cansado, parecendo que estava correndo, que [Marcos] disse à depoente “SE ALGUÉM CHEGAR AQUI PERGUNTANDO POR MIM, DIGA QUE EU NÃO ESTOU E NÃO É PARA VOCÊ CONTAR A NINGUÉM QUE ESTOU AQUI (Processo Crime, p. 25, grifo nosso).

As primeiras informações acerca do crime dadas por [Neide], constroem [Marcos] como alguém que planejava o crime. Estava na casa da sobrinha, quando a mesma o viu sair em direção à cozinha, o que se faz interpretar que havia retirado dali a arma do crime.

A descrição afirma que [Marcos] chegou correndo, parecia estar escondendo algo nas mãos, ela diz em linhas abaixo, teria sido com ela o primeiro contato após atacar o vigário. Mas a intencionalidade do escrivão ao redigir em caixa alta as palavras de [Marcos], conduzem a questionar posteriormente algumas alegações como aparece ainda no depoimento de [Neide].

A depoente afirma ter ficado com medo do tio e ter ido ao encontro de sua mãe que se encontrava no hospital da cidade. [Neide] conta às pessoas que estavam presentes o que havia ocorrido em casa, logo em seguida é informada de que a polícia havia prendido um homem cujas características coincidiam com as de [Marcos].

A notícia se espalhou de maneira rápida, várias pessoas afirmavam ter visto alguém passar correndo com uma faca na mão após o assassinato cometido na praça Cristo Rei. Após estas informações, ao ser questionada sobre o contato que tinha com o tio [Neide] dá algumas características:

Que a depoente tinha pouco contato com o tio, mas sempre achou no mesmo atitudes estranhas, olhares distantes, parecendo que não se encontrava em si, dando risadas sem motivos; que inclusive no momento em que chegou com a faca nas mãos [Marcos] chegou dando risadas, apesar de meio apavorado; que a depoente não tem conhecimento se seu tio já foi submetido a internamento a manicômios ou casas de repouso (Processo Crime, p. 25).

Sua primeira intenção é deixar claro ao delegado que não havia nenhuma proximidade entre ela e o tio. [Neide], nega sua personalidade com o tio, porém, tem condições de caracterizá-lo fisicamente.

O delegado direcionou as perguntas em torno das informações recebidas, da estranheza do comportamento de [Marcos] que a mesma poderia ter observado, mas nunca comentado por ser uma conduta aparentemente naturalizada no seio familiar.

É no ato praticado que reside o fato de [Neide] falar sobre aquilo que anteriormente lhe causava estranheza, mas que não via necessidade de argumentar ou expor. Apenas no fato de retirar a vida do outro, que seu comportamento é visto como definitivamente anormal.

[Marcos] como louco infrator começa a ser construído na narrativa de [Neide], mesmo dizendo-se distante ela avisa a justiça de que há comportamentos do tio que fogem ao padrão do que se entende por normalidade.

A segunda testemunha ouvida no dia 06 de Julho, o senhor [João] Barbosa, pai do investigado, seguiu a trilha criada pelo depoimento de [Neide].

Que seu filho [Marcos] acerca de um ano e meio começou a ter mudanças em seu comportamento, clamando ao depoente dores de cabeças e dizendo sempre que ouvia vozes vindo de canto nenhum, ou dizia ao depoente que ouvia barulho de cavalos andando ao seu redor; Que o depoente chegou a levar seu filho por várias vezes em um centro “Espírita” e a “Benzedores”, mais sem resultados. Que para evitar gastos maiores levou o seu filho a uma farmácia, onde o farmacêutico receitou vários comprimidos para tomar; que o comportamento de “TATA” era muito estranho, pois o mesmo as vezes ficava com a cabeça abaixado e ao levantar dava gargalhadas (Processo Crime, p. 27).

É este o quadro de desenvolvimento de seu transtorno, das vozes que tanto passam a atormentá-lo, a acusá-lo, ofendê-lo até chegar ao ponto de matar o vigário da cidade.

Estas questões já construía o quadro da insanidade mental, pois, é revelado também pelo pai que um ano antes [Marcos] havia atentado contra a vida de um companheiro de trabalho.

A partir desta narrativa do progenitor, o delegado instantaneamente liga a possibilidade religiosa ao fato. Naquele contexto parecia fazer sentido que a relação com o espiritismo pudesse justificar o ato violento, como se as narrativas sobre magia negra pudessem trazer embasamento para a doença mental como também para o crime.

Tais elementos tomam grande proporção no contexto em que a vítima é um representante da igreja católica, em uma comunidade extremamente cristã.

Neste sentido, a construção desta narrativa do pai não escapa ao contexto da comunidade local, seus valores e preconceitos aparecem na indução das perguntas que buscam as razões do crime cometido por [Marcos]. Ou seja, a peça processual está imersa em uma teia de representações e não escapam de tais influências em sua constituição.

No entanto, o mais importante deste depoimento é que ele nos traz a linha de raciocínio do delegado, como ele aproveita o fio deixado pela testemunha anterior e tentava de alguma forma seguir estes rastros. Porém, a questão da religiosidade, sendo o cerne de sua versão, só evidencia os traços culturais ainda envoltos em preconceitos e narrativas de exclusão.

Na sequência ao depoimento do progenitor de [Marcos], constam no processo, quatro depoimentos. São falas curtas direcionadas para a descrição de [Marcos], com o objetivo de colocá-lo na cena do crime.

Diante dos dois primeiros depoimentos é clara a assertiva em relação à possível doença mental, mas o que se vê na inquirição do delegado é provar que, na verdade, teria sido crime ligado a questões religiosas, aproveitando-se da demonização de tais crenças.

Outra importante peça é o escrivão por ser responsável por transcrever as falas e transformar a oralidade em uma narrativa, em outra forma de enunciado que passa a construir o crime.

É impossível negar que as impressões do escrivão podem transparecer nas falas por ele redigidas, as ênfases, vírgulas, letras maiúsculas correspondem ao seu envolvimento com o caso, à sua indignação ou conformação ante ao delito cometido. É preciso ter em mente, que o mesmo está mergulhado naquela sociedade, faz parte dos círculos e relações e mesmo que a neutralidade seja algo almejado, não é alcançada por completo.

CONCLUSÕES

O ato de ignorar o discurso do louco, traduzido como delírios, muitas vezes ao invés de buscar compreendê-lo ou contextualizá-lo, toma-se o caminho mais curto: o de deixar passar sem maior cuidado.

A loucura é relacionada com o crime na medida em que na busca por uma racionalização do fato, a própria comunidade não encontrando a explicação traz o elemento da doença mental para construir uma explicação. No entanto, o indivíduo não deixa de ser tratado como criminoso comum.

Os traços de loucura não são utilizados para que [Marcos] possa receber tratamento diferenciado. Ao contrário, passa a existir um peso dessas narrativas para criar uma justificativa para o crime, mas nada é dito sobre o direito de ser encaminhado a uma instituição própria para receber tratamento.

As indagações que podem ser previstas pelos os depoimentos, tentam reforçar a premeditação de [Marcos] ao sair da casa da sobrinha e ficar em frente à residência de sua vítima. O arco dramático se dá na descrição do abraço dado por [Marcos], que envolve o vigário e com a outra mão o atinge com a faca.

Estes elementos ressaltam frieza e crueldade no comportamento de [Marcos], algo que iria à contramão da ideia de loucura que estava sendo trabalhada nos depoimentos anteriores.

Este texto não é evidente no depoimento, no entanto, é na contextualização das respostas que se consegue chegar a tais possibilidades narrativas. O crime de magia negra, a loucura, a simplicidade da família, elementos necessários para que a promotoria pudesse elaborar a sua verdade sobre o crime.

Percebe-se que, o aparato policial ao elaborar esta possível versão através dos questionamentos durante os depoimentos, não pensou na possibilidade de que [Marcos] poderia ser considerado inimputável.

Em momento algum as respostas dão indicativo de se preocupar de tratar [Marcos] de forma diferenciada, o que denuncia um aspecto cotidiano de que ao louco infrator em Goiás, em pleno final de século XX, tinha como destino apenas a cadeia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARGE, A. O sabor do arquivo. São Paulo: EDUSP, 2009.

FAUSTO, B. Crime e Codiano 2^a ed. Ed. São Paulo EDUSP SP 2001.

_____ O Crime do Restaurante Chinês 3^a ed. São Paulo SP Ed. Cia. das Letras 2009.

GINZBURG, C. Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História 2^a ed. São Paulo SP Ed. Cia das Letras 1986.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso 4^a ed. São Paulo SP. Ed. Cia das Letras 1973.

_____ O Poder Psiquiátrico 1^a ed. São Paulo – SP Ed. Martins Fontes, 2006.

_____ A Arqueologia do Saber 7^aed. Rio de Janeiro – RJ Ed. Forense, 2009.

O MERCADO DE TRABALHO PARA O EGRESSO EM ADMINISTRAÇÃO EM GOIANÉSIA

Vivian Cristine Marques Silva Cavalcante

Juares Aparecido Domingos

INTRODUÇÃO

Peci & Sobral (2013) definem que administração é um processo de coordenação de trabalho dos membros da organização e de alocação dos recursos organizacionais para alcançar os objetivos estabelecidos de uma forma eficaz e eficiente. Os autores definem eficiência como sendo a capacidade de realização das atividades da organização minimizando a utilização dos seus recursos, já eficácia definem como sendo a capacidade de realizar as atividades da organização de modo a alcançar os objetivos estabelecidos.

O mundo em que vivemos é uma sociedade institucionalizada e composta por organizações. A administração nada mais é do que a condução racional das atividades de uma organização seja ela lucrativa ou não lucrativa, e que a administração é imprescindível para existência, sobrevivência e sucesso das organizações sem a administração, as organizações jamais teriam condições de existir e crescer. Administração, é um processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos e competências a fim de alcançar objetivos organizacionais.

Ao decorrer do trabalho é transcrito sobre as funções da administração, essas funções são autônomas e estão alicerçadas nas necessidades do empreendimento. Ou seja, o que vai definir o que o administrador ira ou não desempenhar em sua função dependerá do setor que ora atuar, as pessoas a gerir, do empreendimento a começar ou a continuar. O autor termina a afirmação afirmando que a única escolha é estruturar bem ou mal os postos gerenciais – mas esses postos existem, pois há um empreendimento a ser dirigido.

Para Oliveira (2012), as funções da administração são as atividades que devem ser desempenhadas em todo e qualquer processo administrativo nas empresas e por cada uma de suas áreas ou unidades organizacionais. Portanto, cada área organizacional tem a sua função independente de funções específicas que foram colocadas na organização.

Após a formação em um curso superior vem a batalha de encarar o mercado de trabalho, e para o egresso em administração também não seria diferente, foi realizada uma pesquisa em empresas renomadas dentro de Goianésia, trazendo para o trabalho um comparativo de como é a alocação nas empresas para o egresso de administração, se grande parte trabalha dentro de sua formação, e o quanto se espera de egresso nas empresas, formado em administração.

MATERIAL E MÉTODOS

A partir do grau de conhecimento adquirido em sala de aula sobre a administração, e também buscando um trabalho mais real com o dia-a-dia em que vivemos, a pesquisa foi focada em cinco empresas de porte médio sediadas na cidade de Goianésia-GO,

Além de pesquisas em livros especializados e artigos científicos, foi realizada uma pesquisa exploratória descritiva por meio de entrevista fechada com as empresas citadas.

Nos dados referentes à pesquisa bibliográfica foram selecionados as informações mais relevantes tratando do assunto abordado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sumário das cinco empresas pesquisadas

GOIALLI S/A

A empresa foi fundada no ano de 2000, surgiu no mercado do agronegócio com a proposta de agregação de valor à economia local. Tendo uma equipe de colaboradores de 240. A Goiás Alimentos S/A é uma empresa de capital fechado, constituído por ações ordinárias nominativas com direito a voto, sem valor nominal. É uma empresa de alimentos, que surgiu a partir de gente de tradição no plantio de tomate na região. O início da empresa era voltado somente para o ramo do tomate, posteriormente passaram a investir também conservas de vegetais.

GISSARA AGROPECUÁRIA

É uma empresa de serviços para pecuária (exceto veterinário) localizada em Goianésia, foi criada em 1987, se encontra em funcionamento a mais de 14 anos, a empresa possui 10 estabelecimentos, entre filiais, sucursais, agência e outros.

MORAIS FERRARI

O grupo Morais Ferrari teve sua origem em Barretos – São Paulo, mas foi no ano de 1970 que veio obter sua primeira fazenda de gado na cidade de Goianésia, a empresa trouxe o início da seringueira para nossa cidade, em 1986, veio a idéia de plantar seringueiras, no ano seguinte começa a fazer o plantio de jardim clonal, ou seja, os clones das nacionais, já em 1988 começou o plantio, e também a consultoria do Dr. José Fernando Benesi, com a implantação de clones asiáticos. A Morais Ferrari tem plantio em Barro Alto nas Fazendas Tamoio e Solimões com 400.000 árvores em 900 hectares, já no município de Nova Crixás é na fazenda Xavante com 260.000 árvores em 500 hectares. Os pioneiros do Grupo Jalles Machado são, Morais Ferrari, Grupo Otávio Lage, Grupo Gissara, Grupo Braoios.

SICCOB EMPRECREDE

Em 2005 é fundada uma nova instituição financeira para Goianésia, em 12 de Setembro de 2005 inaugura Sicoob Emprecred, um novo tipo de Sociedade que viesse de encontro aos anseios dos empresários locais, que buscavam uma alternativa de instituição financeira que alavancasse seus negócios. Tem a empresa como objetivo proporcionar pela mutualidade, assistência financeira aos associados através de suas

atividades específicas, prestar serviços inerentes às atividades específicas de instituição financeira, promover o aprimoramento técnico educacional e social de seus dirigentes, associados, seus familiares e empregados.

VERA CRUZ AGROPECUÁRIA

A empresa Vera Cruz pertence ao Grupo Otávio Lage, em 1.974 esse grupo se tornou acionista da Planagri S/A iniciando assim uma pesquisa genética e a comercialização de sementes e grãos. O empreendedor Otávio Lage e um grupo de pecuarista iniciaram a cooperativa Goiás Carne em 1.976, anos depois foi criada a Vera Cruz Agropecuária, uma empresa com o objetivo voltado para as atividades agropecuárias do Grupo.

CONCLUSÕES

O objeto de estudo dessa pesquisa foi o de analisar o mercado de trabalho para o egresso do Curso de Administração de Goianésia, observando o quadro de funcionário de cinco empresas de médio porte da cidade e ao se analisar as empresas pesquisadas, especificamente o quadro 1, é notória a pouca representatividade do administrador diante do total de empregados das empresas, menos de 3%, e principalmente do número de administradores admitidos versus o desejável, apenas um terço do total. Este último dado com uma necessidade de análise mais profunda nas empresas pesquisadas, pois se há tantos profissionais de administração saindo semestralmente das faculdades da cidade, então por que há dois terços dos profissionais de outras formações ocupando posições que deveriam ser ocupadas por administradores? Sendo essa problemática um possível objeto de estudo futuro.

O mercado de trabalho brasileiro, devido a atual crise econômica, vem demonstrando queda nos postos de trabalho, fazendo com que a concorrência para se estar empregado seja acirrada para todos os profissionais. No entanto os dados encontrados nessa pesquisa demonstraram que existe um número significativo de postos de trabalho sendo ocupados por outros profissionais e que por alguma razão não os são. Razões estas podendo ser diversas, desde quantidade não ser sinônimo de qualidade, e apenas uma parcela desse contingente de administradores estar apta a ocupar os cargos disponibilizados. As organizações não suportam mais amadores e profissionais em qualquer área bem preparados e com alta performance é uma necessidade constante.

Os assuntos nessa pesquisa relacionados ao objeto de estudo e tratados superficialmente ou não tratados podem vir a ser assuntos para um outro trabalho, pois a questão "mercado de trabalho para o Administrador" é uma questão bastante abrangente visto que esse curso é o mais procurado e conseqüentemente o que mais forma profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Margarida de. INTRODUÇÃO à Metodologia do Trabalho Científico. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BRASIL. Parecer CNE/CES 0134/2003, de 4 de junho de 2003. Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces-0134>>. Acesso em 14 jun. 2015 às 14h38min.

_____. Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965. Dispõe sobre o exercício da profissão do Administrador, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4769.htm>. Acesso em: 16 jun.15 às 12h14min.

CARAVANTES, PANNON & KLOECKNER, Geraldo, Cláudia e Mônica. Administração: Teorias e processos. São Paulo. Pearson Education do Brasil, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. INTRODUÇÃO à teoria geral da Administração. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

_____. Perfil, formação, atuação e oportunidades de trabalho do administrador – 5. Ed. Disponível em:< <http://www.cfa.org.br/acoes-cfa/pesquisa-nacional/PesquisaPerfil20111.pdf>>. Acesso em: 12/06/15 às 17h33min.

_____. Mercado de trabalho para o administrador. Disponível em: <<http://www.cfa.org.br/administracao/carreira>>. Acesso em: 08 abr. 2015 às 16h35min.

DRUCKER, Peter F. INTRODUÇÃO à administração. 3.ed. Pioneira Thomson Learning, 2002.

MOURA et al. Empregabilidade na área de Administração. Caderno de Graduação – Administração, 2014 Aracaju. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/viewFile/967/701>>. Acesso em:17/06/15 às 08h50min.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. História da Administração: como entender as origens as aplicações e as evoluções da administração. 1.ed. São Paulo: Atlas.

PECI & SOBRAL, Filipe e Alketa. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro.2.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

PETRUCCI et al. Empregabilidade para os recém-formados em administração: expectativas e oportunidades. Araras, São Paulo: UNAR, 2011. Disponível em: < <http://www.administradores.com.br/producao-academica/empregabilidade-para-recem-formados-em-administracao-expectativas-x-oportunidades/4653/download/>>. Acesso em: 17 jun. 2015 às 09h52min.

PIETRAFESA & BORDA, José Paulo e Odiones de Fátima. Contexto ao texto: Os Desafios da Linguagem Científica. 2.ed. Goiânia: Kelps, 2012.

SANTIAGO, Christian Henry. A história da Administração no Brasil. FGC, 1995. Disponível em: <http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/a_historia_da_administracao_no_brasil.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2015 às 19h45min.



WETZEL et al. Rumo ao Mercado de Trabalho: Percepções e Estratégias de Jovens Estudantes de Administração. Curitiba: ANPAD - EnGPR, 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnGPR/engpr_2009/2009_ENGPR218.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2015 às 11h59min.

O MITO DE ER E A LEI DA FICHA LIMPA: UMA PERSPECTIVA DA POLÍTICA BRASILEIRA

CARLOS ALBERTO DA COSTA

CARLOS ALBERTO DA COSTA

INTRODUÇÃO

A atual conjuntura brasileira tem trazido à tona uma série de situações e temáticas que, até então, em sua maioria era sabido, no entanto eram toleradas. Essa situação de inquietação social tem feito com que a população se interesse por discussões muitas vezes ignoradas, como é o caso da política. Temas como a corrupção, desvios de dinheiro público, escândalos e mais escândalos tem aguçado de certo modo o interesse da população brasileira para o alvo – política.

Quando se vive no Estado Democrático de Direito, há o império da Lei, e sem dúvidas ela, a Lei, está acima de tudo e todos. Logo se espera que por meio dela todas as inquietações que trazem inseguranças sociais sejam resolvidas. Porém, tem se esquecido que a Lei por si só acaba por ser ineficaz, e aplicada de forma absolutista ao invés de um “remédio”, torna-se o mal.

Sendo assim, uma questão que tem sido diuturnamente discutido na conjuntura atual é a questão da corrupção política. Mas a preocupação se dá no instante que achamos que leis mais rígidas modificarão a situação, o que pode ser temerário. Desta forma, a Lei da Ficha Limpa é encarada como uma forma ou possibilidade de purificação da política brasileira, mesmo que para isso precisamos restringir direitos políticos outrora frutos de muitas mobilizações.

Dessa forma, os objetivos norteadores deste trabalho são os seguintes: entender o contexto social e política em que a Lei da Ficha Limpa foi elaborada; analisar os principais elementos que sustentam a Lei da Ficha Limpa em consonância com a ideia geral do Mito de Er e por fim, compreender até que ponto a Lei da Ficha Limpa viola direitos políticos já conquistados a fim de satisfazer o anseio social por pureza na política brasileira.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa se deu no ramo do Direito Público, mais especificamente no Direito Eleitoral, a presente pesquisa é resultado das discussões travadas em torno da pesquisa de conclusão da Especialização em Direito Eleitoral Lato Sensu. Para se conseguir dar efetividade ao projeto de pesquisa, foi preciso um sério levantamento de referências bibliográficas, tendo em vista que em nosso país e sobretudo em se tratando de Direito há poucos produções científicas de determinados temas.

Outra preocupação que foi levantada no desenrolar da pesquisa foi o fato de ela ser de caráter multidisciplinar, o que a deixava ainda mais instigante e acima de tudo

enriquecida. E, para tanto, o método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, buscando as principais obras de autores que escrevem sobre o tema a fim de se estabelecer a melhor análise do objeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após leitura, confronto de autores, ideias e posicionamentos chegam-se aos resultados da pesquisa, que demonstra a dificuldade que se tem de pesquisar alguns temas dentro da ciência jurídica. Pois, apesar de o Direito Eleitoral lidar com temáticas extremamente presente e prática da sociedade, pouco se tem discutido sobre seus variados temas na acadêmica. Isso parece ser um problema a ser enfrentado, uma vez que aquilo que pouco se discute, poucas alternativas de melhora se apresentam.

A atual situação do Brasil é resultado de um processo histórico, ou seja, simplesmente se está colhendo aquilo que foi plantando. A sociedade brasileira hoje se mostra individualizada e subjetiva em diversos aspectos, suas instituições são frágeis e individualistas, há a falta de capacidade dos cidadãos em pensar no coletivo, e inúmeros são os conflitos entre público e o privado (OLIVEIRA, 2009, p. 06).

Neste sentido, Holanda (1999, pp. 141-142), apresenta uma possível explicação para algumas das questões dos conflitos existentes nesta atual realidade, no entendimento de que são heranças do passado histórico brasileiro. Essa realidade atual é fruto de uma dissociação entre aquilo que é público e coletivo e o que é individual e particular. Assim, Holanda critica essa característica da sociedade brasileira afirmando que o Estado não é uma aplicação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particulares, de que a família é melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição.

No entanto, o que seria então a corrupção? Para Schilling (1999, p. 351), corrupção é um conjunto variável de práticas que implica trocas entre quem detém poder decisório na política e na administração e quem detém poder econômico, visando à obtenção de vantagens ilícitas, ilegais ou ilegítimas para os indivíduos ou grupos envolvidos. O que para Filgueiras (2006, p. 15), é aquilo que a sociedade constrói como o rompimento de uma orientação normativa, a qual é estabelecida pela construção de juízos morais acerca do comportamento dos atores e das instituições. É possível observar que de certo modo, há uma distância e uma aproximação entre a conceituação apresentada por ambos os autores.

Na obra “A República” de Platão, um texto clássico, indispensável leitura, uma obra formada por diálogos em que se apresentam as principais ideias do autor, e que é finalizado com o mito de Er. Er, era filho de Armênio, natural da Panfília. Er havia morrido em combate, e após dez dias, quando os corpos já estavam em putrefação, foi salvo pois estava em bom estado de saúde. O combatente resgatado foi levado para casa

e depois de doze dias voltou à vida e passou a narrar o que vira no além (REPÚBLICA, X, 615.e – Tradução de Enrico Corvisieri).

Er conta a trajetória da alma depois que a mesma sai do corpo, a qual fez muitos caminhos, e que chega a um lugar divino, no qual há na terra duas aberturas contíguas uma à outra, e no céu, lá em cima, outras em frente a estas. Foi observado por Er que havia aberturas no céu e na terra, duas em cada lugar. Local de onde saíam as almas, depois de terem sido submetidas ao julgamento, ao passo que pelas restantes, por uma subiam as almas que vinham da terra, cheias de lixo e de pó, e outra desciam as almas do céu, em estado de pureza (REPÚBLICA, X, 616.e – Tradução de Enrico Corvisieri).

O mito de Er também aborda a questão da escolha de vida, ficando a cargo de quem escolheu não ter o direito de desistência. Segundo Penedos (2014, p. 42), este é o problema fundamental e, embora se inspire na tradição, dá uma resposta original. Assim, o ponto de partida é a liberdade, a liberdade de escolha. O modelo de vida não é imposto, ele é escolhido, entre vários, daqueles oferecidos à alma. Após a escolha, o modelo de vida é irreversível e nesse momento estamos perante a predestinação.

Percebe-se uma relação entre o que se entende no mito de Er e sociedade brasileira nos dias hodiernos. Isto porque em se tratando de corrupção, a sociedade espera que a Lei por si só faça o julgamento necessário para que a política seja purificada, do mesmo modo que as almas eram purificadas no julgamento após a morte. Além disso, observa-se ainda que no mito de Er, as recompensas eram dadas conforme as condutas que os indivíduos tinham na existência terrena.

O fato que ainda a sociedade brasileira não percebeu, é que à medida que ela corrompe candidatos, ela contribui para a perpetração da prática que ela espera que a Lei da Ficha Limpa reduza. A compra de voto só pode existir se houver quem os vende, nenhum candidato pode obrigar nenhum cidadão a vender seu voto. O resultado disso é sem dúvidas algumas a continuidade desse comportamento após a entrada no exercício da função pública.

Outra questão que merece uma reflexão em relação ao mito de Er é o fato de todas as almas terem a oportunidade de escolhas e que as mesmas eram irreversíveis. Embora seja sabido que um mandato eletivo tem prazo determinado algumas consequências do mesmo não. Ao votar, os cidadãos possuem uma escolha irreversível, mesmo que o candidato eleito não seja o que o cidadão votou individualmente, o que depois de eleito não tem importância.

A Lei Complementar nº 135 de 04 de junho de 2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa, alterou a Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1990, a denominada Lei de Inelegibilidade. A Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1990, mencionada doravante de LC 64/90 trata em seu bojo das hipóteses de inelegibilidades, ou seja, os casos em que os cidadãos estão impedidos de exercerem seus direitos políticos passivos. A Constituição Federal em seu artigo 14 §§ 4º a 7º apresenta um rol de inelegibilidades, tais

como: os analfabetos, os inalistáveis, o cônjuge do titular do cargo a ser disputado entre outros casos.

Porém, em seu §9º do já referido artigo, a Constituição Federal afirma que, a Lei Complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os seus respectivos prazos de cessão. Mas, a Constituição não autoriza apenas a criação de novas hipóteses de inelegibilidades, mas também estabelece a justificativa da criação das mesmas, a saber, a proteção da probidade administrativa e a moralidade para o exercício do mandato. Bem como, proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou do abuso do exercício seja de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

A Lei Complementar autorizada pela Constituição Federal a criar outras hipóteses de inelegibilidade é a LC 64/90. Com isso, ocorre uma limitação da criação de outras hipóteses de inelegibilidades em outros corpos normativos, principalmente pelo fato de que a Lei Complementar possui um rito mais específico de criação, protegendo assim os direitos políticos passivos.

A LC 64/90, traz consigo outras hipóteses de inelegibilidades infraconstitucionais, que tratam de restrições em razão de situações especiais no momento da eleição para o caso de cidadãos comuns como em decorrência da ocupação de cargos ou função efetiva. O fato é que a LC 64/90, se impõe como uma peneira, para evitar que todo aquele cidadão que queira usufruir de seus direitos políticos passivos estejam em conformidade com os critérios definidos na própria Constituição, como já visto no §9º do artigo 14.

A Lei Complementar nº 135 de 04 de junho de 2010, doravante denominada de Lei da Ficha Limpa, alterou a LC 64/90. A lei da Ficha Limpa é de iniciativa popular, afinal estamos em uma democracia e o próprio artigo 14 caput e inciso III, da Constituição Federal de 1988, afirma que a soberania popular será exercida mediante iniciativa popular.

No Capítulo IV, artigo 14 da Constituição Federal foi garantida a participação do cidadão por meio do plebiscito, referendo e consulta popular, o que significa que os cidadãos brasileiros poderão participar diretamente na tomada das decisões, uma das características do Estado Democrático de Direito. Outro exemplo é o da iniciativa popular elencado no artigo 5º. LXXIII, o mandado de segurança individual no artigo 5º, LXIX, a iniciativa popular, artigo 61. § 2º presentes na Constituição Federal, são exemplos que ocorrem a participação não elencados na vida política diretamente.

Em outras palavras, quando se vê a Lei da Ficha Limpa e seu rol de hipóteses que impedem a elegibilidade, se está diante da vedação dos direitos políticos negativos. Ou seja, para que o cidadão possa usufruir desse direito assegurado constitucionalmente ele não pode preencher nenhuma das hipóteses estabelecidas na Lei Complementar ou até mesmo no que determina a Constituição.

Porém, isso é temerário, pois toda vez que a sociedade perpassa por uma situação em que não consegue resolver por si só, busca apoio na Lei como forma primeira e última

para a solução. Assim, como no mito de Er, as almas passavam pela purificação no julgamento e estavam aptas a escolherem novas vidas, mesmo que aquela alma tenha sido tirana, ela ainda conseguiria escolher uma nova vida.

O exercício dos direitos políticos é premissa básica para o exercício de quaisquer outros direitos. O efetivo gozo da cidadania se dá por este exercício. No entanto, a sociedade brasileira espera que a Lei da Ficha Limpa faça o papel purificador da política, mesmo que para isso tenha que limitar os direitos políticos. A perda deste direito tão importante para o cidadão, mesmo que sua justificativa atenda aos interesses coletivos é sem dúvida preocupante.

A sociedade brasileira espera que a Lei da Ficha Limpa purifique a política brasileira, como se a corrupção fosse praticada única e exclusivamente por aqueles que foram eleitos para cumprirem uma função pública. Espera-se que a Lei consiga purificar a política por si só. Neste caso as novas hipóteses de elegibilidade a sociedade espera que a política seja praticada apenas por quem possui uma conduta que ela exige.

CONCLUSÕES

A Lei da Ficha Limpa foi editada com a finalidade de contribuir para a moralidade no exercício da função pública, oriunda de um processo eleitoral. Fica então que ela se apresenta na perceptiva do mito de Er. Mito que está na última parte da obra clássica de Platão, República. Er, morre em combate e depois de alguns dias junto aos demais corpos que já estavam em início de decomposição é resgatado por ainda estar em bom estado. Depois de se recuperar, Er, passa contar o que viu quando estava na outra vida.

Empreende-se então que o mito de Er apresenta como ponto central o julgamento das almas no outro mundo, o que após permite-lhes escolher a vida que lhes melhor interessar. O que é muito emblemático, pois assim procede a sociedade brasileira, pois a medida que apóia e propõe a criação de uma Lei mais rígida que prevê hipóteses de inelegibilidade a sociedade espera que a Lei faça o mesmo que o julgamento no outro mundo do mito de Er, purifique a política brasileira.

A sociedade brasileira espera que a Lei da Ficha Limpa faça a purificação da política brasileira, espera que a Lei limite aqueles que a sociedade julga ser moralmente incapazes de cuidar dos bens públicos. No entanto, a própria sociedade não atua de forma a exigir dos seus representantes uma conduta moral esperada, isso porque no seu próprio seio, em cada ação de seus cidadãos está também a prática da corrupção.

Não é com a edição de novas Leis que restringem cada vez mais os direitos conquistados ao longo da história de muitas lutas que teremos a atividade política “purificada”. Mas sim, a com a participação efetiva, principalmente porque o atual contexto é de extrema instabilidade, e até aqui não tem mostrado onde deve chegar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

. Lei Complementar nº 135 de 04 de junho de 2010. Altera a Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providência. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm> Acesso em: 02 de maio de 2017.

FILGUEIRAS, Fernando de Barros. A corrupção no Brasil e as instituições políticas. 2006, Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=N820403>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

HOLANDA Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26 ed. São Paulo: Cia das letras, 1999.

OLIVEIRA, Douglas Couto. A sociedade subjetivista e individualista brasileira atual: uma leitura jurídica a partir de 'Raízes do Brasil'. Ribeirão Preto. 2009.

PLATÃO. República. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2002. Tradução de Enrico Corvisieri.

PENEDOS, Álvaro José dos. A maravilhosa viagem de Er, o Panfílio. Filosofia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, [S.l.], v. 9, fev. 2014. ISSN 2183-6892. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/filosofia/article/view/289>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

SCHILLING, Flávia. Corrupção: ilegalidade intolerável. Comissões parlamentares de inquérito e a luta contra a corrupção no Brasil (1980-1992). São Paulo: IBCCrim, 1999.

O Programa 5s como forma de auxílio à Gestão no Setor Administrativo: um estudo de caso na Empresa Jalles Machado em Goianésia/GO

Valdir dos Santos Souza

Wesley de Freitas

Maisa França Teixeira

Marcos Antônio de Carvalho Rosa

Roberto Fernandes de Melo

Raoni Luis Olmos Lotti

Camila Cardoso

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a empresa nos dias atuais tem necessidade de aplicar a gestão da qualidade com eficiência, assim algumas ferramentas são utilizadas para a implantação, percebem-se através da academia que muitas são as ferramentas disponíveis, porém algumas são mais simples e eficazes que outras.

Conforme Ribeiro (1994), as empresas necessitam dedicar uma parte do tempo para execução da gestão do 5s, assim tendo total controle do plano diretor na sua evolução e reconhecimento da cultura da empresa, verifica-se que as organizações em sua maioria, realizam programas para desenvolver políticas adequadas de trabalho que atendem aos requisitos do mercado identificando os pontos de benefício pela gestão.

Sabe-se que o 5s é uma ferramenta popular podem ser aplicados tanto na empresa quanto no dia a dia do colaborador, onde cada espaço com organização tem um desenvolvimento com eficácia. Cada colaborador tem a responsabilidade de manter limpo o seu local de trabalho com segurança, colocando seu lixo no local certo e descartando o que não serve para outros setores ou para uso da empresa, pois estoque que não serve para uso deve ser destinado para outros fins não interferindo no processo administrativo da organização.

Afirma Carvalho & Paldini (2005) que a qualidade é uma ferramenta de suma importância para as empresas, aonde cada época é atribuída um conceito diferente para atender as necessidades do cliente, para isso é necessário a avaliação de todo processo aplicado às ferramentas para que um produto ou serviços seja feito da melhor forma possível.

Desta forma será apresentada a importância das ferramentas de qualidade na contribuição que vem ajudando a empresa a se destacar a cada dia no mercado competitivo com seus produtos ou serviços de qualidade se erros ou defeitos. Pois com a revolução da indústria afetada pela guerra mundial houve a necessidade pela busca pela

melhoria contínuas surgindo assim as ferramentas da qualidade que contribuí para definir as soluções dos problemas que podem interferir no processo das empresas, criando assim a isso, uma organização internacional de padronização dos produtos e serviços para as empresas aperfeiçoarem ainda mais com sua mão de obra e se manter no mercado.

Portanto este trabalho visa verificar se programa 5s pode ajudar no processo administrativo da Jalles Machado, uma vez que este programa é reconhecido mundialmente e adotado por grandes empresas no Brasil. Uma ferramenta que tem poder de melhorias quando adequadas as diferentes características de cada empresa, mas todos com uma visão dos agentes envolvidos no processo produtivo onde envolve empregados, compradores e fornecedores.

Dessa forma busca colocar em prática as ferramentas que auxiliam no desenvolvimento de cada setor da empresa. Uma ferramenta que tem poder de melhorias quando adequada as diferentes características de cada empresa, mas todos com o mesmo foco.

O programa 5s foi instado na Jalles Machado em 1995 para organizar cada setor de administração, aonde o colaborador tem responsabilidade em sua função eliminar as condições inseguras, evitando um dos maiores vilões da empresa, os desperdícios, mantendo o setor organizado e limpo, visando a evolução da empresa com a aplicação exigida pelo controle de qualidade em cada setor administrativo.

A literatura nos apresenta através de Ribeiro (1994) que a utilização desse programa pode proporcionar melhor qualidade de vida no trabalho, desenvolvendo técnicas que auxiliam em suas atividades no dia a dia sem perda de tempo na execução de suas tarefas.

A Jalles Machado tem o seu reconhecimento de organização e qualidade com a certificação do G5S, Kaizen, ISO 9001, ISO 14000 e outras certificações.

Este é um estudo de caso que apresentara a implantação do programa 5s como ferramenta de gestão e qualificação dos colaboradores dentro de uma empresa competitiva de mercado, buscando um equilíbrio com as empresas nacionais.

O objetivo geral deste trabalho é verificar a utilização das ferramentas da qualidade e analisar a sua aplicabilidade no setor administrativo da Jalles Machado. Portanto abordará a importância da administração e da gestão da qualidade que são fatores que atualmente interfere no desenvolvimento de uma organização, levando em consideração a evolução do seu conceito com a Revolução Industrial até a implantação de normas e procedimentos, por meio de órgãos reguladores, que a qualidade não é somente o desenvolvimento de um produto ou serviço melhor, mas que atenda as necessidades do cliente, e que ela envolve todos os processos da empresa, colocando o seu posicionamento no mercado. Destacando, através das suas contribuições no desenvolvimento das empresas, os quais são denominados conhecedor da Qualidade, que com a criação das ferramentas, as empresas utilizem técnicas para solucionar os problemas que podem ser detectados em todos os processos da organização.

MATERIAL E MÉTODOS

É uma pesquisa qualitativa e quantitativa, investigando um campo de trabalho onde é feito com colaboradores da organização em todo setor de administração para obter um resultado que possa que posa a satisfação e a necessidade da empresa.

É trabalho feito com a pesquisa investigativa, descrevendo as características, esclarecendo fatores que está associado aos caminhos, de uma forma que certas maneiras possam atingir determinados fins, buscando resolver problemas que interfere na realidade a ser estudada e para modificá-la se caso for necessário.

Quanto aos meios é uma pesquisa feita através de investigação empírica por meio de entrevistas, fazendo questionamento, no qual é possível realizar experiências, obtendo informações por meio de documentos conservados em material publicado, onde as pessoas que estão sendo abordado possam colaborar com informações focando no problema para um bom conhecimento e tomar parte da pesquisa com intervenção participativa da realidade social através dos métodos de coleta de dados. Aonde o trabalhador exerce sua função, e tem conhecimento em cada setor, assim podendo contribuir para que a pesquisa possa ser concluída com sucesso.

O universo da amostra contempla que a empresa Jalles Machado é uma usina que tem como característica a totalidade de indivíduos, um conjunto de elementos que possuem as mesmas características da pesquisa realizada.

Sua amostra será no setor de administração da empresa jalles Machado, por meio de análise em todo o seu processo de produção desde o momento do inicio da jornada de trabalho até a jornada final, verificando a aplicabilidade das ferramentas da qualidade.

A pesquisa será realizada com os colaboradores da empresa, gerente, gestores da empresa.

Após a coleta de dados será feita a análise, organizando os dados recebidos da pesquisa dos questionários aplicados em entrevistas, onde serão tabuladas através de planilhas eletrônicas e apresentadas em forma de gráficos, tabelas para melhor visualização e apresentação dos resultados encontrados.

Pesquisa de campo na empresa Jalles Machado, no setor administrativo, aonde foi aplicado um questionário com 18 questões para saber o grau de conhecimento sobre a qualidade e aplicação do programa 5s, e como estas ferramentas vem contribuindo para o desenvolvimento na qualidade de seus produtos e mão de obra. Os gráficos a seguir representam em porcentagem as perguntas respondidas. Apos estudar as ferramentas da qualidade e compreender a sua importância para uma boa administração no processo de qualidade que vem contribuindo no bom desempenho do dia a dia da empresa.

Foram entrevistados 20 colaboradores da empresa no setor administrativo onde se verificou que a empresa esta mista com seu quadro de funcionário por tempo de serviço nesse setor, de acordo com o gráfico foram 5 colaboradores por cada período de tempo de empresa sendo 25% para cada da um desses períodos.

Foram entrevistados 20 colaboradores e todos responderam que é de suma importância a aplicação do 5s na empresa, isto representa 100% de conhecimento e dedicação dos trabalhadores em cada setor de trabalho, demonstrando um bom desempenho e organização no setor administrativo.

De acordo com a pesquisa realizada tem 16 colaboradores responderam que sim, representando que 80 % dos colaboradores entrevistados têm conhecimento do programa e acha que é muito bom para o desempenho da empresa e contribui muito para a boa qualidade de seus produtos. Apenas quatro pessoas responderam em partes dando um total de 20%, isto significa que as ferramentas precisam contribuir ainda mais para o desempenho na administração e da qualidade.

Entende que planejar de uma forma estratégica garantindo o objetivo da qualidade obtido na operação previsto de acordo com a gestão administrativa, percebendo o melhoramento que deverão ser incorporado como níveis de controle para que os ganhos obtidos não sejam perdidos.

Ressalta-se a importância que tem cada setor ligado aos departamentos, pois 85% das pessoas entrevistada sabem como é de pratica a participação dos colaboradores unirem um setor com outro, mostrando que deve se trabalhar em conjunto. A empresa tem uma constante ligação de um setor com outro onde cada setor tem o seu papel a desempenhar para que seu produto final não venha afetar a satisfação do consumidor final.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Paladini (2005) a busca pela qualidade existe desde o início da história onde o artesão já buscava qualidade para seus produtos, observando entender a causa de pouca venda de suas peças produzidas, assim a cada época através com a evolução da sociedade onde é aplicado um conceito diferente. Entende se que de acordo com pesquisa, até mesmo os artesãos utilizavam dessa ferramenta, pois conheciam todo o processo de produção do produto, desde a sua fabricação até a pós-venda, facilitando o atendimento das necessidades do cliente.

Por este motivo, a qualidade vem sendo acompanhando o desenvolvimento da sociedade, e as pessoas estão cada vez mais exigentes, levando as empresas a se qualificarem mais, para atender aos seus anseios.

Portanto é necessário que além de uma boa administração, precisa ter o apoio das pessoas e dos colaboradores para contribuir com organização e para que os objetivos das empresas sejam alcançados.

Assim melhorando a sua economia e a posição no mercado de trabalho, um dos fatores de impactos para as organizações identificados por Chiavenato (2006) esta é a concorrência mais aguda, o qual explica que a organização necessita estar buscando a melhoria contínua, pois com o aumento na demanda de mercados e negócios, os riscos aumentam e as pessoas buscam produtos e serviços de melhor qualidade, sendo

necessário que as organizações invistam em pesquisa e desenvolvimento, aprimoramento e buscando novas técnicas para suprir a necessidade do mercado através das novas tecnologias.

Dessa forma compreende-se que para a organização se torna competitiva e permanece sempre à frente no mercado promissor aonde são necessários que além de uma boa administração busque a melhoria contínua, através da Gestão da Qualidade aplicada em todos os setores da organização.

Com a aplicação da Gestão da qualidade a empresa desenvolve e melhora os seus processos através da qualidade e padronização, o qual torna a produção mais eficiente que por consequência eficaz no cumprimento das metas, contribuindo para que cada funcionário execute o seu trabalho cada vez melhor, obtendo um produto e ou serviço de excelência e competitividade no mercado.

O programa 5s foi implantado na JALLES MACHADO em 1995 para organizar cada setor de administração, aonde cada colaborador em sua função tem a responsabilidade de organizar e eliminar os desperdícios, evitando assim um dos maiores vilões na empresa, mantendo a empresa cada dia mais organizada pronta para competição do mercado interno e externo.

De acordo com Paladini (2005) percebe-se que a qualidade possui vários significados que ao longo dos tempos vem se desenvolvendo conceitos e aprimorando suas definições de acordo com cada gestão. A qualidade tem como objetivo identificar os fatores que não esta adequada ao desenvolvimento da organização, buscando junto com as ferramentas da qualidade para uma melhoria continua.

Neste caso a qualidade é compreendida de maneira como a forma de variedade pode desenvolver com embalagem ou parte do produto, assim podendo apresentar um produto assimilando o bom valor com ótima qualidade. Portanto é preciso de uma boa administração com o apoio das pessoas envolvidas na organização sempre buscando o objetivo e deixando que os riscos estimulem o envolvimento do colaborador com a qualidade do produto.

Através destas definições que a qualidade envolve todo processo desde a produção até a pós-vendas, por isso é importante atender as exigências do cliente apresentando produtos que satisfaz as necessidades tanto do cliente quanto da organização, ganhando assim a confiabilidade.

Verifica-se que a qualidade é a ferramenta mais importante para competitividade no mercado aonde o produto ou serviço gera satisfação a todos que esteja envolvido no processo de produção até o processo final. Dessa forma compreende que a organização pode se tornar competitiva permanecendo sempre à frente no mercado através da aplicação da gestão de qualidade em todo setor de administração, com a aplicação do 5s, a empresa desenvolve melhorias através da padronização tornando mais eficiente e eficaz em suas metas de trabalho, pois assim os colaboradores podem trabalhar desenvolvendo qualidade e competindo com mercado interno.

Compreende que a Qualidade possui vários significados, pois ao longo da história foi se desenvolvendo conceitos e aprimorando as suas definições e aplicações. De acordo com Paladini (2008, p. 03):

Em geral, a noção da qualidade sofre mais forte impacto de dois tipos de mudanças. O primeiro tipo diz respeito à natureza do conceito. Podemos considerar, por exemplo, que a variedade de cores já foi considerada como qualidade do produto “tinta” [...] O segundo conjunto de alterações envolve o alcance do conceito. Tempos atrás, bom preço e boa qualidade eram características mutuamente exclusivas de um produto.

De acordo com Carvalho & Paladini os Gurus da Qualidade contribuíram para a ampliação do conceito de qualidade e para ampliação do conceito da qualidade destacando através de suas teorias, também interferindo nas intervenções das empresas.

De acordo com Ribeiro (1994) o 5S é base da qualidade em todos os aspectos, bem como as melhorias das relações humanas, aumento de produtividades, a prevenção de acidentes e o bem estar dos colaboradores dentro de cada setor da organização.

Verifica-se desta forma que o programa visa saber o grau de satisfação do cliente, pois é através desta ferramenta que o agente detecta o aspecto de melhorias nos processos desenvolvido dentro da empresa.

Aprimorar o comportamento das pessoas em relação à eliminação de desperdícios, prevenção de riscos pessoais patrimoniais, contribuindo para o desenvolvimento de um ambiente de trabalho com qualidade e saudável através da aplicação do 5S. Abaixo seguem os sentidos responsáveis pelo comportamento.

Senso de organização – Compreende-se em separar as coisas necessárias para uso naquele ambiente e dar destino aos objetos que não estão em uso naquele setor, organizando os objetos cada um em seu devido lugar, fazendo uma classificação dos objetos que podem ser usado e descarte do desnecessário.

Senso de ordenação – Entende-se pelo ato de ordenar as coisas bem como identificar de acordo com que fique visível, de fácil acesso para o processo de trabalho, esta é uma forma de racionalizar o tempo uma vez que não será utilizado na procura de utensílios.

Senso de limpeza – Verifica-se que a limpeza em qualquer situação é muito importante por isso é certo que eliminar a sujeira atacando a fonte do problema, realizando inspeção do ambiente para manter o setor organizado deverá ser uma constante onde a limpeza deve ser feita por pessoas que trabalham em sua própria sessão.

Verifica-se hoje nas empresas e nos próprios aglomerados comerciais que, a necessidade de organização e utilização correta das coisas é muito necessária. Temos o exemplo de uma clínica de cirurgia plástica, onde o cirurgião necessita de todas as ferramentas no momento correto sem demora, imagine que estas não estejam no lugar no momento correto. Poderá comprometer toda a cirurgia. Consiste em separar o útil do inútil eliminando o desnecessário, nesta fase o trabalho começa a ser colocado em ordem para

que só se utilize o que for realmente necessário, na quantidade adequada e controlada para facilitar as operações.

É essencial saber observar e classificar os objetos, separando os úteis dos inúteis da seguinte forma.

O que é usado sempre, colocar mais próximo ao local de trabalho e o que são usados ocasionalmente colocar mais afastado do local de trabalho.

Material que são raramente usados, mas que são necessários deve ser colocado em local determinado e identificado para facilitar o acesso, e o desnecessário deve ser vendido ou eliminado, pois atrapalha o local de trabalho.

Portanto as ferramentas que são usadas diariamente mantenham o item próximo do seu alcance encima da mesa ou bancada de trabalho, se é usado mensalmente guarde no local de trabalho em gavetas, armário ou arquivo de forma que possa achá-lo com facilidade, mas se é pouco usado deve ser retirado do local de trabalho.

Vantagens:

Reduz a necessidade de gastos com espaço, estoque, armazenamento, transporte e seguros facilitando o transporte interno, aonde evitar a compra desnecessária de materiais e componentes em duplicidade, tem os danos com materiais ou produtos armazenados.

Aumenta a produtividade das máquinas e pessoas envolvidas em cada setor trazendo maior senso de humanização, organização e economia com menos cansaço físico e maior facilidade de operação.

Diminui riscos de acidentes com uso de materiais pelo pessoal e todos da equipe devem saber diferenciar o útil do inútil, o que é realmente necessário e o que não é, pois na tecnologia qualidade, denomina-se “bloqueio de causas” ou ação preventiva.

É identificando e arrumando tudo para que qualquer pessoa localize o material com facilidade. Também pode ser definida como Senso de Ordenação, Sistematização, Classificação e Limpeza.

Temos como exemplo um extintor de combate a principio de incêndio, identificado com placas de cor forte, assim quando for preciso ser usado, deve ser localizado com rapidez este deve estar em local visível com altura fácil para manusear sem obstrução no trajeto. O objetivo é identificar e arrumar tudo, para que qualquer pessoa possa localiza-lo facilmente.

CONCLUSÕES

De acordo com resultado do questionário aplicado entende se que adaptação das ferramentas da qualidade na empresa Jalles Machado, vem acontecendo de acordo com processo que o estudioso da qualidade desenvolveu para uma melhoria continua.

Ele vem aplicando as ferramentas da qualidade no processo de produção e mão de obra de acordo com as normas técnicas que uma empresa precisa para um bom

desenvolvimento organizacional, onde cada funcionário executa suas funções com padrão que foi posto no seu aprendizado.

Na empresa seus componentes desde a diretoria, gestores, coordenadores e líderes trabalham buscando os procedimentos com padrão de qualidade para se manter a empresa na sua qualidade de ponta, as ferramentas da qualidade tem suas resposta com qualidade total.

Identificar quais destas questões estão ocorrendo em maior frequência e atrapalhando o bom andamento do processo produtivo, avaliar como está sendo o andamento da produção e qual é a necessidade da mão de obra em cada situação, além de ser uma ferramenta que contribui para o desenvolvimento mais fácil em todo o processo produtivo. Após aplicação desta ferramenta poderá disponibilizar os procedimentos escritos aos funcionários, fixando resultado em cada área, com o objetivo de manter o padrão de trabalho.

Desta forma conclui-se que este trabalho alcançou os objetivos esperados, e proporcionou uma visão ampla em relação à importância de se empenhar para a obtenção dos produtos ou serviços de boa qualidade, que ao mesmo tempo atenda as necessidades do mercado e supere as expectativas dos clientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORREIA Henrique I. administração de produção e de operações: manufaturas e serviços: uma abordagem estratégica-. ed. 3. São Paulo: Atlas, 2009.

CORRÊA, Henrique L. e CORRÊA, Carlos A.. Administração de Produção 1. Ed. 2. Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008.

GARVIN,D.A. Gerenciando a qualidade: a visão estratégica e competitiva. Rio de Janeiro. Quallitymark. 1992

GARVIN, D.A. Managing quality, New York: Free Press, 1988.

GISELLE

CHAIA

SILVA

http://www.anvisa.gov.br/reblas/procedimentos/metodo_5S.pdf (no site da ANVISA tem um material sobre 5S)

JURAN,J.M &GRYNA.F.M.(1988). Juran's quality control handbook. Forth Edition.MeGraw-hill Book Company New York.

JURAN,J.M. Planejando para qualidade.2.ed. São Paulo: Pioneira,1998.

TAGUCHI,G.,WU,Y.introduction to off-line quality control. Nagoya, Central Japan Quality Control Association, 1979.

PALADINI, Edson Pacheco Gestão estratégica da qualidade: principio, métodos e processo, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Haroldo 5S: Barreiras e Soluções. Salvador: Casa da Qualidade 1997.

RIBEIRO, Haroldo 5S: A Base para Qualidade Total. Salvador: Casa da Qualidade 1994.



SHINGO, S. A revolution in manufacturing: the SMED system. Cambridge: Productivity Press, 1985.

O PROJETO "AMBIENTE, ESPORTE E VIDA" E O PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO DO CÓRREGO CALÇÃO DE COURO NO MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA-GOIÁS

Heloisa Arantes Barbosa

Vanderlei Luiz Weber

Heloisa Arantes Barbosa

Vanderlei Luiz Weber

INTRODUÇÃO

O Projeto “Meio Ambiente Esporte e Vida” surgiu da ideia de docente e do seu debate com os pares da Faceg acerca dos bens naturais existentes na região, inclusive os ocupantes da categoria de patrimônio natural, tendo em vista que o Córrego Calção de Couro sempre fora considerado um dos marcos mais importantes na formação da cidade de Goianésia, sendo ambiente de convivência, atividade física e lazer valorizado pela comunidade desde a origem do município de Goianésia e que hoje se encontra prejudicado pela situação de semi-abandono, deixando de ser assistido pela comunidade e pelas autoridades locais. Da iniciativa, resultou uma parceria entre a faculdade idealizadora (Faceg) e a Prefeitura Municipal de Goianésia, por meio da Secretaria do Meio Ambiente. Pesquisa e ações realizadas na nascente e na extensão do Córrego Calção de Couto pelos idealizadores do projeto demonstram que se trata de uma região rica com alta capacidade de desenvolvimento através de matas nativas e oferecimento de recursos hídricos para o município, que atualmente tem sofrido com a seca, situação que acarreta desgaste na saúde e bem-estar da população, bem como a possibilidade de extinção da fauna local. Além de toda estrutura natural que a área possui, também está localizada no centro da cidade de Goianésia com grande espaço a sua volta contendo academia ao ar livre para prática de esportes e árvores centenárias que retratam espaços e permitem a realização de percursos históricos. Legalmente, o projeto conta com o importante reforço da CRFB/88, por meio do conteúdo do art. 225, que apresenta a seguinte redação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2017, Online).

Ressaltando os Direitos Humanos, o direito à saúde, ao esporte e ao lazer, e vislumbrando a Lei Complementar n. 140/11, contempla-se o artigo constitucional acima atentando para a responsabilidade de todos os entes público-políticos a fim de promover cuidados para a preservação e conscientização ambiental:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico,

artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora. (BRASIL, 2017, Online)

É importante salientar que o projeto trata de formas e métodos para recuperar e revitalizar o Córrego Calção de Couro e o Parque Fundo de Vale, mas, além disso, tem como meta atingir a população para uma gradativa conscientização ambiental utilizando de meios que possam colocar a sociedade a par desses acontecimentos, quer seja por meio das redes sociais ou por outras vias de comunicação, como emissoras de rádio, TV, jornal e outras mídias. Uma das mais importantes consequências que o projeto visa com essas ações é o resgate da própria comunidade para fruir do local, que atualmente está esquecido, na medida em que passaria a ser valorizado com a realização de eventos culturais, artísticos, feiras e atividades de esporte e lazer. Para que tenha resultados eficazes e abrangentes, a Faculdade Evangélica de Goianésia propôs-se a atuar de forma contínua juntamente com a Prefeitura Municipal realizando etapas de revitalização da nascente do Córrego e de suas margens. Os discentes e demais voluntários empenhados no projeto também se comprometeram a levar informações, instruções e convites para a atuação do máximo de integrantes da própria instituição e de toda sociedade goianesiense. Quanto aos fundamentos doutrinários, Luiz Alberto David Araújo argumenta que:

Os direitos fundamentais podem ser conceituados como a categoria jurídica instituída com a finalidade de proteger a dignidade humana em todas as dimensões. Por essa razão, tal qual o ser humano, tem natureza polifacética, buscando resguardar o homem na sua liberdade (direitos individuais), nas suas necessidades (direitos sociais, econômicos e culturais) e na sua preservação (direitos relacionados à fraternidade e à solidariedade) (ARAÚJO, 1999, p. 71-72).

Sendo assim,

Protege-se constitucionalmente como direitos de terceira geração os chamados direitos de solidariedade ou fraternidade, que englobam o direito a um meio ambiente equilibrado, uma saudável qualidade de vida (para a qual a atividade esportiva é imprescindível), ao progresso, a paz, a autodeterminação dos povos e a outros direitos difusos, (...). (MORAES, 2001, p. 57-58 - grifei).

No caso do Brasil, um Estado Social e Democrático de Direito, no dizer de Ingo Wolfgang Sarlet, vai se constituindo, "neste sentido, não apenas parte da Constituição formal, mas também elemento nuclear da Constituição material" (SARLET, 2004, p. 68). Diante disso, para que exista o bem-estar comum do povo por meio da prática dos seus direitos resguardados, é de suma importância o trabalho em prol da saúde preventiva e a educação ambiental através de projetos esportivos que gerem dinâmica social, fazendo jus aos direitos de terceira dimensão.

MATERIAL E MÉTODOS

O método de pesquisa utilizado para realização deste projeto consiste primeiramente em uma finalidade aplicada, já que não se buscou tão somente o conhecimento acadêmico sobre problemática do local, mas também resultados para solucionar os respectivos problemas como: a poluição do córrego, a conscientização da sociedade sobre a importância da preservação meio ambiente e a realização permanente de etapas de execução promovidas por todos os envolvidos para a revitalização do local. Quanto às formas específicas de aplicabilidade, adotarem-se métodos como participativo-comunitário, informativo e dialogado, vislumbrando resultados tanto qualitativos, enquanto existe a preocupação de acompanhar o processo de revitalização do Córrego Calção de Couro e do Parque Fundo de Vale, bem como do aumento da consciência ambiental, e quantitativos, enquanto adotará critérios para a sondagem do número de integrantes que foram se envolvendo e participando ativamente da execução do projeto. Para que essas premissas fossem alcançadas foram utilizadas pesquisas bibliográficas que versavam sobre os seguintes direitos fundamentais: meio ambiente, esporte e saúde, com destaque para autores como Araújo, Moraes e Sarlet.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como se buscou primordialmente aplicar esses conhecimentos para a criação de estrutura de sustento da nascente do córrego, o estudo de caso teve grande relevância, uma vez que o tema é peculiar e bem delimitado, trazendo todos os estudos exaustivamente para aplicação sistemática no caso particular do Córrego Calção de Couro e seus entornos. Embora existam grupos que trabalhem no município de Goianésia na questão ambiental, inclusive do Córrego Calção de Couro, até o presente momento não houve efetivos resultados em tentativas de preservação e reestruturação do Parque Fundo de Vale. Durante os intervalos entre cada uma das etapas foram abordados entre os participantes aspectos que poderiam levar maior eficiência na realização do projeto pautadas nos tipos de publicidade que levariam a população a conhecer o trabalho, materiais que são considerados essenciais para a mão de obra de revitalização, recursos financeiros que poderiam ser alcançados com parcerias entre empresas privadas que demonstrassem interesse no que diz respeito ao local e a sua preservação ambiental. Segundo Kimura (2014, p.16), “com o desenvolvimento e ampliação dos perímetros urbanos, foram ignoradas as funções ecológicas, econômicas, estéticas e sociais que a vegetação e os cursos de água podem desempenhar na qualidade de vida da população de uma cidade”. Sendo assim, o projeto desde sua formação visou primeiramente atingir a conscientização ambiental, pois através dela o desempenho nas atividades se tornaria fruto do empenho dos próprios moradores. Essa conscientização foi pautada em todas as reuniões, onde foram sugeridas formas interativas e educacionais para atingir o fim estimado, como por exemplo, palestras em todas as escolas de ensino fundamental e médio da cidade de Goianésia, panfletos convidativos e exposições através de redes sociais como facebook e aplicativos como whatsapp. Nota-se que não há política pública

voltada especialmente ao meio ambiente e nem mesmo uma cultura entre empresas e pessoas comuns para desenvolver atividades voltadas a este propósito e diante dessa situação o projeto deveria criar com o apoio da Prefeitura e demais parceiros que viessem a se agregar uma forte campanha de enraizamento desse desenvolvimento ambiental pessoal. Além disso, cada um dos cursos participantes, na medida de suas possibilidades, foram estimulados a aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso em algum ponto de abordagem desse processo, seja na legislação, divulgação de campanha de consciência ambiental e na formação de estratégias (Curso de Direito), em conhecimentos específicos que demonstrariam quais as melhores formas de plantio, de flora local, qual a estrutura necessária (Agronomia e Engenharia Civil e Mecânica) ou fazendo a abordagem de como um meio ambiente equilibrado, especialmente a água como bem da vida, é um dos pilares para a saúde do ser humano (Enfermagem), controle e formas de arrecadação de recursos financeiros (Administração). É sabido que em determinadas épocas do ano se não houvesse as respectivas providências seria certo o desmoronamento de suas barragens de proteção e assoreamento da água do referido córrego, motivo este um dos mais discutidos em todas as reuniões tendo em vista sua urgência. É notório que o problema acerca da poluição da nascente do Córrego Calção de Couro está em uma considerável distancia de se solucionar, posto que além da falta de conhecimento sobre o real problema e o que ele pode acarretar ainda devem ocorrer atitudes benéficas recorrentes por todos a sua volta.

CONCLUSÕES

Antes mesmo que fosse iniciado este projeto foi necessária sua apreciação em cada detalhe, desde a sua idealização de forma escrita como também o levantamento das possibilidades acerca de cada etapa, sendo que cada uma destas fora desenvolvida de forma estratégica para se adaptar as circunstancias previstas. Durante todo o desenvolvimento dessa pesquisa, foram analisados o histórico e prerrogativas de cada etapa realizada no projeto: A primeira etapa que teve efetividade por meio da limpeza, revitalização, identificação de espécies da flora e manutenção dos equipamentos da academia ao ar livre do Parque Fundo de Vale por meio da participação comunitária (mutirão) diversos membros da FACEG e do Colégio Couto Magalhães - Unidade de Goianésia, de um lado, e os secretários, assessores e funcionários agentes das Secretarias do Meio Ambiente, da Saúde e do Esporte com sua logística, programas e equipamentos, de outro. A segunda etapa que aconteceu no dia 02 de setembro, deu continuidade às atividades de limpeza e revitalização do Parque Fundo de Vale com a participação dos agentes supramencionados. E, por fim, a terceira etapa, executada no dia 28 de setembro, que realizou importante reunião entre os responsáveis e cuidou de recolher todo o lixo acumulado às voltas do córrego. Em decorrência dessas ações se pode diagnosticar que o tema é de grande relevância acadêmica, porquanto este tipo de projeto é pouco trabalhado nas instituições. Em resposta ao problema abarcado pelo projeto nota-se que somente uma

pequena parte da população se empenha em buscar o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente saudável e equilibrado. É notório que ainda há uma intangibilidade no que diz respeito à conscientização ambiental, mesmo sob campanha de orientação e fiscalização por parte dos próprios cidadãos, incapaz de permitir o efetivo usufruto dos direitos assegurados pela Constituição Federal envolvendo o meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Luiz Alberto David. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Verbatim, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Relatório Final do VI Congresso Interno da Fiocruz. 2010.

CHAVES, Manoel Rodrigues. Políticas de Desenvolvimento Regional: Discriminação, (Inter) Nacionalização e (In) Sustentabilidade do Bioma Cerrado; Editora da PUC, 2008. In: GOMES Horiestes. Universo do Cerrado – Vol II – Capítulo VII, páginas 309 a 351.

BRASIL. Lei Complementar 140/11. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp140.htm > Acesso em: 30 out. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2017.

GOIANÉSIA. Prefeitura Municipal de Goianésia – GO. Disponível em: <http://www.goianesia.go.gov.br/index.php/cidade/nossa-historia>. Acesso em: 30 out. 2017.

KIMURA, M. Recuperação de uma área de preservação permanente no município de Maringá-PR: Nascente do Ribeirão Maringá. 2014. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paraná.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Metodologia Científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2001.

SARLET, Wolfgang Ingo. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição da República de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.

VIEIRA, A. M. G. Responsabilidade Socioambiental: um estudo de caso sobre a percepção dos consumidores da Natura. Betim: 2010.

O TRAFICO DE ANIMAIS SILVESTRES NO BRASIL: COMERCIO ILEGAL, CONSEQUENCIAS E PENALIDADES

Thayane Leal de Sousa Santos

Roberto Fernandes de Melo

Marcos Antônio de Carvalho

Wesley de Freitas

Maísa França Teixeira

INTRODUÇÃO

Trata-se de um tema complexo, pouco falado, com mínima influencia estatal para ser exposto na mídia. Considera-se um pequeno desgaste para o meio ambiente, ao olhar de autores que se utiliza da atividade ilegal visando somente o lucro e por conseqüência desfaz do bem maior que é a vida. O direito ambiental é um ramo da ciência com o intuito de regular as relações sociais que se passam na gestão dos recursos naturais na perspectiva de uma racionalidade ambiental, atualmente é uma critica ao capitalismo exagerado onde a dignidade da pessoa humana ultrapassa os limites, afeta de forma drástica a dignidade e a vida ambiental num todo. Haja vista ressalta-se que cada espécie na qual compõe a fauna e a flora é essencial para o equilíbrio e o desenvolvimento ambiental, que se resulta numa boa qualidade de vida.

Todavia, o direito, em sua constante evolução, passou a contemplar mecanismos capazes de evitar que danos ambientais venham a ocorrer, penalizando aqueles que, mesmo diante da tutela preventiva, venham a cometer crimes contra a fauna e flora. Porém, embora existam tais mecanismos, cumpre ressaltar que estes são de difícil aplicabilidade, tendo em vista a precariedade de fiscalização das autoridades competentes, bem como a insuficiente conscientização e seriedade da população para tratar do tema. A proteção ambiental depende do homem, uma vez que o direito é construção humana, elaborada para servir aos propósitos humanos. A evolução do direito para uma posição de reconhecimento e respeito às formas de vida não humanas “não é suficiente para deslocar o eixo ao redor do qual a ordem jurídica circula”. Paulo de Bessa.

Para tanto o governo federal com sua soberania e autonomia deve se encarregar em fazer novos projetos sociais e educativos no âmbito jurídico e ambiental, para que haja a conscientização em geral e mude essas situações e circunstâncias que vivenciamos na historia e na cultura do Brasil.

Pondera-se esse contexto, fato lamentável ao ver animais sendo usados como objetos de pouco valor no sentido ético e moral, lembrando que são seres vivos inofensivos e reféns da ambição e da crueldade humana. Perante essas brechas e espaços obscuros localizados na legislação, tem-se a necessidade de normatizar de forma mais inexorável os procedimentos usados diariamente nos vários tipos do tráfico ilegal de

animais silvestres, sempre em conjunto com uma maior fiscalização e efetiva aplicabilidade da lei.

Vale lembrar que todo direito depende de normas sociais, públicas, educativas e econômicas para ter pleno desenvolvimento. Seguindo esse raciocínio um órgão sozinho como o IBAMA não consegue mudar esses acontecimentos atuais pois, falta investimentos federais, públicos em municipais para implantar novas técnicas que auxiliam na prevenção de crimes ambientais principalmente contra os animais silvestres.

O ordenamento jurídico Brasileiro é composto por leis, decretos, doutrinas e jurisprudências que expõem textos sobre os mais diversos crimes ambientais. O crime ambiental que será mencionado aqui é contra os animais, com foco maior nos animais silvestres. O Decreto 24.645, de 10.07.34, mais conhecido como Lei de Proteção dos Animais, formou conceitos de proteção não só voltadas aos animais da fauna silvestre, mas para todas as espécies, indistintamente. Após a criação deste decreto houve uma necessidade para criarem um instrumento legal, pelo fato dos animais serem usados como objetos e mercadorias.

Entretanto o texto da lei focou nos animais silvestres, houve uma proteção maior voltada para os mesmo, razões essa que decorre de sua maior fragilidade, decorrente da ocupação humana nos seus ecossistemas neste grande desenvolvimento de expansão territorial.

Ao analisar a lei 5.197/67 “Lei de proteção à Fauna” encontra-se um equívoco na interpretação da palavra “Utilização”, para muitos a conduta criminosa de uso incide em usar o animal da fauna Silvestre como um simples objeto para obter vantagens, excluindo então a tipificação legal do comportamento de manter o animal silvestre como se fosse de estimação. Para tanto, essa visão equivocada versa que não é crime nenhum ter papagaios, araras, canarinhos ou macacos em seu quintal, sendo eles animais de estimação, mas, com o passar dos anos houve estudos focados nessas interpretações e deu-se condicionamento no âmbito da fiscalização, o ajuste da conduta na área criminal, ao compreender que a grande obtenção de vantagens tem por instrumento o animal silvestre, segue-se assim como pratica ilícita ao ordenamento e tem por finalidade acabar com essa pratica de domesticar os animais silvestres e ter como simples animais de estimação ou até mesmo membros da família.

O Direito é uma ciência social e humana, todavia necessita de alterações em todos os âmbitos da coletividade, assim ele se empenha e muda com as exigências sociais coletivas para garantir uma melhor condição de vida á todos viventes. No direito ambiental Brasileiro, temos diversas fontes principais são elas: a doutrina, a Constituição Federal, as leis e os decretos, as normas administrativas relativas ao meio ambiente, as declarações internacionais firmadas pelo Brasil e a Jurisprudência.

Fauna é o conjunto de espécies animais de um determinado País ou região, sendo acertada como bem jurídico no ordenamento pátrio, através da lei nº 5.197/67 (lei da fauna), delimitando sua tutela através do seu enquadramento com bem difuso, submetido a um regime de administração pelo Estado, vedando atividades que sejam capazes de colocar em risco a sua função ecológica, isto é, que promovam a crueldade previsto no artigo 225, parágrafo 1º, VII da CF/1988; enquanto elementos determinantes de sua natureza de bens difusos (FIORILLO, 2013).

A fauna é o lugar onde milhares de animais sobrevivem, segue como o espaço onde os pequenos e grandes seres vivos fazem suas “casas”, sem dúvida é o melhor ambiente para preservar a carga genética de cada espécie.

De acordo com Godinho (2011, p. 27), o conceito normativo de fauna centra-se na fauna silvestre no que se refere ao bem tutelado, sendo “proibida sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha, salvo nas exceções estabelecidas na lei”. A lei da fauna revogou os antigos códigos de caça (Decreto-lei nº 5.894/43) e pesca (Decreto-lei nº 794/38), dispensando a esta um tratamento de proteção, livrando-a da extinção ou crueldade.

Artigo 1º da lei da fauna diz que:

[...] Os animais de quaisquer espécies em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivam naturalmente fora do cativeiro, construindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedade do Estado sendo proibida a sua utilização, perseguição, caça ou apanha [...]

Vale lembrar que os animais domésticos não são tutelados pela lei da fauna, mas, são citados no artigo 225 da CF/1988, e os criadores (pessoas cadastradas no IBAMA” Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis” para criar animais) em cativeiros tornaram-se alvo de regramento contido na referida lei, dado que: “Artigo 3º: é proibido o comercio de espécies da fauna silvestre e de produtos e objetos que impliquem sua caça, perseguição, destruição ou apanha. § 1º Excetuam-se os espécimes provenientes de criadouros devidamente legalizados.”

Para tanto a fauna é propriedade do Estado num todo, contudo é dever de todo e qualquer cidadão cuidar, preservar e denunciar atividades ilícitas prejudiciais ao desenvolvimento ambiental, independentemente do tamanho e de qual forma venha degradar e subtrair a grandeza do mesmo.

Entretanto, ressalva-se que dentre todas as faunas citadas acima, o foco principal deste trabalho é a Fauna Silvestre, por se tratar de um tema rico, informativo e de suma importância social, tendo em vista que atualmente passa longe da mídia, motivo este se torna um assunto esquecido por todos.

Os animais silvestres são os que nascem, crescem e reproduzem sem que haja a intervenção humana, ou seja, criados pela própria natureza e tem a capacidade de desenvolver onde não existe contato com criadores (humanos) e médicos veterinários.

Para Pioli (2016, online) O tráfico de animais silvestres é o terceiro maior negócio ilegal do mundo, ficando atrás apenas do tráfico de drogas e armas.

[...] Associam-se também às condutas do tráfico de animais os chamados maus-tratos, previstos no artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais, segundo o qual é crime punido com detenção de três meses a um ano e multa a prática de abuso, maus-tratos, ferimento ou mutilação de animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. Os maus-tratos relacionam-se ao tráfico, pois os animais são transportados de forma velada, para não atrair a atenção de agentes fiscalizadores. Em decorrência disso o transporte é sempre feito de maneira inadequada, como dentro de caixas de leite ou tubos com pequenos orifícios para garantir o mínimo de oxigênio [...].

Mediante o conteúdo acima o que diferencia os animais da fauna silvestre com os da fauna domestica é a característica de os primeiros viverem naturalmente fora do cativeiro, na proposição da lei nº 5.197 de 1967 (Lei de Proteção a Fauna), artigo 1º apresenta o discernimento geral de qualificação: “Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase de seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedade do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha”. A Legislação ambiental referente á fauna silvestre é ampla e diversificada.

A força expressa na lei não é a mesma quando se usa o verbo “executar” diariamente nos Estados, Municípios e DF. Todo encanto e beleza tornam-se letras vazias e mortas uma vez que, ausentam-se para a realidade. O trafico de animais silvestres no Brasil é um problema para todas as gerações, um fator que transforma e degrada todo território, com início no menor ser vivente indo ate o maior animal que nasce, cresce e se reproduz no ecossistema. O Brasil é um país rico se tratando das biodiversidades em espécies, chega a ser referencia no mundo por possuir multiplicidades na fauna e flora. Devido essa questão o nosso Brasil é alvo constante de biopiratarías, que subtraem, de forma vexatória, nossa soberania. A Biopirataria é uma forma de contrabando de vidas, nesse contexto é de animais silvestres, trata-se de uma atividade que passou ser patenteada por empresas estrangeiras fazendo com que os lucros obtidos com esses animais sejam destinados aos donos das patentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É fundamental que todos tenham contato com a fauna e flora desde criança e mude o termo explorar pelo pensamento e ações positivas como reflorestar, preservar, cuidar, amar a vida natural nos mínimos detalhes. É possível mudar esse cenário de destruição através de políticas publicas, educativas e campanhas de conscientização com base na ação judicial atual, dessa forma todos contribuiram por um espaço equilibrado e saudável.

Segundo Bechara (2003) a ação civil pública necessita ser proposta no lugar onde sucedeu o dano ambiental (artigo 2º da Lei 7.347/85), podendo ser indicada pelo

Ministério Público; Defensoria Pública; União, Estados, Distrito Federal e Municípios; autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista e associação desde que esta esteja instituída há pelo menos um ano nos termos da lei civil e inclua, entre suas intenções institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (artigo 5º da Lei 7.347/85).

Nas articulações de Milaré (2001), “o artefato da ação vem a ser a petição de uma providência jurisdicional que se formula para a proteção de determinado bem da vida.” Para ele, a condenação real pelo ato ilícito é feita ao cobrar uma quantia em dinheiro na esfera de ação civil pública ambiental, mas essa punição só faz sentido quando a reconstrução do bem ambiental danificado não é viável, fática ou tecnicamente. Contudo a regra consiste em procurar, todos os meios aceitáveis, a fruição do bem ambiental; caso a ação visar à condenação em obrigação de fazer (ex: plantar árvores nas áreas de preservação permanente; realizar reformas necessárias à conservação do bem tombado) ou de não fazer (ex: parar a exploração de recursos naturais em unidades de conservação; estancar o lançamento de efluentes industriais em um rio), o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva.

A Lei No 7.347 de 24 de Julho de 1985 “lei da ação publica privada”. Trás em seu Artigo 13: se houver condenação em dinheiro, a ressarcimento pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que comunicarão primeiramente com o Ministério Público e os representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstrução dos bens lesados § 1o. Enquanto o fundo não for regulamentado, o dinheiro ficará guardado em local oficial de crédito, em conta com correção monetária.

Tendo contato com essa lei compreende-se que a proteção da fauna é uma ação civil publica proposta pelo ministério publico, e visa impedir os rodeios violentos, evitar que animais sejam usados como objetos “chamativos” em apresentações de circos, impedir o abate que causa sofrimento junto com maus tratos e crueldade aos animais. Muitas são as condutas praticadas que causam transtornos prejudiciais na fauna, atos ilícitos penais tipificados na Lei 9.605/98 “Lei dos Crimes Ambientais” em específico o Capitulo V “Dos Crimes conta o Meio Ambiente” com foco maior na Seção I “Dos Crimes contra a Fauna” As condutas criminosas estão previstas nos artigos 29 ao 37.

Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida: Pena - detenção de seis meses a um ano, e multa. Art. 30. Exportar para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a autorização da autoridade ambiental competente: Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Para Abdalla (2007) ação penal nos crimes contra a fauna é pública incondicionada, assim a legitimidade é do Ministério Público. A autoridade para processar e julgar os

crimes contra a fauna foi pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça, através de sua súmula 91, sendo ela da Justiça Federal, pois é do STF a interpretação e explicação do artigo 1º da Lei 5.197/67, que diz sobre a fauna silvestre, dos seus ninhos, abrigos e também criadouros naturais como propriedades do Estado, ou seja, é dever da União olhar e ter zelo pela Fauna presente. Porém, essa súmula foi cancelada na Terceira Seção do STJ. O reconhecimento da competência estadual deveu-se ao fato do crime não ter ocorrido em rio ou lago pertencente à União, ou mesmo no mar territorial brasileiro. Dessa forma entende-se que a justiça estadual é competente para processar e julgar os crimes contra a fauna, com base no artigo 23, inciso VII da CF/88, assim só poderá mudar a competência para a justiça federal se houver ofensa a bens ou serviços da União.

Com base nos textos das leis acima, o desenvolvimento sustentável contempla as dimensões humanas, físicas, econômica, política, cultural e social em harmonia com a proteção ambiental, certifica-se que é possível assegurar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as gerações presentes e futuras, atuando com atividades de proteger, zelar, preservar a fauna e a flora, proibir ações rotineiras e praticas sociais que ponha em risco e causa extinção das espécies.

Para Oki e Pandeff (2016), o surgimento da Lei de Crimes Ambientais, “Lei 9.605/98”, produziu a responsabilidade das pessoas jurídicas, permitindo que empresas fossem responsabilizadas criminalmente pelos danos que seus empreendimentos causassem à natureza. Entretanto, ainda tem espaços e textos confusos na legislação atual. Nota-se a ausência de ajustes específicos em fatos cotidianos, um exemplo é o grande traficante de animais silvestres e suas ações, a Polícia em parceria com o Ministério Público aplica a norma genérica, quando não tem a transição penal o processo vai para os terceiros, ou seja, aqueles que adquirem os animais para revender, criar em cativeiros ou até mesmo te-los em casa como animais domésticos, assim sendo os indivíduos que faz serviços para os “chefes do tráfico de animais” continuam protegidos por esquemas onde as normas não os alcançam, têm-se vários casos onde o infrator é flagrado pela Polícia reincidentemente na prática de crime contra a fauna pouco depois de serem autuados, esses fatos não são isolados e sim comuns no Brasil. Infelizmente a força proclamada na lei não é a mesma quando se usa o verbo “executar” nos Estados, Municípios e DF, diante disso todo conteúdo transforma em letras vazias e mortas uma vez que, ausentam-se para a realidade.

Todavia a Lei nº 9.605/98 em seu artigo 29 trata dos crimes mais comuns contra animais da fauna, o legislador ao editar esse texto teve por objetivo proteger e resguardar os animais, mas o alvo principal ainda não for acertado em face de interpretações mais minuciosas.

Silva (2010) o sistema normativo ambiental possui uma vasta legislação, faltando eficácia, sendo indispensável, seja por meio do ministério público, de organizações não governamentais, poder público, sociedade civil e pessoas jurídicas, a constante busca por um meio ambiente saudável, propiciando condições dignas para a atual e para as futuras

gerações, por meio de ações preventivas, repressivas e reparatórias, ou como fiscais da lei, zelando consecutivamente pelos interesses difusos e coletivos.

A atual legislação que prevê os crimes ambientais mostra-se insuficiente para coibir os crimes contra a fauna, ora por sua imprecisão, ora por sua ineficácia, devido às medidas brandas quando comparadas à conduta. Além de ser uma das principais causas da diminuição dos exemplares na nossa fauna, o tráfico de animais tem se mostrado notadamente organizado, envolvendo outras práticas ilícitas. . (OKI e PANDEFF, 2016, p 13)

A sociedade contemporânea vem de certo modo se preocupando com a questão ambiental. Nesse sentido, o Direito, em especial o Direito Ambiental, surge com o objetivo de promover a tutela ambiental. Entretanto, os resultados alcançados estão longe do ideal, sendo nítida a subordinação das ciências, da industrialização e do Direito aos anseios econômicos. A urbanização desorganizada pautada por uma desigualdade social latente e crescente, somada à agricultura, à pecuária e ao extrativismo, todos predatórios e irracionais, agravam ainda mais os problemas ambientais. (SILVA, 2010, p 69)

Compreende-se que as leis existentes têm penas baixas, no sentido da intensidade do dano ambiental, isso facilita para aqueles que praticam os crimes mencionados acima, pois, o indivíduo que transporta um ser vivo selvagem tem a mesma penalidade quando se compara com o outro que enche carros e quartos isolados de seres vivos silvestres, ou seja, o problema aqui é a falta da punição diante dos crimes em conjunto que se configuram maiores e piores na visão de lesão ao lugar, ao local juntamente com os seres vivos explorados.

As baixas penas não conseguem minorar o ímpeto dos criminosos, das pessoas físicas, das quadrilhas, e até mesmo uma eventual pessoa jurídica, que se dedicam ao tráfico da fauna. Há uma necessidade de se repensar incisivamente nesse certame. Sendo assim, é inegável a necessidade de um equilíbrio legislativo que deve ser devidamente aliado às políticas públicas comprometidas na preservação da Natureza, bem como uma participação ativa dos órgãos de fiscalização e punição daqueles transgressores das normas. (OKI e PANDEFF, 2016, p14)

Para tanto, o Brasil num todo precisa de uma justiça ambiental eficaz que alcance os espaços vazios, obscuros dentro das leis, é indispensável à efetivação dos fundamentos e também dos objetivos constitucionais, juntamente com as normas esparsas em união com os princípios ambientais. Lembrando que existe a carência de um judiciário ativo de fato e de direito, assim, como é essencial uma sociedade unida, com foco exclusivo para se organizar através de condutas racionais e humanas a todo instante para consolidar a justiça coletiva na esfera ambiental. É um grande desafio essa questão, contudo é possível reconstruir um ecossistema sustentável, forte e saudável.

CONCLUSÕES

O tráfico de animais silvestres no Brasil é um problema para todas as gerações; entende-se um fator que transforma e degrada todo território, com início no menor ser vivo indo até o maior animal que nasce, cresce e se reproduz no ecossistema. Todavia trata-se apenas de um mero desgaste ao meio ambiente, para os traficantes e outro que visa apenas o lucro. Dessa maneira os mesmos desfaz do bem maior que é a vida. Lembrando que cada espécie que compõe a fauna e a flora é essencial para o desenvolvimento ambiental.

O Brasil atual precisa de projetos e mecanismos hábeis na fiscalização e apuração dos crimes contra os animais silvestres. A força expressa na lei não é a mesma quando se usa o verbo “executar” diariamente nos Estados, Municípios e DF. Na constituição, artigo 225, § 1º, inciso VII. Existe previsão dos tipos penais ambientais para as condutas consideradas crimes contra a fauna estão no artigo 29 da Lei 9.605/1998 – chamada de Lei de Crimes Ambientais, assim descritas: Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida: Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa. As condutas ligadas especificamente ao que chamamos usualmente de tráfico são trazidas pelo §1º, inciso III do artigo supracitado, que abrange vender, exportar, adquirir, guardar, ter em cativeiro, utilizar ou transportar ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, assim como eventuais produtos e objetos dela provenientes.

Entretanto há um grande e essencial desafio para os próximos anos que precisa iniciar o mais rápido possível, pois, para destruir qualquer lugar rico em diversidades naturais é fácil e rápido, mas para recuperar esse dano sabe-se que leva muito tempo e muitas vezes é impossível. Verifica-se que a solução deste problema passa pela adoção de uma consciência sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, A. V. D. A proteção da Fauna e o Tráfico de animais Silvestres. Piracicaba, SP, 2007, 49p.

ALBUQUERQUE, F. M. O comércio de animais silvestres no Brasil e a Resolução Conama n. 457. Boletim Científico ESMPU, Brasília. 3 e 4 p. – jan./dez. 2014

ANTUNES, P. de B. Direito ambiental. 9. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

BECHARA, Erika. A proteção da fauna sob a ótica constitucional. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.605 de 1988: Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de crimes ambientais, condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (lei de crimes ambientais). 1988

CAPELETTO, Armando José. O que são animais silvestres?. Disponível em: <<http://www.bioclima.info/silvestr01.php>>. Acesso em 10/11/2016

FERRAZ, Rodrigo. Feira do rolo de conquista: policia apreende mais de 140 animais silvestres. Disponível em: <<http://www.blogdorodrigoferraz.com.br/2014/12/01/feira-do-rolo-de-conquista-policia-apreende-mais-de-140-animais-silvestres>> Vitória da Conquista - BA. Acesso em: 1/12/2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. 3.ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FIGUEIREDO, Francisco; MENEZES, Maria. Sinopses Jurídicas Direito Ambiental. 2. Ed. São Paulo, Edijur, 2014.

FIUZA, Elza. Meio ambiente, por Portal Brasil, Publicado: 11/04/2012 18h00, Última modificação: 29/07/2014 09h01 acesso em: < <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/04/fauna-silvestre>

GRANZIERA, Maria Luíza Machado. Direito Ambiental. São Paulo. Atlas, 2009, p. 6.

MILARÉ, Édis. Direito do ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário. 2.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

NASSARO, A. L. F. Trafico de animais silvestres e policiamento ambiental. São Paulo, Cultura acadêmica, 2015.

OKI, Vanessa; PANDEFF, Pando. Análise da efetividade da lei de crimes ambientais e o tráfico de animais no Brasil. Rio de Janeiro, AMPLIANDO Revista Científica da Facerb, 2016.

PIOLI, Roberta. Raphaelli. Tráfico de animais silvestres: Legislação deve ser mais severa na punição para coibir prática criminosa. Disponível em: <<http://revistavisaojuridica.uol.com.br/advogados-leis-jurisprudencia/71/artigo255410-2.asp>> Acesso em 10/11/2016

REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES - RENTAS. O Tráfico de Animais Silvestres - 1º Relatório CPI. Disponível em: <http://www.rentas.org.br/pt/trafico/rel_cpi.asp> Acesso em: 19 de janeiro de 2012.

SILVA, Zouain, Rodrigo. Os desafios do direito ambiental no limiar do século XXI diante da ineficiência do sistema Jurídico ambiental brasileiro. Minas Gerais. 2010
_____. Lei nº 4.771, de 15 de Setembro de 1965. Dispõe sobre o código florestal. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm> acesso 29/05/2017

_____. Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção a fauna e dá outras providências. Acesso: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm>

_____.Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.



Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17347orig.htm > acesso
03/06/2017

_____.Decreto nº 5.894, de 20 de outubro de 1943. Código de caça e pesca.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del5894.htm> acesso 05/06/2017

OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS EM GOIANÉSIA E O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO SETOR EMPRESARIAL LOCAL: UM ESTUDO DE CASO DA PROPOSTA JALLES MACHADO S/A

Flávio Lima da Silva

Wesley de Freitas

Nágila Leite de Bessa

Fernanda Aparecida de O. Tavares

Wesley de Freitas

Maisa França Teixeira

Matildes José de Oliveira

INTRODUÇÃO

O trabalho de conclusão do curso de Administração da Faculdade Evangélica de Goianésia, intitulado “Oferta de Cursos Técnicos Em Goianésia e o Atendimento das Necessidades do Setor Empresarial Local: Um Estudo de Caso da Proposta Jalles Machado S/A” abordará o Centro de Ensino CEPGOL, o qual oferece cursos técnicos, fazendo uma análise com a capacitação exigida para o atual mercado de trabalho da cidade.

Nota-se que a busca pela qualificação é uma realidade na cidade de Goianésia, no entanto, até que ponto a qualificação garante de fato a colocação no mercado? Esta indagação despertou o interesse pelo tema “qualificação profissional” e a construção da problemática que será investigada.

Nesse projeto serão pesquisados os cursos técnicos oferecidos na cidade e se a oferta atende a demanda da Jalles Machado.

A questão que instigou o projeto é o fato de muitas empresas do município procurar mão-de-obra qualificada em outras regiões, o que nos leva formular o problema da pesquisa. Porque as grandes empresas buscam fora do município os profissionais especializados? Até que ponto o CEPGOL atende a demanda da Jalles Machado?

O estudo será realizado no primeiro semestre de 2013, por meio da pesquisa de campo, junto ao CEPGOL, na Jalles Machado, uma das maiores empresas sucroalcooleiras da região.

Pretende-se com os resultados apresentar sugestões para a implantação de novos cursos na cidade, ajudando instituições e faculdades especializadas oferecer qualificações.

O objetivo é analisar a oferta de cursos técnicos existentes na cidade de Goianésia para atender a demanda da Jalles Machado. Através dessa análise, procurar-se-á identificar a capacitação oferecida pelo CEPGOL, analisar-se-á o perfil dos profissionais

que a empresa busca no mercado e, avaliar se a qualificação atende a demanda dessa organização.

Como hipótese do presente tema, é sugerida que a qualificação oferecida em Goianésia pode não estar suprindo a necessidade da empresa Jalles Machado, pois, não atende o perfil específico que ela exige, por isso, há necessidade de recrutar mão-de-obra qualificada em outras cidades.

Faz-se necessário o estudo do presente tema para que seja especificada qual a mão-de-obra oferecida e procurada em Goianésia, com o objetivo de elaborar uma análise do mercado local direcionado para a qualificação profissional.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa utilizada foi do tipo exploratório e descritivo. Segundo Gil (2002 p. 36), “as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, aprimorar as idéias ou a descoberta de intuições.” Ou seja, é feito uma exploração profunda do que se indaga na problemática a fim de embasar de forma convincente o tema proposto.

Na pesquisa descritiva, é feito uma associação para que se entenda a real situação da instituição que oferece cursos técnicos junto à empresa Jalles Machado. Obteve-se na pesquisa descritiva o embasamento para interpretação mais nítida do tema Oferta de Cursos Técnicos na Cidade de Goianésia e o Atendimento das Necessidades do Setor empresarial local: Um Estudo de caso da proposta Jalles Machado S/A.

Com as pesquisas, exploratória e descritiva, buscaram-se bases para aplicação de novos cursos com o objetivo de atender em maior numero as necessidades do setor empresarial, mais específico Jalles Machado S/A e que sejam ministrados com a qualidade real necessária.

O universo pesquisado será a Jalles Machado S/A em paralelo ao CEPGOL que em breve passará a ser uma Faculdade devido ao excelente trabalho e reconhecimento da comunidade junto ao órgão público. Pretende-se identificar quais os cursos oferecidos pelo CEPGOL para a qualificação em nível de curso profissional técnico e a necessidade de pessoas com nível técnico para trabalhar na Jalles Machado S/A.

Incluíram-se os sujeitos homens e mulheres, de ambos os sexos, concluintes de cursos técnicos na instituição CEPGOL que estão ingressando ou já ingressaram no mercado de trabalho na área de sua formação na empresa Jalles Machado S/A.

Os dados foram coletados por meios eletrônicos, artigos científicos, além de obras de Administração Científica e Geral. Foram também realizadas duas entrevistas sendo uma na empresa Jalles Machado e a outra na Instituição CEPGOL. O questionário era composto por perguntas abertas e fechadas de onde se extraiu informações que posteriormente foram analisadas para chegar o objetivo da pesquisa.

Será privilegiada a análise estatística e sistematização em gráficos e tabelas. Análise comparativa entre a oferta e a demanda de mão-de-obra e sua ocupação pelo mercado local, especificamente na empresa Jalles Machado.

Observa-se que diante a deficiência de postos de trabalho na área agrícola e pecuária na região de Goianésia, Otávio Lage de Siqueira empreendedor nato teve a idéia inicial de articular algo que estimulasse a economia rural e na década de 80 com o apoio de empresários da região, nasceu a Goianésia Álcool S/A, inicialmente a empresa trabalhava apenas com destilaria de álcool carburante, o qual recebia incentivos fiscais através do Programa Nacional do Álcool – Proálcool. Em 1982 realiza a primeira venda de álcool para a empresa Petrobrás demonstrando o tamanho potencial do empreendimento.

Em 1993, a empresa passou a diversificar seus produtos e investir na extração do açúcar cristal, passando a se chamar Jalles Machado este nome foi uma forma encontrada para homenagear o pai de Otavio Lage. Nota-se um crescimento maior a partir desta data, devido aos fortes investimentos em equipamentos de última geração, tecnologia e principalmente em seus colaboradores. A partir de então o empreendimento alcançou feitos inéditos no setor como primeira a ganhar o Prêmio SESI Qualidade no Trabalho e inúmeros outros prêmios e selos de qualidade, comprometimento com a natureza e colaboradores foram conquistados, conseqüentemente todo este investimento resultou em uma empresa sólida e respeitada nacionalmente, atingindo a cada ano um novo recorde referente a produção, fato conferido em 2010 onde foram moídas 2 milhões e 628 mil toneladas de cana e mais 3 milhões de sacas de açúcar e outros mais.

Visto a necessidade de uma instituição que oferecesse a devida capacitação e qualificação com qualidade na região, em 27 de Março de 2008 foi fundado o Centro de Educação Profissional Governador Otávio Lage tendo como principal idealizador o Otávio Lage. A instituição buscou atender todas as conformidades, inclusive da Reforma e Expansão da Educação Profissional do Estado de Goiás- PEP. Inicialmente abriu 03 cursos de Formação inicial e Continuada do Trabalhador atendendo 120 alunos com perspectiva de estar atendendo até 2010 mais de 3.500 alunos e 22 cidades vizinhas, a instituição possui uma área de 2.544,61 m² sendo 24 salas de laboratório e 02 salas técnicas.

Atualmente o CEPGOL disponibiliza o total de 04 cursos de nível técnico com duração média de 18 a 24 meses, sendo, Técnico em Logística, Técnico em Açúcar e Álcool, Técnico em Química e Técnico em Informática, para estar ingressando nestes cursos é necessário ter a idade mínima de 16 anos e ainda passar por um processo seletivo realizado dentro da instituição.

O Centro de Educação Profissional Governador Otávio Lage tem por principais objetivos oferecer educação continuada, por diferentes mecanismos, incluindo a modalidade de EAD, aperfeiçoamento, capacitação visando, sobretudo à melhoria continua do trabalhador no mercado de trabalho, tendo em vista o excelente papel desenvolvido nestes 05 anos, a instituição passara a ser uma faculdade, pois a sociedade

e os órgãos competentes perceberam a tamanha importância de estar dando seqüência a este maravilhoso trabalho.

Foi feita uma pesquisa do tipo exploratório e descritiva para embasamento desse tópico através de uma visita realizada na sede da Jalles Machado S/A, situada na BR 080, km 75 no município da cidade de Goianésia – GO. Nessa visita foi conversado com Cibele Diva Branco, psicóloga da empresa, com formação em psicologia e especialização em clima organizacional. Foram realizadas perguntas abertas e fechadas a cerca do tema

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Paiva (2011):

Administrar é o processo de dirigir ações que utilizam recursos para atingir objetivos. Embora seja importante em qualquer escala de aplicação de recursos, a principal razão para o estudo da Administração é seu impacto sobre o desempenho das organizações. É a forma como são administradas que tornam as organizações mais ou menos capazes de utilizar corretamente seus recursos para atingir os objetivos corretos. (PAIVA, 2011, p. 12)

Paiva reforça a importância da administração quando ressalta seu papel no desempenho das organizações como principal recurso de utilização para que sejam alcançados os objetivos corretos dentro da empresa, sendo assim vale ressaltar que a administração faz parte de um processo de todos os membros da empresa na busca dos recursos organizacionais para alcançar objetivos estabelecidos com eficácia e eficiência se fazendo necessária em todos os tipos de organização.

De acordo com SILVA (2004), desde tempos remotos já havia a necessidade do uso de ferramentas administrativas com intuito de resolver problemas práticos do dia-a-dia. No ano 5000 a.C. no Egito, Ptolomeu criou um sistema econômico que não seria possível praticá-lo sem uma administração sistêmica e organizada.

O uso da administração se estendeu por séculos posteriores, pois foi observada a eficiência em organizar e atingir resultados esperados. Esse reconhecimento ficou registrado na Idade Média através de um grupo de professores e administradores públicos chamados de Fiscalistas e Cameralistas que surgiram na Alemanha e na Áustria de 1550 a 1700. Com esse aparecimento ficou evidente a valorização da riqueza física, pois a administração pública ganhava novas formas e valores.

De acordo com SILVA (2004), duas instituições foram grandes destaques na evolução dessa época: A Igreja Católica Romana e as Organizações Militares. Para este autor a Igreja Católica, por ser uma organização mais formal, conseguia ser eficiente com o uso de técnicas administrativas que se espalharam por todo mundo até os dias atuais. As Organizações Militares se destacaram por usarem o poder rígido e adotarem princípios práticos administrativos com uma hierarquia bem estruturada.

A Revolução Industrial foi um fenômeno que teve início no final do século XVIII e resultou no aparecimento de empresas e da moderna administração, trazendo profundas mudanças econômicas, sociais e políticas (CHIAVENATO, 2004).

Diante do novo cenário de crescimento acelerado e desorganizado das empresas, a necessidade de eficiência na produtividade e grande competição no mercado, surgiu, em resposta a esses conflitos, a Administração Moderna (Drucker, 1997).

No início do século XX através, de Frederick W. Taylor, o percussor da Teoria da Administração Científica, surgiu o estudo da prática da divisão do trabalho.

Segundo Drucker (1997), nesse estudo realizado por Taylor, a organização era vista de forma fechada, desvinculada de seu mercado e a qualificação do funcionário passa a ser desnecessária por causa da divisão de tarefas executadas de forma repetitiva e o funcionário se torna objeto de exploração em prol dos interesses particulares da empresa.

Paralelo a Taylor, porém na Europa, o francês Henri Fayol, defendia princípios semelhantes, com base em sua experiência dentro da administração. Fayol considerava a obsessão pelo comando da empresa como sistêmica e a manipulação dos trabalhadores onde fazia com que os colaboradores fossem explorados pela empresa em prol de seus benefícios (Drucker, 1997).

Na década de 70 surgem as relações humanas, época em que a Teoria Administrativa passava por uma revolução.

A Teoria das Relações Humanas tem suas origens nos seguintes fatores:

1. Necessidade de humanizar e democratizar a Administração, libertando-a dos conceitos rígidos e mecanicistas da Teoria Clássica e adequando-a aos novos padrões de vida do povo americano.

2. O desenvolvimento das ciências humanas, principalmente a psicologia, bem como sua crescente influência intelectual e suas primeiras aplicações à organização industrial.

3. As idéias da filosofia pragmática de John Dewey e da Psicologia de Kurt Lewin foram fundamentais para o humanismo na Administração.

4. As conclusões da Experiência de Hawthorne, realizada entre 1927 a 1932 sob a coordenação de Elton Mayo. (CHIAVENATO, 2003, p. 102)

Esta teoria fez com que a preocupação em relação à máquina, o método de trabalho e a organização formal pudessem dar espaço para a preocupação com as pessoas e os grupos sociais.

Segundo Chiavenato (2003), a partir dos anos 80, viu-se a necessidade de criar um Departamento exclusivo para a finalidade de gerir pessoas e recursos. Esse departamento foi criado basicamente para explorar, analisar e avaliar os funcionários, com intuito de encontrar e ressaltar possíveis aptidões e competências natas ou que podem ser desenvolvidas, para que a empresa possa obter o máximo de empenho e resultado de seus colaboradores.

Outro aspecto observado com o advento da evolução tecnológica é o número crescente de automatização. Máquinas entram na empresa para substituir funcionários e passam a melhorar o desempenho da produção devido a maior rapidez e eficiência em relação ao trabalho humano, além de oferecer um método de controle mais preciso e confiável (EBOLI, 2002). Com isso, foi desencadeado um número crescente de desempregos, em razão de alguns funcionários não apresentarem aptidões para lidar com essa evolução.

Com a chegada das máquinas nas empresas, sabe-se que alguns colaboradores não haviam cursado sequer o Ensino Fundamental, ou seja, não estavam aptos a operar as máquinas recentemente chegadas nos seus postos de trabalho. Essas máquinas traziam à empresa maior estabilidade na produção, além da eficiência e baixos custos, por isso, precisavam de pessoas treinadas e capacitadas. Contudo, nessa época ainda não existia nas organizações, programas de aperfeiçoamento de profissionais para exercerem um novo trabalho, principalmente envolvendo a nova tecnologia. Neste contexto, as pessoas perderam seus lugares? Não, somente entrou em cena a necessidade da capacitação, para que pudessem manusear as máquinas que estariam à disposição das pessoas e empresas. Eboli, (2002).

De acordo com Ivancevic (2008): “mudanças drásticas na tecnologia, crescimento das organizações, surgimento dos sindicatos e preocupação e intervenção governamentais nas relações trabalhistas deram origem ao Departamento De Pessoal.” (p. 07)

Assim, o Departamento De Pessoal está diretamente ligado a esse processo de desenvolvimento das pessoas. Ele é o intermediador entre a empresa e o funcionário, se tornando um setor de extrema importância na organização, é através dele que a empresa determina se seus colaboradores levam a empresa para frente ou estão trazendo prejuízos. É também o setor da empresa responsável por definir as qualificações necessárias em cada cargo ou função que será desempenhada por cada funcionário (Ivancevic, 2008).

Segundo Chiavenato (2008), a gestão de pessoas - GP

(...) é uma área muito sensível à mentalidade que predomina nas organizações. Ela é extremamente contingencial e situacional, pois depende de vários aspectos, como a cultura que existe em cada organização, da estrutura organizacional adotada, das características do contexto ambiental, do negócio da organização, da tecnologia utilizada, dos processos internos, do estilo de gestão utilizado e de uma infinidade de outras variáveis importantes. (p. 08)

De acordo com o autor, a Gestão de Pessoas é um processo dependente de variáveis imprevisíveis, com isso, o modelo de gerenciamento é determinado de acordo com possíveis acontecimentos que não são planejados e previstos pela organização. Esse método de previsão pode ser elaborado por pessoas envolvidas na empresa.

Fica claro que o sucesso das organizações se dá pelas pessoas que movem todo o processo organizacional, interno e externamente. “... as pessoas passam a significar o

diferencial competitivo que mantém e promove o sucesso organizacional: elas passam a construir a competência básica da organização...” (CHIAVENATO, 2008, p. 4).

Observa-se que as empresas estão percebendo a importância de investir na formação de seus profissionais colaboradores. Isso trará um melhor retorno e sucesso para sua gestão.

Ainda de acordo com o Chiavenato (2008), pode-se observar que o bom desenvolvimento do funcionário é também ligado ao nível de capacitação, educação e desenvolvimento profissional que ele adquiriu ao longo da vida e/ou a empresa lhe ofertou para a realização de determinada tarefa. Esse investimento é de suma importância para a empresa, pois o colaborador bem capacitado desenvolve suas tarefas com mais presteza e traz maiores benefícios para a empresa, como, por exemplo, um bom atendimento ao cliente.

De acordo com o autor o processo de desenvolver pessoas, não se baseia em apenas em passar informações, instruções e demonstrações, vai muito além, é necessário que seja despertado o desejo de mudança de comportamentos e hábitos com o propósito de estar sempre aprimorando e buscando novos conhecimentos, a fim de tornar mais eficiente naquilo que se pratica.

O desenvolvimento envolve três estratos, que se superpõem: o treinamento, o desenvolvimento de pessoas e o desenvolvimento organizacional. (CHIAVENATO, 2008, p. 362)

É sabido que o desenvolvimento profissional traz o crescimento da organização. Para acompanhar o ritmo da globalização, é necessário estar atento às mudanças e novas tendências. Para um desenvolvimento organizacional de referência, é importante investir em capacitação e treinamentos aos profissionais.

CONCLUSÕES

O propósito apresentado no tema dessa pesquisa era entender o porquê de empresas como a Jalles Machado S/A, procura mão de obra fora do município, enquanto existem pessoas na cidade esperando uma oportunidade melhor de emprego.

O tema surgiu dessa indagação, como possibilidade foi apresentada a falta de cursos profissionalizantes na cidade. A proposta foi bem apresentada e em visita à Jalles Machado, a psicóloga Cibele Branco pode confirmar essa teoria. Na prática, apenas dois dos cargos que a Jalles oferece a nível técnico é oferecida a capacitação na cidade de Goianésia. Em conversa com a Cibele Branco, foi entendido que realmente há uma grande deficiência de profissionais que atendam a oferta de cargos de nível técnico na empresa. Diante dessa conversa, também foi colocado o fato da falta de experiência, razão pela qual muitos preferem se formar fora do município, adquirir experiência e depois voltar para atingir a expectativa da empresa.

A análise de cursos foi realizado no CEPGOL de Goianésia, onde foi feita uma pesquisa de campo e se constatou que ainda são poucos os cursos oferecidos. Hoje apenas quatro cursos de nível técnico são oferecidos pela instituição, enquanto a Jalles oferta sete cursos que exigem esse grau de qualificação. É realizado um estudo por parte do CEPGOL sobre a necessidade da cidade, tanto que em 2013 serão lançados dois novos cursos nas áreas mais necessitadas.

Por que não oferecer cursos técnicos especializados no ramo da cidade? O governo tem investido nisso e tem melhorado bastante. Existem cursos que somente especialização não basta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DRUCKER, Peter. As Novas Realidades. São Paulo: Pioneira/Thomson Learning, 1997.

DAVIS, K. e NEWSTROM, J. W. Comportamento humano no trabalho – Uma abordagem psicológica. São Paulo: Pioneira, 1992.

EBOLI, Marisa. As Pessoas na Organização. São Paulo: ed. Gente, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio. 7º Ed. São Paulo: Positivo, 2009.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Cultura e poder nas organizações. 2ª ed. - São Paulo: Atlas, 1996.

HARISSON, Jeffrey S. administração estratégica de recursos e relacionamentos/ Harisson, Jeffrey S.; trad. Luciana de Oliveira da Rocha. – Porto Alegre: Bookman, 2005.

GIL, Antônio Carlos, 1946. Como elaborar projetos de pesquisa/ Antonio Carlos Gil- 4ª ed.- São Paulo: Atlas, 2002

IVANCEVIC, John M. Gestão de Recursos Humanos. 10 ed. Porto Alegre: AMGH, 2008.

LRS Machado – Linhas Críticas, 2010 – educa.fcc.org.br

LOCKE, J. Pensamientos sobre la educación. Madrid: Ediciones Akal, 1986.

LUZIRIAGA, Lorenzo. História da educação e da pedagogia. 10º Ed. São Paulo: Atualidades Pedagógicas, 1978.

LUZURIAGA, Lorenzo. História da Educação e da Pedagogia. 13ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1981.

MILKOVICH, George T., BOUDREAU, John W. Administração de R.H. Editora Atlas, 2000.

MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento Interpessoal: Treinamento em Grupo/ Fela Moscovici. – 15ª ed. – Rio de Janeiro. Jose Olympio. 2005.

MOURÃO. Aprendizagem humana no trabalho. 2009. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1516-37172010000200003&script=sci_arttext. Acesso em 30/11/2012.

Perrenoud, Ph. (1999). Avaliação. Da Excelência à Regulação das Aprendizagens. Porto Alegre : Artmed Editora

ROSINI. Qualificação profissional e garantia de oportunidades no mercado de trabalho. 2012. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/informe-se/informativo/15143/> Acesso em 10/11/2012.

SANTOS e MARCONDES. Aspectos Políticos, Sociais e Econômicos da Qualificação Profissional. 1999. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0611986_09_cap_02.pdf Acesso em 30/11/2012.

SANTOS, Jurandir dos. Educação Profissional & Práticas de Avaliação. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

SILVA, Reinaldo O. Teorias da Administração. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

SITE: http://pronatec.mec.gov.br/cnct/eixos_tecnologicos.php

WILLAXZIK, Leidiane Soares. Educação Profissional no Brasil. E>Tch. Florianópolis. V.1.N.1, 2008. Disponível em <http://www.ucs.br/> acesso em 20/10/2012.

Orientação Sexual e Espiritualidade: A dogmática religiosa em um mundo líquido

Kleber Torres de Moura

Prof.Dr. Paulo Rogério Rodrigues Passos

INTRODUÇÃO

A homoafetividade tem sido discriminada e criminalizada dentro das igrejas cristãs tradicionais no Brasil. O estudo sobre o este tema e suas concepções teóricas, abordando os conflitos e desafios de uma pastoral justa e inclusiva, além das pesquisas em bibliografias já existentes. Esta pesquisa tem como objetivo, conhecer e ouvir pessoas do universo LGBT, para obter uma melhor compreensão do sentimento e do desejo de professar a fé cristã nas igrejas inclusivas, e porque não, nas tradicionais.

MATERIAL E MÉTODOS

Estudar a mudança na atitude de recepção crescente dos sujeitos declaradamente homoafetivos pelas instituições religiosas tradicionais. Compreender os conflitos e desafios para uma pastoral mais justa, inclusiva e menos discriminatória, em relação às pessoas homoafetivas que se declaram cristãs.

O universo que pesquisaremos será restrito às igrejas cristãs tradicionais que adotaram práticas de acolhimento do público homoafetivo. Para tanto adotaremos a metodologia quantitativa (survey) e qualitativa (entrevistas pessoais em profundidade) como instrumentos de coleta de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o estudo dos conceitos sobre sexualidade a partir da fundamentação teológicos bíblico das igrejas cristãs tradicionais, alinhados ao estudo aprofundado das concepções teóricas sobre a sexualidade e a homoafetividade. Comparar o posicionamento das igrejas tradicionais com as igrejas inclusivas, assim, derrubar algumas barreiras e dogmas pessoais através da pesquisa proposta, e desenvolver um ministério pastoral mais inclusiva, que possa atender realmente as necessidades atuais.

CONCLUSÕES

Quanto aos benefícios desta pesquisa, será uma importante contribuição para uma melhor compreensão do fenômeno em foco, o que poderá resultar na ampliação de sua visão de mundo e de seu papel no processo de construção da realidade social. Contribuindo para diminuir a violência e discriminação, respeitando a diversidade das

peçoas, sendo também um instrumento e uma contribuição para futuras pesquisas que abordem temas semelhantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rubens. O que é religião. Edição 6ª editora Loyola – São Paulo, 2005.
- BRASH, Alan A. Encarando Nossas Diferenças: As igrejas e seus membros homossexuais. Editora Sinodal, São Leopoldo, 1998.
- BABBIE, Earl. Métodos de pesquisa de Survey. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMA, 1999.
- DENNIS, O' Briem. Homossexualidade: Perspectivas Cristãs. Tradução de Jaci Maraschin. São Paulo, Fonte Editorial, 2008.
- DIAS, Maria Berenice. União Homoafetivas: o preconceito e a justiça. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2001.
- FEITOSA, Alexandre. Bíblia e homossexualidade: verdades e mitos. Rio de Janeiro:Metanoia, 2010.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na Sociologia. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HELMINIAK, Daniel A. O que a Bíblia, realmente diz sobre a homossexualidade. Edições GLS editora Alarmos Quare Press, 1994.
- HOFFMANN, Arzemiro. Como lidar com a homossexualidade na comunidade? A caminho de Reino. Martin Weingaertner,2000.
- LOMONICO, Cire Ferreira. Homossexualidade: proposta terapêutica baseada na ciência e religião. 1ª Ed. São Paulo: EDICON, 1992.
- MUSSKOPF, André S. À meia luz: a emergência de uma teologia gay Seus dilemas e possibilidades. São Leopoldo, ano 3, nº 32, 2005, p. 1-34. (Cadernos IHU Ideias)
- NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. Revista Latino Americana, n. 2, 2009, p. 121-161. - www.sexualidadsaludysociedad.org
- SEVERO, Júlio. O movimento Homossexual: Sua história, suas tramas, seu impacto na sociedade e seu impacto na igreja. Venda Nova Betânia-SP, 1998.
- WEINGAERTNER, Martin. Igreja e homossexualidade. Série: Caminho do Reino, Reflexão e compromisso. Movimento Encontrão. Curitiba-Pr, 2000.
- WEINGAERTNER, Martin. O contexto histórico das recomendações Bíblicas quanto à sexualidade. A caminho de Reino. Martin Weingaertner,2000.
- WINK, Walter. Perspectivasativas Bíblicas sobre Homossexualidade. Homossexualidade perspectivas cristãs. Fonte Editorial, 2008.

OS POVOS INDÍGENAS DO CERRADO GOIANO E A LUTA PELA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À DIFERENÇA A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Carlos Alberto da Costa

Carlos Alberto da Costa

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, produzida após mais de vinte anos de um Estado de exceção, consagrou o Estado Democrático de Direito, tendo como um de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Além de estabelecer uma série de direitos e garantias fundamentais, tais como o direito à vida e à liberdade considerando, por exemplo, homens e mulheres com direitos iguais.

Entre as novidades trazidas pela Constituição Federal de 1988 está aquela apresentada no artigo 231 e 232, que tratam dos povos indígenas. A qual reconheceu a organização, os costumes, as línguas, as crenças, as tradições e os direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas por eles, além de garantir o direito de ser parte legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos.

Em outras palavras, o legislador constituinte reconheceu o direito à diferença dos povos indígenas, seja em seus costumes, língua, organização, saberes etc. Obviamente este reconhecimento não foi aleatório, é resultado de um longo processo de luta e de conquistas. Desde a colonização, o indígena no Brasil, infelizmente é colocado a uma condição de “invisibilizado”, ou seja, tendo todos os seus saberes negados, pois a medida que se nega os saberes desses povos, nega-se sua própria existência, pois o que não existe, não pode requer direito algum.

E, apesar de a Constituição Federal trazer o direito à diferença dos povos indígenas, esse direito ainda não é efetivado como de fato deve ser num Estado Democrático de Direito, de modo que ainda os povos indígenas estão na condição de “invisibilizados”. A presente pesquisa se torna um importante meio para a discussão da temática, pois, os povos indígenas ainda não alcançaram de forma efetiva os seus direitos à cidadania, diuturnamente sendo desrespeitados e colocados às margens da sociedade.

Neste sentido, esta pesquisa se coloca como um instrumento para a reflexão a cerca do direito dos povos indígenas, sobretudo porque ao discutir a questão, abrir-se-á novas portas para a busca de caminhos, os quais proporcionarão cada vez mais oportunidades para a discussão. Do ponto de vista acadêmico, as contribuições desta pesquisa se dão de forma bastante oportunas, uma vez que a mesma se fará na perspectiva da interdisciplinaridade, dialogando com outras áreas do conhecimento, não ficando restrita a apenas ao campo jurídico.

Há que se ressaltar a originalidade da temática proposta. O operador do Direito, por muito tempo não preocupou com discussões que não fossem meramente legalistas, o que lhe deixou alheio à condição e direitos de muitos excluídos. Mas, atualmente, com o fenômeno do constitucionalismo, essa perceptiva tem se modificado e a compreensão dessa nova dinâmica social exige o conhecimento que vai além da esfera meramente legal.

Por outro lado, outras áreas do conhecimento também se beneficiarão com as discussões desta pesquisa, tendo em vista que ela pretende colocar na mesa de forma simples e compreensível os vários conceitos e complexidades do campo jurídico. Contribuindo também com o enriquecimento da linha de pesquisa a que se inscreve, pois, o fenômeno jurídico não se desvincula dos demais elementos que num todo formam a realidade social como a cultura, as tradições.

Do ponto de vista teórico, as contribuições da presente pesquisa são ainda mais profundas, tendo em vista que os povos indígenas são quase que lembrados apenas pelo aspecto cultural. Sendo ignorada sua relevância social e por consequência são comumente vistos não como possuidores de direitos, mas, obrigados a se submeterem aos direitos dos outros, não indígenas.

Apenas com a medida que há uma efetiva garantia ao direito à diferença dos povos indígenas, é que abrir-se-á espaço para a concretude dos demais direitos, pois, não há que se pensar em direito à vida, sem entender que o indígena tem direito de viver, mas viver segundo suas crenças, seus saberes, suas tradições e não em conformidade homogeneizadora da sociedade dominante.

Para que seja viável a presente pesquisa, a delimitação do objeto é fundamental, e para tanto, é eleito como objeto de pesquisa, os povos indígenas que habitam o Cerrado Goiano, em especial as três etnias, os Tapuias do Carretão, os Carajá e os Avá-canoeiro, isso porque, por meio de sua cultura ecológica, souberam ver, amar e usar o Cerrado para a sua arte de vida sem destruí-lo (CHAVEIRO, SILVA e LIMA, 2011). A relação desses povos com o espaço em que se localizam relaciona-se com os saberes, que na maioria das vezes são simplesmente ignorados. Além disso, a delimitação deste objeto se dá pelo método de abordagem escolhido para esta pesquisa, o método indutivo, o qual parte de uma realidade específica para a compreensão de uma generalidade.

MATERIAL E MÉTODOS

Para que o problema norteador desta pesquisa seja respondido, é necessário algumas ações importantes, dentre as quais são delineados pela metodologia de pesquisa. Para isso, se define esta pesquisa do tipo bibliográfica e de campo. A revisão bibliográfica é de suma importância, tendo em vista que é por meio de uma discussão teórica que se apresentará os principais conceitos e elementos para a sua fundamentação, além da obtenção de alguns dados que outros autores já utilizaram.

Será do tipo de campo, pois, em se tratando de uma discussão atualizada, a ida do pesquisador ao campo para se deparar com a realidade apresentada por meio das bibliografias será fundamental. Ambos os tipos de pesquisa serão complementados um pelo outro, pois os dados que a bibliografia apresentar poderá ser confrontado com os dados da pesquisa de campo.

Os dados da pesquisa de campo serão colhidos por meio de entrevistas com os mais diversos indivíduos, representativos do maior número possível daquela etnia. Para tanto, serão entrevistados homens e mulheres das variadas faixas etárias, uma vez que cada indivíduo percebe o mundo de uma forma, e por consequência o seu direito.

Seguido a isso, o método de abordagem que se propõe nesta pesquisa é o método indutivo, pois, partir-se-á de uma realidade específica, uma situação particular para uma geral. Pois, ao entender a realidade dos povos indígenas do Cerrado Goiano, em especial os Tapuias do Carretão, os Carajá e os Avá-canoeiro, entender-se-á em suma, uma realidade geral no Brasil. O Brasil é um país que possui uma dimensão territorial considerável, e por consequência possui inúmeros povos indígenas, o que inviabilizaria a pesquisa.

Por fim, adota-se como método de procedimento desta pesquisa, método de procedimento histórico e o etnográfico. Histórico porque ao se falar dos povos indígenas é imprescindível que se conheça o processo histórico em que os povos indígenas perpassaram, além de verificar as influências do passado em suas realidades contextuais. Por outro lado, o método de procedimento etnográfico visa entender culturas particulares como é o caso dos povos indígenas, considerando a participação do pesquisador no ambiente natural destes povos para a coleta de dados por meio de entrevistas.

Portanto, as fontes para a produção desta pesquisa se concentram nas bibliografias de autores que tratam do tema, bem como aquelas auferidas por meio de entrevistas com os sujeitos detentores do direito à diferença e que lutam para que este e os demais direitos sejam uma realidade efetiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa até o estágio em que se encontra, apresenta alguns resultados bastante iniciais, haja vista que a mesma é fruto de um Projeto de Pesquisa, a qual será realizada no programa de pós-graduação *stricto sensu*. De modo, ara as discussões iniciais, a contribuição de autores como, Carneiro da Cunha (1998), Laraia (1998), Barbosa, Schmitz e Neto et al. (2014), Shiva (2003), Santos (2005), Bobbio (2004), Souza Filho (1998) e Bicalho (2010) tornam-se fundamentais, pois trouxeram luz para o entendimento de questões entre as quais apenas a letra da Lei não seria possível entender.

O Cerrado Goiano com todos seus diversos ambientes, já existe em toda sua plenitude, servindo como manjedoura de palha para toda diversidade desde a ocupação da América do Sul, por volta de 12.000 A.P., segundo explica Barbosa [et al.] (2014). Foi

nesse ambiente que muitos povos se desenvolveram, formando uma cultura muito rica, pois na concepção de Laraia (2008), o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado, sendo ele herdeiro de longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam.

De modo que o Cerrado funciona como uma espécie de fronteira cultural, onde vários elementos de origem diversa convergem, se convertem e criam uma espécie de cultura singular (BARBOSA, [et al.], 2014). Forma-se o que podemos entender como povos tradicionais. O Decreto de nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, em seu artigo 3º, estabelece o que o Estado, compreende como povos tradicionais. Neste caso, são os grupos diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Conclui-se que, os povos indígenas são considerados povos tradicionais, tendo em vista que o artigo 231 da Constituição Federal reconheceu a organização, os costumes, às línguas, as crenças, as tradições e os direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas. E como tal, possuem um conjunto de saberes que lhes são peculiares, na concepção de Diegues e Arruda (1999), conhecimento tradicional é definido como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração, sobretudo para os povos indígenas, pois existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social.

Apesar de a Constituição Federal trazer em seu bojo a proteção à diferença, reconhecendo que de fato há uma diversidade dos povos indígenas. Segundo Carneiro da Cunha (1998), o que é hoje o Brasil indígena são fragmentos de um tecido social cuja trama, muito mais complexa e abrangente, cobria provavelmente o território como um todo. Diante disso, o que se observa é a violação de tal direito, ou seja, não há a efetivação do mesmo, como se os povos indígenas não existissem, e fossem agentes de direitos.

Shiva (2003) aponta que o desaparecimento do saber local se dá por meio de sua interação com o saber ocidental dominante que acontece em muitos planos, por muitos processos, dentre eles, a partir da negação de sua existência, os quais passariam a não serem vistos. Na concepção dela, a invisibilidade é a primeira razão pela qual os sistemas locais entram em colapso, antes de serem testados e comprovados pelo confronto com o saber dominante do ocidente.

Assim, ao tornar o saber local invisível, Shiva (2003) assevera que o sistema dominante também apaga a realidade que estes saberes tentam representar. Isso é feito através da criação do que a autora chama de rachaduras da fragmentação, pois a partir do momento que não há espaço para alternativas locais, surge assim a monocultura da mente, criado pelo domínio do saber científico ocidental.

Neste íterim, Santos (2005), afirma que o conhecimento dominante do mundo ocidental e tido como hegemônico, em muitos momentos busca desacreditar, ocultar e trivializar o que ele chama de contra-hegemônico, aqueles saberes que não estão a serviço da globalização. Diante disso, haveria assim, uma rivalidade entre esses saberes, fazendo com que o conhecimento científico hegemônico converta os saberes indígenas em matéria-prima ou os rejeitaria com base na falsidade ou ineficácia à luz do critério hegemônico da verdade e da eficácia.

E, para analisar e trazer à tona o que não existe, ou pelo menos aquilo que fora colocado ao esquecimento, Santos (2005), apresenta o que ele chama de sociologia das ausências, cuja finalidade é demonstrar que, o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não-existente. E, para tanto, o autor apresenta cinco lógicas ou modos de produção da não-existência, mas, a título de auxílio para a análise do objeto de pesquisa, apenas a primeira e a terceira lógica serão aqui apresentadas.

A primeira lógica deriva da monocultura do saber e do rigor do saber, segundo ele, é o modo de produção de não-existência mais poderoso. Os critérios para se declarar um saber inexistente são os estabelecidos pelos pilares da ciência moderna e o da alta cultura, que assumiria a forma de ignorância ou de incultura. A terceira lógica é a da classificação social, que se relaciona com a monocultura da materialização das diferenças. Nesta lógica, há uma distribuição das populações segundo categorias que naturalizam hierarquias. E, a não existência é produzida a partir da inferiorização, que seria insuperável, pois é natural, dessa forma, o que é inferior, insuperavelmente inferior, não pode ser uma alternativa credível a quem, é superior.

Para Santos (2005), essas formas de produzir inexistências existem porque se apresentam como obstáculos em relação às realidades consideradas relevantes e, porque são partes desqualificadas de totalidades homogêneas que, como tal, confirmam meramente o que existe tal como existe. Pois, o conhecimento homogeneizante desconsidera como válidos os saberes tradicionais, e, é neste sentido que não há de certa forma o espaço para as diferenças, ou neste caso, o direito à diferença.

A medida se “invisibiliza” os saberes indígenas, colocando esse povo a uma condição de não-existência, fecha-se os olhos conseqüentemente para seus direitos. Logo, o que não existe, não pode rogar direito algum, muito menos, ter a efetivação daqueles que já existem. Embora a Constituição seja de fato inovadora no sentido de trazer em seus dispositivos a consideração aos povos indígenas, isso não é o suficiente.

Na concepção de Bicalho (2010), essa tarefa de conciliar o reconhecimento e o exercício do direito à diferença é o calcanhar de Aquiles a ser enfrentado. Sendo assim, Bobbio (2004, p. 63), afirma que, nem tudo o que é desejável e merecedor de ser perseguido é realizável. Para a realização dos direitos do homem são frequentemente necessárias condições objetivas que não dependem da boa vontade dos que os proclamam, nem das boas disposições dos que possuem os meios para protegê-los. E, que o tremendo problema diante do qual estão hoje os países em desenvolvimento é o de se encontrarem

em condições econômicas que, apesar dos programas ideais, não permitem desenvolver a proteção da maioria dos direitos sociais.

Verifica-se assim, o porquê do direito à diferença ainda não ser efetivado para os povos indígenas. Pois a questão econômica ainda é um entrave, principalmente porque caso isso ocorra, é necessário garantir a posse das terras aos que já ocupam, bem como às gerações futuras, como determina a Constituição Federal.

Por outro lado, essa dificuldade de efetivação do direito à diferença, se dá porque a cultura constitucional clássica não admitia no texto constitucional o reconhecimento dos direitos de povos indígenas a um território e à aplicação nestes territórios o seu próprio direito. Pois, entendia que isso seria um Estado dentro de um Estado, sempre pensando em um Estado único e num único Direito, mesmo que para isso tivesse que reprimir de forma violenta ou até mesmo sutil as diferenças (SOUZA FILHO, 2006, pp. 63-68).

Portanto, ao ser concedido na Constituição Federal o direito à diferença, o Estado brasileiro precisar criar condições para que o mesmo seja de fato uma realidade para os povos indígenas brasileiros. No entanto, o que se tem observado é uma violação do direito que fora concedido, de modo que a inércia e a inexistência não tem sido a realidade dos povos indígenas do Cerrado Goiano. Pelo contrário, os povos indígenas tem se colocado à frente, tem tomado para si a luta, participado dela, tocado os pontos de tensão dessa luta com as próprias mãos, sem precisar que outros falem por eles mesmos (BICALHO, 2010, p.317).

CONCLUSÕES

Portanto, conclui-se ainda que de forma superficial e bastante preliminar, que os saberes dos povos indígenas são colocados pelo saber dominante à condição de “invisibilizados”, acaba por consequência manter os povos à mesma condição, o que de certa forma, contribui para que não seja vistos e por consequência não tenham seus direitos devidamente efetivados, a exemplo o da diferença.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Altair Sales. SCHMITZ, Pedro Ignácio. NETO, Antônio Teixeira. GOMES, Horieste. O Piar da Juriti Pepena. Narrativa Ecológica da Ocupação Humana do Cerrado. Goiânia: Ed. PUC/Goias, 2014. (p. 15-32; 110-135; 210-217)

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009). 2010. 464 f., il. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

Bobbio, Norberto. A era dos direitos. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

_____. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de

Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial, Brasília, DF, 08 fev. 2007. Seção 1,p.1

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Cia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1998.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; SILVA, Lorraine Gomes da and LIMA, Sélvia Carneiro de.O Cerrado na perspectiva dos povos indígenas de Goiás: a arte de vida do povo Tapuia do Carretão-GO.Cienc. Cult. [online]. 2011, vol.63, n.3, pp.39-41. ISSN 2317-6660. <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252011000300015>.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. São Paulo: MMA, USP, 2001. 176

Direito. Curitiba: Juruá, 1998.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura. Um conceito antropológico. Rio de Janeiro:

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Fórum Social Mundial: Manual de Uso. SP: Cortez, 2005.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. O Renascer dos Povos Indígenas para o Zahar Editor. 1988.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: SUGESTÃO DO BSC EM UMA EMPRESA FAMILIAR

Igor de Moraes Soares

Raoni Lotti

INTRODUÇÃO

As empresas familiares têm grande relevância na conjuntura econômica brasileira, de acordo com Moreira Junior (2006), cerca de 90 % das empresas brasileiras são gerenciadas por integrantes da família proprietária. Gentil (2003) destaca que o setor em que as empresas familiares têm predominância é na área do agronegócio, comércio e serviço. Mesmo com a grande quantidade de empresas familiares, que se tem no Brasil, o índice de falência dessa continua bastante elevado. (SEBRAE, 2016).

Conforme uma pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE – 2016), no Brasil foram criados 1,2 milhões de novos negócios e 99% são microempresas ou empreendedores individuais. Há quase 15 anos que o SEBRAE realiza esta pesquisa para verificar como que está a continuidade dessas empresas. No Centro-Oeste a taxa de sobrevivência dessas, com mais de dois anos, é de 68,3%, existindo com muitas dificuldades, porém elas podem ser superadas através de uma boa gestão.

Para tanto, existem ferramentas que auxiliam no processo de gestão organizacional. Embora essas sejam comumente aplicadas em grandes empresas, podem também ser utilizadas nas pequenas. (CIMINO; SIMÃO, 2008).

Nesse sentido, o problema desta pesquisa foi: como o Balanced Scorecard (BSC) pode nortear o Planejamento Estratégico de uma empresa familiar de pequeno porte regional. Para responder essa questão foi realizado um estudo de caso na Marmoraria Rio Negro, situada há mais de dez anos no mercado de Anápolis, no ramo de construção civil.

Assim, o objetivo geral deste trabalho foi propor um Planejamento Estratégico para a Marmoraria Rio Negro, através do BSC. Já os objetivos específicos foram: identificar os aspectos gerenciais em uma empresa familiar; analisar as ferramentas estratégicas para a utilização na gestão da empresa familiar; sugerir a aplicação das ferramentas estratégicas.

As empresas familiares no Brasil surgiram com as companhias hereditárias logo após ser descoberta por Portugal, onde existem traços culturais dos imigrantes. Devido às companhias serem hereditárias surgiram necessidades de dar continuidade, o que fez com que outros empreendimentos surgissem. (OLIVEIRA, 1999). A consolidação das empresas familiares foi logo após os movimentos migratórios italiano, japoneses e alemães.

De acordo com Morais (2004), as empresas familiares, normalmente, são desorganizadas no sentido de definições de cargos e responsabilidades, mas com isso, pode instaurar-se um caos pela ausência de regras bem estruturadas.

Mas, ao contrário do que uma grande parte das pessoas acredita, quando a empresa e uma família se reúnem tem-se uma grande possibilidade de fracassar. Donatti (1999) relata a relevância em se definir um código de relacionamento para uma melhor convivência no ambiente. Uma empresa se torna familiar a partir do momento em que um ou mais membros dela exercessem algum papel administrativo ou de gestão, ao possuir uma parte no capital inicial.

O mercado atualmente exige que as empresas tenham um planejamento, para se tornarem organizações mais competitivas. Porém, ainda existem aquelas que não elaboram seus planos estratégicos e nem operacionais. Para que uma empresa inicie um processo de planejamento estratégico faz-se necessária a utilização de ferramentas desenvolvidas para a pesquisa do ambiente, que servem para responder algumas perguntas cruciais para a formulação de gestão da empresa, em que uma das ferramentas propostas para ser utilizada é a análise SWOT. (SCATENA, 2012).

Para Johnson, Scholes e Whittington (2010 apud ARAÚJO, 2013) onde salientam, a análise SWOT surgiu na década de 1960, feita por acadêmicos de Stanford Research Institute com instrumentos voltados para identificar questões inerentes no ambiente de negócio, cujo objetivo é identificar as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças. Através dessa análise é possível fazer a definição da filosofia empresarial.

Após a análise Swot, faz-se necessário a definição dos indicadores de medição para acompanhar os resultados e uma ferramenta que é bastante utilizada é o Balanced Scorecard. (SCATENA, 2012).

De acordo com Kaplan e Norton (1997 apud MARTINS et al. 2012) o BSC é um instrumento para se mensurar o desempenho que a organização tem alcançado, nas seguintes perspectivas: financeira, clientes, processos internos e aprendizagem/crescimento; permitindo, assim, que se acompanhe o desempenho financeiro para o ajuste da estratégia.

O Quadro 1 explica como se dividem as perspectivas citadas acima, mostrando também cada área em que essas atuam. Logo abaixo, na Figura 1, tem-se um modelo de esquema que pode ser utilizado para a explicação do BSC.

MATERIAL E MÉTODOS

2METODOLOGIA

Inicialmente, para a elaboração do referencial teórico fez-se uma pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2010), foi elaborado através de um material já publicado. Tradicionalmente neste método de pesquisa incluem-se revistas, jornais, teses e dissertações.

Este trabalho se caracterizou como um estudo de caso, por ter sido realizado um estudo em uma empresa familiar, no ramo da construção civil, de pequeno porte, cujo intuito foi propor a ferramenta BSC para auxiliá-la.

Gil (2010) fala que o estudo de caso baseia em um estudo exaustivo de um ou poucos objetos, onde se permite o aprofundamento do conhecimento, tarefa considerada complexa dentre outros projetos já considerados.

Após o estudo de caso foi observada a necessidade de aplicar uma ferramenta estratégia para auxiliar na gestão e na formalização. De acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007), é necessário observar e fazer a descrição física de um objeto para obter informações concretas. Sem a observação o estudo poderia ser uma simples adivinhação.

Através de relatórios de faturamento mensal, que foram disponibilizados, e ordem de serviços executada, foi feita uma análise documental, retratada por Gil (2010) como uma pesquisa que tem muitos pontos semelhantes à pesquisa bibliográfica e a pesquisa ex-post-facto (“a partir do fato passado”), que é feita através de dados disponíveis, mas não são submetidos a tratamentos estatísticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

3 RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os passos para a elaboração do BSC na empresa.

3.1 ELABORAÇÃO DO BSC NA EMPRESA

De acordo com Cimino e Simão (2008), uma proposta de esquema básico para a implantação do BSC em pequenas empresas fundamenta-se em literaturas de BSC em grandes empresas, que para Ottoboni (2002) e Walter e Kliemann foi dividido em três grandes etapas, a saber: preparação, elaboração e implementação que se subdividem em mais cinco etapas para facilitar a adaptação, como demonstrado na Figura 2.

Figura 2 - Passo a passo do BSC

Fonte: Elaboração dos próprios autores, 2016.

Na figura acima apresenta o passo a passo do BSC em uma empresa, que conforme o autor é dividido das seguintes maneiras, 1 a preparação, 2 elaborações e a 3 implementação. Que se subdividem em conhecimento da organização, capacidade produtiva, de vendas, posição no mercado e os objetivos estratégicos.

3.2 CONHECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO

A empresa surgiu através de uma amizade, em que uma pessoa fez uma proposta para trabalhar neste ramo e o Ronaldo (fundador) resolveu mudar totalmente o seu trabalho de mecânico para abrir uma marmoraria. Tiveram algumas dificuldades no início, porém com os anos, foram ganhando experiência e aprimorando seus serviços, e hoje procura se adequar às necessidades do mercado.

A sede da empresa se encontra na Avenida Goiás, nº. 1946, na Vila Brasil, em Anápolis-GO. O quadro de funcionários é composto por quatro com carteira assinada e dois sem carteira assinada. A empresa hoje trabalha com o Marketing Digital.

Sua filosofia empresarial é: quanto à missão, produzir peças de granitos de qualidade, prestando um excelente serviço e garantindo a satisfação do cliente, visando o crescimento no mercado; em relação à visão, pretendem estar entre as melhores empresas do ramo de marmoraria da cidade, mantendo sempre a excelência e a qualidade nos serviços; no que se refere aos valores, tem-se a honestidade, o respeito ao cliente e a valorização dos colaboradores.

A Figura 3 apresenta o organograma, para se conhecer os colaboradores e suas devidas funções.

Figura 3 - Organograma

Fonte: Elaboração dos autores, 2016.

O organograma da empresa, que foi elaborado pelos autores deste trabalho, a partir das informações fornecidas dos respectivos cargos e funções, apresentou uma forma prática de se analisar o papel de cada um dentro da empresa.

4.3 CAPACIDADE PRODUTIVA DA EMPRESA E SUAS VENDAS NO MÊS DE AGOSTO

Gráfico 1 - Capacidade produtiva

Fonte: Elaboração dos autores, 2016.

Nos meses anteriores não foi possível coletar as informações, pois somente no mês de agosto que foi feita a coleta dessas informações.

3.4 POSIÇÃO NO MERCADO

O posicionamento no mercado é a relação que a empresa tem junto aos seus clientes e como ela é vista pelos seus concorrentes. Kotler (1999), fala que o posicionamento é chave para a diferenciação nas mentes dos clientes e que esse pode ser dividido em duas etapas: o posicionamento de mercado e o psicológico.

O Gráfico 1 apresenta as posições das marmorarias na cidade de Anápolis.

Gráfico 2 - Marmorarias e suas posições

Fonte: Câmara de Dirigentes Lojistas de Anápolis, 2015.

De acordo com a pesquisa que foi feita pela CDL Anápolis (2015), embora a empresa pesquisada seja a 15ª, vale ressaltar que sua posição está voltada ao público de outras cidades que passam na porta do empreendimento.

3.5 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA AS PERSPECTIVAS DO BSC

Nesta pirâmide contém as perspectivas do BSC e os objetivos estratégicos para a Marmoraria Rio Negro, com a ação e os indicadores dessa ferramenta estratégica para conseguir mensurar os objetivos.

Fonte: Elaboração dos autores, 2016
Objetivos estratégicos do BSC
Perspectiva de aprendizado e crescimento

Fonte: Elaboração dos autores, 2016.
Perspectiva processos internos

Fonte: Elaboração dos autores, 2016.
Perspectiva Clientes

Fonte: Elaboração dos autores, 2016.
Perspectiva Financeira

Fonte: Elaboração dos autores, 2016.
Fórmulas para calcular as perspectivas.

Conforme foi apresentado as perspectivas do BSC segue abaixo as formulas para cálculo dos objetivos estratégicos.

$$FC = \frac{F \text{ atual} - F \text{ anterior}}{F \text{ anterior}}$$

$$\text{Taxa de Desperdício} = \frac{EI - \text{Qtd vendas} - EF}{\text{Qtd vendas}} \times 100$$

Clientes

$$CN = \text{Total de clientes} - \text{Clientes cadastrados}$$

$$RCF = \text{Qtd cartões anterior} + \text{Qtd cartões mês atual}$$

Processos internos

$$\text{Prazo de entrega} = \frac{DE - DP}{TP}$$

$$TO = \frac{TOR - TOP}{TOP}$$

Aprendizado e Crescimento

$$IR = \frac{\text{Qtd de reclamação}}{\text{Qtd de serviços realizados}}$$

IS = Qtd colaboradores satisfeitos

$$\frac{\text{Qtd de colaboradores}}{\text{Qtd de colaboradores}}$$

Legenda

FC= Fluxo de Caixa

F atual= Faturamento atual

F anterior= Faturamento anterior

EI= Estoque inicial
EF=Estoque final
CN= Clientes novos.
DE= Data de entrega
DP= Data do pedido
RCF=Ranking de clientes fieis
TO=Tempo de operação
TOP=Tempo de operação padrão
TOR= Tempo de operação realizada
IR= Índice de reclamação.
IS= Índice de satisfação.
TP= Tempo padrão

CONCLUSÕES

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa foi possível observar que o Balance Scorecard (BSC) pode ser aplicado nas empresas independentemente do tamanho. Embora normalmente seja aplicado em empresas de grande porte, este trabalho demonstrou que é possível aplicar o BSC também em empresas familiares e de pequeno porte.

A utilização da ferramenta estratégica BSC por empresas familiares de pequeno porte pode resultar na sua formalização, um aspecto interessante, pois a falta dessa, em uma empresa, pode acarretar a possibilidade de resultados ruins.

Acredita-se que com a implantação do BSC a empresa pode alcançar um melhor posicionamento no mercado, aumentando o resultado financeiro e melhorando seus processos operacionais.

Na perspectiva financeira levando em consideração a pesquisa a partir do momento que você reduz seu desperdício você não irá gastar dinheiro sem fundamento, e investindo em marketing aumenta a visão da empresa relacionada ao mercado

Na perspectiva clientes tem o objetivo de captar novos clientes e valorizar os clientes fiéis para que assim eles tenham interesse em continuar trabalhando com a empresa.

Na perspectiva processos internos tem como objetivo de melhorar o tempo de operação dentro da empresa e conseqüentemente ira facilitar o processo de produção tornando assim mais ágil, e também priorizar os serviços para ter uma ordem nos processos.

Na Perspectiva aprendizado e verificar se os funcionários estão motivados e capacitados, para que assim eles ficaram satisfeitos e irá produzir com maior qualidade e menor tempo.

E para finalizar, como sugestões para trabalhos futuros, sugere-se a análise da eficácia do processo de implementação do BSC em pequenas empresas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Luis César. G. Ações estratégicas: desafios e caminhos para a gestão contemporânea. São Paulo: Atlas, 2013

CERVO, A.L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2007. Disponível em:

<[Http://catolicadeanapolis.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576050476/pages/31](http://catolicadeanapolis.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576050476/pages/31)>. Acesso em: 17 maio 2016.

CIMINO, J. C. dá; SIMÃO, C.L. Implantação do Balanced Scorecard (BSC) em pequenas empresas. Anais do Congresso Brasileiro de Custos (Abc), 2008.

DONATTI, L. Empresa Familiar: a empresa familiar em um âmbito global. Caderno de Pesquisas em Administração, 1999.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KOTLER, P. Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados / Tradução Bazán Tecnologia e linguística. São Paulo: Futura, 1999.

MARTINS T. S.; GUINDANI, R. A.; REIS, J. A. F. dos; CRUZ, J. A. W. Incrementando a Estratégia: uma abordagem do Balanced scorecard. 1º ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em: <<http://catolicadeanapolis.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582121900/pages/-2>>. Acesso em: 10 maio 2016.

MORAIS, J. M. Estrutura organizacional na empresa familiar–Estilos gerenciais e satisfação dos funcionários. Dissertação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, Universidade de Taubaté, São Paulo, Brasil, 2004.

OTTOBONI, C. Uma proposta de abordagem metodológica para Implantação do Balanced Scorecard (BSC) em pequenas empresas. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2002.

SCATENA, M. I. C. Ferramentas para a moderna gestão empresarial teoria, implementação e prática. Curitiba: Intersaberes, 2012.

SEBRAE. As Características de negócios Familiares. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/as-caracteristicas-de-negocios-familiares,48e89e665b182410VgnVCM100000b272010aRCRD.2016>>. Acesso em: 10 maio 2016.

WALTER, F.; KLIEMANN NETO, J. Uma proposta de metodologia de elaboração do Balanced Scorecard. In: VII Congresso Brasileiro de Custos. Recife. Anais. Recife, 2000.

Ponerologia e o estudo da psicopatia no âmbito político

Myriam Christina Alves Rodrigues

INTRODUÇÃO

Ponerologia é o estudo do mal adaptado a propósitos políticos. Diante disso, Lobaczewski destaca que:

Poneros, em grego, significa “o mal”. O mal, porque o traço dominante do caráter dos novos dirigentes que davam o modelo de conduta para o resto da sociedade, era inequivocamente a psicopatia.

(LOBACZEWSKI, 2012).

Segundo Antônio José Eça (2010), a psicopatia não é um problema mental exatamente, não se tratam de loucos com distúrbios qualitativos, está no intermédio entre loucura e sanidade mental, os pacientes diagnosticados não apresentam quadros produtivos de delírios ou alucinações, não perdem o senso da realidade. São em grande maioria pessoas incapazes de sentir pena ou piedade e não se enquadram nos padrões éticos e morais das sociedades em que vivem. São motivados pela satisfação plena dos seus desejos associadas a uma falta de consideração com o sentir dos outros.

Ainda seguindo o pensamento de Antônio José Eça, faz-se interessante olvidar ao seguinte disposto:

(...) normalmente são incapazes de aprender com a punição e de modificar seu comportamento. Para eles, é mais fácil esconder sua real maneira de ser do que suprimir tal atitude, tentando disfarçar da forma mais inteligente possível suas características de personalidade; é por esta razão que se observa que indivíduos psicopatas exibem frequentemente um charme superficial para com as outras pessoas, chegando mesmo a apresentar comportamentos muito tranquilos no relacionamento social normal, presença social e boa fluência verbal, chegando, em alguns casos, a ser os líderes sociais de seus grupos. (EÇA, 2010, p. 283).

Flávio Josef e Silva (2000, p. 66 e 67) atesta que para Hare,

as evidências mostram claramente que os psicopatas são: a) mais suscetíveis de empregar comportamento violento e agressivo que criminosos em geral; b) psicopatas são mais inclinados a recidivar no comportamento criminoso violento; c) psicopatas tem uma carreira criminal mais longa, iniciando-se precocemente, sem uma detecção adequada e prolongando-se além do que se pensava anteriormente. Isto lhes proporcionaria um desenvolvimento em habilidades criminosas e uma ascensão em gravidade de delitos, bem como um modo melhor de evitar a detecção e apreensão de policiais.

No que tange a culpabilidade do agente o art. 59 do Código Penal (CP) esclarece:

Art. 59 CP. O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequência do crime, bem como ao comportamento da vítima estabelecerá conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime. (NUCCI, 2009)

Diante do acima exposto, alguns doutrinados defendem que o Juiz de Direito, não é competente para fazer a avaliação da personalidade do agente, visto a complexidade do assunto, defendem ainda que esta deveria ser realizada por um profissional da área, tal como psicólogos ou psiquiatras, e não por um bacharel em Direito.

Salientando o contrário, é importante declarar que o exame de insanidade mental só poderá ser pedido por autoridade judicial competente, porém será feito por profissional da área. Conforme disposto no art. 149 do Código Processo Penal (CPP):

Art. 149 CPP. Quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, seja este submetido a exame médico-legal. (2017)

Desta forma o profissional competente fará o exame de personalidade do agente e apresentará um laudo judicial, ao qual será avaliado pelo Juiz de Direito que determinará a pena mediante a conclusão tomada

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho teve como fins buscar informações, por meio de pesquisa bibliográfica e exploratória, informações necessárias, através de autores que decorrem e expõe e já desenvolveram pesquisas sobre a ponerologia.

Para este, o primeiro método utilizado foi à pesquisa bibliográfica em livros, revistas, artigos e demais publicações científicas relacionado ao tema, com o propósito de analisar o ponto de vista de vários autores a respeito da contribuição da ponerologia, e a análise do perfil de alguns políticos psicopatas. A internet também foi uma fonte de pesquisa que permitindo o acesso a dados atuais que pudessem ser analisados para este estudo.

Porém foi preciso várias leituras sobre o tema para selecionar informações importantes e reais para o que foi abordado uma vez que há confrontos entre doutrinadores sobre a imputabilidade ou semi imputabilidade dos indivíduos que apresentam o distúrbio da psicopatia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho visou aprofundar estudos da ponerologia, para entender esta ciência e quais suas contribuições para o estudo de psicopatas políticos.

Foi de suma importância esclarecer o leitor do que se tratava esta ciência tão pouco divulgada, qual sua história, seu conceito e seus objetos de estudo.

“Poneros”, palavra grega, significa “o mal”, assim sendo ponerologia trata-se do estudo do mal, ou a ciência do mal adaptada a propósitos políticos.

O psiquiatra polonês Andrew Lobaczewski (1921-2007), há sessenta anos enquanto estudante de medicina, juntamente com seus colegas lutaram como antinazistas o que os aproximou e consolidou uma amizade sólida. Após a instauração do regime comunista, a faculdade em que o supracitado estudava contratou novos professores e funcionários enviados pelo governo, tais contratados buscavam impor um modelo ético e moral diferenciado.

Os estudantes impossibilitados de contrapor-se começaram a reunir a fim de dialogar para defender-se do modelo de conduta estabelecido.

Durante décadas os amigos, prosseguiram com o estudo em segredo, devido ao regime militar imposto, nada poderia ser publicado. Com o passar do tempo os estudantes foram envelhecendo e morrendo, até que o último Andrew, reuniu todo o estudo seu e de seus colegas e publicou um livro em 2006 no Canadá, com o título traduzido para o Português que significa: “Ponerologia: Psicopatas no Poder”. Em suma, o trabalho foi de grande importância para o estudo do comportamento do mal na esfera política e o quanto essa pesquisa contribuiu para a escassa literatura sobre ponerologia e o mal no poder.

CONCLUSÕES

O estudo do mal levou a conclusão que a linha dominante na entranha dos novos dirigentes, que impunha o modelo de conduta a ser seguido pela sociedade era de forma óbvia a psicopatia. Segundo o Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (2013) que é o Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais em sua 5ª edição ou (DSM-5) considera que a psicopatia não é uma doença mental associada a loucura ou um distúrbio qualitativo. São de forma geral, pessoas incapazes de sentir pena ou piedade e ainda se encaixar nos padrões éticos e morais da sociedade em que vivem. Expressam profunda depreciação pelas obrigações sociais.

Buscam a satisfação plena de seus desejos aliada com a desconsideração com o sentir do outro, são emocionalmente superficiais, exibem egocentrismo patológico, baixa tolerância a frustração, não priorizam a responsabilidade e não possuem empatia com os seres, sendo estes humanos ou não.

Quando o psicopata alcança o poder, os danos causados podem ser muito maiores que os de indivíduos comuns na mesma situação, principalmente quando em estado de guerra, privação econômica rígida, miséria, surtos epidêmicos, estes psicopatas podem adquirir o status de líderes regionais ou nacionais ou se passar por sábios, tais como Adolf Hitler e Stalin, líderes autoritários do passado, tornando-se famosos políticos corruptos que subiram rapidamente na carreira com o intuito de fazer o mal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5). 2013. Disponível em: <http://www.dsm5.org/Pages/Default.aspx>. Acessado em: 11 de abr de 2015.
- Código de processo penal. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.
- EÇA, Antônio José. Roteiro de Psiquiatria Forense. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GRECO, Rogério. Medicina Legal: à luz do Direito Penal e do Direito Processual Penal, 11. ed, Niterói: Impetus, 2013.
- JOSEF & SILVA. Violência sobre o olhar da saúde. Ed. Fiocruz, 2000.
- LOBACZEWSKI, Andrew. Ponerologia: Psicopatas no Poder. CEDET, 2012.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Individualização da pena. 3. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 398 p.

POSSIBILIDADES DE ALTERAÇÃO DO NOME CIVIL PARA OS TRANSEXUAIS

JOÃO PEDRO ALMEIDA RIBEIRO

MYRIAM CHRISTINA ALVES RODRIGUES

Marcos Antônio de Carvalho Rosa

Jéssica Vitória Pedroso dos Santos

Lanna Gleyce Mota Luz

INTRODUÇÃO

.O presente estudo abordou as possibilidades de alteração do nome civil, perpassando pelos direitos dos seres humanos e abordando o direito de alteração do nome civil dos transexuais. Abordou os direitos da dignidade humana e da personalidade, além de abordar todo o processo percorrido por uma pessoa transexual para a alteração do nome e do sexo. O estudo foi construído a partir da compreensão de a possibilidade de alteração do nome civil está situado na esfera dos direitos da dignidade e personalidade humana e que se assegura perante a Constituição Federal de 1988.

Garantido pela constituição federal e em legislação infraconstitucional, o nome como se sabe, é uma das maneiras de se identificar e individualizar uma pessoa na sociedade. Como disposto no Artigo 16 do Código Civil, todas as pessoas têm direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.

Percebe-se a importância do nome, quando notamos que empresas, praças, firmas e até navios sejam identificados por eles, o nome é o que diferencia, ou seja, distingue as coisas que nos cercam, e as pessoas das demais. É pelo nome que ficamos conhecidos pelas pessoas que convivemos, seja onde trabalhamos ou até mesmo no convívio familiar.

O trabalho teve como objetivo principal realizar uma análise sobre as possibilidades de alteração do nome civil na Constituição Federal (CF) de 1988 e, ao mesmo tempo, abordar a importância destas possibilidades dentro do sistema constitucional.

O estudo demonstrou, ainda, que o princípio da personalidade da pessoa humana não pode ser visualizado como um mero apelo ético e que é imprescindível a sua concretização, por meio de um constante e renovado trabalho de interpretação e aplicação, de modo que alcance a máxima efetividade.

Ao abordar o tema sobre a possibilidade da alteração do nome civil, é importante lembrar-se de sua importância para a pessoa humana, o nome é um direito que nasce inerente a nós. O não conhecimento das possibilidades das alterações do nome, ainda causam transtornos em pessoas que sentem constrangidas e prejudicadas pelo nome que carrega. Ainda em loco é impossível não tratar sobre a possível mudança do nome no

casamento homo afetivo, quando talvez por ambas as partes é de vontade fazer com que a mudança do nome aconteça.

A Lei 9.708/98, de autoria do deputado paulista Arnaldo Faria de Sá, alterou a redação do artigo 58 da Lei 6.015/73, que previa a imutabilidade do prenome, alguns deles que causavam ao indivíduo, antipatia e repugnância, fazendo com que os mesmos não se sentissem confortáveis ao serem identificados pelos seus próprios nomes, ficando angustiados e constrangidos.

Por se tratar de um assunto de relevante importância e de interesse da população, o presente trabalho tratou das garantias das leis no referido assunto, e também as possibilidades de alterações do nome.

O nome encontra-se protegido na Constituição Federal nos artigos 1º; inciso III; 5º, X e XXXV. Também está disposto nos artigos 16 ao 19 do Código Civil e ainda na Lei 6.015/73 que é a Lei de Registros Públicos.

Alguns nomes, por serem de conteúdo que causavam grande constrangimento, foram proibidos de serem utilizados. Dessa forma, grande parte já não sofria com o problema ou com as brincadeiras, apelidos que ofendiam as mesmas. O presente estudo teve como base a pesquisa bibliográfica e documental. A utilização de autores como DINIZ (2002), WALD (1992), CARVALHO (2008), entre outros, foram de suma importância para o desenvolvimento deste estudo, pois, abordam os temas trabalhados e esclarecem as questões.

As atribuições feitas no segundo capítulo foram baseadas na Lei N. 6.015/73 nas possibilidades de alteração do nome civil.

Jaqueline Jesus (2012) e Grossi (2013) define a identidade de gênero como: "Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento". Assim, identidade de gênero remete à constituição do sentimento individual de identidade, é uma categoria que permite pensar o lugar do indivíduo no interior de uma cultura e nem sempre corresponde ao sexo biológico; uma pessoa pode nascer com o sexo feminino e sentir-se um homem ou vice-versa (LIMA, 2011).

Para Jesus (2012), a vivência discordante de um gênero (que é cultural, social) com o que se esperaria de alguém de determinado sexo (que é biológico) não deve ser tratada como um transtorno, mas sim como uma questão de identidade, como acontece com travestis e pessoas transexuais. Para essa autora, as pessoas transexuais:

Geralmente sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem "corrigir" isso adequando seu corpo à imagem de gênero que têm de si. Isso pode se dar de várias formas, desde uso de roupas, passando por tratamentos hormonais e até procedimentos cirúrgicos.

Na Constituição Federal de 1988 está previsto o Princípio da Dignidade que defende a honra e a imagem das pessoas (art. 5º, inciso X,) e o Princípio da Dignidade

Humana (art. 1º, inciso III.). Tais princípios são aplicáveis a todas as pessoas, independentemente do sexo (BRASIL, 1988).

Levando em consideração esses princípios, não deveria haver qualquer impedimento ou dificuldade para que um cidadão transexual, operado ou não, tivesse a retificação de registro civil e a mudança de sexo em sua certidão. Porém, a realidade é totalmente diferente.

Em 1979, no Brasil foi aprovado um projeto de lei que favorecia os transexuais e regulamentaria sua situação no Brasil, atualmente não existe legislação específica que regulamenta a mudança de nome e a retificação do registro do transexual.

A legislação brasileira não prevê regras para tal retificação especificamente, ficando a cargo de juízes que na maioria das vezes seguem correntes doutrinárias. A legislação a respeito é a Lei 9.708/98, que alterou o artigo 58 da Lei de n. 6.015/73.

MATERIAL E MÉTODOS

Quanto à metodologia empregada, registra-se que o método utilizado para a elaboração da monografia foi o de compilação ou o bibliográfico, que consiste na exposição do pensamento de vários autores que escreveram sobre o tema escolhido. Salienta-se, ainda, que todos os procedimentos utilizados foram caracterizados pela precisão de ideias, clareza e concisão dos argumentos.

Destarte, buscou-se pesquisar o maior número possível de obras publicadas acerca do assunto, com o objetivo de se organizar às várias opiniões, antepondo-as, logicamente, quando se apresentarem antagônicas, com a finalidade da harmonização dos pontos de vistas existentes, para uma mesma direção.

Enfim, tal metodologia propõe-se apresentar, de forma nítida e didática, um panorama das posições adotadas pela doutrina pátria em vasto acervo de livros, em artigos publicados na internet e pela legislação brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O nome social é o nome pelo qual a pessoa com transtorno de identidade de gênero prefere ser chamada cotidianamente, contrastando com o nome que está registrado oficialmente e que não reflete a sua identidade de gênero, os transexuais menores de 18 anos podem alterar o nome social nas chamadas e quaisquer outras situações que utilizem seu nome de nascença, desde que tenham a autorização prévia dos pais. Também possuem o direito de usar a fila do gênero-alvo, bem como o banheiro, se assim desejarem.

É de suma importância saber que o problema a ser abordado é também uma questão de medicina. Ao longo dos últimos 30 anos no Brasil, a cirurgia de mudança de sexo vem se tornando algo mais comum.

Em 1979, no Brasil foi aprovado um projeto de lei que favorecia os transexuais e regulamentaria sua situação no Brasil, atualmente não existe legislação específica que regulamenta a mudança de nome e a retificação do registro do transexual.

A legislação brasileira não prevê regras para tal retificação especificamente, ficando a cargo de juízes que na maioria das vezes seguem correntes doutrinárias. A legislação a respeito é a Lei 9.708/98, que alterou o artigo 58 da Lei de n. 6.015/73:

Lei 9.708/98 Altera o art. 58 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre Registros Públicos, para possibilitar a substituição do prenome por apelidos públicos notórios.

Art. 1o O art. 58 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa avigorar com a seguinte redação:

Art. 58. O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios.

Parágrafo único. Não se admite a adoção de apelidos proibidos em Lei (BRASIL, 1973).

Neste caso, o transexual poderá, dependendo da decisão do juiz de primeiro grau, trocar seu nome e substituindo-o pelo apelido público notório. Porém, a legislação não resolve totalmente a questão, pois este artigo não é claro para esta questão específica e nem refere-se a questão da averbação de seu sexo na certidão de nascimento.

No que diz respeito à retificação do registro civil, o art. 109 da Lei dos Registros Públicos estabelece os meios para ajuizar a referida ação.

O transexual dispõe dos mesmos direitos e obrigações que qualquer outro cidadão. E estão assegurados na aplicação dos princípios constitucionais que buscam, acima de tudo, garantir o bem-estar e a igualdade entre todos os cidadãos.

CONCLUSÕES

O presente estudo abordou as possibilidades de alteração do nome previstas na Lei dos Registros Públicos, com a regulamentação trazida pela Lei n. 9.807/98, autorizando a mudança do prenome por apelido público e notório.

Visto isso, podemos observar que as possibilidades de alteração do nome civil, estão intimamente ligadas à dificuldade de se possuir nome que traga transtornos para a vida das pessoas. A alteração nominal consiste em solução necessária de promoção da harmonia social, representando o retrato fiel da verdade.

Neste contexto, notamos que a legislação vem se modernizando de forma que acompanhe o desenvolvimento da sociedade, tendo a regra da imutabilidade do prenome sofrido mudança, flexibilizando o tratamento sobre a matéria com intuito de adequação às necessidades exigidas, como forma de garantir proteção às pessoas e ao seu sadio convívio social.

Observa-se, de uma maneira geral, que a identidade sexual atribuída a uma pessoa se dá por questões binárias e biológicas, de forma que o órgão genital é o elemento que diferencia homens e mulheres. Embora, essa especificação não é a mais adequada, pois, em alguns casos, a sexualidade humana ultrapassa o âmbito físico, e deve se levar em consideração os aspectos psicológicos.

Cada ser humano deve ser considerado e respeitado em sua individualidade. O Estado tem o papel de assegurar a cada um de seus cidadãos o pleno desenvolvimento de sua personalidade, sem sofrer qualquer impedimento legal, levando em consideração os interesses de terceiros que possam sofrer reflexos devido a essas decisões.

A legislação deve ser analisada caso a caso com a finalidade de que, juntamente com o auxílio de princípios e o bom senso dos julgadores, chegue num objetivo comum. Para que se possa ser realizada a alteração do prenome no Registro Civil dos Transexuais, é necessário o ajuizamento de ação na esfera judicial, para propor tal modificação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº. 9.807, de 13 de julho de 1999. Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 14 de julho de 1999.

CARVALHO, André Ricardo Fonseca. Possibilidades de Alteração do Nome Civil. Out. 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/11788/possibilidades-de-alteracao-do-nome-civil>. Acesso em: Out. 2016.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas. v. 1, 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

GROSSI, Miriam Pillar. «Identidade de gênero e sexualidade» (2013) https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1205/identidade_genero_revisado.pdf.txt?jsessionid=C8EE52EE6766B313F4DBB5C1439D4019?sequence=3,

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos. (2012). Disponível em: <http://www.sertao.ufg.br/n/35655-orientacoes-sobre-identidade-de-genero-conceitos-e-termos>. Acessado em: 03 de dez 16.

LIMA, Rita de Lourdes (2011). «Diversidade, identidade de gênero e religião: algumas reflexões. 2011. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2940/2104>. Acessado em: 02 dez 16

WALD, Arnoldo. Direito civil: INTRODUÇÃO e parte geral. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.



WALD, Arnaldo. Curso de direito civil brasileiro: INTRODUÇÃO e parte geral. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

Prevalência da distribuição do sistema ABO entre possíveis doadores de sangue do Município de Goianésia, GO.

Pabline de Souza Pessoa

Camila Cardoso

Clara Lusía Sousa

Elias Emanuel Silva Mota

Adelmo Martins Rodrigues

Maria da Glória Dutra

Ione Augusto da Silva Sales

INTRODUÇÃO

O sangue é um tipo de tecido conjuntivo abundante em matriz extracelular, o plasma e várias células. Nele estão presentes os eritrócitos que são células responsáveis pelo transporte de oxigênio e de dióxido de carbono, células de defesa como os neutrófilos, eosinófilos, basófilos e linfócitos, além das plaquetas que não são células mas têm grande papel na coagulação sanguínea (OLIVEIRA, L.P., 2015).

Este tecido, assim como outros do organismo humano, pode ser transplantado de uma pessoa saudável para outra em estado de doença em diversos casos clínicos. As primeiras tentativas de transfusões sanguíneas eram realizadas em animais, e raramente em humanos e muitas não obtiveram êxito, pois antes de introduzir-se o sangue na outra pessoa este coagulava e em alguns casos ocasionava a morte do indivíduo (BATISTETI, C.B., 2007).

O cientista Karl Landsteiner foi o mentor responsável pela descoberta do sistema ABO, por intermédio de análise de amostras de sangue, inferiu-se que havia existência de mais de um tipo sanguíneo e sobretudo a composição de cada diversificava-se pela existência de aglutinogênios nas hemácias que em contato com aglutininas presentes no plasma sanguíneo interagem entre si, quando estas são incompatíveis ocorre o processo de aglutinação, podendo variar de acordo com cada tipo sanguíneo. (ANDRADE, B. B. 2016).

Posteriormente outro evento propiciou a descoberta do fator Rh. Uma mulher grávida recebeu sangue de seu esposo e teve o organismo sensibilizado, o que implicou na geração de um natimorto, mais tarde esse fenômeno ficou conhecido como eritroblastose fetal. Buscando desvendar o ocorrido, os cientistas Landsteiner e Levine realizaram experimentos com animais constatando que o sangue que reage ao soro com aglutininas (anti-Rh) são Rh positivos, caso não haja reação será Rh negativo (BATISTETI, C.B. et al., 2007).

Tal descoberta tornou-se imprescindível para propiciar a transfusão sanguínea de modo seguro e eficaz, pois é um potencial processo que permite salvar vidas. Entretanto,

tradição, cultura e religião são fatores que influenciam na doação de sangue, visto que as pessoas estão inseridas em uma sociedade, regidos por valores familiares e sociais que direcionam o posicionamento sobre suas. Contudo, esse ato é reconhecido por muitos como uma atitude solidária e altruísta realizada em benefício ao próximo (GOUVEIA, V. V., et al, 2014).

Todo o procedimento de doação sanguínea percorre um trajeto rigoroso seguido por exames, conservação correta das bolsas de sangue e cuidados pós-doação, idealizado e orientado por profissionais da saúde (PEREIRA. J. R., 2016).

Esta temática instiga pesquisas acadêmicas, eventos e discussões que tem por objetivo viabilizar o reconhecimento dos diversos tipos sanguíneos e suas relações na sociedade no tratamento de doenças hematológicas, e principalmente um dos temas mais difundidos na atualidade: o transplante de medula óssea. Este processo só será possível com a realização de exames que verifiquem a compatibilidade doador-receptor, um deles é a tipagem sanguínea que observa os antígenos, o chamado sistema ABO (BAZZO, M. L., et al., 2008).

Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi identificar a prevalência da distribuição do sistema ABO entre os potenciais doadores de sangue no município de Goianésia-GO, a fim de levar à comunidade científica e aos profissionais da área informações relevantes que orientem suas práticas.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi realizado utilizando-se dos relatórios de atividades desenvolvidas pelo curso de Enfermagem da Faculdade Evangélica de Goianésia no projeto de extensão de assistência à comunidade chamado UniCidadã no ano de 2016.

Dados como sexo, idade e o tipo sanguíneo foram extraídos destes relatórios e organizados em uma tabela para posterior análise.

O público da pesquisa foram os visitantes do Projeto UniCidadã, da comunidade de Goianésia, que se sentiram confortáveis para a realização do exame rápido de tipagem sanguínea.

O método usado na realização do exame para coletar a amostra de sangue foi a assepsia do dedo indicador com algodão umedecido com álcool 70%, acesso periférico aos capilares sanguíneos com o uso de lanceta estéril e a deposição de três gotas de sangue em uma lâmina de vidro. Em seguida, utilizou-se o quito de reagentes do sistema ABO e do fator de Rh da marca Lorne Laboratories. Na primeira gota foi colocado o reagente A, na segunda gota o reagente B e na terceira gota o fator Rh. Observando-se a olho nu a coagulação nas respectivas amostras, o registro do resultado do exame era realizado.

Os dados foram quantificados e submetidos à estatística descritiva e, posteriormente realizou-se o teste do chi-quadrado para averiguar a frequência de ocorrência dos tipos sanguíneos da população de Goianésia amostrada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram coletados o tipo sanguíneo, faixa etária e sexo de 95 participantes do Projeto UniCidadã sendo que, 64% das pessoas foram do sexo feminino e 36% do sexo masculino, cuja faixa etária variou de 8 meses a 66 anos (Tabela 1). Houve um alto coeficiente de variação (CV%) na faixa etária do público do evento UniCidadã, e a média foi de 26 anos (Tabela 1). O alto CV encontrado para a idade do público alvo é algo significativo, pois, demonstra que foram coletadas amostras das diferentes faixas etárias da população de Goianésia.

Observou-se a prevalência sanguínea do tipo O⁺ com 41,00%, seguido do tipo A⁺ com 40,00%. Além disso, verificou-se que apenas 1 indivíduo tem o tipo O⁻, ou seja, apenas 1 entre 95 pessoas amostradas da população de Goianésia foi identificada como doadora universal. A distribuição dos fenótipos do sistema ABO da população de Goianésia amostrada foi significativa ($X^2= 125,24$, $p<0,01$). No presente trabalho, o grupo sanguíneo O⁺ foi o mais prevalente (Tabela 2). As frequências encontradas foram semelhantes às obtidas por outros estudos. Mattos et al. (2001) em estudo realizado com doadores de sangue na cidade de São Paulo, detectou que, 46,13% dos indivíduos possuem o tipo sanguíneo O e 36,4% o tipo A. Teixeira et al. (2011), em estudo da distribuição dos grupos sanguíneos em pacientes atendidos em projeto de extensão na cidade de Goiânia-Goiás, obtiveram que 54,9% dos pacientes eram pertencentes ao grupo sanguíneo O, 45,2% são Rh positivos (+), e 28,5% pertencentes ao grupo A, sendo 25,9% Rh positivos (+). Ainda, segundo Beiguelman (2003), ao avaliar no Brasil os grupos sanguíneos, constatou que os tipos O e A são os mais comuns, juntos esses dois grupos incluem 87% da população.

Das pessoas submetidas à tipagem sanguínea, 30,52% não são possíveis doadores devido à idade, ou seja, de acordo com o Ministério da Saúde (2017), cidadãos que possuem idade inferior a 18 anos não podem doar sangue a menos que, tenham o consentimento dos pais ou responsáveis legais aqueles com faixa etária entre 16 a 18 anos. Idosos acima dos 69 anos só podem doar sangue caso tenham feito a primeira doação antes dos 60 anos. Nota-se que 69,48% dos participantes são possíveis doadores em potencialidade. Porém, não foram analisados nessa pesquisa outros requisitos básicos para o indivíduo ser um doador, como: o peso, estado nutricional, possíveis doenças ou hábitos de risco como sexo desprotegido, compartilhamento de agulhas, tatuagens recentes, entre outros.

Portanto, percebe-se a necessidade de coletar-se em eventos posteriores do Projeto UniCidadã dados que complemente a presente pesquisa, para que seja possível constatar com fidedignidade a potencialidade para doação de sangue dos moradores de Goianésia.

CONCLUSÕES

Foi possível observar que há uma prevalência do tipo sanguíneo O⁺ na população de Goianésia. Este dado se torna importante uma vez que este tipo sanguíneo pode ser transplantado para pacientes que possuem tipo sanguíneo O⁺, A⁺, B⁺, AB⁺.

Não foram observados alguns fatores que impossibilitam a doação de sangue preconizado pelo Ministério da Saúde como peso igual ou inferior a 50 kg, tatuagem e/ou piercing nos últimos seis meses, comportamento de risco para doenças sexualmente transmissíveis, período gestacional e amamentação e ser portador de patologias contagiosas. No entanto quando se observa a idade, grande parte dos participantes do projeto UniCidadã são possíveis doadores de sangue.

Por fim, observa-se a necessidade de suprir as fragilidades deste estudo com contínuas observações da distribuição do sistema ABO na população de Goianésia, observando os hábitos sociais, culturais e sexuais que podem impossibilitar a doação de sangue.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, B. B. Sistema ABO e as patologias prevalentes em residentes no estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Tese Doutorado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil, 2016.

BATISTETI, C.B. et al. O sistema de grupo sanguíneo Rh. Filosofia e História da Biologia, v. 2, p. 85-101, 2007.

BAZZO, M. L. et al. Avaliação do percentual de compatibilidade HLA entre membros da mesma família para pacientes à espera de transplante de medula óssea em Santa Catarina, Brasil. Rev. Bras. Hematologia e Hemoterapia. 30(5):359-362. 2008.

BEIGUELMAN, B. Os Sistemas Sanguíneos Eritrocitários. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC Editora, 3a Edição, 2003.

GOUVEIA, V. V., et al. Valores, Altruísmo e Comportamentos de Ajuda: Comparando Doadores e Não Doadores de Sangue. v. 45, n. 2, pp. 209-218, abr.-jun. 2014.

MATTOS L. C.; SANCHEZ F. E.; CINTRA J. R.; SALLES, A. B. C. F.; BONINI-DOMINGOS, C. R.; MOREIRA, H. W. Genotipagem do locus ABO (9q34.1) em doadores de sangue da região noroeste do Estado de São Paulo. Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia, v.23, n.1, p.15-22, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Requisitos básicos para doar sangue. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2014/11/confira-requisitos-basicos-para-doar-sangue>>. Acesso em 30 de outubro de 2017.

OLIVEIRA, L. P. Tecido sanguíneo e hematopoiético. LAAN UFG. P. 7, 2015.

PEREIRA, J.R. et al. Doar ou não doar, eis a questão: uma análise dos fatores críticos da doação de sangue. Ciência & Saúde Coletiva. 21(8):2475-2484, 2016.

TEIXEIRA, L. R.; REZENDE, H. H. A.; FIGUEIREDO, M. R. F.; DE PAULA, N. C. R.; DIAS, N. R. S.; DIAS-PENNA, K. G. B. Distribuição dos grupos sanguíneos em pacientes atendidos em projeto de extensão na cidade de Goiânia-Goiás no ano de 2010. Anais 63^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da ciência: SBPC, 2011.

PROGRAMA PARA CALCULAR A ILUMINAÇÃO NECESSÁRIA PARA CADA AMBIENTE ESCOLHIDO PELO USUÁRIO

Gabriel Moura Coelho
Ivandro José de Freitas Rocha
Raissa Barbosa Tavares
Pedro Henrique Freitas Guimelhães
Neliana Rezende Peixoto Ribeiro Carmo
Pedro Antônio Sena Moura
Gabriela Moura Silva

INTRODUÇÃO

A descoberta do fogo para a humanidade foi de grande importância pois, por meio dele, foi possível aquecer-se, cozinhar, espantar predadores e iluminar. Desde então, as técnicas e meios para produzir luz artificial se aperfeiçoaram muito, o que culminou na grande invenção de Thomas Edison, a lâmpada incandescente, que se tornou indispensável para o funcionamento de nossa sociedade (PAIVA,2016).

Há algum tempo, a substituição de uma lâmpada era simples e a única coisa com que o indivíduo deveria preocupar-se era com a potência desta, oferecida com 40, 60 ou 100 watts, sendo que existiam somente as do tipo incandescentes (PONTES,2015). Atualmente, esta escolha é um pouco mais complexa, pois encontra-se no mercado lâmpadas alógenas, fluorescentes e LED, cada uma com características próprias.

A lâmpada fluorescente, em relação à incandescente, é muito econômica, com 15 W ilumina da mesma forma que uma incandescente com 60 W, o que gera economia de 75% na conta de luz. A lâmpada de LED é considerada a mais econômica no consumo de energia (KONKERO, 2016). Com apenas 10 W é possível deixar um ambiente iluminado com a mesma intensidade que a incandescente de 60 W ou a fluorescente compacta de 15 W. Mas, estas vantagens fazem a lâmpada de LED ter maior custo. Dependendo do modelo, são quase R\$ 30,00 de diferença entre esta e o modelo incandescente. Dessa forma, a longo prazo, a lâmpada de LED é mais eficaz em comparação com a fluorescente.

Os diferentes ambientes pedem diferentes iluminações. A sala de estar, por exemplo, costuma ser o cômodo de maior permanência, por isso, as

lâmpadas mais indicadas devem garantir iluminação geral, eficiente e que proporcione sensação de conforto. Na cozinha, onde é preciso clareza para manusear utensílios e alimentos, o ideal é que as lâmpadas ofereçam maior clareza. Já para os dormitórios é indicada uma iluminação uniforme e indireta.

A quantidade de lâmpadas num determinado local da residência também depende do tamanho, das cores das paredes, da disposição dos móveis. Dessa forma, objetivou-se

desenvolver um programa para auxiliar o usuário sobre a quantidade de lâmpadas necessárias em cada cômodo específico de uma casa.

MATERIAL E MÉTODOS

Na programação do sistema, primeiramente foi disponibilizada uma tabela da NBR 5413 com a quantidade de luminância necessária por metro quadrado para cada ambiente. A quantidade de luz existente num local é medida em lúmens e lux. Lúmen é a intensidade da luz, enquanto que Lux é a quantidade de luz por metro quadrado. Os ambientes foram divididos em classes, sendo elas:

- Classe 1: Bancos;
- Classe 2: Sala de leituras;
- Classe 3: Salas de aula;
- Classe 4: Escritórios;
- Classe 5: Sala de estar;
- Classe 6: Cozinhas residenciais;
- Classe 7: Dormitórios residências;
- Classe 8: Garagens e despensas;
- Classe 9: Banheiros.

O usuário irá escolher o ambiente desejado, em seguida o programa pedirá as dimensões do cômodo (comprimento x largura). Posteriormente, calculará a área e a quantidade de lúmens total de acordo com a classe informada, sendo este um produto da área pela luminância necessária por metro quadrado da classe selecionada. De posse desses dados, o programa dividirá a quantidade de lúmens total adequado para o ambiente pelo número de lúmens fornecidos por cinco tipos de luminárias

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das informações fornecidas ao programa, este questionará o usuário sobre as seguintes informações:

- 1) Área;
- 2) Lumens total;
- 3) Quantidades necessárias se usado painel de LED de 24w;
- 4) Quantidades necessárias se usado painel de LED de 45w;
- 5) Quantidades necessárias se lâmpadas fluorescentes de 15w;
- 6) Quantidades necessárias se lâmpadas fluorescentes de 20w;
- 7) Quantidades necessárias se lâmpadas fluorescentes de 60w;
- 8) Preço para cada tipo de lâmpada usada.

Assim, o resultado será a iluminância média necessária para a área informada pelo usuário. O programa informa a quantidade de cada tipo de lâmpada (fluorescente e LED), bem como suas respectivas capacidades de iluminação (Figura 1). A partir daí o usuário faz uso da que mais lhe adequa.

A escolha adequada do tipo de iluminação influenciar nos gastos futuros de uma construção. As lâmpadas de LED só são vantajosas a longo prazo, pois o custo benefício demora mais para ser obtido. A curto prazo (cerca de 2 anos), o aproveitamento das lâmpadas fluorescente sobressai as de LED, pois apesar do seu maior consumo, seu custo é inferior (MENDONÇA,2009).

Quando se analisa e compara a vida útil das diferentes lâmpadas, percebe-se que as de LED resistem cerca de 625% a mais que as fluorescentes, tendo em vista que duram por volta 50 mil horas e 8 mil horas respectivamente (NEWS,2014).

CONCLUSÕES

Desenvolveu-se o programa para cálculo da quantidade de lâmpadas necessárias em cada cômodo específico de uma casa, o qual auxiliará na determinação do número de pontos de luz e potência necessária para iluminar adequadamente um ambiente. Cálculos que são feitos predominantemente a mão, podem ser agilizados, facilitando inclusive a compra das lâmpadas ou painéis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PONTES, V. Como calcular a quantidade de lâmpadas / luz para um ambiente? Disponível em: <<http://www.dcoracao.com/2015/12/como-calculiar-quantidade-de-lampadas.html>> Acesso em: 29 out. 2017.

PAIVA, T. Museu da Lâmpada narra história da iluminação: Do fogo ao LED, espaço reúne informações históricas e científicas sobre a invenção que mudou radicalmente a humanidade: a luz artificial. São Paulo. ed. Carta Educação. 2016. Disponível em: <<http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/museu-da-lampada-narra-historia-da-iluminacao/>> Acesso em: 29 out. 2017.

KONKERO. Lâmpada incandescente, fluorescente ou led: qual é mais econômica? ed. Konkero. 2016. Disponível em: <<https://m.konkero.com.br/financas-pessoais/economizar/lampada-incandescente-fluorescente-ou-led-qual-usar>> Acesso em: 29 out. 2017.

NEWS, LED. Quanto tempo dura uma lâmpada LED? ed. LED Planet. 2014. Disponível em: <<http://www.ledplanet.com.br/blog/quanto-tempo-dura-uma-lampada-led/>> Acesso em: 29 out. 2017

MENDONÇA, G. Lâmpadas fluorescente: economia e durabilidade: O consumidor sente no bolso a diferença quando usa lâmpadas econômicas; elas custam mais caro, mas, a médio prazo, compensam muito. Londrina. ed. Folha de Londrina. 2009. Disponível em: <<http://www.bonde.com.br/economia/seu-bolso/lampadas-fluorescentes-economia-e-durabilidade-113419.html>> Acesso em: 29 out. 2017.

Projeto Educar Consciente: o Ministério Público em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e do meio ambiente em Goianésia

Jordânia Patrícia Ribeiro da Silva Jesus

Maisa França Teixeira

INTRODUÇÃO

Os direitos das crianças e adolescentes no Brasil têm passado por significativas mudanças, sobretudo, após o advento da Constituição Federal de 1988. Tais inovações englobam a imposição do dever de todos, Estado, família e sociedade, em zelar para que os direitos atribuídos à infância e juventude sejam efetivados com absoluta prioridade, conforme dispõe o art. 227, da Constituição Federal de 1988.

Do mesmo modo, o art. 227, da Carta Magna vigente no Estado brasileiro, apresenta o meio ambiente ecologicamente equilibrado, reconhecido como essencial à sadia qualidade de vida, como direito de todos, quebrando paradigmas e agregando as mais diversas esferas sociais e jurídicas para alcançar a sua consecução. Além disso, o direito ao meio ambiente, nos termos impostos, impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, inclusive, a partir da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a sua preservação.

É nesse cenário que o Ministério Público de Goianésia implantou, por meio da Portaria nº 14/2015, o Projeto Educar Consciente. Este projeto, executado junto à Escola Municipal Luiz de Oliveira, marcada com diversos problemas como indisciplina dos alunos, ausência de participação da família na escola, entre outros, portanto, mescla a ideia de educação ambiental com a busca pela concretização dos direitos previstos constitucionalmente às crianças e aos adolescentes em seu âmbito.

Logo, o presente projeto de pesquisa busca elaborar subsídios que possam proporcionar a elaboração de um trabalho de conclusão de curso, a ser apresentado junto à Faculdade Evangélica de Goianésia tendo como tema a atuação preventiva do Ministério Público no Município de Goianésia, Goiás, na busca pela materialização dos direitos fundamentais voltados à infância e juventude por meio da educação ambiental, especialmente, com vistas ao Projeto Educar Consciente.

O momento no qual foi promulgada a Constituição Federal de 1988 o âmbito social no Brasil passava por acentuada crise em que se destaca a marginalização da criança, abstraindo-a do processo de integração social, conforme acentuam Araújo e Nunes Júnior (2014). Com efeito, não são raros os casos nos quais crianças e adolescentes se encontram em situação de risco, e, sem o apoio do Estado, da sociedade e da própria família, como determina o art. 227, da Carta Magna vigente no Estado brasileiro, não possuem condições de exercerem seus direitos com plenitude.

Não obstante, Firmo (2005, p. 04) ressalta:

Dentre os integrantes de um povo, é evidente a fraqueza (menor condição de se auto proteger) das crianças, adolescentes e idosos; portanto, cabe ao Estado intervir nas relações sociais, de modo a proteger e tutelar estes cidadãos, através de mecanismos jurídicos e sociais, pois só assim se podem esperar a paz e a ordem social. A omissão do Estado, no sentido de amenizar os efeitos dessas desigualdades de forças sociais, constitui deixar o povo sob a égide da lei natural – a lei do mais forte – perdendo-se, assim, o motivo para a sua própria existência, uma vez que o povo só alienou parte de sua liberdade e soberania natural buscando o bem comum: a vida, a paz e a ordem social.

A análise da citação supra apresentada leva ao entendimento de que o Estado tem o dever de atuar em prol dos mais fracos, isto é, daqueles que não conseguem se defender por si próprios, e, por conseguinte, não possuem condições de exercer os seus respectivos direitos, como no caso das crianças e adolescentes. Além disso, para que o Estado possa realizar essa tarefa, o mesmo pode se valer de mecanismos jurídicos e também sociais, que quando eficazes corroboram para a satisfação do bem comum.

Por outro lado, o que se refere ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, seus destinatários são todas as pessoas e não um grupo específico, como dispõe o caput do art. 225, da Constituição Federal de 1988. Fiorillo (2010, p. 61) afirma tratar-se, portanto, de um interesse difuso, que o texto constitucional “pretendeu destinar às pessoas humanas abarcadas por sua soberania o exercício pleno e absoluto do direito ambiental brasileiro”. Dessa forma, o problema que a pesquisa científica proposta neste projeto pretende responder é: de que modo o Projeto Educar Consciente, implantado no Município de Goianésia, localizado no Estado de Goiás, pelo Ministério Público e parceiros, busca proporcionar a materialização dos direitos das crianças e adolescentes e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previstos constitucionalmente?

MATERIAL E MÉTODOS

A Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, que vigora na República Federativa do Brasil, é o documento normativo de maior supremacia no arcabouço jurídico vigente, apresentando os principais contornos que desenham o Estado que se pretende construir. Em seu texto, a referida norma dispõe sobre direitos que devem ser proporcionados pelo Estado, como também, impõe responsabilidades à coletividade (MORAES, 2014). Dentre tais direitos se encontram os destinados às crianças e aos adolescentes, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Nesse contexto, destacam-se os seguintes termos da Constituição Federal de 1988:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2016, online).

Conforme se observa, a Constituição vigente no Estado brasileiro, por um lado, compreende o meio ambiente ecologicamente equilibrado como verdadeiro direito fundamental, tanto das atuais, como das futuras gerações. Por outro lado, estabeleceu-se uma gama de direitos específicos aos menores de dezoito anos, ao passo que crianças e adolescentes tornaram-se sujeitos de direitos. Ademais, verifica-se que em ambos os casos, a participação da sociedade e do Estado na proteção de tais direitos, vislumbra-se como um dever.

Entretanto, cumpre salientar que a quebra de paradigmas instaurada quanto aos referidos direitos ainda exige adequação e atuação, da sociedade e do Estado, para que possa ocorrer a concretização dos mesmos, o que justifica a escolha do tema. Ou seja, na medida em que se pretende a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, e, do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, fazem-se necessários estudos que possam esclarecer os comandos constitucionais e também viabilizar a realização de projetos. No caso do Projeto Educar Consciente, implantado no Município de Goianésia, localizado no Estado de Goiás, pelo Ministério Público e parceiros, há ações que agregam os direitos relacionados à infância e juventude por meio da educação ambiental, podendo, inclusive, vir a ser considerado como um modelo a ser seguido na materialização dos direitos instituídos.

A metodologia que será empregada é a pesquisa ou compilação bibliográfica, valendo-se de uma abordagem descritiva, explicativa e analítica. Será utilizada a doutrina e o ordenamento jurídico vigente, especialmente a Constituição Federal de 1988, a Portaria nº 14/2015, do Ministério Público de Goianésia e outras normas que são relativas ao tema.

Serão observadas algumas etapas para a elaboração da pesquisa bibliográfica, como, por exemplo, a compilação, consistente na reunião de material; o fichamento ou tomada de notas; a análise e interpretação do tema e, finalmente a redação do texto, que será submetido a rigorosas revisões, correções e crítica, visando aprimorar, principalmente, a disposição de ideias e apresentação de posições, teorias e esclarecimentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É oportuno primeiramente compreender o que é criança e adolescente. Deve-se ter em mente que o fator definidor basicamente é a idade das pessoas. Sobre isto discorre Rossato (2014, p.86) que:

Nos termos do art. 2ª do Estatuto, será criança a pessoa com até 12 (doze) anos incompletos, e adolescente aquela que tiver entre 12(doze) e 18(dezoito) anos. A idade é o fator determinante para a fixação de quem é criança, adolescente ou adulto. Adota-se um critério cronológico absoluto, sem qualquer menção a condição psíquica ou biológica. Assim, é o aniversário de 12 anos que faz a criança tornar-se adolescente, e o aniversário de 18 anos que faz o adolescente tornar-se adulto.

Diferentemente desta concepção, a Convenção sobre Direitos da Criança define criança todos aqueles menores de 18 (dezoito) anos, portanto não considera a figura do adolescente.

Apesar disso, a Legislação brasileira, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal de 1988 defendem o adolescente, que na visão Rossato (2014, p. 86):

O adolescente não é uma criança crescida. Nem mesmo um adulto em potencial. Em verdade, é uma pessoa com características próprias, que precisa ser ouvida, cuja opinião deve ser levada em consideração em todas as decisões, interferindo no processo histórico e político.

Como constata-se o referido autor concede o adolescente de modo bastante subjetiva, pois destaca a importância de considerá-lo, de modo a ouvi-lo, respeitá-lo, principalmente no tocante a ouvir o que pensam.

Após verificar o conceito de crianças e adolescentes se faz necessário analisar em que consiste o Direito da Criança e do Adolescente. Pode-se dizer que este é a disciplina das relações jurídicas estabelecidas entre crianças e adolescentes e de outro lado a família, a sociedade e o Estado. A esse respeito ensina Pereira (1996, p. 19) que: “trata-se de um novo ramo do Direito, um novo Direito, com inspiração na doutrina da proteção integral e regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Os direitos das crianças e adolescentes foram conquistados paulatinamente, mediante árduas lutas. De acordo com Philippe (1981) a criança a Antiguidade até a Idade Média era vislumbrada pela sociedade como um objeto, pelo qual pertencia ao pai, não sendo, portanto sujeito das relações jurídicas. Segundo este pensador foi apenas com o início do Iluminismo, período em que as pessoas se reaproximaram da razão, que o conceito de criança começou a se despontar como é atualmente.

Porém, esta primeira evolução no tocante aos direitos das crianças e adolescentes ainda não trazia a noção de inocência como se tem nos dias atuais. Esta premissa foi conquistada por meio da literatura pedagógica, no período do surgimento do capitalismo, pois havia uma preocupação em preparar a criança para enfrentar o mundo adulto e com isso gerar riquezas para a sociedade daquele tempo. No entanto, esta ideia não era muito

difundida e necessitava de evoluir sobremaneira, para se chegar ao menos ao patamar dos dias de hoje.

Phillipe (1981) salienta que até o final do século XVIII a criança era apenas uma projeção do adulto. Destarte, não havia a separação necessária entre a fase da infância e a adulta, o que evidentemente prejudica a formação física e psíquica das crianças e dos adolescentes.

O tratamento das crianças e adolescentes no Brasil não diferia muito do restante dos países, como ensina Priore (2000, p. 20):

No Brasil colônia, a ideia de proteção e sentimento em relação a criança não existia, ou seja, as crianças eram consideradas animais que deveriam ter aproveitada sua força de trabalho enquanto durassem suas curtas vidas, ou seja, a expectativa de vida era de 14 anos de idade, onde metade dos nascidos vivos morriam antes de completar os 7 anos de idade.

Com a eclosão da 1ª Revolução Industrial as crianças e adolescentes tornaram-se mão de obra barata. Foi nesse período que começou a surgir manifestações contrárias ao modo em que os trabalhadores eram tratados nas fábricas. Esta fase ficou marcada significativamente por ser aquela em que as pessoas passaram a reivindicar e conquistar seus direitos, evidentemente as crianças e adolescentes foram afetadas por esse cenário de lutas por melhorias nas condições de vida.

Para elucidar esta questão Rossato (2011, p. 52) afirma que:

Dois fatores foram marcantes para a eclosão de uma preocupação com a criança, iniciando-se um novo ciclo: o descontentamento da classe operária com as condições de trabalho existentes; b- os horrores da primeira guerra mundial, com consequências nefastas às crianças. Com efeito, apenas no final do século XIX e início do século XX deflagraram-se vários movimentos sociais em que se pleiteava, principalmente, a redução das horas trabalhadas e da idade mínima para o trabalho, além da melhoria nas condições de trabalho de um modo geral.

Além da questão dos movimentos sociais deflagrados pelas péssimas condições de vida na época da Revolução Industrial, outro fator que propiciou o surgimento da proteção jurídica em relação às crianças e adolescentes, de acordo com o mencionado doutrinador foi a II Guerra Mundial, pois a morte dos pais provocou uma situação de orfandade, pela qual sensibilizou toda a comunidade internacional, pela qual se uniu em prol das crianças e adolescentes.

Eis que a partir daí muitos documentos assinados por países do mundo inteiro passaram a conter normas em que defendia a infância. Como pode-se verificar a seguir, neste artigo da Declaração Universal dos Direitos do Homem:

Art. XXV- Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si, e a sua família, saúde, bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e o direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice, ou outros casos de perda dos meios de



subsistência em circunstâncias fora de seu controle. A maternidade e a infância têm direitos e cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção especial.

De acordo com o autor supracitado é lícito afirmar que a Constituição trata-se de um documento que estabelece os principais pontos que desenham os contornos do Estado. Destaca-se que é na Constituição que se encontram os direitos, as garantias e os deveres dos cidadãos, bem como, as competências do Poder Público e suas divisões, abarcando as relativas ao Ministério Público.

No que tange aos direitos que estão previstos na Constituição Federal de 1988, Silva (2013, p. 151) leciona que tal disposição explicita “é coisa recente, e está longe de se esgotarem suas possibilidades”, pois, considera o autor que os direitos continuam em evolução. Isso significa não apenas que podem vir a surgir novos direitos, mas também, que os direitos já explícitos constitucionalmente podem sofrer revisões, como por exemplo, para que se possibilite a efetivação dos mesmos.

A Constituição Federal oferece direitos às crianças e adolescentes em seu artigo 227, pelo qual já foi citado anteriormente, e em outros, pois como aponta Rossato (2014, p. 96):

Na Constituição Federal Brasileira, tal como ocorreu na Portuguesa e em muitas outras, repita-se, não existe um elenco ou um capítulo específico destinado aos deveres fundamentais. Não obstante, esses deveres encontram-se dispersos por todo o texto constitucional, de forma explícita (art.227), ou implícita, como é o dever de pagar impostos.

À respeito dos direitos das crianças e adolescentes na Constituição Federal continua discorrendo Rossato (2014, p. 96) que:

Ante o exposto, como já destacado, o art. 227 do Texto Constitucional encampa dever fundamental da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança e ao adolescente a observância de seus direitos fundamentais, pondo-lhes a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Com base nos apontamentos trazidos anteriormente, propondo-se, para tanto, que o tema seja dividido de acordo com o detentor da obrigação, ou o devedor, iniciando-se pela família.

Diante do que foi abordado verifica-se que aquela concepção de que crianças e adolescente são meros objetos foi definitivamente abandonada, que a própria Constituição Federal reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, ao defender que a família, a sociedade e o Estado devem defender os direitos fundamentais das crianças e adolescentes. A esse respeito, discorre Vercelone (2008, p.36) que:

Crianças e adolescentes não são mais *capitis deminutae*, mas sujeitos de direitos plenos; eles tem, inclusive, mais direitos que os outros cidadãos, isto é, direitos específicos depois indicados nos títulos sucessivos da primeira parte. Estes direitos específicos são exatamente aqueles que lhes asseguram o desenvolvimento, o

crescimento, o cumprimento de suas potencialidades, tornando-os cidadãos adultos livres e dignos.

A Constituição Federal Brasileira em relação à criança e adolescente inova ao afirmar que a lei deverá punir severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente. Sobre isto Rossato (2014, p. 76) opina que:

Um direito extremamente importante para o desenvolvimento de uma sociedade é a educação. A Constituição previu este direito não apenas para os menores, mas assegurou para todos. Rossato (2014, p. 345), ensina que:

A Constituição Federal, no Título sobre a “Ordem Social”, inseriu capítulo para tratar de três direitos subjetivos públicos, de titularidade não só de crianças e adolescentes, mas de todas as pessoas: educação, cultura e o desporto, estando neste último incluindo o lazer.

CONCLUSÕES

Ao art. 129, no seu inciso III, da Constituição federal de 1988, determina, dentre as funções institucionais do Ministério Público, a promoção do inquérito civil e da ação civil pública, “para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos” (BRASIL, 2016, online). Nesse sentido, Antunes (2014, p. 125) explica:

Posteriormente, a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, veio a atribuir funções a serem desempenhadas pelo Ministério Público na proteção de todo e qualquer interesse difuso. Tanto a Lei nº 7.347/85 como diversos outros diplomas legais têm atribuído ao MP funções extrajudiciais. Tais funções implicam que o parquet é dotado de legitimidade para celebrar transações e termos de compromisso e ajustamento de conduta com agentes degradadores do meio ambiente, de molde que os mesmos se enquadrem em condutas ambientalmente sadias.

A partir disso, como hipótese prevista como resposta ao problema apresentado está a de que o Projeto Educar Consciente, implantado no Município de Goianésia, localizado no Estado de Goiás, pelo Ministério Público e parceiros, busca proporcionar a materialização dos direitos das crianças e adolescentes e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previstos constitucionalmente, por meio de atividades implantadas que agregam a preocupação com o meio ambiente e com as crianças e os adolescentes. Inclusive, espera-se alcançar, dentre os resultados com a pesquisa proposta, que o Projeto Educar Consciente contribui com a prevenção de problemas como a evasão escolar e a ausência da participação das famílias no processo educacional de seus filhos, evitando outras consequências sérias ao desenvolvimento das respectivas crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. São Paulo: Atlas, 2014.

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Editora Verbatim, 2014.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 05 de Outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 31 de Agosto de 2016.

BULLOS, Uadi Lammêgo. Direito Constitucional ao Alcance de Todos. São Paulo: Saraiva, 2008.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2010.

FIRMO, Maria de Fátima Carrada. A Criança e o Adolescente no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2014.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Declaração Adotada e Proclamada Pela Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral Das Nações Unidas em 10 DE Dezembro DE 1948.

PEREIRA, Tânia da Silva (coord). Direito da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

PHILIPPE. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

PRIORE, Mary Del (Org.) História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto.1999.

ROSSATO, L.A; LÉPORE, P. E; CUNHA, R.S. Estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

_____. Estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2013.

VERCELONE. Paolo. In: CURY, Munir (org). Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais. São Paulo: Malheiros, 2008.

Proposta da utilização econômica de fundações com blocos e estacas em um edifício de três pavimentos em concreto armado

Igor Cezar Silva Braga

Igor Cezar Silva Braga

Robson de Oliveira Félix

INTRODUÇÃO

A fundação tem função primordial no sistema estrutural de um edifício, portanto sua escolha deve ser definida levando em conta alguns fatores de extrema relevância, de tal modo que possa alcançar satisfatoriamente o aspecto técnico e econômico.

Com a função de resistir com segurança às cargas solicitantes do edifício, tendo primeiramente o projeto estrutural e posteriormente as informações obtidas sobre o solo, podem-se verificar os possíveis conflitos e as soluções mais viáveis para a elaboração do projeto de fundação.

A análise dos fatores técnicos tem influência direta com o êxito que se espera para as fundações. Uma investigação do solo em conjunto com as disposições dos dados referentes ao projeto estrutural, possibilita um dimensionamento adequado da fundação que atenda aos critérios avaliados pelo engenheiro.

Para edifícios altos e que recebem ação do vento ou que a resistência é obtida em uma maior profundidade é comum utilizar fundações profundas, compostas por estacas e tubulões, há com isso a necessidade da ligação do com um bloco em concreto armado, cuja função é transferir os esforços da estrutura para as fundações.

Segundo Alonso (1983), as estacas são elementos estruturais esbeltos, podendo ser cravadas ou escavadas e tem como finalidade transmitir as cargas para o solo, seja pela resistência sob sua extremidade inferior (resistência de ponta), ou pela sua resistência ao longo do fuste (resistência lateral), ou pela combinação dos dois.

A escolha das dimensões da estaca e do comprimento do fuste leva em conta os esforços que serão impostos sobre ela e conseqüentemente transmitidos para o solo, assim como a análise de quantas estacas serão necessárias para suportar os esforços.

Os blocos são elementos imprescindíveis para as fundações profundas devido sua função de transferir os esforços, a partir disso seu dimensionamento deve ser realizado de uma maneira que atenda aos parâmetros de projeto, adotando a melhor solução para obter uma fundação segura e não onerosa.

Os blocos distribuem as cargas dos pilares para as estacas ou tubulões, sendo que suas dimensões estão relacionadas com a disposição e a quantidade de estacas, e que os espaçamentos entre as estacas classificam esses blocos em rígido ou flexível.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a execução do trabalho proposto, foi feita uma vasta revisão bibliográfica sobre o tema, recorrendo a literatura das áreas de mecânica dos solos, concreto armado, dimensionamento de fundações, assim como periódicos e trabalhos de graduação e pós-graduação que comutam da mesma linha de pesquisa.

Os cálculos obtidos em todo trabalho para a fundação do edifício de três pavimentos foram obtidos de forma manual, em que foi estabelecido um roteiro de cálculo para os blocos de fundação de uma, duas, três, quatro e cinco estacas e variando a profundidade, de acordo com laudo de sondagem SPT (Standard Penetration Test) do terreno.

Fez-se os cálculos para as estacas tipo broca com três diâmetros diferentes (30 cm, 40 cm e 50 cm), em que fixou-se o comprimento das estacas em 6 metros, pois atendia as especificações de projeto. Para cada opção de diâmetro de estacas, era obtido um arranjo específico de blocos.

Após os cálculos, fez-se uma análise comparativa dos custos da fundação das estacas escavadas e blocos de coroamento para cada opção de diâmetro de estacas analisado, a fim de obter a proposta mais econômica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após os cálculos e levantamento dos quantitativos referentes ao concreto, formas, aço e escavações das estacas e blocos de coroamento para a fundação do edifício de três pavimentos, foi-se então para a contabilização de custos, para a obtenção da opção de diâmetro de estaca que obtinha a proposta de maior viabilidade econômica.

Com os valores dos quantitativos das opções de diâmetro das estacas para a verificação a viabilidade econômica da fundação, percebe-se que os custos dos quantitativos unitários de cada item são necessários para avaliação, sendo que nenhuma opção foi majoritariamente onerosa ou econômica em todos os itens considerados.

Os valores unitários considerados foram adquiridos através da tabela de índices de insumos e composições SINAPI do Estado de Goiás referente ao mês de dezembro de 2014 e obtidos no sítio eletrônico da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. A análise foi realizada com os valores dos materiais e a escavação dos blocos e estacas, sendo utilizada a média dos valores do aço CA-50 vergalhão com diâmetros de 8mm, 10,0mm, 12,5mm e 16mm nos blocos.

Para as formas, utilizou-se a chapa de madeira compensada plastificada de 1,10 m x 2,20 m e espessura de 12 mm. O concreto usinado bombeável, classe de resistência C20 e com serviço de bombeamento incluído. As escavações foram divididas em até 1,50 m que se enquadram os blocos e de 4 a 6 metros que se enquadram as estacas.

Em relação aos índices, o referente ao aço em relação ao consumo de concreto utilizado, obteve-se para as estacas de 30 cm um total de 33,71 kg/m³ enquanto o arranjo

de blocos de coroamento correspondente $11,75 \text{ kg/m}^3$, para as estacas de 40 cm um total de $23,79 \text{ kg/m}^3$ e o arranjo de blocos com $14,96 \text{ kg/m}^3$, enquanto para as estacas com 50 cm obtiveram $19,91 \text{ kg/m}^3$ e os blocos $10,72 \text{ kg/m}^3$.

A relação do volume de concreto utilizado nos blocos em relação à área de forma para os blocos com estacas de 30 cm o índice é de $0,85 \text{ m}^3/\text{m}^2$, para blocos com estacas de 40 cm, o índice obtido foi de $0,73 \text{ m}^3/\text{m}^2$ e para os blocos de estacas com 50 cm, o índice encontrado foi de $0,63 \text{ m}^3/\text{m}^2$.

A opção 1 com estacas de 30 cm obteve um custo total de 74.817,00 reais, enquanto a opção 2 de 40 cm registou um custo de 74.611,13 reais e para a terceira opção 3 que é formada por estacas de 50 cm com total de 76.496,24 reais.

Percebe-se que as três opções obtiveram valores semelhantes, com destaque para a opção 1 e 2 que obtiveram valores próximos, com vantagem econômica para a opção 2 de 0,28%.

Em consideração a opção 3, teve uma desvantagem econômica de 2,20 % para a opção 1 e de 2,46 % para a opção 2. Nota-se que o preço do aço não foi um fator preponderante para a análise, pois, a opção 3 teve menor preço no item aço e foi a proposta menos econômica, ao contrário da opção 2 que obteve maior preço no item aço e foi a proposta mais viável.

A opção 3 obteve índices dentro da média nos itens, exceto para o concreto, mostrando que esse foi um fator importante para análise, pois é o maior valor unitário.

CONCLUSÕES

Para as fundações obterem êxito em todos os aspectos é necessário satisfazer os empecilhos topográficos, suportar com segurança as solicitações oriundas da estrutura, resguardar a integridade das obras ao redor e atender os requisitos econômicos.

Com as inúmeras ferramentas que temos acesso hoje, têm-se a possibilidade de obter várias soluções para os parâmetros técnicos, portanto basta analisar aquela solução que forneça maior viabilidade econômica, que no caso do estudo é a opção 2 com estaca de 40 cm de diâmetro e profundidade de 6 metros.

A opção 2, obteve uma vantagem econômica de 0,28% para a opção 1 e de 2,46% para a opção 3, evidenciando que a análise de viabilidade econômica deve ser feita de modo a considerar os quantitativos das estacas e blocos em conjunto, pois nenhuma das opções foi majoritariamente econômica ou onerosa no aspecto individual.

O estudo evidenciou que o diâmetro das estacas é o fator crucial nos valores totais da fundação, sendo que é a partir do diâmetro que se estabelece quantas estacas serão necessárias para suportar o carregamento axial e também para definir quais serão as dimensões de cada bloco.

Partindo da análise que estacas de diâmetros reduzidos terão valores menores de volume de concreto, área de aço e escavação e que conseqüentemente a isso suportarão

um carregamento axial menor, gerando blocos com maior quantidade de estacas e obtendo valores expressivos de volume de concreto, área de aço e escavação, necessitando uma análise rigorosa dos quantitativos gerados.

No resultado obtido, percebe-se que o valor do concreto foi o fator principal para a obtenção dos custos finais, pois é o material com maior preço unitário entre os considerados. Portanto o consumo de concreto é um item que deve-se analisar minuciosamente na pré-escolha das fundações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, U. A. (1983). Exercícios de fundações. Editora Blucher, São Paulo.

BRASIL, Caixa Econômica Federal (org.) Sinapi - preços de insumos e composições. 2014. Disponível em:
<http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programa_des_urbano/SINAPI/re_latorios-insumo-e-composicao-a-partir-de-jul-2014.asp> Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

QUANTIDADE DE AZULEJOS (m²) NECESSÁRIA PARA REVESTIR UMA PISCINA QUADRADA, REDONDA OU RETANGULAR.

Araujo Dias da Silva Filho
Ivandro José de Freitas Rocha
Dyovana Pereira Lôbo
Iasmim Augusta da Silva
Kauanhy Naomhy Moerira Lopes
Renato Bonfim de Moura
Cléber Jean Lacerda

INTRODUÇÃO INTRODUÇÃO

Todo mundo em algum dia desejou ter a sua piscina dos sonhos em casa. Ela é a alegria das crianças, une a família e traz lazer para o ambiente. Uma piscina em casa é, além de tudo, um objeto decorativo. Montar uma piscina e deixá-la bem harmoniosa com o restante do quintal e casa, traz ainda mais calma e beleza. Ainda mais se ela for projetada para ser revestida com azulejos para piscina. Os azulejos para piscina são perfeitos para deixar a piscina em ordem, traz facilidade na hora de limpar, além da vantagem de ter uma piscina personalizada. Os revestimentos de azulejo para piscina também são mais resistentes e diminuem a chance de quebra (FISCHER, 2015).

Para isso, entra o papel de suma importância dos azulejos, é um material obtido por moldagem, secagem e cozimento (ou queima) de argilas. Chama-se argila ao material formado de minerais, como silicatos hidratados de alumínio, ferro e magnésio, com certa porcentagem de álcalis e de alcalinos terrosos, juntos a esses elementos encontram-se a sílica, a alumina, a mica, o ferro, o cálcio, o magnésio, matéria orgânica, etc. (DANTAS, 2014).

Com base nestes aspectos elaboramos um programa desenvolvido no DEVC++ para calcular-se a quantidade de azulejos (m²) que será utilizado para revestir uma piscina quadrada, redonda ou retangular. Onde o usuário deverá inserir a largura e o comprimento das paredes e do chão, o programa irá calcular e retornar a quantidade de azulejos que será necessário para revestir sua piscina.

MATERIAL E MÉTODOS MATERIAIS E MÉTODOS

Os elementos abordados a seguir obtiveram total apoio e participação direta em nossas buscas como:

1. Reuniões de planejamento e controle com o grupo acadêmico.

2. Consulta direta ao engenheiro na procura de devidos problemas ou dificuldades abordadas pelo próprio encontrado na engenharia civil.
3. Apresentação dos temas e simultaneamente decisão e escolha do tema relatado.
4. Banco de dados com as fórmulas das piscinas:
Quadrada nivelada – De formato quadrado que possui nivelamento ou sobrecarrego.
Quadrada desnivelada – De formato quadrado que possui desnivelamento ou que possui diferentes nivelamentos.
Retangular nivelada – De formatação retangular e complanada.
Retangular desnivelada – De formatação retangular e diferenciados nivelamentos.
Circular nivelada – De forma circular e rasourada.
Circular desnivelada – De forma circular e diversificados nivelamentos.
5. Comprimento – Deve-se informar o comprimento total da piscina.
6. Profundidade - Mostrar os dados mediante a sua profundidade.
7. largura – Relatar a medida da sua largura ou longitude.
8. Raio – E por fim, o raio também precisa ser amostrado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Consequentemente, após relatos, partimos diretamente para a execução onde usamos os conceitos e ferramentas da programação e matemáticas, desde já, adquiridas como mostrará nosso banco formulário a seguir, que tem como principal objetivo solucionar o problema e auxiliar o engenheiro civil diretamente neste determinado projeto.

Fórmula da piscina quadrada nivelada:

$(4 \times \text{comprimento da piscina} \times \text{profundidade da piscina}) + (\text{comprimento da piscina} \times \text{comprimento da piscina})$

Fórmula da piscina quadrada desnivelada:

$(2 \times (((\text{profundidade rasa} + \text{profundidade funda}) \times \text{comprimento da piscina}) / 2)) + (\text{comprimento da piscina} \times \text{profundidade rasa}) + (\text{comprimento da piscina} \times \text{profundidade funda}) + (\text{comprimento da piscina} \times \text{comprimento da piscina})$

Fórmula da piscina retangular nivelada:

$(2 \times \text{comprimento da piscina} \times \text{profundidade da piscina}) + (2 \times \text{largura da piscina} \times \text{profundidade da piscina}) + (\text{comprimento da piscina} \times \text{largura da piscina})$

Fórmula da piscina retangular desnivelada:

$(2 \times (((\text{profundidade rasa} + \text{profundidade funda}) \times \text{comprimento da piscina}) / 2)) + (\text{largura da piscina} \times \text{profundidade rasa}) + (\text{largura da piscina} \times \text{profundidade funda}) + (\text{comprimento da piscina} \times \text{largura da piscina})$

Fórmula da piscina circular nivelada:

$(2 \times 3,14 \times \text{raio da piscina} \times \text{profundidade da piscina}) + (3,14 \times (\text{raio da piscina}^2))$

Fórmula da piscina circular desnivelada:

$$(2 \times (((\text{profundidade rasa} + \text{profundidade funda}) \times 3,14 \times \text{raio da piscina}) / 2)) + (3,14 \times (\text{raio da piscina}^2))$$

Através destas fórmulas de claro entendimento e fácil manuseio, obteremos claramente com grande exatidão a quantidade de azulejos que será necessária para melhor revestimento. Já a existência de diversificados tipos de piscina ajuda diretamente o engenheiro projetista, pois ele conta com amplo leque de escolhas para a boa e agradável relação entre o mesmo e o cliente.

CONCLUSÕES

É importante ressaltar, que, em todos os projetos tende haver o uso de revestimento adequado para maior controle e prevenção contra infiltrações, e para o não rompimento e degradações do aterro. Com a certificação e seguimento dos passos corretamente, tenderemos a uma diminuição do desperdício, um dos graves problemas da engenharia civil.

Baseando-se em nossos relatos, aprofundamos e deliberamos a demonstração com asserção e comprometimento do trabalho que fora a nós proposto. Que consistiu como principal baseamento as soluções de problemas da engenharia civil. Após muitos encontros de discussões e planejamentos, juntamente com membros da equipe, chegamos à convicção e acertamento da elaboração deste software de apoio ao engenheiro civil nos projetos de dimensionamento e melhor aproveitamento da área projetista de uma piscina com melhor colocação e manuseio de azulejos independentemente de suas formas e dimensões.

O mesmo acreditamos ter inúmera relevância nas áreas de projeção, pois o profissional conta com uma barra de ferramentas de fácil acesso e manuseamento, além da sua exatidão nos seus bancos de dados algo considerável para o usuário que deseja trabalhar com um programa que transmita confiança e satisfação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DANTAS, E. MATERIAIS CERAMICOS. 2014. Disponível em: <www.ebah.com.br/content/ABAAAAYGIAB/materiais-ceramicos>. Acesso em: 04 Nov. 2017.

FISCHER, D. Azulejos para piscina. Westwing Home & Living. 2015. Disponível em: <<https://www.westwing.com.br/azulejos-para-piscina/>>. Acesso em: 04 Nov. 2017.

QUILOMBO, UMA SOBRA DA ESCRAVIDÃO E SUA INVISIBILIDADE COMO FORMA DE PROTEÇÃO

ISABEL CHRISTINA GONÇALVES OLIVEIRA

MAÍSA TEIXEIRA FRANÇA

INTRODUÇÃO

O Brasil construiu-se em uma história de exploração, em que colonos portugueses vieram para territórios obstinados a retirarem valor e exportarem para a Europa. Nesse cenário, inicialmente, do pau-brasil e depois da atividade mineradora, houve anseio por mão de obra para desempenharem o trabalho, haja vista que as inúmeras tentativas de escravização dos indígenas nativos não foram bem-sucedidas.

O principal colonizador do Brasil era Portugal, e neste período, realizava comércio com a África, principalmente do marfim (GOMES, 2010). Nessas relações mercantis surgiu a oportunidade de negociarem seres humanos; a maioria escravizada entre as tribos africanas por motivos culturais. Surgiu então um cenário propício para a exploração, pois os colonizadores precisavam de mãos de obra para desbravar a terra conquistada. Iniciaram então a prática da escravidão, onde milhares de negros africanos foram tragos para a colônia em navios.

No período do tráfico negreiro, o Brasil manteve posição de destaque na importação. Estima-se que 40% dos negros escravizados foram tragos para o país, e atualmente de toda a população negra do continente Americano, 65% são brasileiros. Os primeiros negros chegaram ao Brasil por volta de 1554, e a escravidão de estendeu até 1888 (SOUZA, 2008).

Durante a exploração do negro, houve constantes protestos contra essa dominação, em busca da conquista da liberdade. Como relata Ribeiro (2006), só foi possível manter a escravidão por mais de 300 anos no país, graças a um forte e armado sistema de vigilância e coerção realizada pelos feitores, para toda e qualquer tentativa de fuga ou desobediência dos escravos.

Em face dessa realidade de castigos e nenhum reconhecimento como ser humano, os escravos passaram a articular formas de se libertarem dos seus senhores, assim, escondiam-se nas matas e surgiram comunidades denominadas Quilombos (FREITAS, 1984). Os Quilombos era o marco da resistência e luta dos africanos e seus descendentes contra as práticas escravocratas do período colonial, representava um sopro de esperança para aqueles que eram retirados de seu país, de sua cultura e de seus hábitos, além disso, eram tolhidos de todo e qualquer direito.

Os Quilombos eram afastados de toda coletividade humana. Os escravos fugidos ou libertos engrenhavam-se na mata o máximo que conseguiam, buscavam esse refúgio da maneira como se sentiam seguros, pois o medo de que a Lei Áurea fosse revogada pairava sobre todos, temiam que o sistema escravocrata viesse a reinar novamente no país

(BARRETO, 2006). O isolamento dessas comunidades pode ser um fator fundamental para o pouco desenvolvimento socioeconômico e o abandono por parte dos governantes.

A distribuição desses escravizados se deu de maneira vasta por todo o território nacional. Diante disso, verifica-se a relevância da cultura negra-africana para a formação sociocultural do país, sendo um fator fundamental para as hierarquias e fronteiras sociais existentes no Brasil.

Segundo a historiografia relacionada ao tema, a palavra Quilombo possui suas raízes na África, assumindo diferentes significados de acordo com o período em que foi aplicada. Sabe-se que este vocábulo possui relação com conteúdo militar e sociopolítico dos povos da língua bantu. A palavra envolve conotação com migrações, alianças e guerra, e momentos de rituais de iniciação. Esses rituais os retiravam da proteção de sua linhagem e os integravam em uma organização como co-guerreiros e super-homens imunes as armas de seus inimigos (CALHEIROS; STADTLER, 2010).

A legislação da época usava palavras como, fuga, autoconsumo, moradia precária, isolamento geográfico e proximidade com a natureza para definir o termo Quilombo. Aos escravizados existia uma referencia de sucesso para os motivarem, era o Quilombo de Palmares. Segundo Miranda (2012), essa posição de confronto contra a realidade de exploração, fazia com que o negro se sentisse ativo, e não se abatesse.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente resumo tem como metodologia a construção bibliográfica, e segundo os critérios de Mattar (1995) é uma pesquisa aplicada, por se tratar de uma busca por conclusões acerca de um problema presente em uma comunidade específica (Comunidade Kalunga, Engenho II, Cavalcante- Go). Segundo o autor a expectativa da pesquisa de levantar informações por meio de entrevistas e registro fotográfico a classifica como estudo de campo.

Em relevância aos estudos de Zanella (2007), a pesquisa possui suas variáveis tanto qualitativas como quantitativa, pois visa construção bibliográfica acerca do tema e dados colhidos através de conversa com indivíduos locais. Buscando possíveis justificativas e soluções para a problemática proposta por meios exploratórios e descritivos.

No desenrolar da pesquisa com o método quantitativo serão realizadas entrevistas para coleta de dados numéricos, que são indicativos dos fatores socioeconômicos da população, e o método qualitativo se preocupará em identificar e descrever de maneira minuciosa informações sobre o grupo em estudo.

Quanto ao resumo em desenvolvimento usa como fonte livros, teses, doutrinas, jurisprudência, publicações em periódicos e legislação concernente à temática do abordada. Realizará também através de comunicação feita com a população da

comunidade, o que segundo Matar (1995), esse estudo de questões reais e a apuração de dados é relativo a uma pesquisa de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mesmo com a forte opressão do Estado, os escravizados nunca deixaram de lutar, em meio às chapadas, serras e morros, próximos aos engenhos coloniais. Os quilombolas rompiam fronteiras, iam se adaptando a cada região e buscando formas para sobreviverem. Essas comunidades muitas vezes mesclavam as etnias com brancos e indígenas. De acordo com escritos de Souza (2008), esses grupos viviam predominantemente de atividades agrícolas, extrativismo e garimpagem, possuindo relações comerciais com as comunidades que os rodeava.

Uma característica dessas comunidades era o difícil acesso, procuravam locais isolados para fugirem dos caçadores de escravos, milícias ou qualquer outra ameaça que pudesse existir (Figura 1). Depressões, rios de difícil travessia, grandes montanhas, eram recursos usados para proteção, os quais além de dificultar o acesso dos perseguidores, também ajudavam dando tempo para a fuga.

Figura 1: Difícil acesso – Comunidade Quilombola

Fonte: OLIVEIRA, I. C. G. 2017

Esses locais serviram de verdadeiros abrigos para os escravos, libertos ou fugidos, era o ambiente onde constituíam suas moradias, e ali encontravam laços de origens africanas os quais faziam com que eles se sentissem como seres humanos, dotados de alguns mínimos direitos.

Além disso, essas comunidades, mesmo que clandestinamente procuravam realizar trocas mercantis com comunidades vizinhas, para sanar a necessidade dos produtos que não cultivavam, para isso contavam com a proteção de alguns pequenos produtores. Com isso existiu nesse período uma pequena integração socioeconômica entre os quilombolas e os ex-escravos camponeses que ainda laboravam em terras cedidas pelos senhores. No entender de Souza (2008), o cultivo de pequenas roças e um comércio informal foi o que construiu a base da economia quilombola, a qual era tipicamente camponesa e compartilhada por comerciantes, lavradores, escravos e libertos.

A legislação da época excluía qualquer forma de aquisição de terra que não fosse pela compra, mesmo assim, os negros apossavam de pedaços de terra e firmavam nesses locais condições para moradia e trabalho. Dessa forma, esse comportamento ia contra os costumes latifundiários do período, o que causava incômodo aos fazendeiros. Assim, por meio da luta, revogavam a legislação imposta pela classe dominante e colonizadora, que os impedia de se tornarem possuidores de terra (ROCHA, 1998).

O simples desejo de possuir um local para viver se transformou em um motivo para luta e guerra. Com a Lei de Terras os negros foram expulsos dos lugares que escolheram

para viver, mesmo quando a terra foi herdada por testamento lavrado em cartório, pois a legislação tolhia qualquer outra forma de aquisição de terra que não tenha ocorrido por meio de compra (LEITE, 2000).

As comunidades quilombolas possibilitavam para os negros um reencontro cultural, onde mesmo que não fossem da mesma região da África, possuíam hábitos semelhantes aos dos seus conterrâneos. Além disso, naquele momento desfrutavam dos mesmos problemas e almejavam os mesmos sonhos, e essas comunidades eram um espaço de convivência livre, onde manifestavam suas crenças e seus costumes, reafirmando sua identidade. Ao reassumi-la, o indivíduo se reavivava socialmente, colocando-se em posição de combate contra o tratamento de violência e exclusão empregado aos escravizados.

Nos dias atuais existem comunidades remanescentes de quilombos espalhadas em todo o Brasil, e estas se unem por laços de parentesco e herança familiar; estão presentes tanto no contexto rural como urbano. Apesar do longo espaço de tempo, desde a constituição de Palmares, até a atualidade, esses indivíduos ainda continuam a luta pela liberdade. Assim, apesar de predominantemente habitados por negros, há nos quilombos uma mistura de etnias, onde habita indígena e até brancos em extrema pobreza (FREITAS, 1984).

Existem relatos que comunidades foram formadas por grupos de pequenas propriedades de negros libertos que sobreviviam da agricultura de subsistência. A maioria dos Quilombos foi sustentada com esse tipo de agricultura, e valorizam as tradições dos antepassados, e isso se dá até os dias de hoje; continuam recriando essas manifestações (MOURA, 1997).

É inegável que essas comunidades foram constituídas visando uma invisibilidade como forma de proteção. Isso é fundamental para a compreensão do contexto quilombola pós-abolição. Outro importante fator é a justificativa de que só haveria quilombos na época da escravidão, a maior parte da sociedade não tinham conhecimentos do temor da revogação da lei áurea. Nesse contexto, as comunidades negras tornaram-se invisíveis simbolicamente e socialmente como forma de sobrevivência (SOUZA, 2008).

De acordo com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), no Programa Brasil Quilombola (BRASIL, 2005), o conceito de remanescentes dos quilombos refere-se:

Aos indivíduos, agrupados em maior ou menor número, que pertençam ou pertenciam a comunidades, que, portanto, viveram, vivem ou pretendam ter vivido na condição de integrantes delas como repositório das suas tradições, cultura, língua e valores, historicamente relacionados ou culturalmente ligados ao fenômeno sociocultural quilombola (BRASIL, 2005, p. 11).

A identidade e o reconhecimento desse grupo formaram-se por meio de valores e vivência. Em Brasil (2005) temos que a constituição desses indivíduos trata-se de uma

referência histórico-cultural comum através de versões e experiências de uma realidade e uma vivência enquanto grupo. O Quilombo fez que com os remanescentes de escravos unissem em prol de seus direitos e com isso encontrou-se em uma relação de pleno compartilhamento.

Para os leigos a palavra quilombo muitas vezes sugere uma comunidade de escravos fugidos que existiu no passado, porém com a abolição da escravatura em 1988 deixou de existir. Para obter maior reconhecimento para esses agrupamentos, usa-se o termo remanescente de quilombolas, trazendo uma singularidade para esses indivíduos. Hoje os quilombolas possuem direito a terra por meio de: heranças, doações, fuga e ocupação de terras livres, permanência em terras cultivadas no interior das grandes propriedades (Figura 2) e recebimento de terras como forma de pagamento a serviços prestados ao Estado (MIRANDA, 2012).

Figura 2: Localização de Camping – Comunidade Kalunga

Fonte: OLIVEIRA, I. C. G. (2007)

O decreto nº 4.887 de 2003, traz disposições normativas acerca do tema. Neste documento esses grupos negros remanescentes de quilombolas possuem status de grupos étnico-raciais com ancestralidade negra, remetendo ao passado de opressão e resistência. É entendido que esses grupos possuam critérios de auto definição de acordo com sua trajetória, história de ocupação e laços que os unem (BRASIL, 2003).

Essas comunidades quilombolas, apesar de terem conseguido uma visualização a partir da década de 90, ainda continuam na luta pela terra e por direitos básicos que assegurem a dignidade da pessoa humana, sendo que estes mesmo garantidos constitucionalmente são negados a esses povos. O jeito de viver coletivamente, a supervalorização dos antepassados, o cuidado em repassar suas manifestações religiosas e culturais a seus descendentes proporciona a esses indivíduos uma significação histórica, e que deveria ser protegida pelas entidades governamentais.

Com raiz a sua incivilidade construída no período colonial essas comunidades se fizeram no esquecimento do restante da sociedade, e hoje precisam construir esse reconhecimento, para que conquistem sua principal luta que é a garantia dos direitos aos territórios, para que sintam seguros onde vivem. No Brasil, em 2005, foram registrados 2.228 comunidades remanescentes de quilombolas, sendo a Bahia, Maranhão, Pará e Minas Gerais os estados com o maior número dessas comunidades (BARRETO, 2006).

CONCLUSÕES

Os quilombolas são marcados por uma formação de identidade feita a partir da vivência em comunidade, de fortes manifestações culturais, de uma religiosidade marcada e da luta pela liberdade e território, e são até os dias atuais vistos de maneira depreciativa

por parte daqueles que, ou não possuem responsabilidade social, ou têm interesse no território ocupado por eles.

Atualmente existem comunidades que mesmo possuindo documentos que comprovem a propriedade, estão sofrendo expropriação desses territórios, mediante pressões de fazendeiros e grileiros interessados no valor da terra. Essa realidade faz alusão ao passado de exclusão do indivíduo negro e a antiga Lei de Terras que os impediam de se tornarem proprietários. Os mesmos absurdos da escravidão se repetem na realidade atual das comunidades quilombolas, em várias partes do território brasileiro.

A relação com a terra, os aspectos sociais e culturas, e os meios de sobrevivência, deram a essas comunidades características peculiares que lhes permitem uma identidade étnica própria. Os quilombolas pensam em ter um espaço comum para usufruto a fim de garantir a sobrevivência do grupo. Os locais onde habitam são de propriedade comum aos integrantes, e servem para a reprodução econômica, social e cultural da comunidade, podendo ser de uso temporário ou permanente (BRASIL, 2007). Porém essas terras em tempos posteriores foram tomadas pelo governo, e transformadas em terras devolutas, as quais em muitos casos são inutilizadas. E a busca por um local para viver ainda é motivação para a luta desses povos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, J. N. Implantação de infraestrutura habitacional em comunidades tradicionais: o caso da comunidade quilombola Kalunga. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de novembro de 2003. Acesso em 31 de outubro de 2016 em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm.

BRASIL. Programa Brasil Quilombola, 2005. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília. Acesso em 16 de setembro de 2016 em: http://www.seppir.gov.br/publicacoes/relatorio_2005.pdf.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Acesso em 29 de outubro de 2016 em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm.

CALHEIROS, F.P; STADTLER, H. H. C. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. Revista Katálisis, 2010.

FREITAS, D. Palmares – A Guerra dos Escravos. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1984.

GOMES, L. 1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

LEITE, I.B. O quilombo no Brasil: Questões conceituais e normativas. Florianópolis: NUER/UFSC, 2000.

- LEITE, I. B. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. In: Revista Estudos Feministas. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/15.pdf>. Acesso em 02 de setembro de 2016.
- MATTAR, N. F. Pesquisa de marketing, 2.ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- MIRANDA, S. A. de. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências (2012). In: Revista Brasileira de Educação. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a07.pdf>. Acesso em: 05 de setembro de 2016.
- MOURA, M. da G. da V. Ritmo e ancestralidade na força dos tambores negros: o currículo invisível da festa. Tese de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1997.
- RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- ROCHA, L. M. O estado e os índios: Goiás, 1850-1889. Goiânia, GO: Editora da UFG, 1998.
- SOUZA, B. O. Aquilombar-se: Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento Quilombola Brasileiro. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.
- ZANELLA, L. C. H. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

REDIMENSIONAMENTO DE MOTORES ELÉTRICOS DE INDUÇÃO

Raniell Mazzily Izidoro

Adelmo Martins Rodrigues

Tércio Domingos Alves

Fernando Cardoso de Oliveira

Roberto Cezar Martins Júnior

INTRODUÇÃO

O futuro depende de atitudes conscientes e sustentáveis, pois o mundo cresce em ritmo acelerado, modernizando e automatizando processos. Este desenvolvimento nos leva a uma crescente demanda por energia elétrica (WEG, 2015a). Para suprir essa demanda temos dois caminhos a seguir: produzir mais este tipo de energia ou evitar o desperdício e aumentar a eficiência energética em processos já existentes.

Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Serviços de Conservação de Energia (ABESCO) estima-se que anualmente 10% de toda a energia produzida no Brasil é desperdiçada. Este valor seria o suficiente para compensar o aumento da demanda nacional por dois anos (WEG, 2015a). “O Brasil tem um potencial de economia de R\$ 20 bilhões por meio de ações de aumento da eficiência energética”, afirma o ex-presidente e atual diretor financeiro da ABESCO, Rodrigo Aguiar (HORA, 2014).

Em períodos críticos de escassez de chuvas, a geração de energia elétrica por usinas hidrelétricas cai de forma inevitável e o volume de seus reservatórios diminui notavelmente (ANEEL, 2017). Nestes períodos são acionadas as usinas termoelétricas, que geram energia através da queima de combustíveis, como carvão, óleo, derivados do petróleo e, atualmente, também a cana de açúcar (biomassa). Sabemos que usinas termoelétricas podem ser agressivas ao meio ambiente, principalmente quando os filtros responsáveis por purificar os gases emitidos pela queima dos combustíveis não sofrem a manutenção correta. No setor industrial, a redução do desperdício significa maior competitividade (WEG, 2015a).

O setor industrial brasileiro consome cerca de 40% da energia elétrica do país, e o último Balanço Energético Nacional realizado em 2009, confirmou que os motores elétricos são, normalmente, os maiores responsáveis por um elevado consumo energético, correspondendo a mais de 60% deste na indústria (Gráfico 1). Com base nestes e outros dados que acusam um alto consumo e desperdício de energia por alguns equipamentos, tanto domésticos quanto industriais, governos de diversos países no mundo estão estabelecendo requisitos mínimos de eficiência energética para diversos tipos de equipamentos, inclusive motores elétricos (WEG, 2015a).

Uma das medidas para se aumentar a eficiência energética é investir na substituição de produtos obsoletos por outros mais eficientes. Como exemplo, o redimensionamento de motores elétricos. Incentivando a redução do consumo de energia, entrou em vigor a

portaria nº 553/2009 à qual estabelece níveis mínimos de rendimentos para máquinas e equipamentos. O nível mínimo estipulado para motores elétricos é o Índice de Rendimento 02 (IR2). Sendo assim, fabricantes e consumidores de equipamentos devem utilizá-los de modo que atendam pelo menos ao IR2. Para especificar valores mínimos de rendimento às classes IR2 e IR3, foi revisada a Norma NBR 17094-1/2003, que complementa a portaria de 2009 (WEG, 2015b).

Na maioria dos casos, a faixa ótima para operação de motores está entre 75 e 100%, pois indica uma região mais estável de rendimento mesmo com variações de carga. Assim, a ideia de redimensionamento parte do princípio de fazer com que os motores operem dentro desta faixa ótima. Nesta condição, substituir, por exemplo, um motor que opera com “folga” por outro, cuja potência foi adequada a carga operando dentro da sua faixa ótima, permite melhoria significativa de rendimento e fator de potência, quando comparado com a simples substituição por outro motor mais eficiente e de mesma potência. Isto implica em economias expressivas de energia, melhora no fator de potência, reduzindo a necessidade de capacitores para sua correção, redução no custo do ativo (estoque ou reposição) e rápido retorno do capital investido (WEG, 2013).

Segundo o artigo Considerações obre redimensionamento de motores elétricos de indução, publicado pela WEG em 2013, “o rendimento é a grandeza que mede a “qualidade” com que ocorre a conversão de energia elétrica, absorvida da rede, em energia mecânica na ponta do eixo (trabalho)”. Motores que atuam com um índice de rendimento adequado, além de proporcionarem maior economia de energia, também oferecem um rápido retorno sobre o capital investido e refletem uma redução de custo operacional e das emissões de CO₂ (WEG, 2015b).

Usina Jalles Machado S/A

O setor sucroalcooleiro é o objeto de estudo deste trabalho. Este setor industrial que antes possuía como principal fonte de renda a produção de etanol e açúcar enxergou novas possibilidades de ganhos financeiros e ambientais com a cogeração de energia elétrica através da queima de biomassa (mistura de bagaço e palha da cana-de-açúcar).

O consumo mensal de energia na Usina sucroalcooleira Jalles Machado S/A se aproxima ao consumo da cidade de Goianésia, Goiás. Acredita-se que, com a implementação do projeto de redimensionamento de motores nesta usina, a empresa diminuirá significativamente o consumo de energia e como consequência terá um melhor desempenho de trabalho em sua planta industrial, uma renda maior por venda de energia e ainda, obterá um ganho significativo em competitividade no mercado. Vale ressaltar que governos e organizações como a ABESCO, ACEEE e PROCEL, estão exigindo do setor industrial o comprometimento das empresas com as políticas de consumo de energia elétrica e dando destaque para aquelas que as cumprem.

Este trabalho tem como objetivo identificar os motores que apresentem subutilização e sobreutilização na usina Jalles Machado, e tomar como atitude o redimensionamento destes motores visando a redução de consumo de energia elétrica.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa foi realizada na Empresa Jalles Machado S/A, localizada na fazenda São Pedro – Rodovia GO-080 – Km 75,1 Zona rural – Goianésia – Goiás – Brasil. Solicitamos o trabalho de um electricista e um mecânico contratados pela empresa, para efetivar um acompanhamento técnico e levantar os dados necessários.

Para analisarmos o rendimento de cada motor instalado, calculamos a variação percentual objetivando extrair a potência útil de cada equipamento. Com o auxílio do electricista utilizando um Alicata amperímetro true-rmsfluke 323, aferiu-se a amperagem [A] de 36 motores em funcionamento (Tabela 1), selecionados utilizando como fator de escolha:

- Idade do motor (avançada);
- Quantidades de vezes rebobinadas;
- Repetidas ocorrências de falhas elétricas;
- Bases compatíveis com novos possíveis motores;
- Fator de potência;
- Partida e regime de operação.

Após o recolhimento de dados e acesso as informações dos equipamentos mecânicos movidos pelos motores, solicitamos aos analistas do Planejamento, Programação e Controle De Manutenção (PPCM) dados nominais de todos os motores avaliados, em sequência comparamos dados e observando possíveis fatores de erro, podendo o motor estar dimensionado e com o rendimento abaixo do esperado devido idade avançada do mesmo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A média geral de utilização dos equipamentos com base na amperagem aferida e na amperagem nominal é de 57%. Sob o ponto de vista da conservação de energia elétrica, o principal parâmetro a ser observado é a potência nominal do motor, que deve ser a adequada para o serviço a que se destine. Potências nominais muito superiores à realmente necessária resultam em desperdícios de energia, elevação da potência solicitada, redução do fator de potência da instalação elétrica da indústria e maiores perdas nas redes de distribuição de energia e nos transformadores. Deve-se, sempre que possível, escolher o motor de modo que seu carregamento seja no mínimo superior a 50 %, dando preferência a que ele seja maior que 75 % (COPEL, 2005).

O Redutor agitador do cristalizador 01, Bomba de flegmassa do aparelho 03, Redutor esteira intermediária 06, Bomba 01 do tanque de caldo primário, redutor acionamento mesa 35° e Redutor esteira metálica 01 (Tabela 2) apresentam rendimento variando de 57% a 67 %, ou seja, estão subdimensionados. O ideal nessa situação é que como eles apresentação utilização menor de 70%, seja feita a substituição dos motores que atendam a amperagem aferida do equipamento. Segundo COPEL (2005), com

pequenas cargas, em relação a sua potência nominal, o rendimento do motor é baixo, tendo em vista serem grandes as perdas fixas em comparação com a potência fornecida.

Outros equipamentos que estão subdimensionados e apresentam rendimento de 12% a 49%, são: Redutor acionamento mesa 45°, Bomba 01 do filtro Zanini, Bomba 02 da dorna de fermento diluído, redutor agitador do cristalizador 10, Bomba 03 de embebição pressurizada, Redutor do agitador da cuba 03, Bomba da dorna 04 A, Centrifuga Kont 10 01, Bomba de vácuo do cozedor 09, Bomba 02 do tanque pulmão, Bomba 01 do tanque de vinhaça, Redutor do agitador cozedor 07, Bomba 01 do tanque de xarope 1500. Esses equipamentos necessitam de ter seus motores redimensionados, para apresentar melhor rendimento e economia. Isso porque o aperfeiçoamento de equipamentos e processos proporciona então ganhos e a transformação de energia em riqueza. A utilização racional de energia pôde-se tornar um diferencial competitivo, onde as empresas estarão aplicando novas formas de economizar energia e assim aplicar em novos produtos e processos (PINTO, 2016).

Uma alternativa para realizar a substituição de motores antigos e que apresentem mal redimensionamento é a utilização de motores de alto rendimento. Segundo o CNI (2014) esses motores, apresentam perdas reduzidas, e apesar de serem mais caros que os modelos clássicos seu uso é mais rentável que o dos motores tradicionais. Um dos diferenciais desse tipo de motor é possuir maior massa de material ativo (cobre e chapas metálicas) de forma a reduzir as perdas no cobre e no ferro.

Alguns dos equipamentos avaliados apresentam rendimento entre 72% e 96%, considerado uma faixa de rendimento adequada, são eles: Bomba 02 de caldo primário, Bomba da dorna 04 B, Bomba de vácuo do evaporador 1500, Bomba de fermento da dorna 01 B, Redutor esteira de borracha 02, centrifuga separadora 05, redutor espalhador de cana, Bomba 02 de fermento da dorna 02 A, Bomba de condensado CN, redutor agitador do filtro Zanini. Os motores que atuam com um índice de rendimento adequado, além de proporcionarem maior economia de energia, também oferecem um rápido retorno sobre o capital investido e refletem uma redução de custo operacional e das emissões de CO₂ (WEG, 2015b).

O Redutor de peneira rotativa 01e o Redutor agitador decantador rápido estão sobredimensionados, o ideal é que esses sejam substituídos por motores com menores potências 3 cv e 5cv, respectivamente. Segundo Nurmberg e Rippel (2013) uma tensão aplicada acima da nominal, prejudica o funcionamento do motor, e aumenta suas perdas, principalmente no ferro. Sendo que, em geral os motores apresentam uma faixa de tensão considerada como ótima para a operação, que varia de acordo com o tipo de motor, sua potência, e etc.

WEG (2012) afirma que, tanto no sobredimensionamento quanto no subdimensionamento os recursos são utilizados de forma incorreta, levando ao consumo excessivo e desnecessário de combustível e redução da vida útil do equipamento. As características técnicas dos motores de indução e a escolha correta de sua potência

nominal, juntamente com uma boa operação desses equipamentos podem representar grandes economias de energia elétrica. Isso porque motores operando muito abaixo de sua potência nominal apresentam baixo rendimento energético e baixo fator de potência.

CONCLUSÕES

A empresa possui uma média geral de utilização dos equipamentos de 57%, sendo que o ideal é que essa fosse no mínimo de 70%. O que demonstra que melhorias e economia podem ser obtidas pelo redimensionamento de motores. Uma sugestão seria a troca por motores de Alto Rendimento. Para a realização da troca de motores sugere-se que seja realizada má análise econômica para quantificar os ganhos com o processo de redimensionamento de motores e nela deveram ser abordadas as ferramentas clássicas de análise de investimentos para decisão da escolha da linha de motor de melhor alternativa.

Dos 34 equipamentos avaliados, 19 apresentam subutilização e 2 apresentam sobreutilização desta forma 62% dos equipamentos da empresa precisam ser redimensionados. A empresa tem possibilidade de agregar valor aos produtos e diminuir custos de produção, através do redimensionamento dos motores. E as informações aqui apresentadas podem contribuir nesse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEEL. ANEEL: Campanha vai orientar sobre uso correto da energia elétrica. 2017. Disponível em: <<http://www.setorenergetico.com.br/consumidor/aneel-campanha-vai-orientar-sobre-uso-correto-da-energia-eletrica/23886/>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

CNI. Uso Eficiente de Energia elétrica na Indústria. Brasília: CNI, 2014. 44 p.

COPEL. Manual de Eficiência Energética na Indústria. Mossunguê: CMK, 2005. 155 p.

EPE. Balanço Energético Nacional 2009. Rio de Janeiro: EPE, 2009. 48 p.

HORA, Paulo. Abesco investe em eficiência energética para diminuir gastos do consumidor. 2014. Disponível em: <<https://www.petronoticias.com.br/archives/45465>>. Acesso em: 29 out. 2017.

NURMBERG, F.; RIPPEL, R. PLANO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA PARA MOTORES – FOLEM SETOR CALDEIRA. 2013. 53 f. TCC (Graduação) - Curso de Tecnologia em Manutenção Industrial, Universidade Tecnologia Federal do Paraná, Pato Branco, 2013

PINTO, L. M. Desenvolvimento de metodologia para implementação de eficiência energética em sistemas auxiliares de uma planta industrial siderúrgica semi-integrada. 2016. 108 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia Mecânica, Faculdade de Engenharia do Campus de Guaratinguetá, Guaratinguetá, 2016.

WEG. Considerações sobre redimensionamento de motores elétricos de indução. Santa Catarina: Revista Lumiere Electric, 2012. 7P

WEG. Soluções em Eficiência Energética. Santa Catarina: WEG, 2015a. 8 p

WEG. WEG acrescenta IR (Índice de Rendimento) no nome de suas linhas de motores elétricos de baixa tensão. 2015b. Disponível em: <<http://www.weg.net/institucional/BR/pt/news/produtos-e-solucoes/weg-acrescenta-ir-indice-de-rendimento-no-nome-de-suas-linhas-de-motores-eletricos-de-baixa-tensao>>. Acesso em: 29 out. 17.

REFLEXÕES FEMINISTAS POR UM DIREITO MENOS PATRIARCAL

RAFAELA GONZAGA

Ivan Clementino de Souza

THALIA ROSA

LUCAS VINICIUS OLIVEIRA

INTRODUÇÃO

Tendo como propósito em comum a busca pela compreensão da justificativa e do modo como as mulheres ocupam uma posição desfavorecida na sociedade nas diversas áreas do conhecimento questionando a ideia de inferioridade dada a mulher, as correntes feministas vêm cada vez mais se desenvolvendo e aprofundando suas ferramentas reflexivas, indo para campo da filosofia jurídica. Buscando investigar o pensamento através da reflexão sobre os meios de opressão e de produção de desigualdade social em decorrência do simples gênero sexual. Tal objetivo de todas as correntes feministas, torna o feminismo um instrumento de clareza e de interferência na realidade social pretendendo ainda à efetiva igualdade entre os seres humanos. Então, em um primeiro momento, o feminismo empenhou-se em destruir os parâmetros sexistas das teorias tradicionais, rompendo com a masculinização da produção do conhecimento científico (BANDEIRA, 2008, p. 207-208; HARDING, 1993, p. 7-8).

MATERIAL E MÉTODOS

Análise Bibliográfica

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento dos estudos feministas criaram as teorias feministas do direito, que levam ao espaço jurídico as críticas de esperança e respeito as mulheres, objetivando por fim a estrutura de desigualdade, provocando profundos questionamentos em relação à organização do Direito. A filosofia do direito feminista tem como objetivo discutir e criticar problemas centrais às sociedades, como a opressão e a violência formal, pelas normas jurídicas, a racionalidade das instituições jurídicas fundada em um sistema de autoridade masculina, sendo esta reflexão de grande importância para a filosofia.

Assim as teorias feministas do Direito abrem caminhos para uma expectativa social de que a possibilidade de concretização da igualdade e respeito entre os seres humanos esta a partir do sistema de normas jurídicas, enxergam o direito penal como um lugar de luta e retribuição, onde poderão assim ser resguardadas pelo Estado com o seu dever de punir.

Neste momento e que podemos falar sobre a Criminologia, esta que se trata de uma ciência que se desempenha ao estudo do crime, da pessoa do infrator, da vítima e do

controle social do comportamento delitivo, e que trata de se aprofundar nos princípios criminais delituosos a fim de procurar ferramentas efetivas de prevenção de delitos e a punição eficaz dos crimes cometidos através das penas, para manutenção da ordem social, observando o problema social e como ele deve ser combatido de maneira mais justa e eficaz. O autor Alessandro Baratta, e considerado pai da criminologia crítica, sendo favorável ao minimalismo na criminologia, sendo o minimalismo a corrente que entende não ser normas severas a solução do sistema penal, e assim como nós percorreremos a entender nesta reflexão do minimalismo a luta feminista.

O sistema penal brasileiro passa por uma crise de legitimidade, onde não consegue exercer o controle da criminalidade percebido pela sociedade como fator desmotivador e preocupante, sendo o sistema penitenciário o que nos mostra a imensidão dessa crise penal, este que não tem suporte para a quantidade de presidiários, presidiários estes que violaram o sistema jurídico, através da contrariedade ao contrato social e que nós faz refletir, será que penas mais severas e a solução para a desigualdade de gênero. Podemos nós questionar, será que o direito penal é bom? Funciona? Consegue Socializar o reeducando?, os bens jurídicos foram protegidos? conseguiu combater a criminalidade, por meio da retribuição e da previsão geral ou até mesmo a promessa de uma aplicação igualitária das penas?

Esta crise deve ser observada por um aspecto mais amplo, pois no modelo que foi instaurado pelo nosso direito, o direito positivo que enxerga o direito como posterior a lei, este sempre busca a solução na lei e desta maneira na sociedade contemporânea não tem sido satisfatório seus resultados.

Em resposta a crise do direito penal levanta duas correntes a minimalista que acredita que se deve enxugar o direito penal, descriminalizar, e por outro lado o movimento criminalizador a corrente de recrudescimento que fundamenta que se deve punir mais, mais tipicidades e penas mais duras. No Brasil entre as duas correntes existe uma convivência e isto pode gerar uma contradição. E para explicar essa divergência vamos adentrar novamente nos movimentos feministas, fundamentando que as feministas busca algumas descriminalizações e criminalizar ou deixar penas mais severas em outras condutas, deixando clara as contradições.

Segundo Vera Regina, uma renomada adepta a criminologia, deveríamos refletir melhor se criminalizar seria a solução, a lógica da luta feminista de criminalizar mais se parece com a lógica do castigo e da retribuição. O discurso da impunidade tão vista atual, gera a busca pelo endurecimento penal, mesmo que seja por vingança. O feminismo e uma busca fundamentada na ideia de buscar o novo, modernizar o sistema, mais busca cada vez mais raízes e fundamentos tradicionais e até mesmo arcaicos, e conservadores. O uso excessivo do direito penal no tocante ao feminismo só aumentaria a violência estatal e formal. Ele não é eficaz para transformar a relação de gênero, ele duplica a imagem de vítima da mulher, ele não protege a todos, mas faz divisão. Na Espanha e no Canadá, por exemplo não foi bem sucedido o recrudescimento penal neste sentido,

frustrando todas as expectativas. E esta mudança radical só tira a vítima da violência do companheiro pra cair na violência estatal. O endurecimento não é a saída para Vera Regina, pois só geraria mais violência formal, dificultando ainda mais a desconstrução da realidade da mulher.

Para Olsen “Questiona-se, desse modo, a afirmação de que o direito é racional, abstrato e objetivo, identificando a sua irracionalidade, subjetividade e não universalidade no fato dele próprio lesionar, excluir e negar direitos às mulheres” (OLSEN, 1990, p.10). Em outras palavras, observa no Direito o problema da colocação do sexo como critério legal, em desfavor das mulheres, por meio de leis discriminatórias que estabelecem diferenças de gênero inexistentes (WOLLSTONECRAFT, 1972), ao invés de reconhecer a desigualdade das mulheres na sociedade e de atuar no sentido de combatê-la. A colocação das mulheres em situação de desvantagem pelo próprio Direito é percebida, Reclama-se do Direito, a partir dessa reflexão, que abandona a individualização que associa às mulheres valores inferiorizados socialmente, e que passe a reconhecê-las como iguais aos homens e portadoras das capacidades de racionalidade, de objetividade, de abstração e de universalidade, atribuídos injustificadamente somente a eles.

Na filosofia o marxismo faz uma contestação à opressão socioeconômica que inspiraram por sua vez a corrente feminista marxista, ou feminismo igualitário, que discute a relação entre a exploração sexual, a desigualdade de gênero e a estrutura econômica capitalista fundada na divisão de classes e na propriedade privada. o feminismo marxista constitui-se na crítica da condição das mulheres na sociedade capitalista.

Pela compreensão marxista as divisões sociais, não incluem somente a subordinação de classe, mas também a subordinação sexual, são um reflexo da base econômica da sociedade, consistente essa nas formas pelas quais se produzem os bens necessários à vida humana, é insuficiente para explicar a circunstância de que todos os homens, ricos ou pobres, obtêm vantagem da exploração das mulheres (LACEY, 2004, p. 11). O gênero define, em intersecção com as limitações de classe e raça, as posições que podem ser por eles ocupadas, alicerçando, com isso, a irrisória presença feminina nos espaços de poder (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 8)

No que tange a igualdade é transferido a um estudo com o chamado feminismo radical, que surge da verificação de que a igualdade jurídica entre homens e mulheres não modificou consideravelmente a realidade da submissão feminina na sociedade, por raízes machistas, percebidas no cotidiano contemporâneo. Surge assim a necessidade de se buscar retornar ao começo do sistema social para entender a resistência da subordinação das mulheres aos homens perante as relações sociais.

Os esforços das teorias feministas do Direito, tratando-se de um movimento social de defesa dos direitos das mulheres assumindo como demandas, em alguns momentos, a simples extensão a elas dos direitos já exercidos pelos homens, estiveram sempre de

alguma maneira, produzindo uma reflexão crítica em relação ao Direito.(RABENHORST, 2011, p.8). Essas críticas são atos de desafiar o pensamento jurídico, como este e interpretado e como e desenvolvido na sociedade dominante. Análise e sugestões destinadas a um Direito mais compatível com o ideal e prática de igualdade e de liberdade por parte dos operadores de direito.

E certo de que nenhuma teoria trará respostas a todos os problemas enfrentados pelo Direito e pela sociedade brasileira diante de questões tão complexas e importantes ao bem comum. Não se pretende, com o conhecimento das teorias feministas do Direito, que se torne capaz de definir, de forma objetiva e permanente, se uma maior intromissão estatal, por meio das normas jurídicas, será suficiente ou mesmo eficaz para a redução da situação de social dada pelo gênero, e se realmente essa intervenção jurídica, conseguiria preencher as expectativas da sociedade.

O que se tem maior importância e que não muda, com as teorias feministas do Direito, é ao aprofundamento e da reflexão sobre a realidade jurídica buscando compreender o sistema sexo-gênero. Estas teorias são acompanhada da investigação dos mecanismos que determinam e sustentam essa subordinação. Incentiva-se, finalmente, a exposição das relações de dominação e de opressão entre homens e mulheres(FRASER, 1987, p.38).

CONCLUSÕES

As observações feministas ao Direito reúnem, assim, à Filosofia do Direito, a habilidade de mostrar contradições dos discursos jurídicos e sistemas de poder e de encontrar concepções e perspectivas na prática jurídica. A contribuição crucial do feminismo ao Direito como ferramenta crítica consiste no critério da visibilidade das mulheres como indivíduos merecedoras de igualdade no direito, da naturalização dessa visibilidade nos discursos de elaboração, de interpretação e de aplicação do Direito, e das consequências malélicas e contrárias as próprias premissas jurídicas de proteção de direitos e de funcionamento de uma sociedade mais democrática. O aprofundamento da crítica construtiva ao Direito e a decorrente concretização dos propósitos jurídicos de liberdade e de igualdade dependem, portanto, do aprofundamento crítico das questões de gênero no Direito, contribuições a serem fartamente encontradas nas Teorias Feministas do Direito e na discussão da filosofia do direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207- 230, jan./abr. 2008.

BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do Direito Penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Feminismo e política: uma INTRODUÇÃO. São Paulo: Boitempo, 2014.



FRASER, Nancy. Que é crítico na Teoria Crítica? O argumento de Habermas e gênero. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (org). Feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

LACEY, N. Feminist legal theories and the rights of women. In: KNOP, K. (Ed.). Gender and human rights. Collected courses of the Academy of European Law (XII/2). Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 13-56.

OLSEN, Frances. Feminism and the legal critical theory: an American perspective. In OLSEN, Francis (Ed.) Feminist Legal Theory: foundations and outlooks. New York University Press, 1990, vol.1.

Palestra proferida por Vera Regina de Andrade no "Seminário Internacional Criminologia e Feminismo" promovido pela Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, em 21 de outubro de 1996 na cidade de Porto Alegre- RS

RABENHORST, E. R. Encontrando a Teoria Feminista do Direito . Prim@ Facie, v.09, 2011, p.07-24

WOLLSTONECRAFT, M. A vindication of the rights of woman. London: Penguin Books, 1972.

RELACIONAMENTO INTERPESSOAL NO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO DA CDL DE GOIANÉSIA/GO

Rayane de Oliveira Silva
Wesley de Freitas
Roberto Fernandes de Melo
Maisa França Teixeira
Matildes José de Oliveira
Camila Cardoso
Juarez Aparecido Domingos

INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa a importância do relacionamento entre os colaboradores na organização. Empresas que desenvolvem políticas internas para eficiência nos relacionamentos possuem funcionários mais satisfeitos e motivados. Nota-se que os benefícios para ambas as partes podem ser melhores. O objetivo geral é analisar o relacionamento interpessoal no local de trabalho e os específicos são caracterizar e verificar sua importância no trabalho. A metodologia foi o estudo de caso com análise pelo método qualitativo. Os resultados demonstraram que o relacionamento é satisfatório, em análise detectou-se fatores como comunicação eficiente e nível satisfação considerado bom entre os colaboradores.

Sabe-se que nos últimos anos, os brasileiros enfrentam dificuldades para ingressar no mercado de trabalho. Alguns fatores que levam a essa dificuldade são a alta concorrência, exigências das organizações quanto à formação e/ou experiências do profissional, a tecnologia que substitui a mão-de-obra por maquinários e principalmente a crise que afeta todo o país.

Se a busca por um emprego já é uma tarefa difícil, onde requer talento e competência, manter-se nele exige mais esforço. Para se manter empregado, o colaborador além de ser competente, profissional, responsável, pontual e assíduo, deve ter um bom relacionamento com todos na organização.

Segundo Silva et al. (2007) as organizações estão investindo na melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida e bem-estar de seus membros, e o relacionamento interpessoal é um dos indicadores que contribui relativamente a esse resultado.

Com esse intuito, este trabalho justifica-se em compreender a importância de um bom relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho, respondendo o seguinte problema: há relacionamento interpessoal no local de trabalho na empresa pesquisada? Visto que durante os últimos anos, identificou-se como uma temática importante nas organizações, visto que é necessário ajustes com a coordenação.

O objetivo geral é analisar o relacionamento interpessoal no local de trabalho e seus objetivos específicos são caracterizar o relacionamento interpessoal e verificar sua importância no trabalho. As hipóteses estão relacionadas com a aplicação de trabalho em equipe; investimento no desenvolvimento de habilidades e aprimoramento de competências dos colaboradores; valorização do colaborador dentro da organização. Aplicou-se o estudo de caso neste projeto, e a realização de pesquisa qualitativa do tipo exploratória de campo.

A empresa CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas), objeto de estudo desse relatório é um movimento lojista que nasceu como instituição em 1955 com o nome de Clube de Dirigentes Lojistas e atualmente estão presentes em mais de 900 cidades de nosso país. A CDL Goianésia foi fundada em 13 de Dezembro de 1980 e atualmente está localizada na Avenida Brasil nº 363-A, Centro.

Sua função é representar os comerciantes da região junto ao Poder Público, bem como perante outras entidades quando se fizer necessário. Além disso, estimular a relação entre os empresários, criando um ambiente de troca de informações e de networking.

A CDL Goianésia possui uma ampla e moderna entidade própria, que dispõe de espaço físico para melhor atender seus associados e demais entidades. Hoje possui auditório para realização de eventos, salas para realizações de reuniões, quiosque para realização de festas e confraternizações. Disponibiliza aos seus associados um dos maiores bancos de dados de informações da América Latina, o SPC Brasil, oferecendo um sistema completo de consultas (SPC e SERASA) e Registros de clientes inadimplentes.

MATERIAL E MÉTODOS

Pietrafesa et al (2012, p. 86) afirma que “A metodologia deve conter o método, os tipos de pesquisa com procedimentos para amostragem, os instrumentos de coleta, os mecanismos de análise dos dados, os requisitos éticos para pesquisas que envolvam seres humanos”. Lakatos e Marconi (1993, p. 183) complementam:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”.

O método adotado neste projeto foi a pesquisa qualitativa do tipo exploratória de campo, com utilização de questionário com perguntas fechadas. De acordo com Richardson (1999) esse método de pesquisa caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto na coleta das informações, quanto no tratamento delas. Segundo ele

nesse tipo de pesquisa o primeiro passo a ser dado é identificar quais as variáveis específicas importantes, para depois poder explicar as complexas características do problema.

Severino (2013) enfatiza que a pesquisa exploratória é uma busca para levantar informações sobre o tema pesquisado, delimitando um campo de trabalho, mapeando as condições para a manifestação do objeto de pesquisa.

Gil (1999) explica que para a maioria das pesquisas exploratórias é preciso que se faça um levantamento bibliográfico, que entrevistem pessoas que possuem experiências com o problema pesquisado e que façam a análise de exemplos para estimular a compreensão. Ele ainda considera que esse tipo de pesquisa possui menor rigidez em seu planejamento, pois possuem uma visão geral do problema.

Fonseca (2002) afirma que a pesquisa de campo se caracteriza pela pesquisa bibliográfica e investigações onde são realizadas as coletas de dados junto a pessoas. Gonsalves (2001, p.67) completa com a seguinte observação:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Vergara (2000) explica que a população ou universo é o conjunto de elementos que farão parte do objeto de estudo, e a amostra é somente uma parte do universo selecionada para ser estudada, representando todo o universo.

O universo da pesquisa de campo é a empresa CDL Goianésia e a amostra foi realizada com os sete colaboradores da empresa. Para a realização da coleta de dados, foi utilizado um questionário com dez perguntas e distribuído aos funcionários.

A coleta de dados secundários foi realizada através de pesquisas em livros, revistas e sites pertinentes ao assunto abordado nesta pesquisa.

A coleta de dados primários foi realizada por meio da aplicação de questionário, constante no APÊNCIDE – A, com perguntas fechadas feitas aos revendedores. O questionário foi aplicado no dia 27 de Abril de 2016. Os dados foram tabulados e manipulados através de planilha eletrônica para apresentação em forma de gráficos ou tabelas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tudo começou diante da necessidade do comércio varejo em poder vender seus produtos em prazos mais longos e com melhor cobertura e segurança. A primeira CDL foi criada em 21 de Julho de 1955 por um grupo de gaúchos na cidade de Porto Alegre-RS, conhecida na época como Clube de Diretores Lojistas. Seu objetivo era proporcionar ao comerciante tranquilidade no momento de suas vendas, oferecendo assim o Serviço de

Proteção ao Crédito – SPC, que diminuiu tempo para liberação das compras a crédito que chegavam a levar mais de dois dias para aprovação de cadastro.

Com a proposta de criar uma base única de informações no país e agilizar consultas sobre crédito, determinando ainda maior confiabilidade e garantia no fechamento de negócios de compra e venda a crédito, no dia 26 de outubro de 2000, durante a 41ª Convenção Nacional de Dirigentes Lojistas, em Brasília (DF) foi criado o SPC Brasil. O SPC Brasil já vinha sendo desenhado e estruturado desde 1998, através de um grupo de empresários que se tornaram cotistas nesse projeto.

A pesquisa foi realizada em durante as reuniões com os colaboradores da CDL Goianésia, que aconteceram nos dias 16 e 25 de Novembro de 2016 na sede da empresa, com aplicação de questionário (APÊNDICE A), aos sete colaboradores e os resultados foram apresentados por meio de gráficos, ilustrados a seguir.

O gráfico 01 demonstra que 29% dos colaboradores da empresa tem idade entre 21 e 30 anos, também 29% tem idade entre 31 a 40 anos, 28% responderam ter entre 16 e 20 anos, 14% tem idade igual ou superior a 51 anos e 0% dos colaboradores não possuem idade entre 41 e 50 anos.

Verifica-se com estes dados podemos notar que a maior parte dos colaboradores possui idade entre 21 e 40 anos, seguido por colaboradores com idade entre 16 e 20 anos. Podemos observar também que a menor porcentagem representa os colaboradores com idade igual ou superior a 51 anos e que não possuem colaboradores com idade entre 41 e 50 anos.

No gráfico 02 verifica-se 71% dos colaboradores da CDL é composto pelo sexo feminino e 29% pelo sexo masculino.

Analisando o gráfico 02 percebe-se que a maior parte dos colaboradores é do sexo feminino. Segundo Probst (2000) no Brasil, as mulheres são 41% da força de trabalho, porém ocupam somente 24% dos cargos de gerência e recebem, em média, o correspondente a 71% do salário dos homens.

O gráfico 03 demonstra que 71% dos colaboradores trabalham na empresa de até 5 anos, 14% estão na empresa de 16 há 20 anos, também 14% dos colaboradores trabalham na CDL há mais de 21 anos.

A partir deste gráfico, verifica-se que maioria dos colaboradores está há pouco tempo na empresa, entre 0 a 5 anos. Nota-se também que ninguém trabalha na empresa entre 6 e 15 anos e que a os demais colaboradores estão empregados há mais 16 anos.

No gráfico 04, 86% dos colaboradores responderam que foram bem recebidos e 14% responderam que em parte.

Com a análise deste gráfico percebemos que a maioria dos colaboradores afirmou que ao ingressar na empresa foram bem recebidos por todos os colegas, 14% consideram que foram apenas por alguns e nenhum considerou que não foi bem recebido. Shiavo (2013) diz que como no ditado “a primeira impressão é a que fica”, a empresa deve receber bem o novo funcionário, caso contrário se o profissional chega em seu primeiro

dia de trabalho e sente-se abandonado e perdido, termina tendo um sentimento negativo, prejudicando a sua conexão com a nova empresa, fazendo com que permaneça a menos tempo no emprego.

O gráfico 05 demonstra que 57% dos colaboradores consideram a comunicação muito eficiente, 29% consideram apenas eficiente e 14% consideram a comunicação neutra.

Compreende-se que os resultados apurados nesse gráfico, relatam que a maior parte dos colaboradores, com 86%, considera que a comunicação dentro da empresa é eficiente. De acordo com Marques (2016) uma comunicação eficiente dentro das organizações é uma das formas mais eficazes da corporação sobreviver e prosperar no mercado competitivo atual. Caldas (2010) afirma que uma gestão eficaz da comunicação interna melhora o clima organizacional, ajuda a motivar as pessoas que passam a confiar mais na empresa em que trabalham.

No gráfico 06 verificamos que 57% dos colaboradores responderam ter relacionamento com todos os colegas, 43% disseram que possui somente com alguns e ninguém considera não ter relacionamento com os colegas fora da empresa.

Podemos analisar que todos os colaboradores consideram ter relacionamento com os colegas no ambiente externo da empresa.

No gráfico 07, os dados demonstram que 28% admitiram ter passado por vários conflitos interpessoais, 29% disseram passar por algum desentendimento apenas uma vez e 43% alegam nunca ter tido nenhum tipo de conflito com os demais colegas.

Diante desse gráfico, conclui-se que a maior parte dos funcionários admitiu já ter passado por algum conflito dentro da empresa. Lederach (2012) afirma que após a ocorrência de um conflito entre indivíduos, a comunicação fica prejudicada, requerendo assim um maior esforço para compreender o outro, a menos que as ideias sejam compatíveis

O gráfico 08 demonstra que 72% dos colaboradores afirmam que seu trabalho é muito reconhecido pelos demais colegas, 14% consideram ser reconhecidos e também, 14% consideram ser pouco reconhecido pelos colegas.

De acordo com os dados coletados neste gráfico podemos analisar que a maioria dos colaboradores, com 86%, considera que seu trabalho dentro da empresa é reconhecido pelos demais colegas.

No gráfico 09, 57% dos colaboradores disseram participar dos eventos sociais que e 43% responderam que em parte.

Nota-se que a maior parte dos colaboradores participa de todos os eventos sociais que a CDL Goianésia organiza fora da empresa, como por exemplo, festa de fim de ano, Mérito Lojista e jantares. E 43% disseram participar apenas em alguns eventos.

O gráfico 10 demonstra que 57% dos colaboradores responderam que a empresa possui um relacionamento interpessoal muito bom e 43% responderam que o relacionamento dentro da empresa é bom.

Com a análise dos dados, percebemos que todos os funcionários consideram que a empresa possui um bom relacionamento interpessoal. Para se conviver de forma harmoniosa no trabalho é preciso que o indivíduo compreenda o comportamento de cada um, respeitando suas diferenças. Quadros e Trevisan (2009) afirmam que as pessoas devem aprender a compartilhar informações, confrontar diferenças e cooperar com os colegas. Por tanto é uma responsabilidade da organização e do indivíduo manter um bom relacionamento interpessoal.

No gráfico 11, 71% dos colaboradores responderam estar muito satisfeitos em trabalhar na empresa e 29% responderam estar apenas satisfeitos.

Com a análise dos dados verificamos que todos os colaboradores estão satisfeitos em trabalhar na CDL Goianésia. Judge et al (2011) afirmam que os colaboradores que estão satisfeitos tendem a falar bem da empresa, a contribuir com os colegas e a excederem as expectativas com relação ao trabalho, podendo também superar suas atribuições regulares pelo anseio de retribuir as expectativas positivas.

Com a análise da tabela podemos concluir que a maior parte dos funcionários é do sexo feminino, ou seja, dos sete funcionários, cinco são mulheres. Os funcionários da empresa são pessoas jovens, sendo que somente um possui idade igual ou superior a 51 anos. A maioria dos colaboradores estão na empresa entre 0 a 5 anos, de sete, apenas dois estão há mais de 16 anos. Seis funcionários consideram que foram bem recebidos quando ingressaram na empresa e um diz que foi bem recebido apenas por alguns.

A comunicação na empresa possui uma boa eficiência, dos setes funcionários, apenas um avaliou a comunicação com nota três. Todos os funcionários do sexo feminino consideram ter um relacionamento com os colegas fora da empresa e os dois do sexo masculino, responderam ter apenas com alguns colegas. Sobre os conflitos e desentendimentos com os colegas é possível analisar que apenas três, ambas do sexo feminino e com tempo de serviço inferior a cinco anos, responderam que nunca tiveram nenhum conflito; dois de ambos os sexos e com tempo de serviço inferior a 5 anos e superior a 21, afirmam que se desentenderam com algum colega apenas uma vez; e os demais funcionários admitiram que se desentenderam várias vezes.

A maioria dos colaboradores considera ter seu trabalho reconhecido pelos demais colegas, sendo apenas um, do sexo masculino, que considerou ser reconhecido apenas por alguns colegas. Todos os funcionários costumam participar dos eventos sociais organizados pela a empresa, sendo que alguns não participam de todos. Quanto ao relacionamento interpessoal na empresa, percebe-se que todos os funcionários fizeram boa avaliação, podendo considerar que o relacionamento acontece satisfatoriamente. Quanto ao nível de satisfação em trabalhar na empresa percebemos que todos estão satisfeitos e aqueles que estão na empresa há mais tempo se consideram muito satisfeitos.

CONCLUSÕES

Evidenciou que toda organização deve ter um relacionamento satisfatório tornando os colaboradores felizes e motivados, aumento sua eficiência e gerando resultado para a empresa. Neto (2005) explica que as empresas que não souberem administrar seus conflitos internos, poderão estar sujeitas a diversos contratemplos, como redução na participação no mercado, não conseguir desenvolver novos produtos e ter sua imagem enegrecida perante o público-alvo.

Assim como em todos os lugares, os conflitos também existem dentro das organizações. Eles podem ser gerados por vários motivos, como por exemplo, interesses individuais, inveja, competição e acomodação. Martinelli e Almeida (1998, p.47) enfatizam que “as organizações se constituem em verdadeiras arenas para conflitos individuais ou grupais, nos quais os participantes lutam por recursos limitados, possibilidade de progresso na carreira, privilégios e outras recompensas que possam ser proporcionadas pela empresa.”

No entendimento de Chiavetano (2005) o conflito pode gerar efeitos positivos para a organização, pois ele desperta sentimentos e energia nos membros do grupo, estimula sentimentos de identidade, aumentando a coesão grupal e também, além de ser um modo de chamar atenção para os problemas existentes dentro da organização, evitando problemas mais sérios, atuando como mecanismo de correção. Para Neto (2005) as organizações devem administrar os conflitos internos antes que os problemas interferem na produtividade, afetando a lucratividade e sua rentabilidade.

Assim, com o fechamento desta pesquisa foi possível concluir que todos os colaboradores estão satisfeitos e motivados em trabalhar na organização, o que afeta positivamente o crescimento da empresa

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHIAVENATO, Idalberto. INTRODUÇÃO à Teoria Geral da Administração. 7º Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Disponível em <http://www.cotemar.com.br/biblioteca/administracao/teoria-geral-da-administracao.pdf>, acessado em 09 de Maio de 2016.

Empresa CDL Goianésia: <http://www.cdlgoianesia.com.br/>, acessado em 09 de Março de 2016.

Empresa CDL Goianésia: <http://cdlvarzeaalegre.com/portal/2013/10/25/historia-da-cdl/>, acessado em 14 de Novembro de 2016.

Empresa CDL Goianésia: <http://www.cdlrio.com.br/inicio/quem-somos/certidao-nascimento/historia/>, acessado em 14 de Novembro de 2016.

Empresa CDL Goianésia: <http://www.cndl.org.br/historico/>, acessado em 14 de Novembro de 2016.



GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 1999. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>, acessado em 16 de Maio de 2016.

JUDGE, T. A.; ROBBINS, S. P.; SOBRAL, F. Comportamento organizacional. 14ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/comportamento-organizacional-judge-robbins-sobral>, acessado em 05 de Dezembro de 2016.

NETO, Álvaro Francisco Fernandes. Gestão de conflitos, THESIS, São Paulo, ano II, v.4, p. 1-16, 2º Semestre, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1993.

LEDERACH, J. P. Transformação de conflitos. São Paulo: Palas Athena, 2012.

PIETRAFESA, José Paulo; BORBA, Odiones de Fátima; SILVA, Débora Cristina Santos; PEREIRA, Libna Lemos Ignácio. Do Contexto ao Texto: Os Desafios da Linguagem Científica. 3º Ed. Anápolis-GO: Kelps, 2012.

PROBST; Elisiana Renata. A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho. Disponível em: <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>, acessado em 28 de Novembro de 2016.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: Métodos e Técnicas. 3º Ed. São Paulo: Atlas, 1999. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/226198537/01-Richardson-Pesquisa-Social-MCtodos-e-TCcnicas-pdf-PdfCompressor-643562>, acessado em 11 de Maio de 2016.

SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, et al. Relacionamento Interpessoal no Contexto Organizacional. 2007. Disponível em: http://www.convibra.com.br/2008/artigos/289_0.pdf, acessado dia 01 de Dezembro de 2016.

VERGARA, Sylvia C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 3º Ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

Relato de experiência de discentes do curso de enfermagem na administração de medicamentos em ambiente hospitalar.

Jéssica Catrine Vieira Nascimento

Camila Cardoso

Sarah Lorrane Ramos de Oliveira

Maria da Glória Dutra

Ione Augusto da Silva Sales

Agnês Raquel Camisão

Karynne Milhomem Souza Home Machado

INTRODUÇÃO

No contexto hospitalar, muitos fatores podem provocar danos aos pacientes. O ambiente do cliente envolve muitos fatores físicos, psicológicos, culturais, entre outros, que influenciam ou afetam o prognóstico e a sobrevida (RADUENZ et al., 2010).

A prática de medicação em uma organização de saúde, pode ser definida como um sistema muito complexo, com vários processos interligados, que necessita de uma equipe multiprofissional incluindo médicos, funcionários de farmácia e corpo de enfermagem, que compartilham de um objetivo comum, que é a prestação da assistência à saúde aos pacientes com qualidade, eficácia e segurança (MIASSO, 2006).

Em qualquer momento deste processo de administração de medicamentos podem ocorrer erros pois este apresenta várias etapas sequenciais, as quais são executadas por vários profissionais.

O erro de medicação é conceituado pelo National Coordinating Council for Medication Error Reporting and Prevention (1998) como qualquer evento evitável que venha provocar danos ao cliente ou então levar a uma utilização inadequada dos medicamentos no momento em que estes estão sendo controlados pelos profissionais ou mesmo pelos pacientes.

São vários os erros que podem acontecer na administração de medicamentos, desde sua prescrição até a disponibilização do fármaco no organismo humano. Portanto faz-se imprescindível que a enfermagem possua visão ampliada de todas as etapas para uma assistência medicamentosa com sucesso e principalmente que dê garantias de segurança e qualidade do processo de administração da terapia medicamentosa ao cliente.

Mesmo que o enfermeiro não seja responsável pela prescrição, deve conhecer todos os aspectos e fases envolvidas no processo a fim de prevenir erros que levem a danos ao paciente; uma vez que, a equipe de enfermagem deve sempre trabalhar em busca do bem-estar dos usuários dos sistemas de saúde. Quando ocorrem os erros, há uma violação deste princípio, trazendo consigo prejuízos à saúde e à confiança entre profissional e cliente (GLADSTONE, 1995).

Segundo Lopes (2006) a complexidade que envolve esta prática leva-nos a refletir sobre questões amplamente discutidas no cotidiano, sendo que a equipe de enfermagem fica responsável pelo planejamento, preparo, armazenamento, aprazamento e administração dos medicamentos, constituindo-se de uma prática que ocupa lugar de destaque na enfermagem.

Sendo assim, para que os estabelecimentos de saúde ofereçam ao paciente segurança durante a conduta do tratamento medicamentoso é vital que haja o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas em enfermagem a fim de orientar os profissionais sobre as técnicas apropriadas na medicação. (RADUENZ et al., 2010).

Este trabalho, portanto, pretende apresentar as experiências vivenciadas pelo discente em enfermagem no desenvolvimento prático da administração segura de medicamentos em um hospital municipal localizado no estado de Goiás, afim de contribuir à comunidade científica com a construção de conhecimentos práticos e teóricos para a assistência segura ao paciente.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência sobre a prática de administração de medicamentos e suas ações sobre o paciente, realizado em um Hospital Municipal em uma cidade do interior de Goiás no segundo semestre do ano de 2016. Constituído de leitos para internação que está dividido em: enfermarias masculinas e femininas, obstetrícia e pediatria. Realiza atendimento por meio do Sistema único de Saúde a toda população local e das regiões circunvizinhas.

Neste ambiente foi realizado uma atividade curricular pertencente à disciplina de farmacologia aplicada à enfermagem II a fim de desenvolver a prática de administração de medicamentos, considerando as técnicas para assistência segura do paciente. As observações realizadas em campo prático foram anotadas ao longo e toda atividade em um caderno, para que em um momento posterior fosse realizado um relatório descritivo analisando todas as experiências apreendidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A administração de medicamentos é um procedimento que pode ser realizado por alguns profissionais de saúde, no entanto é uma prática realizada cotidianamente pela equipe de enfermagem. Requer conhecimentos de farmacologia relacionados ao tipo do fármaco, mecanismos de ação, excreção, atuação nos sistemas orgânicos; além de conhecimentos de semiologia e semiotécnica, e avaliação clínica do estado de saúde do cliente. (CONSUELO 2006)

A disciplina de farmacologia II do curso de enfermagem da Faculdade Evangélica de Goianésia aborda como assunto principal a administração de medicamentos observando a teoria e aplicando-se à prática.

Para isso foi disponibilizado o referido hospital municipal, onde foi desenvolvido e realizado as atividades. O primeiro passo foi realizar o conhecimento das dependências do estabelecimento como, alas de internação e observação, pediatria, farmácia, sala de estoque de farmácia e os postos de enfermagem, local onde se concentrou as atividades da referida prática, sob orientação de duas professoras do curso de enfermagem.

Durante a prática, foi observada e reforçada a importância do enfermeiro em adquirir previamente conhecimentos sobre todas as fases da administração de medicamentos além de conhecer a farmacodinâmica e a farmacocinética para conduzir com segurança a assistência ao paciente nessa atividade.

Vários autores confirmam tal afirmativa, como por exemplo, o United Kingdom Central Council for Nursing (1992) diz que administrar medicamentos é um papel fundamental da equipe de enfermagem, que deve ser realizada seguida de uma análise criteriosa da prescrição médica. Assim também SANTOS, D. S. et al. (2014) apresenta que a educação em serviço, a formação profissional e os treinamentos continuados fazem parte de condutas para a prevenção de erros na terapia medicamentosa.

Com isso, após o reconhecimento do campo de trabalho, foi feito um estudo do histórico dos pacientes que já se encontravam sob acompanhamento hospitalar. Foi necessário para que o discente adquirisse conhecimento sobre o estado de doença e limitações dos pacientes em tratamento. Foi realizada a observação criteriosa das prescrições médicas de pacientes em observação e pacientes internos.; folhas de admissão; exames laboratoriais e de imagem; diagnósticos médicos e de enfermagem; aprazamento das medicações; relatório de enfermagem e o prontuário por completo.

Com essas observações, identificou-se um erro de prescrição médica, relacionado a posologia inadequada, onde a receita trazia prescrito 1 frasco do medicamento A, porém não apresentava a descrição exata da dosagem a ser administrada. Foi possível esclarecer a dose correta pois o profissional médico ainda estava presente na unidade hospitalar.

Segundo Oliveira e Melo (2011), em um contexto de insegurança, o sistema de medicação emerge como potencialmente perigoso, visto que envolve várias fases e equipe multiprofissional em todo o processo, podendo surgir uma série de erros em cascata. Nesse contexto, o erro de medicação consiste em qualquer evento evitável que pode causar ou levar ao uso inapropriado de medicamentos ou causar dano a um paciente, enquanto o medicamento está sob o controle dos profissionais de saúde, pacientes ou consumidores.

Considerando que a administração de medicamentos é uma responsabilidade de magnitude da enfermagem e que as inexatidões nas prescrições podem ter consequências sérias, é de extrema relevância que os profissionais de enfermagem identifiquem fatores

de riscos que podem levar a ocorrência de erros, afim de prevenir ou minimizar esses acontecimentos.

No caso descrito anteriormente, a administração de 1 frasco do medicamento A para o paciente pediátrico traria riscos à sua saúde pois, as características e proporções anatômicas e fisiológicas do corpo de uma criança diferem em demasia quando comparado ao organismo de um adulto.

Em virtude disso, foi de grande importância a detecção por parte dos discentes a discrepância na prescrição médica. Por consequência, pode-se afirmar que a administração de medicamentos em pacientes infantis, deve conferir ao profissional de enfermagem conhecimentos de cálculo individualizado de proporção medicamentosa relativo à dose, peso e idade.

É imprescindível que a enfermagem possua visão e responsabilidade total de cada processo da administração medicamentosa, principalmente que dê garantias de segurança e qualidade ao paciente sob o que está na sua incumbência. Para uma administração segura, são necessários conhecimentos sobre Farmacologia, Anatomia, Fisiologia, Microbiologia e Bioquímica. (GALIZA, et al., 2015).

A enfermagem é capaz de interceptar até 86% dos erros na medicação, provindos dos processos de prescrição, transcrição e de dispensação, ao passo que apenas 2% dos erros na administração são interceptados (MIASSO, 2006)

Para evitar imprudência, negligência ou imperícia as principais causas de erros que podem trazer consequências negativas ao processo de saúde e doença do paciente, é necessário que o profissional de saúde só administre o medicamento quando se conhece a sua ação e seus riscos (FERREIRA, 2014).

Conforme o Protocolo de segurança da prescrição, uso e administração de medicamento do Ministério da Saúde (2004), a etapa de administração é a última barreira para evitar um erro de medicação derivado dos processos de prescrição e dispensação, aumentando, com isso, a responsabilidade do profissional que administra os medicamentos. Um erro na administração de medicamento pode trazer graves consequências aos pacientes, devendo-se observar: a ação; as interações; e os efeitos colaterais.

Após o esclarecimento da correta dosagem prescrita foi realizado um planejamento do horário para a preparação dos medicamentos de forma que não ultrapassasse o momento adequado da administração medicamentosa do paciente. Em frascos de medicamentos preparados que seriam utilizados posteriormente, foi mantido o registro adequado, tal como data e horário da manipulação, concentração do medicamento, nome do responsável pelo preparo, validade e correto armazenamento seguindo especificações de temperatura e exposição à luz.

Posteriormente, a administração do medicamento foi realizada observando continuamente pontos de riscos eminentes como, a biossegurança, a identificação adequada do medicamento certo, o paciente certo, na dose certa, pela via certa, na hora

certa. Após o término da administração foi realizado o registro do procedimento no prontuário do paciente, os descartes em local adequado, organização e higienização da bancada e novamente a lavagem das mãos.

Procedeu-se com a checagem das administrações feitas no relatório de enfermagem para evitar conflitos e erros de administração, como a duplicação das administrações já realizadas.

Todos procedimentos descritos foram realizados a fim de chegar ao efeito benéfico da intervenção farmacológica com segurança desde a observação criteriosa da prescrição até o registro e descarte dos materiais em local adequado.

Contudo, observou-se uma falha grave, onde ao não realizar a checagem de uma administração medicamentosa no prontuário do paciente, fez com que uma das medicações preparadas quase fossem administradas repetidamente. Tal erro não aconteceu porque o mesmo relatou à professora supervisora que aquele medicamento havia sido administrado a poucos minutos. Esse é um problema que pode ser evitado quando o corpo de enfermagem prioriza o trabalho em equipe, ressaltando, portanto, a responsabilidade compartilhada que cada profissional da enfermagem possui para evitar qualquer tipo de dano ao paciente.

Além disso, outra problemática enfrentada foi a administração de uma cápsula de Floratil® a um paciente de um ano e dois meses de idade que teve que ser diluída em pequena quantidade de água e administrada em uma seringa por via oral, devido sua dificuldade de deglutição. A prática de diluir ou triturar cápsulas e comprimidos não é aceita pelos órgãos regulamentadores. No entanto, costuma ser utilizada em casos emergentes, onde o medicamento seja indispensável ao paciente e a instituição não disponibilize da forma farmacêutica adequada. Tal procedimento exige que o enfermeiro tenha conhecimento sobre possíveis interações medicamentosas, incompatibilidades químicas e características de solubilidade. Este fato demonstra uma realidade corriqueira no dia a dia dos profissionais de enfermagem, onde, na maioria das vezes se veem obrigados a fazer improvisos de maneira criativa sem acarretar danos ao paciente.

Para tanto a supervisão integral e auxílio das professoras supervisoras foi de grande contribuição para a realização das atividades, inclusive para o aprimoramento dos conhecimentos teórico-prático e das habilidades e destrezas manuais.

As atividades principais desenvolvidas pelos discentes, compatíveis com o contexto básico da profissão ao qual o curso se refere, objetivou a execução de todo conhecimento teórico adquirido em sala, envolvendo a administração segura e correta de medicamentos. Procurou-se não preparar mais de um medicamento por vez, tendo total concentração na atividade desenvolvida, como forma de evitar erros de preparação e administração medicamentosa.

CONCLUSÕES

Os procedimentos realizados no ambiente hospitalar permitiram desenvolver o acompanhamento de administração de medicamentos, incluindo desde o processo de estudo do histórico do paciente à checagem da administração feita no relatório de enfermagem, utilizando as práticas seguras e adequadas da administração de medicamentos.

O desenvolvimento prático da administração de medicamentos foi de grande valia, pois na observação e execução surgem muitas dúvidas, propiciando um ambiente rico para o processo ensino-aprendizagem.

Foi possível conhecer a realidade vivenciada diariamente pelos profissionais da saúde que compõem a equipe hospitalar, principalmente pelos enfermeiros e, desta forma, despertar a consciência sobre a importância de o enfermeiro desempenhar corretamente seu papel, especialmente no que diz sobre a administração segura de medicamentos.

Para tanto, ficou evidente que o profissional da enfermagem deve estar em constante busca de novos conhecimentos, sabendo compartilhar cada descoberta com toda a equipe, estando sempre atento às suas ações para que ofereça maior segurança e qualidade no atendimento prestado aos pacientes.

Sendo assim, pode-se afirmar que é preciso que o enfermeiro obtenha uma visão ampla e atualizada do sistema de medicação para que tenha condições de realizar intervenções objetivas e produtivas para o paciente e para a instituição, analisando criticamente o sistema de medicação, refletindo sobre suas possíveis falhas e causas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria MS nº 518/2004. Brasília, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/portaria_518_2004.pdf>. Acesso em 11 de junho de 2017.

COIMBRA, Jorséli Angela Henriques; CASSIANI, Silvia Helena de Bortoli. Administração de medicamentos: uma prática segura? Revista ciência, cuidado e saúde maringá: Volume 1 – 2002.

CONSUELO, Helena Aires de Freitas Lopes; EDNA Maria Camelo Chaves; MARIA Salete Bessa/ Jorge. Administração de medicamentos: análise da produção científica de enfermagem. Revista brasileira de enfermagem: Volume 59 – 2006.

FERREIRA, Marilaine M. De Menezes; ALVES, Fernanda da Silva; JACOBINA, Fernanda M. Barberino. O profissional de enfermagem e a administração segura de medicamentos. Revista enfermagem contemporânea : junho/2014.

GALIZA, D. D. F. et al. Preparo e Administração de Medicamentos: erros cometidos pela equipe de enfermagem. Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde. São Paulo, v.5, n.2 45-50, 2015.

GLADSTONE, J. Drug administration errors: a study into the factors underlying the occurrence and reporting of drug errors in a district general hospital. *J.Adv.Nurs*, v. 22, p. 628-637, 1995.

LOPES, C. H. A. F.; CHAVES, E. M. C.; JORGE, M. S. B. Administração de medicamentos: análise da produção científica de enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*. 59(5):684-8, 2006.

MIASSO, Adriana Inocenti; SILVA, Ana Elisa Bauer de Camargo; CASSIANI, Silva Helena de Bortoli; GROU, Cris Renata; OLIVEIRA, Regina Célia; FAKIH, Flávio Trevisan. O processo de preparo e administração de medicamentos: identificação de problemas para propor melhorias e prevenir erros de medicação. *REVISTA LATINO AMERICANA DE ENFERMAGEM*: maio/junho 2006.

NATIONAL COORDINATING COUNCIL FOR MEDICATION ERROR REPORTING AND PREVENTION - NCCMERP. Taxonomy of medication errors. 1998. Disponível em: <<http://www.nccmerp.org/aboutmederrors.htm>>. Acessado em 30 de outubro de 2017.

OLIVEIRA, REJANE BURLANDI DE; MELO, ENIRTES CAETANO PRATES. O sistema de medicação em um hospital especializado no município do Rio de Janeiro. *Esc. Anna Nery Rev. Enferm*;15(3):480-489, jul.-set. 2011.)

RADUENZ, A. C. et al. Cuidados de enfermagem e segurança do paciente: visualizando a organização, acondicionamento e distribuição de medicamentos com método de pesquisa fotográfica. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, vol.18, n.6, p.1045-1054. 2010.

SANTOS, D. S. et al. Segurança do paciente: fatores causais de eventos a medicamentos pela equipe de enfermagem. *Ciências Biológicas e da Saúde*. V.2, n.2, p. 19-30, 2014.

UNITED KINGDOM CENTRAL COUNCIL FOR NURSING. Midwifery and health visiting. Standards for the administration of medicines. UKCC: London, 1992.

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS ESTÉTICOS NA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS PLÁSTICAS

PRISCILLA ROSA DE AQUINO

MYRIAM CHRISTINA ALVES RODRIGUES

INTRODUÇÃO

RESPONSABILIDADE CIVIL NAS CIRURGIAS PLÁSTICAS

1 Atividade Médica, Obrigação de Meio e de Resultado.

Serpa Lopes (2009) atribui que o desenvolvimento da classificação das obrigações, em: obrigações de meio e obrigações de resultado. Assim, existe uma obrigação de meio quando a própria prestação somente exige do devedor que empregue determinados meios, sem se ater ao resultado. Aí não estariam incluídas as obrigações de resultado, como nos contratos de locação de serviços de profissionais como o médico e o advogado. Já as obrigações de resultado, são aquelas em que é devedor se obriga a um resultado pré-determinado. Quanto aos cirurgiões plásticos, a situação é outra. A obrigação que assumem é de resultado. Os pacientes, na maioria dos casos de cirurgia estética, não se encontram doentes, mas pretendem corrigir um defeito, um problema estético. Se o cliente fica com aspecto pior, após a cirurgia, não se alcançando o resultado que constituía a própria razão de ser do contrato, cabe-lhe o direito à pretensão indenizatória. (GONÇALVES, 2012). Ainda segundo Gonçalves (2012), o cirurgião plástico assume obrigação de resultado porque seu trabalho é, em geral, de natureza estética. No entanto, em alguns casos a obrigação continua sendo de meio, como no atendimento de vítimas deformadas ou queimadas em acidentes, ou no treinamento de lesões congênitas ou adquiridas, em que se ressalva a natureza corretiva do trabalho e a melhora da condição do paciente, e não de um resultado baseado na expectativa do paciente. O Profissional que se propõe a realizar uma cirurgia visando melhorar a aparência física do paciente, assume o compromisso de que no mínimo, não lhe resultarão danos estéticos, cabendo ao cirurgião a avaliação de riscos. Responderá por tais danos, salvo culpa do paciente ou a intervenção de fator imprevisível, o que lhe cabe provar. (RIBEIRO, 2015, online)

Contratada a realização de cirurgia estética embelezadora, o cirurgião assume a obrigação de resultado, sendo obrigado a indenizar não pelo cumprimento da finalidade, tanto pelo dano material, como pelo dano moral, decorrente de deformidades, salvo motivo de força maior ou caso fortuito.

Qualquer dano estético configura profunda dor moral, e como tal deve ser indenizado. Como em qualquer cirurgia, na plástica também pode surgir complicações pré e pós-operatórias. Há, porém, tendência de se tratar com maior rigor o cirurgião plástico, não somente porque essa intervenção não tem cunho de essencialidade para a saúde do paciente, como também porque é conceituada como obrigação de resultado. (NETO, 2005).

2 Cirurgia Plástica Estética: dever de informação e consentimento do paciente.

Os deveres de informação e consentimento, tem como objetivo a boa fé objetiva, o médico deve prestar ao paciente todas as informações ; os riscos da cirurgia, as mudanças corporais, que podem ser alcançadas com o procedimento cirúrgico, alertando sobre a possibilidade de se prometer, face as limitações científicas e anatômicas, a um determinado resultado; quais as partes do corpo serão afetadas e os possíveis efeitos colaterais; as vantagens as desvantagens da hospitalização e da técnica a ser empregada. (TEPEDINO, 2008) O dever de informar, os procedimentos cirúrgicos devem ser sempre precedidos do consentimento informado ao paciente. (CAVALIERI, 2004).O termo de consentimento informado (TCI) representa uma segurança para o cirurgião plástico e para o paciente. (NETO, 2009)

3 Dano Estético e Reparação do Dano

Quando falamos de dano estético logo é possível uma ligação com a responsabilidade civil, segundo a doutrinadora Tereza Ancona Lopez (2004) sobre a responsabilidade pelo dano estético, a mesma defende que, O nosso Código Civil (CC) colocou a responsabilidade médica dentro das obrigações por atos ilícitos, mas isto não lhe tira o caráter contratual. A responsabilidade desses profissionais está prevista no artigo 951 do código atual 2002, muito mais abrangente que o antigo artigo 1.545 CC, pois estende a todo tipo de profissional que, por negligência, imprudência ou imperícia, causasse a morte do paciente, agravasse-lhe o mal causasse-lhe lesão ou o deixasse inabilitado para o trabalho. Assevera Lopes (2009,p.12) que:

“Para que um dano possa transformar-se em indenização há dois tipos de averiguação: a primeira diz respeito ao que se considera devido – *andebeatur*; a segunda se relaciona com o montante da indenização – *quantum debeatur*”

Entende-se que o dano estético só ocorrerá se o dano não for passível de reparação, pois nesse caso será hipótese de dano patrimonial, no que diz respeito às despesas médicas, entre outras despesas que serão advindas do dano causado e que levará ao afastamento do paciente de suas atividades laborais. (STOCO, 2011). A obrigação de reparar o dano causado é uma obrigação legal, que pode ser fundamentada nos princípios morais, mas certamente não é uma obrigação moral. Por isso a autora afirma que a natureza da reparação é uma compensação pecuniária, que se calcula exatamente sobre a dimensão do prejuízo sofrido. A reparação do dano será sempre imperfeita, e raramente se é possível voltar ao estado anterior, quer o dano seja moral ou material. (KUHN, 2012). Atualmente segundo Briz Jaime Santos (2015) a reparação do dano está em expansão para além da esfera dos interesses privados, e, é importante salientar que nem todo dano é reparável, dano estético é de certa forma muito subjetivo pois, em alguns casos pode ser uma alegação decorrente de o resultado não ter agradado o paciente, ou do contrário, pode ser decorrente de erros grosseiros médicos, ou ainda, de questões que não estariam ao alcance da verificação de erro pela perícia médica por não estar presente o elemento da

culpa da atividade do profissional da medicina, o dano estético deve ser apurado de acordo com o caso em concreto.

MATERIAL E MÉTODOS

Pesquisa bibliográfica em acervos de livros e artigos on line e Jurisprudência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca incessante pela beleza tem se tornado uma obsessão nos últimos tempos, o apelo pela estética e por procedimentos que levam a manutenção da juventude levam as pessoas a procurarem mais as cirurgias plásticas estéticas, e estas tem tomado lugar de grande destaque.

Com o avanço da Medicina e o desenvolvimento das técnicas cirúrgicas, existem atualmente inúmeras possibilidades de cirurgias plásticas com o intuito de corrigir defeitos corporais e de melhorar a aparência, com a grande procura por cirurgias plásticas estéticas, aumentaram consideravelmente também os casos que ensejam discussão em torno da responsabilidade médica quando danos estéticos decorrem desta intervenção cirúrgica.

Responsabilidade é um conceito complexo, e possui várias definições no campo jurídico, quando buscamos uma relação com o trabalho do cirurgião plástico a que melhor define tal relação é a obrigação de reparação, no caso de erro médico, determinar a natureza jurídica da relação médico paciente é de fundamental importância quando se fala da responsabilidade civil na realização de cirurgias plásticas, a função do cirurgião plástico, ao desempenhar sua profissão, é de aplicar todo conhecimento de que dispõe para o paciente.

O exercício da medicina é um ato jurídico, pois o exercício de tal profissão é garantido pelas leis do país, através do diploma e do conselho que rege a profissional. É importante ressaltar que para a realização de cirurgia plástica meramente estética, o individuo apresenta-se saudável e procura neste momento apenas satisfazer um desejo de melhora em seu aspecto físico, e espera o resultado desejado e muitas vezes acertado com o médico.

Sendo assim, o dano estético advindo de tal procedimento caracteriza-se pelo paciente como lesão, levando-o a uma busca por essa reparação, e deve-se também considerar neste momento, o fator psicológico do individuo que se depara com um resultado totalmente contrário ao esperado.

Na cirurgia plástica, a obrigação que o cirurgião assume é de resultado, existindo a presunção de culpa do médico quando ocorrerem danos ou resultados não esperados pelo paciente, havendo assim, a inversão do ônus da prova, cabendo unicamente à vítima a demonstração de que o resultado obtido não foi o pactuado.

O dano estético por uma cirurgia plástica estética, caracteriza-se por ser uma lesão a um direito não patrimonial, qual seja, a aparência física. Além de lesionar a imagem da

vítima, o dano estético também pode provocar sofrimento a pessoa lesada, levando a pessoa a tristeza e mudanças profundas causando assim dano moral. Por tratar-se de ações reparatórias a vítima busca a tutela de seus direitos para tentar retornar ao estado anterior, muitas vezes tal intuito não é atingido plenamente, por isso geralmente ocorre a reparação valorativa, como uma forma de compensar.

CONCLUSÕES

A responsabilidade civil médica é um tema que tem ensejado várias discussões nos âmbitos jurídicos e da medicina. A responsabilidade civil do cirurgião plástico em cirurgias estéticas tem tido um aumento expressivo de processos relacionados ao erro médico, e a grande maioria dessas ações tem como fundamento principal, os pedidos de reparação civil. A presente monografia destaca de uma maneira geral, o erro médico em cirurgias plásticas estéticas, suas modalidades e excludentes, histórico, natureza jurídica desta relação, meios de defesa e qual o tipo de obrigação surge desta relação médico paciente.

Quando da cirurgia plástica estética advêm danos estéticos, o médico incorrerá em responsabilidade e deverá ressarcir o paciente dos mesmos. A responsabilidade civil decorrente do erro médico é de grande importância, pois trata-se da vida humana, bem jurídico tutelado pela Constituição federal

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAVALIERI, Sergio. A Responsabilidade Médica e o Dever de Informar, v.7, Rio de Janeiro, Malheiros, 2004.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro- Responsabilidade Civil. São Paulo, Saraiva, 2012.
- LOPES, Miguel de Farias Serpa. Curso de Direito civil. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 2009.
- LOPEZ, Magalhães, Tereza Ancona. O Dano Estético, São Paulo, Atlas, 2011.
- NETO, Miguel Kfourir. Culpa médica e ônus da prova. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2005.
- NETO, Miguel Kfourir. Responsabilidade civil do Médico. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2009.
- STOCO, Rui. Tratado de Responsabilidade Civil: doutrina e jurisprudência. 8. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2011.
- SÍLVIO, Rodrigues. Responsabilidade Civil por erro médico, São Paulo, Forense, 2002.
- TEPEDINO, Gustavo. Temas de direito civil, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008.

SOFTWARE DESENVOLVIDO A FIM DE CALCULAR A QUANTIDADE DE CERÂMICA A SER UTILIZADA PARA COBRIR UMA ÁREA, O SEU CUSTO E A QUANTIDADE DE ARGAMASSA À SER UTILIZADA

Jean Lucas Dias Cantuário
Ivandro José de Freitas Rocha
Matheus Dos Santos Biângulo
Jean Lucas Dias Cantuário
Filipe Ottoni Rosa Oliveira
Murillo Do Vale Souza
Rafael De Aquino Silva

INTRODUÇÃO

Tratar os resíduos da construção civil como entulho não é nada recomendável pelo ponto de vista da sustentabilidade. Se, por um lado, há o prejuízo financeiro que ocorre quando tratamos como lixo um material que poderia ser reutilizado, por outro há a geração de um sério problema ambiental que ocorre quando criamos montes de entulho que ocupam grandes extensões em terrenos (AWA COMERCIAL, 2015).

O fantasma do desperdício assombra a construção civil brasileira. Dizia-se antes que de cada três prédios construídos, um quarto prédio era perdido. Mito ou realidade? Era impossível saber, pois não existiam estatísticas que pudessem confirmar ou desmentir a afirmação. Hoje já se sabe que as perdas de materiais - que viram entulho ou ficam incorporados à obra - chegam a 8%. "Ainda é muito", concorda Vahan Agopyan, vice-diretor da Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo) (RODRIGUES, 2001).

MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização do software foram feitas pesquisas da quantidade de argamassas, rejuntas e a proporção da cerâmica utilizada. Baseado no tamanho da área e a dimensão da cerâmica utilizada que o usuário irá especificar o software informa a quantidade de argamassa a ser utilizada. O resultado da quantidade da cerâmica pela área especificada terá um aumento de 10%, para a realização do rodapé ou de algum imprevisto.

Os métodos utilizados para a realização da conclusão do programa foram cálculos de área, para a comparação das dimensões do cômodo e das cerâmicas, também foram utilizados cálculos de conversões devido a serem utilizadas diversas medidas diversas. Para a quantidade de argamassa, o resultado se baseou na dimensão da cerâmica, a qual era alterada a conversão em caso de um valor acima da média.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Plataforma

Através das dimensões fornecidas, o programa calcula a área do local a ser assentado, extraindo a partir desse dado a quantidade de argamassa utilizada, podendo ainda ter dois resultados, se a argamassa foi utilizada apenas no piso, ou também foi na própria cerâmica.

São fornecidos quatro opções de cerâmica, todas já estão com o valor da área em metros e com a soma dos rejuntas e rodapés em caso da sua opção, no caso do usuário querer digitar sua própria dimensão, os dados serão recebidos em centímetros, adicionado os rejuntas através de um aumento de um centímetro por cerâmica e adicionado os rodapés através de um acréscimo de 10% do valor de cerâmicas necessárias apenas para o piso, em seguida, o valor será convertido para metros, para o cálculo com a área.

O resultado de cerâmicas obtido será dividido pela área, extraído apenas a sua trunca (para não ter o uso de valores quebrados nessa etapa) e adicionado mais uma cerâmica devido a possível exclusão de valores decimais.

Para a determinação de argamassa a ser utilizada, ela pode ser extraída através do valor da área total do local a ser assentado, podendo ser de duas formas, em caso de utilização da argamassa apenas no piso, o gasto é de aproximadamente 4 Kg por m², e no caso da argamassa ser colocada no chão e também na cerâmica, o gasto é de aproximadamente 7 Kg por m².

Funções

O usuário fornecerá as dimensões da área a ser preenchida em metros. Em seguida é disponibilizado quatro opções de tamanho de cerâmicas em centímetros, 25x25, 40x40, 60x60 e 80x80, caso nenhuma das opções satisfaça o usuário, o mesmo deverá especificar as dimensões em centímetros.

O software informa o número de cerâmicas a ser comprada e quanto custará. Logo após será expresso a quantidade de argamassa que será utilizada através do valor da área em m² e da espécie de colagem a ser utilizada (simples ou dupla).

CONCLUSÕES

Dada a importância do assunto, torna-se necessário o desenvolvimento de formas de agilizar as partes mais demoradas de uma construção civil, O trabalho em questão

economiza não só o tempo previsto para a conclusão da etapa construtiva, como também reduz a quantidade de resíduos gerados nessa etapa.

Os resultados obtidos foram bem próximos dos valores ideais, e devido a consideração da margem de erro, o programa é viável para uma obra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AWA COMERCIAL. Números sobre o desperdício na construção civil. 2015. Disponível em: < <http://awacomercial.com.br/blog/numeros-sobre-desperdicio-na-construcao-civil-e-raozes-para-reutilizar-materiais/> >. Acesso em 30/10/2017.

GET NINJAS. Evite o desperdício dos materiais de construção. 2017. Disponível em < <https://www.getninjas.com.br/guia/reformas-e-reparos/pedreiro/como-calculer-a-quantidade-da-argamassa/> >. Acesso em 30/10/2017.

RODRIGUES, M. TÉCHNE. Números do desperdício. 2001. Disponível em: < <http://techne17.pini.com.br/engenharia-civil/53/artigo285202-1.aspx> >. Acesso em 30/10/2017.

SOFTWARE DESENVOLVIDO PARA AJUDAR NO CÁLCULO DO CONCRETO ARMADO

Nery Darc Costa Silva

Ivandro Rocha

Daniel Leal

Danielle da Silva Conceição

Murilo de Jesus Oliveira

INTRODUÇÃO

O Programa desenvolvido auxilia no cálculo do concreto armado que é um tipo de estrutura que utiliza armações feitas com barras de aço. Essas ferragens são utilizadas devido à baixa resistência aos esforços de tração do concreto, que tem alta resistência à compressão. (ESCOLA ENGENHARIA,2017)

O projeto de uma estrutura em concreto armado é realizado por engenheiros especializados em cálculo estrutural. Também conhecidos como calculistas, eles vão dimensionar a bitola do aço a ser utilizado e os elementos que compõem a estrutura, como vigas, pilares, lajes, blocos, sapatas, etc. Assim como determinar a resistência do concreto e o espaçamento entre as barras de aço. (ESCOLA ENGENHARIA,2017)

O software auxiliará no cálculo da área de uma Laje e de pilares com o intuito de determinar a quantidade de brita, cimento e areia necessárias para construção, desenvolvido no programa DEV-C++ é um software que oferece um ambiente de desenvolvimento integrado para o desenvolvimento de aplicações (TECHTUDO, 2010)

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi desenvolvido em três etapas que serão descritas a seguir usando os conhecimentos de Informática e INTRODUÇÃO em Engenharia Civil para obtenção dos resultados:

A primeira etapa foi buscar o máximo de conhecimento sobre a estrutura de Concreto Armado. Assim, realizou-se pesquisas em sites da internet, um deles, o da EscolaEngenharia foi usado para obtenção de informações precisas das características de como é feita essa estrutura e os materiais utilizados.

Na segunda etapa, os dados foram organizados em um software onde ele calculará a área de uma Laje e de pilares com o intuito de determinar a quantidade de brita, cimento e areia necessárias para construção. (Algoritmo 1)

Na terceira etapa, utilizou-se os conhecimentos discutidos com o Engenheiro Luiz Tomas de Aquino, especializado em concreto armado.

Algoritmo 1 - Software na estrutura Dev-C++

```
// Bibliotecas
#include<stdio.h>
#include<stdlib.h>
#include<locale>
main( )
{
    setlocale(LC_ALL,"portuguese"); // Possibilita utilização de acentuações

    system("color 70"); // altera a cor do fundo e da letra

    float hp, bp, lp, qp, vp, hl, bl, ll, ql, qg, vl, qc, qb, qa, vc, va, vb, tot, pt, al, ap, lt;
    fflush(stdin);
    printf("Digite a quantidade de pilares: ");
    scanf("%g", &qp);
    printf("valor da base do pilar: ");
    scanf("%g", &bp);
    printf("valor da largura do pilar: ");
    scanf("%g", &lp);
    printf("valor da altura do pilar: ");
    scanf("%g", &hp);
    printf("Digite a quantidade de lajes: ");
    scanf("%g", &ql);
    printf("valor da base da laje: ");
    scanf("%g", &bl);
    printf("valor da largura da laje: ");
    scanf("%g", &bp);
    printf("valor da altura da laje: ");
    scanf("%g", &bp);
    pt=(bp*lp*hp*qp);
    lt=(bl*ll*hl*ql);
    tot=(al+ap);

    if(tot=0||tot<0)
    {
        printf("Valor invalido.\n");// texto informativo
        return main( );
    }
    qc = (((1/4.07)*1320)*tot*0,05);
    qb = ((3/4.07)*tot*0,05);
```



```
qa = ((2/4.07)*tot*0,05);  
qg = (((0.60/4.07)*1000)*tot*0.05);  
printf("\narea total: %f", tot,"m³");  
printf("\nquantidade de cimento utilizado: %g", qc);  
printf( " kg");  
printf("\nquantidade de areia utilizado: %g", qa);  
printf(" m³");  
printf("\nquantidade de brita utilizado: %g", qb);  
printf(" m³");  
printf("\nquantidade de agua utilizado: %g", qg);  
printf(" l");  
  
}
```

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Software é configurado com a inserção de valores, para calcular áreas que se fosse manualmente demoraria um tempo maior para ser resolvido. Quando bem utilizados, os programas facilitam a elaboração dos projetos e contribuem para a obtenção de estruturas mais econômicas.

A possibilidade de se construir estruturas cada vez mais esbeltas e arrojadas trouxe, sem dúvida, um grande avanço tecnológico à construção civil. Na mesma medida, porém, foi preciso pagar um alto preço: o cálculo dessas estruturas é cada vez mais complexos e refinados.

Antes, o projeto era feito por modelos matemáticos simples, porque havia ferramentas para isso, como as pequenas máquinas de calcular. Entretanto, à medida que as estruturas foram se sofisticando, o custo também foi crescendo. Com a evolução dos microcomputadores e dos softwares, ferramentas poderosas foram criadas com a finalidade de auxiliar os engenheiros a executar os projetos.

CONCLUSÕES

O trabalho proporcionou uma visão ampla de como utilizar a Lógica de programação a favor da construção civil, abrindo caminho para que o Concreto Armado seja calculado com mais rapidez e precisão, dando a oportunidade também de mostrar como a Informática pode ser importante na construção civil.

A observação das características e tipos de materiais a serem usados contribuíram para a eficiência do Software que ajudou nos resultados de um bom projeto

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESCOLA ENGENHARIA. Materiais de Construção ,O que é Concreto Armado?.2017. Disponível em: <<https://www.escolaengenharia.com.br/concreto-armado/>>. Acesso em: 22 out. 2017.

TECHNE. Softwares auxiliam o cálculo estrutural. Edição 73 - Abril/2003.

Disponível em: <http://techne17.pini.com.br/engenharia-civil/73/artigo285268-1.aspx>. Acesso em:30 out.2017.

PORTAL METÁLICA. Estruturas de Concreto Armado, A Proteção do Aço pelo Concreto.Disponível em: <http://wwwo.metlica.com.br/estruturas-de-concreto-armado-a-protecao-do-aco-pelo-concreto>. Acesso em: 30 out. 2017.

SOFTWARE DESENVOLVIDO PARA CÁLCULO DA QUANTIDADE DE TELHAS USADAS EM UMA CONSTRUÇÃO CIVIL

Joyce Silva Rosa

Ivandro Rocha

Stéfanny Balbino Silva Rosa

Gesley Balbino Souza

Ivandro Rocha

INTRODUÇÃO

Juntamente com os demais elementos básicos de uma construção, o telhado ou cobertura é um dos itens mais importantes da edificação (ROBERTO, 2017). O telhado, seja

de telhas cerâmicas, laje de concreto ou qualquer outro tipo de material, necessita adequar-se

à capacidade das paredes, ou estrutura, em absorver seu peso, além de ter a função de

proteger os espaços interiores. Sua forma precisa ser construída com cuidado e atenção para

que possa garantir a recepção e o encaminhamento da água de chuva, deve também possuir

conforto térmico e acústico (ROBERTO, 2017).

A cobertura de uma construção deve ser feita com cautela e cuidado para que sejam evitadas infiltrações e a umidade que podem comprometer a obra (ROBERTO, 2017).

O custo do telhado representa, aproximadamente 10% do valor da obra (ROBERTO,

2017), portanto, é importante que o cálculo correto da quantidade de telhas a serem utilizadas

no cobrimento de determinada obra seja correto, o que assegura economia para o contratador

do serviço.

Dessa forma, objetivou-se desenvolver um programa em C++ para auxiliar no cálculo

da quantidade de telhas para telhado (estimativa) ao realizar um projeto de telhado de uma

edificação.

MATERIAL E MÉTODOS

Para o cálculo da quantidade de telhas para um telhado é necessário obter a área que será

coberta incluindo os beirais; corrigir a área em planta, para área inclinada; multiplicar a área

inclinada pela quantidade de telhas em m² e acrescentar uma porcentagem de 5%, caso haja

quebras de telha, e recorte.

Para calcular a quantidade de telhas é necessário encontrar a área em planta. Para o telhado do exemplo, temos um dos lados ($A + A = X$) (Figura 1). O outro lado possui medida

C, então, multiplica-se os dois lados encontrados: $\text{ÁREA} = X * C = Y \text{ m}^2$ (esta área ainda não

está corrigida para a inclinação solicitada).

Depois, efetua-se a correção da área em planta, para área inclinada. Em seguida, multiplica-se pelo fator de correção (F.C.) (Tabela 1), correspondente à inclinação do telhado

para encontrar a área inclinada.

Tabela 1- Fatores de correção (F.C.) correspondente as inclinações do telhado:

Supondo que o telhado tivesse inclinação de 35%, de acordo com tabela 1, tem-se para inclinação (35% - F.C. = 1,059). Desta forma, multiplica-se a área em planta pelo fator

de correção: ($Y \text{ m}^2 * 1,059 = \text{ÁREA INCLINADA m}^2$) e encontra-se a área inclinada. O passo

seguinte é multiplicar a área inclinada de telhado pelo consumo da telha a ser usada, para isso

é necessário consultar o catálogo do produto que tem por objetivo especificar o consumo

determinado de cada telha. Como exemplo, utilizar-se-á seguinte telha:

PORTUGUESA:

Material: Cerâmica

Quantidade: 16 telhas por metro quadrado de telhado

Peso: 2,5 Kg por peça

Inclinação Mínima: 30%

Inclinação acima de 60% recomenda-se fixação das telhas

Cor: Esmaltada (21 cores), natural e branca.

Multiplica-se, então, a $\text{ÁREA INCLINADA m}^2 * 16$ telhas (o número de telhas que cobrem o telhado por m²) = X telhas. Acrescenta-se + 5% = VALOR TOTAL DE

TELHAS

A SEREM USADAS (arredondado).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para realização do software é necessário valores específicos, pois, assim, obtém-se resultados rápidos e precisos em relação ao trabalho manual. Quando bem programados e

utilizados, os programas facilitam a elaboração dos projetos e contribuem para construções

mais econômicas e praticamente sem erros. A possibilidade de se usar a tecnologia e a

informática na construção civil facilita mais a cada dia que passa o processo de construção.

Por isso, a necessidade de investir em programas e novidades nessa área.

CONCLUSÕES

O programa desenvolvido é um método fácil e prático para a realização do cálculo da

quantidade de telhas e serve para todos os tipos de telhados, só necessitando saber qual o tipo

de telha, a inclinação mínima e máxima e a quantidade por m².

O software proporciona vantagens a favor da construção civil para que vários cálculos

demorados sejam feitos com rapidez e precisão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PAIXÃO, L. Como calcular a quantidade de telhas para telhado. 2016. Disponível em: <<https://www.aarquiteta.com.br/blog/engenharia-e-construcao-civil/calculara-quantidade-de-telhas/>>.

Acesso em: 31 out. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Telhados. Disponível

em:<<http://www.dcc.ufpr.br/mediawiki/images/f/fd/Telhados-Aula02.pdf>>.

Acesso em:

31 out. 2017.

ROBERTO, C. Telhado ou cobertura. Disponível em:

<<http://crjconstrucao.blogspot.com.br/p/servicos.html>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

Software para cálculo do dimensionamento de caixa d'água

Thulio Lima Barros

Robson Felix

THULIO LIMA BARROS

RAIANE DUARTE DE OLIVEIRA

MURILO DE OLIVEIRA GOMES

MARIA CLARA CESAR

LEONCIO CRISOSTOMO DE ALMEIDA LIMA

INTRODUÇÃO

Os primeiros projetos hidráulicos foram desenvolvidos há milhares de anos, na Roma antiga e, destinavam-se à irrigação dos campos agrícolas. Outros exemplos de sistemas que faziam uso da gravidade para fazer mover a água eram o sistema Qanat na antiga Pérsia, e, o semelhante sistema Turpan na antiga China, bem como os canais de irrigação no Peru. (ADAIL ENGENHARIA, 2014).

Na China antiga, a engenharia hidráulica estava altamente desenvolvida, sendo construídos enormes canais com diques e barragens para canalizar a água para irrigação e, eclusas, que permitiam o atravessamento de navios. No século VI a.C., a partir de grandiosos projetos hidráulicos, foi construído o Túnel de Eupalinos pelo engenheiro grego Eupalinos de Mégara, um enorme feito, tanto de engenharia civil, como de engenharia hidráulica (ADAIL ENGENHARIA, 2014).

Dimensionar é a ação de determinar grandezas e dimensões (MASSANO, 2015). Frequentemente, surgem dúvidas a respeito da maneira correta para dimensionar os reservatórios d'água fria, que variam de acordo com: o tipo de construção, visto que, existe uma quantidade de consumo estimada de água para cada uma; a quantidade de pessoas que irão utilizar o espaço; o tempo desejado de uso do reservatório.

Segundo a NBR (Norma Brasileira) 5626 – Instalação Predial de Água Fria, a capacidade dos reservatórios de uma edificação deve atender ao padrão de consumo de água no local e, se possível, obter informações para considerar a frequência e duração de interrupções do abastecimento.

O volume de água reservado para uso doméstico deve ser, no mínimo, o necessário para 24 horas de consumo normal, pelo número total de usuários na edificação, sem considerar o volume de água para combate à incêndio.

Entretanto, dependendo do local ou da finalidade da edificação, a capacidade de reserva de água pode variar de acordo com as necessidades do cliente. Por exemplo, um local onde é comum a falta de água ou uma lavanderia, ou um restaurante, é possível dimensionar uma caixa d'água para três ou quatro dias de consumo (ADAIL ENGENHARIA, 2013-2014).

Portanto, para sanar tais dúvidas e facilitar as operações, fora desenvolvido um software que, através das informações necessárias oferecidas pelo usuário, este retorna, com precisão, a dimensão que o reservatório deve possuir para suportar o abastecimento, segundo a norma NBR 5626.

MATERIAL E MÉTODOS

As exigências por garantia e segurança são cada vez maiores, com a evolução das representações dos cálculos matemáticos e, os quesitos para dimensionar estão cada vez mais complexos, exigindo um desempenho crescente na hora dos cálculos, os quais, estão gradativamente mais extensos e repetitivos.

Para otimizar tempo de produção em um mercado que exige rapidez e eficiência, a utilização de softwares é o caminho mais viável, haja vista a precisão e agilidade dos mesmos.

O software fora desenvolvido no DEV C++, um ambiente de programação utilizado para editar, copilar e executar arquivos com código fonte na linguagem C/C++. No programa, foram utilizadas informações do website Escola da Engenharia, onde apresenta conteúdos oriundos da NBR 5626, sobre cálculo do dimensionamento de caixas d'água.

A fim de objetivar o fluxo de informações, destaca-se nesse programa os seguintes projetos/obras: 1 - casas populares; 2 - residências; 3 - apartamentos; 4 - hotéis; 5 - edifícios; 6 - escritórios; 7 - garagens; 8 - quartéis; 9 - mercados; 10 - asilos; 11 - creches. Sendo que, para cada um citado anteriormente, existe um devido valor, referente ao gasto d'água, na tabela que segue.

Cada número, de 1 a 11, representa a respectiva construção, no software desenvolvido. Por demonstração, "1" refere-se a "casas populares".

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o cálculo do dimensionamento, emprega-se a tabela 01 de estimativa de consumo predial diário, para atribuir a quantidade de litros de água por pessoa. Quando não se sabe o número de pessoas que habitarão a residência ou edifício, adota-se também como parâmetros os dados da tabela 02.

Para chegar ao resultado final do dimensionamento, é calculado o número de pessoas que habitarão a casa, multiplicado ao numero de litros gastos por pessoa (fornecidos pela tabela 01). O valor resultante é a quantidade de litros necessária para o abastecimento no período de 24 horas.

É acrescido a esse valor 20%, referentes ao reservatório de incêndio. Posteriormente, é multiplicado pela quantidade de dias desejados, para que, o abastecimento supra a necessidade, até que, o fornecimento de água seja normalizado.

A fórmula desenvolvida é: $D = ((N * Q) * 120\% * T)$, onde, temos as seguintes variáveis: "D", que representará o dimensionamento do reservatório, em litros; "N", a quantidade de pessoas que habitarão a construção; "Q", a quantidade de litros gastos por

pessoa, por dia; “T”, o tempo em dias. Os 20% serão acrescidos, referentes ao reservatório de incêndio, também previsto na NBR supracitada.

No Software desenvolvido, esse cálculo é feito em poucos segundos, evitando o desgaste nos longos e repetitivos cálculos e tempo de produção. Ao iniciar o programa, é perguntado ao usuário o tipo de construção que a caixa d’água deverá abastecer. Através de números, informados acima, ele selecionará a construção que desejar, entre as opções apresentadas.

Como, por exemplo, caso deseje calcular o volume da caixa d’água, para 2 dias de consumo, de um edifício de 20 dormitórios: pressiona-se a tecla “5”; após ser indagado sobre a quantidade de dormitórios, tecla-se “20” e, após ser solicitado, para quantos dias deseja essa reserva, tecla-se “2”, obtém como resultado 19200 litros.

O software, perguntará ao usuário se o mesmo deseja realizar novos cálculos, caso deseje, basta teclar “sim”, caso contrário, basta teclar “não”.

CONCLUSÕES

Por conseguinte, é inviável a execução de projetos sem preceder estudos e cálculos eficientes. A NBR 5626 - Instalação Predial de Água Fria, fixa as exigências, à maneira e, os critérios para projetar as instalações de água fria, as quais, deverão atender as condições técnicas de higiene, segurança, economia conforto e qualidade aos usuários.

O dimensionamento de caixa d’água precisa ser calculado com precisão, a fim de, evitar o desperdício, não só de dinheiro, mão de obra e água, como também, danos a estrutura da obra, e, diversos fatores que circundam uma construção.

Para isso, é essencial que o usuário seja coerente nas respostas do software, para que, o seu dimensionamento tenha a equivalência exata.

É imprescindível o uso do bom senso ao planejar o reservatório, afim de que, a água está cada vez mais escassa. Em uma eventualidade de falta d’água, o reservatório deve ser o suficiente para atender somente necessidades indispensáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAIL ENGENHARIA. Início dos Projetos Hidráulica. Agência Múltipla Ideias. São Paulo. 2013-2014. Disponível em: <<http://adailengenharia.com.br/v1/projetos/historia-hidraulica>> Acesso em: 30/10/17 07:17.

MASSANO. R. Dimensionamento das Instalações de Água Fria. São Paulo. 2015. Disponível em <http://www.renatomassano.com.br/dicas/residencial/dimensionamento_das_instalacoes.asp> Acesso em: 30/10/17 07:35.

ESCOLA ENGENHARIA. Dimensionamento de Caixa d’água. São Paulo. 2015. Disponível em: <<https://www.escolaengenharia.com.br/dimensionamento-caixa-dagua/>> Acesso em: 30/10/17 08:11.

SOFTWARE PARA RESOLVER QUESTÕES DA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL

Sílvia Cristina Pereira Gonçalves

Ivandro Rocha

Sílvia Cristina Pereira Gonçalves

Gabriel Bernardes Pinheiro

Lucas Bernardes Pinheiro

Naum Rafael da Silva Barros

Rhacson Wendel Vila Morais

INTRODUÇÃO

Desenvolvemos um software capaz de atender a demanda do cotidiano, principalmente de engenheiros civis. Os pisos estão aprimorando cada vez mais. Com este crescimento este programa será útil, rápido e de fácil acesso. Ele é capaz de descobrir a área de cada cômodo e já dar o valor que gastará com a mão-de-obra.

O desempenho de um edifício depende da relação de todos os materiais e suas técnicas de aplicação. Sobre a eficiência do sistema de revestimento cerâmico, precisamos considerar vários fatores para garantir um bom resultado. Devemos analisar a qualidade de todos os materiais envolvidos, a apropriação dos materiais ao tipo de uso, a qualidade e o planejamento dos serviços de assentamento e a manutenção após a aplicação (LIMA, 1998).

Os revestimentos cerâmicos são itens bastantes utilizados na construção civil, obtendo variadas possibilidades de aplicação, durando um bom tempo com cores, desenhos e estampas diferentes, para casa, comércios, prédios, e outros. Quando for escolher, é viável observar e verificar sua resistência de acordo com o que vai ser, sendo que o piso deve ser adequado a cada ambiente, observando se poderá ser usados produtos químicos se precisar, e não afetará seu brilho.

Já foi comprovada que porcelanatos não sugam água, por esse motivo dura mais e não mancha com facilidade, para garagens é comum fosco que aguenta o reflexo do sol sem estragar, e para calçada emborrachados que é melhor para cuidar. Além de estar em alta o porcelanato vai ser muito procurado cada vez melhor, de acordo com as tendências da moda. Há uma indicação adequada para cada tipo de ambiente (interno ou externo, molhado ou seco, alto tráfego ou não) e também de condições climáticas.

Ao escolher um revestimento cerâmico certo, exige a orientação de um profissional capacitado, como um arquiteto ou engenheiro. Este profissional precisa ter conhecimentos técnicos para fornecer a correta especificação da placa cerâmica, da argamassa de assentamento e de rejuntamento adequado ao ambiente de uso.

A escolha do revestimento cerâmico para o ambiente é um fator importantíssimo, pois o revestimento cerâmico, além de promover beleza, protege a estrutura da edificação. E neste caso deve-se estar atento para a aplicação deste produto. Para assentar o revestimento cerâmico é preciso de argamassa e rejunte sempre observando as recomendações na embalagem se está de acordo com as normas técnicas brasileiras. (BAÍA; SABATTINI,2000).

MATERIAL E MÉTODOS

O software tem como objetivo calcular o valor do serviço de mão-de-obra que ficará para colocar piso em casa, apartamento, quitinete, comércios e outros, necessitando apenas informar o total de cômodos (devendo ser contado com garagem e calçadas), comprimento, largura, altura do rodapé desejado, valor que o profissional cobra e a medida do comprimento da porta, resultando no valor do serviço final para cada lugar. Terá como objetivo calcular a área do lugar almejado. Possibilita o usuário ver o valor de cada local, e automaticamente retirar se não estiver de acordo com suas finanças.

Criamos este software a fim de ajudar no desenvolvimento dos cálculos que são úteis. Pois hoje em dia estão usando pisos, aumentando a melhor estética da casa. Sendo mais fácil de cuidar. Para o programa funcionar perfeitamente é necessário apenas de alguns dados, o qual imprime o total que vai ser gasto com a mão-de-obra que é uma das coisas mais caras ultimamente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Algoritmo

Declare comprimento, largura, altura, valor, i, x, porta;

Numérico

Leia x

Para i<-1 até x faça

Início

Leia comprimento;

Leia largura;

Leia altura;

Leia valor;

Leia porta;

Serviço<-

$(\text{comprimento} * \text{largura}) + (2 * \text{comprimento} * (100 / \text{altura})) + (2 * \text{largura} * (100 / \text{altura})) - (100 / \text{porta});$

Serviço total= Serviço*valor;

Fim



```
Escreva: Serviço total;
Fim algoritmo.
Dev c++
#include<stdio.h>
#include <stdlib.h>
#include<locale.h>
int main()
{
    setlocale(LC_ALL,"portuguese"); // Possibilita utilização de
acentuações
    system("color C0");
    int i,x;
    float comprimento,largura,altura,valor,servico,servicototal,porta;
    printf("\nDigite o total de cômodos somando com as areas de serviço e
garagem: " );
    scanf("%i", &x);
    for (i=1; i<=x; i++)
    {
        printf("\nDigite o comprimento do lugar : " );
        scanf("%f", &comprimento);
        printf("\nDigite a largura do lugar : " );
        scanf("%f", &largura);
        printf("\nDigite a altura do rodapé se for a parede inteira escreva multiplicada
por cem : " );
        scanf("%f", &altura);
        printf("\nDigite o valor da mão-de-obra : " );
        scanf("%f", &valor);
        printf("\nDigite a largura da porta : " );
        scanf("%f", &porta);

        servico=(comprimento*largura)+(2*comprimento*(100/altura))+(2*largura*(100/altura
))- (porta);
        servicototal=(servico*valor);
        printf("\nO valor da mão de obra e %.2f * %.2f = %.2f\n",servico, valor,
servicototal);
    }
    system("PAUSE");
}
```

Este é o software que atende as novas tendências do mercado de engenharia e economia, mostrando o valor da mão-de-obra que ficará cada cômodo, pois é umas das coisas mais caras atualmente. Isto facilitará até na hora das pesquisas por profissionais.

CONCLUSÕES

O software criado foi utilizado pelo programa dev c++, e sua finalidade é resolver assuntos principalmente do acabamento da casa. Pois a casa terá uma estética mais adequada com piso, e o valor gasto pelo serviço estará estatisticamente correto, sem a pessoa precisar calcular a área que precisa. O usuário digitará pequenas perguntas ao qual será transformado em apenas um resultado, facilitando que tire aquilo que não está de acordo com suas economias. É desenvolvido com base de atender pessoas com agilidade e confiança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIMA, Luciana C. Materiais cerâmicos para revestimento: considerações sobre produção e especificação. Tese (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Paulo, São Carlos, 1998.

SLIVA, M. N. P.; SILVA, M. N. P.; BARRIONUEVO, B. U. S.; FEITOSA, I. M.; SILVA, G. S. Revestimentos cerâmicos e suas aplicabilidades. Ciências exatas e tecnológicas, Maceió, v. 2, n.3, p. 87-97, Maio 2015.

BAÍA, Luciana Leone Maciel; SABATTINI, Fernando Henrique. Projeto e execução de revestimento de argamassa. São Paulo: Tula Melo, 2000. p.22.

Topografia: Cálculo de Área através da Triangulação

Letícia de Lima Braz

Ivandro José de Freitas Rocha

Letícia de Lima Braz

Luís Eduardo Rodrigues de Sousa

Gabriel Tavares Gonçalves de Oliveira

Larissa Marília de Azevedo

Isabela Cristina Bernardes de Oliveira

INTRODUÇÃO

Segundo o site Prisma Engenharia, a Topografia é a ciência que estuda todas as formas de representação dos pontos notáveis de um relevo e dos acidentes geográficos, definindo a situação e a localização deles, na qual podem ficar em qualquer área. Tem a importância de determinar analiticamente as medidas de área e perímetro, localização, orientação, variações no relevo, etc., e ainda representá-las graficamente em cartas (ou plantas) topográficas.

Segundo o site Ebah, o método de triangulação consiste na implantação de uma malha de triângulos, que se desenvolve a partir dos lados de medidas já conhecidas. O primeiro triângulo inicia-se com um lado de medida estipulada pelo operador. O terceiro ponto é então visado e os dois ângulos da base são assim determinados. Através de cálculos os outros dois lados são conhecidos, o que permite que seja iniciado um segundo triângulo e assim sucessivamente, até que se encontre as medidas de todos os triângulos, e por fim, a área total.

A principal utilização do método é em levantamentos de grandes superfícies, com a finalidade de implantação de pontos de apoio geodésico na execução de levantamentos aerofotogramétricos para a confecção de cartas geográficas.

Portanto, nesse estudo iremos mostrar todo o processo de criação de um software com aplicação na Engenharia Civil. O programa desenvolve cálculos através do método de triangulação, muito utilizado na Topografia. Por isso, o mesmo foi criado com o intuito de auxiliar em cálculos de diversas áreas no ramo da Engenharia Civil de forma mais exata e precisa.

MATERIAL E MÉTODOS

O projeto foi desenvolvido com uma análise dos possíveis problemas na engenharia civil que possam ser solucionados ou amenizados através do auxílio de um software.

Tendo como base a topografia e o método que ela utiliza para calcular a área, o software foi desenvolvido em três etapas: entrada de dados, processamento e saída de dados.

Inicialmente o programa base recebe todos os dados necessários para calcular a área total desejada. O usuário submete as informações para o cálculo (total de triângulos contidos na figura em questão e a suas respectivas bases e alturas), e o programa por sua vez armazena as medidas.

No processamento de dados todas as informações já armazenadas serão lidas e empregadas nos cálculos. O programa desenvolve o cálculo de cada triângulo individualmente e soma todas as áreas para obter o resultado final.

Na saída de dados o software apresenta a área total da figura calculada, e dá ao usuário a possibilidade de calcular posteriormente outras áreas, sem perder os dados da área calculada anteriormente.

O programa é composto por duas estruturas de repetição combinadas. Essas estruturas permitem calcular mais de uma área, e o cálculo específico de cada triângulo, uma vez que o programa repete a operação até que todos os dados dos triângulos sejam armazenados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O software após concluído, responde completamente à ideia principal. Desenvolve perfeitamente quaisquer que sejam as áreas que se enquadrem no método de cálculo por triangulação (Figura 1).

CONCLUSÕES

Conclui-se que foi possível expor aos leitores a finalidade desse software para aplicação na Engenharia Civil. O programa executa todos os comandos, desde a entrada até a saída, emitindo resultados corretos, e auxiliando de forma eficaz a calcular a área pelo método de triangulação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Prisma Engenharia. O que é topografia? A quem se destina? Para que serve? Disponível em: <http://www.prismaengenharia.eng.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18:o-que-e-topografia-a-quem-se-destina-para-que-serve&catid=1:informe-news&Itemid=29>. Acesso em: 02 out. 2017.

Ebah. Apostila Básica Topografia – C.O.A.C. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAFPK0AH/apostila-basica-topografia-c-a-c?part=4>>. Acesso em: 03 out. 2017.

TRATAMENTO DE FERIDA COM PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Wérica de Andrade Moreno

Maria da Glória Dutra

Adelmo Martins Rodrigues

INTRODUÇÃO

Ao longo da História, a humanidade desenvolveu diferentes concepções filosóficas, místicas, religiosas e científicas em relação ao corpo humano nos diferentes cenários socioculturais, inclusive na arte de curar. As sabedorias milenares mostram suas teorias sobre o corpo, o espírito, vida e morte que servem até hoje como exemplos para a humanidade. Seja qual for o cenário, as feridas sempre ocuparam um lugar de destaque nas civilizações. Os curativos eram feitos de formas primitivas usando argilas, água e plantas medicinais naquele tempo, surpreendendo uma evolução nas feridas que persiste até os dias de hoje (GEOVANINI, 2011).

As plantas medicinais são aquelas capazes de aliviar ou curar enfermidades e têm tradição de uso como remédio em uma população ou comunidade. Para usa-las, é preciso conhecer a planta e saber onde colhê-la, e como prepará-la. Normalmente são utilizadas na forma de chás e infusões. Já a planta medicinal é industrializada para se obter um medicamento, tem-se como resultado o fitoterápico (BOTSARIS, 2006).

O consumo de fitoterápicos e de plantas medicinais tem sido estimulado com base no mito “se é natural não faz mal”. Porém, ao contrário da crença popular, podem causar diversas reações como intoxicações, enjoos, irritações, edemas (inchaços) e até a morte, como qualquer outro medicamento. A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema único de Saúde (SUS) é um instrumento de normatização produzido para orientar e potencializar as iniciativas de saúde. Instituída em maio de 2006, a PNPIC contempla as áreas de Plantas Medicinais e Fitoterapia, Homeopatia, Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura e Medicina Antroposófica (BRASIL, 2006). Porém essas políticas públicas da Medicina Tradicional e Complementar são compostas por abordagens de cuidados e recursos terapêuticos que se desenvolveram e possuem um importante papel na saúde global. A Organização Mundial da Saúde (OMS) incentiva e fortalece a inserção, reconhecimento e regulamentação destas práticas no SUS.

A PNPIC define responsabilidades institucionais para a implantação e implementação das Práticas Integrativas e Complementares (PICS) e orienta que Estados, Distrito Federal e Municípios instituem suas próprias normativas trazendo para o SUS práticas que atendam as necessidades regionais. Recentemente a portaria nº 849 de março de 2017 contemplou diversas categorias de profissionais de saúde no país, reconhecendo

a PNPIC como uma abordagem de cuidado em que os Estados, Distrito Federal e Municípios devem incluir a Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga como tratamentos alternativos e complementares à medicina tradicional.

Os benefícios das plantas medicinais, das quais muitas já são reconhecidas pela Agência Nacional de vigilância Sanitária (ANVISA), assim como os fitoterápicos, representam grandes resultados nos tratamentos in natura e tem apresentado grande relevância no tratamento de diferentes formas de lesões e feridas. Definimos neste texto, lesões e feridas como quaisquer descontinuidades do tecido corpóreo, impedindo suas funções básicas, podendo ser intencional (cirúrgica) ou acidental (trauma).

Cuidar de feridas é um processo dinâmico, complexo e que requer uma atenção especial do enfermeiro principalmente quando se refere a uma lesão crônica. Deve-se levar em consideração que as feridas crônicas evoluem rapidamente, são refratárias a diversos tipos de tratamentos e decorrem de condições predisponentes que impossibilitam a normal cicatrização.

Um dos grandes problemas enfrentados pelo SUS é a cicatrização de feridas, principalmente nas classes mais vulneráveis, onde a prioridade vem sendo o baixo custo, acesso e aplicação facilitados aos produtos fitoterápicos para qualquer pessoa. Tem sido constatado que além do tratamento convencional nas feridas, os usuários do SUS, recorrem também ao tratamento oferecido pela PNPIC com a utilização de extratos de plantas como óleo e/ou soluções. De acordo com Alcoforado e Santo (2012) o uso de plantas se dá em duas formas, através de chás e cataplasmas, mesmo seus resultados sendo empíricos o tratamento de doenças e feridas ainda é mantido, principalmente por pessoas de idade avançada.

Diversas terapias são apresentadas para o tratamento de feridas com o uso de plantas medicinais e fitoterápicos. De acordo com Brasil (2009) o histórico da ferida é imprescindível para a sua avaliação, considerando essencial descrever quando se iniciou, a etiologia, a localização, o tamanho, a profundidade, a presença de infecção, as características do tecido (granulação, epitelização, necrose, esfacelo, crosta); o aspecto do exsudato; o odor; a presença de edema; e os aspectos da pele ao redor da lesão (hidratada, ressecada, descamativa, macerada, hiperpigmentada, fibrótica, lipodermatoesclerose).

No Brasil, o tratamento de feridas recebe atenção especial dos profissionais da área de saúde, em especial a atuação dos enfermeiros, que muito têm contribuído para o avanço e o sucesso expressivo nos resultados de cicatrização de lesões crônicas ou de qualquer natureza (CUNHA, 2006). O traçado das feridas e fotografias digitais são utilizadas como medidas para controle da evolução da cicatrização e auxílio na evolução diária do tratamento, demonstrando um cuidado com a ferida com mais êxito e eficácia.

O objetivo do presente relato de experiência foi descrever a cicatrização de uma ferida cirúrgica proveniente de uma colecistectomia (retirada cirurgia da vesícula biliar), que após 167 dias de pós-operatório não apresentava indícios de cicatrização.

MATERIAL E MÉTODOS

Paciente Sra. G.V 60 anos, casada, mãe de três filhas, diabética, hipertensa, sedentária, relata ter tireoide, algias frequentes no flanco direito ou lateral direita e membros inferiores, queixando diarreia e vomito constante. Após tratamento clínico em sucesso a Sra G.V teve que submeter a cirurgia de colecistectomia em: 18/04/2016 no qual não houve cicatrização durante cinco meses, ficando a ferida exposta até a data do dia 04/10/2016. O local da ferida apresentava assaduras, rubor, temperatura elevada, sensibilidade dolorosa, parte necrosada do tecido exsudato, secreção amarelada, sanguinolenta e fétida.

A paciente relata fazer uso contínuo de alguns medicamentos referentes às patologias citadas: Lasartona potássica 50 mg, Puran T4/Levotiroxina 100 mg, e Cloridrato de Metformina 850 mg, Glibenclamida e Sinvastacor/Sinvastatina 40 mg. Após a entrevista com a Sra. G.V. foi estabelecido um protocolo de acordo com a Política Nacional de Plantas Medicinais (Brasil, 2006a) e a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (Brasil, 2006b), que traz consigo uma lista com 66 plantas medicinais que podem ser utilizadas e distribuídas pelos serviços de saúde, elucidando aspectos como dose, preparação, indicação conforme as necessidades das diferentes patologias.

Um plano de cuidados específico da ferida localizada no abdome quadrante superior direito foi traçado, utilizando como insumos: Fitoterápicos, Óleo de Girassol. Óleo de Mamona e Mastruço, também conhecido como Erva de Santa Maria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em um período de trinta e cinco dias obtivemos resultados no processo de cicatrização da ferida, usando apenas três espécies de plantas, Girassol, e a Mamona como fitoterápico em forma de óleos e a planta Mastruço/ Erva de Santa Maria.

Procedimentos e Caminhos Percorridos nos Cuidados

Semana 1:

No primeiro dia da primeira semana foi efetuado um banho com sabão de barra incolor e toda higiene corporal adequada para o desbridamento da crosta, como mostra a figura 1. Posteriormente foram realizados curativos diários utilizando o óleo de mamona (Ricinus, azeite), erva de Santa Maria (macerada e coada substituindo o Soro fisiológico) e o óleo de Girassol (Dersani).

Semana 2:

Continuou-se com os banhos diários na ferida com sabão de barra incolor mais Erva de Santa Maria; Para a cicatrização utilizamos o banho com óleo de girassol. O uso do

óleo de mamona já desnecessário teve a finalidade de desabridamento enzimático (Figura 2).

Semana 3:

Após duas semanas fomos capazes de notar a ferida com o tecido vitalizado, ou seja, ausência de necrose, pós o banho. Sempre após o banho realizamos uma nova avaliação da ferida e sua evolução, posterior determinamos a conduta a ser seguida, que neste caso foi a limpeza, uso de Erva de Santa Maria e a cobertura com aplicação de Dersani com finalidade de acelerar o processo de cicatrização da ferida (Figura 3).

Semana 4:

Continuando com os mesmos procedimentos das semanas anteriores: banhos na ferida com sabão de barra incolor mais óleo de girassol, o processo de cicatrização completo da paciente aconteceu aos 35 dias (Figura 4) e a paciente foi orientada a continuar a usar o Dersani não só no local da ferida mais em todo o corpo principalmente nos pés para evitar rachaduras.

Pereira e Martins (2015) também obtiveram sucesso no monitoramento de ferida em diabéticos utilizando o óleo de Girasol (Dersani), onde foi relatada a promoção a quimiotaxia e angiogênese mantendo o meio úmido, acelerando o processo de granulação tecidual das feridas. Mörschbacher e colaboradores também relatam o Dersani como adjuvantes para a cicatrização cutânea.

Cunha e colaboradores relataram em 2012 a utilização de *Ricinus communis* no tratamento de dermatites Para Acharya e Khan (2013) o óleo de rícino pode ser uma alternativa ao atuais antibióticos contra agentes patogênicos. De acordo com Rosa (2014) a comunidade quilombola residente em Monte alegre de Goiás relatou o óleo de mamona no formato de azeite para emplasto eficaz no tratamento de feridas, inflamações em geral, cuidados pós-parto, cicatrização do umbigo e hidratação.

Ribeiro (2014) constatou a contribuição da erva de Santa Maria no fechamento de feridas, comprovando que seu uso acelerou na reparação de estas. Estudando o efeito antibacteriano e anti-inflamatório do extrato da erva de Santa Maria, Pereira e colaboradores (2015) demonstraram um possível potencial antiedematogênico. Segundo a OMS a erva de Santa Maria, também conhecida como “mastruço”, “Mastruz”, “Mentruz”, “ambrosina”, “Erva-de-bicho” ou “erva-do-formigueiro” é largamente utilizada no mundo, sendo empregada no alívio da dor, inflamação, como cicatrizante, em contusões, fraturas e em diversas situações como anti-helmíntica (Lorenzi et al. 2002).

CONCLUSÕES

O cuidado com feridas é uma atividade do cotidiano do enfermeiro e, ao mesmo tempo, um desafio que requer conhecimento específico, habilidade e abordagem holística. A necessidade de maior conhecimento na realização dos cuidados com as feridas parece despertar profissionais da área da assistência para a pesquisa. Talvez, o estudo desta

temática vá de encontro às necessidades dos enfermeiros que atuam na assistência de avaliarem sua prática no cuidado de feridas. A temática “feridas” aborda diversos aspectos, classificações e tipos diferenciados de ferimentos, no qual cada um possui sua especificidade dentro do todo. Assim, é necessário identificar as características de cada ferida, abordando o paciente de forma holística, nos diferentes cenários ao qual ele está inserido, de forma a compreender as peculiaridades de cada contexto e planejar adequadamente o atendimento a ser desenvolvido.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) incentiva o uso das terapias não convencionais, reconhecendo seu valor terapêutico e incentivando as UBS a dotarem essa terapia junto a comunidade. A Resolução do COFEN – 197/1997 estabelece e reconhece as Terapias Alternativas como especialidade e/ou qualificação do profissional de Enfermagem nos cuidados com feridas por ser atividade rotineiras, mas desafiadoras, exigindo conhecimentos específicos com abordagens e habilidades holística. Este relato de experiência ajuda-nos a elucidar as teorias na aplicabilidade de plantas medicinais e fitoterápicos conforme explicitada no PNPIC, contribuindo com um resultado positivo no tratamento para feridas. Este resultado reforça a literatura no sentido de usarmos plantas medicinais e fitoterápicos, incentivando seu uso nas terapias integrativas ofertadas pelo SUS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acharya C, Khan NA. A triterpenoid saponin from the seeds of *Ricinus communis* and its antimicrobial activity. *Chemistry of natural compounds*. 2013 Mar 1;49(1):54-7.

Alcoforado CL, Santo FH. Saberes e práticas dos clientes com feridas: um estudo de caso no município de Cruzeiro do Sul, Acre. *Revista Mineira de Enfermagem*. 2012;16(1):11-7.

Botsaris A. *Fórmulas Mágicas: como utilizar e combinar plantas para o tratamento de doenças simples*. Nova Era; 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006a.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC-SUS*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006b.

BRASIL. Ministério da Saúde. *RENISUS – Relação de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

Da Cunha AP, Nogueira MT, Roque OR, Barroso JM. *Plantas aromáticas e óleos essenciais: composição e aplicações*. Fundação Calouste Gulbenkian; 2012.

Da Cunha NA. *Sistematização da assistência de enfermagem no tratamento de feridas crônicas [monography]*. Olinda – PE: Fundação de Ensino Superior de Olinda; 2006.

Geovanni, T. *Manual de Curativos*. 3ª. edição, São Paulo: Corpus, 2011.

Lorenzi H, Matos FJ, Francisco JM. Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas. 2002.

Mörschbacher PD. Adjuvantes para cicatrização cutânea. *Veterinária em Foco*. 2014 Sep 15;9(2).

Pereira NC, Martins LM. Monitorando a cicatrização da ferida diabética dos portadores de Diabetes Mellitus Tipo II. *Anais Do Semex*. 2015 Apr 1;3(3).

Pereira NL, Aquino PE, Nascimento EM, Oliveira CD, Tintino SR, Figueredo FG, Silva MR, Veras HN, Grangeiro AR, Menezes IR. Efeito antibacteriano e anti-inflamatório tópico do extrato metanólico de *Chenopodium ambrosioides* L. 2015.

Ribeiro RV. Influencia do sumo de *chenopodium ambrosioides* L.(erva de santa maria) na contração de feridas cutâneas induzidas em dorso de ratos da linhagem wistar. *Connection line*. 2014 Apr 15(3).

Rosa DD. O saber popular da Comunidade Kalunga Saco Grande sobre os usos de plantas medicinais. 2015.

UM OLHAR JURÍDICO SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Helena Beatriz de Moura Belle

Joilson José da Silva

INTRODUÇÃO

As instituições de ensino atuam, em todos os níveis, no sentido de promover o conhecimento e preparar o seus atores, estudantes, que em virtude das circunstâncias atuais, com sérios problemas econômico-financeiros e questões sociais, nem sempre têm clareza da importância do saber para a conquista da cidadania.

Muitos frequentam as instituições de ensino sem mirar nos objetivos e acabam por não usufruir do benefícios com o alcance deste ensino. Outros, sem perspectiva de aplicabilidade dos conteúdos definidos nos projetos preferem se envolver com outros afazeres rotineiros e imediatistas.

O olhar da sociedade, em geral, é desanimador, haja vista que a maioria não dispõe de conhecimento suficiente para vislumbrar, em médio e longo prazos, as consequências da ignorância de um povo, todavia, é fundamental pensar-se a relação do Direito com as atividades que envolvem a educação. Verificar-se de que forma pode-se lançar um olhar jurídico sobre a Educação, para, quem sabe, orientar melhor os indivíduos sobre os seus direitos e contribuir com o desenvolvimento social, sobretudo, vislumbrar o êxito no ensino, com segurança acadêmica e jurídica.

O processo evolutivo do sistema nacional de educação está diretamente relacionado às reformas políticas em virtude da ideologia de cada governo. Interessante é que permanecem as orientações neoliberais, fenômeno mundial. Nesta acepção, propõe-se as adaptações de postulados e preceitos de liberalismos às exigências de um Estado, que se presta a vigiar e punir, de regular e prestar assistência, mediante atuação de forma direta e indireta nos mercados, e, então, poder controlar, dominar a todos. Trata-se de uma forma de doutrina, embora defensora da liberdade de mercados, limita a ação de um povo e não prioriza a declarada cidadania constitucional.

Assim, pensar na educação sem considerar as orientações legais é realmente reconhecer as limitações do profissional, notadamente de professores e gestores atuantes nas instituições de ensino em todos os níveis educacionais.

No Brasil as orientações envolvendo as questões educacionais são oriunda das várias versões das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN). Deste a LDB de 1961 até a de 1996 nota-se que há expressiva interferência e conexão de sistemas e ideias daqueles que ocupam o governo. Seus desejos, seus caprichos estão encravados em nosso ordenamento jurídico educacional

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 (CF/1988), dispõe em seu artigo 205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao

pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.”

A CF/1988, como se percebe, traz a possibilidade de que estejam a frente da educação os agentes públicos e privados e, notadamente, determina os princípios norteadores quanto a formação do cidadão e, deste modo, da estruturação das matrizes curriculares e os conteúdos que deverão ser contemplados nos diversos níveis de escolaridade.

Esta constituição, considerada democrática, orienta a sequência dos procedimentos educacionais ao dispor sobre leis especiais, como é o caso da promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para declarar o objetivo primordial da educação, e, conforme seu “art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.”

No que diz respeito a atuação do Estado, dispõe a CF/1988, artigo 10:

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II – definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III – elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV – autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

[...]

Denota-se que as declarações contidas na CF/1988 evidenciam a conexão entre Educação e Direito, sobretudo porque há o envolvimento e atuação de uma gama de profissionais, de forma interdisciplinar, multidisciplinar e harmônica entre administradores, professores, e, ainda, conselheiros, juízes, promotores, representantes da comunidade, mantenedoras, dentre outros, porque:

A educação é um conhecimento aplicado, isto é, prático, como queria Aristóteles, que deve ser também cultivado entusiasticamente pelo direito. Como as demais ciências sociais aplicadas à educação – ou ciências da educação – que sucessivamente foram

contribuindo para o desenvolvimento do processo educacional – psicologia, sociologia, antropologia, ciência política, administração e finanças –, o direito tem, da mesma forma, a sua parcela e o seu espaço a serem crescentemente conquistados e consolidados (BOAVENTURA, 1996, p. 33).

Percebe-se que há, nas declarações, em diversos dispositivos legais, forte compromisso com a aplicabilidade de princípios democráticos, porém, não se sabe o que fazer quando a sociedade, preponderantemente, carente, em sua maioria, em todos os sentidos, tanto econômico-financeiro quanto de sabedoria, se sente impedida ou limitada de exercer os direitos tratados como garantias constitucionais. Lamentável!

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi orientado pelo método de abordagem dialético e pesquisa qualitativa. Para Marconi (2001), os fenômenos são penetrados por ação recíproca, com vistas a esclarecer e elucidar as contradições, pois, a sociedade vivencia, diuturnamente, conflitos de interesses.

A pesquisa qualitativa, conforme Marconi e Lakatos (2004), foi fundamental por envolver aspectos complexos e particulares das Ciências Jurídicas, especialmente porque adotou-se a técnica de revisão bibliográfica, que nas concepções de Marinheiro, Sanches e Archanjo (2015) são apropriadas para este tipo de trabalho. A análise dos dispositivos legais e as fontes diretas e indiretas, primárias e secundárias, possibilitou conhecimento de situações e consciência dos problemas apontados.

A pesquisa qualitativa, oportuna no presente estudo, provoca o conhecimento de situações, esclarecimento, consciência e atitudes, na visão de Cordeiro (2001), pois, em se tratando de Ciências Sociais Aplicadas, de modo especial as Ciências Jurídicas, pretende-se verificar os signos, os sentidos dos fatos e sua contextualização.

No que se refere as técnicas Marconi (2001) explica que são processos de que serve a ciência, e, assim, a utilização de documentação indireta, com abrangência na pesquisa documental e bibliográfica favoreceu o desenvolvimento do presente estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Diretrizes e Bases da Educação Nacionais (LDBEN), determinadas na LDB/1996, dispõe sobre os níveis e modalidades de ensino determinando, no artigo 21, que “a educação escolar compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior”.

Em virtude da complexidade, tanto no que se refere aos direitos do cidadão como também as obrigações das instituições governamentais para a efetividade na educação, é necessário empreender esforços para que o interessado possa se integrar em uma instituição de ensino e o governo proporcionar a educação por meio de ações e recursos que possam viabilizar as fases educacionais dispostas na legislação brasileira vigente.

Assim, surge outra questão, as limitações do poder público em potencializar a educação e fazer cumprir os seus próprios atos normativos, e, então, dispõe a LDB/1996, artigo 7º, que a iniciativa privada é livre para ofertar o ensino desde que “atendidas as seguintes condições: I – cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II – autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; III – capacidade de autofinanciamento”.

Esta permissibilidade não deve ser entendida como benevolência dos agentes público, pois, é fruto de sua própria incapacidade na oferta de ensino em seus diversos níveis, devido a limitação dos recursos financeiros viabilizadores das ações educacionais.

A obrigação do cumprimento das ações, padrão de educação em níveis, modalidades e conteúdo, contudo, é mantida em vigilância, pois, o artigo 10 da LDB/1996, determina as atribuições dos Estados, quanto a organização, definição de formas de colaboração, elaboração e execução de políticas, autorização, reconhecimento, credenciamentos e fiscalização das ações exercidas pelo setor privado, bem como, as normas complementares inerentes ao desenvolvimento do ensino.

Destarte, não se trata de procedimento que poderá ser exercido em conformidade com os ideais do ofertante de ensino nos níveis e modalidades descritas neste trabalho. É fundamental se ater a vários ordenamentos e, sob o olhar das entidades governamentais, que particularizam as ações a depender daquele que esteja atuando e, então outras orientações surgem, como é o caso dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais de Cursos, além, dos atos normativos que orientam os credenciamentos, avaliação, autorização e renovação de credenciamentos e de autorização de instituições e cursos, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e também, pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

Mais uma vez, lembra-se, para a atuação dos diversos agentes educacionais, é indispensável a atenção ao denso conjunto de regras e a atos normativos, orientações, pareceres e normas técnicas determinadas pelo poder público, afinal, disto depende o controle da conduta da população e da manutenção do controle do Estado.

Boaventura (1996, p. 32), corrobora com as assertivas até então discutidas ao afirmar que “em um país de direito positivo e escrito, como é o Brasil, a principal fonte do direito é a lei. Seguindo este pressuposto, o direito educacional há de ser ministrado dedutivamente, partindo-se dos princípios e dos enunciados teóricos, para enquadrar o fato na norma”. O autor também aborda a hipótese de uma nação desenvolver outro raciocínio, o indutivo, empírico e experimental, em que se baseia no ensino em estudos de casos. Neste sentido, o autor discorre sobre as duas situações metodológicas, a teórico-dedutiva e a empírico-indutiva.

O autor é incisivo ao afirmar que em virtude das “conexões entre direito e educação, questões e conflitos estão exigindo a participação mais viva e mais atuante do Poder Judiciário na arena educacional”, portanto, torna-se necessário que as partes envolvidas no “processo ensino-aprendizagem – professor, aluno, servidor, família e

poder público” – se armem com “instrumentos jurídicos mais eficientes, proporcionados que sejam pelo direito material quanto pelo processual” (p. 32).

A atuação dos membros de Conselhos Estaduais de Educação mereceu destaque por Boaventura (1996), notadamente quanto aos ilícitos na emissão de certificados e diplomas, bem como, o credenciamento de Instituições de Ensino, a autorização e renovação para oferta de cursos no Brasil, fazendo, um resumo de sua trajetória nos estudos sobre o Direito Educacional e um comparativo com a atuação norte americana, que não traz em sua constituição orientações sobre a educação.

Boaventura (1996) aponta a sinergia entre as áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Exatas, dentre outras, no desenvolvimento da educação certamente, devido a necessidade de compreensão das condições gerais e locais dos envolvidos, tanto do educando quanto do educador, e, necessariamente, deve-se adotar didática e teorias curriculares, ciências dos métodos e das técnicas pedagógicas apropriados, além de processo avaliativo adequado.

Um complexo de disciplinas propedêuticas, formando um corpo de assuntos introdutórios ou básicos, para em seguida, discutir as disciplinas profissionais com o intuito de detalhar e caracterizar determinado curso ou profissão, considerando as propostas orçamentárias e os recursos disponíveis, indispensáveis a materialização do ensino, conforme orientam o ordenamento legal vigente.

Além de todos os entraves econômicos e políticos há que se promover a sonhada e utópica igualdade de educação entre toda a população, pretos e brancos, pobres e ricos, independentemente de seus credos e religiões, democraticamente, por intermédio das garantias individuais, utilizando em atenção ao Direito objetivo declarado (CF/1988, LDB, PNE, outros) e, é nesse sentido que se torna premente a ação do Poder Judiciário para aplicação, com corpo jurídico organizado, “orientados por princípios e métodos para que se efetive a prestação educacional”, explica Boaventura (1996, p. 35).

O autor, ao abordar o “olhar jurídico para a pedagogia”, aponta três direções. A primeira, a faculdade atribuída ao educando, que consiste na “prerrogativa concedida ao aluno”, proclamada como direito a educação. Verifica-se, que há um conflito, pois, a CF/1988, dispõe sobre este direito tendo o Estado o dever, além da família, que deverá ser viabilizada pela sociedade como um todo, porém, ainda que reconhecida, como reais possibilidades de desenvolver suas potencialidades, considerando então, a educação como direito público subjetivo passando-se à educação como direito-norma.

A segunda direção está relacionada ao alcance da educação como norma que rege e disciplina comportamentos. Neste caso, as atividades de gestão educacional são desenvolvidas a partir da legislação do ensino, formada por dispositivos constitucionais, leis especiais, orientações, pareceres e notas técnicas emitidas por órgãos governamentais, para estruturar o funcionamento dos serviços educacionais e, outra, definir “os direitos e deveres do aluno e do professor, especialmente nos regimentos escolares e nos estatutos do magistério” (BOAVENTURA, 1996, p. 35).

A terceira acepção, a interpretação da legislação educacional e sua aplicabilidade aos direitos de alunos e professores, qualificado como direito especializado e com considerável amplitude de leis, decretos, portarias e institutos próprios, como a matrícula e a formalização dos resultados nas escolas.

Trata-se de um direito reconhecido, um ramo diversificado, identificado como um direito moderno, considerando as experiências e as expectativas sociais, constituindo, portanto, um ramo das ciências jurídicas, um “sistema regulador das atividades, do Poder Público ou dos particulares, concernentes ao ensino, isto é, um sistema de normas que dispõe especificamente sobre a validade legal dos estudos, assegurados pelo Estado”. Compreende –se, assim, o Direito Educacional, uma disciplina autônoma, aplicável para alcançar as prerrogativas dos estudantes e dos demais atores educacionais, sair do estado declarado para materializar os benefícios ao indivíduo e a sociedade.

O autor aponta as concepções inerentes ao direito educacional, os elementos norteadores e seu significados: processo ensino aprendizagem; comportamento humano relacionado com a educação; proteção do Estado à educação e o diversificado esforço de conceituação. Também, apresenta os direitos constitucionais subjetivos contidos nas constituições federal anteriores até a de 1988, as fases do ensino oriundos da LDB/1996, vários atos normativos essenciais a aplicabilidade e o desenvolvimento do ensino pelo setor público e privado. O estudo foi orientador por pesquisas e discussões obtidas no curso de doutoramento de Boaventura.

O direito educacional, por se tratar de conjunto de regras, deve ser tema não somente daqueles que o exercem, instituições de ensino, professores gestores e estudantes, ainda de órgãos operadores do direito, melhor, da justiça. Ainda, torna-se indispensável o desenvolvimento de técnicas pedagógicas e metodológicas apropriadas para que, efetivamente, alcance o êxito desejado, de forma a atender o maior número possível de indivíduos na sociedade.

A ampliação do atendimento a educação significa maior acesso, com garantia crescente de vagas e, simultaneamente, oportunidade de formação que corresponda às necessidades nos diversos níveis de ensino, assim como, na expectativa de qualidade que a sociedade da revolução tecnológica exige e do cidadão inserido no mundo produtivo, que requer cada vez mais conhecimento aprofundado e habilidades, articulando o saber intelectual com o saber fazer.

Faz parte dessa prioridade, indubitavelmente, a garantia de oportunidades de educação profissional complementar à educação básica, no Ensino Médio e formação contínua que possibilite o permanente desenvolvimento de competências para o enfrentamento da vida produtiva, movida por formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia.

CONCLUSÕES

O estudo confirma que, não se pode olvidar, o direito educacional alcança horizontes que se estendem, que vão além dos limites do poder público, chegando a comunidade, a sociedade, e mediante a participação efetiva, norteadas por postulados e princípios democráticos, deve-se vislumbrar a melhoria do ensino-aprendizagem. Assim, necessário se faz definir autonomia, da própria pessoa, indivíduo, que possa resultar na evolução dos tempos, desde as primeiras constituições, leis de diretrizes, planos educacionais e demais atos normativos, como em um processo evolutivo das ciências jurídicas, que sejam favoráveis aos conhecimentos, a ciência, a sabedoria.

Finalmente, aquele que pretende atuar na educação não pode se eximir do conhecimento sobre políticas, economia, administração, regulamentação educacional, gestão educacional, além de ter que se envolver com as questões sociais, e, o contrário, configuraria um despreparo para conduzir o saber, o conhecimento, que consiste em bem imaterial que, em sua plenitude é inalcançável. E quanto a atuação do professor! Será alvo de novas incursões dos autores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOAVENTURA, E. M. Um ensaio de sistematização do direito educacional. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 33, n. 131, p. 31-57, jul./set. 1996. Disponível em:

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176476/000512685.pdf>.

Acesso em: 29 abr. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. D.O.U. de 5 out. 1988. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. D.O.U. de 23 dez. 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 18 abr. 2017

CORDEIRO, Darci. Ciência, pesquisa e trabalho científico: uma abordagem metodológica. Goiânia: Grafiset, 2001.

MARINHEIRO, Carlos Alberto; SANCHES, Everton Luis; ARCHANJO, Rafael Menari. Metodologia da pesquisa científica. Batatais: Ação Educacional Claretiano, 2015. Disponível em: <https://sgsav-uploads.s3accelerate.amazonaws.com>. Acesso em: 30 out. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica para o curso de direito. São Paulo: Atlas, 2001.

VIEIRA, E. A Política e as bases do direito educacional. Cadernos Cedes, ano XXI, n. 55, nov. 2001. Disponível em: pdf. Acesso em: 16 out. 2017.

UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO CERRADO VERSUS RECURSOS NATURAIS HÍDRICOS

CLÁUDIA DE PAULA ALVES RODRIGUES

Juares Aparecido Domingos

INTRODUÇÃO

O Cerrado é um patrimônio da vegetação do Centro Oeste brasileiro, e seus recursos hídricos são atributos naturais cada vez mais escassos. Sua biodiversidade expressa particularidades de um bioma único, com espécies nativas ilustrando paisagens raras e dignas de estudo, proteção e preservação, pois estes recursos naturais sofrem impactos alarmantes. Especificamente os recursos hídricos são os mais explorados devido à característica do produto final. Para Oliveira (2006), o agronegócio industrial, transforma as relações de produção no campo, trazendo consequências na estrutura ambiental e socioeconômica. Transformações significativas, que interferem nos recursos e na estrutura causando um desequilíbrio na natureza.

A expansão agrícola foi impulsionada por políticas públicas de desenvolvimento do Cerrado, e do cultivo canavieiro, fatores que intensificaram a expansão agrícola nesta região e conseqüentemente aumentando o consumo dos recursos hídricos para suprir as lavouras e indústrias. Segundo Rebouças (2004), o uso da água exige medidas e mecanismos institucionais e tecnológicos para gerir com foco na preservação e recuperação dos recursos hídricos no Brasil.

O setor sucroalcooleiro e sua constante necessidade do aumento da produtividade e a maior eficiência no uso da água pela cultura, possibilita questionamentos e estudos mais detalhados das condições hídricas que se desenvolve, quantificando os processos da equação do balanço da água no solo (SILVA; BORGES; ALBUQUERQUE, 2014).

O uso racional da água é imprescindível para um desenvolvimento sustentável, e proteger este recurso se torna uma questão vital para humanidade. Mesmo com legislação para o acompanhamento e controle das águas, é perceptível que a expansão do agronegócio é intensificada, e remete uma preocupação nítida das proporções do crescimento do setor, e obviamente com a redução do recurso hídrico. Esta preocupação impulsionaram diversos pesquisadores sobre esta temática, o que possibilita realizar um análise de visões de diferentes autores sobre os impactos nos recursos naturais, e suas conseqüentes pressões nos recursos hídricos.

Analisar até que ponto é considerável seguro para sociedade e meio ambiente este crescimento é um desafio, pois encontrar o ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento e recursos hídricos, entra num campo complexo, porque é crucial em termos socioeconômicos e a região é altamente dependente deste setor.

As empresas deste setor geralmente possuem certificações ambientais, e em tese trabalham com medidas que protegem e recuperaram nascentes e cursos d'água, com reflorestamento, entre outras medidas, mas extraem grandes quantidades de água superficiais e subterrâneas para garantirem a produção. Portanto é preciso cautela na gestão do agronegócio, sendo necessário identificar os percentuais de captação hídrica, comparar e verificar todos dados que se confrontam entre demanda e oferta hídrica, para uma possível regulação deste recurso natural nas diversas formas de extração e concretizar quais os impactos antrópicos são desencadeados nesta região, e desenvolver projetos na busca por soluções sustentáveis.

Pesquisas revelam que os impactos hídricos destas regiões atingem a biodiversidade local, promovendo extinção e danos a natureza muitas vezes irrecuperáveis. Neste sentido a pesquisa avalia a sustentabilidade e gestão destes recursos nas diversas formas de extração, sendo fundamental analisar a possibilidade dos impactos antrópicos nos recursos hídricos que são desencadeados nesta região.

Fatores extremistas entre expansão versus recursos hídricos conduziram esta pesquisa, a qual foi pautada em revisão bibliográfica, baseada em teses, estudos e pesquisas aplicadas por diversos autores em regiões semelhantes que constataram impactos neste segmento, o que possibilitou levantar questionamentos sobre a complexidade destes impactos frente a expansão do agronegócio canavieiro no Cerrado.

Desta forma este trabalho tem como objetivo geral a revisão de literatura de estudos e pesquisas sobre os impactos ambientais, com ênfase nos recursos naturais hídricos do Cerrado, promovidos pelo agronegócio das Usinas Sucroalcooleiras, e objetivos específicos contribuir com informação e conscientização da sociedade, das empresas, do governo e também ser referência para futuras pesquisas em prol da defesa dos recursos naturais hídricos do Cerrado nas áreas de expansão agrícola.

Possibilitando indicadores de soluções, projetos, leis e políticas públicas, na gestão, nos desafios de sustentabilidade dos recursos naturais, e melhores práticas com os recursos naturais hídricos. Conduzida por meio de pesquisa analítica, fundamentada por revisão bibliográfica a partir de artigos e trabalhos publicados, teses de mestrado e doutorado, também sites específicos relacionados ao agronegócio e suas políticas públicas de desenvolvimento, estabelecendo uma abordagem avaliativa de dados secundários apoiada por revisão de literatura e pesquisa documental.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia foi pautada em revisão bibliográfica de estudos neste segmento que apresentam aspectos similares em termos de expansão, cultivo, produção, recursos naturais e bioma.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando a expansão do agronegócio canavieiro na região do Cerrado através de revisão bibliográfica, é possível identificar o agronegócio em desenvolvimento crescente, destacando as agroindústrias com uma plantação extensa, contínua e promissora, as quais aquecem a economia e ultrapassam as fronteiras nacionais por meio da exportação, sendo importante ressaltar as necessidades hídricas no cultivo e produção nesse setor para sustentar esta expansão.

Estudos realizados por diferentes autores no setor do agronegócio canavieiro em regiões do Cerrado, permitiu enfatizar a importância das políticas públicas nacionais para o desenvolvimento do Cerrado e do agronegócio neste bioma, permitiu ainda identificar os impactos graves nos recursos naturais, destacando: devastação da vegetação; compactação do solo (restringindo a vazão hídrica dos lençóis freáticos); necessidade hídrica constante para manter lavouras e indústrias e uso inadequado dos recursos hídricos.

Embora o agronegócio seja extremamente importante para o desenvolvimento econômico desta região, é preciso um controle intensivo do governo, na conscientização e preservação dos recursos hídricos pelas empresas e sociedade em geral, pois vivenciamos um cenário crítico de extinção de uma biodiversidade única, de seca e escassez do recurso mais importante para vida: a água.

Os impactos nos recursos hídricos do Cerrado condicionados pela expansão do agronegócio foram analisados por pesquisas de estudiosos do tema, permitindo entender como estes estudiosos avaliam os impactos no recursos naturais hídricos derivados do agronegócio da cana-de-açúcar neste bioma, no contexto de expansão, sustentabilidade e extração hídrica.

Para efetivação promissora da produção e expansão da cultura canavieira, vários impactos naturais foram identificados desde o desmatamento. A captação hídrica, por sua vez, objeto fim desta pesquisa. Sendo importante salientar que as políticas públicas foram os principais fatores condicionados para expansão do agronegócio nacional, sendo evidentemente notável suas importâncias para evolução da economia, subentendendo que, se tivermos políticas públicas efetivas de conscientização, proteção, recuperação e desenvolvimento sustentáveis para agronegócio canavieiro, além de inovação e tecnologias, poderemos ter um equilíbrio sustentável e evitar um desastre apocalíptico como afirma Barbosa (2009).

CONCLUSÕES

O agronegócio é a principal fonte econômica da extensa área da vegetação do bioma Cerrado, sendo a cana de açúcar o cultivo de maior expansão. E para sustentar todo este progresso e desenvolvimento do agronegócio é necessário captar recursos hídricos em abundância para o cultivo das plantações, nas diversas formas de extração (superficial, solo, subsolo), todos que de forma direta ou indireta deixam seus impactos.

Este estudo propicia uma análise por revisão bibliográfica, demonstrando o contraste da expansão do agronegócio no Cerrado, seus benefícios e impactos nos recursos naturais hídricos, analisando como os estudiosos avaliam este crescimento do agronegócio canavieiro, alertando sobre os impactos naturais no patamar produtivo, enfatizando a importância da gestão da sustentabilidade e da governabilidade desses impactos, como critério para elaboração de políticas públicas, conscientização e viabilidade de novos estudos.

Ressaltando que com a modernização e inovação de tecnologias para o agronegócio, já reduziu-se consideravelmente a extração hídrica, principalmente pelo reuso industrial, mas também atentando que nossos recursos hídricos estão mais escassos, permitindo entender que a extração hídrica contínua, embora pautado em recursos e tecnologias sempre trará impactos com necessidade de alerta, e que estes recursos sempre devem ser protegidos legalmente, com conscientização e gestão efetiva, sempre buscando inovação como meta de produção sustentável pois a água é imprescindível para toda a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Ednilton Tavares de; CARVALHO, Sergio Roberto Garcia de; SOUZA, Lucas Fernandes de. Programa do PROÁLCOOL e o etanol no Brasil. ENGEVISTA, V. 11, n. 2. p. 127-136, dezembro 2009.

BACIA HIDROGRÁFICA. Bacia hidrográfica do Tocantins. Disponível no site: http://www.imb.go.gov.br/pub/anuário/2005/situacao_fisica/bacias/bacia_tocantins.htm. Acessado em 15/08/2016.

BARBOSA, Altair Sales. Cerrado: Da grande biodiversidade aos sinais do apocalipse. Fonte: Jornal "O Popular", de Goiânia, GO, edição de 19.11.2009. Disponível em : <http://araruaeducativa.com.br/home/cerrado-brasileiro-da-grande-biodiversidade-aos-sinais-do-apocalipse/>. Acessado dia 22/05/2017.

BORGES, Rosieli Barbas. Gestão dos recursos hídricos no Brasil, com foco no Estado de Goiás – 2006.74 f.: II. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Goiás, Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável, 2006.

BORGES, Vonedirce Maria Santos; CASTRO, Selma Simões. Impactos ambientais do sistema Sulcro - Alcooleiro da Micro região de Quirinópolis-GO. UFG - IESA – Goiânia, 2011.

BORSOI, Zilda Maria Ferrão; TORRES, Solange Domingo Alencar. A política de recursos hídricos no Brasil. Revista do BNDES, 1997.

EMBRAPA. Desenvolvimento do cerrado. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/571723/pesquisa-desenvolvimento-e-inovacao-para-o-cerrado>. Acessado dia 03/10/2016.

GEMAS, CNI - Gerência Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Água, Indústria e sustentabilidade. Brasília 2013.

GOBBI, W.A.O. Modernização agrícola no cerrado mineiro: os programas governamentais da década de 1970. Caminhos de Geografia – revista on line. p. 130-149. Disponível em: <http://www.ig.uf.br/caminhos_de_geografia.html>. Acessado em: 04/10/2016.

MAURI, Robson. Relações Hídricas na fase de desenvolvimento da cana de açúcar submetida a déficit hídrico variável. USP, Piracicaba, 2012.

MAPA. Atualização e revisão do estudo Projeções do Agronegócio – Brasil 2014/15 a 2024/25, Brasília – DF, julho/2015, publicado pela Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (AGE/Mapa).

MORAES, Danielle Serra de Lima; QUINZANI, Jordão Berenice. Degradação ambiental e saúde humana. Rev Saúde Pública 2002;36(3):370-4 371 www.fsp.usp.br/rsp.

OLIVEIRA, A. R.R.(2006). Risco Climático e Fator de Resposta das Culturas de Cana-de-açúcar e do Trigo para o Estado de Goiás e o Distrito Federal. Tese de Doutorado em agronomia, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia.

PEIXOTO, Paula Pinheiro Padovese. Bases para aproveitamento e gerenciamento de recursos hídricos na região de Dourados – MS / Paula Pinheiro Padovese Peixoto. Botucatu, [S.n.], 2002.

REBOUÇAS, A. Uso inteligente da água. São Paulo: Escritura Editora, 2004. 207 p.

REIS, Marly Alves dos; A expansão da cultura canavieira e o crescimento econômico no município de Goianésia – Goiás. Tese de Mestrado Faculdade de ALFA-2014.

SEGALA, Mariana; Água: a escassez na abundância. Abril 2012. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/populacao-falta-agua-recursos-hidricos-graves-problemas-economicos-politicos-723513.shtml>. Acessado dias 13/04/2017.

UNICA; União das Indústrias de Cana-de-Açúcar. Mapa do Brasil demonstrando produção canavieira. Segundo dados oficiais do IBGE, UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas – SP) e do CTC (Centro de Tecnologia Canavieira). Disponível em: <http://www.unica.com.br/mapa-da-producao/>. Acessado dia 23/05/2017.

UNICADATA; União das Indústrias de Cana-de-Açúcar, relacionando datas e percentuais de produção, safra, consumo, importação, exportação. Moagem da cana -de-açúcar para produção de açúcar e etanol entre 1980 e 2016. Disponível em : <http://www.unicadata.com.br/>. Acessado dia 23/05/2017.

Uso da palhada da cana-de-açúcar na geração de etanol 2^o geração versus sua contribuição nutricional para o solo no ambiente cerrado

Manoel Henrique Reis de Oliveira
Rodrigo Fernandes de Souza
Rodrigo Fernandes de Souza
Rafaela Santos Oliveira
Aline Barbosa Arruda
Evaldo Alves dos Santos
Rafael Matias da Silva

INTRODUÇÃO

O Brasil é o maior produtor mundial da cultura da cana de açúcar e exportador de açúcar. Segundo a Conab (2015), estima-se que o Brasil produza 654,6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar nesta safra em pouco mais de 9 milhões de hectares. O estado de Goiás tem 60 municípios com plantio de cana de açúcar e 28 municípios com usinas instaladas, tornando-se assim o 3^o maior estado produtor do país (Revista rural, 2010). Com área plantada de 891,6 mil hectares correspondendo com 49,5% da área regional, e sua produção com 68.654,1 mil toneladas equivalente à 52,28% da produção do Centro-Oeste conforme CONAB (2015).

Goianésia é um dos principais municípios produtores, conta com três usinas, o que torna o setor sucroenergético um propulsor da economia local contribuindo para 30% da produção de açúcar e 10% da produção de etanol do estado (Xavier, 2010). Recentemente, em 2015 iniciou a produção de bioenergia a partir da palhada da cana de açúcar e vem sendo pioneira em Goiás com o grupo LAGE (FOLHA DA CANA, 2015).

O manejo de fertilidade do solo na cultura da cana-de-açúcar apresenta importância significativa em seu manejo. Uma cultura semi-perene que passa por um processo de colheita de toda a planta apresenta elevada extração de nutrientes como N, P, K, Ca, Mg e S, necessitando de consideráveis reposições para manutenção destes canaviais. As quantidades a serem aplicadas neste caso podem variar devido ao uso de variedades diferentes, condições edafoclimáticas, manejo de fertilidade, tecnologia de irrigação, extração e exportação de nutrientes no sistema solo-planta que são fatores limitantes para a produção da cultura da cana de açúcar afirmados por VITTI et al., (2005).

Apesar dos vários benefícios existentes na manutenção da palhada ao solo conforme estudos realizados por Carvalho (2013) e Rosseto et al., (2008), concluíram que cada época do ano o canavial irá depender de quantidades diferentes de cobertura vegetal visando alguns benefícios como proteção contra erosão, suprimentos nutritivos

mineralizados de origem da palhada para o solo, redução da incidência solar direta ao solo, menor infestação de plantas invasoras, manutenção da umidade, menores diferenças térmicas no solo durante o dia e a noite, maior agregação das partículas de solo, aumento da atividade microbológica, aumento da taxa de infiltração de água no solo, aumento pH e aporte produtivo principalmente nas épocas de secas prolongadas devido ao aumento da retenção hídrica e a % de matéria orgânica. Há também uma grande demanda pela retirada parcial ou integral dessa palha devido seu grande potencial energético e calorífico que pode aumentar significativamente a produção de bioenergia e do etanol de segunda geração (LOMBARDI et al., 2012).

O potencial energético e calorífico existente na palhada da cana-de-açúcar equivale em até 1/3 do potencial da cultura, com a possibilidade de produzir a partir dos componentes lignocelulósicos como celulose, hemi-celulose e lignina a geração do etanol celulósico. Devido à grande utilização do etanol nos dias atuais, estudos realizados por Santos et al., (2012) e Nyko et al., (2013) mostram o grande potencial competitivo e de incremento produtivo na utilização da palha, que a partir de tecnologias industriais ocorrendo a hidrólise dos materiais de origem lignocelulósicos podem gerar até 240 a 287 litros de etanol celulósico ou etanol de 2^o geração por 1Mg.ha-1 da palhada de cana, oriundo de todo aporte de material vegetal depositado ao solo após a colheita mecanizada sem a utilização da queima, como era realizada anteriormente. Assim podemos contribuir para uma maior produção de etanol 2G e aproveitamento dos resíduos da cultura da cana de açúcar.

Diante do exposto, objetivou-se com esse trabalho avaliar a contribuição nutricional e econômica da retirada de palhada da cana-de-açúcar no solo, em diferentes quantidades, e diferentes cenários, para produção de Etanol de segunda geração em condições edafoclimáticas de cerrado no município de Goianésia-GO.

MATERIAL E MÉTODOS

A avaliação da dinâmica da decomposição da palhada

Foi realizada na unidade CTC Regional Goiás Norte, no Endereço: GO 080 S/N, Fazenda Caiçara II, Lote A KM 12, Bairro: Zona Rural, Cidade: Vila Propício, CEP: 76393-000, com área de 255 hectares. O experimento está localizado nas coordenadas Latitude/Longitude 15°17'28.8"S 49°00'44.2"W e foi instalado em outubro de 2014, permanecendo neste local até fevereiro de 2016. Foi utilizada a metodologia das sacolas de decomposição, litter bags, no intuito de avaliar a dinâmica da decomposição da palhada em três quantidades sendo: 400 g, 600 g e 1200 g que correspondem respectivamente à 10,6 Mg.ha-1, 16 Mg.ha-1 e 32 Mg.ha-1. O ensaio foi conduzido com palha recolhida após a colheita e colocado em sacos de litter bags conforme utilizadas por Vitti et al., (2008) e Benedetti (2013), com dimensão de 0,75m x 0,50m equivalentes a 0,375m² para avaliação da decomposição em diferentes épocas. A coleta da testemunha foi 1000 g em

3 diferentes locais ao acaso no local da colheita, para analisar a condição inicial do material em estudo, como quantidade de nutrientes e massa seca. A colheita foi realizada no dia 28 de outubro de 2014 ocasião em que foram distribuídos os tratamentos. As coletas foram realizadas nos meses outubro/2015, dezembro/2015 e fevereiro/2016. Sendo as idades das amostras de 12, 14 e 16 meses.

Após a retirada das amostras em campo, estas foram levadas ao laboratório de Solos e Nutrição Vegetal da Faculdade Evangélica de Goianésia, onde foram secas em estufa de ventilação forçada a $65^{\circ}\text{C} \pm 2^{\circ}\text{C}$, por 72 horas, após secagem em estufas foram maceradas e colocadas em cadinhos individuais pesados em balança de precisão, avaliadas quanto aos teores de cinzas em estufa tipo mufla a 700°C por 2 horas (BENEDETTI, 2013).

Estes dados foram utilizados para estabelecimento das taxas de decomposição realizados por época de retirada e quantidade de palha de cada amostra.

Avaliação da contribuição nutricional e econômica da manutenção de palhada no solo.

Para realização do trabalho foi feita uma revisão de literatura com o objetivo de encontrar dados relativos a:

i) ciclagem dos nutrientes da palhada (N, P, K, Mg, Ca e S):

Estudos realizados por Urquiaga et al., (1991) mostraram que a mineralização da palhada promove retorno para o solo de 33 a 60 kg de N.ha-1.ano-1, além de cerca de 10 a 25 kg de S.ha-1.ano-1 em uma produção de 10 a 20 toneladas de palhada.ha-1, aumentando significativamente a quantidade de Mg e K e contribuindo para a redução de até 40% de Al^{3+} colaborando assim para o aumento do pH do solo.

As quantidades de reciclagem no ciclo de um ano foram de 85% de K o que corresponde a 56kg de K/ha-1, 44kg para Ca e 39kg de Mg, sendo que a mineralização é diretamente influenciada pela temperatura e umidade. Mesmo nos meses de maior temperatura e disponibilidade hídrica (setembro a março) observaram que a cada 10°C a decomposição tem sua taxa praticamente dobrada em relação aos outros meses (OLIVEIRA et al., 1999b).

A contribuição de nutrientes com a mineralização da palha da cana de açúcar mesmo sendo lenta gera quantidades significativas para a nutrição do solo, sendo que a quantidade dos macros nutrientes são disponibilizados na seguinte proporção 28% de N, 70% de P_2O_5 100% de K_2O , 66% de Ca, 59% de Mg e S com 41%, com as quantidades de nutrientes variando proporcionalmente com a quantidade palhada deixada sobre o solo (OLIVEIRA et al., 1999b; LOMBARDI et al., 2012).

ii) levantamento dos custos dos fertilizantes:

Os dados relativos aos custos dos fertilizantes foram baseados na tabela de conversão de Lombardi et al., (2012), com atualização de preço no INDEX MUNDI (2016) e estão apresentados na Tabela 1. Cabe ressaltar que para quantificar o nutriente

disponibilizado pela palha, fez-se necessário realizar algumas conversões do preço dos nutrientes em fertilizantes.

Tabela 1 Conversão dos preços dos nutrientes em fertilizantes

NUTRIENTES FONTE FERTILIZANTES PREÇO FERTILIZANTES

Conversão dos preços dos nutrientes em fertilizantes

N UREIA

45% (NH₂)CO 756,47.t-1 (NH₂)CO =

N x 1,68

PSup.Fos.Triplo 41% P₂O₅ 1020,00.t-1 P₂O₅= P x 2,08

K Cl.de potássio 60% K₂O 1030,00.t-1 K₂O= K x 1,71

Ca Calc. Dol

30% CaO 102,00.t-1 CaO= Ca x 1,40

Mg Calc.Dol

20% MgO 102,00.t-1 MgO= Mg x 1,66

SSup.Fos.Spls 8% SS* 900,00.t-1 SS= S x 5,90

Fonte: o autor

*S no SFS 8%

Avaliação econômica do aproveitamento da palhada pela indústria

Para a avaliação econômica do aproveitamento da palhada pela indústria foi realizado um levantamento dos custos e estimativas de produção de Etanol 2^o geração. Para tanto foram utilizados três cenários descritos por (Milanez et al., 2015). Assim as estimativas do custo de produção foram realizadas nestes três cenários: curto, médio e longo prazo sendo respectivamente, 2016-2020, 2021-2025 e 2026-2030, onde foram levados em consideração avanços tecnológicos e rendimento nas etapas de conversão de açúcares e separação de sólidos e líquidos.

Atualmente para cada 1 Mg.ha-1 de cana a produção de 89 litros de etanol 1^a geração, quando se utiliza a biomassa da palha da cana de açúcar obtém valores conservadores de 240 litros a cada 1 Mg.ha-1 de biomassa seca em curto prazo, 300 litros a médio prazo e 350 litros a longo prazo (Milanez et al., 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Avaliação da dinâmica de decomposição da palhada

Observou-se tendência de decréscimo nos teores de massa seca das amostras, o que corrobora com a evidência de decomposição da palhada em campo em função do tempo de permanência sobre o solo, independentemente da quantidade de palhada mantida.

Figura 1. Taxa de decomposição da Palhada de Cana-de-açúcar quando deixados sobre o solo 10,6 Mg.ha-1 em Goianésia-GO.

Figura 2. Taxa de decomposição da Palhada de Cana-de-açúcar quando deixados sobre o solo 16 Mg.ha-1 em Goianésia-GO.

Figura 3. Taxa de decomposição da Palhada de Cana-de-açúcar quando deixados sobre o solo 32 Mg.ha-1 em Goianésia-GO.

Pode-se observar que houve uma queda considerada nos teores de cinzas entre as avaliações (épocas) em comparação à amostra retirada no início do ensaio. Fato que pode estar relacionado com as condições climáticas da região de estudo (Alvarenga et al., 2001; Kliemann et al., 2006), com a disponibilidade hídrica e de oxigênio (Oliveira et al., 1999a; Jensen et al., 2005; Austin e Ballaré, 2010) que influenciam invariavelmente a dinâmica de decomposição da palha (CAMPOS, 2003).

A mineralização das diferentes quantidades de palha variando entre 4 Mg.ha-1 a 20 Mg.ha-1 deixados sobre o solo já foram avaliados em outros estudos (Aquino e Medina, 2012; Dietrich, 2014) que observaram decomposição proporcional a quantidade de palha aportada ao solo.

Assim, a decisão pela retirada ou não da palha, ou ainda a definição da quantidade de palha a ser deixada no campo, deve passar antes pela compreensão dos processos relacionados com a interação da palha com o solo, cultura e fatores ambientais, como temperatura, aeração e umidade (YAMAGUCHI et al., 2013).

Avaliação da contribuição nutricional e econômica da manutenção de palhada no solo

Na tabela 2 são apresentados os dados relativos à contribuição nutricional em kg.ha-1 para cada os macros nutrientes analisados.

Tabela 2 Contribuição Nutricional da palha no solo (kg.ha-1) em função da quantidade retirada.

Nutrientes (Palha) Teor (g.kg-1)	Palhada Retirada (Mg.ha-1)			
	10,6	16,0	32,0	
	Contribuição Nutricional (kg.ha-1)			
N	0,9	9,54	14,4	28,8
P0,6	6,4	9,6	19,2	
K	4,5	47,97	72,0	144,0
Ca	3,1	33,04	49,6	98,4
Mg	1,2	12,79	19,2	38,4
S0,9	9,59	14,4	28,8	
Total	19,3	205,73	308,8	617,6

Fonte: Adaptado de Vitti et al. (2008)

Pode-se observar que com a retirada da palhada da cana-de-açúcar deixa-se de devolver para o solo grandes quantidades de nutrientes. Dentre os nutrientes, o Nitrogênio é o que apresenta maiores contribuições, seguido pelo Potássio, Cálcio, Magnésio, Enxofre e Fósforo. As exigências nutricionais são supridas parcialmente em NPK de acordo com a recomendação de Penatti (2008), que recomenda N 100 kg.ha-1, P 30kg.ha-1 e K 130 kg.ha-1, assim respectivamente mesmo quando deixado a menor quantidade de palha sobre o solo pode ter uma contribuição respectivamente em retorno nutricional 9,54% de N, 21,35% de P e 36,9% de K, podendo economizar 50% do custo da aplicação da adubação manutenção da cultura.

Os benefícios quando a usina opta pela retirada da palhada para produção de Etanol 2G os nutrientes que compõem a palhada são exportados e deixam de contribuir.

Os benefícios da manutenção da palha sobre o solo são amplamente conhecidos e abrangem deste aumento dos estoques de carbono do solo (Galdos et al., 2009), melhoria da fertilidade do solo (Oliveira et al., 2002), aumento da atividade biológica do solo (Souza et al., 2012) a ciclagem de nutrientes (Franco et al., 2007). Entretanto, estima-se que a palhada apresente 1/3 do potencial energético da cana-de-açúcar (Santos et al., 2012) e com o avanço das técnicas para utilização da palha em cogeração e produção de etanol de segunda geração, a retirada seja uma opção que demanda estudos como este para determinar os ganhos reais da retirada.

Na Tabela 3, mensurou-se o custo (R\$.ha-1) dos nutrientes que deixaram de ser fornecidos pela decomposição da palhada e que precisariam de serem repostos via aplicação tradicional no solo.

Tabela 3 Conversão dos nutrientes deixados pela palhada em valores de acordo com a quantidade retirada.

Nutrientes (Palha)	Conversão			Teor g.kg-1	Custo (R\$.ha-1)
	10,6 Mg	16,0 Mg	32,0 Mg		
N	1,68	0,9	16,02	24,19	48,38
P2,08	0,6	13,30	19,96	39,93	
K	1,71	4,5	82,02	123,12	246,24
Ca	1,4	3,1	46,25	69,44	137,76
Mg	1,66	1,2	21,23	31,87	63,74
S5,9	0,9	56,58	84,96	169,92	

Fonte: o autor

De acordo com Rosseto et al., (2010), a extração dos macros nutrientes pela cana de açúcar pode atingir entre 50 a 120 kg para N, 4 a 30 kg de P, 53 a 256kg de K, 13 a 49 kg de Ca, 19 a 51 kg para Mg e entre 15 a 69 kg no caso do S. Tendo em vista as doses recomendadas e aplicadas na região (em média de 600kg.ha-1), o custo de aplicação praticada estima se em R\$ 720,00.

Caso a palhada seja mantida no solo, pode-se reduzir o custo de produção da cana-de-açúcar pois, estes nutrientes auxiliam na adubação corretiva da cultura, devolvendo

para o solo nutrientes que haviam sido extraídos no desenvolvimento das plantas. Neste estudo, o custo relativo às quantidades de nutrientes mineralizados variou entre R\$334,00 e 1141,00 por hectare, proporcionalmente quanto maior a quantidade de palha depositada sobre o solo, maior o retorno nutricional e maior a economia no manejo de adubação corretiva na cana soca.

Avaliação econômica do aproveitamento da palhada pela indústria

Na Tabela 4 são apresentadas as estimativas de produção de Etanol de 2ª Geração em Litros para os diferentes cenários.

Tabela 4 Capacidade de produção de Etanol de 2ª Geração pela indústria (em Litros) de acordo com a quantidade de palha retirada.

Cenários E2G	10,6 Mg.ha-1	16,0 Mg.ha-1	32,0 Mg.ha-1	
Curto Prazo	240 L.Mg-1	2.558	3.840	7.680
Médio Prazo	300 L.Mg-1	3.198	4.800	9.600
Longo Prazo	350 L.Mg-1	3.731	5.600	11.200

Fonte: o autor

Considerando-se os diferentes cenários, observa-se aumento na capacidade de produção de etanol 2G com o avançar dos anos. Observa-se ainda que, o aumento é proporcional a retirada de palhada. Este aumento está intimamente relacionado com o emprego das tecnologias, melhorias na infraestrutura, aproveitamento na conversão dos açúcares e na separação de sólidos-líquidos que podem surgir com o passar do tempo.

Entende-se que os retornos econômicos com a retirada da palhada nos três cenários temporais são interessantes para a produção industrial devido à grande capacidade de produção de biomassa seca em E2G, podendo gerar lucros de R\$ 421,48 a curto prazo até R\$ 12.532,80 a longo prazo, ou seja, quando colocado em confronto com os cenários temporais e as quantidades de palha depositada sobre o solo, a lucratividade industrial consegue superar em dezessete vezes.

Na tabela 5, observa-se o custo de produção para cada quantidade de palha depositado sobre o solo e sua capacidade de produção de biomassa em E2G, levando em consideração os cenários temporais que mostra três diferentes capacidades de produção, no qual pode-se observar o aumento da produção e a redução do custo de produção gasto por litro de E2G produzido.

Tabela 5 Custo de produção Etanol 2G.

Cenários	Custo (R\$)						
Litros	10,6 Mg.ha-1	Litros	16 Mg.ha-1	Litros	32 Mg.ha-1		
Curto Prazo	2.558	R\$ 3.773,64	3.840	R\$ 5.664,00	7.680	R\$ 11.328,00	
Médio Prazo	3.198	R\$ 2.372,91	4.800	R\$ 3.561,60	9.600	R\$ 7.123,20	
Longo Prazo	3.731	R\$ 1.943,00	5.600	R\$ 2.917,60	11.200	R\$ 5.835,20	

Fonte: o autor

Pode-se constatar que mesmo aumentando a capacidade de produção de Etanol com os cenários mais distantes, o custo de produção diminui, este fato é explicado pois com o

passar do tempo a maior inserção do E2G implicaria em maiores investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, fator determinante para o aumento da eficiência em diversas etapas de sua produção, o que torna o produto final menos dispendioso.

A maior quantidade de palha amostrada (32 Mg.ha⁻¹) apresenta retorno nutricional estabelecido pela mineralização da palha de cana de açúcar ao longo de um ano de safra agrícola de R\$ 705,97. Avaliando-se apenas o cenário de curto prazo, com a retirada desta quantidade de palhada para produção de Etanol 2G consegue-se uma Receita Bruta de R\$ 12.595,20, considerando o valor de venda do Litro em R\$ 1,64 por Litro.

CONCLUSÕES

Na dinâmica de decomposição da palhada constatou que foi decomposto em média 11,67% da massa seca inicial independentemente da quantidade de palha deixada sobre o solo.

A manutenção da palha sobre o solo permite um incremento nutricional ao solo, o que diminui os gastos com reposição dos nutrientes através de fertilizantes.

O uso da palha da cana-de-açúcar na produção de E2G se mostra viável economicamente, com aumento de aproveitamento na indústria e redução no custo de produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRÍCOLA GEMELLI Disponível em: <<http://www.agricolagemelli.com.br/precos.php>> acesso em 10 Abr. 2016.

ALVARENGA, C. R.; CABEZAS, W. A. L.; CRUZ, J. C. SANTANTA, D. P. Plantas de cobertura de solo para sistema plantio direto. Informe Agropecuário, Belo Horizonte, v. 22, n. 208, p. 25-36, 2001.

AQUINO, G.S.; MEDINA, C.C. Crescimento e produtividade de cana-de-açúcar sob doses de palhada. 3º Seminário de Gestão Ambiental na Agropecuária. Bento Gonçalves – RS, Brasil, 25 a 27 de Abril de 2012.

AUSTIN, A.T.; BALLARÉ, C.L. Dual role of lignin in plant litter decomposition in terrestrial. Ecosystems Proceedings of the National Academy of Sciences of the USA, Washington, v. 107, n. 10, p. 4618-4622, 2010.

BENEDETTI, M.M. Potencial de utilização da fitomassa de cana-de-açúcar sob diferentes condições edafoclimáticas. 2013. Projeto de qualificação (Pós-graduação em Agronomia Título de Doutor) Universidade Federal de Uberlândia.

CAMPOS, D.C. Potencialidade do sistema de colheita sem queima da cana-de-açúcar para o sequestro de carbono. 2003. 103p. Tese (Doutorado em Agronomia) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

CARVALHO, J. L. N. Decomposição da palha da cana-de-açúcar em diferentes condições edafoclimáticas. 2013. Projeto de pesquisa (Iniciação científica Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE)

CONAB 2015 ISSN 2318-7921 V. 2 – Safra 2015/16 N. 1 – Primeiro Levantamento Abril/2015. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br> Acesso em: 20 de abril de 2016

DIETRICH G. Decomposição e liberação de nitrogênio da palha de cana-de-açúcar em função do ambiente e quantidade de palha. 2014, 58 p. Dissertação (Mestrado em Ciência do Solo) - Universidade Federal de Santa Maria Centro de Ciências Rurais - UFSM, Santa Maria, RS, 2014.

FARONI, C. E., VITTI, A. C., GAVA, G. J. C., MANZONI, C. S., PENATTI, C. P., & TRIVELIN, P. C. O. (2003). Degradação da palha (15N) de cana-de-açúcar em dois anos consecutivos. In Congresso Brasileiro de Ciência do solo (Vol. 29). Ribeirão Preto: Universidade Estadual de São Paulo Sociedade Brasileira de Ciência do Solo CD-ROM.

FOLHA DA CANA. Goianésia, Go, 2015. Publicação da Acessória de Imprensa da Jalles Machado. Impresso especial. Edição n°53- Agosto 2015 10 p.

FRANCO, H.C.J.; VITTI, A.C.; FARONI, C.E.; CANTARELLA, H.; TRIVELIN, P.C.O. Estoque de nutrientes em resíduos culturais incorporados ao solo na reforma do canavial. STAB-Açúcar, Álcool e Subprodutos, v. 25, p. 32-36, 2007.

GALDOS, M.V.; CERRI, C.C.; CERRI, C.E.P. Soil carbon stocks under burned and unburned sugarcane in Brazil. Geoderma, v. 153, 347–352, 2009.

INDEX MUNDI. Preços das Mercadorias. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com> Acesso em: 20 de abril de 2016

JENSEN, L.S.; SALO, T.; PALMASON, F.; BRELAND, T.A. HENRIKSEN, T.M.; BO

STENBERG, B.; PEDERSEN, A.; LUNDSTROM, C.; ESALA, M. Influence of biochemical quality on C and N mineralization from a broad variety of plant materials in soil. Plant and Soil, Dordrecht, v.273, p. 307-326, 2005.

KLIEMANN, H.J.; BRAZ, A.J.P.B.; SILVEIRA, P.M. Taxa de decomposição de resíduos de espécies de cobertura em Latossolo Vermelho Distroférico. Pesquisa Agropecuária Tropical, v.36, p.21-28, 2006.

LOMBARDI, G., GIROTO, V., LOMBARDI, N., PERES, M., SILVA, S. D. A., dos ALVES, C. E., & ABÍLIO, A. (2013, March). Uso da palha de cana-de-açúcar como fonte de bioenergia versus a sua contribuição nutricional quando mantida no solo. In Embrapa Clima Temperado-Artigo em anais de congresso (ALICE). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE BIOENERGIA, 7., 2012, São Paulo. Anais... São Paulo, 2012.

MARQUES, D., SILVA, T. D., ZOPELARI, A., & FIGUEIREDO, R. (2012). Produção e preço da cana-de-açúcar em Goiás. *Conjuntura Econômica Goiana*, (23), 32-43.

MENDES, A, M. S. Acúmulo de nutrientes pela cana de açúcar irrigada cultivada no Semiárido Tropical brasileiro: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br>

MILANEZ, A. Y., NYKO, D., VALENTE, M. S., SOUSA, L. C., BONOMI, A. M. F. L. J., JESUS, C. D. F. D., ... & JUNQUEIRA, T. L. (2015). De promessa a realidade: como o etanol celulósico pode revolucionar a indústria da cana-de-açúcar: uma avaliação do potencial competitivo e sugestões de política pública. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, (41).

NYKO, D., GARCIA, J. L. F., MILANEZ, A. Y., & DUNHAM, F. B. (2010). A corrida tecnológica pelos biocombustíveis de segunda geração: uma perspectiva comparada. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, (32), 5-48.

OLIVEIRA, M.W.; BARBOSA, M.H.P.; MENDES, L.C.; DAMASCENO, C.M. Matéria seca e nutrientes na palhada de dez variedades de cana-de-açúcar. *STAB-Açúcar, Álcool e Subprodutos*, v. 21, p. 6-7, 2002.

OLIVEIRA M. W.; TRIVELIN P. C. O.; GAVA G.J.C., PENATTI C.P. Degradação da palhada de cana-de-açúcar. *Scientia agrícola*, vol.56 n.4 Piracicaba Oct./Dec. 1999a.

OLIVEIRA, M. W., TRIVELIN, P. C. O., PENATTI, C. P., & de CÁSSIA PICCOLO, M. (1999b). Decomposição e liberação de nutrientes da palhada de cana-de-açúcar em campo. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, 34(12), 2359-2362.

PENATTI, C.P. Racionalização da adubação da cultura de cana-de-açúcar. Disponível em <http://www.assocana.com.br/restrito/Palestra_Racionalizacao_Res_Adubo-25-06-08.pdf>. Acessado em: 26 de abril de 2016.

REVISTA RURAL 2010. Disponível em: <<http://www.revistarural.com.br/edicoes/item/5436-cana-expansao-da-cana-em-goias>> Acesso em: 20 set 2015

ROSSETTO, R., CANTARELLA, H., DIAS, F., LANDELL, M., & VITTI, G. Manejo conservacionista e reciclagem de nutrientes em cana-de-açúcar tendo em vista a colheita mecânica. *Informações Agronômicas*, 124, 8-13. 2008.

SANTOS, FERNANDO A., QUEIRÓZ, JOSÉ H. DE, COLODETTE, JORGE L., FERNANDES, SERGIO A., GUIMARÃES, VALÉRIA M., & REZENDE, SEBASTIÃO T. Potencial da palha de cana-de-açúcar para produção de etanol. *Química Nova*, v. 35, p.1004-1010. 2012.

SOUZA, R.A.; TELLES, T.S.; MACHADO, W.; HUNGRIA, M.; TAVARES FILHO, J.; GUIMARÃES, M.F. Effects of sugarcane harvesting with burning on the chemical and microbiological properties of the soil *Agriculture, Ecosystems and Environment*, v. 155, p. 1– 6, 2012.

UDOP (União Dos Produtores de Bioenergia). Disponível em<
<http://www.udop.com.br>. Acesso em Abr. 2016.

URQUIAGA, S., BODDEY, R. M., OLIVEIRA, O. D., LIMA, E., &
GUIMARÃES, D. H. (1991). A importância de não queimar a palha na cultura de cana-
de-açúcar. EMBRAPA-CNPBS.

VITTI, G; et al Agrícola Ouro Verde, Lençóis Paulista -SP, Relatório Técnico, n.10,
p.1-19, 2008.

VITTI, G; et al. Nutrição e Adubação da Cana-de-açúcar. Bebedouro, SP: [s.n], p.
15-18, 2005.

XAVIER, G. L. (2010). A cidade e os canaviais: Estado e capital na produção social
do espaço—Goianésia, Goiás. Apresentação, 4(1).

YAMAGUCHI, C., RAMOS, N., PACKER, A., de ANDRADE, C. A., &
HIRANO, R. (2013, January). Dinâmica de decomposição de palhada de cana-de-açúcar.
In Embrapa Meio Ambiente-Artigo em anais de congresso (ALICE). In: CONGRESSO
INTERINSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 6., 2012, Jaguariúna. Anais...
Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2012. 1 CD ROM. Nº 12402.

UTILIZAÇÃO DE LINGUAGEM C++ NO DIMENSIONAMENTO DE SAPATA ISOLADA

Luis Paulo Silva

Ivandro Rocha

João Marcelino de Oliveira Neto

Thaise Ribeiro da Silva

Luiz Tomaz de Aquino

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo realizar o dimensionamento de uma sapata isolada utilizando-se de um software desenvolvido na linguagem C++.

A linguagem C foi criada em 1972, por Dennis M. Ritchie e Brian W. Kernighan, do Bell Labs Innovations, baseando-se na linguagem B, proveniente da antiga BCPL. B foi renomeado com a primeira letra de BCPL e a linguagem C, com a segunda.

A linguagem C++ foi introduzida por Bjarne Stroustrup, em meados de 1983, com novos e poderosos elementos e novas propostas para a programação, que contribuem para o reuso, manutenção e adição ao código. C++ possui extensas bibliotecas-padrão que utilizam em grande quantidade as características exclusivas da linguagem em relação à C. Códigos escritos em C/C++ são de fácil leitura, pois a linguagem permite separar seu código em partes e arquivos para que seja mais bem estruturado. Com C++, o programador cria bons hábitos na programação, sabendo organizar seu código de maneira legível e tornando-o mais veloz.

Um compilador é um tipo de tradutor utilizado para que o desenvolvedor possa “comunicarse” com a máquina sem a necessidade de utilizar a própria linguagem de máquina. No caso de um compilador de C/C++, essa ferramenta traduz um código escrito em linguagem C/C++ para linguagem de máquina e gera um arquivo EXE, que pode ser executado pelo sistema operacional. O compilador inicia o processo lendo a primeira instrução do início do programa, escrito em “linhas de comando”, e confere se existem erros. Se não existirem, o compilador avança para a próxima linha, sempre seguindo este processo, até a última linha (caso não haja mudanças de fluxo no código). No dimensionamento da fundação em estudo utilizamos o compilador Dev C++, para executar as instruções de dimensionamento da fundação tipo sapata isolada.

Fundações são os elementos estruturais com função de transmitir as cargas da estrutura ao terreno onde ela se apoia (AZEREDO, 1977). Sendo assim as cargas de uma edificação são transmitidas para as camadas resistentes do solo sem provocar ruptura do terreno sendo de suma importância na execução de qualquer construção.

De acordo com a NBR 6122:96 – Projeto e execução de fundações – as fundações podem ser divididas em dois grupos distintos, que são: fundação profunda e fundação

superficial (rasa ou direta). As fundações profundas transmitem carga ao terreno pela base e por sua superfície lateral ou por combinação dos dois efeitos, são aquelas cujas bases estão implantadas a mais de duas vezes sua menor dimensão e a pelo menos 3 m de profundidade. Neste caso, os mecanismos de ruptura de base não atingem a superfície do terreno a ser considerado no projeto. São exemplos de fundações profundas: estacas, tubulões e caixões. Já as fundações superficiais são divididas nos seguintes tipos: sapatas, blocos, radier, sapata associada, viga de fundação e as sapatas corridas, elementos em que a carga é transmitida ao solo pelas pressões distribuídas sob a base da fundação, sua profundidade de assentamento é inferior a duas vezes a menor dimensão da fundação.

As fundações superficiais (rasa ou direta) são elementos em que a carga é transmitida ao terreno, predominantemente pelas pressões distribuídas sob a base da fundação, em que a profundidade de assentamento em relação ao terreno adjacente é inferior a duas vezes a menor dimensão da fundação. E são divididas nos seguintes tipos, segundo a NBR 6122/96: sapatas, blocos, radier, sapata associada, viga de fundação e as sapatas corridas, as quais são definidas. (NBR 6122/96).

Sapata Isolada – elemento de fundação de concreto armado, de altura menor que o bloco, utilizando armadura para resistir aos esforços de tração.

Antes de se realizar o dimensionamento de uma fundação é muito importante que se faça um estudo do solo para se obter parâmetros necessários para realização dos cálculos, no caso das sapatas isoladas é necessário se obter o coeficiente de tensão máxima no solo, esse estudo é feito através de sondagens SPT, realizadas em campo.

De acordo com Moraes (1976), o reconhecimento do subsolo para efeito de uma instalação de uma infraestrutura é feito mediante a realização de sondagens do solo, em pontos escolhidos e distribuídos na área da edificação.

Embora seja desconsiderada na grande maioria das construções de edificações de pequeno e médio porte a sondagem do solo é extremamente necessária para que se tenha um conhecimento do subsolo, evitando assim atrasos na obra e problemas futuros que podem vir a surgir devido a escolha de uma fundação inapropriada para o tipo de solo existente na área da construção.

Com os dados obtidos através da sondagem e com as informações fornecidas pela planta de carga da estrutura é possível escolher o tipo de fundação mais adequada para a edificação e realizar o dimensionamento da mesma.

Quando bem utilizados, os softwares para dimensionamento de elementos estruturais contribuem significativamente na elaboração de projetos, com a evolução dos microcomputadores e dos softwares ferramentas poderosas foram criadas com a finalidade de auxiliar o engenheiro na elaboração destes projetos.

Cada vez mais se busca soluções em engenharia que possam aumentar a produtividade de determinada tarefa e ao mesmo tempo tentar simplificar cálculos que levariam muito tempo de serem realizados manualmente, uma das soluções que vem crescendo a cada ano é utilização de softwares para dimensionamento das mais diversas estruturas no campo da engenharia, pensando neste contexto atual foi realizado a elaboração de um sistema que através da inserção de dados iniciais e capaz de calcular de forma simples e rápida as dimensões e área de aço de uma determinada sapata isolada.

Esta pesquisa foi de caráter experimental que, segundo Gil (1991), consiste em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo e definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto.

Para dimensionamento da fundação (sapata isolada), foi utilizado um programa computacional desenvolvido por nossa equipe de trabalho.

O presente trabalho iniciou-se com um diálogo com um engenheiro da nossa cidade, após conversas sobre possíveis soluções de informática que ajudariam no vasto campo da engenharia foi decidido realizar um software de dimensionamento para sapatas isoladas, seguido de pesquisas bibliográficas sobre o tema escolhido, foi analisado a melhor forma de desenvolver um algoritmo capaz de apresentar os resultados esperados. Por fim foram realizados os testes no software comparando com os resultados obtidos por métodos empíricos.

Este trabalho tem como objetivo facilitar os cálculos para realização do dimensionamento de sapatas isoladas. Para tanto é preciso especificamente:

- Mostrar de forma clara a utilização do software desenvolvido;
- Apresentar os resultados comparando com os cálculos realizados manualmente;

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente foi feito o dimensionamento do elemento de fundação sem a utilização do software desenvolvido em C++, para tal dimensionamento e efeito de comparação com os resultados obtidos no programa, utilizamos os seguintes dados de entrada: (dados fornecidos aleatoriamente).

Seção do pilar: 30x15 (a=30, b=15)

Carga de serviço no pilar: 57 Kn (NK)

$\sigma = 0,20 \text{ Mpa} = 0,02 \text{ Kn/cm}^2$

Aço: CA50

Fck: 35 MPa

Memorial de cálculo:

$P_k = 0,05 * N_k$ $P_k = 0,05 * 57$ $P_k = 2,85 \text{ Kn}$

$A = ((N_k + P_k))/\sigma_s = ((57 + 2,85))/0,02$ $A = 2992,5 \text{ cm}^2$

$C = \sqrt{\left(\frac{A * b}{a}\right)} = \sqrt{\left(\frac{2992,5 * 15}{30}\right)} = 36,68 \approx 40 \text{ cm}$

$$\text{Adotar} = 60 \text{ cm}$$

$$L = \sqrt{\left(\frac{A \cdot a}{b \cdot @}\right)} = \sqrt{\left(\frac{2992,5 \cdot 30}{15 \cdot @}\right)} = 77,36 \approx 80 \text{ cm}$$

$$0,6 \text{ lb} + 5 \text{ cm} = 0,6 \cdot (30 \cdot 1) + 5 = 23 \approx 25 \quad * \text{ Adotar} = 25 \text{ cm}$$

$$h_o = h/3 = 25/3 \quad h_o = 8,33 \text{ cm ou } 20 \text{ cm} \quad * \text{ Adotar} = 20 \text{ cm}$$

$$V = (C \cdot L + a \cdot b) / 2 \cdot (h - h_o) + C \cdot L \cdot h_o$$

$$V = (60 \cdot 80 + 30 \cdot 15) / 2 \cdot (25 - 20) + 60 \cdot 80 \cdot 20$$

$$V = 109125 \text{ cm}^3 = 0,109 \text{ m}^3$$

$$P_k = V \cdot 2,5 \quad P_k = 0,109 \cdot 25 = 2,725 \text{ Kn}$$

$$\rho = ((N_k + P_k)) / A = ((57 + 2,725)) / ((60 \cdot 80)) = 0,0112 \text{ Kn/cm}^2$$

$$0,0112 < 0,02 \text{ Kn/ Cm}^2 - \text{OK!}$$

$$\sigma_d = N_d / (a \cdot b) < 0,20 \cdot f_{cd}$$

$$\sigma_d = 79,8 / (30 \cdot 15) < 0,20 \cdot 2,5$$

$$\sigma_d = 0,18 \text{ Kn/Cm}^2 < 0,5 \text{ Kn/ Cm}^2 - \text{OK!}$$

$$AS_x = (N_d \cdot (L - a)) / (6,8 \cdot d \cdot F_{yd}) \quad AS_y = (N_d \cdot (c - b)) / (6,8 \cdot d \cdot F_{yd})$$

$$AS_x = (79,8 \cdot (80 - 30)) / (6,8 \cdot 20 \cdot 43,5) \quad AS_y = (79,8 \cdot (60 - 15)) / (6,8 \cdot 20 \cdot$$

43,5)

$$AS_x = 0,67 \text{ Cm}^2$$

$$AS_y = 0,61 \text{ Cm}^2$$

Com os cálculos realizados manualmente obtivemos uma área de aço em x correspondente a 0,67 cm² e em y de 0,61 cm². Com as áreas de aço correspondente calculadas, é possível definir a quantidade de barras e a bitola do aço adotada para a sapata em estudo, como mostra as tabelas (em anexo):

O espaçamento deve ser de no mínimo 4cm e no máximo 20cm.

Detalhamento AS_x

Ø	A1 (cm ²)	NB (cm)	S (cm)	Situação
5,0	0,196	4	12	Ok
6,3	0,312	3	16	Ok
8,0	0,503	2	24	Não
10,0	0,785	1	49	Não
12,5	1,227	1	48	Não

Tabela 1 – detalhamento AS_x

Detalhamento AS_y

Ø	A1 (cm ²)	NB (cm)	S (cm)	Situação
5,0	0,196	4	17	Ok
6,3	0,312	2	34	Não
8,0	0,503	-	-	-
10,0	0,785	-	-	-
12,5	1,227	-	-	-

Tabela 2 – detalhamento AS_y

Depois de dimensionada a sapata manualmente, utilizamos os dados fornecidos anteriormente e inserimos no software desenvolvido para comparação dos resultados, o programa funciona da seguinte forma:

Na tela inicial o usuário responde se quer prosseguir com o dimensionamento da sapata isolada, se digitar a letra S o programa abre um tela para inserção dos dados iniciais, (imagens em anexo).

Com os dados inseridos no software o mesmo calcula a área de aço e x e y da sapata, assim como todas as suas dimensões, além de realizar todas as verificações de tensões no concreto e a verificação de pressão no solo. Caso os testes de verificação não sejam aprovados nas condições definidas por normas e pelos ensaios de sondagem o programa sugere um novo dimensionamento do pilar ou um novo FCK para o concreto.

Foi observado a funcionalidade do programa como mostra na figura (em anexo), os resultados obtidos corresponderam com os valores calculados manualmente.

CONCLUSÕES

Em tempos em que a produtividade é fator determinante na execução de um projeto é cada vez mais importante que se busque soluções que possam atender essa demanda, a utilização de softwares cada vez mais elaborados permitem que determinadas tarefas sejam realizadas de forma rápida e objetiva, ganhando muito tempo durante a fase de elaboração dos projetos e assim evitando atrasos no cronograma de uma obra.

Na área da engenharia são utilizados muitos softwares nas mais diversificadas áreas de de projeto, pensando nisso criamos um programa na linguagem C++ que faz o cálculo de dimensionamento de uma sapata isolada.

A realização desse trabalho permitiu entender o quanto é importante a utilização da lógica de programação no campo da engenharia civil, quando se consegue assimilar dois campos tão distintos é possível criar grandes soluções que com certeza aumentam muita a produtividade, permitindo se destacar no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6122: Projeto e execução de fundações. Rio de Janeiro, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6118: Projeto de estrutura de concreto - Procedimento. Rio de Janeiro, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6484: Solo – Sondagens de simples reconhecimento com SPT – Método de ensaio. Rio de Janeiro, 2001.

AZEREDO, Hélio Alves de. O edifício até sua cobertura – Prática da construção civil. 2.ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1977. 182 p. il. Inclui bibliografias.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

MORAES, Marcello de Cunha. Estruturas de fundações. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

PINHO, Márcio Sarroglia. Histórico da linguagem C. Disponível em: <http://www.inf.pucri.br/~pinho/Laprol/Historico/Historico.htm>. Acesso em: outubro, 2017.

VALORES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DA MISOGINIA

Emmanuel Matheus Silva da Mata

Fernanda Heloisa Macedo Soares

INTRODUÇÃO

O constante conflito de ideologias entre gerações mostra como o preconceito surge, tendo em vista as mudanças em âmbitos sociais e em relações de convivência, econômicas, pessoais, entre outras, ao passar dos anos, além da dificuldade de adaptação de costumes e pensamentos. A misoginia, base de vários outros preconceitos é a mais alarmante e evidente entre as discriminações que assolam o Brasil, recebe uma deliberação fundamentada e o levantamento de possíveis caminhos para que se possa solucioná-la.

Há quem diga que o preconceito vem sendo destruído, pouco a pouco, com o passar dos anos. No entanto, faz-se possível dizer que no tempo em que diminui por um lado, propaga-se por outro. Enquanto assuntos – como machismo e homofobia – passam por intensas discussões e desconstruções, acabam recebendo pequenas influências que retardam esse progresso.

Grande parte da educação de alguém é concebida em casa, através da formação feita pelos pais ou membros da família. A padronização de gênero é um fato social que alicerça o machismo na sociedade brasileira. Mesmo antes de nascer, já existe um interesse por parte das pessoas em descobrir o sexo do bebê, justamente para que sua personalidade seja construída desde então. Homens são ensinados a usar azul e gostar de carros, bolas e futebol, por outro lado, meninas são encaminhadas a uma preferência por cor-de-rosa, roupas, bonecas e utensílios domésticos. Tais ensinamentos fazem com que homens se sintam mais próximos do mundo profissional e sua possível ascensão, enquanto mulheres, de maneira induzida, se sentem mais apegadas a cuidar da família e do lar.

Por ser formado por diferentes gerações, o ambiente do lar geralmente é composto por diversos pontos de vistas sobre determinadas questões. Como consequência disso, valores são passados dos mais velhos aos mais novos, certas opiniões que, por serem formadas anos atrás, já não são tão adequadas ao contexto social atual. Diante desses conflitos, é necessário uma pesquisa sobre como os costumes tidos como padrões devem se modificar com o passar dos anos, atendendo às mudanças sociais, para que não haja discriminação a novos fatos sociais, tendo em vista que há divergências entre o que se tinha como costume anos atrás e o que se encontra no meio social das últimas décadas.

Busca-se enfatizar a necessidade notória de compreender o desenvolvimento das relações de gênero ao longo do tempo, além disso, coordenar o entendimento das mesmas e tornar certos assuntos mais compreensíveis e de fácil aceitação. Ademais, identificar quais os pensamentos provenientes dos anos passados e como se chocam com os atuais. Visando analisar e interpretar os costumes transmitidos por gerações e os impasses

formados com as peculiaridades que surgem na comunidade, levando-se em conta alguns limites geográficos e temporais.

Pretende-se, nesse trabalho, explicar o surgimento das relações de gênero e as definições do que é ser “homem” ou “mulher”, entendendo, além de sua origem, seu desenvolvimento com o passar dos anos e o avanço da sociedade. Destaca-se, além disso, quais os principais âmbitos de ascensão desses padrões e como encontram base para perdurar por tanto tempo. Visa-se, ainda, destacar a importância da discussão sobre esse tema, sem que se leve em conta limites de idade, tendo em vista que, independentemente do tempo de experiência de cada indivíduo, todos devem respeitar as diversidades da sociedade atual.

MATERIAL E MÉTODOS

Esse trabalho desenvolve-se através de uma pesquisa bibliográfica qualitativa – focando no caráter subjetivo do fato em análise – e descritiva – com análise e interpretação dos dados do objeto. Ainda, básica, visando melhorar as teorias científicas e auxiliar na compreensão do tema, e de fontes secundárias, destacando-se o trabalho literário História das Relações de gênero de Peter N. Stearns, a obra A Dominação Masculina de Pierre Bourdieu e Gênero: Uma Perspectiva Global da professora Raewyn Connel e da pesquisadora Rebecca Pearse.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A dominação masculina mantém-se firme na humanidade desde os seus primórdios. No Período Neolítico, quando o ser humano deixa de ser nômade e passa a se estabelecer em determinado território e, além disso, deixa de viver da caça e coleta e passa a se tornar agricultor, os papéis sobre o que é ser “homem” e o que é ser “mulher” passam a ser definidos. A desigualdade entre os sexos aumenta quando essas sociedades agrícolas começam a se desenvolver ainda mais e necessitar de indivíduos em posições de governança, pois os homens começam a ocupar tais postos e a pressionar as mulheres a se aterem a funções domésticas, dependentes da família e mais secundárias. No entanto, tal problema nunca foi o prisma principal de análise da história sobre a humanidade, sua origem e seu desenvolvimento, pois esta sempre se deteve às atividades de elites políticas e intelectuais em grande parte masculinas.

As definições de masculinidade e feminilidade tiveram sua origem quase que juntamente à humanidade, e com o passar dos anos, mesmo com várias sociedades relevantes indo contra essa determinação, os padrões iniciais perduram com veemência na maioria das populações mundiais até os dias de hoje. Ainda assim, é possível se encontrar discrepâncias grosseiras entre tais padrões, quando se leva em conta sociedades com formações culturais distintas.

Essa fixação de modelos de gênero é construída de uma maneira sutil, para que pareça natural, intrínseca ao ser humano, mas, na verdade, é construída por aqueles que

detêm o poder, a maior influência social. Define-se, como Simone de Beauvoir assinalou para o caso do francês em *O segundo sexo*¹, a ideia de que o masculino é universal e o feminino, específico – ideia essa que carrega uma série de implicações simbólicas ligadas a outras hierarquizações e definições culturais. O “masculino” domina a sociedade tanto em seu sentido mais amplo, como também nas suas especificidades. Inúmeras instituições sociais são dominadas por indivíduos que correspondem ao que se é estabelecido como “ser homem”, ou estabelecem extremos limites entre os gêneros, como por exemplo: a família, que tem a imagem do pai como centro da estrutura do grupo pessoal, aquele que toma individualmente decisões sobre os demais componentes, e estes devem serviços àquele; as escolas, que por muito tempo segregaram homens e mulheres, que eram separados por salas, ou até mesmo por instituições, e possuíam um corpo docente majoritariamente masculino; a igreja, que por boa parte de sua história configurou um grupo formado predominantemente por homens; entre outras.

Contudo, houve um momento na história em que as desigualdades começaram a ser notadas. Mas, antes de começar essa discussão, é necessário entender a linha tênue que existe na diferença entre “feminismo” e “movimento das mulheres”. A diferenciação, principalmente, se dá no conteúdo de suas reivindicações. De início, pode-se destacar que todo movimento feminista é um movimento de mulheres, mesmo que haja certos grupos de homens que se determinam feministas e integrantes do Movimento. No entanto, nem todo movimento de mulheres possui uma constituição voltada ao feminismo, tendo como exemplo o caso de mulheres contra o direito de aborto. Entendia-se por movimento das mulheres, aqueles que buscavam melhorias de condições sociais e de trabalho. Por outro lado, feminismo era entendido como movimento que lutava contra a opressão e em favor da liberdade das mulheres, tratando, principalmente, sobre assuntos como aborto, violência, autonomia etc.

De qualquer forma, ambas definições constituem a mesma história: a luta das mulheres.

Segundo Keorgat (2009, p.68), o feminismo começou “a partir da tomada de consciência de uma opressão específica: tornou-se coletivamente ‘evidente’ que uma enorme massa de trabalho era realizada pelas mulheres; que esse trabalho era invisível; que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal”.

Quando se põe o foco da pesquisa nas relações de gêneros, nota-se que tudo que foi aqui discutido leva a um padrão extremamente forte e coativo, chegamos às definições de “homem” e “mulher”. Nasce-se incluído em um sistema que possui dois gêneros definidos. Porém, gênero vai muito além das definições de determinada sociedade, que o constrói com base na sua história, costumes e tradições. Quando trata-se sobre “gênero”, tem que se levar em conta dois contextos: o social e o pessoal. Discutindo sobre o contexto social, configura-se nas definições, aqui já discutidas, no interior de cada sociedade.

Colocando agora o ponto central dessa análise no âmbito pessoal, vemos que gênero caracteriza-se, também, como uma construção individual e subjetiva.

Cotidianamente, as pessoas recebem gênero como algo dado. Identificando, instantaneamente umas as outras como homem ou mulher, menino ou menina. Desenvolve-se a vida tendo como base este decreto social. Enquanto “homens” e “mulheres”, escolhem espremer os pés em diferentes tipos de sapatos, ou se vestir com diferentes tipos de roupas, cortar o cabelo em estabelecimentos distintos, comprar calças em lojas dessemelhantes e ir a banheiros separados. Tudo isso é tão habitual, que se chega a acreditar que é natural. E essa crença faz as pessoas se chocarem quando um sujeito não segue o padrão. Um dos principais, como exemplo, o caso de quando pessoas do mesmo gênero se apaixonam umas pelas outras. A homossexualidade é, assim, definida como algo mau, não natural.

Quando um indivíduo, possuidor do órgão genital masculino, que deveria seguir aquilo que a sociedade classifica como “homem”, foge dessa delimitação e começa a se comportar ou praticar atos considerados do padrão feminino, ele começa a ser alvo de discriminação; para muitos, ele escapa do que tem por “natural”, começa a fazer algo mau, que merece punição. É, então, aqui que se encontra o surgimento da LGBTfobia. O mesmo acontece a uma pessoa detentora do órgão genital feminino quando esta começa a fugir daquilo que lhe foi predeterminado. Tudo isso faz parte de um esforço social enorme para canalizar o comportamento das pessoas. Ideias sobre os comportamentos humanos adequados a cada gênero circulam constantemente, não apenas pelas mãos de legisladores, mas também nas atitudes de padres, pais, mães, professores, publicitários, entre outros agentes sociais.

O debate sobre as relações de gênero ganhou recentemente espaço na imprensa, nos meios políticos e nas escolas brasileiras, a partir da discussão dos Planos Municipais e Estaduais de Educação. Vetos ao termo “gênero”, apresentados por setores conservadores em Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas de todo o país, levaram a que fosse suprimida desses planos qualquer discussão relativa à desigualdade entre homens e mulheres e à sexualidade. Identificadas por esses setores como resultado de uma pretensa “Ideologia de gênero”, foram banidas da maioria dessas propostas quaisquer ações das escolas sobre direitos iguais, respeito à diversidade, combate ao preconceito e à discriminação.

Afinal, após entender um pouco sobre esse assunto, é o momento de tratar sobre o objetivo principal dessa pesquisa: Como lidar com as diferentes opiniões referentes a gêneros quando se leva em conta as diferentes gerações que constituem um ambiente familiar e/ou cotidiano?

É comum ouvir o argumento de que não se adianta debater tal assunto com pessoas de idades avançadas, pois, por terem sido criadas em uma época diferente, possuem uma mente mais conservadora. É ponto pacífico que, quando se põe em contraste o contexto histórico de uma pessoa dos anos 80, com o de uma pessoa dos anos 2000, percebe-se

que as suas criações recebem diferentes influências, ocasionando, assim, diferentes pensamentos sobre o que é “certo e errado” na sociedade. No entanto, ao se concordar com tal afirmação, consente-se também no fato de que qualquer pessoa ao atingir determinada idade, não possa mais deliberar sobre certas questões sociais pois possui sua mente “formada”, ou seja, imutável. E isso não está correto.

Quando se atinge dada idade – aproximadamente o que dizem ser a “terceira idade” –, é comum que aquilo com que se conviveu na infância, não esteja mais tão presente na sociedade contemporânea. Todavia, é preciso que se entenda que qualquer grupo social passa por mudanças, assim como qualquer coisa sob efeito do tempo. Mudanças essas que trazem consigo grandes novidades. A maior dificuldade de se viver em grupo, é saber lidar com aquilo que não agrada ou não atrai. É primordial que se entenda que a única situação em que uma pessoa deve se opor diretamente a um estilo de vida, comportamentos ou práticas de outra pessoa, é quando estas atingem os seus direitos individuais ou de uma terceira pessoa.

Alguns afirmam que nas últimas décadas, a diversidade aumentou na sociedade, no entanto, essa multiplicidade sempre existiu – inclusive sendo considerado normal em antigas sociedades –, o que acontece é que esse tema vem surgindo com mais força, o que faz com que as pessoas que se identificam sintam-se mais à vontade para deixar de esconder suas essências, perde-se o medo de ir contra as normas sociais de comportamento e, finalmente, mostram orgulho sobre o que são.

Os estudos sobre isso foram impulsionadas a partir do momento em que as mulheres notaram as desigualdades e começaram a lutar contra isso. As pesquisas e teorias presentes nas ciências humanas fornecem um notório acervo de informações substanciais para que se possa compreender tal tema. Essas discussões buscam a igualdade entre sexos, por isso, não diz respeito apenas a mulheres, mas também a homens.

CONCLUSÕES

Observa-se, então, que a humanidade enquanto evoluía, criava determinações destinadas a si mesma. É evidente que muitos destes padrões, quando voltados à ordem pública, são fatores primordiais para a manutenção e estabilidade da sociedade. No entanto, quando começam a tentar definir fatores que dizem respeito às personalidades, sentimentos, desejos, ou seja, fatores subjetivos, já merecem uma observação e uma discussão mais abrangente. Pois, tratando-se de elementos individuais, é mister que se verifique se as pessoas submetidas àquilo realmente se sentem bem e à vontade, se estão em determinada situação por vontade própria.

Quando se impõe algo à determinada pessoa pois isso trará benefícios à sociedade ou a ela mesma, torna-se compreensível. Não obstante, quando se impõe algo à vida de alguém, sobre um fator que pertence ao seu âmbito pessoal, essa ação pode trazer graves consequências, não só físicas, como psicológicas. A sensação de não inclusão no meio social, por não se sentir parte daquilo que consideram normal é comum, traz efeitos

psicológicos avassaladores. Em um mundo com uma extrema diversidade de pensamentos e opiniões, todas devem ser respeitadas, e mesmo quando forem convergentes em uma maioria, não devem ser impostas a ninguém. O que se percebe quando se assiste a discussões acerca de gêneros, é a falta de informação e o uso errôneo do vocabulário desse minucioso tema.

Logo, é necessário que se entenda inúmeros termos e conceitos, além de compreender a construção histórica desses padrões. Gênero é também um assunto sobre o qual há um bom tanto de preconceitos, mitos e franca falsidade. Como já dito, inúmeros estudos e pesquisas tratam do assunto com clareza de ideias. A discussão sobre isso deve possuir fundamentos coerentes e fundamentados, para que ideais ultrapassados saiam da consciência coletiva do ser humano, a mulher consiga ascender socialmente e a misoginia se torne um fenômeno decorrido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CISNE, Mirla. Feminismo e Consciência de Classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014. p

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. 4. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. GÊNERO: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.

STEARNS, Peter N. História das Relações de Gênero. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017